

# FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS PAULISTA - VEÍCULOS

CNPJ 08.510.334/0001-17



Cedente dos direitos creditórios

no montante de

**R\$ 100.000.000,00**

Classificação de Risco Preliminar das cotas seniores: Moody's Aa2.br

Código ISIN para cotas seniores nº [Completar]

Oferta de cotas deliberada pela Instituição Administradora do Fundo em 8 de maio de 2007. O Fundo e a distribuição de suas cotas foram registrados na CVM em [Data], sendo que as cotas seniores foram registradas sob o nº [Completar].

Distribuição pública de 4.000 (quatro mil) Cotas Seniores do FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS PAULISTA VEÍCULOS, inscrito no CNPJ sob o nº 08.510.334/0001-17 ("Fundo"), com valor inicial de R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais) para cada cota. Os direitos e demais características das Cotas Seniores estão descritos neste prospecto e no regulamento consolidado do Fundo ("Regulamento"), que integra este prospecto como o Anexo I.

O Fundo é administrado pela Votorantim Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., sociedade autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários a administrar fundos de investimento e administrar carteiras de valores mobiliários, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Roque Petroni Júnior, nº 999, 10º andar, Vila Gertrudes, CEP 04707-910, inscrita no CNPJ sob o nº 03.384.738/0001-98.

"O registro da presente distribuição não implica, por parte da CVM, garantia de veracidade das informações prestadas ou em julgamento sobre a qualidade do fundo emissor, bem como sobre as cotas a serem distribuídas."

"Os investidores devem ler a seção Fatores de Risco, nas páginas 25 a 38."

*Somente Investidores Autorizados, conforme definidos neste Prospecto, podem adquirir cotas do Fundo.*



Prospecto de acordo com o Código de Auto-Regulação da ANBID para os Fundos de Investimento.

"Este prospecto foi preparado com as informações necessárias ao atendimento das disposições do Código de Auto-Regulação da ANBID para Fundos de Investimento, bem como às normas emanadas do Banco Central do Brasil e da Comissão de Valores Mobiliários. A autorização para funcionamento e/ou venda de cotas deste Fundo não implica, por parte da Comissão de Valores Mobiliários e da ANBID, garantia de veracidade das informações prestadas ou julgamento sobre a qualidade do Fundo, de sua Instituição Administradora e demais instituições prestadoras de serviços."

**Veja outros avisos importantes na página 1 deste prospecto.**

Coordenador



Instituição Administradora



**Votorantim Asset**

Custodiante e Escriturador



Agência de Rating



Auditoria



Assessor Legal

**LEVY & SALOMÃO**  
ADVOGADOS

## **AVISOS – ANBID**

*Este fundo de investimento utiliza estratégias com derivativos como parte integrante de sua política de investimento. Tais estratégias, da forma como são adotadas, podem resultar em perdas patrimoniais para seus cotistas.*

*O investimento do fundo de investimento de que trata este prospecto apresenta riscos para o investidor. Ainda que a Instituição Administradora mantenha sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para o investidor.*

*O fundo de investimento de que trata este prospecto não conta com garantia da Instituição Administradora do Fundo, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos – FGC.*

*As informações contidas neste prospecto estão em consonância com o Regulamento, porém não o substitui. É recomendada a leitura cuidadosa tanto deste prospecto quanto do Regulamento, com especial atenção para as cláusulas e disposições relativas ao objeto e à política de investimento do Fundo, bem como às disposições do prospecto que tratam dos fatores de risco a que o Fundo está exposto.*

*Este fundo busca manter uma carteira de ativos com prazo médio superior a 365 dias, o que pode levar a uma maior oscilação no valor da cota se comparada à de fundos similares com prazo inferior.*

*O tratamento tributário aplicável ao investidor deste fundo depende do período de aplicação do investidor bem como da manutenção de uma carteira de ativos com prazo médio superior a 365 dias. Alterações nestas características podem levar a um aumento do IR incidente sobre a rentabilidade auferida pelo investidor.*

(Esta página foi deixada intencionalmente em branco)

# ÍNDICE

<b>GLOSSÁRIO.....</b>	<b>7</b>
<b>IDENTIFICAÇÃO DO BANCO COORDENADOR, DA INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA E DEMAIS ENTIDADES ENVOLVIDAS NA OFERTA .....</b>	<b>17</b>
<b>SUMÁRIO DOS TERMOS E CONDIÇÕES DA DISTRIBUIÇÃO DE COTAS.....</b>	<b>19</b>
<b>INFORMAÇÕES RELATIVAS À OFERTA .....</b>	<b>19</b>
<b>PROCEDIMENTO DE DISTRIBUIÇÃO .....</b>	<b>20</b>
<b>CRONOGRAMA DE ETAPAS DA OFERTA.....</b>	<b>21</b>
<i>Coleta de Intenções (bookbuilding).....</i>	<i>21</i>
<b>INÍCIO E ENCERRAMENTO DA DISTRIBUIÇÃO .....</b>	<b>21</b>
<i>Divulgação de Anúncios Relacionados à Distribuição .....</i>	<i>21</i>
<i>Manifestação de Aceitação ou de Revogação da Aceitação .....</i>	<i>22</i>
<i>Modificação, Suspensão, Cancelamento e Prorrogação da Oferta .....</i>	<i>22</i>
<i>Devolução e Reembolso aos Investidores .....</i>	<i>23</i>
<b>DISTRIBUIÇÃO, SUBSCRIÇÃO E INTEGRALIZAÇÃO DAS COTAS .....</b>	<b>23</b>
<i>Demonstrativo do Custo da Distribuição.....</i>	<i>24</i>
<b>FATORES DE RISCO .....</b>	<b>25</b>
<b>RISCOS DE MERCADO .....</b>	<b>25</b>
<b>RISCOS DE CRÉDITO.....</b>	<b>26</b>
<b>RISCOS DE LIQUIDEZ.....</b>	<b>28</b>
<b>RISCOS PROVENIENTES DO USO DE DERIVATIVOS .....</b>	<b>29</b>
<b>RISCOS ESPECÍFICOS .....</b>	<b>29</b>
<i>Riscos Operacionais.....</i>	<i>29</i>
<i>Risco de Descontinuidade .....</i>	<i>30</i>
<i>Riscos da Cedente .....</i>	<i>31</i>
<i>Outros Riscos .....</i>	<i>32</i>
<b>GERENCIAMENTO DE RISCOS .....</b>	<b>35</b>
<i>Risco de mercado .....</i>	<i>35</i>
<i>Risco de crédito.....</i>	<i>36</i>
<i>Risco de liquidez.....</i>	<i>36</i>
<i>Risco operacional.....</i>	<i>38</i>
<b>CARACTERÍSTICAS DO FUNDO.....</b>	<b>39</b>
<b>OBJETO DO FUNDO.....</b>	<b>39</b>
<i>Fluxograma da Securitização .....</i>	<i>39</i>
<b>FORMA DE CONSTITUIÇÃO E PRAZO DE DURAÇÃO .....</b>	<b>40</b>
<b>PÚBLICO ALVO .....</b>	<b>40</b>
<b>OBJETIVO DE INVESTIMENTO .....</b>	<b>40</b>
<b>POLÍTICA DE INVESTIMENTO .....</b>	<b>41</b>
<i>Carteira do Fundo.....</i>	<i>41</i>
<i>Requisitos de Diversificação.....</i>	<i>41</i>
<i>Aplicação do Remanescente do Patrimônio Líquido do Fundo .....</i>	<i>41</i>
<i>Demais Informações.....</i>	<i>42</i>
<i>Critérios de Elegibilidade e Condições Adicionais.....</i>	<i>42</i>
<i>Taxa de Desconto .....</i>	<i>44</i>
<b>ORDEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS .....</b>	<b>45</b>
<b>REGRAS DE MOVIMENTAÇÃO .....</b>	<b>46</b>
<b>COTAS DO FUNDO.....</b>	<b>46</b>
<i>Características Gerais .....</i>	<i>46</i>
<i>Classes de Cotas .....</i>	<i>47</i>
<i>Razão Mínima .....</i>	<i>47</i>



Valorização das Cotas .....	47
Novas Emissões .....	49
<b>AMORTIZAÇÃO DAS COTAS .....</b>	<b>49</b>
Amortização das Cotas Seniores .....	49
Amortização das Cotas Seniores da Primeira Série .....	49
Amortização das Cotas Subordinadas .....	50
Amortização Compulsória .....	51
<b>ÍNDICES E RESERVAS .....</b>	<b>51</b>
Excedente de Liquidez Máximo .....	51
Reserva de Liquidez .....	52
Reserva de Pagamento .....	52
<b>METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS E COTAS .....</b>	<b>52</b>
Metodologia de Avaliação dos Ativos do Fundo .....	52
Metodologia de Avaliação das Cotas .....	53
<b>ASSEMBLÉIA GERAL DE COTISTAS .....</b>	<b>54</b>
Competência .....	54
Procedimento de Convocação .....	55
Nomeação de Representante dos Condôminos .....	55
Direito de Voto e Critérios de Apuração das Deliberações .....	56
Divulgação e Eficácia das Deliberações .....	58
<b>LIQUIDAÇÃO DO FUNDO .....</b>	<b>58</b>
Eventos de Avaliação .....	58
Eventos de Liquidação Antecipada .....	63
Procedimentos para Liquidação Antecipada .....	64
<b>INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES .....</b>	<b>66</b>
Despesas e Encargos do Fundo .....	66
Informações Obrigatórias e Periódicas .....	67
Demonstrações Financeiras .....	68
Publicações .....	69
Atendimento ao Cotista .....	70
<b>DIREITOS CREDITÓRIOS .....</b>	<b>71</b>
<b>CARACTERÍSTICAS .....</b>	<b>71</b>
Natureza .....	71
Processo de Origem .....	71
Documentos da Operação .....	72
Política de Concessão de Crédito do Banco Paulista .....	72
Cobrança dos Direitos Creditórios .....	73
<b>ASPECTOS LEGAIS E REGULAMENTARES DO FINANCIAMENTO PARA AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS .....</b>	<b>74</b>
Cessão da Alienação Fiduciária em Garantia .....	74
Eficácia do Contrato contra Terceiros .....	75
Regulamentos Editados pelo CONTRAN .....	76
Efeitos do Adimplemento e Inadimplemento do Contrato .....	76
Sistema Nacional de Gravames - SNG .....	77
<b>PERFIL DA CARTEIRA DE DIREITOS CREDITÓRIOS DO BANCO PAULISTA .....</b>	<b>78</b>
<b>PRESTADORES DE SERVIÇOS E FORMA DE REMUNERAÇÃO .....</b>	<b>80</b>
<b>CONFLITO DE INTERESSES .....</b>	<b>80</b>
<b>BANCO COORDENADOR .....</b>	<b>80</b>
Histórico .....	80
Obrigações, Procedimentos e Remuneração do Banco Coordenador .....	80
<b>INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA .....</b>	<b>81</b>
Histórico .....	81
Obrigações, Vedações e Responsabilidades da Instituição Administradora .....	82
Remuneração da Instituição Administradora .....	85
Substituição da Instituição Administradora .....	86

<i>Contratação de Terceiros.....</i>	86
<b>CUSTODIANTE.....</b>	87
<i>Histórico.....</i>	87
<i>Obrigações, Vedações e Responsabilidades do Custodiante .....</i>	87
<i>Remuneração do Custodiante .....</i>	88
<i>Substituição do Custodiante.....</i>	88
<b>FIEL DEPOSITÁRIO.....</b>	89
<b>AGENTE DE COBRANÇA .....</b>	89
<b>AUDITOR.....</b>	90
<b>AGÊNCIA CLASSIFICADORA DE RISCO .....</b>	91
<b>SUMÁRIO DOS CONTRATOS RELEVANTES.....</b>	<b>92</b>
<b>CONTRATO DE CESSÃO .....</b>	92
<b>CONTRATO DE COLOCAÇÃO.....</b>	95
<b>CONTRATO DE CUSTÓDIA .....</b>	96
<b>CONTRATO DE CONTROLADORIA E ESCRITURAÇÃO DAS COTAS .....</b>	97
<b>REGULAMENTAÇÃO APLICÁVEL E TRIBUTAÇÃO.....</b>	<b>98</b>
<b>BASE LEGAL RELATIVA AOS FIDCS .....</b>	98
<b>REGRAS DE TRIBUTAÇÃO.....</b>	98
<i>Tributação do Fundo.....</i>	98
<i>Tributação dos Cotistas .....</i>	98
<b>INFORMAÇÕES RELATIVAS AO CEDENTE.....</b>	<b>100</b>
<b>SUMÁRIO.....</b>	100
<b>HISTÓRICO .....</b>	100
<b>POLÍTICA DE NEGÓCIOS.....</b>	101
<i>Política de Crédito .....</i>	101
<i>Política de Risco de Mercado e Liquidez.....</i>	101
<i>Política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro.....</i>	101
<b>PÚBLICO ALVO .....</b>	101
<b>PERFORMANCE FINANCEIRA .....</b>	102
<b>ATIVIDADES .....</b>	102
<i>Desconto Bancário.....</i>	104
<i>Câmbio.....</i>	104
<i>Crédito Consignado .....</i>	104
<i>Financiamento e Refinanciamento com Garantia Fiduciária Veículos .....</i>	105
<b>COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA DE CRÉDITOS.....</b>	107
<b>TESOURARIA.....</b>	108
<b>ESTRUTURA ORGANIZACIONAL.....</b>	108
<b>ADMINISTRAÇÃO .....</b>	108
<i>Diretoria.....</i>	108
<b>ANEXO I - Regulamento do Fundo .....</b>	<b>111</b>
<b>ANEXO II - Informações sobre a Classificação de Risco do Fundo .....</b>	<b>209</b>
<b>ANEXO III - Relatório da KPMG Relativo à Carteira de Direitos Creditórios do Banco Paulista, Originados de Financiamentos .....</b>	<b>213</b>
<b>ANEXO IV - Estatuto Social do Banco Paulista .....</b>	<b>299</b>
<b>ANEXO V - Demonstrações financeiras do Banco Paulista relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de Dezembro de 2004, 2005 e 2006 .....</b>	<b>303</b>
<b>ANEXO VI - Declarações do Banco Coordenador, da Instituição Administradora e do Gestor .....</b>	<b>361</b>
<b>ANEXO VII - Contrato de Cessão.....</b>	<b>369</b>

(Esta página foi deixada intencionalmente em branco)

## GLOSSÁRIO

Agência Classificadora de Risco	Moody's América Latina Ltda, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 12.551, 16º andar, inscrita no CNPJ/MF sob nº 02.101.919/0001-05.
Agente de Cobrança	O Banco Paulista foi contratado pelo Fundo, juntamente com o Custodiante, como agente de cobrança dos Direitos Creditórios Cedidos. O Banco Paulista, juntamente com o Custodiante e o Fundo contrataram o Banco Bradesco como Agente de Recebimento.
Agente de Recebimento	Banco Bradesco, que deverá receber os recursos decorrentes dos Direitos Creditórios Cedidos na Conta de Arrecadação e transferi-los para conta corrente do Fundo.
Alocação Mínima	Percentual mínimo de 50,0% (cinquenta por cento) do patrimônio líquido do Fundo a ser mantido em Direitos Creditórios, após 90 (noventa) dias do início de suas atividades.
Amortização Compulsória	Faculdade atribuída à Instituição Administradora de realizar a amortização compulsória e antecipada das Cotas Seniores nas situações especificadas na seção "Características do Fundo – Amortização das Cotas" deste Prospecto.
Assembleia Geral	Assembleia Geral de cotistas do Fundo.
ANBID	Associação Nacional dos Bancos de Investimento, entidade que representa as instituições que atuam no mercado de capitais brasileiro.
Anúncio de Encerramento de Distribuição	Anúncio de Encerramento da 1ª Distribuição Pública de Cotas Seniores da Primeira Série de Emissão do Fundo.
Anúncio de Início de Distribuição	Anúncio de Início da 1ª Distribuição Pública de Cotas Seniores da Primeira Série de Emissão do Fundo.

Ativos de Liquidez	Disponibilidades, Títulos de emissão do Tesouro Nacional, e títulos de emissão do Banco Central do Brasil.
Auditor	KPMG Auditores Independentes, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 33, 17º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 57.755.217/0001-29.
Aviso ao Mercado	Aviso ao Mercado, publicado nos termos do artigo 53 da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, a respeito da Oferta, informando sobre o início do Período de Reserva a disponibilidade do Prospecto Preliminar.
Banco Bradesco	Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, Vila Yara, inscrita no CNPJ/MF sob nº 60.746.948/0001-12, contratada pelo Fundo, juntamente com o Banco Paulista e o Custodiante, como Agente de Recebimento.
Banco Coordenador	Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A., coordenador da 1ª Distribuição Pública de Cotas Seniores da Primeira Série de Emissão do Fundo.
Banco Paulista	Banco Paulista S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.355, 2º andar, inscrita no CNPJ/MF sob nº 61.820.817/0001-09, cedente dos Direitos Creditórios ao Fundo.
BM&F	Bolsa de Mercadorias e Futuros.
Bovespa	Bolsa de Valores de São Paulo.
BovespaFIX	Mercado de Títulos de Dívida Corporativa da Bovespa.

CCB	Cédula de Crédito Bancário, conforme definida pela Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004, e regulamentação aplicável.
Cedente	Banco Paulista.
CETIP	Câmara de Custódia e de Liquidação.
Citibank	Citibank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., instituição financeira, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 1111, 2º andar - parte, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.868.597/0001-40, contratada pela Instituição Administradora com anuência do Fundo para prestar os serviços de custódia, controladoria e escrituração de Cotas.
CMN	Conselho Monetário Nacional.
COFINS	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social.
Coleta de Intenções	É o procedimento estabelecido pelo Banco Coordenador pelo qual os Investidores Autorizados enviaram suas propostas de compra indicando a quantidade de Cotas Seniores da Primeira Série e os níveis desejados de remuneração.
Condição Resolutiva da Cessão ou Condição de Nulidade da Cessão	São as condições previstas na seção “Sumário dos Contratos Relevantes – Contrato de Cessão” deste Prospecto que, conforme o caso, enseja a resolução da cessão ou configura a nulidade da cessão.
Condições Adicionais	São as características dos Direitos Creditórios que, adicionalmente aos Critérios de Elegibilidade, são necessárias para sua aquisição pelo Fundo, cuja observância deverá ser verificada pelo Banco Paulista a cada cessão e pelo Custodiante na verificação de lastro dos direitos creditórios.

Conta de Arrecadação	Conta escritural, mantida no Agente de Recebimento, que deverá receber os recursos decorrentes dos Direitos Creditórios Cedidos, conforme orientação da Instituição Administradora, e que somente poderá ser movimentada por ordem da Instituição Administradora ou do Custodiante, devidamente constituído como procurador da Instituição Administradora para este fim.
Contrato de Cessão	Contrato de promessa de cessão de direitos creditórios por meio do qual o Banco Paulista (cedente) prometerá ceder Direitos Creditórios ao Fundo (cessionário) originários de Financiamentos.
Contrato de Colocação	Contrato de Colocação Pública de Cotas Seniores da Primeira Série do Fundo, celebrado entre o Banco Coordenador, o Cedente e o Fundo.
Contrato de Controladoria e Escrituração	Contrato de prestação de serviços de controladoria e escrituração de Cotas firmado entre o Custodiante e a Instituição Administradora.
Contrato de Custódia	Contrato de prestação de serviços de custódia firmado entre o Custodiante e a Instituição Administradora, com a interveniência-anuência do Banco Paulista, que contém descrição dos serviços de custódia a serem prestados pelo Custodiante.
COSIF	Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional, editado pelo Banco Central do Brasil.
Cotas	Correspondem a frações ideais do patrimônio do Fundo, resgatáveis somente por ocasião da liquidação do Fundo, sendo admitida sua amortização conforme o disposto no Regulamento ou por decisão da Assembléia Geral. As cotas do Fundo são divididas em duas classes, Senior e Subordinada.
Cotas Seniores	São todas as cotas emitidas pelo Fundo que não se subordinam às demais para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo.
Cotas Seniores da Primeira Série	Primeira série de Cotas Seniores emitidas pelo Fundo.

Cotas Seniores em Circulação	A totalidade das Cotas Seniores emitidas, e que ainda não tenham sido resgatadas.
Cotas Subordinadas	São aquelas que se subordinam às Cotas Seniores para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo.
Cotistas Dissidentes	Os Cotistas Seniores que não concordarem com a decisão da Assembléia Geral de deliberar pela não liquidação antecipada do Fundo, a quem será concedido o resgate antecipado de suas Cotas, conforme regras a serem definidas na Assembléia Geral.
Cotistas Seniores	Detentores de Cotas Seniores em Circulação.
CPMF	Contribuição Provisória sobre a Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira.
Critérios de Elegibilidade	São as características necessárias dos Direitos Creditórios para sua aquisição pelo Fundo, cuja observância deverá ser verificada pelo Custodiante, conforme determinação do artigo 38, II, da Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001.
Custodiante	Citibank.
CVM	Comissão de Valores Mobiliários.
Data de Amortização	Significa a data de amortização das Cotas de uma determinada Classe ou Série, conforme as condições previstas neste Regulamento e no Suplemento da respectiva Série.
Datas de Amortização de Cotas Seniores	Datas das amortizações programadas das Cotas Seniores, na data prevista no respectivo Suplemento.
Data de Liquidação	Data em que ocorrerá a liquidação física e financeira das Cotas objeto desta Emissão.
Data de Subscrição Inicial	Data da primeira subscrição e integralização de uma determinada Série de Cotas Seniores.



Data de Verificação	Data de apuração obrigatória dos limites de concentração e Excesso de Spread, a ser realizada pelo Custodiante sempre no último dia útil de cada mês.
Devedores	Pessoas físicas ou jurídicas, devedoras dos Financiamentos, cujos Direitos Creditórios serão ofertados ao Fundo.
DI	Depósitos Interfinanceiros.
Direitos Creditórios	São direitos de crédito originados pelo Banco Paulista, advindos de parte ou da totalidade dos Financiamentos concedidos.
Direitos Creditórios Cedidos	São os Direitos Creditórios cedidos pelo Banco Paulista ao Fundo por meio da celebração do Termo de Cessão.
Disponibilidades	Compreendem (i) caixa; (ii) depósitos bancários à vista; (iii) numerário em trânsito; e (iv) aplicações de liquidez imediata.
Documentos Comprobatórios	São a ficha cadastral do Devedor, a CCB, em que constam as condições de contratação de financiamento e os documentos pessoais do Devedor e do veículo alienado fiduciariamente em garantia, que foram analisados para a concessão do crédito.
Emissão	Primeira Emissão de Cotas do Fundo.
Emissor(a)	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Paulista – Veículos.
Eventos de Avaliação	São os eventos definidos no item “Características do Fundo – Liquidação do Fundo – Eventos de Avaliação” deste Prospecto, cuja ocorrência enseja a interrupção dos procedimentos de aquisição de Direitos Creditórios bem como convocação imediata de Assembléia Geral, a qual decidirá se tal Evento de Avaliação deve ser considerado como Evento de Liquidação.

Eventos de Liquidação	São os eventos definidos no item “Características do Fundo – Liquidação do Fundo – Eventos de Liquidação” deste Prospecto, cuja ocorrência enseja a convocação de Assembléia Geral para deliberar sobre a liquidação antecipada do Fundo, bem como a imediata notificação do fato aos cotistas e a interrupção da aquisição de Direitos Creditórios.
Excedente de Liquidez Máximo	Valor dos Ativos de Liquidez que exceder o valor da Reserva de Pagamento, limitado ao percentual máximo de 15,0% (quinze por cento) do patrimônio líquido do Fundo.
Excesso de Spread	Diferença entre a taxa de remuneração média anualizada, ponderada por volume dos ativos integrantes da carteira do Fundo, e o passivo expresso pelo valor relativo ao patrimônio líquido de todas as Cotas Seniores em Circulação, o qual é ponderado pela Taxa DI, subtraídas as despesas anuais estimadas do Fundo, a ser apurada pelo Custodiante em cada Data de Verificação.
Fator Multiplicador	Percentual aplicado sobre as taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, definido no Suplemento de cada Série.
FGC	Fundo Garantidor de Crédito.
Financiamento	Financiamentos do Banco Paulista a pessoas físicas ou jurídicas para aquisição de automóveis, ônibus, vans e caminhões, que originarão os Direitos Creditórios que poderão ser ofertados ao Fundo, nos termos do Contrato de Cessão. Os Financiamentos serão representados por CCBs.
FIPE	Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas.
Fundo	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Paulista – Veículos.
IGP-M/FGV	Índice Geral de Preços de Mercado calculado pela Fundação Getúlio Vargas.

Instituição Administradora	Votorantim Asset DTVM, sociedade autorizada pela CVM a administrar e gerir fundos de investimento e carteiras de valores mobiliários, ou quem vier a lhe suceder.
Instituições Autorizadas	Unibanco, Banco do Brasil S.A., Caixa Econômica Federal, Banco Bradesco S.A., Banco Itaú S.A, Banco Votorantim S.A., Banco ABN Amro Real S.A., Banco Citibank S.A., Banco Santander S.A. e Banco UBS Pactual S.A..
Investidores Autorizados	Investidores qualificados, conforme regulamentação legal, e atualmente definidos na Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004.
IPC - FIPE	Índice de Preços ao Consumidor da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas
ISS	Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza.
Lista de Direitos Creditórios	Lista de Direitos Creditórios oferecidos à cessão, a ser preparada em arquivo eletrônico.
Novas Emissões	Novas emissões de Cotas, nos termos do item “Características do Fundo – Cotas do Fundo – Novas Emissões” deste Prospecto.
Oferta	Oferta pública de Cotas Seniores da Primeira Série da presente Emissão.
Partes Relacionadas	Em relação a qualquer pessoa jurídica, (i) as pessoas jurídicas controladoras de tal pessoa jurídica; (ii) as sociedades direta ou indiretamente controladas por tal pessoa jurídica; (iii) as sociedades coligadas com tal pessoa jurídica; e/ou (iv) sociedades sob o mesmo controle que tal pessoa jurídica.
PIS	Contribuição ao Programa de Integração Social.
Pré-pagamento	Refere-se à liquidação antecipada da totalidade dos Direitos Creditórios relacionados a um mesmo Financiamento.

Prospecto	Prospecto Preliminar ou Prospecto Definitivo.
Prospecto Definitivo	Prospecto Definitivo da 1ª Distribuição Pública de Cotas Seniores da Primeira Série de Emissão do Fundo, a ser disponibilizado após o registro da Oferta na CVM e publicação do Anúncio de Início de Distribuição.
Prospecto Preliminar	Prospecto da 1ª Distribuição Pública de Cotas Seniores da Primeira Série de Emissão do Fundo, disponibilizado durante o prazo compreendido entre a publicação do Aviso ao Mercado e a publicação do Anúncio de Início de Distribuição.
Razão Mínima	Relação mínima admitida entre o patrimônio líquido do Fundo e o valor das Cotas Seniores em Circulação que será equivalente a 118,5% (cento e dezoito inteiros e cinco décimos por cento), que representa aproximadamente a proporção de 15,5% (quinze inteiros e cinco décimos por cento) de Cotas Subordinadas em relação ao total do patrimônio líquido do Fundo.
Razão Mínima para Amortização	Relação mínima entre o patrimônio líquido do Fundo e o valor das Cotas Seniores em Circulação que será equivalente a 120,0% (cento e vinte por cento) que deverá ser observada a cada amortização das Cotas Subordinadas.
Regulamento	Regulamento do Fundo.
Reserva de Liquidez	Reserva constituída nos termos do item “Características do Fundo – Índices e Reservas – Reserva de Liquidez” deste Prospecto.
Reserva de Pagamento	Reserva para pagamento das amortizações das Cotas Seniores.
SCPC	Serviço Central de Proteção ao Crédito.
SELIC	Sistema Especial de Liquidação e de Custódia.
SERASA	Serasa S.A., sociedade que realiza a inserção dos nomes de pessoas físicas ou jurídicas inadimplentes no cadastro do Serviço de Proteção ao Crédito.

Série	Qualquer série de Cotas Seniores emitida nos termos deste Regulamento e do respectivo Suplemento.
Sisbacen	Sistema de Informações do Banco Central do Brasil.
SNG	Sistema Nacional de Gravames.
SomaFIX	Balcão Organizado de Renda Fixa da Bovespa.
SPC	Serviço de Proteção ao Crédito
Suplemento	Documento que contém as características de cada Série de Cotas Seniores que eventualmente venha a ser emitida pelo Fundo e que, uma vez assinado e averbado pela Instituição Administradora no registro do Regulamento em Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, constituirá parte integrante do Regulamento.
Taxa DI	A taxa DI é a taxa média das operações interbancárias de empréstimo por um dia, apuradas pela CETIP.
TED	Transferência Eletrônica Disponível.
Termo de Cessão	Instrumento mediante o qual a cessão dos Direitos Creditórios advindos de Financiamentos pelo Banco Paulista ao Fundo é formalizada.
Unibanco	Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Eusébio Matoso, nº 891, inscrita no CNPJ/MF sob nº 33.700.394/0001-40.
Valor de Mercado	É o valor médio de mercado do veículo financiado segundo estabelecido pelas tabelas Molicar ou FIPE ou, na falta destes, pela cotação apurada pelo Banco Paulista.
Votorantim Asset DTVM	Votorantim Asset Management Distribuidora de Títulos de Valores Mobiliários Ltda., instituição financeira, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Roque Petroni Júnior, nº 999, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.384.738/0001-98.

**IDENTIFICAÇÃO DO BANCO COORDENADOR, DA INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA E DEMAIS ENTIDADES  
ENVOLVIDAS NA OFERTA**

<b>Banco Coordenador</b>	Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A. Avenida Eusébio Matoso, nº 891, 20º andar 05423-901 – São Paulo – SP Telefone: (11) 3584-1799 Fax: (11) 3584-4501 www.unibanco.com.br
<b>Instituição Administradora</b>	Votorantim Asset Management Distribuidora de Títulos de Valores Mobiliários Ltda. Avenida Roque Petroni Júnior, nº 999, 10º andar 04707-910 – São Paulo – SP Telefone: 0800-701-8881 Fax : (11) 5185-1757 www.vam.com.br
<b>Custodiante</b>	Citibank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. Avenida Paulista, nº 1.111, 2º andar 01311-920 – São Paulo – SP Telefone: (11) 4009-3203 Fax: (11) 4009-7029 www.citibank.com.br
<b>Auditor</b>	KPMG Auditores Independentes. Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 33, 17º andar 04530-904 – São Paulo – SP Telefone: (11) 2183-3000 Fax: (11) 2183-3001 www.kpmg.com.br
<b>Classificação de Risco</b>	Moody's América Latina Ltda. Avenida das Nações Unidas, nº 12.551, 16º andar 04578-000 – São Paulo – SP Telefone: (11) 3043-7300 Fax: (11) 3043-7311 www.moody.com.br
<b>Consultor Legal</b>	Levy & Salomão Advogados Av. Brigadeiro Faria Lima, 2601, 12º andar 01452-924 – São Paulo – SP Telefone: (11) 3365-5050 Fax: (11) 3365-5048 www.levysalomao.com.br
<b>Entidade Reguladora</b>	Comissão de Valores Mobiliários Rua Sete de Setembro, nº 111 2º, 3º, 5º, 6º (parte), 23º, 26º ao 34º Andares – Centro 20050-901 – Rio de Janeiro – RJ Telefone e Fax: (21) 3233-8686 www.cvm.gov.br

**Mercados de Negociação  
Secundária**

Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos – CETIP  
Rua Líbero Badaró, nº 425, 24º andar  
01009-000 – São Paulo – SP  
Telefone: (11) 3111-1400 / 3365-4925  
Fax: (11) 3111-1563  
[www.cetip.com.br](http://www.cetip.com.br)

SomaFIX e BovespaFIX  
Rua XV de Novembro, nº 275  
01013-001 – São Paulo – SP  
Telefone: (11) 3233-2000 / 3233-2720  
Fax: (11) 3242-3550  
[www.bovespa.com.br](http://www.bovespa.com.br)

## SUMÁRIO DOS TERMOS E CONDIÇÕES DA DISTRIBUIÇÃO DE COTAS

*O presente capítulo contém informações sobre a colocação das Cotas Seniores da Primeira Série pelo Banco Coordenador. Para outras informações sobre os principais termos e condições da oferta pública das Cotas Seniores da Primeira Série, veja o capítulo “Características do Fundo” abaixo.*

### Informações Relativas à Oferta

<b>Emissor das Cotas</b>	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Paulista – Veículos.
<b>Cedente dos Direitos Creditórios</b>	Banco Paulista S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.355, 2º andar, inscrita no CNPJ/MF sob nº 61.820.817/0001-09.
<b>Volume de Emissão e Valor Unitário de Cotas Seniores da Primeira Série e Subordinadas</b>	A primeira emissão do Fundo será composta de 4.000 (quatro mil) Cotas Seniores da Primeira Série e de 736 (setecentas e trinta e seis) Cotas Subordinadas, todas com valor unitário de R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais) na Data de Subscrição Inicial. Somente as Cotas Seniores da Primeira Série serão colocadas publicamente.
<b>Valor Total Inicial da Primeira Emissão</b>	R\$118.400.000,00 (cento e dezoito milhões e quatrocentos mil reais), sendo R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais) referentes à colocação pública das Cotas Seniores da Primeira Série.
<b>Valor Mínimo de Aplicação em Cotas Seniores da Primeira Série</b>	R\$100.000,00 (cem mil reais).
<b>Remuneração Alvo das Cotas Seniores da Primeira Série</b>	110% (cento e dez por cento) da taxa DI Over, expressa ao dia, divulgada pela CETIP, definida em processo de Coleta de Intenções ( <i>bookbuilding</i> ).
<b>Prazo de Duração do Fundo</b>	O Fundo terá prazo de duração até 31 de dezembro de 2017, podendo ser liquidado por deliberação da Assembléia Geral ou, no caso de não haver Cotas em circulação, por deliberação da Instituição Administradora.
<b>Prazo de Duração das Cotas Seniores da Primeira Série</b>	As Cotas Seniores da Primeira Série terão prazo de duração de 36 (trinta e seis) meses.
<b>Amortizações das Cotas Seniores da Primeira Série</b>	Serão amortizados no 6º e 12º mês, contados a partir da Data de Subscrição Inicial, o montante correspondente à valorização das Cotas Seniores da Primeira Série (juros). A partir do 13º mês, inclusive, as amortizações serão realizadas em 24 parcelas mensais e sucessivas.
<b>Resgate das Cotas Seniores da Primeira Série</b>	As Cotas Seniores da Primeira Série deverão ser resgatadas na última Data de Amortização programada, que corresponde à data do término de duração das Cotas desta Série, pelo seu respectivo valor contábil.
<b>Publicações</b>	Jornal “Gazeta Mercantil”, com circulação nacional.



## **Procedimento de Distribuição**

O Banco Coordenador colocará publicamente junto aos Investidores Autorizados, sob o regime de garantia firme, 4.000 (quatro mil) Cotas Seniores da Primeira Série, no valor total de R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais), na Data de Subscrição Inicial.

A colocação pública prevista será realizada na forma e condições seguintes:

- i) a colocação e subscrição das Cotas Seniores da Primeira Série somente terá início após (a) o registro do Fundo e da distribuição na CVM; (b) 1 (um) dia útil contado da disponibilização do Prospecto Definitivo ao público; e (c) a publicação do anúncio de início de distribuição;
- ii) a colocação será pública, realizada em mercado de balcão organizado, não havendo recebimento de reservas antecipadas, devendo ser assegurado tratamento justo e equitativo para todos os destinatários e aceitantes da oferta pública de Cotas Seniores da Primeira Série;
- iii) a colocação visará exclusivamente a investidores qualificados, assim considerados aqueles definidos pelo artigo 109 da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004;
- iv) a integralização das Cotas Seniores da Primeira Série deverá ser à vista, em moeda corrente nacional, no ato de subscrição;
- v) o prazo de colocação pública das Cotas Seniores da Primeira Série será de até 5 (cinco) dias, a contar da publicação do anúncio de início de distribuição, período após o qual o Banco Coordenador exercerá a garantia firme, se for o caso; e
- vi) não serão constituídos fundos de liquidez nem celebrados contratos de estabilização de preços e/ou de garantia de liquidez para as Cotas.

O Fundo autorizou o Banco Coordenador a organizar plano de distribuição, que poderá levar em conta suas relações com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica, devendo o Banco Coordenador assegurar que o tratamento aos destinatários e aceitantes da oferta seja justo e equitativo e a adequação do investimento ao perfil de risco de seus respectivos clientes.

## Cronograma de Etapas da Oferta

Encontra-se abaixo cronograma indicativo das etapas da distribuição, informando seus principais eventos a partir da publicação do Aviso ao Mercado:

Ordem dos Eventos	Eventos	Data <sup>(1)</sup>
1.	Publicação do Aviso ao Mercado	14 de maio de 2007
2.	Disponibilização do Prospecto Preliminar	14 de maio de 2007
3.	Início das apresentações de <i>roadshow</i>	14 de maio de 2007
4.	Coleta de Intenções e Fixação da remuneração	31 de maio de 2007
5.	Disponibilização do Prospecto Definitivo	1º de junho de 2007
6.	Publicação do Anúncio de Início de Distribuição	6 de junho de 2007
7.	Data de Liquidação e/ou para o Exercício da Garantia Firme	12 de junho de 2007
8.	Data para publicação do Anúncio de Encerramento da Oferta Pública	13 de junho de 2007

(1) Todas as datas previstas são meramente indicativas e estão sujeitas a alterações, suspensões, antecipações ou prorrogações a critério da Instituição Líder e da Instituição Administradora.

### *Coleta de Intenções (bookbuilding)*

Foi realizada Coleta de Intenções em 31 de maio de 2007, em que foi definida a remuneração das Cotas Seniores da Primeira Série em 110% da Taxa DI.

## Início e Encerramento da Distribuição

A colocação e subscrição das Cotas somente terá início após: (i) o registro do Fundo e da distribuição de suas cotas na CVM; (ii) a publicação do anúncio de início de distribuição relativo ao Fundo; e (iii) no mínimo 1 (um) dia útil após a divulgação do Prospecto Definitivo aos investidores.

A colocação das Cotas Seniores da Primeira Série deverá ser efetuada inicialmente na CETIP, no prazo máximo de 5 (cinco) dias a contar da data da publicação do Anúncio de Início de Distribuição. A oferta poderá ser encerrada a qualquer tempo, a critério do Banco Coordenador. A oferta necessariamente será encerrada após a colocação da totalidade das Cotas ou o término do prazo de colocação, aquele que ocorrer antes. Após o encerramento da oferta deverá ser publicado Anúncio de Encerramento.

Frise-se que o Banco Coordenador deverá suspender a qualquer momento a oferta na ocorrência de qualquer fato, ato ou irregularidade que chegue a seu conhecimento que venha a justificar a suspensão ou o cancelamento do registro.

### *Divulgação de Anúncios Relacionados à Distribuição*

Todos os avisos, atos e decisões decorrentes desta distribuição que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos investidores, serão publicados no jornal “Gazeta Mercantil”, edição nacional.

### *Manifestação de Aceitação ou de Revogação da Aceitação*

A aceitação dos investidores deverá ser de acordo com os procedimentos da CETIP. A revogação da aceitação pelo investidor, por sua vez, somente poderá ocorrer nas hipóteses expressamente previstas na Instrução nº 400/03, da CVM, e deverá se dar mediante carta protocolada na sede do Banco Coordenador até o 5º (quinto) dia útil posterior à publicação do aviso informando sobre a modificação da oferta, ou após ser informado sobre a suspensão da oferta.

### *Modificação, Suspensão, Cancelamento e Prorrogação da Oferta*

A presente oferta poderá ter seus termos modificados, conforme previstos pela Instrução nº 400/03, da CVM. Tendo sido deferida a modificação, a CVM poderá, por sua própria iniciativa ou a requerimento da Instituição Administradora, prorrogar o prazo da oferta por até 180 (cento e oitenta) dias.

Qualquer modificação da presente oferta deverá ser divulgada imediatamente mediante publicação de aviso ao menos na forma prevista no item “Sumário dos Termos e Condições da Distribuição de Cotas – Início e Encerramento da Distribuição – Divulgação de Anúncios Relacionados à Distribuição” acima. Adicionalmente, o Banco Coordenador deverá se acautelar e se certificar, no momento do recebimento das aceitações da oferta, de que o manifestante está ciente de que a oferta original foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições. Os investidores que já tiverem aderido à oferta deverão ser diretamente comunicados pelo Banco Coordenador a respeito da modificação efetuada, para que confirmem, no prazo de 5 (cinco) dias úteis do recebimento da comunicação, o interesse em manter a aceitação, presumida a manutenção em caso de silêncio.

A presente oferta poderá ser suspensa ou cancelada pela CVM, a qualquer tempo, caso esteja se processando em condições diversas das constantes na legislação aplicável ou no registro concedido pela CVM ou caso seja considerada ilegal ou fraudulenta, ainda que obtido o respectivo registro. A oferta poderá, ainda, ser cancelada em caso de rescisão do Contrato de Colocação.

A Instituição Administradora deverá dar conhecimento da suspensão ou do cancelamento aos investidores que já tenham aceitado a oferta mediante publicação de aviso na forma prevista no item “Sumário dos Termos e Condições da Distribuição de Cotas – Início e Encerramento da Distribuição – Divulgação de Anúncios Relacionados à Distribuição” acima, facultando-lhes, na hipótese de suspensão, a possibilidade de revogar sua aceitação na forma e no prazo previstos no item “Sumário dos Termos e Condições da Distribuição de Cotas – Início e Encerramento da Distribuição – Manifestação de Aceitação ou de Revogação da Aceitação” acima.

### *Devolução e Reembolso aos Investidores*

Observado o disposto no parágrafo subsequente, terão direito à restituição integral dos valores dados em contrapartida às Cotas Seniores da Primeira Série subscritas: (i) todos os investidores que já tenham aceitado a oferta, na hipótese de seu cancelamento; e (ii) os investidores que tenham revogado a sua aceitação, na hipótese de suspensão. Para a restituição referida acima, serão utilizados os procedimentos adotados pela CETIP. A restituição dos valores devidos aos investidores deverá ocorrer em até 5 (cinco) dias úteis contados da publicação do Aviso ao Mercado informando sobre a suspensão ou cancelamento da oferta, e que deverá conter o procedimento de restituição.

Caso a Distribuição não seja finalizada, por qualquer motivo, os recursos eventualmente depositados por investidores com relação às Cotas deverão ser devolvidos aos respectivos depositantes, ficando, porém, estabelecido que esses recursos serão devolvidos aos investidores sem adição de juros ou correção monetária e deduzida a quantia relativa à CPMF. O aqui disposto se aplica, também, se for o caso, aos investidores que condicionarem sua adesão à distribuição quando da assinatura dos respectivos boletins de subscrição, caso essa condição não seja satisfeita quando do encerramento da distribuição.

### **Distribuição, Subscrição e Integralização das Cotas**

Os investidores interessados em adquirir Cotas do Fundo devem contatar o Banco Coordenador e tomar as providências nos termos por este definido.

No ato de subscrição das Cotas, o investidor (i) assinará o boletim individual de subscrição, que será autenticado pelo Banco Coordenador; e (ii) receberá exemplar deste Prospecto e cópia do Regulamento, declarando, por meio da assinatura de termo de ciência de risco e adesão ao regulamento, estar ciente (a) das disposições contidas no Regulamento, especialmente aquelas referentes à política de investimento, à composição da carteira do Fundo e à taxa de administração; e (b) dos riscos inerentes ao investimento no Fundo, conforme descritos no Regulamento e neste Prospecto.

O preço de emissão das Cotas será calculado de acordo com o estabelecido no Regulamento e será integralizado à vista, em moeda corrente nacional, no ato da respectiva subscrição. A integralização das cotas do Fundo pode ser efetuada por crédito em conta corrente de titularidade do Fundo ou por TED ou por meio da CETIP.

As Cotas poderão ser negociadas no mercado secundário, tendo sido admitidas à negociação na (i) BovespaFIX, (ii) SomaFIX ou (iii) CETIP, cabendo ao Banco Coordenador assegurar a condição de Investidor Autorizado do adquirente das Cotas, e à Instituição Administradora a adesão deste aos termos do Regulamento.

A totalidade das Cotas Seniores da Primeira Série será colocada publicamente pelo Banco Coordenador sob o regime de garantia firme, de modo que o Banco Coordenador estará obrigado a subscrever o volume total das Cotas Seniores da Primeira Série emitidas, no prazo de até 5 (cinco) dias após a publicação do Anúncio de Início de Distribuição, podendo negociá-las posteriormente.

A colocação das Cotas Seniores da Primeira Série será realizada exclusivamente pelo Banco Coordenador. Isso é, nem a Instituição Administradora nem o Fundo poderão contratar outra instituição para distribuir as Cotas durante o prazo de duração do Fundo.

Informamos, ademais, que os custos envolvidos na distribuição pública das Cotas são os abaixo descritos.

*Demonstrativo do Custo da Distribuição*

Segue abaixo tabela com o custo máximo da distribuição das Cotas Seniores da Primeira Série:

<b>CUSTOS</b>	<b>MONTANTE (EM R\$)</b>	<b>PERCENTUAL EM RELAÇÃO AO VALOR TOTAL DA EMISSÃO</b>
Despesas de registro	82.870,00	0,07%
Auditoria	66.500,00	0,06%
Classificação de Risco	43.000,00	0,04%
Assessores Legais	90.000,00	0,08%
Material Publicitário	42.000,00	0,04%
Outros *	25.000,00	0,02%
<b>Total</b>	<b>349.370,00</b>	<b>0,29%</b>

\* Estão incluídas nesta categoria despesas como realização de apresentações de road show, locomoção de pessoas, dentre outros.

**CUSTO UNITÁRIO DE DISTRIBUIÇÃO**

Custo Total da Distribuição	349.370,00
Número de Cotas Seniores emitidas na Primeira Série	4.000
Custo de Distribuição por Cota	87,34
Custo Percentual Unitário	0,35%

Ressalte-se que o Banco Coordenador foi contratado para realizar a distribuição pública das Cotas por meio de contrato de colocação pública de Cotas do Fundo, sob regime de garantia firme de colocação, celebrado entre o Banco Coordenador, o Fundo, a Instituição Administradora e o Cedente. Mais informações sobre o referido contrato encontram-se na seção “Sumário dos Contratos Relevantes – Contrato de Colocação” deste Prospecto. Cópia do Contrato de Colocação encontra-se disponível para consulta na sede da Instituição Administradora.

Informações sobre o relacionamento entre as partes envolvidas na distribuição de Cotas Seniores da Primeira Série encontram-se na seção “Prestadores de Serviços e Remuneração – Conflito de Interesses”.

## FATORES DE RISCO

*O Fundo poderá realizar aplicações que coloquem em risco parte ou a totalidade de seu patrimônio. A carteira do Fundo, e por consequência seu patrimônio, estão submetidos a diversos riscos, dentre os quais, exemplificativamente, os analisados abaixo. Os potenciais investidores, antes de adquirir cotas do Fundo, devem ler cuidadosamente os fatores de risco abaixo descritos, responsabilizando-se pelo seu investimento no Fundo.*

### Riscos de Mercado

#### *Descasamento de Taxas*

Os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo são contratados a taxas prefixadas. No entanto, a distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo para as Cotas Seniores tem como parâmetro as taxas médias diárias dos DI. Ademais, a Instituição Administradora não está obrigada a contratar operações de *swap* de taxas prefixadas por DI over. Assim, há a possibilidade de a Instituição Administradora não contratar tais operações de *swap*, bem como de, caso contrate referidas operações, a outra parte (ou a instituição garantidora) não cumprir o contratado. Nestes casos, se a taxa de remuneração do DI se elevar substancialmente, os recursos do Fundo podem ser insuficientes para pagar parte ou a totalidade dos rendimentos aos titulares de Cotas Seniores. O Cedente, o Fundo e a Instituição Administradora não prometem ou asseguram rentabilidade aos cotistas.

#### *Baixa Valorização dos Ativos*

A parcela do patrimônio do Fundo não aplicada em Direitos Creditórios poderá ser aplicada em quaisquer dos títulos e ativos especificados no item “Características do Fundo – Política de Investimento – Aplicação do Remanescente do Patrimônio Líquido do Fundo” abaixo. No entanto, tais ativos podem apresentar valorização efetiva inferior às taxas médias diárias dos DI, o que pode fazer com que os recursos do Fundo se tornem insuficientes para pagar parte ou a totalidade da meta de rentabilidade prevista para as Cotas Seniores (uma vez que a distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo para as Cotas Seniores tem como parâmetro as taxas médias diárias dos DI). Nessa hipótese, os Cotistas Seniores poderão ter a rentabilidade de suas Cotas afetadas negativamente, sendo certo que nem o Fundo, nem o Cedente e nem a Instituição Administradora prometem ou asseguram rentabilidade aos cotistas.

#### *Flutuação de Preços dos Ativos*

Os preços e a rentabilidade dos ativos do Fundo poderão flutuar em razão de diversos fatores de mercado, tais como variação da liquidez e alterações na política de crédito, econômica e fiscal, bem como em razão de alterações na regulamentação sobre a precificação de ativos que componham a carteira do Fundo, inclusive derivativos. Essa oscilação dos preços poderá fazer com que parte ou a totalidade daqueles ativos que integram a carteira do Fundo seja avaliada por valores inferiores ao da emissão e/ou contabilização inicial. Se isso ocorrer, a rentabilidade das Cotas Seniores poderá ser afetada negativamente.

### *Sujeição dos Ativos a Oscilações Diversas*

Os ativos financeiros integrantes da carteira do Fundo estão sujeitos a oscilações nos seus preços em função da reação dos mercados frente a notícias econômicas e políticas, tanto no Brasil como no exterior, podendo ainda responder a notícias específicas a respeito dos respectivos emissores. As variações de preços dos ativos financeiros poderão ocorrer também em função das alterações nas expectativas dos participantes do mercado, podendo inclusive ocorrer mudanças nos padrões de comportamento de preços dos ativos financeiros sem que haja mudanças significativas no contexto econômico e/ou político nacional e internacional. Como decorrência de tais oscilações, poderão ocorrer variações negativas no valor do patrimônio líquido do Fundo, o que poderá afetar negativamente a rentabilidade das Cotas Seniores.

### *Efeitos da Política Econômica do Governo Federal*

O Fundo, seus ativos e o Cedente estão sujeitos aos efeitos da política econômica praticada pelo Governo Federal. O Governo Federal intervém frequentemente na política monetária, fiscal e cambial, e, conseqüentemente, também na economia do País. As medidas que podem vir a ser adotadas pelo Governo Federal para estabilizar a economia e controlar a inflação compreendem controle de salários e preços, desvalorização cambial, controle de capitais e limitações no comércio exterior, alterações nas taxas de juros, entre outras. Tais medidas, bem como a especulação sobre eventuais atos futuros do governo podem gerar incertezas sobre a economia brasileira e uma maior volatilidade no mercado de capitais nacional, podendo afetar adversamente o interesse de investidores na aquisição de Cotas e na liquidação dos Direitos Creditórios pelos Devedores.

### **Riscos de Crédito**

#### *Inexistência de Garantia das Aplicações do Fundo*

As aplicações no Fundo não contam com garantia da Instituição Administradora, de quaisquer terceiros, de qualquer mecanismo de seguro, do FGC ou do Cedente. Igualmente, nem o Fundo nem a Instituição Administradora prometem ou asseguram aos cotistas qualquer rentabilidade ou remuneração decorrentes da aplicação em Cotas. Desse modo, todos os eventuais rendimentos, bem como o pagamento do principal, provirão da carteira de ativos do Fundo, a qual está sujeita a riscos diversos, e cujo desempenho é incerto, e subsidiariamente do cumprimento da obrigação do Cedente de adquirir Cotas Subordinadas para manutenção a Razão Mínima.

#### *Inadimplência dos Emissores dos Ativos*

A parcela do patrimônio do Fundo não aplicada em Direitos Creditórios poderá ser aplicada em quaisquer dos títulos e ativos especificados no item “Características do Fundo – Política de Investimento – Aplicação do Remanescente do Patrimônio Líquido do Fundo” abaixo. Tais títulos e ativos podem vir a não ser honrados pelos respectivos emissores, de modo que o Fundo teria que suportar tais prejuízos, o que afetaria negativamente a rentabilidade das Cotas.

### *Fatores Macroeconômicos*

Como o Fundo aplicará seus recursos preponderantemente em Direitos Creditórios, dependerá da solvência dos respectivos Devedores para distribuição de rendimentos aos Cotistas. A solvência dos Devedores pode ser afetada por fatores macroeconômicos relacionados à economia brasileira, tais como elevação das taxas de juros, aumento da inflação, baixos índices de crescimento econômico, preço do combustível, entre outros. Assim, na hipótese de ocorrência de um ou mais desses eventos, poderá haver aumento da inadimplência dos Direitos Creditórios Cedidos, provocando perdas patrimoniais aos cotistas do Fundo.

### *Transferência da Reserva do Gravame no SNG*

Os Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo são oriundos de Financiamentos cujos veículos financiados têm a reserva do gravame devidamente registrada no SNG em favor do credor. A reserva do gravame no SNG permite a transferência da propriedade fiduciária do veículo para o credor, e a conseqüente execução mais célere em caso de inadimplemento. A reserva do gravame dos veículos no SNG, porém, permanece com o Cedente, e não é transferida ao Fundo no momento da cessão dos Direitos Creditórios. Atualmente, o Cedente é o Agente de Cobrança do Fundo. No entanto, caso o Fundo decida contratar outro agente de cobrança, poderá se utilizar da procuração pública que lhe foi outorgada pelo Cedente para transferir a reserva do gravame dos veículos no SNG para o novo agente de cobrança. É possível que o procedimento de transferência da reserva do gravame no SNG seja moroso, ou mesmo inviável, o que dificultaria a execução de eventuais Devedores inadimplentes.

### *Veículos garantidos por alienação fiduciária*

Os Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo são oriundos de Financiamentos e são garantidos por alienação fiduciária de veículos. Contudo, é possível que, em eventual execução de Devedor inadimplente, o veículo objeto de alienação fiduciária não seja encontrado, ou o seu valor de venda seja insuficiente para o pagamento integral da dívida. Nessa hipótese, ocorrerá a redução do patrimônio do Fundo e o rendimento das Cotas poderá ser negativamente afetado.

### *Modificação de créditos por decisão judicial*

Os Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo são oriundos de Financiamentos que poderão ter suas condições questionadas em Juízo pelos respectivos Devedores. Não pode ser de todo afastada a possibilidade de os Devedores lograrem êxito nas demandas ajuizadas. Nessa hipótese, os Direitos Creditórios Cedidos podem ter seus valores reduzidos ou até serem anulados em decisão judicial, o que afetaria negativamente o patrimônio do Fundo.



## **Riscos de Liquidez**

### *Inexistência de Mercado Secundário para Negociação de Direitos Creditórios*

O Fundo se enquadra em modalidade de investimento diferenciada, devendo os potenciais investidores avaliar minuciosamente suas peculiaridades, que podem eventualmente trazer consequências negativas para o patrimônio do Fundo, ou que podem tornar o investimento ilíquido. Não existe, no Brasil, mercado secundário ativo para negociação de direitos creditórios. Portanto, caso por qualquer motivo seja necessária a venda dos Direitos Creditórios da carteira do Fundo, poderá não haver compradores ou o preço de negociação poderá causar perda ao patrimônio do Fundo.

### *Falta de Liquidez dos Ativos Financeiros*

A parcela do patrimônio do Fundo não aplicada em Direitos Creditórios poderá ser aplicada em quaisquer dos títulos e ativos especificados no item “Características do Fundo – Política de Investimento – Aplicação do Remanescente do Patrimônio Líquido do Fundo” abaixo. Tais títulos e ativos podem vir a se mostrar ilíquidos (seja por ausência de mercado secundário ativo, seja por eventual atraso no pagamento por parte do respectivo emissor), o que poderia, eventualmente, afetar pagamentos de amortização e/ou resgate a cotistas, afetando a liquidez esperada de suas Cotas.

### *Fundo Fechado e Mercado Secundário*

O Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado, de modo que suas Cotas somente serão resgatadas ao término do prazo de duração do Fundo, ou em virtude de sua liquidação. Assim, o cotista não terá liquidez em seu investimento no Fundo, exceto (i) por ocasião das amortizações programadas ou eventuais, ou (ii) por meio da alienação de suas Cotas no mercado secundário. Atualmente, o mercado secundário de cotas de fundos de investimento apresenta baixa liquidez, o que pode dificultar a venda de Cotas ou ocasionar a obtenção de um preço de venda que cause perda de patrimônio ao investidor. Não há qualquer garantia da Instituição Administradora, do Cedente, do Custodiante, ou de qualquer outra Parte Relacionada, em relação à possibilidade de venda das Cotas no mercado secundário, preço obtido pelas Cotas, ou mesmo garantia de saída ao investidor.

### *Liquidação Antecipada e Amortização Compulsória*

As Cotas serão amortizadas com base no cronograma de amortização estabelecido na seção “Características do Fundo – Amortização das Cotas” abaixo. No entanto, há eventos que podem ensejar a liquidação antecipada do Fundo, bem como Amortização Compulsória de Cotas. Assim, há a possibilidade de os titulares de Cotas receberem valores antecipadamente, e eventualmente inferiores aos esperados.

### *Reserva de Pagamento não Constitui Garantia de Pagamento*

Será constituída Reserva de Pagamento, destinada ao pagamento das amortizações das Cotas Seniores. No entanto, eventualmente o Fundo poderá não ter recursos sequer para a constituição da Reserva

de Pagamento. É também possível que, não obstante a devida constituição da Reserva de Pagamento, o Fundo não tenha, na data prevista, meios suficientes para pagamento de tais amortizações. Desse modo, a existência da Reserva de Pagamento não constitui garantia de pagamento das amortizações programadas de Cotas Seniores.

#### *Insuficiência de Recursos no Momento da Liquidação Antecipada*

O Fundo poderá ser liquidado antecipadamente em algumas hipóteses previstas no item “Características do Fundo – Liquidação do Fundo – Eventos de Liquidação Antecipada” abaixo. Ocorrendo tal liquidação antecipada, o Fundo pode não dispor de recursos para pagamento aos cotistas (por exemplo, pelo fato de os Direitos Creditórios Cedidos ainda não serem exigíveis dos respectivos Devedores). Neste caso, ou (i) os cotistas teriam suas Cotas resgatadas em Direitos Creditórios; ou (ii) o pagamento do resgate das Cotas ficaria condicionado (a) ao vencimento e pagamento pelos Devedores das parcelas relativas aos Direitos Creditórios Cedidos; ou (b) à venda dos Direitos Creditórios Cedidos a terceiros, sendo que o preço praticado poderia causar perda aos cotistas.

### **Riscos Provenientes do Uso de Derivativos**

#### *Efeitos Negativos para a Rentabilidade do Fundo*

Somente com vistas a proteger posições detidas à vista pelo Fundo serão contratadas operações no mercado de derivativos. Tais operações, entretanto, poderão afetar negativamente a rentabilidade do Fundo de tal forma que os cotistas poderão suportar prejuízos em decorrência da utilização de instrumentos derivativos.

#### *Oscilações no Patrimônio do Fundo*

A Instituição Administradora poderá contratar operações de *swap* de taxas prefixadas pela Taxa DI ou ainda operações envolvendo contratos futuros atrelados à referida taxa, para evitar o risco de descasamento de taxas. No entanto, há a possibilidade de a Instituição Administradora não conseguir contratar tais operações, ou, ainda, de a outra parte não cumprir o contratado. Além disso, a realização de operações pelo Fundo no mercado de derivativos pode ocasionar variações no patrimônio líquido do Fundo que levem a perdas patrimoniais ao Fundo e conseqüentemente aos seus condôminos.

### **Riscos Específicos**

#### Riscos Operacionais

##### *Auditoria por Amostragem*

A verificação documental (física) da regularidade da documentação que evidencie o lastro dos Direitos Creditórios Cedidos é realizada apenas por meio de auditoria bimestral e por amostragem. Considerando que tal auditoria é realizada tão somente após a cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo, a

carteira do Fundo poderá conter Direitos Creditórios cujos documentos comprobatórios apresentem irregularidades, o que poderá obstar o pleno exercício pelo Fundo das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos Creditórios Cedidos.

#### *Falhas do Agente de Recebimento*

A cobrança dos Direitos Creditórios Cedidos depende da atuação diligente do Agente de Recebimento. Cabe-lhe aferir o correto recebimento dos recursos e verificar a inadimplência. Assim, qualquer falha de procedimento do Agente de Recebimento poderá acarretar em menor recebimento dos recursos devidos pelos Devedores. Isso levaria a queda da rentabilidade do Fundo, ou até a perda patrimonial.

#### *Forma de pagamento dos Direitos Creditórios*

O pagamento referente aos Financiamentos cujos Direitos Creditórios tenham sido cedidos ao Fundo pode ser feito (i) em qualquer instituição financeira integrante do Sistema Financeiro Nacional até a data de seu vencimento, (ii) em qualquer agência do Agente de Recebimento em até 10 dias após o vencimento, e (iii) diretamente ao Cedente após o 10º dia contados do vencimento. Caso os recursos em atraso sejam pagos diretamente ao Cedente, a subsequente transferência ao Fundo, que é dever legal e obrigacional, dependerá de ato do próprio Cedente. Por diversos motivos, a transferência de recursos do Cedente ao Fundo poderá atrasar, como, por exemplo, por problemas operacionais ou por intervenção, liquidação ou falência daquele. Nessa hipótese, a rentabilidade do Fundo poderá ser afetada negativamente.

#### *Não verificação da reserva do gravame no SNG*

Os Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo são oriundos de Financiamentos cujos veículos financiados deveriam ter a reserva do gravame devidamente registrada no SNG em favor do credor. A reserva do gravame no SNG permite a transferência da propriedade fiduciária do veículo para o credor, e a consequente execução mais célere em caso de inadimplemento. Previamente a cada cessão de Direitos Creditórios ao Fundo, nem o Custodiante, nem qualquer terceiro contratado pelo Fundo verificará se há reserva de gravame de veículos no SNG vinculada a tais Direitos Creditórios. Caso o Fundo adquira Direitos Creditórios cuja reserva do gravame do veículo financiado não esteja devidamente registrada no SNG, a execução, em caso de inadimplemento do Devedor, seria dificultada, podendo afetar negativamente a rentabilidade do Fundo.

#### Risco de Descontinuidade

##### *Liquidação Antecipada*

O Fundo poderá ser liquidado antecipadamente por diversas razões. Mesmo que o Fundo disponha de recursos para pagamento aos cotistas, o que não é garantido pela Instituição Administradora, Custodiante, Cedente ou quaisquer terceiros, é possível que não haja, disponíveis no mercado, aplicações com mesmas características de prazo, risco e rentabilidade, o que frustraria a expectativa que o investidor possuía no momento em que adquiriu Cotas.

### *Observância da Alocação Mínima*

O Fundo deve observar a Alocação Mínima. Entretanto, não há garantia de que o Cedente conseguirá (ou desejará) originar e/ou ceder Direitos Creditórios suficientes para fazerem frente a esta exigência da Alocação Mínima. Assim, a existência do Fundo no tempo dependerá da manutenção dos fluxos de originação e de cessão de Direitos Creditórios necessários à manutenção e/ou recomposição da Alocação Mínima. O desenquadramento em relação à Alocação Mínima pode inclusive levar à Amortização Compulsória.

### *Riscos da Cedente*

#### *Descumprimento do Contrato de Cessão*

Em virtude do disposto no Contrato de Cessão, o Cedente está obrigado a ceder Direitos Creditórios ao Fundo, de acordo com as condições mínimas ali estabelecidas. Caso o Cedente, por qualquer motivo, interrompa a cessão de Direitos Creditórios pactuada nos termos do Contrato de Cessão, é possível que o Fundo passe a apresentar excesso de liquidez, ou/e deixe de observar a Alocação Mínima. Quaisquer dessas hipóteses poderiam levar à liquidação antecipada do Fundo, ou à Amortização Compulsória.

#### *Elevação do Fator Multiplicador*

A Assembléia Geral poderá deliberar, a qualquer tempo, pela elevação do Fator Multiplicador aplicável às Cotas Seniores. Exclusivamente na ocorrência dessa hipótese, fica facultado ao Cedente resilir o Contrato de Cessão. A rescisão do Contrato de Cessão levaria às consequências descritas no item acima.

#### *Diminuição da Quantidade de Direitos Creditórios Elegíveis*

Os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo são decorrentes exclusivamente de Financiamentos, e devem necessariamente respeitar os parâmetros da política de investimento descrita no item “Direitos Creditórios – Características – Política de Concessão de Crédito do Banco Paulista” abaixo, bem como atender aos Critérios de Elegibilidade previstos no item “Características do Fundo – Política de Investimento – Critérios de Elegibilidade e Condições Adicionais” abaixo. Na hipótese de, por qualquer motivo, (i) deixarem de ocorrer tais empréstimos; e/ou (ii) não existirem Direitos Creditórios disponíveis para cessão ao Fundo e que satisfaçam os Critérios de Elegibilidade e a política de investimento, poderá ocorrer a liquidação do Fundo, ou ainda Amortização Compulsória. Ressalte-se que alterações da política econômica do governo e aumento da concorrência no setor de crédito direto ao consumidor para aquisição de bens duráveis também podem levar à diminuição da quantidade, ou até à inexistência, de Direitos Creditórios elegíveis.

### *Conflito de Interesses*

O Cedente foi contratado como Agente de Cobrança, tendo, por conta desse fato, a obrigação de efetuar a cobrança dos Direitos Creditórios inadimplidos. É possível que o correto desempenho das funções de Agente de Cobrança conflite os interesses do Banco Paulista como cedente dos Direitos Creditórios, o que poderá afetar negativamente a rentabilidade das Cotas.

### Outros Riscos

#### *Invalidade ou Ineficácia da Cessão de Direitos Creditórios*

Com relação ao Cedente, a cessão de Direitos Creditórios poderia ser invalidada ou tornada ineficaz, impactando negativamente o patrimônio do Fundo, caso fosse realizada em (i) fraude contra credores, inclusive da massa, se no momento da cessão o Cedente estivesse insolvente ou se com ela passasse ao estado de insolvência; (ii) fraude de execução, caso (a) quando da cessão o Cedente fosse sujeito passivo de demanda judicial capaz de reduzi-lo à insolvência; ou (b) sobre os Direitos Creditórios Cedidos pendesse demanda judicial fundada em direito real; e (iii) fraude à execução fiscal, se o Cedente, quando da celebração da cessão de créditos, sendo sujeito passivo por débito para com a Fazenda Pública, por crédito tributário regularmente inscrito como dívida ativa, não dispusesse de bens para total pagamento da dívida fiscal.

#### *Concentração em Modalidade de Investimento*

O Fundo aplicará em Direitos Creditórios exclusivamente originados de Financiamentos. Nesse contexto, não será possível ampla diversificação dos investimentos realizados pelo Fundo, sendo estes concentrados em uma espécie primordial de investimento (Direitos Creditórios). A concentração das aplicações em um ou em poucos tipos de investimentos eleva a possibilidade de que os cotistas do Fundo venham a sofrer perda patrimonial.

#### *Intervenção no ou Liquidação do Agente de Cobrança ou de Recebimento*

Na hipótese de intervenção extrajudicial no Agente de Cobrança ou de Recebimento, o repasse dos recursos provenientes dos Direitos Creditórios Cedidos poderia ser interrompido, e permaneceria inexigível enquanto perdurasse a intervenção. Em caso de liquidação extrajudicial do Agente de Cobrança ou de Recebimento, há a possibilidade de os recursos ali depositados serem bloqueados, e somente serem recuperados por meio de pedido de restituição, ou mesmo por via judicial. Em ambos os casos, a rentabilidade e o patrimônio do Fundo poderiam ser afetados.

#### *Intervenção no ou Liquidação do Custodiante*

O Fundo terá conta corrente no Custodiante. Na hipótese de intervenção ou liquidação extrajudicial deste, há possibilidade de os recursos ali depositados serem bloqueados e somente por via judicial serem recuperados para o Fundo, o que afetaria sua rentabilidade e poderia levá-lo a perder parte do seu patrimônio.

### *Guarda dos Documentos Comprobatórios pelo Cedente*

O Cedente é, na qualidade de fiel depositário, responsável pela guarda física dos Documentos Comprobatórios. Embora o Cedente tenha a obrigação de permitir ao Fundo e ao Custodiante livre acesso à referida documentação, a guarda de tais documentos pelo Cedente, ou por qualquer subcontratado, poderá representar dificuldade à verificação da constituição e performance dos Direitos Creditórios Cedidos, podendo gerar perdas ao Fundo e, conseqüentemente, aos seus Cotistas.

### *Alteração do Regulamento*

O Regulamento pode ser alterado em conseqüência de normas legais ou regulamentares, por determinação da CVM ou por deliberação da Assembléia Geral. Tais alterações poderão afetar o modo de operação do Fundo e acarretar perdas patrimoniais ao Fundo.

### *Ausência de Notificação aos Devedores*

A cessão de Direitos Creditórios objeto do Contrato de Cessão não será precedida pela notificação dos Devedores, pois os procedimentos de cobrança permanecerão os mesmos. No entanto, caso seja necessário alterar os mecanismos de cobrança, os Devedores não estão obrigados a realizar qualquer pagamento com relação aos Direitos Creditórios Cedidos diretamente ao Fundo até que sejam notificados da referida cessão. Nessa hipótese, o patrimônio do Fundo e a rentabilidade das Cotas poderiam ser afetados negativamente.

### *Modalidade Recente de Investimento*

De acordo com a política de investimentos estabelecida na seção “Características do Fundo – Política de Investimento” abaixo, o Fundo investirá seus recursos, preponderantemente, em modalidade de investimentos recentemente instituída no Brasil, consistente em direitos creditórios, sobre os quais inexistem dados históricos e estatísticos que possibilitem estimativa de retorno e previsão de desempenho do Fundo a médio e longo prazo para os investidores.

### *Dação em Pagamento de Direitos Creditórios*

No caso de liquidação do Fundo, ordinária ou antecipada, em que a Assembléia Geral deliberar o resgate das Cotas mediante dação em pagamento de Direitos Creditórios Cedidos, os titulares de Cotas Seniores poderão encontrar dificuldades para (i) negociar os Direitos Creditórios recebidos; e/ou (ii) cobrar os Direitos Creditórios inadimplentes.

### *Inexistência de Rendimento Predeterminado*

As Cotas Seniores serão valorizadas todo dia útil, conforme os critérios de distribuição de rendimentos da carteira do Fundo. Tais critérios visam definir qual parcela do patrimônio líquido do Fundo deve ser prioritariamente alocada aos titulares de Cotas Seniores na hipótese de amortização ou resgate de suas Cotas e não representam nem deverão ser considerados promessa ou garantia de rentabilidade aos Cotistas. Portanto, os cotistas somente receberão rendimentos se os resultados da carteira do Fundo assim permitirem.

### *Perecimento ou roubo do veículo objeto do Financiamento*

Para a concessão dos Financiamentos aos Devedores não se exige que o veículo dado em garantia, tenha seguro contra roubo ou acidentes. As chances de recuperação de valores inadimplidos em processos de execução de dívidas garantidas por alienação fiduciária estão diretamente relacionadas à localização e ao valor do bem dado em garantia. Sendo assim, o roubo, furto ou perecimento de veículos dados em garantia de Direitos Creditórios cujos Devedores estejam inadimplentes poderá afetar negativamente a rentabilidade das Cotas.

### *Carteira de Contratos Recente*

A Cedente passou a atuar no ramo de financiamento de veículos, e concessão de crédito mediante alienação fiduciária de veículos a partir de novembro de 2005. Por conta desse fato, é reduzido o histórico do desempenho da carteira dessa modalidade de crédito da Cedente, o que dificulta a previsão do desempenho e das taxas de inadimplência da carteira a ser cedida. Como um dos elementos que balizará a definição da taxa de desconto é a previsão de desempenho da carteira, é possível que se tal desempenho for avaliado de forma imprecisa, a taxa de desconto poderá ser menor do que a necessária para garantir o rendimento esperado do Fundo, o que causaria prejuízo aos Cotistas.

### *Repassse de valores recuperados por escritórios de cobrança*

Conforme descrito no item “Direitos Creditórios – Características – Cobrança dos Direitos Creditórios” abaixo, a partir do 11º dia de atraso no pagamento de Direitos Creditórios Cedidos, serão acionados os escritórios de cobrança contratados pelo Agente de Cobrança para localizar os Devedores e empreender tentativa de negociação com os mesmos, com o fim de obter valores em atraso. Em caso de sucesso, os valores recuperados são recebidos pelos próprios escritórios de cobrança que, periodicamente, repassam tais valores ao Agente de Cobrança ou ao Fundo. O repasse de valores pelos escritórios de cobrança está sujeito a fraudes, desvios de valores por terceiros, atrasos e problemas operacionais. A ocorrência de quaisquer desses eventos poderia dificultar o recebimento do pagamento referente a Direitos Creditórios inadimplidos de titularidade do Fundo, ocasionando a redução do patrimônio do Fundo.

### *Dificuldades na execução*

Os Direitos Creditórios cedidos ao Fundo são garantidos por alienação fiduciária de veículos. Havendo inadimplemento, os Devedores serão executados judicialmente. É possível que o veículo que garanta a dívida não seja encontrado, ou ainda que se encontrado, o preço obtido na venda seja insuficiente para cobrir o débito com o Fundo. Nesses casos, ainda restaria ao Fundo executar o restante do patrimônio do Devedor, o que, além de demorado, é na maioria dos casos pouco eficiente. Em virtude do disposto acima, o patrimônio do Fundo poderia ser afetado negativamente.

### *Alteração da situação financeira dos Devedores*

A concessão de Financiamentos é precedida de verificação de registros de inadimplência junto ao SPC, à SERASA e às demais entidades que compõem o sistema de proteção ao crédito em relação aos respectivos Devedores. Os Direitos Creditórios Cedidos são oriundos de Financiamentos que possuem ao menos a primeira parcela paga pelo Devedor. É possível que a situação financeira do Devedor sofra deterioração no período entre a concessão do Financiamento e a efetiva cessão ao Fundo dos Direitos Creditórios dele originados. Como não se faz nova checagem da situação de inadimplência do Devedor previamente à cessão de Direitos Creditórios ao Fundo, é possível que o Fundo venha a adquirir Direitos Creditórios cujos Devedores estejam inadimplentes em relação a outras obrigações, e/ou negativados em entidades integrantes do sistema de proteção ao crédito.

### *Falha operacional do Cedente*

A concessão de Financiamentos é realizada mediante verificação prévia do risco de crédito do Devedor. É possível que ocorra alguma falha operacional no momento de análise do risco de crédito do Devedor, ou da formalização do Financiamento cujos Direitos Creditórios foram cedidos ao Fundo (como não inclusão dos contatos do Devedor, ausência de assinatura da CCB, não inclusão da reserva do gravame do veículo financiado no SNG). Essas falhas operacionais poderiam dificultar, ou mesmo impedir a efetiva cobrança dos Direitos Creditórios, o que poderia afetar negativamente o patrimônio do Fundo.

## **Gerenciamento de Riscos**

Os riscos financeiros monitorados e controlados pela Instituição Administradora podem ser classificados em quatro tipos: (i) risco de mercado; (ii) risco de crédito; (iii) risco de liquidez; e (iv) risco operacional.

### *Risco de mercado*

O risco de mercado deve-se às mudanças nos preços dos instrumentos financeiros. Estas, por sua vez, são decorrentes das alterações nas taxas de juros, nas taxas de câmbio, nos preços das ações e nos preços das commodities. Para controle e mensuração de risco de mercado a Instituição Administradora desenvolveu um sistema de gerenciamento de risco de mercado que está em conformidade com as mais importantes "melhores práticas" (*best practices*) recomendadas pelo G 30.

A Instituição Administradora usa a abordagem do *value at risk* para calcular o risco de mercado diário das posições de suas carteiras. Para o controle da exposição das carteiras a riscos de mercado, estão definidos diversos tipos de limites em função dos objetivos de retorno e das tolerâncias a risco destas carteiras. Também são considerados procedimentos de preservação de capital.

O processo de gerenciamento e de controle do risco de mercado das carteiras da Instituição Administradora é feito por meio da definição e divulgação dos seguintes limites, quando aplicáveis e apropriados:



- i) limites financeiros de exposição por classes e sub-classes de ativos;
- ii) limites temporais - envolvendo maturidade ou duração - de exposição a risco por classes e sub-classes de ativos;
- iii) limite de *value at risk* para as posições das carteiras como um todo;
- iv) limites de *value at risk* incremental para as diversas classes e sub-classes de ativos existentes nas carteiras (renda fixa prefixada e seus diferentes riscos de crédito, renda fixa pós-fixada e seus diferentes riscos de crédito, renda variável);
- v) limites de *value at risk* em condições de *stress*;
- vi) limites de alavancagem; e
- vii) limites de preservação de capital para as carteiras.

A Instituição Administradora também avalia o risco de mercado considerando situações de volatilidades anormalmente altas, chamadas situações de *stress*. Essas análises de *stress* são necessárias, pois os sistemas de mensuração de risco de mercado baseiam-se em condições normais de mercado, que podem não refletir potenciais perdas sob condições extremas de mercado. Estas análises consideram tanto eventos históricos como estimativas futuras de movimentos adversos do mercado.

#### *Risco de crédito*

Ao se medir o risco de crédito, ou risco de contraparte, deve-se avaliar a perda potencial em caso de inadimplemento, tal como a perda potencial em caso de a contraparte não poder cumprir com suas obrigações. O sistema de aprovação, gestão e controle de risco de crédito da Instituição Administradora está em conformidade com as melhores práticas recomendadas pelo G 30, e com os princípios para a gestão de risco de crédito estabelecidos pelo *Basel Committee of the Bank for International Settlements* (BIS).

A Instituição Administradora possui um sistema interno de *rating* para a gestão do risco de crédito. Este sistema apresenta consistência com outros sistemas de *rating* de agências classificadoras de risco de crédito. Já a avaliação do risco de crédito dos instrumentos derivativos é feita por meio de mensurações da exposição potencial e da exposição corrente. A exposição corrente é o valor de mercado, ou o custo de reposição, das posições existentes em aberto. A exposição potencial mede perdas futuras prováveis em decorrência de inadimplementos ao longo da vida restante das posições existentes em aberto.

#### *Risco de liquidez*

A estratégia de gerenciamento de liquidez da Instituição Administradora estabelece a abordagem geral adotada no gerenciamento de liquidez, incluindo metas quantitativas e qualitativas. Esta estratégia aborda, ainda, a habilidade das carteiras da Instituição Administradora em suportar eventos de stress no mercado.

A estratégia de gerenciamento de liquidez ou, simplesmente, estratégia de liquidez, dispõe sobre aspectos como:

- i) composição de ativos e passivos;
- ii) liquidez de ativos;
- iii) procedimentos de atuação para situações de crise de liquidez, tanto de curto como de longo prazo;
- iv) limites de descasamento de fluxo de caixa (necessidade de recursos em relação ao total do passivo) em função do tempo; e
- v) limites para a relação entre ativos líquidos e passivo de curto prazo.

Adicionalmente, os gestores de recursos da Instituição Administradora avaliam constantemente a forma pela qual os riscos de crédito e de mercado impactam a estratégia de gerenciamento de liquidez.

A responsabilidade por estabelecer e analisar criticamente a estratégia de liquidez está designada às posições mais altas na hierarquia da Instituição Administradora, enquanto a responsabilidade por executar as determinações da estratégia de liquidez cabe aos gestores dos recursos da Instituição Administradora e a responsabilidade por verificar a execução das determinações da estratégia de liquidez é do gerente de risco e *compliance*.

A estratégia de liquidez da Instituição Administradora é avaliada criticamente em intervalos regulares que coincidem com as revisões para a macro alocação dos ativos, ou, se houver necessidade, em intervalos menores.

O processo de gerenciamento e de controle do risco de liquidez das carteiras da Instituição Administradora fundamenta-se nas seguintes definições:

- i) instrumentos de liquidez imediata (disponibilidades ou equivalentes);
- ii) instrumentos de alta liquidez (instrumentos que podem ser convertidos em disponibilidades em um prazo máximo de cinco dias úteis ao valor justo de mercado); e
- iii) instrumentos ilíquidos (instrumentos que não se encaixam nas duas categorias anteriores).

O gerenciamento e o controle do risco de liquidez são executados por meio da definição e divulgação dos seguintes limites:

- i) limite mínimo de instrumentos de liquidez imediata (expresso como uma porcentagem do patrimônio da carteira);

- ii) limite mínimo de instrumentos com alta liquidez (expresso como uma porcentagem do patrimônio da carteira); e
- iii) limite máximo de instrumentos ilíquidos é estabelecido em consequência dos limites anteriores.

#### *Risco operacional*

O risco operacional pode ser caracterizado como o risco causado por falhas nos seus procedimentos operacionais, nos seus sistemas internos e nos seus sistemas de controle.

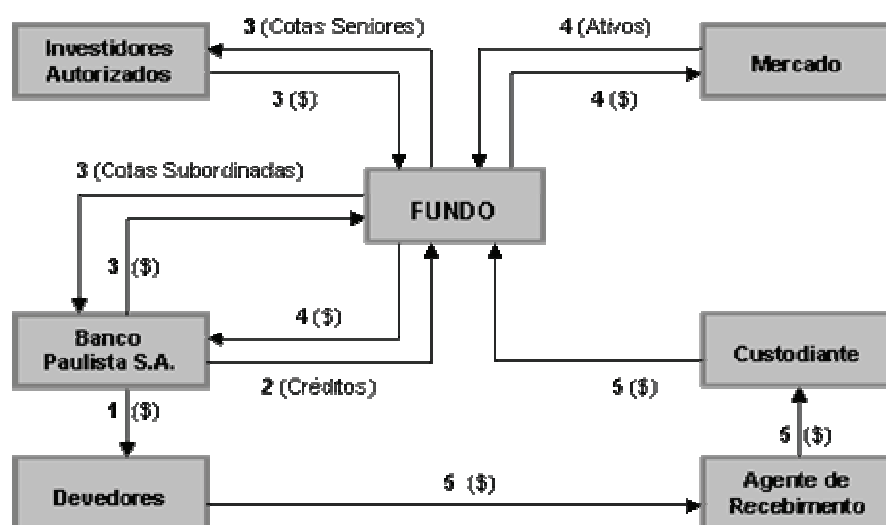
O gerenciamento do risco operacional ao qual estão expostas as atividades da Instituição Administradora é feito pela área de *compliance* por meio de um sistema de controles internos que compreende as seguintes etapas: (i) identificação de riscos; (ii) estimação dos riscos; (iii) análise dos riscos; e (iv) mitigação dos riscos.

## CARACTERÍSTICAS DO FUNDO

### Objeto do Fundo

O Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Paulista – Veículos tem por objeto a captação de recursos para aquisição de Direitos Creditórios e Ativos de Liquidez, nos termos da política de investimento descrita na seção “Características do Fundo – Política de Investimento” abaixo.

### Fluxograma da Securitização



1. O Banco Paulista celebra contratos de financiamento para aquisição de veículos com pessoas físicas e jurídicas (Devedores), constituindo Direitos Creditórios de sua titularidade.
2. Desde que atendidos os Critérios de Elegibilidade e as Condições Adicionais, o Fundo adquirirá os Direitos Creditórios oferecidos à cessão pelo Banco Paulista.
3. O Fundo emite Cotas Seniores da Primeira Série para subscrição por Investidores Autorizados e Cotas Subordinadas para subscrição pelo Banco Paulista.
4. Com os recursos obtidos pela integralização das Cotas, o Fundo paga ao Banco Paulista pela cessão de Direitos Creditórios, podendo, ainda, adquirir outros ativos.
5. Os valores pagos pelos Devedores são recebidos pelo Agente de Recebimento, que transfere tais recursos à conta corrente de titularidade do Fundo mantida no Custodiante.

## **Forma de Constituição e Prazo de Duração**

O Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado, de modo que suas Cotas somente serão resgatadas ao término do respectivo prazo de duração, ou em virtude da liquidação do Fundo. É admitida a amortização das Cotas, conforme disposto na seção “Características do Fundo – Amortização das Cotas” ou por decisão da Assembléia Geral.

O Fundo terá prazo de duração até 31 de dezembro de 2017, podendo ser liquidado por deliberação da Assembléia Geral ou, no caso de não haver Cotas em circulação, por deliberação da Instituição Administradora. Cada Série terá a duração especificada no respectivo Suplemento, observado o prazo de duração do Fundo. O prazo de duração das Cotas Seniores da Primeira Série é de 36 (trinta e seis) meses contados da Data de Subscrição Inicial.

## **Público Alvo**

Somente poderão adquirir Cotas Seniores, os Investidores Autorizados, nos termos da legislação aplicável, que almejam rentabilidade a longo prazo, compatível com a política de investimento do Fundo e que aceitam os riscos inerentes a tal investimento.

Para fins deste Prospecto, são considerados Investidores Autorizados os investidores qualificados, assim definidos pelo artigo 109 da Instrução nº 409, de 18 de agosto de 2004, da CVM:

- i) instituições financeiras;
- ii) companhias seguradoras e sociedades de capitalização;
- iii) entidades abertas e fechadas de previdência complementar;
- iv) pessoas físicas ou jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor qualificado mediante termo próprio;
- v) fundos de investimento destinados exclusivamente a investidores qualificados; e
- vi) administradores de carteira e consultores de valores mobiliários autorizados pela CVM, em relação a seus recursos próprios.

## **Objetivo de Investimento**

O Fundo tem por principal objetivo a captação de recursos para aquisição de Direitos Creditórios oriundos de Financiamentos celebrados entre o Banco Paulista e os Devedores, de acordo com as disposições previstas no Regulamento, no Contrato de Cessão e na legislação aplicável em vigor.

Desde que o patrimônio do Fundo assim permita, o Fundo terá como meta a valorização das Cotas Seniores, tendo como parâmetro as taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, sobre as quais será aplicado o Fator Multiplicador, definido no Suplemento da respectiva Série. Após a distribuição dos rendimentos às Cotas Seniores, o eventual excedente decorrente da valorização da carteira do Fundo no respectivo período será incorporado proporcionalmente às Cotas Subordinadas.

A Instituição Administradora buscará manter a carteira do Fundo como de longo prazo (superior a 365 dias), de forma a proporcionar aos cotistas o benefício das alíquotas decrescentes do imposto de renda até a alíquota mínima de 15%. Todavia, a carteira do Fundo poderá apresentar variação do seu prazo médio, passando a ser caracterizada como de curto prazo para efeitos tributários. Ressalte-se que os Direitos Creditórios não integram o cálculo do prazo médio da carteira do Fundo.

### **Política de Investimento**

O Fundo poderá realizar aplicações que coloquem em risco parte ou a totalidade de seu patrimônio. A carteira do Fundo, e por consequência seu patrimônio, estão submetidos a diversos riscos, dentre os quais, exemplificativamente, os analisados no capítulo “Fatores de Risco” acima. O investidor interessado, antes de adquirir Cotas Seniores da Primeira Série, deve ler cuidadosamente o referido capítulo e a política de investimento descrita abaixo, responsabilizando-se por seu investimento no Fundo.

#### *Carteira do Fundo*

O Fundo é voltado à aplicação preponderantemente em Direitos Creditórios originários de Financiamentos que atendam, cumulativamente, aos Critérios de Elegibilidade, às Condições Adicionais e à política de investimento descrita nesta seção.

Sem prejuízo das outras modalidades de investimentos para aplicação do remanescente de seu patrimônio líquido, conforme descritas no item “Características do Fundo – Política de Investimento – Aplicação do Remanescente do Patrimônio Líquido do Fundo” abaixo, o Fundo deverá manter, após 90 dias do início de suas atividades, no mínimo 50% de seu patrimônio líquido em Direitos Creditórios.

#### *Requisitos de Diversificação*

Observadas as restrições descritas nesta seção, nos Critérios de Elegibilidade e nas Condições Adicionais, o Fundo poderá aplicar até 20,0% (vinte por cento) de seu patrimônio líquido em ativos de emissão e/ou coobrigação de um mesmo devedor, conforme previsto no artigo 40-A da Instrução nº 356, de 17 de dezembro de 2001, da CVM.

#### *Aplicação do Remanescente do Patrimônio Líquido do Fundo*

O Fundo pode manter o remanescente do seu patrimônio líquido em moeda corrente ou aplicá-lo nos seguintes títulos e ativos:

- i) títulos de emissão do Tesouro Nacional; e
- ii) títulos de emissão do Banco Central do Brasil.

### *Demais Informações*

O Fundo pode realizar operações compromissadas e operações em mercados de derivativos, desde que com o objetivo de proteger posições detidas à vista, até o limite dessas.

A Instituição Administradora, por conta e ordem do Fundo, poderá realizar operações com instrumentos derivativos com o objetivo de eliminar descasamentos de taxas de juros entre as posições detidas à vista, até o limite destas e as obrigações do Fundo para com os Cotistas. As operações contratadas pelo Fundo com instrumentos derivativos, se realizadas, deverão ocorrer (i) em mercado de balcão, sendo que (a) tais operações deverão ser necessariamente registradas na BM&F sob a modalidade “com garantia” em favor do Fundo, e (b) a contraparte deverá ser Instituição Autorizada; e/ou (ii) diretamente na BM&F, sob a modalidade “com garantia”, desde que previamente comunicado pela Agência Classificadora de Risco. É expressamente vedada a realização de operações de venda de opções a descoberto e alavancadas, a qualquer título. A Instituição Administradora deverá disponibilizar às Agências Classificadoras de Risco, cópia dos contratos das operações de *swap* realizadas pelo Fundo.

É expressamente vedada a realização de operações de (i) *day trade*, (ii) renda variável ou (iii) venda de opções de compra a descoberto e alavancadas, a qualquer título. A Instituição Administradora deverá disponibilizar à Agência Classificadora de Risco, cópia dos contratos das operações de *swap* realizadas pelo Fundo.

É vedado ao Fundo realizar operações nas quais a Instituição Administradora atue na condição de contraparte do Fundo.

### *Crítérios de Elegibilidade e Condições Adicionais*

Os Critérios de Elegibilidade dos Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo são, exclusiva e cumulativamente:

- i) os Direitos Creditórios devem ser originários de Financiamentos que:
  - a) tenham prazo de até 60 (sessenta) meses;
  - b) a primeira parcela já tenha sido integralmente paga;
  - c) o valor de cada parcela seja inferior a 30,0% (trinta por cento) do rendimento ou faturamento bruto mensal dos respectivos Devedores.
- ii) a aquisição de Direitos Creditórios não poderá fazer com que a totalidade do débito de determinado Devedor para com o Fundo seja superior a R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais);
- iii) a aquisição de Direitos Creditórios não poderá fazer com que a totalidade do débito de determinado Devedor para com o Fundo seja superior a 0,40% (quarenta centésimos por cento) dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo;

- iv) a aquisição de Direitos Creditórios não poderá fazer com que a totalidade dos débitos de Financiamentos de veículos pesados seja superior a 45,0% (quarenta e cinco por cento) do patrimônio líquido do Fundo;
- v) os Devedores dos Direitos Creditórios não devem estar, no momento de aquisição de tais Direitos Creditórios pelo Fundo, inadimplentes em relação a outros Direitos Creditórios de titularidade do Fundo; e
- vi) o vencimento dos Direitos Creditórios adquiridos não pode ser posterior ao prazo de resgate das Cotas Seniores em Circulação.

O enquadramento dos Direitos Creditórios que o Fundo pretenda adquirir aos Critérios de Elegibilidade será verificado pelo Custodiante previamente à cessão única e exclusivamente com base nos arquivos eletrônicos fornecidos pelo Cedente, bem como nos dados relativos ao Fundo mantidos pelo Custodiante. Posteriormente à cessão, o Custodiante realizará a verificação bimestral de lastro dos Direitos Creditórios Cedidos, por amostragem, com base nos Documentos Comprobatórios.

A alteração dos Critérios de Elegibilidade é de competência exclusiva da Assembléia Geral. Caso o Custodiante, por qualquer motivo, não concorde com as alterações promovidas pela Assembléia Geral em relação aos Critérios de Elegibilidade, deverá requerer o término do Contrato de Custódia, em até 20 (vinte) dias úteis contados do recebimento da notificação que o informe sobre a alteração do Regulamento.

Na hipótese de requerer o término do Contrato de Custódia, o Custodiante não será responsável pela verificação do enquadramento dos Direitos Creditórios aos Critérios de Elegibilidade que tenham sido alterados ou incluídos sem a sua expressa concordância, desde a data de tal alteração ou inclusão até a data da efetiva interrupção da prestação dos serviços de custódia ao Fundo.

Caso não requeira o término do Contrato de Custódia, no prazo de 20 (vinte) dias referido acima, serão considerados aceitos tacitamente pelo Custodiante as alterações promovidas pela Assembléia Geral em relação aos Critérios de Elegibilidade. Não obstante, o Custodiante somente terá a obrigação de verificação dos Critérios de Elegibilidade alterados ou incluídos após o decurso do prazo.



As Condições Adicionais dos Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo, que deverão ser verificadas previamente a cada cessão pelo Banco Paulista, são, exclusiva e cumulativamente:

- i) os Direitos Creditórios devem ser originários de Financiamentos:
  - a) que foram concedidos pelo Banco Paulista aos Devedores, e formalizados por meio de CCBs;
  - b) que possuam a reserva da alienação fiduciária de veículo devidamente registrada no SNG em favor do Banco Paulista, cujo Valor de Mercado representasse pelo menos 120,0% (cento e vinte por cento) do valor financiado na data da concessão do financiamento;
  - c) cujo modelo do veículo alienado fiduciariamente tenha no máximo 18 (dezoito) anos, para veículos leves, e 26 (vinte e seis) anos, para veículos pesados, contados a partir de 31 de dezembro do ano do modelo;
  - d) cujas taxas de juros sejam pré-fixadas;
  - e) cujo veículo financiado em garantia não seja motocicleta; e
  - f) que não tenham sido originados da renegociação de outro(s) contrato(s) de financiamento de veículo(s) de um mesmo Devedor; e
- ii) o cadastro dos Devedores dos Direitos Creditórios cujos Financiamentos tenham sido concedidos após 1º de maio de 2007 não apresentaram, no momento de concessão dos respectivos financiamentos, qualquer registro de inadimplência de valor superior a R\$100,00 (cem reais) junto ao SPC ou à SERASA ou junto às demais entidades que compõem o sistema de proteção ao crédito.

#### *Taxa de Desconto*

A contraprestação pela cessão dos Direitos Creditórios devida pelo Fundo será calculada de acordo com a fórmula abaixo a não ser que diversamente estabelecido no respectivo Termo de Cessão:

$$PC = \frac{VN}{(1 + TD)^{\frac{N}{360}}}$$

*PC* = Preço de Cessão;

*VN* = Valor Nominal de cada Direito Creditório;

*TD* = Taxa de Desconto, obtida pela composição da taxa de remuneração das Cotas Seniores junto aos custos do Fundo e ao Excesso de Spread;

*N* = Dias corridos entre a data de vencimento e a data de aquisição.

A fórmula estabelecida acima corresponde à menor taxa de desconto que poderá ser praticada pela Instituição Administradora na aquisição de Direitos Creditórios do Cedente. Não obstante, é facultado à Instituição Administradora e ao Cedente, desde que em comum acordo, estabelecerem taxa de desconto mais elevada na cessão de Direitos Creditórios, a qual deverá constar no respectivo Termo de Cessão.

### **Ordem e Aplicação dos Recursos**

A partir da primeira Data de Subscrição Inicial das Cotas Seniores da Primeira Série e até a liquidação do Fundo, sempre preservada a manutenção de sua boa ordem legal, administrativa e operacional, a Instituição Administradora obriga-se, por meio dos competentes débitos e créditos realizados nas contas correntes de titularidade do Fundo, a alocar os recursos decorrentes da integralização das Cotas e do recebimento de recursos provenientes da carteira do Fundo, na seguinte ordem:

- i) no pagamento de despesas e encargos de responsabilidade do Fundo, devidos nos termos do item “Características do Fundo – Informações Complementares – Despesas e Encargos do Fundo” abaixo e da legislação aplicável;
- ii) na amortização das Cotas Seniores em Circulação;
- iii) na constituição da Reserva de Pagamento;
- iv) na constituição da Reserva de Liquidez;
- v) na amortização de Cotas Subordinadas, observados os limites, os termos e as condições do item “Características do Fundo – Amortização das Cotas – Amortização das Cotas Subordinadas” abaixo; e
- vi) no pagamento do preço de aquisição dos Direitos Creditórios.

Exclusivamente na hipótese de liquidação antecipada do Fundo, os recursos decorrentes da integralização das Cotas e do recebimento dos ativos integrantes da carteira do Fundo serão alocados na seguinte ordem:

- i) no pagamento de despesas e encargos de responsabilidade do Fundo, devidos nos termos do item “Características do Fundo – Informações Complementares – Despesas e Encargos do Fundo” abaixo e da legislação aplicável;
- ii) na amortização das Cotas Seniores; e
- iii) na amortização de Cotas Subordinadas, observados os limites, os termos e as condições do item “Características do Fundo – Amortização das Cotas – Amortização das Cotas Subordinadas” abaixo.

## **Regras de Movimentação**

Somente poderão adquirir as Cotas os Investidores Autorizados.

O valor mínimo para aquisição de Cotas Seniores da Primeira Série será de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

As Cotas serão subscritas e integralizadas a partir da respectiva Data de Subscrição Inicial, que será determinada pela Instituição Administradora. Na subscrição de Cotas que ocorrer em dia diferente da respectiva Data de Subscrição Inicial, caso os recursos entregues pelo investidor sejam disponibilizados à Instituição Administradora até às 15h00, será utilizado o valor da Cota da mesma classe e/ou Série em vigor no próprio dia da efetiva disponibilidade dos recursos; caso os recursos entregues pelo investidor sejam disponibilizados à Instituição Administradora após às 15h00, será utilizado o valor da Cota da mesma classe e/ou Série no dia útil subsequente ao da efetiva disponibilidade de recursos.

Admite-se o resgate de Cotas em Direitos Creditórios na hipótese de liquidação antecipada do Fundo.

Para fins do disposto no item anterior, durante a vigência da CPMF, os resgates em Direitos Creditórios serão efetivados por meio de qualquer mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central do Brasil, simultaneamente à compra, pelo cotista, de Direitos Creditórios, em valor correspondente ao líquido resgatado.

## **Cotas do Fundo**

O previsto nesta seção não constitui promessa de rendimentos, estabelecendo meramente uma preferência na valorização da carteira do Fundo, bem como critérios de valorização entre as Cotas das diferentes classes existentes. Portanto, os cotistas somente receberão rendimentos se os resultados da carteira do Fundo assim permitirem.

### *Características Gerais*

As Cotas correspondem a frações ideais do patrimônio do Fundo e somente serão resgatadas ao término dos respectivos prazos de duração, ou em virtude da liquidação do Fundo, ou ainda por decisão da Assembléia Geral. As Cotas serão divididas em classes, conforme descrito no item “Características do Fundo – Cotas do Fundo – Classes de Cotas” abaixo.

As Cotas serão subscritas e integralizadas a partir da respectiva Data de Subscrição Inicial, que será determinada pela Instituição Administradora. Na subscrição de Cotas que ocorrer em dia diferente da respectiva Data de Subscrição Inicial, caso os recursos entregues pelo investidor sejam disponibilizados à Instituição Administradora até às 15h00, será utilizado o valor da Cota da mesma classe e/ou Série em vigor no próprio dia da efetiva disponibilidade dos recursos; caso os recursos entregues pelo investidor sejam disponibilizados à Instituição Administradora após 15h00, será utilizado o valor da Cota da mesma classe e/ou Série no dia útil subsequente ao da efetiva disponibilidade de recursos.

### *Classes de Cotas*

As Cotas serão seniores ou subordinadas.

Todas as Cotas de mesma classe e Série terão iguais taxas, despesas e prazos, bem como direitos de voto.

As Cotas Seniores são aquelas que não se subordinam às demais para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo, nos termos do Regulamento.

As Cotas Subordinadas são aquelas que se subordinam às Cotas Seniores para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo, nos termos do Regulamento. Somente ocorrerá a amortização das Cotas Subordinadas após a amortização das Cotas Seniores, ou conforme descrito no Regulamento. Somente ocorrerá o resgate das Cotas Subordinadas após o resgate das Cotas Seniores.

### *Cotas Seniores da Primeira Série*

Serão emitidas 4.000 (quatro mil) Cotas Seniores da Primeira Série, com valor de R\$25.000,00 (vinte cinco mil reais) cada na Data de Subscrição Inicial. As Cotas Seniores da Primeira Série terão prazo de 36 (trinta e seis) meses, e terão amortização da valorização incorrida (juros) no 6º e 12º mês, contados a partir da Data de Subscrição Inicial. A partir do 13º (décimo terceiro) mês, inclusive, contados da data de Subscrição Inicial, as Cotas Seniores da Primeira Série serão amortizadas em 24 (vinte quatro) parcelas mensais e sucessivas.

### *Razão Mínima*

A relação mínima entre o patrimônio líquido do Fundo e o valor das Cotas Seniores em Circulação é de 118,5% (cento e dezoito inteiros e cinco décimos por cento), que representa aproximadamente a proporção de 15,5% (quinze inteiros e cinco décimos por cento) de Cotas Subordinadas em relação ao patrimônio líquido do Fundo. Essa relação deve ser apurada todo dia útil, e informada aos cotistas periodicamente.

Na hipótese de inobservância da Razão Mínima por período superior a 5 (cinco) dias, a Instituição Administradora deverá notificar imediatamente o Cedente sobre tal fato que, por sua vez, poderá exercer a faculdade de, em até 2 (dois) dias úteis contados do recebimento de referida notificação, subscrever e integralizar volume suficiente de Cotas Subordinadas para restabelecer a Razão Mínima, o qual será definido e informado pela Instituição Administradora. Ressalte-se que, nesse caso, o Cedente não tem qualquer obrigação de subscrever novas Cotas Subordinadas, mas tão somente a faculdade de fazê-lo.

### *Valorização das Cotas*

As Cotas, independentemente da classe, serão valorizadas todo dia útil, conforme o disposto neste item. A valorização das Cotas ocorrerá a partir do dia útil seguinte à Data de Subscrição Inicial da respectiva Série, e a última valorização ocorrerá na data de resgate das Cotas.

A valorização da carteira do Fundo ocorrerá conforme o seguinte procedimento, desde que o patrimônio do Fundo assim permita:

- i) após o pagamento e provisionamento das despesas e encargos do Fundo, será incorporado ao valor de cada Cota Sênior, de forma proporcional e simultânea para cada Série, a título de valorização relativa ao dia útil imediatamente anterior, o valor apurado posteriormente à aplicação da fórmula de cálculo do valor das Cotas Seniores, no respectivo período; e
- ii) após a valorização acima descrita para as Cotas Seniores, o eventual excedente decorrente da avaliação da carteira do Fundo no período será incorporado proporcionalmente às Cotas Subordinadas.

A fórmula de cálculo do valor das Cotas Seniores, desde que o patrimônio do Fundo assim permita, tem como parâmetro as taxas médias diárias dos DI de um dia, e obedecerá à seguinte fórmula:

$$Re = (VCse \times FatorDI)$$

onde:

Re = valor apurado de cada Cota Sênior no final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

VCse = valor da Cota Sênior, ou seu saldo não amortizado, no início do Período de Capitalização, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento; e

FatorDI = taxa DI Over com uso do Fator Multiplicador, calculado desde a data de início do Período de Capitalização, inclusive, até a data de cálculo exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento;

$$Fator\ DI = (TDI \times FM)$$

onde:

TDI = Taxa DI Over, expressa ao dia, divulgada pela CETIP; e

FM = Fator Multiplicador, na forma percentual, a ser determinado no respectivo Suplemento de cada Série.

O Fator Multiplicador aplicável a cada Série de Cotas Seniores consta no respectivo Suplemento. O Fator Multiplicador das Cotas Seniores da Primeira Série foi definido em procedimento de Coleta de Intenções em 1,1.

Na hipótese de o valor das Cotas Subordinadas ser igual a zero, será incorporado ao valor de cada Cota Sênior, de forma simultânea e proporcional a participação de cada Série em relação ao patrimônio líquido do Fundo do dia útil anterior, o valor equivalente à variação patrimonial do Fundo também em relação ao dia útil anterior.

O procedimento de valorização das Cotas aqui estabelecido não constitui promessa de rendimentos, estabelecendo meramente uma preferência na valorização da carteira do Fundo, bem como critérios de valorização entre as Cotas das diferentes classes existentes. Portanto, os cotistas somente receberão rendimentos se os resultados da carteira do Fundo assim permitirem.

#### *Novas Emissões*

Fica a critério da Instituição Administradora a deliberação relativa a novas emissões e conseqüentes distribuições de Cotas Seniores (“Novas Emissões”) desde que:

- i) seja observada a Razão Mínima, na respectiva Data de Subscrição Inicial;
- ii) seja aprovado em assembléia por maioria simples dos titulares de Cotas Seniores em Circulação; e
- iii) seja emitido parecer pela Agência Classificadora de Risco, o qual deverá ser requerido pela Instituição Administradora, atestando que a Nova Emissão não afetará a classificação de risco das Cotas Seniores em Circulação.

É admitida a emissão e colocação privada de Cotas Subordinadas, a qualquer tempo, pela Instituição Administradora. Será admitida a subscrição por um mesmo investidor de todas as Cotas emitidas. Não haverá, portanto, requisitos de dispersão das Cotas.

#### **Amortização das Cotas**

O previsto nesta seção não constitui promessa de rendimentos, estabelecendo meramente uma previsão de amortização e a preferência entre as diferentes classes de cotas existentes. Portanto, as cotas somente serão amortizadas se os resultados da carteira do Fundo assim permitirem.

#### *Amortização das Cotas Seniores*

Os valores e prazos de amortização e carência aplicáveis às Cotas Seniores de cada uma das Séries a serem emitidas pelo Fundo deverão constar do Suplemento da respectiva Série.

#### *Amortização das Cotas Seniores da Primeira Série*

Serão amortizados no 6º (sexto) e 12º (décimo segundo) mês, contados a partir da Data de Subscrição Inicial, o montante exclusivamente decorrente da valorização das Cotas Seniores da Primeira Série (juros).

A partir do 13º (décimo terceiro) mês, contado da Data de Subscrição Inicial, as Cotas Seniores da Primeira Série serão amortizadas em 24 (vinte quatro) parcelas mensais e sucessivas a ser determinada por meio da divisão do valor da Cota Sênior da Primeira Série na data de amortização pela soma do número de parcelas remanescentes de amortização, conforme abaixo demonstrado:

<b>MÊS</b> <b>(A CONTAR DA DATA DA 1ª SUBSCRIÇÃO)</b>	<b>AMORTIZAÇÃO PROGRAMADA</b>
13º	Valor da cota na data da amortização / 24
14º	Valor da cota na data da amortização / 23
15º	Valor da cota na data da amortização / 22
16º	Valor da cota na data da amortização / 21
17º	Valor da cota na data da amortização / 20
18º	Valor da cota na data da amortização / 19
19º	Valor da cota na data da amortização / 18
20º	Valor da cota na data da amortização / 17
21º	Valor da cota na data da amortização / 16
22º	Valor da cota na data da amortização / 15
23º	Valor da cota na data da amortização / 14
24º	Valor da cota na data da amortização / 13
25º	Valor da cota na data da amortização / 12
26º	Valor da cota na data da amortização / 11
27º	Valor da cota na data da amortização / 10
28º	Valor da cota na data da amortização / 9
29º	Valor da cota na data da amortização / 8
30º	Valor da cota na data da amortização / 7
31º	Valor da cota na data da amortização / 6
32º	Valor da cota na data da amortização / 5
33º	Valor da cota na data da amortização / 4
34º	Valor da cota na data da amortização / 3
35º	Valor da cota na data da amortização / 2
36º	Valor da cota na data da amortização / 1

O pagamento das amortizações será realizado sempre no último dia útil de cada mês de amortização.

#### *Amortização das Cotas Subordinadas*

As Cotas Subordinadas poderão ser amortizadas, a critério da Instituição Administradora, no primeiro dia útil subsequente à Data de Amortização das Cotas Seniores de qualquer Série, desde que: (i) haja recursos suficientes para tanto; (ii) seja observado o limite estabelecido pela Razão Mínima de Amortização; (iii) não tenha ocorrido e esteja em curso qualquer Evento de Avaliação ou Evento de Liquidação; e/ou (iv) não esteja em curso a liquidação antecipada do Fundo. Estes eventos não impedirão a amortização das Cotas Subordinadas se anteriormente ou simultaneamente ocorrer o resgate total das Cotas Seniores.

A não ocorrência de determinada amortização de Cotas Subordinadas em razão do disposto acima não prejudicará as outras amortizações de Cotas Subordinadas, desde que observada a Razão Mínima para Amortização ao tempo de cada amortização.

As Cotas Subordinadas também poderão ser amortizadas por decisão da Assembléia Geral.

A amortização de Cotas Subordinadas somente poderá ser realizada até o limite necessário à manutenção da Razão Mínima prevista no item “Características do Fundo – Cotas do Fundo – Razão Mínima” acima.

#### *Amortização Compulsória*

A Instituição Administradora poderá realizar a amortização compulsória e antecipada das Cotas Seniores, exclusivamente para fins de enquadramento do patrimônio do Fundo (i) à Razão Mínima, (ii) à Alocação Mínima em Direitos Creditórios, e/ou (iii) ao Excedente de Liquidez Máximo, caso o desenquadramento deste último perdure por mais de 20 (vinte) dias.

Na hipótese de a Amortização Compulsória ser decorrente da necessidade de re-enquadramento do patrimônio do Fundo à Razão Mínima, a Instituição Administradora deve, tão logo decida realizar a Amortização Compulsória, convocar Assembléia Geral.

Na hipótese de a Instituição Administradora decidir pela realização da Amortização Compulsória nos termos acima, o valor referente a tal amortização não será apurado pela fórmula definida no Suplemento das respectivas Séries, mas sim pelo valor necessário de enquadramento do Fundo acima previsto. Os cotistas serão informados, inclusive sobre o valor total envolvendo cada Amortização Compulsória, em até 5 (cinco) dias úteis da data em que se verificou a necessidade de realização da Amortização Compulsória.

Qualquer Amortização Compulsória afetará todos os cotistas titulares de Cotas Seniores, de forma proporcional às suas respectivas Cotas.

### **Índices e Reservas**

#### *Excedente de Liquidez Máximo*

O eventual excedente decorrente da avaliação da carteira do Fundo, que exceder o valor da Reserva de Pagamento, deverá constituir o excedente de liquidez e será incorporado proporcionalmente às Cotas Subordinadas.

O valor do excedente de liquidez é limitado ao percentual máximo de 15,0% (quinze por cento) do patrimônio líquido do Fundo.



### *Reserva de Liquidez*

O Fundo deverá sempre manter em Disponibilidades, líquidas de quaisquer impostos, taxas, contribuições, encargos ou despesas de qualquer natureza, soma equivalente a no mínimo 3,0% (três por cento) de seu patrimônio líquido. Tal soma não será considerada para fins de apuração da Reserva de Pagamento.

### *Reserva de Pagamento*

A Instituição Administradora deverá constituir reserva para pagamento das amortizações das Cotas Seniores. Para tanto, a Instituição Administradora deverá interromper a aquisição de novos Direitos Creditórios, de modo que:

- i) a partir de 60 (sessenta) dias antes de cada Data de Amortização de Cotas Seniores, e até 45 (quarenta e cinco) dias corridos antes de cada Data de Amortização de Cotas Seniores, o Fundo sempre mantenha em Disponibilidades (líquidas de quaisquer impostos, taxas, contribuições, encargos ou despesas de qualquer natureza) soma equivalente a 50,0% (cinquenta por cento) do valor futuro estimado da respectiva amortização; e
- ii) a partir de 30 (trinta) dias antes de cada Data de Amortização de Cotas Seniores, e até a data da efetiva amortização, o Fundo sempre mantenha em Disponibilidades (líquidas de quaisquer impostos, taxas, contribuições, encargos ou despesas de qualquer natureza) soma equivalente a 100,0% (cem por cento) do valor futuro estimado da respectiva amortização.

Uma vez constituída a Reserva de Pagamento, a Instituição Administradora poderá adquirir novos Direitos Creditórios.

Caso, uma vez constituída, a Reserva de Pagamento deixe de atender ao disposto nesta cláusula, a Instituição Administradora deverá interromper imediatamente a aquisição de novos Direitos Creditórios, com vistas à recomposição da Reserva de Pagamento.

### **Metodologia de Avaliação dos Ativos e Cotas**

#### *Metodologia de Avaliação dos Ativos do Fundo*

Os títulos de emissão do Tesouro Nacional, os títulos de emissão do Banco Central do Brasil terão seu valor de mercado apurado conforme a metodologia de avaliação descrita no manual de apreçamento de ativos do Custodiante, cujo teor está disponível a quaisquer Cotistas na sede da Instituição Administradora ou no sítio do Custodiante, <http://corporate.citibank.com.br>.

O valor de mercado dos Direitos Creditórios será obtido pela apuração dos preços praticados em mercados organizados nas operações realizadas com os mesmos tipos de ativos e que apresentem características semelhantes às das operações realizadas pelo Fundo, levando em consideração volume, coobrigação e prazo.

Enquanto não houver mercado ativo de direitos creditórios cujas características sejam semelhantes às dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, estes terão seu valor calculado, todo dia útil, pelos respectivos custos de aquisição acrescidos dos rendimentos auferidos, computando-se a valorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado do período.

A metodologia de avaliação dos Direitos Creditórios acima especificada é justificada pelos seguintes fatores:

- i) a inexistência de mercado organizado e ativo para os Direitos Creditórios da carteira do Fundo;
- ii) o Fundo é fechado;
- iii) a intenção de se manterem os Direitos Creditórios na carteira do Fundo até suas respectivas datas de vencimento; e
- iv) o Fundo é destinado exclusivamente para Investidores Autorizados.

Na hipótese de se verificar a existência de um mercado ativo de direitos creditórios cujas características sejam semelhantes às dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, estes passarão a ser avaliados pelo seu valor de mercado, conforme descrito acima, e desde que a Instituição Administradora autorize, por escrito, a utilização do novo método de avaliação dos Direitos Creditórios.

São elementos que denotam a existência de um mercado ativo de direitos creditórios:

- i) a criação de segmento específico de negociação para tais ativos em bolsa ou em mercado de balcão organizado; e
- ii) a existência de negociações com direitos creditórios em volume financeiro relevante, com frequência e regularidade, de modo a conferir efetiva liquidez para os direitos creditórios.

As provisões e as perdas com Direitos Creditórios ou com outros ativos integrantes da carteira do Fundo serão, respectivamente, efetuadas ou reconhecidas nos termos da Resolução do CMN nº 2.682, de 12 de dezembro de 1999.

#### *Metodologia de Avaliação das Cotas*

O valor unitário das Cotas Seniores será o apurado conforme previsto no item “Características do Fundo – Cotas do Fundo – Valorização das Cotas” acima.

O valor unitário das Cotas Subordinadas será o resultado da divisão do eventual saldo remanescente do patrimônio líquido do Fundo, após a subtração do valor de todas as Cotas Seniores em Circulação, pelo número total de Cotas Subordinadas.

## **Assembléia Geral de Cotistas**

As regras contidas nesta seção poderão ser alteradas independentemente de deliberação da Assembléia Geral em casos de alterações nas normas legais e regulamentares vigentes ou de determinação da CVM, hipótese em que deve ser providenciada a ciência aos cotistas da referida alteração no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data do protocolo da alteração do Regulamento junto à CVM.

Salvo motivo de força maior, a Assembléia Geral será realizada na sede da Instituição Administradora. Quando a Assembléia Geral não for realizada na sede da Instituição Administradora, as comunicações enviadas aos cotistas devem indicar, com clareza, o local da reunião, que em nenhuma hipótese pode realizar-se fora do município da sede da Instituição Administradora.

### *Competência*

É da competência da Assembléia Geral do Fundo:

- i) examinar, anualmente, as contas relativas ao Fundo e deliberar sobre as demonstrações financeiras apresentadas pela Instituição Administradora, em até 4 (quatro) meses contados do encerramento do exercício social;
- ii) alterar o disposto no Regulamento;
- iii) deliberar sobre a substituição da Instituição Administradora;
- iv) deliberar sobre a substituição e/ou contratação de terceiro autorizado para exercer atividade de gestão da carteira do Fundo;
- v) eleger e destituir o(s) representante(s) dos cotistas, nos termos estabelecidos no item “Características do Fundo – Assembléia Geral de Cotistas – Nomeação de Representante dos Condôminos” abaixo;
- vi) deliberar sobre a elevação da taxa de administração praticada pela Instituição Administradora, inclusive na hipótese de restabelecimento de taxa que tenha sido objeto de redução;
- vii) deliberar sobre a fusão, incorporação, cisão ou liquidação do Fundo;
- viii) deliberar sobre a prorrogação do prazo de duração do Fundo;
- ix) deliberar sobre a alteração dos termos e condições do Contrato de Cessão;
- x) resolver se Eventos de Avaliação devem ser considerados como um Evento de Liquidação;
- xi) resolver se Eventos de Liquidação devem acarretar a liquidação antecipada do Fundo;

- xii) deliberar sobre a alteração do Fator Multiplicador da remuneração das Cotas Seniores;
- xiii) deliberar acerca da substituição da Taxa DI no evento de sua indisponibilidade por período superior a 30 (trinta) dias consecutivos ou por imposição legal;
- xiv) aprovar os procedimentos a serem adotados no resgate das Cotas mediante dação em pagamento de Direitos Creditórios;
- xv) deliberar sobre a substituição da Agência Classificadora de Risco;
- xvi) deliberar sobre a substituição do Custodiante; e
- xvii) deliberar sobre a substituição do Agente de Cobrança ou do Agente de Recebimento.

#### *Procedimento de Convocação*

A convocação de Assembléia Geral será feita pela Instituição Administradora, mediante publicação de anúncio no periódico utilizado para divulgação das informações do Fundo, e deverá indicar dia, hora e local em que será realizada a Assembléia Geral e os assuntos a serem tratados.

A convocação da Assembléia Geral deverá ser feita com 10 (dez) dias de antecedência, no mínimo, contados da data de publicação do primeiro anúncio ou do envio aos cotistas de comunicação. Não se realizando a Assembléia Geral, será publicado novo anúncio de segunda convocação, ou novamente providenciada a expedição aos cotistas de comunicação, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias.

Para efeito do disposto no parágrafo anterior, admite-se que a segunda convocação da Assembléia Geral seja providenciada juntamente com a primeira convocação. Independentemente das formalidades previstas nesta seção, será considerada regular a Assembléia Geral a que comparecerem todos os cotistas.

Além da reunião anual de prestação de contas, a Assembléia Geral poderá reunir-se por convocação da Instituição Administradora, a seu exclusivo critério, ou mediante solicitação à Instituição Administradora por cotistas que representem, no mínimo, 5,0% (cinco por cento) do total das Cotas emitidas.

#### *Nomeação de Representante dos Condôminos*

A Assembléia Geral pode, a qualquer momento, nomear um ou mais representantes dos Cotistas para exercerem as funções de fiscalização e de controle gerencial das aplicações do Fundo, em defesa dos direitos e dos interesses dos cotistas.

Somente pode exercer as funções de representante dos cotistas pessoa física ou jurídica que atenda aos seguintes requisitos:

- i) ser cotista ou profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos cotistas;
- ii) não ser titular de Cotas Subordinadas;
- iii) não exercer cargo ou função na Instituição Administradora, em seus controladores, em sociedades por eles direta ou indiretamente controladas e em coligadas ou outras sociedades sob controle comum;
- iv) não exercer cargo da administração ou ser empregado do Cedente de direitos creditórios ao Fundo; e
- v) não exercer cargo de administração ou ser empregado dos controladores, diretos ou indiretos, do Cedente.

Os representantes dos cotistas eventualmente nomeados não farão jus, em nenhuma hipótese, ao recebimento de qualquer remuneração do Fundo, da Instituição Administradora, do Custodiante ou do Cedente para exercer tal função.

#### *Direito de Voto e Critérios de Apuração das Deliberações*

A presidência das Assembléias Gerais caberá à Instituição Administradora, ressalvada a hipótese de deliberação em sentido diverso por parte dos cotistas presentes. Será sempre assegurada a participação da Instituição Administradora em qualquer Assembléia Geral.

As Assembléias Gerais serão instaladas com a presença de pelo menos um cotista. Somente podem votar nas Assembléias Gerais os cotistas do Fundo, seus representantes legais ou procuradores legalmente constituídos há menos de um ano, observado o disposto abaixo.

Não terão direito a voto na Assembléia Geral:

- i) a Instituição Administradora e seus empregados ou seus cônjuges ou parentes até segundo grau;
- ii) os controladores, diretos ou indiretos, administradores e empregados, ou seus cônjuges ou parentes até segundo grau, do Banco Paulista;
- iii) as sociedades direta ou indiretamente controladas, coligadas ou sob controle comum do Banco Paulista ou de seus controladores, empregados, cônjuges ou parentes até segundo grau.

Estarão necessariamente sujeitas à aprovação prévia de titulares de 75,0% (setenta e cinco por cento) das Cotas Seniores em Circulação as deliberações que se refiram a:

- i) alteração de vantagens ou criação de obrigações e deveres para as Cotas Subordinadas;
- ii) alteração da ordem e aplicação dos recursos do Fundo, previsto na seção “Características do Fundo – Ordem e Aplicação dos Recursos” acima; e
- iii) alteração das competências previstas nos itens (i), (iii), (iv), (vii), (xiii), (xv), (xvi) e (xvii) do item “Características do Fundo – Assembleia Geral de Cotistas – Competência” acima.

Dependerão de aprovação em Assembleia Geral que representem 95,0% (noventa e cinco por cento) das Cotas Seniores em Circulação as deliberações que se refiram a:

- i) alteração da ou que afete a política de investimento, prevista na seção Características do Fundo – Política de Investimento” acima, inclusive alteração da Alocação Mínima;
- ii) alteração dos Critérios de Elegibilidade e Condições Adicionais previstos no item “Características do Fundo – Política de Investimento – Critérios de Elegibilidade e Condições Adicionais” acima;
- iii) alteração da Razão Mínima;
- iv) alteração da ou qualquer outro destinado a alterar a forma de valorização das Cotas ou a fórmula de cálculo do valor das Cotas, prevista no item “Características do Fundo – Cotas do Fundo – Valorização das Cotas” acima;
- v) alteração dos cronogramas de amortização das Cotas Seniores e Subordinadas;
- vi) alteração da ou qualquer outro destinado a alterar as características da Reserva de Pagamento, previstas no item “Características do Fundo – Índices e Reservas – Reserva de Pagamento” acima;
- vii) alteração da metodologia de avaliação dos ativos do Fundo e das Cotas, prevista na seção “Características do Fundo – Metodologia de Avaliação dos Ativos e Cotas” acima;
- viii) alteração, criação ou aumento de despesas e encargos ordinários do Fundo, nos limites estabelecidos pela Instrução nº 356/01, da CVM;
- ix) alteração das regras relativas à Assembleia Geral de Cotistas, previstos nesta seção, inclusive no que concerne a direito de voto de cada classe e alterações de quoruns;
- x) criação de novos Eventos de Avaliação e de Liquidação Antecipada;
- xi) prorrogar o prazo das Cotas Seniores em Circulação;

- xii) exclusão do ou alteração que reduza o prazo para o início de vigência da deliberação da assembléia geral, previsto no item “Características do Fundo – Assembléia Geral de Cotistas – Divulgação e Eficácia das Deliberações” abaixo; e
- xiii) assuntos descritos nos itens (vi), (ix), (xii) e (xiv) do item “Características do Fundo – Assembléia Geral de Cotistas – Competência” acima.

Todas as deliberações para as quais não haja previsão expressa nesta seção serão tomadas em primeira convocação pela maioria das Cotas emitidas e, em segunda convocação, pela maioria das Cotas dos presentes na Assembléia Geral.

#### *Divulgação e Eficácia das Deliberações*

As decisões da Assembléia Geral devem ser divulgadas aos cotistas no prazo máximo de 30 (trinta) dias de sua realização.

As deliberações tomadas pelos cotistas, observados os quoruns de instalação e de deliberação estabelecidos nesta seção, serão válidas e eficazes e obrigarão tanto os titulares das Cotas Seniores quanto os titulares das Cotas Subordinadas, quer tenham comparecido à Assembléia Geral, e nela hajam se absterido de votar, inclusive na hipótese de exclusão do direito de voto, ou votado contra, quer não tenham comparecido.

A decisão da assembléia geral de cotistas que deliberar pela elevação da remuneração das Cotas Seniores somente será eficaz a partir do 36º (trigésimo sexto) dia a contar da data da respectiva deliberação.

#### **Liquidação do Fundo**

O Fundo será liquidado, ordinariamente, em 31 de dezembro de 2017.

Caso no último dia útil do prazo de duração do Fundo, a totalidade das Cotas em circulação ainda não tenha sido resgatada mediante pagamento em moeda corrente nacional, as Cotas em circulação poderão ser resgatadas mediante a dação em pagamento da totalidade dos Direitos Creditórios Cedidos integrantes da carteira do Fundo.

#### *Eventos de Avaliação*

São considerados Eventos de Avaliação quaisquer das seguintes ocorrências:

- i) rebaixamento da classificação de risco das Cotas Seniores para índice menor que Aa3.br da Moody's;
- ii) renúncia da Instituição Administradora à administração do Fundo;

- iii) inobservância pela Instituição Administradora de seus deveres e obrigações previstos na seção “Prestadores de Serviços e Remuneração – Instituição Administradora” abaixo, verificada pelo Custodiante ou pelo representante dos Condôminos, desde que, notificada por qualquer deles para sanar ou justificar o descumprimento, a Instituição Administradora não o fizer no prazo de 2 (dois) dias úteis contado do recebimento da referida notificação;
- iv) inobservância pelo Custodiante dos deveres e das obrigações previstos na seção “Prestadores de Serviços e Remuneração – Custodiante” abaixo e no Contrato de Custódia, desde que, verificada e notificada pela Instituição Administradora ou pelo representante dos Cotistas para sanar ou justificar o descumprimento, o Custodiante não o fizer no prazo de 2 (dois) dias úteis a contar do recebimento da notificação;
- v) inobservância pelo Agente de Recebimento ou pelo Agente de Cobrança, dos deveres e das obrigações previstas nos respectivos contratos, desde que, se notificados pelo Custodiante ou pela Instituição Administradora para sanarem ou justificarem o descumprimento, não o fizerem no prazo de 2 (dois) dias úteis contado do recebimento da referida notificação;
- vi) não pagamento, em até 2 (dois) dias, contados de cada Data de Amortização de Cotas Seniores, do valor integral da amortização de qualquer Cota Sênior;
- vii) amortização de Cotas Subordinadas em desacordo com o disposto no item “Características do Fundo – Amortização das Cotas – Amortização das Cotas Subordinadas” acima;
- viii) resilição do Contrato de Custódia, ou do contrato de guarda dos documentos que amparam os Direitos Creditórios Cedidos, se houver;
- ix) caso a Agência Classificadora de Risco não divulgue a atualização trimestral da classificação de risco referente às Cotas Seniores por prazo igual ou superior a 45 (quarenta e cinco) dias;
- x) renúncia do Custodiante;
- xi) caso a Taxa DI seja maior ou igual a 115,0% (cento e quinze por cento) da Taxa DI do dia útil imediatamente anterior;
- xii) ocorrência de qualquer Evento de Revisão, nos termos definidos no Contrato de Cessão;
- xiii) não constituição da Reserva de Pagamento ou caso os limites estabelecidos para Reserva de Pagamento não sejam atendidos pelo prazo de 60 (sessenta) dias úteis consecutivos;
- xiv) não constituição da Reserva de Liquidez ou caso os limites estabelecidos para Reserva de Liquidez não sejam atendidos pelo prazo de 60 (sessenta) dias úteis consecutivos;



- xv) caso, no relatório de verificação a ser elaborado pelo Auditor, constem inexatidões ou incongruências em relação às informações fornecidas pelo Banco Paulista com relação a 2,0% (dois por cento) ou mais dos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo desde a última verificação;
- xvi) caso a Instituição Administradora verifique que a inadimplência (atrasos de até 30 (trinta) dias) dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo esteja superior a 12,0% (doze por cento);
- xvii) caso a Instituição Administradora verifique que a inadimplência (atrasos entre 31 (trinta e um) e 120 (cento e vinte) dias) dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo esteja superior a 7,0% (sete por cento);
- xviii) caso a Instituição Administradora verifique que a inadimplência (atrasos entre 121 (cento e vinte e um) e 180 (cento e oitenta) dias) dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo esteja superior a 5,0% (cinco por cento);
- xix) caso a Instituição Administradora verifique que a inadimplência (atrasos com 181 (cento e oitenta e um) dias ou mais) dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo esteja superior a 4,0% (quatro por cento);
- xx) caso a Instituição Administradora entenda que há uma situação de risco relevante em potencial para o Fundo não prevista no capítulo “Fatores de Risco” acima;
- xxi) inobservância, por 5 (cinco) dias úteis consecutivos, da Razão Mínima;
- xxii) resilição do Contrato de Cessão;
- xxiii) pedido de resilição do Contrato de Cessão pelo Cedente; e
- xxiv) inobservância dos critérios de elegibilidade em relação aos percentuais de concentração máxima da carteira de Direitos Creditórios por Devedor e por tipo de veículo, estabelecidos na seção “Características do Fundo – Política de Investimento” acima;
- xxv) caso a Instituição Administradora verifique, desde a data de constituição do Fundo, que o valor total de recompras de Direitos Creditórios Cedidos, realizados pelo Cedente, seja igual ou superior a 20,0% (vinte por cento) do valor original de emissão das Cotas Seniores emitidas;
- xxvi) caso a Instituição Administradora verifique, desde a data de constituição do Fundo, que o valor total de Pré-pagamento e de devoluções amigáveis de veículos, relativos a Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, seja igual ou superior a 6,0% (seis por cento) do valor original de emissão das Cotas Seniores emitidas;

- xxvii) exceto nos últimos 6 (seis) meses do prazo de duração do Fundo ou da série remanescente de Cotas Seniores, caso a Instituição Administradora verifique que as despesas do Fundo foram superiores a 1,50% (um inteiro e cinquenta centésimos por cento) do patrimônio líquido do Fundo; e
- xxviii) caso, em 3 (três) Datas de Verificação alternadas ou 2 (duas) Datas de Verificação consecutivas, em um período de 12 (doze) meses, não seja observado o limite mínimo 4,0% (quatro por cento) de Excesso de Spread, calculado pelo Custodiante a cada Data de Verificação, como:

$$ES = TPA - TPP - DF$$

onde:

- “TPA” é a taxa ponderada do ativo, calculada com base nas taxas de remuneração dos ativos integrantes do Fundo. Consiste na variação de remuneração média anualizada, ponderada por volume, de todos os bens e direitos integrantes da carteira do Fundo; e
- “TPP” é a taxa ponderada do passivo, calculada com base nas taxas de remuneração de todas as séries de Cotas Seniores em Circulação. Consiste na remuneração média anualizada, ponderada por volume das Cotas Seniores em Circulação em relação ao patrimônio líquido do Fundo.
- “DF” é o percentual obtido pela divisão das despesas previstas para os 12 (doze) meses subsequentes pelo patrimônio líquido do Fundo.

Sem prejuízo do disposto no item “xxviii” do parágrafo acima, não será exigido o atendimento do limite mínimo de Excesso de Spread durante os 2 (dois) primeiros meses subsequentes à primeira Data de Subscrição Inicial.

Sem prejuízo do disposto no parágrafo abaixo, na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Avaliação, o Fundo interromperá os procedimentos de aquisição de Direitos Creditórios e a Instituição Administradora convocará imediatamente uma Assembléia Geral, a ser realizada em até 20 (vinte) dias corridos contados da data do evento, a qual decidirá se tal Evento de Avaliação deve ser considerado como um Evento de Liquidação.

São considerados Eventos de Revisão, referidos no subitem “xii” acima, quaisquer das seguintes ocorrências:

- i) modificação do controle acionário do Banco Paulista;
- ii) caso se verifique falha, erro ou incorreção em quaisquer das declarações prestadas pelo Banco Paulista, que possam comprometer negativamente a boa ordem legal, administrativa e operacional do Fundo e os direitos, as garantias e as prerrogativas dos titulares das Cotas;

- iii) criação de novos tributos, elevação das alíquotas já existentes ou modificação de suas bases de cálculo, que possa comprometer negativamente a boa ordem legal, administrativa e operacional do Fundo e os direitos, as garantias e as prerrogativas dos titulares das Cotas, na opinião da Instituição Administradora;
- iv) caso o Banco Paulista ou suas Partes Relacionadas se encontre inadimplente no cumprimento de obrigações pecuniárias cujo valor total seja igual ou superior a R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais) ou o equivalente em outras moedas, excetuados os que tenham sido objeto de medida judicial adequada para anulação ou sustação de seus efeitos;
- v) caso tenham sido apresentados para protesto ou tenham sido protestados títulos emitidos pelo Banco Paulista ou sacados contra o Banco Paulista ou suas Partes Relacionadas cujo valor total seja igual ou superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) ou o equivalente em outras moedas, excetuados os que tenham sido objeto de medida judicial adequada para anulação ou sustação de seus efeitos;
- vi) caso o Banco Paulista deixe de atender aos valores mínimos de capital e patrimônio líquido ajustado definidos pelas normas do Banco Central do Brasil e do CMN;
- vii) caso seja ajuizada contra o Banco Paulista ou suas Partes Relacionadas ação ou conjunto de ações de execução para pagamento de quantia certa, incluindo as execuções fiscais, cujo valor seja superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais);
- viii) caso ocorra a efetivação de arresto ou de penhora de bens do Banco Paulista ou de suas Partes Relacionadas de valor superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), considerados em conjunto;
- ix) ocorrência de qualquer ato ou fato que imponha restrição à alienação dos Direitos Creditórios de titularidade do Banco Paulista;
- x) descumprimento pelo Banco Paulista de qualquer de suas obrigações estabelecidas nesta seção e nos demais documentos relacionados ao Fundo do qual seja parte que não seja um Evento de Revisão, desde que tal descumprimento não seja devidamente regularizado ou justificado dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis contado do envio, pela Instituição Administradora, de notificação, por escrito, informando da ocorrência do respectivo evento; e
- xi) realização de qualquer negócio ou ato jurídico que acarrete ou possa resultar na concessão de moratória, abatimento, desconto, alteração de data de vencimento e/ou dos termos, condições e procedimentos de pagamento relativos aos Financiamentos cujos Direitos Creditórios sejam de titularidade do Fundo, sem a prévia e expressa autorização da Instituição Administradora, ressalvada a hipóteses de liquidação antecipada de quaisquer dos Direitos Creditórios Cedidos solicitada pelo respectivo Devedor ao Banco Paulista.

Caso a Assembléia Geral de que trata o parágrafo acima delibere que qualquer dos Eventos de Avaliação constitui um Evento de Liquidação, a liquidação do Fundo observará os procedimentos descritos na seção “Características do Fundo – Liquidação do Fundo” acima.

Caso o Evento de Avaliação não seja entendido pela Assembléia Geral como um Evento de Liquidação, o Fundo poderá reiniciar o processo de aquisição de Direitos Creditórios, nos termos descritos na seção “Sumário dos Contratos Relevantes – Contrato de Cessão” abaixo.

O direito dos Cotistas Subordinados ao recebimento de qualquer pagamento referente à amortização das Cotas Subordinadas ficará suspenso durante o período compreendido entre a data de ocorrência de qualquer dos Eventos de Avaliação até (i) a data da deliberação, pela Assembléia Geral de que o Evento de Avaliação não dá causa à liquidação antecipada do Fundo, independentemente da implementação de eventuais ajustes aprovados pelos cotistas na referida Assembléia Geral ou (ii) a data em que todos os valores devidos aos Cotistas titulares de Cotas Seniores tiverem sido integralmente pagos pelo Fundo, caso se decida na referida Assembléia Geral pela liquidação antecipada do Fundo.

Para fins de verificação do nível de inadimplência que seja considerado Evento de Avaliação a Instituição Administradora deverá calcular no último dia útil de cada mês a média da inadimplência dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo do mês imediatamente anterior. Entende-se por inadimplência, para fins deste item, a razão entre o somatório dos valores dos Direitos Creditórios vencidos e não pagos dividido pelo somatório dos valores da totalidade dos Direitos Creditórios vencidos, na respectiva data de apuração.

#### *Eventos de Liquidação Antecipada*

Será convocada Assembléia Geral para deliberar sobre a liquidação antecipada do Fundo na ocorrência de qualquer das hipóteses abaixo indicadas:

- i) pedido ou decretação de falência, intervenção, liquidação extrajudicial, regime especial de administração temporária ou regimes semelhantes com relação (a) ao Banco Paulista; e/ou (b) ao Agente de Recebimento; e/ou (c) à Instituição Administradora; e/ou (d) a quaisquer sociedades controladoras diretas das pessoas referidas anteriormente;
- ii) rescisão do Contrato de Custódia sem a conseqüente substituição por nova instituição prestadora desse serviço no prazo de 30 (trinta) dias;
- iii) se for deliberado que um Evento de Avaliação constitui Evento de Liquidação;
- iv) na hipótese de a Assembléia Geral de condôminos não chegar a acordo comum referente à substituição da Taxa DI, na ausência de sua apuração e/ou divulgação por prazo superior a 30 (trinta) dias corrido ou, ainda, no caso de sua extinção por imposição legal; e

- v) comprovação de que o Banco Paulista tenha reiterada e/ou dolosamente oferecido ao Fundo, Direitos Creditórios inexistentes, ou que já haviam sido cedidos a terceiros.

Sem prejuízo do disposto no parágrafo acima, na hipótese de ocorrência de qualquer Evento de Liquidação, a Instituição Administradora imediatamente (i) notificará tal fato aos cotistas e (ii) interromperá a aquisição de Direitos Creditórios.

#### *Procedimentos para Liquidação Antecipada*

Na hipótese de (i) não instalação da Assembléia Geral por falta de *quorum*, ou (ii) aprovação pelos Cotistas sobre a liquidação antecipada do Fundo, a Instituição Administradora deverá iniciar os procedimentos referentes à liquidação do Fundo.

Na hipótese de a Assembléia Geral deliberar pela não liquidação antecipada do Fundo, será concedido aos Cotistas Seniores que não concordarem com a decisão, o resgate antecipado de suas Cotas, conforme regras a serem definidas na Assembléia Geral. Em qualquer hipótese, os Cotistas Dissidentes deverão ter o resgate de suas Cotas efetuado no mínimo após o decurso de 90 (noventa) dias contados da data da Assembléia Geral referida acima. O resgate dos Cotistas Dissidentes será pelo valor da Cota Sênior do dia útil do efetivo pagamento.

Caso a Assembléia Geral delibere a liquidação antecipada do Fundo, todas as Cotas serão resgatadas, observados os seguintes procedimentos:

- i) a Instituição Administradora não adquirirá mais Direitos Creditórios e outros ativos para o Fundo; todos os recursos em moeda corrente serão utilizados para o resgate das Cotas;
- ii) as Cotas Seniores terão prioridade no resgate sobre as Cotas Subordinadas; portanto, todos os recursos, Direitos Creditórios e Ativos de Liquidez disponíveis no patrimônio do Fundo serão prioritariamente alocados para o resgate das Cotas Seniores, de forma *pro rata* e mediante a observância de igualdade de condições entre todas as Cotas Seniores; e
- iii) as Cotas Subordinadas somente serão resgatadas após o resgate integral de todas as Cotas Seniores, sendo então pago a cada Cota Subordinada o valor correspondente à fração respectiva no eventual saldo remanescente do patrimônio do Fundo.

Com o intuito de racionalização do procedimento de resgate de Cotas descrito no parágrafo anterior, a Instituição Administradora poderá postergar pagamentos aos cotistas até que o total de recursos disponíveis seja equivalente ao mínimo de R\$1.000,00 (hum mil reais) por Cota, exceto na hipótese de o valor dos recursos disponíveis já ser suficiente para o integral resgate das Cotas Seniores e/ou Subordinadas.

A Assembléia Geral deverá definir o período máximo durante o qual as Cotas Seniores deverão ser resgatadas, que não poderá exceder o prazo de duração de tais Cotas. Caso no último dia útil desse prazo a totalidade das Cotas Seniores ainda não tenha sido resgatada mediante pagamento em moeda corrente

nacional, as Cotas Seniores e as Cotas Subordinadas em circulação poderão ser resgatadas mediante a dação em pagamento da totalidade dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, para tanto, deverá ser convocada Assembléia Geral para definir o procedimento a ser adotado.

Qualquer entrega de Direitos Creditórios para fins de pagamento de resgate aos titulares de Cotas será realizada por rateio, considerando o número de Cotas detido por cada cotista na ocasião, e priorizando-se o resgate das Cotas Seniores.

Na hipótese de a Assembléia Geral convocada para definir o período máximo durante o qual as Cotas Seniores deverão ser resgatadas não chegar a acordo referente aos procedimentos de dação em pagamento dos Direitos Creditórios para fins de pagamento de resgate das Cotas, os Direitos Creditórios serão dados em pagamento aos titulares das Cotas Seniores até o limite do valor destas, mediante a constituição de um condomínio, cuja fração ideal de cada titular de Cotas Seniores será calculada de acordo com a proporção de Cotas Seniores detida por cada titular sobre o valor total das Cotas Seniores em Circulação à época. Os eventuais Direitos Creditórios remanescentes após a liquidação de todos os valores devidos aos titulares de Cotas Seniores serão entregues aos titulares de Cotas Subordinadas, proporcionalmente à sua participação no remanescente do patrimônio do Fundo. Feitos tais procedimentos, a Instituição Administradora estará desobrigada em relação às responsabilidades estabelecidas no Regulamento, ficando autorizada a liquidar o Fundo perante as autoridades competentes.

A Instituição Administradora deverá notificar os titulares das Cotas Seniores, para que elejam um administrador para o referido condomínio de Direitos Creditórios, na forma do artigo 1.323 do Código Civil Brasileiro, informando a proporção de Direitos Creditórios a que cada titular de Cotas Seniores fará jus, sem que isso represente qualquer responsabilidade da Instituição Administradora perante os cotistas após a constituição do condomínio.

Caso os titulares das Cotas Seniores não procedam à eleição do administrador do condomínio acima referido, essa função será exercida pelo titular de Cotas Seniores que detenha a maioria das Cotas Seniores em Circulação.

O Custodiante e/ou empresa por ele contratada fará a guarda dos Direitos Creditórios Cedidos e dos respectivos Documentos Comprobatórios pelo prazo improrrogável de 10 (dez) dias (contado de notificação dos Cotistas Seniores para eleição de administrador), dentro do qual o administrador do condomínio indicará à Instituição Administradora e ao Custodiante, hora e local para que seja feita a entrega dos Direitos Creditórios e Documentos Comprobatórios. Expirado este prazo, a Instituição Administradora poderá promover a consignação da documentação relativa aos Direitos Creditórios Cedidos, na forma do artigo 334 do Código Civil Brasileiro.

A liquidação do Fundo será gerida pela Instituição Administradora, observado o disposto nesta seção ou o que for deliberado na Assembléia Geral.

## **Informações Complementares**

### *Despesas e Encargos do Fundo*

Além da taxa de administração prevista na seção “Prestadores de Serviços e Remuneração – Instituição Administradora” abaixo, constituem despesas e encargos do Fundo:

- i) tributos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo;
- ii) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas, previstos no item “Características do Fundo – Informações Complementares – Informações Obrigatórias e Periódicas” abaixo ou na regulamentação pertinente;
- iii) despesas com correspondências de interesse do Fundo, inclusive comunicações aos condôminos;
- iv) honorários e despesas do auditor encarregado da revisão das demonstrações financeiras e das contas do Fundo e da análise de sua situação e da atuação da Instituição Administradora;
- v) emolumentos e comissões pagas sobre as operações do Fundo;
- vi) honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o mesmo venha a ser vencido;
- vii) quaisquer despesas inerentes à constituição ou à liquidação do Fundo ou à realização de Assembléia Geral;
- viii) taxas de custódia de ativos do Fundo;
- ix) a contribuição anual devida às bolsas de valores ou à entidade do mercado de balcão organizado em que o Fundo tenha suas Cotas admitidas à negociação, na hipótese de vir a ser admitida a negociação das Cotas nesses mercados;
- x) despesas com a contratação de Agências Classificadoras de Risco; e
- xi) despesas com profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos condôminos.

Quaisquer despesas não previstas no parágrafo acima como encargos do Fundo devem correr por conta da Instituição Administradora.

### *Informações Obrigatórias e Periódicas*

A Instituição Administradora deverá prestar, na forma e dentro dos prazos estabelecidos, todas as informações obrigatórias e periódicas abaixo, sem prejuízo de outras previstas neste prospecto ou na regulamentação pertinente.

A Instituição Administradora deve encaminhar à CVM, no prazo de 10 (dez) dias da data da respectiva ocorrência:

- i) a data da primeira integralização de Cotas; e
- ii) a data do encerramento de cada distribuição de Cotas.

A Instituição Administradora deverá informar à CVM a data do encerramento de cada distribuição de Cotas.

A Instituição Administradora, por meio de seu diretor indicado, sem prejuízo do atendimento das determinações estabelecidas na regulamentação em vigor, deve elaborar demonstrativos trimestrais evidenciando ou indicando:

- i) que as operações praticadas pelo Fundo estão em consonância com a política de investimento prevista na seção “Características do Fundo – Política de Investimento” acima e com os limites de composição e de diversificação a ele aplicáveis;
- ii) que as negociações foram realizadas a taxas de mercado;
- iii) os procedimentos de verificação de lastro por amostragem no trimestre anterior adotados pelo Custodiante, incluindo a metodologia para seleção da amostra verificada no período; e
- iv) os resultados da verificação do lastro por amostragem, realizada no trimestre anterior pelo Custodiante, explicitando, dentro do universo analisado, a quantidade e a relevância dos Direitos Creditórios inexistentes porventura encontrados.

Os demonstrativos referidos no parágrafo anterior devem ser enviados à CVM, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias contado do encerramento do respectivo período, e permanecer à disposição dos condôminos do Fundo, bem como ser examinados por ocasião da auditoria independente.

A Instituição Administradora deve, no prazo máximo de 10 (dez) dias após o encerramento de cada mês, colocar à disposição dos condôminos, em sua sede e dependências, informações sobre:

- i) o número de Cotas de propriedade de cada um e o respectivo valor;
- ii) a rentabilidade do Fundo, com base nos dados relativos ao último dia do mês; e



- iii) o comportamento da carteira de Direitos Creditórios e demais ativos do Fundo, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e o realizado.

No prazo máximo de 10 (dez) dias contados de sua ocorrência, devem ser protocolados na CVM, pela Instituição Administradora, os documentos correspondentes aos seguintes atos relativos ao Fundo:

- i) alteração do Regulamento;
- ii) substituição da Instituição Administradora;
- iii) incorporação;
- iv) fusão;
- v) cisão; e
- vi) liquidação.

#### *Demonstrações Financeiras*

A Instituição Administradora deve colocar as demonstrações financeiras do Fundo à disposição de qualquer interessado que as solicitar, observados os seguintes prazos máximos:

- i) de 20 (vinte) dias após o encerramento do período a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras mensais; e
- ii) de 60 (sessenta) dias após o encerramento de cada exercício social, em se tratando de demonstrações financeiras anuais.

A Instituição Administradora deve enviar informe mensal à CVM, observando o prazo de 15 (quinze) dias após o encerramento de cada mês do calendário civil, com base no último dia útil daquele mês, as seguintes informações relativas ao Fundo:

- i) saldo das aplicações;
- ii) valor do patrimônio líquido;
- iii) rentabilidade apurada no período;
- iv) valor das Cotas de cada classe e quantidade de Cotas de cada classe em circulação;

- v) valores totais das captações e, se for o caso, dos resgates no mês referentes a cada classe de Cotas, considerados os valores efetivamente ingressados e retirados;
- vi) o comportamento da carteira de Direitos Creditórios, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e o realizado;
- vii) posições mantidas em mercados de derivativos; e
- viii) número de cotistas.

### *Publicações*

Todas as publicações mencionadas neste Prospecto serão feitas inicialmente no jornal “Gazeta Mercantil”, com circulação nacional.

A Instituição Administradora poderá, a seu exclusivo critério, sem a necessidade de convocação de Assembléia Geral e alteração do Regulamento, alterar o periódico utilizado para efetuar as publicações relativas ao Fundo, devendo, nesse caso, informar previamente os cotistas sobre essa alteração.

A Instituição Administradora deve manter disponíveis em sua sede e agência(s) e na sede das instituições que coloquem Cotas desse, o valor do patrimônio líquido do Fundo, o valor das Cotas de cada classe, as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil a que se referirem, a relação entre o patrimônio líquido do Fundo e o valor das Cotas Seniores, e o relatório da Agência Classificadora de Risco.

A Instituição Administradora é obrigada a divulgar, ampla e imediatamente, qualquer ato ou fato relevante relativo ao Fundo, de modo a garantir a todos os condôminos acesso às informações que possam, direta ou indiretamente, influir em suas decisões quanto à manutenção do investimento.

Sem prejuízo de outras ocorrências relativas ao Fundo, considera-se fato relevante: (i) a alteração da classificação de risco das Cotas ou, quando houver, dos demais ativos integrantes da carteira do Fundo; (ii) a mudança ou a substituição do Custodiante; (iii) a ocorrência de eventos que afetem ou possam afetar os critérios de composição e os limites de diversificação da carteira do Fundo, bem como o comportamento da carteira de Direitos Creditórios, no que se refere ao histórico de pagamentos; e (iv) a ocorrência de atrasos na distribuição de rendimentos aos Cotistas.

Cópia de qualquer comunicação relativa ao Fundo divulgada a terceiros ou condôminos deverão ser enviados simultaneamente à CVM.

A divulgação das informações previstas acima deve ser feita por meio de publicação no periódico utilizado para a divulgação de informações do Fundo e mantida disponível para os condôminos na sede e agência(s) da Instituição Administradora e nas instituições que coloquem Cotas.

### *Atendimento ao Cotista*

Quaisquer outras informações ou esclarecimentos sobre o Fundo e a distribuição de suas cotas poderão ser obtidos junto à Instituição Administradora, em sua respectiva sede ou por meio do Sr. Paulo Geraldo Oliveira Filho, no telefone 0800-701-8881. Eventuais reclamações, dúvidas e sugestões podem ser endereçadas para a sede da Instituição Administradora, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Roque Petroni Júnior, nº 999, 10º andar.

Para consulta ou obtenção de cópia do Prospecto e do Regulamento, os Cotistas poderão dirigir-se à Instituição Administradora, ao Banco Coordenador, à CVM, à BovespaFIX, ao SomaFIX ou à CETIP, em suas respectivas sedes, conforme informado no capítulo “Identificação do Banco Coordenador, da Instituição Administradora e Demais Entidades Envolvidas na Oferta” acima, ou ainda acessar suas respectivas páginas na rede mundial de computadores, a saber: [www.vam.com.br](http://www.vam.com.br), [www.unibanco.com.br](http://www.unibanco.com.br), [www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br), [www.bovespa.com.br](http://www.bovespa.com.br) e [www.cetip.com.br](http://www.cetip.com.br).

## **DIREITOS CREDITÓRIOS**

### **Características**

#### *Natureza*

Os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo são originados de Financiamentos concedidos pelo Banco Paulista a Devedores, representados por CCBs, cujo modelo está reproduzido no Anexo II do Regulamento do Fundo.

É admitida a cessão de Direitos Creditórios originados de pagamentos que não representam a totalidade de parcelas vincendas de Contratos de Financiamento ou de Crédito.

#### *Processo de Origem*

O Banco Paulista tem contrato com correspondentes bancários (“Correspondentes”) que auxiliam no processo de originação da totalidade de Direitos Creditórios. Os Correspondentes são responsáveis, dentre outras, pelas seguintes atividades: (a) encontrar lojas de revenda e concessionárias de veículos (“Lojas”) interessadas na concessão de financiamento para seus clientes; (b) fazer a análise prévia da situação financeira e do histórico das Lojas, e caso entenda que se enquadrem no perfil admitido pelo Banco Paulista, encaminhar a documentação ao departamento responsável do Banco Paulista para análise e eventual aprovação da Loja; e (c) fazer análise prévia de toda informação necessária à aprovação de crédito de cada cliente, e caso entenda que a informação apresentada está de acordo com os parâmetros pré-estabelecidos, encaminhá-la para análise do Banco Paulista.

São duas as formas de acesso a financiamentos de veículos do Banco Paulista disponíveis aos interessados. A primeira delas é por meio das Lojas já cadastradas no Banco Paulista. A outra, entrando em contato diretamente com os Correspondentes.

Os Correspondentes e as Lojas dispõem de fichas cadastrais padronizadas para preenchimento com informações e referências pessoais, profissionais e comerciais relativas às pessoas, físicas ou jurídicas, interessadas em contratar empréstimos para financiar a compra de veículos (“Clientes”). Se preenchida pela Loja, a ficha é imediatamente encaminhada por fax, ou pelo sistema eletrônico padrão do Banco Paulista (“PaulistaWeb”) ao Correspondente responsável. Caso a ficha seja recebida por fax, o Correspondente deverá migrar as informações nela contidas para sistema eletrônico padrão do Banco Paulista.

Depois de preenchê-la ou recebê-la da Loja pelo PaulistaWeb, o correspondente bancário realiza a análise das informações apresentadas e encaminha a ficha cadastral do Cliente, também pelo PaulistaWeb, ao setor de análise de crédito da filial ou da matriz do Banco Paulista, conforme o caso, que, por sua vez, dará início à análise de crédito, na forma descrita no item “Direitos Creditórios – Características – Política de Concessão de Crédito do Banco Paulista” abaixo.

Aprovado o crédito e existindo interesse do cliente em realizar o financiamento, o Correspondente enviará por fax, ao setor de formalização de crédito do Banco Paulista, situada na matriz do banco, cópia dos documentos apresentados pelo Cliente. Além dos Documentos Comprobatórios, são encaminhados os seguintes documentos: (a) no caso de pessoa física, documento de identidade, CPF, comprovante de residência recente, comprovante de renda e outros documentos eventualmente especificados pela área de crédito; e (b) no caso de pessoa jurídica, ato constitutivo e respectivas alterações, ata de eleição da atual diretoria, cartão de CNPJ/MF e outros documentos eventualmente especificados pela área de crédito.

Na data deste prospecto, o Banco Paulista contava com 7 (sete) filiais de análise de créditos, localizados em Campinas, Ribeirão Preto, São José do Rio Preto, Curitiba, Belo Horizonte, Uberlândia e Recife, e a matriz, localizada na sua sede.

#### *Documentos da Operação*

É o Financiamento, a respectiva CCB, a ficha cadastral do Devedor e o documento que ateste a reserva da alienação fiduciária do veículo em favor do Banco Paulista no SNG.

#### *Política de Concessão de Crédito do Banco Paulista*

Uma vez recebida a ficha cadastral do Cliente, o Banco Paulista inicia o procedimento de análise de crédito, que consiste em: (a) consulta ao SCPC e/ou ao Serasa, ou ao Sisbacen (neste último caso, somente quando o valor do Financiamento for igual ou superior a R\$20.000,00), (b) verificação das referências e informações residenciais, comerciais e bancárias declaradas, (c) verificação das referências utilizadas para avaliação do valor do veículo, (d) realização de outras verificações por meio de pesquisas a páginas da internet de fácil consulta, tais como a da Receita Federal, e (e) quando solicitado ao Correspondente, checagem *in loco* de informações. Quando a checagem *in loco* não é solicitada, o procedimento de análise é concluído em aproximadamente 1 (uma) hora.

Nos casos em que, após a checagem da área de análise de crédito, se verifica a existência de peculiaridades que impedem a aprovação automática do crédito, o pedido é encaminhado para alçada decisória superior, designada de acordo com o valor do financiamento sob análise.

Pedidos de financiamento no valor de até R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) podem ser aprovados pelo analista da mesa de crédito da matriz. Acima deste valor e até R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), somente o supervisor da mesa de crédito poderá autorizar a concessão do financiamento. Caso seja superior a \$ 30.000,00 (trinta mil reais), o pedido de financiamento será analisado pela gerência de crédito do Banco Paulista, que poderá: (i) aprovar financiamentos de até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais); ou (ii) encaminhar parecer ao comitê de crédito do Banco Paulista, recomendando ou não a concessão de financiamento superior a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), que deliberará pela aprovação ou não do pedido de financiamento.

Concluído com sucesso a etapa acima descrita, é gravada a reserva da alienação fiduciária do veículo em favor do Banco Paulista junto ao SNG (Megadata), após a qual é autorizada a liberação de pagamento do financiamento ao proprietário do veículo.

#### *Cobrança dos Direitos Creditórios*

##### Cobrança Ordinária dos Direitos Creditórios Cedidos

A cobrança dos Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo será feita pelo Banco Paulista.

As etapas da cobrança ordinária são a seguir descritas:

- i) em até 10 (dez) dias antes do vencimento da primeira parcela relativa ao Financiamento, o Banco Paulista entra em contato (Pós Venda) com o Devedor para confirmar se houve a entrega, pelo correio, do carnê com os boletos de pagamentos relativos a todas parcelas mensais devidas pelo Devedor até a quitação do financiamento do veículo;
- ii) o Banco Paulista deverá encaminhar, em até 1 (um) dia útil contado da formalização de cada cessão de Direitos Creditórios ao Fundo, arquivo eletrônico com ordem ao Agente de Recebimento requerendo (a) que o pagamento dos boletos de cobrança relacionados aos respectivos Direitos Creditórios Cedidos sejam integralmente direcionados à Conta de Arrecadação; e (b) que os valores recebidos na Conta de Arrecadação sejam direcionados para conta corrente do Fundo;
- iii) o Custodiante deverá confirmar a realização do item “ii” acima por meio de validação das informações constantes nos arquivos de retorno disponibilizados pelo Agente de Recebimento em relação à Lista de Direitos Creditórios, no mesmo dia útil em que foram disponibilizados e previamente ao efetivo pagamento pela da cessão de Direitos Creditórios;
- iv) até a data de vencimento, os boletos de pagamento referentes aos Direitos Creditórios Cedidos poderão ser pagos em qualquer instituição integrante do Serviço de Compensação de Cheques e Outros Papéis; e
- v) até 10 (dez) dias contados da data de vencimento, os boletos de pagamento referentes aos Direitos Creditórios Cedidos somente poderão ser pagos nas agências do Agente de Recebimento.

##### Cobrança dos Direitos Creditórios Cedidos Inadimplentes

Após o 10º (décimo) dia contado da data de vencimento, não é mais possível ao Devedor efetuar o pagamento do boleto bancário. Inicia-se, por esse motivo, o procedimento de cobrança extrajudicial pelo Fundo de Direitos Creditórios inadimplentes. O Banco Paulista foi contratado para efetuar a cobrança dos Direitos Creditórios inadimplentes, sendo que as eventuais despesas de cobrança serão por ele suportadas. Na qualidade de Agente de Cobrança, o Banco Paulista deverá observar os seguintes procedimentos:

- i) a partir do 11º dia de atraso no pagamento das parcelas dos Direitos Creditórios, os Devedores devem ser contatados por serviço terceirizado de cobrança ou *contact center*, que efetuarão a cobrança extrajudicial da dívida;
- ii) se, apesar das providências acima descritas, os Devedores permanecerem em atraso (a) no 32º dia contado da data de vencimento, deverá ser efetuada a negativação dos Devedores junto ao SCPC

e/ou Serasa, e (b) entre o 33º dia e o 49º dia contados da data de vencimento, deve ser emitida notificação extrajudicial, através de cartório, para que paguem as parcelas do empréstimo em atraso, bem como providenciada a documentação necessária para o ajuizamento de ação de execução, tais como documentação do Devedor, cópia da respectiva CCB, entre outros;

- iii) se não for possível notificar extrajudicialmente os Devedores, cópia autenticada das CCBs inadimplentes deverão ser levadas a protesto no cartório competente; e
- iv) entre o 45º dia e o 70º dia contados da data de vencimento do Direito Creditório, deverá ser dado início à ação de execução da dívida, sem prejuízo à continuidade dos procedimentos de cobrança extrajudicial.

### **Aspectos Legais e Regulamentares do Financiamento para Aquisição de Veículos**

Os principais aspectos legais e regulamentares do empréstimo a pessoas físicas e jurídicas para aquisição de veículos estão relacionados à alienação fiduciária em garantia do veículo.

A garantia representada pela alienação fiduciária de veículos é regulada pelos artigos 1.361 e seguintes do Código Civil, pela Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, em seu art. 66-B, pelos art. 2º e seguintes do Decreto-lei nº 911, de 1º de outubro de 1969, e pela Resolução nº 159, de 22 de abril de 2004, do Conselho Nacional de Trânsito (“CONTRAN”).

Por meio da alienação fiduciária em garantia, o devedor transmite a propriedade resolúvel de um bem de sua propriedade ao credor, com o objetivo de garantir a dívida existente entre o credor e o devedor. Apesar da transmissão da propriedade e da posse indireta para o credor, o devedor permanece com a posse direta do bem, podendo, até o vencimento da dívida, às suas expensas e risco, usar a coisa de acordo com a sua destinação natural, conforme determina o art. 1.363 do Código Civil. Neste caso, o devedor será depositário da coisa, devendo empregar em sua guarda a diligência exigida pela natureza do bem, assim como entregá-lo ao credor caso a dívida não seja adimplida no vencimento. Se a dívida for inteiramente quitada, a propriedade se resolve e o bem retorna ao patrimônio do devedor.

Como requisito de constituição da garantia, no caso de alienação fiduciária de veículos, estabelece o parágrafo 1º do art. 1.361 do Código Civil a necessidade de registro do respectivo contrato na repartição competente para o licenciamento do veículo, fazendo-se a anotação no seu certificado de registro.

#### *Cessão da Alienação Fiduciária em Garantia*

Mesmo não sendo entidade integrante do Sistema Financeiro Nacional, o Fundo está autorizado a ser cessionário dos Direitos Creditórios, já que as disposições do Código Civil relativas à alienação fiduciária autorizam sua utilização como forma de garantia por qualquer pessoa. Assim, não há qualquer impedimento legal para que sejam cedidos créditos ao Fundo garantidos por alienação fiduciária.

A cessão dos Direitos Creditórios também implica a cessão da alienação fiduciária que os garante por disposições legais e regulamentares expressas. A Resolução nº 2.907, de 29 de novembro de 2001, do CMN, que autoriza a constituição e o funcionamento de fundos de investimento em direitos creditórios, indica em seu art. 2º, I, que, nas operações de crédito realizadas entre instituições financeiras e fundos de investimento em direitos creditórios, deve ser observada a Resolução nº 2.686, de 26 de janeiro de 2000, também do CMN.

Esta resolução dispõe, em seu art. 2º, III, que as cessões de crédito realizadas entre instituições financeiras e sociedades anônimas que tenham por objeto exclusivo a aquisição de tais créditos implicam a transferência, à cessionária, de todos os contratos, títulos, instrumentos e garantias necessários a sua execução. Por fim, o próprio Código Civil impõe, em seu artigo 287, que, salvo disposição em contrário, a cessão de crédito abrange todos os seus acessórios.

#### *Eficácia do Contrato contra Terceiros*

Como já mencionado, o parágrafo 1º do artigo 1.361 do Código Civil impõe que, para constituição da alienação fiduciária em garantia de veículo, deverá haver o registro no órgão competente para o licenciamento do veículo, que seria o órgão executivo de trânsito do Estado, ou Distrito Federal, no qual o veículo esteja registrado, conforme o art. 130 do Código de Trânsito Brasileiro. Tal órgão deve ser o do domicílio ou residência do seu proprietário, conforme determina o art. 120 do Código de Trânsito Brasileiro.

Com o fim de conferir publicidade ao registro, protegendo terceiros que venham adquirir o bem e, ao mesmo tempo, como requisito de eficácia da garantia contra terceiros, o registro da alienação fiduciária em garantia de veículos deve seguir não apenas os requisitos legais já mencionados, como também os procedimentos regulados pela Resolução nº 159, de 22 de abril de 2004, do CONTRAN.

Até a promulgação do Código Civil e da Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004, era necessário também o registro do contrato no Cartório de Títulos e Documentos do domicílio do credor, conforme dispunha o parágrafo 1º do revogado artigo 66 da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965. O parágrafo 10º desse mesmo dispositivo previa também que a alienação fiduciária em garantia de veículo deveria, para fins probatórios, constar do certificado de registro do veículo.

Porém, com a promulgação da Lei nº 10.931/04, foram revogados os artigos 66 e 66-A da Lei nº 4.728/65, tendo sido introduzido o artigo 66-B, que passou a prever regras específicas para alienação fiduciária de veículos no âmbito do mercado financeiro, não fazendo mais menção à exigência de registro no Cartório de Títulos e Documentos.

Assim, e tendo em vista o disposto no já mencionado parágrafo 1º do art. 1.361 do Código Civil, para que a garantia seja constituída e produza efeitos perante as partes e terceiros, basta o registro do contrato no órgão executivo de trânsito do Estado, ou Distrito Federal, competente para o licenciamento do veículo.



### *Regulamentos Editados pelo CONTRAN*

Como dito acima, o CONTRAN, órgão máximo normativo e consultivo do Sistema Nacional de Trânsito, conforme o art. 7º, I, do Código de Trânsito Brasileiro, com o objetivo de padronizar os procedimentos para registro dos contratos de alienação fiduciária de veículos perante os órgãos executivos (“DETRANs”), expediu a Resolução nº 159, de 22 de abril de 2004. Esta Resolução define o registro de contrato de alienação fiduciária de veículo como o arquivamento de seu instrumento, público ou particular, por cópia, microfilme ou qualquer outro meio eletrônico, magnético ou óptico, precedido do devido assentamento em livro próprio, podendo os dados desse registro serem arquivados em qualquer forma de banco de dados magnético ou eletrônico, desde que esta garanta requisitos de segurança quanto à adulteração e manutenção do seu conteúdo.

A referida Resolução também define gravame, como sendo a anotação, no campo de observações do certificado de registro de veículos, de garantia real de veículo automotor, decorrente de contratos com cláusula de alienação fiduciária, reserva de domínio ou penhor. Os órgãos executivos de trânsito, após o registro do contrato a que se referem, farão constar em favor da empresa credora da garantia real, no campo de observações do certificado de registro de veículos, a existência do gravame com a identificação do respectivo credor da garantia real.

A inserção e liberação dos gravames pode ser feita eletronicamente, mediante sistemas ou meios eletrônicos compatíveis com os dos órgãos ou entidades executivos de trânsito, a integral expensas dos credores. A veracidade das informações para a inclusão e liberação do gravame de que tratam os artigos anteriores será da inteira e exclusiva responsabilidade dos credores, inexistindo aos órgãos ou entidades executivos de trânsito obrigações sobre a imposição de quaisquer exigências legais, junto aos usuários, referentes aos contratos com cláusula de garantia real de veículos, conforme o art. 8º da referida Resolução 159.

Após o cumprimento das obrigações por parte do devedor, o credor da garantia real de veículo providenciará, eletronicamente, a informação da baixa do gravame junto aos órgãos executivos de trânsito.

### *Efeitos do Adimplemento e Inadimplemento do Contrato*

A principal consequência do adimplemento do contrato, por parte do devedor, é a extinção da propriedade resolúvel do credor sobre o bem, que retorna à propriedade do devedor. Já no caso de inadimplemento, e tendo em vista que os Direitos Creditórios Cedidos tiveram suas alienações fiduciárias constituídas no âmbito do mercado financeiro, os procedimentos adotados pelo credor para cobrança dos créditos deverão seguir o disposto no Decreto-lei nº 911/69.

O referido decreto dispõe que no caso de inadimplemento ou mora nas obrigações contratuais garantidas mediante alienação fiduciária, o credor poderá vender a coisa a terceiros, independentemente de qualquer medida judicial ou extrajudicial, salvo disposição expressa em contrário prevista no contrato, devendo aplicar o preço da venda no pagamento de seu crédito e das despesas decorrentes e entregar ao devedor o saldo apurado, se houver.

Por sua vez, uma vez comprovada a mora, o credor poderá requerer contra o devedor ou terceiro a busca e apreensão do bem alienado fiduciariamente, a qual será concedida liminarmente. No prazo de 5 (cinco) dias após executada a medida liminar de busca e apreensão do bem, a propriedade do bem será consolidada no patrimônio do credor, cabendo, no caso, aos órgãos executivos de trânsito expedir novo certificado de registro de registro do veículo em nome do credor, ou de terceiro por ele indicado, livre do ônus da propriedade fiduciária.

Nesse prazo de 5 (cinco) dias, o devedor poderá pagar a integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados pelo credor, hipótese na qual o bem lhe será restituído livre do ônus. Já no prazo de 15 (quinze) dias do cumprimento da liminar, o devedor poderá apresentar resposta impugnando o valor cobrado pelo credor, mesmo que tenha purgado a mora. Caso venha ser decretada a improcedência da ação de busca e apreensão, o juiz poderá condenar o credor ao pagamento de multa em favor do devedor, equivalente a 50% do valor originalmente financiado se o bem já tiver sido alienado.

Caso o bem alienado fiduciariamente não seja encontrado ou não se ache na posse do devedor, o credor poderá requerer a conversão do pedido de busca e apreensão. A critério do credor, poderá se proceder à execução diretamente, hipótese em que poderão ser penhorados tantos os bens do devedor quanto bastem para assegurar a execução.

Já em caso de falência do devedor, fica assegurado ao credor o direito de pedir a restituição do bem alienado fiduciariamente, vez que o bem não integra a massa falida do devedor.

#### *Sistema Nacional de Gravames - SNG*

O SNG foi criado pela Resolução nº 159, de 22 de abril de 2004, do CONTRAN, e já foi implantado em 24 Estados e no Distrito Federal.

A implantação do SNG possibilitou o controle e o gerenciamento eletrônico das restrições financeiras sobre veículos, permitindo a estreita conexão entre os diversos DETRANs e os agentes financeiros, considerados assim as instituições financeiras e demais empresas credoras conveniadas que atuam como financiadoras para aquisição de veículos, reservando para si o direito sobre o bem financiado.

Dessa forma, o SNG propiciou a desburocratização dos antigos mecanismos de inserção e baixa de gravames, antes realizados mediante manuseio de documentos e papéis, passíveis de eventuais fraudes e ilícitos penais.

#### Funcionamento do SNG

Nos termos da legislação aplicável, as instituições financeiras e demais empresas credoras conveniadas, para fins de anotação do gravame no campo de observações do Certificado de Registro de Veículo – CRV, deverão, obrigatoriamente, utilizar o SNG.

As comunicações realizadas entre a instituição financeira, o SNG e os DETRANs ocorrem em tempo real. Ao ser consultado por uma instituição financeira conveniada, o SNG efetua automaticamente uma busca eletrônica no banco de dados (i) dos DETRANs conveniados, (ii) da Base de Informações Nacionais de Roubos e Furtos - BINFABRIL, (iii) do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres – DPVAT, e (iv) do Registro Nacional de Seguros – RNS. Em seguida, informa à instituição financeira a situação do gravame consultado. Caso o veículo não apresente nenhuma reserva de gravame, o SNG solicita as informações necessárias à reserva do respectivo gravame em favor da instituição financeira solicitante. Caso exista alguma restrição de qualquer natureza, o sistema informará ao agente financeiro da impossibilidade de realizar o gravame, impedindo, dessa forma, a concessão do financiamento ou a aceitação da garantia pela instituição financeira.

#### Procedimento para Transferência de Garantias no SNG

Na cessão de Direitos Creditórios ao Fundo, o registro do gravame dos veículos no SNG não é alterado, permanecendo em nome do Banco Paulista que, na qualidade de Agente de Cobrança, se for o caso, poderá adotar os procedimentos de cobrança, inclusive judiciais, em relação aos Direitos Creditórios Cedidos que estejam inadimplentes. Não obstante, caso, por qualquer motivo, o Fundo decida transferir o registro do gravame para si, ou para qualquer terceiro, o Banco Paulista, por meio de procuração pública, outorgou poderes suficientes ao Fundo para que o Fundo tome, de forma autônoma, tais providências.

#### **Perfil da Carteira de Direitos Creditórios do Banco Paulista**

No contexto da presente operação de securitização, a KPMG foi contratada para realizar uma compilação de dados estatísticos sobre as características da carteira de créditos do Banco Paulista quanto ao seu perfil e inadimplência, para as operações originadas no período de 1º de novembro de 2005 a 28 de fevereiro de 2007, bem como o entendimento do sistema de concessão e cobrança relacionado a estas operações. A íntegra do relatório da KPMG relativo à carteira de direitos creditórios do Banco Paulista integra o presente prospecto como seu Anexo III.

O trabalho desenvolvido pela KPMG teve por objeto:]

- i) revisão dos aspectos relacionados aos processos de concessão e cobrança dos créditos do Banco Paulista, bem como dos pontos de controle existentes, compreendendo:
  - a) levantamento do fluxo operacional da estrutura de originação dos recebíveis relacionado a concessão, monitoramento, cobrança e liquidação financeira dos recebíveis;
  - b) identificação dos pontos de controle e teste de sua eficácia por meio de procedimentos de simulação;
  - c) revisão da funcionalidade dos sistemas do Banco Paulista e da acuracidade das informações geradas para gestão dos recebíveis; e

- d) revisão dos controles de segurança relacionados aos acessos físico e lógico do sistema, plano de contingência e recuperação de dados.
- ii) verificação de dados demográficos:
  - a) distribuição do volume mensal de contratos originados;
  - b) distribuição do volume financeiro e da quantidade de contratos por prazo médio das operações; e
  - c) distribuição dos recebíveis por faixas de valor, para fins de apuração de concentração de operações.
- iii) verificação da pontualidade e de performance de crédito:
  - a) cálculo do prazo médio de atraso e respectivos desvios-padrão;
  - b) distribuição dos volumes financeiros a vencer, liquidados e vencidos na data-base de análise; e
  - c) distribuição dos volumes financeiros a vencer, liquidados e vencidos, segregados pelos respectivos meses de origem (*pool* estático).

Faz-se necessário enfatizar, também, que o trabalho não representou uma auditoria conforme as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e, portanto, não deve ser interpretado como tal. Caso outros procedimentos adicionais previstos conforme as referidas normas de auditoria tivessem sido executados, outros assuntos poderiam ter sido objeto de análise.

Os trabalhos foram executados no período de 12 de janeiro a 30 de março de 2007 e basearam-se na situação da carteira de direitos creditórios e no sistema de controles internos relacionados à concessão e cobrança da carteira de recebíveis vigentes naquele período. Conforme acordado, não foi requerida a atualização da base de dados utilizada entre essa data e a data do relatório, nem existe a obrigação de atualizar este relatório.

## **PRESTADORES DE SERVIÇOS E FORMA DE REMUNERAÇÃO**

### **Conflito de Interesses**

Não há conflitos de interesses entre as partes envolvidas nos processos de originação, distribuição, custódia, gestão e administração do Fundo.

### **Banco Coordenador**

A distribuição das Cotas do Fundo será realizada pelo Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Eusébio Matoso, nº 891, inscrita no CNPJ/MF sob nº 33.700.394/0001-40.

O Banco Coordenador foi contratado para realizar a distribuição pública das Cotas por meio de contrato de colocação pública de Cotas do Fundo, sob regime de garantia firme de colocação, celebrado entre o Banco Coordenador, o Fundo, a Instituição Administradora e o Banco Paulista. Mais informações sobre o referido contrato encontram-se no item “Sumário dos Contratos Relevantes – Contrato de Colocação” deste Prospecto. Cópia do Contrato de Colocação encontra-se disponível para consulta na sede da Instituição Administradora.

### *Histórico*

Em 27 de setembro de 1924, foi autorizado o funcionamento da seção bancária da Casa Moreira Salles, uma das mais importantes lojas de comércio de Poços de Caldas, Minas Gerais, fundada por João Moreira Salles em 1918. Em 1931, a seção bancária da Casa Moreira Salles é transformada em uma instituição independente, a Casa Bancária Moreira Salles, e em julho de 1940, surge o Banco Moreira Salles, resultado da fusão entre a Casa Bancária Moreira Salles, o Banco Machadense e a Casa Bancária de Botelhos. Em maio de 1967, o Banco se funde com o Agrimer, Banco Agrícola Mercantil, e surge a sua nova denominação: União de Bancos Brasileiros S.A. (UBB). Apenas dois anos depois, a UBB estava em segundo lugar no ranking de bancos comerciais privados do Brasil.

Atualmente, o Unibanco é o terceiro maior grupo financeiro privado do Brasil, com mais de 80 anos de história e atuação no mercado.

### *Obrigações, Procedimentos e Remuneração do Banco Coordenador*

O Banco Coordenador deverá observar as obrigações e os procedimentos descritos no capítulo “Sumário dos Termos e Condições da Distribuição de Cotas” acima.

Informações sobre o relacionamento entre as partes envolvidas na distribuição de Cotas Seniores da Primeira Série encontram-se na seção “Prestadores de Serviços e Remuneração – Conflito de Interesses” acima.

Pela coordenação, estruturação e distribuição da colocação pública das Cotas, o Banco Coordenador fará jus à remuneração de:

- i) 0,10% (dez centésimos por cento) calculado sobre o valor total de emissão das Cotas Seniores da Primeira Série, a título de comissão pela coordenação e estruturação da colocação pública;
- ii) 0,30% (trinta centésimos por cento) calculado sobre o valor total de Cotas Seniores da Primeira Série efetivamente subscritos e integralizados na data de integralização, a título de comissão de distribuição das Cotas Seniores da Primeira Série;
- iii) 0,40% (quarenta centésimos por cento) incidente sobre o número total de Cotas Seniores da Primeira Série emitidas, multiplicado pelo valor unitário de subscrição, a título de prêmio de colocação em regime de garantia firme; e
- iv) 25% (vinte e cinco por cento) do produto dos seguintes fatores: (a) diferença entre o *spread* (remuneração) da taxa inicial e a taxa final efetiva do procedimento de *bookbuilding*; (b) o número de anos do prazo de vencimento; e (c) o valor total das Cotas Seniores da Primeira Série efetivamente subscritas e integralizadas na data de integralização; a título de comissão de sucesso.

### **Instituição Administradora**

O Fundo é administrado e gerido por Votorantim Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Roque Petroni Júnior, nº 999, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob nº 03.384.738/0001.98.

A Instituição Administradora, observadas as limitações estabelecidas nesta seção e nas demais disposições legais e regulamentares pertinentes, terá amplos e gerais poderes para praticar todos os atos necessários à administração do Fundo e para exercer os direitos inerentes aos Direitos Creditórios Cedidos.

### **Histórico**

A Instituição Administradora foi constituída em 21 de junho de 1999, como consequência da necessidade regulamentar de segregação da administração de recursos de clientes, e alterou no ano seguinte sua denominação para Votorantim Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários.

A sociedade atua principalmente na administração dos recursos de seus clientes e, como distribuidora de títulos e valores mobiliários, também atua na subscrição de emissões de títulos e na intermediação da colocação de emissões de capital no mercado e em operações no mercado aberto. No Brasil, a Instituição Administradora é uma das principais instituições administradoras de fundos de investimentos, com reconhecida atuação na administração de fundos de investimento em direitos creditórios.

*Obrigações, Vedações e Responsabilidades da Instituição Administradora*

Incluem-se entre as obrigações da Instituição Administradora:

- i) registrar, às expensas do Fundo, o documento de constituição do Fundo e o Regulamento e seus anexos, bem como futuras versões do Regulamento e de seus anexos, em Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo;
- ii) manter atualizados e em perfeita ordem:
  - a) a documentação relativa às operações do Fundo;
  - b) o registro dos condôminos;
  - c) o livro de atas de assembléias gerais;
  - d) o livro de presença de condôminos;
  - e) os demonstrativos trimestrais de que trata o artigo 8º, § 3º, da Instrução nº 356/01, da CVM;
  - f) o registro de todos os fatos contábeis referentes ao Fundo; e
  - g) os relatórios do auditor independente e da Agência de Classificação de Riscos;
- iii) receber quaisquer rendimentos ou valores do Fundo diretamente ou por meio do Custodiante;
- iv) entregar ao condômino, gratuitamente, exemplar do Regulamento, bem como cientificá-lo do nome do periódico utilizado para divulgação de informações e da taxa de administração praticada;
- v) manter disponíveis em sua sede e agência(s) e na sede das instituições que coloquem Cotas, o valor do patrimônio líquido do Fundo, o valor das Cotas de cada classe, as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil a que se referirem, a relação entre o patrimônio líquido do Fundo e o valor das Cotas Seniores em circulação, e o relatório das Agências Classificadoras de Risco;
- vi) divulgar, no mínimo trimestralmente, no periódico utilizado pelo Fundo, além de observar o disposto no item (v) acima, o valor do patrimônio líquido do Fundo, o valor das Cotas de cada classe e Série, as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil a que se referirem;
- vii) custear as despesas de propaganda do Fundo, exceto as relativas aos anúncios e avisos obrigatórios relacionados à distribuição das Cotas, bem como aquelas que sejam providenciadas ou solicitadas por terceiros;

- viii) fornecer anualmente aos condôminos documento contendo informações sobre os rendimentos auferidos no ano civil e, com base nos dados relativos ao último dia do mês de dezembro, sobre o número de Cotas de propriedade de cada condômino e respectivo valor;
- ix) sem prejuízo da observância dos procedimentos relativos às demonstrações financeiras, previstas na Instrução nº 356/01, da CVM, manter, separadamente, registros analíticos com informações completas sobre toda e qualquer modalidade de negociação realizada entre a Instituição Administradora e o Fundo;
- x) providenciar trimestralmente, no mínimo, a atualização da classificação de risco relativa à(s) classe(s) ou série(s) de Cotas destinada(s) à colocação pública;
- xi) informar os cotistas sobre eventual rebaixamento da classificação de risco das Cotas, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados da sua ciência de tal fato;
- xii) no caso de pedido ou decretação de recuperação judicial ou extrajudicial, falência, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, ou ainda de regimes similares, do Agente de Cobrança, do Agente de Recebimento ou da instituição financeira em que o Fundo tenha conta corrente, requerer, às expensas do Fundo, o imediato direcionamento do fluxo de recursos provenientes dos Direitos Creditórios Cedidos para outra conta de depósitos, de titularidade do Fundo; e
- xiii) repassar integralmente ao Cedente e ao Auditor, em até 1 (um) dia útil de seu recebimento, as informações relativas à auditoria realizada pelo Custodiante nos Documentos Comprobatórios dos Direitos Creditórios Cedidos.

A divulgação das informações relativas ao valor do patrimônio líquido do Fundo, o valor das Cotas de cada classe, as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil a que se referirem podem ser providenciadas por meio de entidades de classe de instituições do Sistema Financeiro Nacional, desde que realizada em periódicos de ampla veiculação e serão disponibilizadas aos Cotistas no sítio da Instituição Administradora, [www.vam.com.br](http://www.vam.com.br).

É vedado à Instituição Administradora:

- i) prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma nas operações praticadas pelo Fundo, inclusive quando se tratar de garantias prestadas às operações realizadas em mercados de derivativos;
- ii) utilizar ativos de sua própria emissão ou coobrigação como garantia das operações praticadas pelo Fundo; e
- iii) efetuar aportes de recursos no Fundo, de forma direta ou indireta, a qualquer título, ressalvada a hipótese de aquisição de Cotas deste.



As vedações acima abrangem os recursos próprios das pessoas físicas e das pessoas jurídicas controladoras da Instituição Administradora e de suas Partes Relacionadas, bem como os ativos integrantes das respectivas carteiras e os de emissão ou coobrigação dessas.

É vedado à Instituição Administradora, em nome do Fundo:

- i) prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma, exceto quando se tratar de margens de garantia em operações realizadas em mercados de derivativos;
- ii) realizar operações e negociar com ativos financeiros ou modalidades de investimento não previstos na seção “Características do Fundo – Política de Investimento” acima;
- iii) aplicar recursos diretamente no exterior;
- iv) adquirir Cotas;
- v) pagar ou ressarcir-se de multas impostas em razão do descumprimento de obrigações previstas neste prospecto e nas demais disposições legais e regulamentares pertinentes;
- vi) vender Cotas a prestação;
- vii) vender Cotas a instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil cedentes de direitos creditórios, exceto quando se tratar de Cotas Subordinadas;
- viii) prometer rendimento predeterminado aos condôminos;
- ix) fazer, em sua propaganda ou em outros documentos apresentados aos investidores, promessas de retiradas ou de rendimentos, com base em seu próprio desempenho, no desempenho alheio ou no de ativos financeiros ou modalidades de investimento disponíveis no âmbito do mercado financeiro;
- x) delegar poderes de gestão da carteira do Fundo;
- xi) obter ou conceder empréstimos, admitindo-se a constituição de créditos e a assunção de responsabilidade por débitos em decorrência de operações realizadas em mercados de derivativos;
- xii) efetuar locação, empréstimo, penhor ou caução dos direitos e demais ativos integrantes da carteira do Fundo, exceto quando se tratar de sua utilização como margem de garantia nas operações realizadas em mercados de derivativos; e
- xiii) vender ativos do Fundo por valor inferior ao respectivo valor contábil, inclusive nos casos de recompra pelo Cedente de Direitos Creditórios Cedidos.

### *Remuneração da Instituição Administradora*

A Instituição Administradora terá direito a receber, pela prestação de serviços de administração e gestão do Fundo, valor equivalente a percentual anual a ser calculado de acordo com os seguintes termos:

- i) 0,38% (trinta e oito centésimos por cento) sobre o valor apurado do patrimônio líquido do Fundo, que seja igual ou inferior a R\$80.000.000,00 (oitenta milhões de reais); ou
- ii) 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor apurado do patrimônio líquido do Fundo, que seja superior a R\$80.000.000,00 (oitenta milhões de reais) e igual ou inferior a R\$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais); ou
- iii) 0,28% (vinte e oito centésimos por cento) sobre o valor apurado do patrimônio líquido do Fundo, que seja superior a R\$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais).

O percentual acima será calculado a cada dia útil à base de 1/252 (um duzentos e cinquenta e dois avos) de tal sobre o valor do patrimônio líquido do Fundo, apurado diariamente e cobrado mensalmente no último dia útil de cada mês, a partir do mês da Data de Subscrição Inicial das Cotas Seniores da Primeira Série. A remuneração será paga à Instituição Administradora mensalmente, sendo calculada e provisionada todo dia útil, conforme a seguinte fórmula:

$$TA = \left\{ \left[ \left( 1 + TX \right)^{\frac{1}{252}} \right] - 1 \right\} \times PL_{(D-1)}$$

onde,

TA = Taxa de Administração, calculada todo dia útil;

Tx = Percentual a ser estabelecido de acordo com o patrimônio líquido do Fundo, nos termos do parágrafo anterior; e

PL(D-1) = Patrimônio líquido do Fundo no dia útil anterior.

Com exceção da remuneração do Custodiante pelo exercício dos serviços de controladoria e escrituração, que equivale a 0,03% (três centésimos por cento) do patrimônio líquido do Fundo, a remuneração acima não inclui as despesas relativas à contratação dos demais terceiros, previstos neste capítulo, a serem debitadas do Fundo pela Instituição Administradora.

A Instituição Administradora pode estabelecer que parcelas da taxa de administração sejam pagas diretamente pelo Fundo a outros prestadores de serviços não indicados neste capítulo, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da taxa de administração acima fixada.

Não poderão ser cobradas dos cotistas do Fundo quaisquer outras taxas, tais como taxa de performance, de ingresso e/ou de saída.

### *Substituição da Instituição Administradora*

A Instituição Administradora, por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada condômino, pode renunciar à administração e gestão do Fundo, desde que convoque, no mesmo ato, Assembléia Geral para decidir sobre sua substituição ou sobre a liquidação do Fundo.

Na hipótese de a Instituição Administradora renunciar às suas funções e a Assembléia Geral de que trata o parágrafo acima, por qualquer motivo, não deliberar sobre a nomeação de instituição administradora habilitada para substituir a Instituição Administradora, a liquidação do Fundo terá início no prazo máximo de 15 (quinze) dias.

Na hipótese de renúncia da Instituição Administradora e nomeação de nova instituição administradora em Assembléia Geral, a Instituição Administradora continuará obrigada a prestar os serviços de administração e gestão do Fundo até que a nova instituição venha a substituí-la, o que deverá ocorrer dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados da data de realização da respectiva Assembléia Geral.

Caso a nova instituição administradora nomeada nos termos do parágrafo acima não substitua a Instituição Administradora dentro do prazo de 30 (trinta) dias corridos acima estabelecido, a Instituição Administradora iniciará a liquidação do Fundo até o 35º (trigésimo quinto) dia corrido contado da data de realização da Assembléia Geral que nomear a nova instituição administradora.

Nas hipóteses de substituição da Instituição Administradora e de liquidação do Fundo, aplicam-se, no que couber, as normas em vigor sobre responsabilidade civil ou criminal de administradores, diretores e gerentes de instituições financeiras, independentemente das que regem a responsabilidade civil da própria Instituição Administradora.

### *Contratação de Terceiros*

A Instituição Administradora pode, sem prejuízo de sua responsabilidade e da do diretor ou sócio-gerente designado, contratar serviços de:

- i) consultoria especializada, objetivando a análise e seleção de Direitos Creditórios e demais ativos para integrarem a carteira do Fundo;
- ii) gestão da carteira do Fundo com terceiros devidamente identificados, nos termos da Instrução nº 356/01, da CVM;
- iii) custódia;
- iv) cobrança e recebimento dos Direitos Creditórios Cedidos; e
- v) outros previstos no Regulamento.

## **Custodiante**

Foi contratado o Citibank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 1.111, 2º andar – parte, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.868.597/0001-40.

O Custodiante, observadas as obrigações e limitações estabelecidas nesta seção e nas demais disposições legais e regulamentares pertinentes, será responsável pelos serviços de custódia, controladoria e escrituração das Cotas do Fundo.

## *Histórico*

Os serviços de custódia de cotas de fundos são parte da estratégia do Citibank no mundo, prestando serviços em mais de 70 países. No Brasil, foi pioneiro na prestação de serviços de custódia para terceiros (1992) e iniciou a estratégia local com investidores institucionais em 1997. É o segundo maior prestador de serviços de custódia local para terceiros do país, conforme ranking da ANBID divulgado em março de 2007.

Atualmente, o Custodiante é líder de mercado no segmento de custódia para investidores estrangeiros, contando com uma participação de 51% do *market share*, e possui tecnologia de ponta que garante segurança no processamento e na transmissão de informações.

## *Obrigações, Vedações e Responsabilidades do Custodiante*

O Custodiante contratado para realizar o serviço de custódia será responsável pelas seguintes atividades:

- i) receber, verificar e analisar a documentação que evidencie o lastro dos Direitos Creditórios;
- ii) validar os Direitos Creditórios em relação aos Critérios de Elegibilidade estabelecidos no item “Características do Fundo – Política de Investimento – Critérios de Elegibilidade e Condições Adicionais” acima;
- iii) validar os arquivos de retorno disponibilizados pelo Agente de Recebimento em relação à respectiva Lista de Direitos Creditórios;
- iv) realizar a liquidação física e financeira dos Direitos Creditórios Cedidos;
- v) fazer a custódia, administração, cobrança e/ou guarda de documentação relativos aos Direitos Creditórios e demais ativos integrantes da carteira do Fundo;
- vi) diligenciar para que sejam mantidos, as suas expensas, atualizados e em perfeita ordem, os Documentos Comprobatórios, com metodologia preestabelecida e de livre acesso para auditoria independente, Agências Classificadoras de Risco e órgãos reguladores;

- vii) cobrar e receber, por conta e ordem do Fundo, pagamentos, resgate de títulos ou qualquer outra renda relativa aos títulos custodiados, depositando os valores recebidos na conta de depósitos do Fundo; e
- viii) observar para que somente as ordens emitidas pela Instituição Administradora, ou por seus representantes legais ou mandatários, devidamente autorizados, sejam acatadas, sendo-lhe vedada a execução de ordens que não estejam diretamente vinculadas às operações do Fundo.

O Custodiante efetuará bimestralmente a verificação do lastro a que se refere o item “i” do parágrafo anterior por amostragem. O Custodiante poderá contratar, por sua conta e ordem, e desde que previamente autorizado pela Instituição Administradora, por escrito, terceiro para realizar, sob sua responsabilidade, a verificação do lastro dos Direitos Creditórios Cedidos, e do enquadramento aos Critérios de Elegibilidade e às Condições Adicionais. As irregularidades apontadas nesta auditoria serão informadas à Instituição Administradora, às Agências Classificadoras de Risco, ao Auditor e ao Cedente.

Durante o exercício de suas atividades, o Custodiante não será responsável pela indicação de Direitos Creditórios Cedidos ao protesto, ou pela inserção de nome dos Devedores em órgãos responsáveis pelo apontamento de descumprimento de obrigações pecuniárias, cabendo ao Fundo, representado pela Instituição Administradora, realizar tais atividades e assumir a integral responsabilidade e eventuais ônus dessa decisão.

#### *Remuneração do Custodiante*

Pelos serviços de custódia, o Citibank fará jus a remuneração mínima mensal de R\$10.000,00 (dez mil reais) e máxima equivalente aos percentuais anuais em relação ao patrimônio líquido do Fundo calculados diariamente e paga mensalmente, conforme abaixo:

- i) 0,15% (quinze centésimos por cento) sobre o valor apurado do patrimônio líquido do Fundo, que seja igual ou inferior a R\$80.000.000,00 (oitenta milhões de reais); ou
- ii) 0,12% (doze centésimos por cento) sobre o valor apurado do patrimônio líquido do Fundo, que seja superior a R\$80.000.000,00 (oitenta milhões de reais) e igual ou inferior a R\$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais); e
- iii) 0,09% (nove centésimos por cento) sobre o valor apurado do patrimônio líquido do Fundo, que seja superior a R\$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais).

#### *Substituição do Custodiante*

A Instituição Administradora pode, a qualquer tempo, contratar outra instituição credenciada pela CVM para prestação dos serviços de custódia, agindo sempre no interesse dos cotistas do Fundo, e desde que aprovado pela Assembléia Geral.

Aplicam-se as disposições do item “Prestadores de Serviços e Remuneração – Instituição Administradora”, no que couber, à substituição do Custodiante.

## **Fiel Depositário**

O Banco Paulista será o fiel depositário de todos os Documentos Comprobatórios que sejam relacionados aos Direitos Creditórios Cedidos.

O Banco Paulista se compromete a guardar todos os Documentos Comprobatórios com o máximo cuidado e diligência, em nome e por conta do Fundo e permanecerão na posse do Banco Paulista, para que este os guarde na qualidade de fiel depositário, pelo prazo de 5 (cinco) anos contados da data de liquidação de cada um dos Contratos de Financiamento. Uma vez decorrido o prazo referido em relação a determinado documento, o Banco Paulista deixará de ser responsável pela sua guarda e conservação, devendo observar as instruções que lhe der o Custodiante e/ou a Instituição Administradora quanto à destinação do referido documento.

Com a anuência do Custodiante, do Fundo e da Instituição Administradora, o Banco Paulista subcontratou a ATP Tecnologia e Produtos S.A., sociedade com sede na SGAN, QD 601, conjunto L, na Cidade de Brasília, Distrito Federal, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 38.059.846/0001-70, para realizar a guarda da documentação relativa aos Direitos Creditórios Cedidos. A contratação, pelo Banco Paulista, de outras partes para realização da guarda dos Documentos Comprobatórios, que não a indicada neste parágrafo, somente poderá ocorrer mediante prévia aprovação da Assembléia Geral e do Custodiante.

Pelo depósito previsto nesta seção, o Banco Paulista não fará jus a qualquer remuneração, e não terá direito a repassar ao Fundo eventuais custos despendidos no exercício de tal função.

Demais informações sobre o Banco Paulista encontram-se descritos no capítulo “Informações Relativas ao Cedente” abaixo.

## **Agente de Cobrança**

O Banco Paulista fica obrigado a exercer a cobrança dos Direitos Creditórios Cedidos, sendo responsável: (i) pela impressão e entrega dos boletos de cobrança aos Devedores; (ii) por viabilizar e permitir que o Agente de Recebimento realize as transferências dos recursos recebidos a título de pagamento dos Direitos Creditórios Cedidos para conta corrente de titularidade do Fundo; (iii) pelo repasse dos recursos que venha a receber por conta da liquidação antecipada de Financiamentos; e (iv) pela cobrança dos Direitos Creditórios Cedidos que estejam inadimplentes, nos termos do procedimento descrito no Regulamento.

A cobrança dos Direitos Creditórios Cedidos inadimplidos ou pagos a menor será efetuada pelo Banco Paulista e/ou por prestadoras de serviços de cobrança judicial e/ou extrajudicial contratados pelo Banco Paulista, com o objetivo de receber a integralidade dos valores devidos sob os Financiamentos, com a máxima e mesma diligência que teria com seus próprios créditos.

Para que o Banco Paulista proceda à cobrança dos Direitos Creditórios, o Custodiante deverá disponibilizar eletronicamente, em sua página na rede mundial de computadores, relatórios mensais atualizados de Direitos Creditórios Cedidos inadimplidos ou pagos a menor.

Em caso de cobrança judicial, o Fundo deverá outorgar procuração em favor do Banco Paulista para que preste direta ou indiretamente os serviços de cobrança acima previstos.

O Banco Paulista deverá preparar relatórios sobre a cobrança estabelecida nesta seção nos quais deverão constar, no mínimo, as seguintes informações em relação a cada CCB inadimplida: (a) totalidade da dívida; (b) valores eventualmente recuperados; (c) andamento dos processos judiciais ou da cobrança extrajudicial, conforme o caso; (d) subcontratados responsáveis pela cobrança. Os relatórios devem ser encaminhados à Instituição Administradora a cada 30 (trinta) dias, contados da data de assinatura do primeiro Termo de Cessão.

O Banco Paulista contratou, juntamente com o Fundo e o Custodiante, o Agente de Recebimento para prestar o serviço de arrecadação dos recursos relacionados aos Direitos Creditórios.

Os valores recebidos em virtude do pagamento de boletos emitidos pelo Banco Paulista, relacionados aos Direitos Creditórios Cedidos, serão processados em contas mantidas no Agente de Recebimento, nos termos do Contrato de Cobrança, devendo ser repassados para conta corrente de titularidade do Fundo.

O Agente de Recebimento e o Banco Paulista ficam, nos termos do Contrato de Cobrança, constituídos como fiéis depositários de quaisquer valores por eles recebidos, a qualquer título, referentes aos Direitos Creditórios Cedidos.

O Banco Paulista está autorizado a subcontratar terceiros para desempenhar parcial ou integralmente as atividades de cobrança judicial e/ou extrajudicial para as quais foi contratado. Nessa hipótese, o Banco Paulista será integral e exclusivamente responsável por atos e condutas do terceiro que subcontratar.

Pelo exercício da cobrança dos Direitos Creditórios Cedidos, o Banco Paulista não fará jus a qualquer remuneração, e não terá direito a repassar ao Fundo eventuais custos despendidos no exercício de tal função.

Demais informações sobre o Banco Paulista encontram-se descritos no capítulo “Informações Relativas ao Cedente” abaixo.

#### **Auditor**

Para realizar os serviços de auditoria do Fundo foi contratada pela Instituição Administradora, a KPMG Auditores Independentes, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 33, 17º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 57.755.217/0001-29.

O Auditor realizará, trimestralmente, como contratado da Instituição Administradora, análise dos Direitos Creditórios, por amostragem, com o objetivo de verificar a observância dos Critérios de Elegibilidade relativos aos Direitos Creditórios Cedidos, com base no arquivo disponibilizado pelo Custodiante. O resultado dessa análise deverá ser encaminhado à Instituição Administradora, ao Gestor e ao Cedente na forma de relatório de verificação.

Pelos serviços de auditoria contratados, a KPMG fará jus a remuneração fixa de R\$17.000,00 (dezessete mil reais) ao ano.

#### **Agência Classificadora de Risco**

Foi contratada como agência classificadora de risco das Cotas a Moody's América Latina Ltda., sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 12.551, 16º andar, inscrita no CNPJ/MF sob nº 02.101.919/0001-05.



## SUMÁRIO DOS CONTRATOS RELEVANTES

### **Contrato de Cessão**

O Banco Paulista, o Fundo, a Instituição Administradora e o Custodiante deverão celebrar o Contrato de Cessão.

A Instituição Administradora deverá requerer o registro do Contrato de Cessão em até 20 (vinte) dias a contar da data da sua assinatura, em Cartório de Registro de Títulos e Documentos situado na comarca de São Paulo, sendo que o Banco Paulista arcará com todos os custos e despesas decorrentes de tal registro.

O Contrato de Cessão terá por objeto regular a cessão de direitos creditórios pelo Banco Paulista ao Fundo, que poderá adquirir Direitos Creditórios a qualquer tempo ao longo de seu prazo de duração. O Banco Paulista obriga-se a oferecer ao Fundo tantos Direitos Creditórios quantos sejam necessários para manutenção da rentabilidade pretendida para as Cotas Seniores da Primeira Série.

A cessão de Direitos Creditórios ao Fundo será irrevogável e irrevogável, abrangendo os Direitos Creditórios, os respectivos juros, multas, e demais encargos eventualmente existentes, bem como os acessórios, tais como as garantias. O Banco Paulista não tem qualquer responsabilidade em relação à eventual insolvência dos Devedores, isso é, a cessão de Direitos Creditórios ao Fundo opera-se sem coobrigação.

Pela aquisição dos Direitos Creditórios, será pago pelo Fundo ao Banco Paulista, à vista, o preço calculado pelo Custodiante, conforme taxa indicada no Termo de Cessão. O Custodiante, por conta e ordem do Fundo, efetuará, mediante prévia autorização da Instituição Administradora, o pagamento pelos Direitos Creditórios Cedidos em moeda corrente nacional, por meio de crédito em conta corrente de titularidade do Banco Paulista.

O Banco Paulista será responsável:

- i) pela existência dos Direitos Creditórios Cedidos, nos termos do artigo 295 do Código Civil;
- ii) pela inexistência de quaisquer ônus ou gravames sobre os Direitos Creditórios Cedidos;
- iii) por eventuais exceções apresentadas pelos Devedores dos Direitos Creditórios Cedidos contra o Cedente e/ou Cessionário, nos termos do artigo 294 do Código Civil; e
- iv) pela diferença positiva entre o valor a receber da parcela relativa ao Direito Creditório liquidado antecipadamente (trazido a valor presente pela taxa de desconto financeiro aplicada ao valor de face dos Direitos Creditórios Cedidos para determinar seu preço de cessão ao Fundo) e a quantia paga na liquidação antecipada.

Além das demais obrigações e responsabilidades previstas neste prospecto, o Banco Paulista também se obriga a:

- i) comunicar à Instituição Administradora sobre o início de qualquer processo administrativo ou judicial que, em conjunto com os demais existentes, possa de qualquer modo onerá-lo, como réu inclusive, em montante superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais);
- ii) comunicar à Instituição Administradora caso venha a inadimplir obrigações que em conjunto alcancem montante superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais);
- iv) comunicar à Instituição Administradora a ocorrência de protestos de títulos de crédito de sua responsabilidade que em conjunto tenham valor superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais);
- v) diligenciar e tomar todas as medidas necessárias para que seus diretores, funcionários, prepostos, agentes e correspondentes cumpram a política de concessão de crédito descrita no item “Direitos Creditórios – Características – Política de Concessão de Crédito” acima;
- vi) comunicar imediatamente à Instituição Administradora a ocorrência de qualquer dos Eventos de Revisão;
- vii) permitir ao Custodiante e à Instituição Administradora, e quaisquer terceiros por esta indicados, o acesso a e retirada de quaisquer Documentos Comprobatórios, sempre que solicitado com no mínimo 24 (vinte e quatro) horas de antecedência;
- viii) transferir a titularidade da alienação fiduciária de automóveis em garantia dos Direitos Creditórios Cedidos para conta no SNG do Fundo ou de quem este indicar;
- ix) permitir à empresa de auditoria indicada pela Instituição Administradora, desde que notificado com 3 (três) dias de antecedência, o acesso a todos os documentos, arquivos e dados necessários para avaliar o desempenho da carteira de Direitos Creditórios, quer seja do Fundo quer seja do Banco Paulista; e
- x) não alterar, aditar ou rescindir o contrato celebrado com o Agente de Recebimento sem prévia anuência da Instituição Administradora e do Custodiante.

Considerar-se-á resolvida a cessão de qualquer Direito Creditório, operada de pleno direito, independentemente de qualquer aviso ou notificação ao Cedente e sem qualquer ônus ou custo para o Fundo, nas seguintes hipóteses:

- i) caso o Cedente, se interpelado pela Instituição Administradora, não apresente esclarecimentos referentes a qualquer inexatidão nas informações fornecidas, relativas ao Direito Creditório Cedido ou ao registro no SNG, em até 5 (cinco) dias úteis;

- ii) caso o Direito Creditório seja reclamado por qualquer terceiro comprovadamente titular de ônus, gravames ou encargos constituídos previamente à aquisição do mesmo pelo Fundo;
- iii) caso seja verificada a falsidade ou inexatidão de quaisquer das declarações do Cedente ou das informações constantes na Lista de Direitos Creditórios enviada por arquivo eletrônico ao Custodiante, que afete o Direito Creditório Cedido;
- iv) caso inexistam os documentos necessários à cobrança extrajudicial e/ou judicial do Devedor de Direito Creditório inadimplente;
- v) caso o Cedente não entregue ao Custodiante os Documentos Comprobatórios dos Direitos Creditórios Cedidos, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados de sua solicitação;
- vi) caso a cessão de Direitos Creditórios ao Fundo configure fraude contra credores, fraude de execução, fraude de execução fiscal ou ainda fraude falimentar; ou
- vii) caso seja verificada que a cessão de Direitos Creditórios ao Fundo tenha ocorrido com inobservância do Cedente às Condições Adicionais.

Sem prejuízo da resolução da cessão, o Cedente deverá notificar o Custodiante, por meio eletrônico, da ocorrência de qualquer das Condições Resolutivas da Cessão, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas contado da data em que este tomar conhecimento do evento.

Considerar-se-á nula a cessão de qualquer Direito Creditório, independentemente de qualquer aviso ou notificação ao Cedente e sem qualquer ônus ou custo para o Fundo, nas seguintes hipóteses:

- i) caso o Direito Creditório Cedido não seja de titularidade do Banco Paulista no momento da cessão;
- ii) caso o Direito Creditório Cedido seja originário de Financiamento cujo valor correspondente não tenha sido entregue ao Devedor ou pago ao proprietário ou ao vendedor do respectivo bem financiado, até a data da cessão;
- iii) caso o Direito Creditório Cedido seja originário de Financiamento por qualquer motivo declarado nulo;
- iv) caso o Custodiante verifique a nulidade ou inexistência de lastro do respectivo Direito Creditório Cedido; ou
- v) caso seja declarada, por decisão judicial, a nulidade ou inexistência da CCB que lastreia o respectivo Direito Creditório Cedido.

Na hipótese de ocorrência de quaisquer dos eventos referidos acima, o Banco Paulista ficará obrigado a restituir ao Fundo os valores recebidos por negócio resolvido ou declarado nulo, até o 3º (terceiro) dia útil imediatamente após o recebimento pelo Banco Paulista de notificação de ocorrência de Condição Resolutiva da Cessão ou Condição de Nulidade da Cessão, conforme o caso. O pagamento será efetuado exclusivamente em moeda corrente nacional, pelo valor presente do Direito Creditório Cedido, conforme contabilizado pelo Custodiante, acrescido de 10% (dez por cento) a título de multa compensatória.

O Contrato de Cessão poderá ser resilido de forma imediata pelo Fundo, sem qualquer ônus, penalidade ou necessidade de justificar sua decisão, exclusivamente nas seguintes hipóteses: (i) ocorrência de qualquer Evento de Revisão, nos termos acima previstos, ou de um Evento de Liquidação, nos termos da seção “Características do Fundo – Liquidação do Fundo” acima; ou (ii) caso não existam mais Cotas Seniores em Circulação.

O contrato também poderá ser resilido unilateralmente pela Instituição Administradora, sem qualquer ônus, penalidade ou necessidade de justificativa, desde que notifique o Cedente sobre tal rescisão com pelo menos 30 (trinta) dias de antecedência.

O Contrato poderá ser resilido unilateralmente pelo Cedente, sem qualquer ônus ou penalidade, exclusivamente nas hipóteses (a) de a assembléia geral de cotistas deliberar pela elevação de remuneração das Cotas Seniores, desde que notifique o Fundo com pelo menos 30 (trinta) dias de antecedência; e (b) ou de o Fundo emitir nova série de Cotas Seniores sem prévia aprovação do Banco Paulista.

Tornar-se-á nulo o pedido de rescisão do parágrafo acima, sem qualquer ônus ou penalidade às Partes, de forma imediata, na hipótese de nova assembléia geral de cotistas deliberar, durante o período de aviso prévio referido no item acima, pela restauração do índice anteriormente previsto de remuneração das Cotas Seniores.

O contrato também poderá ser resilido unilateralmente pelo Cedente, sem qualquer ônus ou penalidade, de forma imediata, na hipótese de a assembléia geral de cotistas deliberar pela redução do prazo de início de eficácia da decisão assemblear que elevar a remuneração das Cotas Seniores.

### **Contrato de Colocação**

O Contrato de Colocação foi celebrado pela Instituição Administradora, pelo Banco Coordenador e pelo Banco Paulista.

As Cotas Seniores serão colocadas em distribuição pública sob o regime de garantia firme de subscrição. Também serão emitidas Cotas Subordinadas a serem colocadas privadamente, e subscritas integralmente pelo Banco Paulista, respeitada a relação mínima entre o valor das Cotas Seniores e o patrimônio líquido do Fundo, definida no item “Características do Fundo – Cotas do Fundo – Razão Mínima”.

No prazo de até 5 (cinco) dias úteis, a contar da publicação do anúncio de início de distribuição, as Cotas Seniores não colocadas junto a investidores deverão ser subscritas pelo Banco Coordenador.

No exercício da garantia firme de subscrição, o Banco Coordenador subscreverá as Cotas Seniores não colocadas a investidores pela taxa máxima prevista no início do procedimento de Coleta de Intenções. Uma vez exercida a garantia firme, as Cotas Seniores integralizadas pelo Banco Coordenador poderão ser por ele negociadas.

### **Contrato de Custódia**

O Banco Paulista, o Fundo, representado pela Instituição Administradora, e o Custodiante deverão celebrar o Contrato de Custódia.

O contrato terá por objeto a prestação de serviços de custódia, pelo Custodiante, compreendendo a liquidação física e financeira dos ativos financeiros e dos Direitos Creditórios Cedidos pelo Banco Paulista ao Fundo.

O serviço de custódia de direitos creditórios está limitado exclusivamente aos Direitos Creditórios Cedidos ao Fundo e compreenderá as seguintes atividades:

- i) receber e analisar os Documentos Comprobatórios;
- ii) validar os Critérios de Elegibilidade dos Direitos Creditórios a serem adquiridos;
- iii) realizar a liquidação física e financeira dos Direitos Creditórios Cedidos, evidenciados pelos termos de cessão referentes às cessões contratadas pelo Fundo no respectivo dia, cujo modelo somente poderá ser alterado após a prévia anuência do Custodiante;
- iv) fazer a custódia, administração e guarda dos Documentos Comprobatórios e dos Termos de Cessão;
- v) cobrar e receber, por conta e ordem do Fundo, pagamentos, resgates de títulos ou qualquer outro rendimento relativo aos proventos associados a ativos, depositando-os na conta de custódia, observado, contudo, que a cobrança dos Direitos Creditórios Cedidos ocorrerá na forma prevista no item “Direitos Creditórios – Características – Cobrança dos Direitos Creditórios” acima;
- vi) diligenciar para que os Documentos Comprobatórios e os Termos de Cessão sejam mantidos em depósito pelo Banco Paulista, atualizados e em perfeita ordem, em local de livre acesso para o Custodiante, a Instituição Administradora, o Auditor, a Agência Classificadora de Risco contratada pelo Fundo e/ou pelos órgãos reguladores competentes; e
- vii) manter disponível ao Banco Paulista relatórios sobre Direitos Creditórios Cedidos inadimplentes ou pagos a menor.

## **Contrato de Controladoria e Escrituração das Cotas**

O Contrato de Controladoria e Escrituração das Cotas será celebrado pelo Custodiante e pelo Fundo, representado pela Instituição Administradora.

O contrato tem por objeto a prestação, pelo Custodiante, dos serviços correspondentes à execução dos processos que compõem a controladoria dos ativos e passivos, bem como a execução dos procedimentos contábeis para o Fundo, incluindo a emissão e controle de Cotas do Fundo, o controle das posições dos Cotistas relativas às movimentações de aplicação e resgate, identificados em contas individuais, nas modalidades definidas na legislação em vigor, em consonância com as disposições desta seção e do Regulamento do Fundo

O Custodiante é o responsável pela liquidação financeira das aplicações, amortizações e resgates do Fundo, que são captadas e autorizadas pela Instituição Administradora.

A Instituição Administradora permanecerá como responsável pela abertura de conta dos Cotistas no Fundo, assim como pela observância de todos os procedimentos requeridos pela regulamentação aplicável ou pelo Regulamento relativos à adesão dos Cotistas ao Fundo.

## REGULAMENTAÇÃO APLICÁVEL E TRIBUTAÇÃO

### Base Legal Relativa aos FIDCs

Os fundos de investimento em direitos creditórios foram criados pela Resolução nº 2.907, de 29 de novembro de 2001, do CMN, a qual foi regulamentada pela Instrução nº 356, de 17 de dezembro de 2001, da CVM (com as alterações promovidas pela Instrução nº 393, de 22 de julho de 2003, pela Instrução nº 435, de 5 de julho de 2006, pela Instrução nº 442, de 8 de dezembro de 2006 e pela Instrução nº 446, de 19 de dezembro de 2006, todas da Comissão de Valores Mobiliário) e pelas demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

### Regras de Tributação

#### *Tributação do Fundo*

O Fundo não tem personalidade jurídica. Assim, não está sujeito ao pagamento de diversos tributos, tais como: (i) Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – IRPJ; (ii) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL; (iii) contribuição para o Programa de Integração Social – PIS; e (iv) Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS.

Além disso, a Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira – CPMF e o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos e Valores Mobiliários – IOF incidem sobre as operações do Fundo à alíquota zero.

#### *Tributação dos Cotistas*

Os cotistas, por outro lado, estão sujeitos ao pagamento de imposto de renda retido na fonte. Por ser o Fundo um condomínio fechado, tal tributo incidirá (i) quando da amortização das cotas; (ii) em caso de alienação de cotas a terceiros; e (iii) no momento do resgate das cotas, em decorrência do término do prazo de duração ou da liquidação antecipada do Fundo. Somente haverá incidência de imposto de renda se as cotas tiverem gerado rendimentos ao cotista.

A alíquota do imposto de renda será determinada de acordo com o prazo médio da carteira do Fundo e com o prazo do investimento. Assim, caso a carteira do Fundo tenha prazo médio superior a 365 dias, a alíquota do imposto de renda obedecerá a seguinte tabela:

Alíquota	Prazo de Investimento
22,5%	até 180 dias
20,0%	entre 181 e 360 dias
17,5%	entre 361 e 720 dias
15,0%	acima de 720 dias

Na hipótese do prazo médio da carteira do Fundo ser igual ou inferior a 365 dias, a alíquota do imposto de renda será determinada da seguinte forma:

<b>Alíquota</b>	<b>Prazo de Investimento</b>
22,5%	até 180 dias
20,0%	acima de 180 dias

A Instituição Administradora buscará manter a carteira do Fundo como de longo prazo (superior a 365 dias), de forma a proporcionar aos cotistas o benefício das alíquotas decrescentes do imposto de renda até a alíquota mínima de 15%. Todavia, a carteira do Fundo poderá apresentar variação do seu prazo médio, passando a ser caracterizada como de curto prazo para efeitos tributários. Ressalte-se que os Créditos não integram o cálculo do prazo médio da carteira do Fundo.

Ademais, somente haverá incidência de IOF na hipótese de resgate das cotas antes de 30 dias a contar da data do investimento no Fundo. A alíquota do IOF é regressiva, sendo inicialmente de 1% do valor do resgate, limitada a 96% do rendimento da aplicação. Deve-se notar que o Fundo é fechado, de modo que suas cotas somente serão resgatadas ao término do prazo de duração, ou em virtude de sua liquidação.



## INFORMAÇÕES RELATIVAS AO CEDENTE

### Sumário

O Banco Paulista é sociedade de capital fechado, com sede social na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.355, 2º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. De acordo com seu estatuto social, o Banco Paulista tem por objeto a prática de operações ativas, passivas e acessórias permitidas nas normas legais e regulamentares para o funcionamento de bancos comerciais, inclusive câmbio, bem como a participação em outras sociedades.

O banco tem como objetivo atender clientes pessoas jurídicas de médio e grande porte e pessoas físicas na área de crédito pessoal, oferecendo uma combinação de produtos e serviços financeiros.

A instituição é controlada pelos Sr. Álvaro Augusto Vidigal, tendo como principal sócio o Sr. Homero Amaral Júnior, ambos com mais de 35 (trinta e cinco) anos de experiência no mercado financeiro. Além de atuar como instituição financeira autorizada pelo Banco Central, o Banco Paulista possui autorização da CVM para atuar, entre outros, como (i) custodiante de títulos e valores mobiliários, (ii) prestadora de serviços de administração de carteiras e (iii) agente fiduciário. Adicionalmente, o Banco Paulista é membro e acionista da Câmara Interbancária de Pagamentos – CIP, presta serviços de compensação e liquidação financeira junto à Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia – CBLIC, presta serviço de *clearing* de ativos para corretoras e distribuidoras de valores independentes na Bolsa de Mercadorias e Futuros – BM&F, e atua como banco liquidante no Serviço Especial de Liquidação e Custódia – SELIC, e na Câmara de Custódia e Liquidação – CETIP.

### Histórico

No ano de 1990, o Banco Paulista iniciou suas atividades como instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil através da transformação em banco múltiplo da Socopa - Sociedade Corretora Paulista S.A., corretora de títulos e valores mobiliários que atua no mercado de títulos e valores mobiliários desde 1967.

Simultaneamente ao processo de transformação, o Banco Paulista constituiu uma subsidiária integral, também denominada Socopa - Sociedade Corretora Paulista S.A. (“Socopa”) para dar continuidade à atividade de corretagem de títulos e valores mobiliários. Atualmente, através da Socopa, o Banco Paulista opera na Bovespa, na corretagem de câmbio para instituições financeiras, fundos de pensão e de investimento e investidores individuais pessoas jurídicas. Adicionalmente, atua na montagem de operações estruturadas de tesouraria e de derivativos.

Até o ano de 2004, o foco de atuação do Banco Paulista concentrava-se, principalmente, em operações de atacado (pessoas jurídicas) no Estado de São Paulo. Desde então, como consequência da ampliação de seus negócios de crédito ao consumidor, o banco expandiu sua área de atuação, concentrando-se principalmente na Região Sudeste, com destaque para o financiamento de veículos a pessoas físicas, e na Região Nordeste, cujo destaque é a concessão de crédito consignado.

## **Política de Negócios**

Na condução de sua política de negócios, o Banco Paulista busca diversificar a sua carteira, manter níveis de liquidez adequados, gerir apropriadamente os riscos operacionais, com o objetivo de manter expansão gradual e auto-sustentável com geração própria de recursos. A seguir, apresentamos breve descrição de algumas de suas políticas operacionais.

### *Política de Crédito*

De acordo com as diretrizes estabelecidas em manual específico, os clientes são analisados sob um conjunto de procedimentos e de categorias de riscos, cujo foco é a avaliação da capacidade financeira do tomador de crédito. Os clientes são classificados por uma metodologia que leva em conta a natureza das operações, as garantias prestadas, o prazo e o cronograma de pagamento da dívida, bem como a cobertura de juros e principal.

A política de créditos é complementada, ainda, pela análise de aspectos qualitativos, tais como orientação estratégica, setor econômico, mercado, especialização, ambiente regulatório e participação no mercado relevante. Por fim, a aprovação do pedido de crédito de valores significativos ou que estejam em desacordo com a política de crédito é centralizada em comitê formado pelos membros da diretoria executiva e da alta gerência do Banco Paulista.

### *Política de Risco de Mercado e Liquidez*

O Banco Paulista administra os riscos por meio de ferramentas de gestão que levam em consideração a diversificação e os limites máximos de exposição. A tesouraria procura atuar em mercados, buscando realizar operações com posições proprietárias. A atividade de tesouraria tem o propósito de (a) auxiliar a área comercial do Banco Paulista na precificação de ativos e passivos, (b) proporcionar proteção contra eventuais descasamentos e (c) aplicar o caixa livre em títulos do governo federal.

### *Política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro*

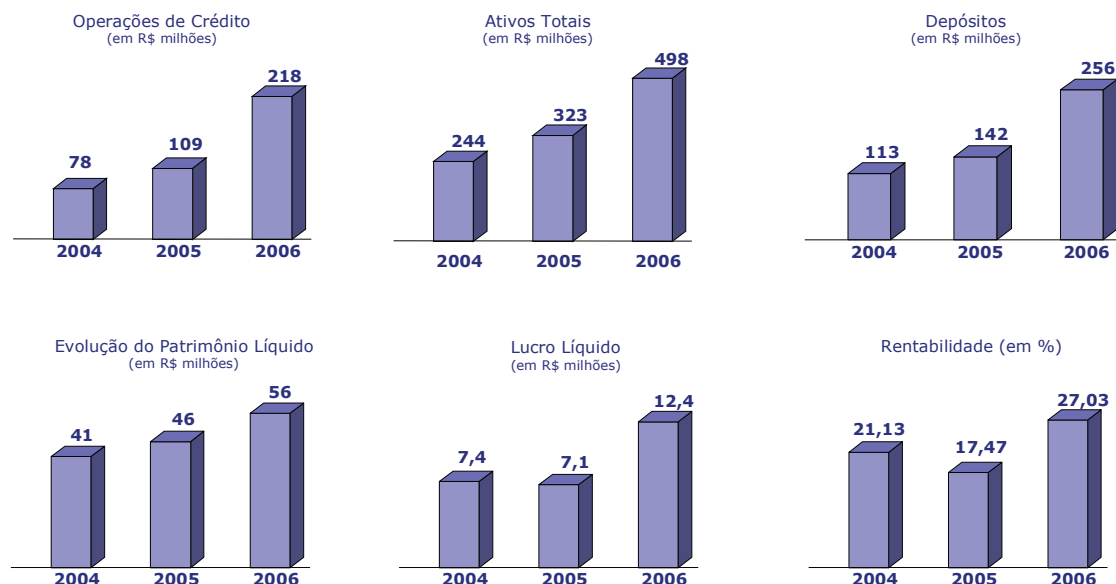
O Banco Paulista possui políticas específicas para detectar tentativas de realização de operações que possam caracterizar crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores. Nesse sentido, mantém sistema de informações e controles atualizados e seus colaboradores em constante treinamento, especialmente para adotar a política desenvolvida pelo Banco Paulista denominada “Conheça seu Cliente”.

## **Público Alvo**

O Banco Paulista atua junto a pessoas jurídicas com faturamento anual entre R\$20 milhões e R\$350 milhões. A partir de 2005, passou a expandir suas atividades de concessão de crédito a pessoas físicas. Ao final de 2005, o volume de operações com pessoas físicas representava 31% do total da carteira de créditos do Banco Paulista. Ao final de 2006, tal participação passou a ser de 52%, o que representa um aumento de mais de 65% em um único ano.

## Performance Financeira

Entre 2004 e 2006, o volume de operações de crédito do Banco Paulista teve crescimento superior a 170%. No mesmo período, houve um aumento de cerca de R\$254,0 milhões no volume total de ativos e de cerca de R\$143,0 milhões no volume de depósitos realizados junto ao Banco Paulista.



Fonte: Banco Paulista S.A.

O resultado do incremento das operações financeiras do Banco Paulista pode ser observado na gradativa evolução de seu patrimônio líquido, de cerca de R\$41,0 milhões em 2004 a cerca de R\$56,0 milhões em 2006. Neste período, o lucro líquido da instituição experimentou aumento superior a 65%, representado por um aumento percentual médio de quase 6% na rentabilidade de suas operações.

## Atividades

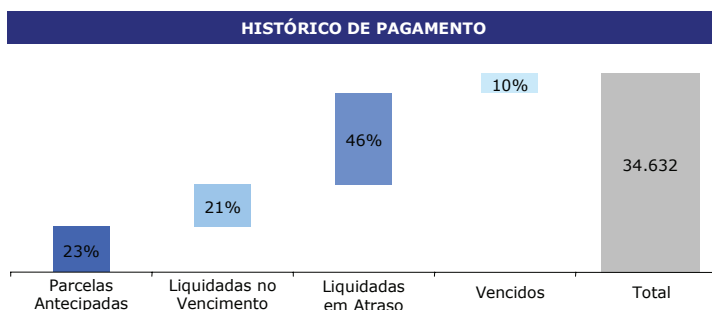
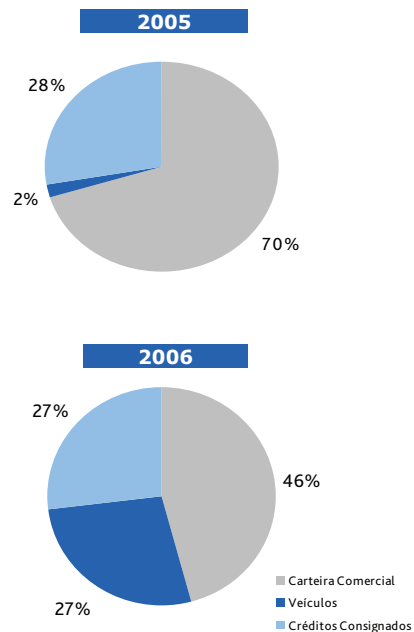
O Banco Paulista atende seus clientes pessoas jurídicas com produtos típicos de banco comercial, tais como conta garantida, mútuos, desconto de duplicatas e outros títulos de crédito, fiança, câmbio para exportação e importação, cobrança de títulos, fundos de investimento, derivativos, administração de carteiras, entre outros. Para os clientes pessoas físicas, o Banco Paulista oferece crédito pessoal consignável, financiamento de veículos, *traveler's checks*, entre outros. Na planilha abaixo, verifica-se a evolução da carteira dos principais produtos oferecidos aos clientes entre 2005 e 2006.

#### COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA POR TIPO DE OPERAÇÃO (R\$ MIL)

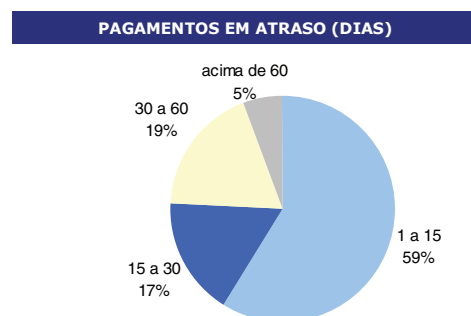
Carteira	2005	Participação	2006	Participação
Mútuos	51.076	41%	52.783	21%
Conta Garantida	17.546	14%	30.287	12%
Adiantamento Contrato de Câmbio	10.872	9%	20.600	8%
Financiamentos Rurais	4.377	4%	5.312	2%
Aquisição de Direitos de Crédito	3.128	3%	4.473	2%
Compror	474	0%	1.212	0%
Desconto Bancário	1.302	1%	597	0%
FINAME	38	0%-		0%
<b>Subtotal da Carteira Comercial</b>	<b>88.813</b>	<b>72%</b>	<b>115.264</b>	<b>46%</b>
Veículos	2.452	2%	68.414	27%
Crédito Consignado	32.422	26%	67.307	27%
<b>Subtotal da Carteira Consumidor</b>	<b>34.874</b>	<b>28%</b>	<b>135.721</b>	<b>54%</b>
<b>Total Geral</b>	<b>123.687</b>	<b>100%</b>	<b>250.985</b>	<b>100%</b>

Fonte: Banco Paulista S.A.

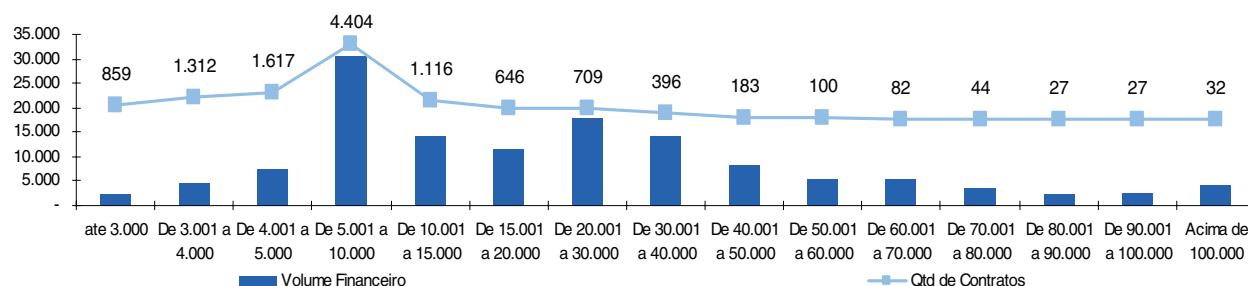
Verifica-se que houve significativo aumento da participação de financiamento de veículos na composição da carteira do banco passando de 2%, em 2005, a 27% no ano seguinte. Da carteira de veículos, aproximadamente 10% correspondem a parcelas vencidas e 46% correspondem a parcelas liquidadas em atraso. Destas, cerca de 76% são pagas com atraso de até 30 dias. Ressalte-se que aproximadamente 44% da carteira de veículos do Banco Paulista é paga até o vencimento.



Fonte: Banco Paulista S.A.



O gráfico abaixo mostra a distribuição do volume de operações do Banco Paulista, concentrando 97% do volume em contratos de até R\$50 mil e 82% do volume financeiro nestes contratos.



\* Valores relativos a 2006.

Fonte: KPMG

Segue abaixo descrição detalhada das principais atividades do Banco Paulista.

#### *Desconto Bancário*

Embora ofereça linhas de crédito para capital de giro a seus clientes pessoas jurídicas, uma das principais atividades do Banco Paulista é o desconto bancário, oferecido a clientes dos setores de comércio, indústria e serviços.

A aprovação do desconto bancário obedece à sistemática definida pelo Banco Paulista, em que cada alçada decisória possui competência estabelecida de acordo com o volume de recursos envolvido na transação. Para operações cujo valor seja superior a R\$50.000,00, é necessária a aprovação do comitê de crédito.

#### *Câmbio*

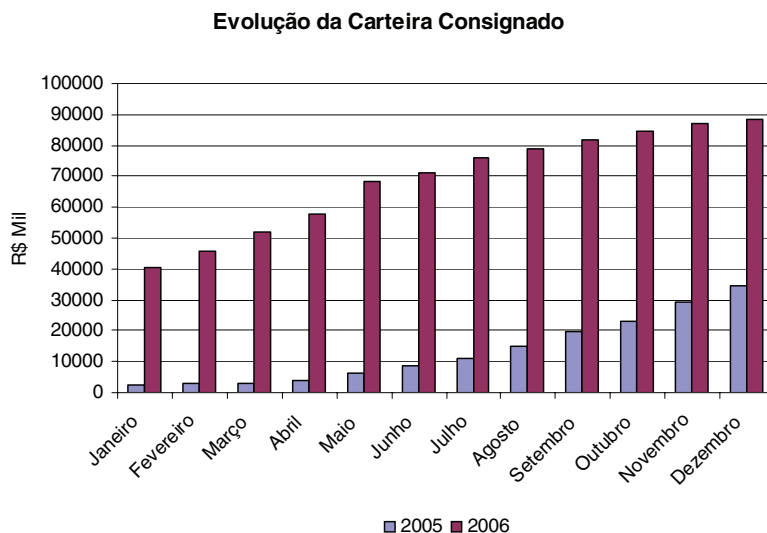
O Banco Paulista oferece a seus clientes produtos como câmbio pronto e futuro para exportação e importação, câmbio financeiro e turismo, com ou sem combinação de derivativos, para fins de *hedge*.

#### *Crédito Consignado*

A implementação dessa carteira teve início no ano de 2002, através de convênios com empresas privadas para concessão de crédito com débito na folha de pagamento. No primeiro semestre de 2005, o Banco Paulista expandiu a concessão de crédito consignado para funcionários públicos estaduais e municipais, bem como para aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS. Atualmente, o Banco Paulista possui mais de 160 convênios ativos distribuídos em 17 Estados, sendo 62 convênios celebrados com empresas privadas, que representam aproximadamente 4% de sua carteira.

As entidades conveniadas passam por análise prévia da sua situação econômico-financeira. Em se tratando de entidades da administração pública, também são avaliadas as normas aplicáveis, de modo a adequar as operações crédito aos limites, regras e peculiaridades eventualmente existentes. O crédito consignado é concedido por meio de correspondentes bancários.

Atualmente, o valor médio dos empréstimos consignados é de aproximadamente R\$2.500,00, com prazo médio de pagamento de 33 meses. No gráfico abaixo, verifica-se a evolução na carteira de créditos consignados ao longo de 2005 e de 2006.



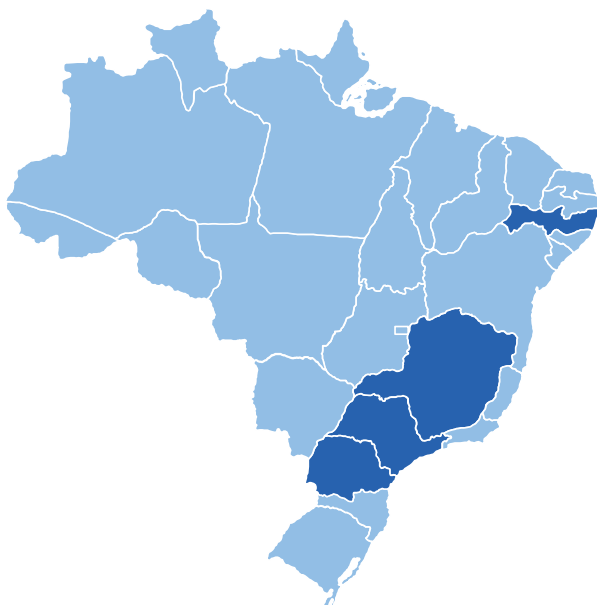
Fonte: Banco Paulista S.A.

#### *Financiamento e Refinanciamento com Garantia Fiduciária Veículos*

No ano de 2005, o Banco Paulista deu início às operações de financiamento e refinanciamento de veículos novos e usados, com garantia fiduciária, a pessoas físicas e jurídicas (doravante denominadas em conjunto como “Financiamento de Veículos”).

Os negócios no segmento de Financiamento de Veículos são gerados na matriz e correspondentes bancários que, por meio da atuação de agentes terceirizados, operam em mais de duas mil revendedoras e concessionárias de veículos em todo o País, principalmente nas regiões sul e sudeste. Atualmente, os financiamentos contratados têm entre 6 e 48 prestações mensais, sendo que o prazo médio de pagamento é de 33 meses, o valor médio do financiamento é de R\$12.500,00 e o valor médio do veículo financiado é de R\$22.000,00.

Atualmente, o Banco Paulista oferta esses produtos com maior ênfase nos Estados de São Paulo, Minas Gerais e Paraná. Para tanto, o Banco Paulista se vale de correspondentes bancários, lojas e vendas credenciadas, objetivando a geração de parcerias.



#### Movimentação por Filial

**São Paulo** 69,9%

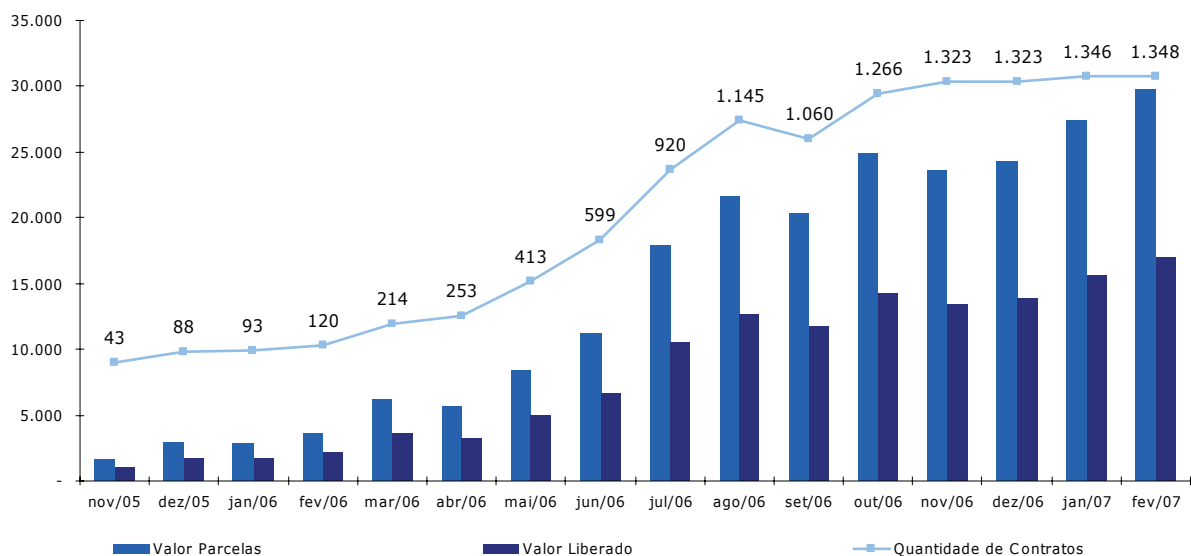
**Minas Gerais** 13%

**Paraná** 10,1%

**Pernambuco** 7%

A avaliação do crédito das operações é feita exclusivamente pelo Banco Paulista. A administração do Banco Paulista procura mitigar o risco de crédito, limitando os financiamentos em média a 80% do valor de mercado dos veículos.

Abaixo segue gráfico indicando evolução do valor financiado e o número de Financiamento de Veículos. Maiores informações sobre a carteira encontram-se no relatório da KPMG no Anexo III deste prospecto.



Fonte: Banco Paulista

## Composição da Carteira de Créditos

Segue abaixo quadro com a composição da carteira de crédito, por setor de atividade do Banco Paulista.

COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA DE CRÉDITO POR SETOR DE ATIVIDADE				
Setores	Dez/2005 (R\$ mil)	Participação na carteira	Dez/2006 (R\$ mil)	Participação na carteira
<b>Pessoa Física</b>	<b>38.619</b>	<b>31,22%</b>	<b>130.402</b>	<b>51,96%</b>
<b>Pessoa Jurídica</b>	<b>85.068</b>	<b>68,78%</b>	<b>120.583</b>	<b>48,04%</b>
Indústria	56.493	45,67%	44.858	17,87%
Comércio	6.097	4,93%	25.224	10,05%
Serviços	22.478	18,17%	50.501	20,12%
<b>Total</b>	<b>123.687</b>	<b>100,00%</b>	<b>250.985</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Banco Paulista S.A.

Entre dezembro de 2005 e dezembro de 2006, a carteira de créditos de clientes pessoas físicas teve crescimento superior a 230%, o que, em valores, representou um aumento de aproximadamente R\$90 milhões.

A tabela abaixo mostra as carteiras de crédito consignado e veículos, incluindo créditos cedidos. A maior expansão foi verificada na carteira de Financiamentos de Veículos, cujo incremento foi superior a 4.000% no mesmo período, o que representa aumento superior a R\$100 milhões no volume de negócios. A carteira de crédito consignado também experimentou crescimento significativo, superior a 100%.

Carteira de CDC e Financiamento de veículos * (R\$ Mil)				
Produtos	Dez/2005	Participação	Dez/2006	Participação
Consignado	34.772	93,4%	88.556	46,3%
Veículos	2.453	6,6%	102.786	53,7%
<b>Total Carteira</b>	<b>37.225</b>	<b>100,0%</b>	<b>191.342</b>	<b>100,0%</b>

\* Inclui créditos cedidos.

Fonte: Banco Paulista S.A.



## Tesouraria

A tesouraria do Banco Paulista atua no mercado financeiro, negociando títulos da União, outros valores mobiliários e derivativos. Em consonância com sua política de negócios, o Banco Paulista aplica em títulos e valores mobiliários de forma conservadora, conforme se verifica na planilha abaixo.

TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS (R\$ Mil)						
Descrição	Sem vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 meses	De 3 a 5 meses	Total
Títulos Emitidos pelo Banco Central	-	2.898,84	17.027,69	39.312,30	48.941,34	108.180,17
Ações de Companhias Abertas	6,23	-	-	-	-	6,23
<b>Total de Títulos e Valores Mobiliários</b>	<b>6,23</b>	<b>2.898,84</b>	<b>17.027,69</b>	<b>39.312,30</b>	<b>48.941,34</b>	<b>108.186,40</b>
Swap	-	29,65	6,67	-	-	36,32
<b>Total de Derivativos</b>	<b>6,23</b>	<b>2.928,49</b>	<b>17.034,36</b>	<b>39.312,30</b>	<b>48.941,34</b>	<b>108.222,72</b>

\* Valores relativos a 31 de dezembro de 2006.

Fonte: Banco Paulista S.A.

## Estrutura Organizacional

Os Srs. Álvaro Augusto Vidigal e Homero Amaral Júnior são os únicos sócios do Banco Paulista com, respectivamente, 67,95% e 32,05% de seu capital. A Socopa, por sua vez, é subsidiária integral do Banco Paulista.

## Administração

A administração do Banco Paulista é centralizada na figura de seus dois acionistas, que possuem vasta experiência no mercado financeiro, participando diretamente do cotidiano. As decisões de estratégias e diretrizes do Banco Paulista são definidas por comitês formados pelos acionistas e demais membros da diretoria.

### Diretoria

Atualmente, a diretoria do Banco Paulista possui a seguinte composição:

Diretoria Estatutária	Cargo
Álvaro Augusto Vidigal	Diretor Presidente
Homero Amaral Junior	Diretor Vice-Presidente
Everardo Pedro Palanim	Diretor Executivo
Gerson Luiz Mendes de Brito	Diretor Executivo
Tarcísio Rodrigues Joaquim	Diretor Executivo

Álvaro Augusto Vidigal

O Sr. Álvaro Augusto Vidigal é Diretor Presidente e acionista majoritário do Banco Paulista e possui experiência na área bancária e de mercado de capitais desde 1972. Foi diretor presidente da Banespa Corretora de Câmbio e Títulos, membro do Conselho Superior de Economia da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e presidente da Bovespa. Atualmente, é membro dos Conselhos de Administração da BMF, da Bovespa e da Marítima Seguros. O Sr. Vidigal é bacharel em administração de empresas.

Homero Amaral Júnior

O Sr. Homero Amaral Júnior é Diretor Vice-Presidente e acionista do Banco Paulista e atua no mercado de capitais desde 1968. Foi diretor de captação e mercado aberto do Banco do Estado do Rio de Janeiro S.A. e presidiu por 10 anos a Associação Nacional das Corretoras de Valores, Câmbio e Mercadorias – ANCOR. Atualmente, é presidente do Sindicato da Sociedade de Corretores de Fundos Públicos e Câmbio de São Paulo (SINCOR). O Sr. Amaral Jr. é formado em administração de empresas.

Everardo Pedro Palamim

O Sr. Everardo Pedro Palamim é Diretor Executivo do Banco Paulista e atua no mercado financeiro desde 1973, nas áreas de informática, administração e de controle operacional. Trabalhou no Banco Bandeirantes S.A. e no Digibanco Banco Digital S.A., sendo diretor do Banco Paulista desde 1990. O Sr. Palamim é bacharel em administração de empresas.

Gerson Luiz Mendes de Brito

O Sr. Gerson Luiz Mendes de Brito é Diretor Executivo do Banco Paulista desde 1996 e atuou no Banco Auxiliar S.A. e na Philips do Brasil Ltda. O Sr. Brito é bacharel em ciências contábeis e ciências econômicas, com pós-graduação em finanças.

Tarcísio Rodrigues Joaquim

O Sr. Tarcísio Rodrigues Joaquim é Diretor Executivo do Banco Paulista desde 2003 e atuou em diversas instituições financeiras. Atualmente, é coordenador dos cursos de administração com habilitação em comércio exterior e de relações internacionais da Universidade Paulista – UNIP. O Sr. Joaquim é bacharel em ciências contábeis e comércio exterior e mestre em administração com concentração em finanças.

(Esta página foi deixada intencionalmente em branco)

## **ANEXO I**

### **REGULAMENTO DO FUNDO**

(Esta página foi deixada intencionalmente em branco)

-8MAI 003232424

REGISTRADO

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO  
FUNDO DE INVESTIMENTO CORVUS MULTIMERCADO**

**CNPJ/MF Nº 08.510.334/0001-17**

Por este instrumento particular, a **VOTORANTIM ASSET MANAGEMENT DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Roque Petroni Jr., nº 999, 10º andar, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo (JUCESP), sob o NIRE nº 35.215.931.334, em sessão de 10 de setembro de 1999, inscrita no CNPJ sob o nº 03.384.738/0001-98 (“Instituição Administradora”), neste ato representada na forma do seu contrato social, por seus representantes legais abaixo assinados, na qualidade de Instituição Administradora do FUNDO DE INVESTIMENTO CORVUS MULTIMERCADO, inscrito no CNPJ sob o nº 08.510.334/0001-17 (“FI”), considerando que o FI, desde a sua constituição, não foi operacionalizado e encontra-se inativo, sem quaisquer cotistas, resolve:

1. Transformar o FI em um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios, nos termos da Instrução nº 356, de 17 de dezembro de 2001, alterada pela Instrução nº 393, de 22 de julho de 2003, pela Instrução nº 435, de 5 de julho de 2006, pela Instrução nº 442, de 8 de dezembro de 2006 e pela Instrução nº 446, de 19 de dezembro de 2006, todas da Comissão de Valores Mobiliários, em regime de condomínio fechado, com prazo de duração até 31 de dezembro de 2017, ficando, conseqüentemente, alterada a denominação do FI para FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS PAULISTA – VEÍCULOS (“Fundo”), bem como seu regulamento (“Regulamento”), o qual passa a fazer parte integrante deste instrumento.

2. Designar como diretor responsável, nos termos da regulamentação pertinente, o Sr. Paulo Geraldo Oliveira Filho, brasileiro, casado, economista, portador da cédula de identidade RG nº 700.646.957-6, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Sul, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (“CPF/MF”) sob o nº 286.123.370-20, com endereço comercial na Avenida Roque Petroni Júnior, nº 999, 10º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, diretor da Instituição Administradora, para responder civil e criminalmente pela gestão, supervisão e acompanhamento do Fundo, bem como pela prestação de informações a esse relativa.



TERMO DE JUNTADA DE DOCUMENTOS/SP  
INSCRIÇÃO DE COTAS  
-8 MAI 003232424

REGISTRADO

3. Assumir as funções de administração do Fundo, na forma do Regulamento neste ato aprovado.

4. Contratar (i) o Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Eusébio Matoso, nº 891, inscrita no CNPJ sob nº 33.700.394/0001-40, para prestar os serviços de coordenação da distribuição pública das cotas seniores do Fundo (“Cotas Seniores”), conforme indicado no item 5 abaixo (“Banco Coordenador”); (ii) o Citibank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., instituição com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 1111, 2º andar - parte, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.868.597/0001-40 (“Citibank”), para a prestação dos serviços de custódia e controladoria de ativos do Fundo, bem como de escrituração de cotas do Fundo; (iii) a Moody’s América Latina Ltda, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 12.551, 16º andar, inscrita no CNPJ/MF sob nº 02.101.919/0001-05, agência classificadora de risco, para prestar os serviços de classificação de risco (*rating*) das cotas do Fundo; e (iv) a KPMG Auditores Independentes, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 33, 17º andar, inscrita no CNPJ sob o nº 57.755.217/0001-29, empresa de auditoria, para prestar serviços de auditoria independente para o Fundo.

5. Deliberar sobre a primeira emissão do Fundo, composta de Cotas Seniores da primeira série e de cotas subordinadas (“Cotas Subordinadas”) (as Cotas Seniores e as Cotas Subordinadas, em conjunto, referidas como “Cotas”), correspondentes a frações ideais do patrimônio líquido do Fundo, com valor de emissão de R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais) por Cota Sênior e de R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais) por Cota Subordinada. Inicialmente, serão colocadas publicamente 4.000 (quatro mil) Cotas Seniores. As Cotas Subordinadas serão objeto de colocação privada.

5.1 As Cotas Seniores da primeira série terão prazo de 36 (trinta e seis) meses, e 24 (vinte quatro) amortizações mensais, a partir do 13º (décimo terceiro) mês contados da data da primeira subscrição. A remuneração das Cotas Seniores da primeira série será definida em processo de coleta de intenções. As características das Cotas Seniores da primeira série serão incluídas em suplemento ao regulamento do Fundo.

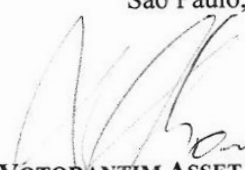



-8 MAI 003232424

6. Submeter à CVM esta deliberação de constituição do Fundo e os demais documentos exigidos pela regulamentação para registro do Fundo e da oferta.
7. Aprovar o regulamento do Fundo ("Regulamento"), cujo teor segue anexo ao presente instrumento de constituição.
8. Aprovar a celebração, pelo Fundo, representado pela Instituição Administradora:
  - i) do "Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios", com o Banco Paulista S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.355, 2º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.820.817/0001-09, o Citibank, e a Instituição Administradora; e
  - ii) do "Contrato de Promessa de Subscrição de Cotas Subordinadas", com o Banco Paulista S.A., acima qualificado.

Esta deliberação, com o Regulamento do Fundo e seus anexos, deverá ser registrada em Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

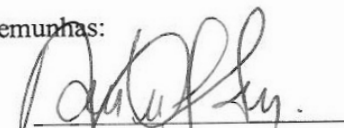
São Paulo, 8 de maio de 2007.

  
**VOTORANTIM ASSET MANAGEMENT DTVM LTDA.**  
Manoel A. Thomazi

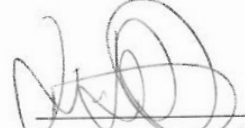
  
Paulo Geraldo Oliveira Filho

Testemunhas:

1.

  
Nome: ARLENE C.S. OLIVEIRA  
RG: 26.543.950-7  
CPF: 177.455.468-26

2.

  
Nome: Rafael Dias Costa de Carvalho  
RG: 44.245.575-6  
CPF: 333.131.068-87



**1º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica**

Rua XV de Novembro, 244 - 9º andar - Tel.: 3104-8770 - São Paulo

EMOLS	5.751,49	Apresentado HOJE, protocolado e registrado em microfilme sob nº 3232424 anotado sob nº 3180932
ESTADO	1.634,63	
IPESP	1.210,84	
R. CIVIL	302,71	
T.J.	302,71	
TOTAL	9.202,38	



**RETIFICAÇÃO E RATIFICAÇÃO DO INSTRUMENTO PARTICULAR DE  
ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO  
CORVUS MULTIMERCADO**

**CNPJ/MF Nº 08.510.334/0001-17**

**VOTORANTIM ASSET MANAGEMENT DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Roque Petroni Jr., nº 999, 10º andar, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo (JUCESP), sob o NIRE nº 35.215.931.334, em sessão de 10 de setembro de 1999, inscrita no CNPJ sob o nº 03.384.738/0001-98 (“Instituição Administradora”), neste ato representada na forma do seu contrato social, por seus representantes legais abaixo assinados, na qualidade de Instituição Administradora do “FUNDO DE INVESTIMENTO CORVUS MULTIMERCADO”, fundo de investimento constituído em 13 de novembro de 2006, com regulamento e ato constitutivo registrados sob o nº 3180932 no 1º Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo,

FUNDOS DE INVESTIMENTO  
Nº 3180932  
10/09/2007

**CONSIDERANDO QUE:**

- i) em 8 de maio de 2007, por meio do Instrumento Particular de Alteração do Regulamento do Fundo de Investimento Corvus Multimercado (“Primeira Alteração”), o “Fundo de Investimento Corvus Multimercado” foi transformado no “Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Paulista – Veículos” (“Fundo”), e passou a ser regulado pela Instrução nº 356, de 17 de dezembro de 2001, da Comissão de Valores Mobiliários, e alterações posteriores;
- ii) em decorrência da transformação acima, o regulamento do Fundo foi alterado nos termos da Primeira Alteração (“Regulamento”);
- iii) a Instituição Administradora deseja retificar a Primeira Alteração de forma a alterar o Regulamento;
- iv) não foi iniciada, até a presente data, a subscrição das cotas do Fundo; e



- v) não havendo cotistas do Fundo, não são aplicáveis, para a alteração do Regulamento, as disposições dos artigos 25 e 26, II, da Instrução nº 356, de 17 de dezembro de 2001, da CVM, nem as disposições do item 21.1 (ii) do Regulamento;

RESOLVE:

1. Alterar o subitem 25.1 (xxvi) do Regulamento, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“xxvi) caso a Instituição Administradora verifique, desde a data de constituição do Fundo, que o valor total de Pré-pagamento e de devoluções amigáveis de veículos, relativos a Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, seja igual ou superior a 6,0% (seis por cento) do valor original de emissão das Cotas Seniores;”

- 2 São ora ratificadas pela Instituição Administradora (a) todas as disposições da Primeira Alteração e (b) todas as disposições do Regulamento anexo à Primeira Alteração não expressamente alteradas por este instrumento.

- 3 Esta deliberação, com o regulamento consolidado do Fundo e seus anexos, deverá ser registrada no 1º Cartório de Registro de Títulos e Documentos da cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

São Paulo, 9 de maio de 2007.

**VOTORANTIM ASSET MANAGEMENT DTVM LTDA.**

Paulo Geraldo Oliveira Filho

Marta Cibella Knecht

Testemunhas:

1.

NOME:

RG:

CPF:

2.

NOME:

RG:

CPF:



24 MAI 003237810

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO  
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS PAULISTA –  
VEÍCULOS**

**CNPJ/MF n.º 08.510.334/0001-17**

Por este instrumento particular, a **VOTORANTIM ASSET MANAGEMENT DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Roque Petroni Jr., nº 999, 10º andar, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo (JUCESP), sob o NIRE nº 35.215.931.334, em sessão de 10 de setembro de 1999, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob o nº 03.384.738/0001-98 (“Instituição Administradora”), neste ato representada na forma do seu contrato social, por seus representantes legais abaixo assinados, na qualidade de Instituição Administradora do “FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS PAULISTA – VEÍCULOS”, fundo de investimento em direitos creditórios inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.510.334/0001-17 (“Fundo”),

**CONSIDERANDO QUE:**

- i) o regulamento do Fundo foi registrado sob o nº 3232424 no 1º Cartório de Registro de Títulos e Documentos da cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, em 8 de maio de 2007;
- ii) em 10 de maio de 2007, por meio de instrumento de retificação e ratificação do regulamento do Fundo, a Instituição Administradora o registrou sob o nº 3232598 (“Regulamento”);
- iii) a Instituição Administradora deseja alterar o Regulamento;
- iv) não foi iniciada, até a presente data, a subscrição das cotas do Fundo; e
- v) não havendo cotistas no Fundo, não são aplicáveis, para a alteração do Regulamento, as disposições dos artigos 25 e 26, II, da Instrução nº 356, de 17 de dezembro de 2001, da CVM, nem as disposições do item 21.1 (ii) do Regulamento;



24 MAI 2003 237810

REGISTRADO

RESOLVE:

1. Alterar o Regulamento, conforme abaixo descrito.

1.1 Alterar a definição do termo “Ativos de Liquidez” no glossário, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Ativos de Liquidez	Disponibilidades, Títulos de emissão do Tesouro Nacional e títulos de emissão do Banco Central do Brasil.
--------------------	---

1.2 Incluir no glossário o termo “Lista de Direitos Creditórios”, que terá a seguinte redação:

Lista de Direitos Creditórios	Lista de Direitos Creditórios oferecidos à cessão, a ser preparada em arquivo eletrônico.
-------------------------------	---

1.3 Incluir o item 7.2 (iii), que terá a redação abaixo, e efetuar os ajustes de numeração pertinentes:

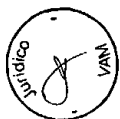
“iii) *validar os arquivos de retorno disponibilizados pelo Agente de Recebimento em relação à respectiva Lista de Direitos Creditórios;*”

1.4 Alterar os itens 9.4 e 9.4.1, que passam a vigorar com a seguinte redação:

“9.4 *O Fundo pode manter o remanescente do seu patrimônio líquido em moeda corrente ou aplicá-lo nos seguintes títulos e ativos:*

- i) *títulos de emissão do Tesouro Nacional; e*
- ii) *títulos de emissão do Banco Central do Brasil.*

9.4.1 *Ressalvando-se o disposto no item 9.2, e demais restrições impostas por este Regulamento, o Fundo poderá aplicar até 20,0% (vinte por*



24 MAI 2007 003237810

cento) de seu patrimônio líquido em atividades de emissão e/ou cobrança de um mesmo devedor, conforme previsto no artigo 40-A da Instrução nº 356/01, da CVM.”

1.5 Alterar a o item 1.1 (ii) do Anexo III, que passa a vigorar com a seguinte redação:

ii) o Banco Paulista deverá encaminhar, em até 1 (um) dia útil contado da formalização de cada cessão de Direitos Creditórios ao Fundo, arquivo eletrônico com ordem ao Agente de Recebimento requerendo (a) que o pagamento dos boletos de cobrança relacionados aos respectivos Direitos Creditórios Cedidos sejam integralmente direcionados à Conta de Arrecadação; e (b) que os valores recebidos na Conta de Arrecadação sejam direcionados para conta corrente do Fundo;

1.5 Incluir o item 1.1 (iii) no Anexo III, que terá a redação abaixo, e efetuar os ajustes de numeração pertinentes:

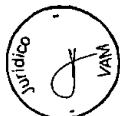
“iii) o Custodiante deverá confirmar a realização do item “ii” acima por meio de validação das informações constantes nos arquivos de retorno disponibilizados pelo Agente de Recebimento em relação à Lista de Direitos Creditórios, no mesmo dia útil em que foram disponibilizados e previamente ao efetivo pagamento pela da cessão de Direitos Creditórios;”

2 Todas as disposições do Regulamento que não tenham sido alteradas por esta deliberação são ora ratificadas pela Instituição Administradora.

3 Esta deliberação, juntamente com o regulamento consolidado do Fundo e seus anexos, deverá ser registrada no 1º Cartório de Registro de Títulos e Documentos da cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

São Paulo, 24 de maio de 2007.

VOTORANTIM ASSET MANAGEMENT DTVM LTDA.



1º OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS E VEÍCULOS  
 24 MAI 2011 003237810  
 ÍNDICE REGISTRADO

GLOSSÁRIO DOS PRINCIPAIS TERMOS E EXPRESSÕES UTILIZADOS NO REGULAMENTO DO FUNDO DE	
INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS PAULISTA – VEÍCULOS..... 2	
1.	OBJETO ..... 13
2.	FORMA DE CONSTITUIÇÃO..... 13
3.	PRAZO DE DURAÇÃO ..... 13
4.	INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA ..... 13
5.	OBRIGAÇÕES, VEDAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA ..... 14
6.	REMUNERAÇÃO DA INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA..... 18
7.	CONTRATAÇÃO DE TERCEIROS ..... 19
8.	RENÚNCIA E SUBSTITUIÇÃO DA INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA..... 21
9.	POLÍTICA DE INVESTIMENTO ..... 22
10.	CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE E CONDIÇÕES ADICIONAIS ..... 24
11.	DESCRIÇÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS..... 27
12.	FATORES DE RISCO..... 27
13.	COTAS DO FUNDO..... 38
14.	CLASSES DE COTAS ..... 41
15.	VALORIZAÇÃO DAS COTAS DO FUNDO ..... 41
16.	AMORTIZAÇÃO DAS COTAS ..... 42
17.	RESERVA DE PAGAMENTO E DE LIQUIDEZ ..... 44
18.	ORDEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS ..... 45
19.	METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO E DAS COTAS DE CADA CLASSE ..... 46
20.	DESPESAS E ENCARGOS DO FUNDO..... 48
21.	ASSEMBLÉIA GERAL ..... 49
22.	INFORMAÇÕES OBRIGATÓRIAS E PERIÓDICAS..... 54
23.	PUBLICAÇÕES ..... 57
24.	LIQUIDAÇÃO DO FUNDO..... 58
25.	EVENTOS DE AVALIAÇÃO E DE LIQUIDAÇÃO ANTECIPADA ..... 58
26.	DISPOSIÇÕES GERAIS..... 65
ANEXO I ..... 67	
ANEXO II..... 71	
ANEXO III..... 72	
ANEXO IV ..... 75	
ANEXO V..... 78	
ANEXO VI ..... 80	



24 MAI 2003 237810

REGISTRO

**GLOSSÁRIO DOS PRINCIPAIS TERMOS E EXPRESSÕES UTILIZADOS NO REGULAMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS PAULISTA - VEÍCULOS**

Agência Classificadora de Risco

Moody's América Latina Ltda, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 12.551, 16º andar, inscrita no CNPJ/MF sob nº 02.101.919/0001-05.

Agente de Cobrança

O Banco Paulista foi contratado pelo Fundo, juntamente com o Custodiante, como agente de cobrança dos Direitos Creditórios Cedidos. O Banco Paulista, juntamente com o Custodiante e o Fundo contrataram o Banco Bradesco como Agente de Recebimento.

Agente de Recebimento

Banco Bradesco, que deverá receber os recursos decorrentes dos Direitos Creditórios Cedidos na Conta de Arrecadação e transferi-los para conta corrente do Fundo.

Alocação Mínima

Percentual mínimo de 50,0% (cinquenta por cento) do patrimônio líquido do Fundo a ser mantido em Direitos Creditórios, após 90 (noventa) dias do início de suas atividades.

Amortização Compulsória

Faculdade atribuída à Instituição Administradora de realizar a amortização compulsória e antecipada das Cotas Seniores em situações especificadas neste Regulamento.

Assembléia Geral

Assembléia Geral de cotistas do Fundo.

Ativos de Liquidez

Disponibilidades, Títulos de emissão do Tesouro Nacional e títulos de emissão do



24 MAI 2008 003237810

Banco Central do Brasil.

Auditor

KPMG Auditores Independentes, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 33, 17º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 57.755.217/0001-29.

Banco Bradesco

Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, Vila Yara, inscrita no CNPJ/MF sob nº 60.746.948/0001-12, contratada pelo Fundo, juntamente com o Banco Paulista e o Custodiante, como Agente de Recebimento.

Banco Paulista

Banco Paulista S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.355, 2º andar, inscrita no CNPJ/MF sob nº 61.820.817/0001-09, cedente dos Direitos Creditórios ao Fundo.

CCB

Cédula de Crédito Bancário, conforme definida pela Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004, e regulamentação aplicável.

Cedente

Banco Paulista.

CETIP

Câmara de Custódia e de Liquidação.

Citibank

Citibank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., instituição financeira, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 1111, 2º andar - parte, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.868.597/0001-





24 MAI 003237810

40, contratada pela Instituição Administradora com anuência do Fundo para prestar os serviços de custódia, controladoria e escrituração de Cotas.

CMN

Conselho Monetário Nacional.

COFINS

Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social.

Condições Adicionais

São as características dos Direitos Creditórios que, adicionalmente aos Critérios de Elegibilidade, são necessárias para sua aquisição pelo Fundo, cuja observância deverá ser verificada pelo Banco Paulista a cada cessão e pelo Custodiante na verificação de lastro dos direitos creditórios.

Conta de Arrecadação

Conta escritural, mantida no Agente de Recebimento, que deverá receber os recursos decorrentes dos Direitos Creditórios Cedidos, conforme orientação da Instituição Administradora, e que somente poderá ser movimentada por ordem da Instituição Administradora ou do Custodiante, devidamente constituído como procurador da Instituição Administradora para este fim.

Contrato de Cessão

Contrato de promessa de cessão de direitos creditórios por meio do qual o Banco Paulista (cedente) prometerá ceder Direitos Creditórios ao Fundo (cessionário) originários de Financiamentos.

Contrato de Controladoria e Escrituração

Contrato de prestação de serviços de controladoria e escrituração de Cotas



24 MAI 2003 237810

firmado entre o Custodiante e a Instituição Administradora.

Contrato de Custódia

Contrato de prestação de serviços de custódia firmado entre o Custodiante e a Instituição Administradora, com a interveniência-anuência do Banco Paulista, que contém descrição dos serviços de custódia a serem prestados pelo Custodiante.

COSIF

Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional, editado pelo Banco Central do Brasil.

Cotas

Correspondem a frações ideais do patrimônio do Fundo, resgatáveis somente por ocasião da liquidação do Fundo, sendo admitida sua amortização conforme o disposto no Regulamento ou por decisão da Assembléia Geral. As cotas do Fundo são divididas em duas classes, Sênior e Subordinada.

Cotas Seniores

São todas as cotas emitidas pelo Fundo que não se subordinam às demais para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo.

Cotas Seniores da Primeira Série

Primeira série de Cotas Seniores emitidas pelo Fundo.

Cotas Seniores em Circulação

A totalidade das Cotas Seniores emitidas, e que ainda não tenham sido resgatadas.

Cotas Subordinadas

São aquelas que se subordinam às Cotas Seniores para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da



24 MAI 003237810

carteira do Fundo.

RECIBO

Cotistas Dissidentes

Os Cotistas Seniores que não concordarem com a decisão da Assembléia Geral de deliberar pela não liquidação antecipada do Fundo, a quem será concedido o resgate antecipado de suas Cotas, conforme regras a serem definidas na Assembléia Geral.

Cotistas Seniores

Detentores de Cotas Seniores em Circulação.

CPMF

Contribuição Provisória sobre a Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira.

Critérios de Elegibilidade

São as características necessárias dos Direitos Creditórios para sua aquisição pelo Fundo, cuja observância deverá ser verificada pelo Custodiante, conforme determinação do artigo 38, II, da Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001.

Custodiante

Citibank.

CVM

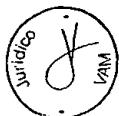
Comissão de Valores Mobiliários.

Data de Amortização

Significa a data de amortização das Cotas de uma determinada Classe ou Série, conforme as condições previstas neste Regulamento e no Suplemento da respectiva Série.

Datas de Amortização de Cotas Seniores

Datas das amortizações programadas das Cotas Seniores, na data prevista no respectivo Suplemento.



24 MAI 003237810

Data de Subscrição Inicial

Data da primeira subscrição e integralização de uma determinada Série de Cotas Seniores.

Data de Verificação

Data de apuração obrigatória dos limites de concentração e Excesso de Spread, a ser realizada pelo Custodiante sempre no último dia útil de cada mês.

Devedores

Pessoas físicas ou jurídicas, devedoras dos Financiamentos, cujos Direitos Creditórios serão ofertados ao Fundo.

DI

Depósitos Interfinanceiros.

Direitos Creditórios

São direitos de crédito originados pelo Banco Paulista, advindos de parte ou da totalidade dos Financiamentos concedidos.

Direitos Creditórios Cedidos

São os Direitos Creditórios cedidos pelo Banco Paulista ao Fundo por meio da celebração do Termo de Cessão.

Disponibilidades

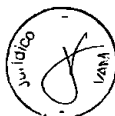
Compreendem (i) caixa; (ii) depósitos bancários à vista; (iii) numerário em trânsito; e (iv) aplicações de liquidez imediata.

Documentos Comprobatórios

São a ficha cadastral do Devedor, a CCB, em que constam as condições de contratação de financiamento e os documentos pessoais do Devedor e do veículo alienado fiduciariamente em garantia, que foram analisados para a concessão do crédito.

Eventos de Avaliação

Aqueles definidos no item 25.1 deste Regulamento, cuja ocorrência enseja a interrupção dos procedimentos de



24 MAI 2003 2378 10

aquisição de Direitos Creditórios bem como convocação imediata de Assembléia Geral, a qual decidirá se tal Evento de Avaliação deve ser considerado como Evento de Liquidação.

#### Eventos de Liquidação

Aqueles definidos no item 25.2 deste Regulamento, cuja ocorrência enseja a convocação de Assembléia Geral para deliberar sobre a liquidação antecipada do Fundo, bem como a imediata notificação do fato aos cotistas e a interrupção da aquisição de Direitos Creditórios.

#### Excedente de Liquidez Máximo

Valor dos Ativos de Liquidez que exceder o valor da Reserva de Pagamento, limitado ao percentual máximo de 15,0% (quinze por cento) do patrimônio líquido do Fundo.

#### Excesso de Spread

Diferença entre a taxa de remuneração média anualizada, ponderada por volume dos ativos integrantes da carteira do Fundo, e o passivo expresso pelo valor relativo ao patrimônio líquido de todas as Cotas Seniores em Circulação, o qual é ponderado pela Taxa DI, subtraídas as despesas anuais estimadas do Fundo, a ser apurada pelo Custodiante em cada Data de Verificação.

#### Fator Multiplicador

Percentual aplicado sobre as taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, definido no Suplemento de cada Série, cujo modelo foi reproduzido no Anexo V deste Regulamento.

#### FGC

Fundo Garantidor de Crédito.



24 MAI 2003 237810

Financiamento

Financiamentos do Banco Paulista a pessoas físicas ou jurídicas para aquisição de automóveis, ônibus, vans e caminhões, que originarão os Direitos Creditórios que poderão ser ofertados ao Fundo, nos termos do Contrato de Cessão. Os Financiamentos serão representados por CCBs.

FIPE

Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas.

Fundo

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Paulista – Veículos.

IGP-M/FGV

Índice Geral de Preços de Mercado calculado pela Fundação Getúlio Vargas.

Instituição Administradora

Votorantim Asset DTVM, sociedade autorizada pela CVM a administrar e gerir fundos de investimento e carteiras de valores mobiliários, ou quem vier a lhe suceder.

Instituições Autorizadas

Unibanco, Banco do Brasil S.A., Caixa Econômica Federal, Banco Bradesco S.A., Banco Itaú S.A., Banco Votorantim S.A., Banco ABN Amro Real S.A., Banco Citibank S.A., Banco Santander S.A. e Banco UBS Pactual S.A..

Investidores Autorizados

Investidores qualificados, conforme regulamentação legal, e atualmente definidos na Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004.

IPC - FIPE

Índice de Preços ao Consumidor da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas



24 MAI 2003 237810

REGISTRADO

Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza.

ISS

Lista de Direitos Creditórios

Lista de Direitos Creditórios oferecidos à cessão, a ser preparada em arquivo eletrônico.

Novas Emissões

Novas emissões de Cotas, nos termos do item 13.2.3 do Regulamento.

Partes Relacionadas

Em relação a qualquer pessoa jurídica, (i) as pessoas jurídicas controladoras de tal pessoa jurídica; (ii) as sociedades direta ou indiretamente controladas por tal pessoa jurídica; (iii) as sociedades coligadas com tal pessoa jurídica; e/ou (iv) sociedades sob o mesmo controle que tal pessoa jurídica.

PIS

Contribuição ao Programa de Integração Social.

Pré-pagamento

Refere-se à liquidação antecipada da totalidade dos Direitos Creditórios relacionados a um mesmo Financiamento.

Razão Mínima

Relação mínima admitida entre o patrimônio líquido do Fundo e o valor das Cotas Seniores em Circulação que será equivalente a 118,5% (cento e dezoito inteiros e cinco décimos por cento), que representa aproximadamente a proporção de 15,5% (quinze inteiros e cinco décimos por cento) de Cotas Subordinadas em relação ao total do patrimônio líquido do Fundo.

Razão Mínima para Amortização

Relação mínima entre o patrimônio líquido

10



26 MAI 2003 237810

do Fundo e o valor das Cotas Seniores em Circulação que será equivalente a 120,0% (cento e vinte por cento) que deverá ser observada a cada amortização das Cotas Subordinadas.

Regulamento	Regulamento do Fundo.
Reserva de Liquidez	Reserva constituída na forma do item 17.5 do Regulamento
Reserva de Pagamento	Reserva para pagamento das amortizações das Cotas Seniores.
SCPC	Serviço Central de Proteção ao Crédito.
SELIC	Sistema Especial de Liquidação e de Custódia.
SERASA	Serasa S.A., sociedade que realiza a inserção dos nomes de pessoas físicas ou jurídicas inadimplentes no cadastro do Serviço de Proteção ao Crédito.
Série	Qualquer série de Cotas Seniores emitida nos termos deste Regulamento e do respectivo Suplemento.
Sisbacen	Sistema de Informações do Banco Central do Brasil.
SNG	Sistema Nacional de Gravames.
SPC	Serviço de Proteção ao Crédito
Suplemento	Documento, cujo modelo consta do Anexo V deste Regulamento, que contém as características de cada Série de Cotas





OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
24 MAI 00 3237810

Seniores ~~que eventualmente venha~~ a ser emitida pelo Fundo, nos termos do Regulamento e que, uma vez assinado e averbado pela Instituição Administradora no registro do Regulamento em Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, constituirá parte integrante deste Regulamento.

TED

Transferência Eletrônica Disponível.

Termo de Cessão

Instrumento mediante o qual a cessão dos Direitos Creditórios advindos de Financiamentos pelo Banco Paulista ao Fundo é formalizada, devendo ser elaborado de acordo com o modelo do Anexo III do Contrato de Cessão.

Unibanco

Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Eusébio Matoso, nº 891, inscrita no CNPJ/MF sob nº 33.700.394/0001-40.

Valor de Mercado

É o valor médio de mercado do veículo financiado segundo estabelecido pelas tabelas Molicar ou FIPE ou, na falta destes, pela cotação apurada pelo Banco Paulista.

Votorantim Asset DTVM

Votorantim Asset Management Distribuidora de Títulos de Valores Mobiliários Ltda., instituição financeira, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Roque Petroni Júnior, nº 999, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.384.738/0001-98.



24 MAI 003237810

REGISTRADO

**REGULAMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS  
CREDITÓRIOS PAULISTA – VEÍCULOS**

O FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS PAULISTA – VEÍCULOS, disciplinado pela Resolução nº 2.907, de 29 de novembro de 2001, do Conselho Monetário Nacional, pela Instrução nº 356, de 17 de dezembro de 2001, com as alterações promovidas pela Instrução nº 393, de 22 de julho de 2003, pela Instrução nº 435, de 5 de julho de 2006, pela Instrução nº 442, de 8 de dezembro de 2006 e pela Instrução nº 446, de 19 de dezembro de 2006, todas da Comissão de Valores Mobiliários, e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, será regido pelo presente regulamento, conforme o disposto abaixo.

Os principais termos e expressões utilizados neste Regulamento estão definidos no glossário e são iniciados por letra maiúscula.

**1. OBJETO**

1.1 O Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Paulista – Veículos tem por objeto a captação de recursos para aquisição de Direitos Creditórios e Ativos de Liquidez, nos termos da política de investimento descrita neste Regulamento.

**2. FORMA DE CONSTITUIÇÃO**

2.1 O Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado, de modo que suas Cotas somente serão resgatadas ao término do respectivo prazo de duração, ou em virtude da liquidação do Fundo. É admitida a amortização das Cotas, conforme disposto no presente Regulamento ou por decisão da Assembléia Geral.

**3. PRAZO DE DURAÇÃO**

3.1 O Fundo terá prazo de duração até 31 de dezembro de 2017, podendo ser liquidado por deliberação da Assembléia Geral ou, no caso de não haver Cotas em circulação, por deliberação da Instituição Administradora. Cada Série terá a duração especificada no respectivo Suplemento.

**4. INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA**



24 MAI 003237810

REGISTRADO

4.1 O Fundo é administrado e gerido por Votorantim Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Roque Petroni Júnior, nº 999, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob nº 03.384.738/0001.98.

## **5. OBRIGAÇÕES, VEDAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA**

5.1 A Instituição Administradora, observadas as limitações estabelecidas na presente cláusula, neste Regulamento e nas demais disposições legais e regulamentares pertinentes, tem amplos e gerais poderes para praticar todos os atos necessários à administração do Fundo e para exercer os direitos inerentes aos Direitos Creditórios Cedidos.

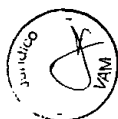
5.2 Incluem-se entre as obrigações da Instituição Administradora:

- i) registrar, às expensas do Fundo, o documento de constituição do Fundo e o presente Regulamento e seus anexos, bem como futuras versões do Regulamento e de seus anexos, em Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo;
- ii) manter atualizados e em perfeita ordem:
  - a) a documentação relativa às operações do Fundo;
  - b) o registro dos condôminos;
  - c) o livro de atas de assembleias gerais;
  - d) o livro de presença de condôminos;
  - e) os demonstrativos trimestrais de que trata o artigo 8º, § 3º, da Instrução nº 356/01, da CVM;
  - f) o registro de todos os fatos contábeis referentes ao Fundo; e
  - g) os relatórios do auditor independente e da Agência de Classificação de Riscos;



24 MAI 2003 3237810

- iii) receber quaisquer rendimentos ou valores do Fundo diretamente ou por meio do Custodiante;
- iv) entregar ao condômino, gratuitamente, exemplar deste Regulamento, bem como cientificá-lo do nome do periódico utilizado para divulgação de informações e da taxa de administração praticada;
- v) manter disponíveis em sua sede e agência(s) e na sede das instituições que coloquem Cotas, o valor do patrimônio líquido do Fundo, o valor das Cotas de cada classe, as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil a que se referirem, a relação entre o patrimônio líquido do Fundo e o valor das Cotas Seniores em circulação, e o relatório das Agências Classificadoras de Risco;
- vi) divulgar, no mínimo trimestralmente, no periódico utilizado pelo Fundo, além de observar o disposto no item (v) acima, o valor do patrimônio líquido do Fundo, o valor das Cotas de cada classe e Série, as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil a que se referirem;
- vii) custear as despesas de propaganda do Fundo, exceto as relativas aos anúncios e avisos obrigatórios relacionados à distribuição das Cotas, bem como aquelas que sejam providenciadas ou solicitadas por terceiros;
- viii) fornecer anualmente aos condôminos documento contendo informações sobre os rendimentos auferidos no ano civil e, com base nos dados relativos ao último dia do mês de dezembro, sobre o número de Cotas de propriedade de cada condômino e respectivo valor, ressalvada a hipótese de escrituração das Cotas em instituição de registro devidamente autorizada pela CVM, hipótese na qual caberá a tais instituições fornecer referido documento;
- ix) sem prejuízo da observância dos procedimentos relativos às demonstrações financeiras, previstas na Instrução nº 356/01, da CVM, manter, separadamente, registros analíticos com informações completas sobre toda e qualquer modalidade de negociação realizada entre a Instituição Administradora e o Fundo;
- x) providenciar trimestralmente, no mínimo, a atualização da classificação de risco relativa à(s) classe(s) ou série(s) de Cotas destinada(s) à colocação pública;
- xi) informar os cotistas sobre eventual rebaixamento da classificação de risco das



24 MAI 003237810

REGISTRADO

Cotas, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados da sua ciência de tal fato;

- xii) no caso de pedido ou decretação de recuperação judicial ou extrajudicial, falência, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, ou ainda de regimes similares, do Agente de Cobrança, do Agente de Recebimento ou da instituição financeira em que o Fundo tenha conta corrente, requerer, às expensas do Fundo, o imediato direcionamento do fluxo de recursos provenientes dos Direitos Creditórios Cedidos para outra conta de depósitos, de titularidade do Fundo; e
- xiii) repassar integralmente ao Cedente e ao Auditor, em até 1 (um) dia útil de seu recebimento, as informações relativas à auditoria realizada pelo Custodiante nos Documentos Comprobatórios dos Direitos Creditórios Cedidos.

5.2.1 A divulgação das informações relativas ao valor do patrimônio líquido do Fundo, o valor das Cotas de cada classe, as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil a que se referirem podem ser providenciadas por meio de entidades de classe de instituições do Sistema Financeiro Nacional, desde que realizada em periódicos de ampla veiculação e serão disponibilizadas aos Cotistas no sítio da Instituição Administradora, [www.vam.com.br](http://www.vam.com.br).

5.3 É vedado à Instituição Administradora:

- i) prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma nas operações praticadas pelo Fundo, inclusive quando se tratar de garantias prestadas às operações realizadas em mercados de derivativos;
- ii) utilizar ativos de sua própria emissão ou coobrigação como garantia das operações praticadas pelo Fundo; e
- iii) efetuar aportes de recursos no Fundo, de forma direta ou indireta, a qualquer título, ressalvada a hipótese de aquisição de Cotas deste.

5.3.1 As vedações de que tratam os itens 5.3 (i) a 5.3 (iii) acima abrangem os recursos próprios das pessoas físicas e das pessoas jurídicas controladoras da Instituição Administradora e de suas Partes Relacionadas, bem como os ativos integrantes das respectivas carteiras e os de emissão ou coobrigação dessas.



26 MAI 2007 003237810

5.4 É vedado à Instituição Administradora, em nome do Fundo:

- i) prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma, exceto quando se tratar de margens de garantia em operações realizadas em mercados de derivativos;
- ii) realizar operações e negociar com ativos financeiros ou modalidades de investimento não previstos neste Regulamento;
- iii) aplicar recursos diretamente no exterior;
- iv) adquirir Cotas;
- v) pagar ou ressarcir-se de multas impostas em razão do descumprimento de normas previstas neste Regulamento e nas demais disposições legais e regulamentares pertinentes;
- vi) vender Cotas a prestação;
- vii) vender Cotas a instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil cedentes de direitos creditórios, exceto quando se tratar de Cotas Subordinadas;
- viii) prometer rendimento predeterminado aos condôminos;
- ix) fazer, em sua propaganda ou em outros documentos apresentados aos investidores, promessas de retiradas ou de rendimentos, com base em seu próprio desempenho, no desempenho alheio ou no de ativos financeiros ou modalidades de investimento disponíveis no âmbito do mercado financeiro;
- x) delegar poderes de gestão da carteira do Fundo;
- xi) obter ou conceder empréstimos, admitindo-se a constituição de créditos e a assunção de responsabilidade por débitos em decorrência de operações realizadas em mercados de derivativos;
- xii) efetuar locação, empréstimo, penhor ou caução dos direitos e demais ativos integrantes da carteira do Fundo, exceto quando se tratar de sua utilização como margem de garantia nas operações realizadas em mercados de derivativos; e



24 MAI 003237810

- xiii) vender ativos do Fundo por valor inferior ao respectivo valor contábil, inclusive nos casos de recompra pelo Cedente de Direitos Creditórios Cedidos.

## 6. REMUNERAÇÃO DA INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA

6.1 A Instituição Administradora terá direito a receber, pela prestação de serviços de administração e gestão do Fundo, valor equivalente a percentual anual a ser calculado de acordo com os seguintes termos:

- i) 0,38% (trinta e oito centésimos por cento) sobre o valor apurado do patrimônio líquido do Fundo, que seja igual ou inferior a R\$80.000.000,00 (oitenta milhões de reais); ou
- ii) 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor apurado do patrimônio líquido do Fundo, que seja superior a R\$80.000.000,00 (oitenta milhões de reais) e igual ou inferior a R\$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais); ou
- iii) 0,28% (vinte e oito centésimos por cento) sobre o valor apurado do patrimônio líquido do Fundo, que seja superior a R\$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais).

6.1.1 O percentual acima será calculado a cada dia útil à base de 1/252 (um duzentos e cinquenta e dois avos) de tal sobre o valor do patrimônio líquido do Fundo, apurado diariamente e cobrado mensalmente no último dia útil de cada mês, a partir do mês da Data de Subscrição Inicial das Cotas Seniores da Primeira Série. A remuneração será paga à Instituição Administradora mensalmente, sendo calculada e provisionada todo dia útil, conforme a seguinte fórmula:

$$TA = \left\{ \left[ (1 + TX)^{\frac{1}{252}} \right] - 1 \right\} \times PL_{(D-1)}$$

onde,

TA = Taxa de Administração, calculada todo dia útil;  
 Tx = Percentual a ser estabelecido de acordo com o patrimônio líquido do Fundo, nos termos do item 6.1 acima; e  
 PL<sub>(D-1)</sub> = Patrimônio líquido do Fundo no dia útil anterior.



24 MAI 2003 237810

6.2 Com exceção da remuneração do Custodiante pelo exercício dos serviços de controladoria e escrituração, que equivale a 0,03% (três centésimos por cento) do patrimônio líquido do Fundo, a remuneração acima não inclui as despesas relativas à contratação dos demais terceiros, previstas na cláusula 7 abaixo, a serem debitadas do Fundo pela Instituição Administradora.

6.3 A Instituição Administradora pode estabelecer que parcelas da taxa de administração sejam pagas diretamente pelo Fundo a outros prestadores de serviços não indicados na cláusula 7 abaixo, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da taxa de administração acima fixada.

6.4 Não poderão ser cobradas dos cotistas do Fundo quaisquer outras taxas, tais como taxa de performance, de ingresso e/ou de saída.

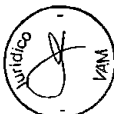
## 7. CONTRATAÇÃO DE TERCEIROS

7.1 Foi contratada pela Instituição Administradora, a KPMG, para realizar os serviços de auditoria do Fundo.

7.1.1 Pelos serviços de auditoria contratados, a KPMG fará jus a remuneração fixa de R\$17.000,00 (dezessete mil reais) ao ano.

7.2 O Custodiante contratado para realizar o serviço de custódia será responsável pelas seguintes atividades:

- i) receber, verificar e analisar a documentação que evidencie o lastro dos Direitos Creditórios;
- ii) validar os Direitos Creditórios em relação aos Critérios de Elegibilidade estabelecidos no presente Regulamento;
- iii) validar os arquivos de retorno disponibilizados pelo Agente de Recebimento em relação à respectiva Lista de Direitos Creditórios;
- iv) realizar a liquidação física e financeira dos Direitos Creditórios Cedidos;
- v) fazer a custódia, administração, cobrança e/ou guarda de documentação relativos aos Direitos Creditórios e demais ativos integrantes da carteira do Fundo;





24 MAI 2000 3237810

- vi) diligenciar para que sejam mantidos, as suas expensas atualizados e em perfeita ordem, os Documentos Comprobatórios, com metodologia preestabelecida e de livre acesso para auditoria independente, Agências Classificadoras de Risco e órgãos reguladores;
- vii) cobrar e receber, por conta e ordem do Fundo, pagamentos, resgate de títulos ou qualquer outra renda relativa aos títulos custodiados, depositando os valores recebidos na conta de depósitos do Fundo; e
- viii) observar para que somente as ordens emitidas pela Instituição Administradora, ou por seus representantes legais ou mandatários, devidamente autorizados, sejam acatadas, sendo-lhe vedada a execução de ordens que não estejam diretamente vinculadas às operações do Fundo.

7.2.1 O Cedente foi contratado pelo Custodiante como fiel depositário dos Documentos Comprobatórios, conforme estabelecido no Contrato de Cessão. O Cedente subcontratou a ATP Tecnologia e Produtos S.A., sociedade com sede na SGAN, QD 601, conjunto L, na Cidade de Brasília, Distrito Federal, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 38.059.846/0001-70, para realizar a guarda da documentação relativa aos Direitos Creditórios Cedidos. A contratação, pelo Banco Paulista, de outras partes para realização da guarda dos Documentos Comprobatórios, que não a indicada neste item, somente poderá ocorrer mediante prévia aprovação da Assembléia Geral e do Custodiante.

7.2.2 O Custodiante fica desde já autorizado a efetuar bimestralmente a verificação do lastro a que se refere o item 7.2 "i" por amostragem, na forma do disposto no Anexo VI. O Custodiante poderá contratar, por sua conta e ordem, e desde que previamente autorizado pela Instituição Administradora, por escrito, terceiro para realizar, sob sua responsabilidade, a verificação do lastro dos Direitos Creditórios Cedidos, e do enquadramento aos Critérios de Elegibilidade e às Condições Adicionais. As irregularidades apontadas nesta auditoria serão informadas à Instituição Administradora, às Agências Classificadoras de Risco, ao Auditor e ao Cedente.

7.2.3 O Custodiante, durante o exercício de suas atividades, não será responsável pela indicação de Direitos Creditórios Cedidos ao protesto, ou pela inserção de nome dos Devedores em órgãos responsáveis pelo apontamento de descumprimento de obrigações pecuniárias, cabendo ao Fundo, representado pela Instituição Administradora, realizar tais atividades e assumir a integral responsabilidade e eventuais ônus dessa decisão.



24 MAI 2003 237810

REGISTRADO

7.3 O Citibank foi contratado pela Instituição Administradora, para realizar o serviço de custódia, controladoria e escrituração de Cotas.

7.3.1 Pelos serviços de custódia, o Citibank fará jus a remuneração mínima mensal de R\$10.000,00 (dez mil reais) e máxima equivalente aos percentuais anuais em relação ao patrimônio líquido do Fundo calculados diariamente e paga mensalmente, conforme abaixo:

- i) 0,15% (quinze centésimos por cento) sobre o valor apurado do patrimônio líquido do Fundo, que seja igual ou inferior a R\$80.000.000,00 (oitenta milhões de reais); ou
- ii) 0,12% (doze centésimos por cento) sobre o valor apurado do patrimônio líquido do Fundo, que seja superior a R\$80.000.000,00 (oitenta milhões de reais) e igual ou inferior a R\$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais); e
- iii) 0,09% (nove centésimos por cento) sobre o valor apurado do patrimônio líquido do Fundo, que seja superior a R\$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais).

7.4 O Banco Paulista foi contratado pelo Fundo e pelo Custodiante como Agente de Cobrança, sendo que nessa qualidade deverá observar o procedimento descrito no Anexo III deste Regulamento.

7.4.1 O Agente de Cobrança, juntamente com o Fundo e com o Custodiante, contrataram o Banco Bradesco como Agente de Recebimento.

7.5 A Instituição Administradora pode, a qualquer tempo, contratar outra instituição credenciada pela CVM para prestação dos serviços de custódia, de agente de cobrança ou de agente de recebimento, agindo sempre no interesse dos cotistas do Fundo, e desde que aprovado pela Assembléia Geral.

7.5.1 A contratação de novo agente de cobrança ou de agente de recebimento deverá ser previamente aprovada pelo Custodiante.

## 8. RENÚNCIA E SUBSTITUIÇÃO DA INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA



10704 22 003237810  
24 MAI 003237810

8.1 A Instituição Administradora, por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada condômino, pode renunciar à administração e gestão do Fundo, desde que convoque, no mesmo ato, Assembléia Geral para decidir sobre sua substituição ou sobre a liquidação do Fundo.

8.2 Na hipótese de a Instituição Administradora renunciar às suas funções e a Assembléia Geral de que trata o item acima, por qualquer motivo, não deliberar sobre a nomeação de instituição administradora habilitada para substituir a Instituição Administradora, a liquidação do Fundo terá início no prazo máximo de 15 (quinze) dias.

8.3 Na hipótese de renúncia da Instituição Administradora e nomeação de nova instituição administradora em Assembléia Geral, a Instituição Administradora continuará obrigada a prestar os serviços de administração e gestão do Fundo até que a nova instituição venha a substituí-la, o que deverá ocorrer dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados da data de realização da respectiva Assembléia Geral.

8.4 Caso a nova instituição administradora nomeada nos termos do item 8.3 acima não substitua a Instituição Administradora dentro do prazo de 30 (trinta) dias corridos estabelecido no item 8.3 acima, a Instituição Administradora iniciará a liquidação do Fundo até o 35º (trigésimo quinto) dia corrido contado da data de realização da Assembléia Geral que nomear a nova instituição administradora.

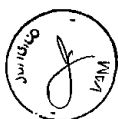
8.5 Nas hipóteses de substituição da Instituição Administradora e de liquidação do Fundo, aplicam-se, no que couber, as normas em vigor sobre responsabilidade civil ou criminal de administradores, diretores e gerentes de instituições financeiras, independentemente das que regem a responsabilidade civil da própria Instituição Administradora.

8.6 Aplicam-se as disposições desta cláusula, no que couber, à substituição do Custodiante.

## 9. POLÍTICA DE INVESTIMENTO

9.1 O Fundo é voltado à aplicação preponderantemente em Direitos Creditórios, os quais serão originários de Financiamentos.

9.2 O Fundo deverá manter, após 90 (noventa) dias do início de suas atividades, no mínimo 50,0% (cinquenta por cento) de seu patrimônio líquido em Direitos Creditórios.



24 MAI 003237810

REGISTRADO

9.3 Os direitos creditórios a serem adquiridos pelo Fundo devem necessariamente observar os Critérios de Elegibilidade. Não haverá cobrança do Banco Paulista em relação ao pagamento dos Direitos Creditórios.

9.4 O Fundo pode manter o remanescente do seu patrimônio líquido em moeda corrente ou aplicá-lo nos seguintes títulos e ativos:

- i) títulos de emissão do Tesouro Nacional; e
- ii) títulos de emissão do Banco Central do Brasil.

9.4.1 Ressalvando-se o disposto no item 9.2, e demais restrições impostas por este Regulamento, o Fundo poderá aplicar até 20,0% (vinte por cento) de seu patrimônio líquido em ativos de emissão e/ou cobrança de um mesmo devedor, conforme previsto no artigo 40-A da Instrução nº 356/01, da CVM.

9.5 Os Direitos Creditórios e os demais ativos integrantes da carteira do Fundo devem ser custodiados, bem como registrados e/ou mantidos em conta de depósito diretamente em nome do Fundo, em contas específicas abertas no SELIC, em sistemas de registro e de liquidação financeira de ativos autorizados pelo Banco Central do Brasil ou em instituições ou entidades autorizadas à prestação desses serviços pela referida autarquia ou pela CVM.

9.6 O Fundo pode:

- i) realizar operações compromissadas; e
- ii) realizar operações em mercados de derivativos, observadas as disposições do item 9.6.1 abaixo, e desde que com o objetivo de proteger posições detidas à vista, até o limite dessas.

9.6.1 A Instituição Administradora, por conta e ordem do Fundo, poderá realizar operações com instrumentos derivativos com o objetivo de eliminar descasamentos de taxas de juros entre as posições detidas à vista, até o limite destas e as obrigações do Fundo para com os Cotistas. As operações contratadas pelo Fundo com instrumentos derivativos, se realizadas, deverão ocorrer (i) em mercado de balcão, sendo que (a) tais operações deverão ser necessariamente registradas na BM&F sob a modalidade "com garantia" em favor do Fundo, e (b) a contraparte deverá ser



24 MAI 2008 237810

Instituição Autorizada; e/ou (ii) diretamente na BM&F, sob a modalidade “com garantia”, desde que previamente comunicado pela Agência Classificadora de Risco. É expressamente vedada a realização de operações de venda de opções a descoberto e alavancadas, a qualquer título. A Instituição Administradora deverá disponibilizar às Agências Classificadoras de Risco, cópia dos contratos das operações de *swap* realizadas pelo Fundo.

9.6.2 É vedado ao fundo realizar operações de *day trade* ou realizar operação de renda variável.

9.7 É vedado ao Fundo realizar operações nas quais a Instituição Administradora atue na condição de contraparte do Fundo.

9.8 O Fundo poderá realizar aplicações que coloquem em risco parte ou a totalidade de seu patrimônio. A carteira do Fundo, e por consequência seu patrimônio, estão submetidos a diversos riscos, dentre os quais, exemplificativamente, os analisados na cláusula 12 abaixo. O investidor, antes de adquirir Cotas, deve ler cuidadosamente tal cláusula, responsabilizando-se por seu investimento no Fundo.

9.9 As aplicações no Fundo não contam com garantia da Instituição Administradora ou do FGC ou do Cedente.

9.10 Poderão ser adquiridos Direitos Creditórios originados de pagamentos que não representam a totalidade de parcelas vincendas dos Financiamentos.

## 10. CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE E CONDIÇÕES ADICIONAIS

10.1 Os Critérios de Elegibilidade dos Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo são, exclusiva e cumulativamente:

- i) os Direitos Creditórios devem ser originários de Financiamentos que:
  - a) tenham prazo de até 60 (sessenta) meses;
  - b) a primeira parcela já tenha sido integralmente paga;
  - c) o valor de cada parcela seja inferior a 30,0% (trinta por cento) do rendimento ou faturamento bruto mensal dos respectivos Devedores.



24 MAI 2010 003237810

- ii) a aquisição de Direitos Creditórios não poderá fazer com que a totalidade do débito de determinado Devedor para com o Fundo seja superior a R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais);
- iii) a aquisição de Direitos Creditórios não poderá fazer com que a totalidade do débito de determinado Devedor para com o Fundo seja superior a 0,40% (quarenta centésimos por cento) dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo;
- iv) a aquisição de Direitos Creditórios não poderá fazer com que a totalidade dos débitos de Financiamentos de veículos pesados seja superior a 45,0% (quarenta e cinco por cento) do patrimônio líquido do Fundo;
- v) os Devedores dos Direitos Creditórios não devem estar, no momento de aquisição de tais Direitos Creditórios pelo Fundo, inadimplentes em relação a outros Direitos Creditórios de titularidade do Fundo; e
- vi) o vencimento dos Direitos Creditórios adquiridos não pode ser posterior ao prazo de resgate das Cotas Seniores em Circulação.

10.1.1 O enquadramento dos Direitos Creditórios que o Fundo pretenda adquirir aos Critérios de Elegibilidade será verificado pelo Custodiante previamente à cessão única e exclusivamente com base nos arquivos eletrônicos fornecidos pelo Cedente, bem como nos dados relativos ao Fundo mantidos pelo Custodiante.

10.1.1.1 Posteriormente à cessão, o Custodiante realizará a verificação bimestral de lastro dos Direitos Creditórios Cedidos, por amostragem, com base nos Documentos Comprobatórios.

10.1.2 A alteração dos Critérios de Elegibilidade é de competência exclusiva da Assembléia Geral.

10.1.2.1 Caso o Custodiante, por qualquer motivo, não concorde com as alterações promovidas pela Assembléia Geral em relação aos Critérios de Elegibilidade, deverá requerer o término do Contrato de Custódia, em até 20 (vinte) dias úteis contados do recebimento da notificação que o informe sobre a alteração do Regulamento.

10.1.2.2 Na hipótese de requerer o término do Contrato de Custódia, o Custodiante não será responsável pela verificação do enquadramento dos Direitos



24 MAI 003237819

Creditórios aos Critérios de Elegibilidade que tenham sido alterados ou incluídos sem a sua expressa concordância, desde a data de tal alteração ou inclusão até a data da efetiva interrupção da prestação dos serviços de custódia ao Fundo.

10.1.2.3 Caso não requeira o término do Contrato de Custódia, no prazo indicado no 10.1.2.1 acima, serão considerados aceitos tacitamente pelo Custodiante as alterações promovidas pela Assembléia Geral em relação aos Critérios de Elegibilidade. Não obstante, o Custodiante somente terá a obrigação de verificação dos Critérios de Elegibilidade alterados ou incluídos após o decurso do prazo de 20 (vinte) dias referido no item 10.1.2.1 acima.

10.2 As Condições Adicionais dos Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo, que deverão ser verificadas previamente a cada cessão pelo Banco Paulista, são, exclusiva e cumulativamente:

- i) os Direitos Creditórios devem ser originários de Financiamentos:
  - a) que foram concedidos pelo Banco Paulista aos Devedores, e formalizados por meio de CCBs;
  - b) que possuam a reserva da alienação fiduciária de veículo devidamente registrada no SNG em favor do Banco Paulista, cujo Valor de Mercado representasse pelo menos 120,0% (cento e vinte por cento) do valor financiado na data da concessão do financiamento;
  - c) cujo modelo do veículo alienado fiduciariamente tenha no máximo 18 (dezoito) anos, para veículos leves, e 26 (vinte e seis) anos, para veículos pesados, contados a partir de 31 de dezembro do ano do modelo;
  - d) cujas taxas de juros sejam pré-fixadas;
  - e) cujo veículo financiado em garantia não seja motocicleta; e
  - f) que não tenham sido originados da renegociação de outro(s) contrato(s) de financiamento de veículo(s) de um mesmo Devedor; e
- ii) o cadastro dos Devedores dos Direitos Creditórios cujos Financiamentos tenham sido concedidos após 1º de maio de 2007 não apresentaram, no momento de concessão dos respectivos financiamentos, qualquer registro de inadimplência de



24 MAI 2003 237810

valor superior a R\$100,00 (cem reais) junto ao SPC ou a SERASA ou junto às demais entidades que compõem o sistema de proteção ao crédito.

## 11. DESCRIÇÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS

11.1 Nos termos do inciso X do artigo 24 da Instrução nº 356/01, da CVM, e não consubstanciando Critérios de Elegibilidade, são descritas e apresentadas características inerentes aos Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo, divididas da seguinte forma:

- i) no Anexo I deste Regulamento, descrição da natureza dos Direitos Creditórios e dos instrumentos jurídicos, contratos ou outros documentos representativos do crédito, bem como do processo de origem dos Direitos Creditórios e da política de concessão de crédito adotada pelo Banco Paulista;
- ii) no Anexo II deste Regulamento, reprodução de modelos dos Documentos Comprobatórios - o modelo de CCB e da ficha cadastral; e
- iii) no Anexo III deste Regulamento, descrição dos mecanismos e procedimentos adotados para Cobrança dos Direitos Creditórios Cedidos, inclusive inadimplentes.

## 12. FATORES DE RISCO

12.1 O investidor, antes de adquirir Cotas, deve ler cuidadosamente os fatores de risco abaixo descritos, responsabilizando-se pelo seu investimento no Fundo.

### 12.2 Riscos de Mercado

12.2.1 *Descasamento de Taxas.* Os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo são contratados a taxas prefixadas. No entanto, a distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo para as Cotas Seniores tem como parâmetro as taxas médias diárias dos DI. Ademais, a Instituição Administradora não está obrigada a contratar operações de *swap* de taxas prefixadas por DI over. Assim, há a possibilidade de a Instituição Administradora não contratar tais operações de *swap*, bem como de, caso contrate referidas operações, a outra parte (ou a instituição garantidora) não cumprir o contratado. Nestes casos, se a taxa de remuneração do DI se elevar substancialmente, os recursos do Fundo podem ser insuficientes para pagar parte ou a





24 MAI 003237810

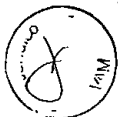
totalidade dos rendimentos aos titulares de Cotas Seniores. O Cedente, o Fundo e a Instituição Administradora não prometem ou asseguram rentabilidade aos cotistas.

12.2.2 *Baixa Valorização dos Ativos.* A parcela do patrimônio do Fundo não aplicada em Direitos Creditórios poderá ser aplicada em quaisquer dos títulos e ativos especificados no item 9.4 do Regulamento. No entanto, tais ativos podem apresentar valorização efetiva inferior às taxas médias diárias dos DI, o que pode fazer com que os recursos do Fundo se tornem insuficientes para pagar parte ou a totalidade da meta de rentabilidade prevista para as Cotas Seniores (uma vez que a distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo para as Cotas Seniores tem como parâmetro as taxas médias diárias dos DI). Nessa hipótese, os Cotistas Seniores poderão ter a rentabilidade de suas Cotas afetadas negativamente, sendo certo que nem o Fundo, nem o Cedente e nem a Instituição Administradora prometem ou asseguram rentabilidade aos cotistas.

12.2.3 *Flutuação de Preços dos Ativos.* Os preços e a rentabilidade dos ativos do Fundo poderão flutuar em razão de diversos fatores de mercado, tais como variação da liquidez e alterações na política de crédito, econômica e fiscal, bem como em razão de alterações na regulamentação sobre a precificação de ativos que componham a carteira do Fundo, inclusive derivativos. Essa oscilação dos preços poderá fazer com que parte ou a totalidade daqueles ativos que integram a carteira do Fundo seja avaliada por valores inferiores ao da emissão e/ou contabilização inicial. Se isso ocorrer, a rentabilidade das Cotas Seniores poderá ser afetada negativamente.

12.2.4 *Sujeição dos Ativos a Oscilações Diversas.* Os ativos financeiros integrantes da carteira do Fundo estão sujeitos a oscilações nos seus preços em função da reação dos mercados frente a notícias econômicas e políticas, tanto no Brasil como no exterior, podendo ainda responder a notícias específicas a respeito dos respectivos emissores. As variações de preços dos ativos financeiros poderão ocorrer também em função das alterações nas expectativas dos participantes do mercado, podendo inclusive ocorrer mudanças nos padrões de comportamento de preços dos ativos financeiros sem que haja mudanças significativas no contexto econômico e/ou político nacional e internacional. Como decorrência de tais oscilações, poderão ocorrer variações negativas no valor do patrimônio líquido do Fundo, o que poderá afetar negativamente a rentabilidade das Cotas Seniores.

12.2.5 *Efeitos da Política Econômica do Governo Federal.* O Fundo, seus ativos e o Cedente estão sujeitos aos efeitos da política econômica praticada pelo Governo Federal. O Governo Federal intervém freqüentemente na política monetária, fiscal e cambial, e, conseqüentemente, também na economia do País. As medidas que



24 MAI 003237810

podem vir a ser adotadas pelo Governo Federal para estabilizar a economia e controlar a inflação compreendem controle de salários e preços, desvalorização cambial, controle de capitais e limitações no comércio exterior, alterações nas taxas de juros, entre outras. Tais medidas, bem como a especulação sobre eventuais atos futuros do governo podem gerar incertezas sobre a economia brasileira e uma maior volatilidade no mercado de capitais nacional, podendo afetar adversamente o interesse de investidores na aquisição de Cotas e na liquidação dos Direitos Creditórios pelos Devedores.

### 12.3 Riscos de Crédito

12.3.1 *Inexistência de Garantia das Aplicações do Fundo.* As aplicações no Fundo não contam com garantia da Instituição Administradora, de quaisquer terceiros, de qualquer mecanismo de seguro, do FGC ou do Cedente. Igualmente, nem o Fundo nem a Instituição Administradora prometem ou asseguram aos cotistas qualquer rentabilidade ou remuneração decorrentes da aplicação em Cotas. Desse modo, todos os eventuais rendimentos, bem como o pagamento do principal, provirão da carteira de ativos do Fundo, a qual está sujeita a riscos diversos, e cujo desempenho é incerto, e subsidiariamente do cumprimento da obrigação do Cedente de adquirir Cotas Subordinadas para manutenção a Razão Mínima.

12.3.2 *Inadimplência dos Emissores dos Ativos.* A parcela do patrimônio do Fundo não aplicada em Direitos Creditórios poderá ser aplicada em quaisquer dos títulos e ativos especificados no item 9.4 do Regulamento. Tais títulos e ativos podem vir a não ser honrados pelos respectivos emissores, de modo que o Fundo teria que suportar tais prejuízos, o que afetaria negativamente a rentabilidade das Cotas.

12.3.3 *Fatores Macroeconômicos.* Como o Fundo aplicará seus recursos preponderantemente em Direitos Creditórios, dependerá da solvência dos respectivos Devedores para distribuição de rendimentos aos Cotistas. A solvência dos Devedores pode ser afetada por fatores macroeconômicos relacionados à economia brasileira, tais como elevação das taxas de juros, aumento da inflação, baixos índices de crescimento econômico, preço do combustível, etc. Assim, na hipótese de ocorrência de um ou mais desses eventos, poderá haver aumento da inadimplência dos Direitos Creditórios Cedidos, provocando perdas patrimoniais aos cotistas do Fundo.

12.3.4 *Transferência da Reserva do Gravame no SNG.* Os Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo são oriundos de Financiamentos cujos veículos financiados têm a reserva do gravame devidamente registrada no SNG em favor do credor. A reserva do gravame no SNG permite a transferência da propriedade fiduciária do veículo para o



24 MAI 003237810

credor, e a consequente execução mais célere em caso de inadimplência. A reserva do gravame dos veículos no SNG, porém, permanece com o Cedente, e não é transferida ao Fundo no momento da cessão dos Direitos Creditórios. Atualmente, o Cedente é o Agente de Cobrança do Fundo. No entanto, caso o Fundo decida contratar outro agente de cobrança, poderá se utilizar da procuração pública que lhe foi outorgada pelo Cedente para transferir a reserva do gravame dos veículos no SNG para o novo agente de cobrança. É possível que o procedimento de transferência da reserva do gravame no SNG seja moroso, ou mesmo inviável, o que dificultaria a execução de eventuais Devedores inadimplentes.

12.3.5 *Veículos garantidos por alienação fiduciária.* Os Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo são oriundos de Financiamentos e são garantidos por alienação fiduciária de veículos. Contudo, é possível que, em eventual execução de Devedor inadimplente, o veículo objeto de alienação fiduciária não seja encontrado, ou o seu valor de venda seja insuficiente para o pagamento integral da dívida. Nessa hipótese, ocorrerá a redução do patrimônio do Fundo e o rendimento das Cotas poderá ser negativamente afetado.

12.3.6 *Modificação de créditos por decisão judicial.* Os Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo são oriundos de Financiamentos que poderão ter suas condições questionadas em Juízo pelos respectivos Devedores. Não pode ser de todo afastada a possibilidade de os Devedores lograrem êxito nas demandas ajuizadas. Nessa hipótese, os Direitos Creditórios Cedidos podem ter seus valores reduzidos ou até serem anulados em decisão judicial, o que afetaria negativamente o patrimônio do Fundo.

#### 12.4 Riscos de Liquidez

12.4.1 *Inexistência de Mercado Secundário para Negociação de Direitos Creditórios.* O Fundo se enquadra em modalidade de investimento diferenciada, devendo os potenciais investidores avaliar minuciosamente suas peculiaridades, que podem eventualmente trazer consequências negativas para o patrimônio do Fundo, ou que podem tornar o investimento ilíquido. Não existe, no Brasil, mercado secundário ativo para negociação de direitos creditórios. Portanto, caso por qualquer motivo seja necessária a venda dos Direitos Creditórios da carteira do Fundo, poderá não haver compradores ou o preço de negociação poderá causar perda ao patrimônio do Fundo.

12.4.2 *Falta de Liquidez dos Ativos Financeiros.* A parcela do patrimônio do Fundo não aplicada em Direitos Creditórios poderá ser aplicada em quaisquer dos títulos e ativos especificados no item 9.4 do Regulamento. Tais títulos e ativos podem



24 MAI 003237810

vir a se mostrar ilíquidos (seja por ausência de mercado secundário ativo, seja por eventual atraso no pagamento por parte do respectivo emissor), o que poderia, eventualmente, afetar pagamentos de amortização e/ou resgate a cotistas, afetando a liquidez esperada de suas Cotas.

12.4.3 *Fundo Fechado e Mercado Secundário.* O Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado, de modo que suas Cotas somente serão resgatadas ao término do prazo de duração do Fundo, ou em virtude de sua liquidação. Assim, o cotista não terá liquidez em seu investimento no Fundo, exceto (i) por ocasião das amortizações programadas ou eventuais, ou (ii) por meio da alienação de suas Cotas no mercado secundário. Atualmente, o mercado secundário de cotas de fundos de investimento apresenta baixa liquidez, o que pode dificultar a venda de Cotas ou ocasionar a obtenção de um preço de venda que cause perda de patrimônio ao investidor. Não há qualquer garantia da Instituição Administradora, do Cedente, do Custodiante, ou de qualquer outra Parte Relacionada, em relação à possibilidade de venda das Cotas no mercado secundário, preço obtido pelas Cotas, ou mesmo garantia de saída ao investidor.

12.4.4 *Liquidação Antecipada e Amortização Compulsória.* As Cotas serão amortizadas com base no cronograma de amortização estabelecido neste Regulamento. No entanto, há eventos que podem ensejar a liquidação antecipada do Fundo, bem como Amortização Compulsória de Cotas. Assim, há a possibilidade de os titulares de Cotas receberem valores antecipadamente, e eventualmente inferiores aos esperados.

12.4.5 *Reserva de Pagamento não Constitui Garantia de Pagamento.* Será constituída Reserva de Pagamento, destinada ao pagamento das amortizações das Cotas Seniores. No entanto, eventualmente o Fundo poderá não ter recursos sequer para a constituição da Reserva de Pagamento. É também possível que, não obstante a devida constituição da Reserva de Pagamento, o Fundo não tenha, na data prevista, meios suficientes para pagamento de tais amortizações. Desse modo, a existência da Reserva de Pagamento não constitui garantia de pagamento das amortizações programadas de Cotas Seniores.

12.4.6 *Insuficiência de Recursos no Momento da Liquidação Antecipada.* O Fundo poderá ser liquidado antecipadamente em algumas hipóteses previstas neste Regulamento. Ocorrendo tal liquidação antecipada, o Fundo pode não dispor de recursos para pagamento aos cotistas (por exemplo, pelo fato de os Direitos Creditórios Cedidos ainda não serem exigíveis dos respectivos Devedores). Neste caso, ou (i) os cotistas teriam suas Cotas resgatadas em Direitos Creditórios; ou (ii) o pagamento do

24 MAI 2006 237810

resgate das Cotas ficaria condicionado (a) ao vencimento e pagamento pelos Devedores das parcelas relativas aos Direitos Creditórios Cedidos; ou (b) a venda dos Direitos Creditórios Cedidos a terceiros, sendo que o preço praticado poderia causar perda aos cotistas.

#### 12.5 Riscos Provenientes do Uso de Derivativos

12.5.1 *Efeitos Negativos para a Rentabilidade do Fundo.* Somente com vistas a proteger posições detidas à vista pelo Fundo serão contratadas operações no mercado de derivativos. Tais operações, entretanto, poderão afetar negativamente a rentabilidade do Fundo de tal forma que os cotistas poderão suportar prejuízos em decorrência da utilização de instrumentos derivativos.

12.5.2 *Oscilações no Patrimônio do Fundo.* A Instituição Administradora poderá contratar operações de *swap* de taxas prefixadas pela Taxa DI ou ainda operações envolvendo contratos futuros atrelados à referida taxa, para evitar o risco de descasamento de taxas. No entanto, há a possibilidade de a Instituição Administradora não conseguir contratar tais operações, ou, ainda, de a outra parte não cumprir o contratado. Além disso, a realização de operações pelo Fundo no mercado de derivativos pode ocasionar variações no patrimônio líquido do Fundo que levem a perdas patrimoniais ao Fundo e conseqüentemente aos seus condôminos.

#### 12.6 Riscos Específicos

##### 12.6.1 Riscos Operacionais

12.6.1.1 *Auditoria por Amostragem.* A verificação documental (física) da regularidade da documentação que evidencie o lastro dos Direitos Creditórios Cedidos é realizada apenas por meio de auditoria bimestral e por amostragem. Considerando que tal auditoria é realizada tão somente após a cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo, a carteira do Fundo poderá conter Direitos Creditórios cujos documentos comprobatórios apresentem irregularidades, o que poderá obstar o pleno exercício pelo Fundo das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos Creditórios Cedidos.

12.6.1.2 *Falhas do Agente de Recebimento.* A cobrança dos Direitos Creditórios Cedidos depende da atuação diligente do Agente de Recebimento. Cabe-lhes aferir o correto recebimento dos recursos e verificar a inadimplência. Assim, qualquer falha de procedimento do Agente de Recebimento poderá acarretar em menor recebimento dos



24 MAI 2008 237810

recursos devidos pelos Devedores. Isso levaria a queda da rentabilidade do Fundo, ou até a perda patrimonial.

12.6.1.3 *Forma de pagamento dos Direitos Creditórios.* O pagamento referente aos Financiamentos cujos Direitos Creditórios tenham sido cedidos ao Fundo pode ser feito (i) em qualquer instituição financeira integrante do Sistema Financeiro Nacional até a data de seu vencimento, (ii) em qualquer agência do Agente de Recebimento em até 10 dias após o vencimento, e (iii) diretamente ao Cedente após o 10º dia contados do vencimento. Caso os recursos em atraso sejam pagos diretamente ao Cedente, a subsequente transferência ao Fundo, nos termos estabelecidos no item 2.1 do Anexo III deste Regulamento, que é dever legal e obrigacional, dependerá de ato do próprio Cedente. Por diversos motivos, a transferência de recursos do Cedente ao Fundo poderá atrasar, como, por exemplo, por problemas operacionais ou por intervenção, liquidação ou falência daquele. Nessa hipótese, a rentabilidade do Fundo poderá ser afetada negativamente.

12.6.1.4 *Não verificação da reserva do gravame no SNG.* Os Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo são oriundos de Financiamentos cujos veículos financiados deveriam ter a reserva do gravame devidamente registrada no SNG em favor do credor. A reserva do gravame no SNG permite a transferência da propriedade fiduciária do veículo para o credor, e a conseqüente execução mais célere em caso de inadimplemento. Previamente a cada cessão de Direitos Creditórios ao Fundo, nem o Custodiante, nem qualquer terceiro contratado pelo Fundo verificará se há reserva de gravame de veículos no SNG vinculada a tais Direitos Creditórios. Caso o Fundo adquira Direitos Creditórios cuja reserva do gravame do veículo financiado não esteja devidamente registrada no SNG, a execução, em caso de inadimplemento do Devedor, seria dificultada, podendo afetar negativamente a rentabilidade do Fundo.

#### 12.6.2 Risco de Descontinuidade

12.6.2.1 *Liquidação Antecipada.* O Fundo poderá ser liquidado antecipadamente por diversas razões. Mesmo que o Fundo disponha de recursos para pagamento aos cotistas, o que não é garantido pela Instituição Administradora, Custodiante, Cedente ou quaisquer terceiros, é possível que não haja, disponíveis no mercado, aplicações com mesmas características de prazo, risco e rentabilidade, o que frustraria a expectativa que o investidor possuía no momento em que adquiriu Cotas.

12.6.2.2 *Observância da Alocação Mínima.* O Fundo deve observar a Alocação Mínima. Entretanto, não há garantia de que o Cedente conseguirá (ou desejará) originar



24 MAI 2003 237810

e/ou ceder Direitos Creditórios suficientes para fazerem frente a esta exigência da Alocação Mínima. Assim, a existência do Fundo no tempo dependerá da manutenção dos fluxos de originação e de cessão de Direitos Creditórios necessários à manutenção e/ou recomposição da Alocação Mínima. O desenquadramento em relação à Alocação Mínima pode inclusive levar à Amortização Compulsória.

### 12.6.3 Riscos da Originadora

12.6.3.1 *Descumprimento do Contrato de Cessão.* Em virtude do disposto no Contrato de Cessão, o Cedente está obrigado a ceder Direitos Creditórios ao Fundo, de acordo com as condições mínimas ali estabelecidas. Caso o Cedente, por qualquer motivo, interrompa a cessão de Direitos Creditórios pactuada nos termos do Contrato de Cessão, é possível que o Fundo passe a apresentar excesso de liquidez, ou/e deixe de observar a Alocação Mínima. Quaisquer dessas hipóteses poderiam levar à liquidação antecipada do Fundo, ou à Amortização Compulsória.

12.6.3.2 *Elevação do Fator Multiplicador.* A Assembléia Geral poderá deliberar, a qualquer tempo, pela elevação do Fator Multiplicador aplicável às Cotas Seniores. Exclusivamente na ocorrência dessa hipótese, fica facultado ao Cedente resilir o Contrato de Cessão. A rescisão do Contrato de Cessão levaria às consequências descritas no item 12.6.3.1.

12.6.3.3 *Diminuição da Quantidade de Direitos Creditórios Elegíveis.* Os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo são decorrentes exclusivamente de Financiamentos, e devem necessariamente respeitar os parâmetros da política de investimento descrita na cláusula 9 do Regulamento bem como atender aos Critérios de Elegibilidade previstos na cláusula 10 do Regulamento. Na hipótese de, por qualquer motivo, (i) deixarem de ocorrer tais empréstimos; e/ou (ii) não existirem Direitos Creditórios disponíveis para cessão ao Fundo e que satisfaçam os Critérios de Elegibilidade e a política de investimento, poderá ocorrer a liquidação do Fundo, ou ainda Amortização Compulsória. Ressalte-se que alterações da política econômica do governo e aumento da concorrência no setor de crédito direto ao consumidor para aquisição de bens duráveis também podem levar à diminuição da quantidade, ou até à inexistência, de Direitos Creditórios elegíveis.

12.6.3.4 *Conflito de Interesses.* O Cedente foi contratado como Agente de Cobrança, tendo, por conta desse fato, a obrigação de efetuar a cobrança dos Direitos Creditórios inadimplidos. É possível que o correto desempenho das funções de Agente



24 MAI 003237810

de Cobrança conflite os interesses do Banco Ráulista/ como cedente dos Direitos Creditórios, o que poderá afetar negativamente a rentabilidade das Cotas.

#### 12.6.4 Outros Riscos

12.6.4.1 *Invalidez ou Ineficácia da Cessão de Direitos Creditórios.* Com relação ao Cedente, a cessão de Direitos Creditórios poderia ser invalidada ou tornada ineficaz, impactando negativamente o patrimônio do Fundo, caso fosse realizada em:

- i) fraude contra credores, inclusive da massa, se no momento da cessão o Cedente estivesse insolvente ou se com ela passasse ao estado de insolvência;
- ii) fraude de execução, caso (a) quando da cessão o Cedente fosse sujeito passivo de demanda judicial capaz de reduzi-lo à insolvência; ou (b) sobre os Direitos Creditórios Cedidos pendesse demanda judicial fundada em direito real; e
- iii) fraude à execução fiscal, se o Cedente, quando da celebração da cessão de créditos, sendo sujeito passivo por débito para com a Fazenda Pública, por crédito tributário regularmente inscrito como dívida ativa, não dispusesse de bens para total pagamento da dívida fiscal.

12.6.4.2 *Concentração em Modalidade de Investimento.* O Fundo aplicará em Direitos Creditórios exclusivamente originados de Financiamentos. Nesse contexto, não será possível ampla diversificação dos investimentos realizados pelo Fundo, sendo estes concentrados em uma espécie primordial de investimento (Direitos Creditórios). A concentração das aplicações em um ou em poucos tipos de investimento eleva as possibilidades de que os cotistas do Fundo venham a sofrer perda patrimonial.

12.6.4.3 *Intervenção no ou Liquidação do Agente de Cobrança ou de Recebimento.* Na hipótese de intervenção extrajudicial no Agente de Cobrança ou de Recebimento, o repasse dos recursos provenientes dos Direitos Creditórios Cedidos poderia ser interrompido, e permaneceria inexigível enquanto perdurasse a intervenção. Em caso de liquidação extrajudicial do Agente de Cobrança ou de Recebimento, há a possibilidade de os recursos ali depositados serem bloqueados, e somente serem recuperados por meio de pedido de restituição, ou mesmo por via judicial. Em ambos os casos, a rentabilidade e o patrimônio do Fundo poderiam ser afetados.

12.6.4.4 *Intervenção no ou Liquidação do Custodiante.* O Fundo terá conta corrente no Custodiante. Na hipótese de intervenção ou liquidação extrajudicial deste,





24 MAI 003237810

há possibilidade de os recursos ali depositados serem bloqueados e somente por via judicial serem recuperados para o Fundo, o que afetaria sua rentabilidade e poderia levá-lo a perder parte do seu patrimônio.

12.6.4.5 *Guarda dos Documentos Comprobatórios pelo Cedente.* O Cedente é, na qualidade de fiel depositário, responsável pela guarda física dos Documentos Comprobatórios. Embora o Cedente tenha a obrigação de permitir ao Fundo e ao Custodiante livre acesso à referida documentação, a guarda de tais documentos pelo Cedente, ou por qualquer subcontratado, poderá representar dificuldade à verificação da constituição e performance dos Direitos Creditórios Cedidos, podendo gerar perdas ao Fundo e, conseqüentemente, aos seus Cotistas.

12.6.4.6 *Alteração do Regulamento.* O Regulamento pode ser alterado em conseqüência de normas legais ou regulamentares, por determinação da CVM ou por deliberação da Assembléia Geral. Tais alterações poderão afetar o modo de operação do Fundo e acarretar perdas patrimoniais ao Fundo.

12.6.4.7 *Ausência de Notificação aos Devedores.* A cessão de Direitos Creditórios objeto do Contrato de Cessão não será precedida pela notificação dos Devedores, pois os procedimentos de cobrança permanecerão os mesmos. No entanto, caso seja necessário alterar os mecanismos de cobrança, os Devedores não estão obrigados a realizar qualquer pagamento com relação aos Direitos Creditórios Cedidos diretamente ao Fundo até que sejam notificados da referida cessão. Nessa hipótese, o patrimônio do Fundo e a rentabilidade das Cotas poderiam ser afetados negativamente.

12.6.4.8 *Modalidade Recente de Investimento.* De acordo com a política de investimentos estabelecida no item 9.4 do Regulamento, o Fundo investirá seus recursos, preponderantemente, em modalidade de investimentos recentemente instituída no Brasil, consistente em direitos creditórios, sobre os quais inexistem dados históricos e estatísticos que possibilitem estimativa de retorno e previsão de desempenho do Fundo a médio e longo prazo para os investidores.

12.6.4.9 *Dação em Pagamento de Direitos Creditórios.* No caso de liquidação do Fundo, ordinária ou antecipada, em que a Assembléia Geral deliberar o resgate das Cotas mediante dação em pagamento de Direitos Creditórios Cedidos, os titulares de Cotas Seniores poderão encontrar dificuldades para (i) negociar os Direitos Creditórios recebidos; e/ou (ii) cobrar os Direitos Creditórios inadimplentes.



24 MAI 2003 237810

12.6.4.10 *Inexistência de Rendimento Predeterminado.* As Cotas Seniores serão valorizadas todo dia útil, conforme os critérios de distribuição de rendimentos da carteira do Fundo. Tais critérios visam definir qual parcela do patrimônio líquido do Fundo deve ser prioritariamente alocada aos titulares de Cotas Seniores na hipótese de amortização ou resgate de suas Cotas e não representam nem deverão ser considerados promessa ou garantia de rentabilidade aos Cotistas. Portanto, os cotistas somente receberão rendimentos se os resultados da carteira do Fundo assim permitirem.

12.6.4.11 *Perecimento ou roubo do veículo objeto do Financiamento.* Para a concessão dos Financiamentos aos Devedores não se exige que o veículo dado em garantia, tenha seguro contra roubo ou acidentes. As chances de recuperação de valores inadimplidos em processos de execução de dívidas garantidas por alienação fiduciária estão diretamente relacionadas à localização e ao valor do bem dado em garantia. Sendo assim, o roubo, furto ou perecimento de veículos dados em garantia de Direitos Creditórios cujos Devedores estejam inadimplentes poderá afetar negativamente a rentabilidade das Cotas.

12.6.4.12 *Carteira de Contratos Recente.* A Cedente passou a atuar no ramo de financiamento de veículos, e concessão de crédito mediante alienação fiduciária de veículos a partir de novembro de 2005. Por conta desse fato, é reduzido o histórico do desempenho da carteira dessa modalidade de crédito da Cedente, o que dificulta a previsão do desempenho e das taxas de inadimplência da carteira a ser cedida. Como um dos elementos que balizará a definição da taxa de desconto é a previsão de desempenho da carteira, é possível que se tal desempenho for avaliado de forma imprecisa, a taxa de desconto poderá ser menor do que a necessária para garantir o rendimento esperado do Fundo, o que causaria prejuízo aos Cotistas.

12.6.4.13 *Repasse de valores recuperados por escritórios de cobrança.* Conforme descrito no Anexo III deste Regulamento, a partir do 11º dia de atraso no pagamento de Direitos Creditórios Cedidos, serão acionados os escritórios de cobrança contratados pelo Agente de Cobrança para localizar os Devedores e empreender tentativa de negociação com os mesmos, com o fim de obter valores em atraso. Em caso de sucesso, os valores recuperados são recebidos pelos próprios escritórios de cobrança que, periodicamente, repassam tais valores ao Agente de Cobrança ou ao Fundo. O repasse de valores pelos escritórios de cobrança está sujeito a fraudes, desvios de valores por terceiros, atrasos e problemas operacionais. A ocorrência de quaisquer desses eventos poderia dificultar o recebimento do pagamento referente a Direitos Creditórios inadimplidos de titularidade do Fundo, ocasionando a redução do patrimônio do Fundo.



24 MAI 003237810

12.6.4.14 *Dificuldades na execução.* Os Direitos Creditórios cedidos ao Fundo são garantidos por alienação fiduciária de veículos. Havendo inadimplimento, os Devedores serão executados judicialmente. É possível que o veículo que garanta a dívida não seja encontrado, ou ainda que se encontrado, o preço obtido na venda seja insuficiente para cobrir o débito com o Fundo. Nesses casos, ainda restaria ao Fundo executar o restante do patrimônio do Devedor, o que, além de demorado, é na maioria dos casos pouco eficiente. Em virtude do disposto acima, o patrimônio do Fundo poderia ser afetado negativamente.

12.6.4.15 *Alteração da situação financeira dos Devedores.* A concessão de Financiamentos é precedida de verificação de registros de inadimplência junto ao SPC, à SERASA e às demais entidades que compõem o sistema de proteção ao crédito em relação aos respectivos Devedores. Os Direitos Creditórios Cedidos são oriundos de Financiamentos que possuem ao menos a primeira parcela paga pelo Devedor. É possível que a situação financeira do Devedor sofra deterioração no período entre a concessão do Financiamento e a efetiva cessão ao Fundo dos Direitos Creditórios dele originados. Como não se faz nova checagem da situação de inadimplência do Devedor previamente à cessão de Direitos Creditórios ao Fundo, é possível que o Fundo venha a adquirir Direitos Creditórios cujos Devedores estejam inadimplentes em relação a outras obrigações, e/ou negativados em entidades integrantes do sistema de proteção ao crédito.

12.6.4.16 *Falha operacional do Cedente.* A concessão de Financiamentos é realizada mediante verificação prévia do risco de crédito do Devedor. É possível que ocorra alguma falha operacional no momento de análise do risco de crédito do Devedor, ou da formalização do Financiamento cujos Direitos Creditórios foram cedidos ao Fundo (como não inclusão dos contatos do Devedor, ausência de assinatura da CCB, não inclusão da reserva do gravame do veículo financiado no SNG). Essas falhas operacionais poderiam dificultar, ou mesmo impedir a efetiva cobrança dos Direitos Creditórios, o que poderia afetar negativamente o patrimônio do Fundo.

### 13. COTAS DO FUNDO

13.1 As Cotas correspondem a frações ideais do patrimônio do Fundo e somente serão resgatadas ao término dos respectivos prazos de duração, ou em virtude da liquidação do Fundo, ou ainda por decisão da Assembleia Geral. As Cotas serão divididas em classes, conforme descrito na cláusula 14 abaixo.

13.2 A emissão de Cotas obedecerá aos parâmetros e requisitos abaixo



24 MAI 2003 237810

REGISTRADO

referidos.

13.2.1 As Cotas serão subscritas e integralizadas a partir da respectiva Data de Subscrição Inicial, que será determinada pela Instituição Administradora. Na subscrição de Cotas que ocorrer em dia diferente da respectiva Data de Subscrição Inicial, caso os recursos entregues pelo investidor sejam disponibilizados à Instituição Administradora até às 15h00, será utilizado o valor da Cota da mesma classe e/ou Série em vigor no próprio dia da efetiva disponibilidade dos recursos; caso os recursos entregues pelo investidor sejam disponibilizados à Instituição Administradora após 15h00, será utilizado o valor da Cota da mesma classe e/ou Série no dia útil subsequente ao da efetiva disponibilidade de recursos.

13.2.2 Primeira Emissão de Cotas Seniores – Na primeira emissão de Cotas, serão emitidas 4.000 (quatro mil) Cotas Seniores, com valor de R\$ 25.000,00 (vinte cinco mil reais) cada na Data de Subscrição Inicial, independentemente da classe.

13.2.3 Novas Emissões de Cotas Seniores – Fica a critério da Instituição Administradora a deliberação relativa a novas emissões e conseqüentes distribuições de Cotas Seniores (“Novas Emissões”) desde que:

- i) seja observada a Razão Mínima, na respectiva Data de Subscrição Inicial;
- ii) seja aprovado em assembléia por maioria simples dos titulares de Cotas Seniores em Circulação; e
- iii) seja emitido parecer pela Agência Classificadora de Risco, o qual deverá ser requerido pela Instituição Administradora, atestando que a Nova Emissão não afetará negativamente a classificação de risco das Cotas Seniores em Circulação.

13.2.3.1 É admitida a emissão e colocação privada de Cotas Subordinadas, a qualquer tempo, pela Instituição Administradora.

13.2.4 Será admitida a subscrição por um mesmo investidor de todas as Cotas emitidas. Não haverá, portanto, requisitos de dispersão das Cotas.

13.3 As Cotas serão escriturais e mantidas em conta de depósitos em nome de seus respectivos titulares.



24 MAI 003237810

13.3.1 A qualidade de condômino caracteriza-se pela abertura de conta de depósitos em nome do cotista.

13.3.2 É indispensável, por ocasião do ingresso do condômino no Fundo, sua adesão aos termos do presente Regulamento, através da assinatura do respectivo termo de ciência de risco e adesão ao Regulamento, bem como de declaração atestando a condição de Investidor Autorizado, se for o caso.

13.3.3 Para o cálculo do número de Cotas a que tem direito o investidor, não serão deduzidas do valor entregue à Instituição Administradora quaisquer taxas ou despesas.

13.4 As Cotas só podem ser colocadas por instituição integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários.

13.5 O valor mínimo de aplicação no Fundo será de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

13.6 Somente poderão adquirir as Cotas os Investidores Autorizados.

13.7 A integralização de Cotas pode ser efetuada por crédito em conta corrente em conta mantida no Custodiante ou por TED ou por meio da CETIP. A amortização e o resgate de Cotas podem ser efetuados por crédito em conta corrente, documento de ordem de crédito, TED, ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central do Brasil.

13.7.1 Admite-se o resgate de Cotas Seniores em Direitos Creditórios, na hipótese de liquidação antecipada do Fundo. O resgate de Cotas Subordinadas em Direitos Creditórios pode ocorrer a qualquer tempo.

13.7.2 Para fins do disposto no item anterior, durante a vigência da CPMF, os resgates em Direitos Creditórios serão efetivados por meio de qualquer mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central do Brasil, simultaneamente à compra, pelo cotista, de Direitos Creditórios, em valor correspondente ao líquido resgatado.

13.8 As Cotas serão registradas para negociação em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado, cabendo ao intermediário assegurar a condição de



24 MAI 003237810

Investidor Autorizado do adquirente das Cotas e a adesão deste aos termos do presente Regulamento.

#### 14. CLASSES DE COTAS

14.1 As Cotas serão seniores ou subordinadas.

14.2 Todas as Cotas de mesma classe e Série terão iguais taxas, despesas e prazos, bem como direitos de voto.

14.3 As Cotas Seniores são aquelas que não se subordinam às demais para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo, nos termos deste Regulamento.

14.3.1 Razão Mínima – A relação mínima entre o patrimônio líquido do Fundo e o valor das Cotas Seniores em Circulação é de 118,5% (cento e dezoito inteiros e cinco décimos por cento), que representa aproximadamente a proporção de 15,5% (quinze inteiros e cinco décimos por cento) de Cotas Subordinadas em relação ao patrimônio líquido do Fundo. Essa relação deve ser apurada todo dia útil, e ficará à disposição dos Cotistas na sede da Instituição Administradora.

14.3.2 Na hipótese de inobservância da Razão Mínima por período superior a 5 (cinco) dias, a Instituição Administradora deverá notificar imediatamente o Cedente sobre tal fato que, por sua vez, poderá exercer a faculdade de, em até 2 (dois) dias úteis contados do recebimento de referida notificação, subscrever e integralizar volume suficiente de Cotas Subordinadas para restabelecer a Razão Mínima, o qual será definido e informado pela Instituição Administradora. Ressalte-se que, nesse caso, o Cedente não tem qualquer obrigação de subscrever novas Cotas Subordinadas, mas tão somente a faculdade de fazê-lo.

14.4 As Cotas Subordinadas são aquelas que se subordinam às Cotas Seniores para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo, nos termos deste Regulamento. Somente ocorrerá a amortização das Cotas Subordinadas após a amortização das Cotas Seniores, ou conforme descrito no presente Regulamento. Somente ocorrerá o resgate das Cotas Subordinadas após o resgate das Cotas Seniores.

#### 15. VALORIZAÇÃO DAS COTAS DO FUNDO



24 MAI 003237810

15.1 As Cotas, independentemente da classe, serão valorizadas todo dia útil, conforme o disposto nesta cláusula. A valorização das Cotas ocorrerá a partir do dia útil seguinte à Data de Subscrição Inicial da respectiva Série, e a última valorização ocorrerá na data de resgate das Cotas.

15.2 A valorização da carteira do Fundo ocorrerá conforme o seguinte procedimento, desde que o patrimônio do Fundo assim permita:

- i) após o pagamento e provisionamento das despesas e encargos do Fundo, será incorporado ao valor de cada Cota Sênior, de forma proporcional e simultânea para cada Série, a título de valorização relativa ao dia útil imediatamente anterior, o valor apurado posteriormente à aplicação da fórmula descrita no Anexo IV deste Regulamento, no respectivo período; e
- ii) após a valorização acima descrita para as Cotas Seniores, o eventual excedente decorrente da avaliação da carteira do Fundo no período será incorporado proporcionalmente às Cotas Subordinadas.

15.3 A fórmula de cálculo do valor das Cotas Seniores, desde que o patrimônio do Fundo assim permita, tem como parâmetro as taxas médias diárias dos DI de um dia, e consta do Anexo IV deste Regulamento. O Fator Multiplicador aplicável a cada Série de Cotas Seniores consta no respectivo Suplemento.

15.3.1 Na hipótese de o valor das Cotas Subordinadas ser igual a zero, será incorporado ao valor de cada Cota Sênior, de forma simultânea e proporcional a participação de cada Série em relação ao patrimônio líquido do Fundo do dia útil anterior, o valor equivalente à variação patrimonial do Fundo também em relação ao dia útil anterior.

15.4 O procedimento de valorização das Cotas aqui estabelecido não constitui promessa de rendimentos, estabelecendo meramente uma preferência na valorização da carteira do Fundo, bem como critérios de valorização entre as Cotas das diferentes classes existentes. Portanto, os cotistas somente receberão rendimentos se os resultados da carteira do Fundo assim permitirem.

## 16. AMORTIZAÇÃO DAS COTAS

16.1 Os valores e prazos de amortização e carência aplicáveis às Cotas Seniores de cada uma das Séries a serem emitidas pelo Fundo deverão constar do



24 MAI 003237810

RECEBIMOS

Suplemento da respectiva Série.

16.2 As Cotas Subordinadas poderão ser amortizadas, a critério da Instituição Administradora, no primeiro dia útil subsequente à Data de Amortização das Cotas Seniores de qualquer Série, desde que: (i) haja recursos suficientes para tanto; (ii) seja observado o limite estabelecido pela Razão Mínima de Amortização; (iii) não tenha ocorrido e esteja em curso qualquer Evento de Avaliação ou Evento de Liquidação; e/ou (iv) não esteja em curso a liquidação antecipada do Fundo. Os eventos acima não impedirão a amortização das Cotas Subordinadas se anteriormente ou simultaneamente ocorrer o resgate total das Cotas Seniores.

16.2.1 A não ocorrência de determinada amortização de Cotas Subordinadas em razão do disposto no item anterior não prejudicará as outras amortizações de Cotas Subordinadas, desde que observada a Razão Mínima para Amortização ao tempo de cada amortização.

16.2.2 As Cotas Subordinadas também poderão ser amortizadas por decisão da Assembléia Geral.

16.2.3 A amortização de Cotas Subordinadas somente poderá ser realizada até o limite necessário à manutenção da Razão Mínima prevista no item 14.3.1 acima.

16.3 A Instituição Administradora poderá realizar a amortização compulsória e antecipada das Cotas Seniores, exclusivamente para fins de enquadramento do patrimônio do Fundo (i) à Razão Mínima, (ii) à Alocação Mínima em Direitos Creditórios, e/ou (iii) ao Excedente de Liquidez Máximo, caso o desenquadramento deste último perdure por mais de 20 (vinte) dias.

16.3.1 Na hipótese de a Amortização Compulsória ser decorrente da necessidade de re-enquadramento do patrimônio do Fundo à Razão Mínima, a Instituição Administradora deve, tão logo decida realizar a Amortização Compulsória, convocar Assembléia Geral.

16.3.2 Na hipótese de a Instituição Administradora decidir pela realização da Amortização Compulsória nos termos dos itens anteriores, o valor referente a tal amortização não será apurado pela fórmula definida no Suplemento das respectivas Séries, mas sim pelo valor necessário de enquadramento do Fundo, conforme previsto no item 16.3 acima. Os cotistas serão informados, inclusive sobre o valor total





24 MAI 003237810

envolvendo cada Amortização Compulsória, em até 5 (cinco) dias úteis da data em que se verificou a necessidade de realização da Amortização Compulsória.

16.3.3 Qualquer Amortização Compulsória afetará todos os cotistas titulares de Cotas Seniores, de forma proporcional às suas respectivas Cotas.

16.4 O procedimento previsto nesta cláusula não constitui promessa de rendimentos, estabelecendo meramente uma previsão de amortização e a preferência entre as diferentes classes de Cotas existentes. Portanto, as Cotas somente serão amortizadas se os resultados da carteira do Fundo assim permitirem.

## 17. RESERVA DE PAGAMENTO E DE LIQUIDEZ

17.1 A Instituição Administradora deverá constituir reserva para pagamento das amortizações das Cotas Seniores ("Reserva de Pagamento"). Para tanto, a Instituição Administradora deverá interromper a aquisição de novos Direitos Creditórios, de modo que:

- i) a partir de 60 (sessenta) dias antes de cada Data de Amortização de Cotas Seniores, e até 45 (quarenta e cinco) dias corridos antes de cada Data de Amortização de Cotas Seniores, o Fundo sempre mantenha em Disponibilidades (líquidas de quaisquer impostos, taxas, contribuições, encargos ou despesas de qualquer natureza) soma equivalente a 50,0% (cinquenta por cento) do valor futuro estimado da respectiva amortização; e
- ii) a partir de 30 (trinta) dias antes de cada Data de Amortização de Cotas Seniores, e até a data da efetiva amortização, o Fundo sempre mantenha em Disponibilidades (líquidas de quaisquer impostos, taxas, contribuições, encargos ou despesas de qualquer natureza) soma equivalente a 100,0% (cem por cento) do valor futuro estimado da respectiva amortização.

17.2 Uma vez constituída a Reserva de Pagamento, a Instituição Administradora poderá adquirir novos Direitos Creditórios.

17.3 Caso, uma vez constituída, a Reserva de Pagamento deixe de atender ao disposto nesta cláusula, a Instituição Administradora deverá interromper imediatamente a aquisição de novos Direitos Creditórios, com vistas à recomposição da Reserva de Pagamento.



24 MAI 003237810

17.4 Quando da execução dos procedimentos definidos nesta cláusula, a Instituição Administradora deverá priorizar a aquisição de ativos cujas datas de vencimento ou de resgate ou sua liquidez de mercado permitam o pagamento tempestivo das amortizações, sempre observada a política de investimento definida neste Regulamento.

17.5 O Fundo deverá sempre manter em Disponibilidades, líquidas de quaisquer impostos, taxas, contribuições, encargos ou despesas de qualquer natureza, soma equivalente a no mínimo 3,0% (três por cento) de seu patrimônio líquido. Tal soma não será considerada para fins de apuração da Reserva de Pagamentos.

17.6 Os procedimentos descritos nesta cláusula não constituem promessa ou garantia, por parte da Instituição Administradora, de que haverá recursos suficientes para a constituição da Reserva de Pagamento, representando apenas um objetivo a ser perseguido.

## 18. ORDEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

18.1 A partir da primeira Data de Subscrição Inicial das Cotas Seniores e até a liquidação do Fundo, sempre preservada a manutenção de sua boa ordem legal, administrativa e operacional, a Instituição Administradora obriga-se, por meio dos competentes débitos e créditos realizados nas contas correntes de titularidade do Fundo, a alocar os recursos decorrentes da integralização das Cotas e do recebimento de recursos provenientes da carteira do Fundo, na seguinte ordem:

- i) no pagamento de despesas e encargos de responsabilidade do Fundo, devidos nos termos deste Regulamento e da legislação aplicável;
- ii) na amortização das Cotas Seniores em Circulação, observados os termos e as condições do Regulamento;
- iii) na constituição da Reserva de Pagamento;
- iv) na constituição da Reserva de Liquidez;
- v) na amortização de Cotas Subordinadas, observados os limites, os termos e as condições deste Regulamento; e



24 MAI 2013 003237810

REGISTRADO

- vi) no pagamento do preço de aquisição dos Direitos Creditórios, em moeda corrente nacional.

18.2 Exclusivamente na hipótese de liquidação antecipada, os recursos decorrentes da integralização das Cotas e do recebimento dos ativos integrantes da carteira do Fundo serão alocados na seguinte ordem:

- i) no pagamento de despesas e encargos de responsabilidade do Fundo, devidos nos termos deste Regulamento e da legislação aplicável;
- ii) na amortização das Cotas Seniores, observados os termos e as condições do Regulamento e do respectivo Suplemento; e
- iii) na amortização de Cotas Subordinadas, observados os limites, os termos e as condições deste Regulamento.

## **19. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO E DAS COTAS DE CADA CLASSE**

19.1 Os ativos do Fundo terão seu valor calculado todo dia útil, mediante a utilização da metodologia abaixo referida de apuração do seu valor de mercado.

19.1.1 Os títulos de emissão do Tesouro Nacional, os títulos de emissão do Banco Central do Brasil terão seu valor de mercado apurado conforme a metodologia de avaliação descrita no manual de apreçamento de ativos do Custodiante, cujo teor está disponível a quaisquer Cotistas na sede da Instituição Administradora ou no sítio do Custodiante, <http://corporate.citibank.com.br>.

19.1.2 O valor de mercado dos Direitos Creditórios será obtido pela apuração dos preços praticados em mercados organizados nas operações realizadas com os mesmos tipos de ativos e que apresentem características semelhantes às das operações realizadas pelo Fundo, levando em consideração volume, coobrigação e prazo.

19.2 Enquanto não houver mercado ativo de direitos creditórios cujas características sejam semelhantes às dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, estes terão seu valor calculado, todo dia útil, pelos respectivos custos de aquisição acrescidos dos rendimentos auferidos, computando-se a valorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado do período.



24 MAI 2003 237810

19.2.1 A metodologia de avaliação dos Direitos Creditórios acima especificada é justificada pelos seguintes fatores:

- i) a inexistência de mercado organizado e ativo para os Direitos Creditórios da carteira do Fundo;
- ii) o Fundo é fechado;
- iii) a intenção de se manterem os Direitos Creditórios na carteira do Fundo até suas respectivas datas de vencimento; e
- iv) o Fundo é destinado exclusivamente para Investidores Autorizados.

19.2.2 Na hipótese de se verificar a existência de um mercado ativo de direitos creditórios cujas características sejam semelhantes às dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, estes passarão a ser avaliados pelo seu valor de mercado, conforme descrito no item 19.1.2 acima, e desde que a Instituição Administradora autorize, por escrito, a utilização do novo método de avaliação dos Direitos Creditórios.

19.2.3 São elementos que denotam a existência de um mercado ativo de direitos creditórios:

- i) a criação de segmento específico de negociação para tais ativos em bolsa ou em mercado de balcão organizado; e
- ii) a existência de negociações com direitos creditórios em volume financeiro relevante, com frequência e regularidade, de modo a conferir efetiva liquidez para os direitos creditórios.

19.3 As provisões e as perdas com Direitos Creditórios ou com outros ativos integrantes da carteira do Fundo serão, respectivamente, efetuadas ou reconhecidas nos termos da Resolução do CMN nº 2.682, de 12 de dezembro de 1999.

19.4 As Cotas de cada classe e Série do Fundo terão seu valor calculado todo dia útil.

19.4.1 O valor unitário das Cotas Seniores será o apurado conforme previsto nos itens 15.1, 15.2, 15.3 e 15.3.1 acima.

24 MAI 003237810

RECEBIDO

19.4.2 O valor unitário das Cotas Subordinadas será o resultado da divisão do eventual saldo remanescente do patrimônio líquido do Fundo, após a subtração do valor de todas as Cotas Seniores em Circulação, pelo número total de Cotas Subordinadas.

## 20. DESPESAS E ENCARGOS DO FUNDO

20.1 Constituem encargos do Fundo, além da taxa de administração prevista na cláusula 6 acima:

- i) tributos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo;
- ii) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas, previstas no presente Regulamento ou na regulamentação pertinente;
- iii) despesas com correspondências de interesse do Fundo, inclusive comunicações aos condôminos;
- iv) honorários e despesas do auditor encarregado da revisão das demonstrações financeiras e das contas do Fundo e da análise de sua situação e da atuação da Instituição Administradora;
- v) emolumentos e comissões pagas sobre as operações do Fundo;
- vi) honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o mesmo venha a ser vencido;
- vii) quaisquer despesas inerentes à constituição ou à liquidação do Fundo ou à realização de Assembléia Geral;
- viii) taxas de custódia de ativos do Fundo;
- ix) a contribuição anual devida às bolsas de valores ou à entidade do mercado de balcão organizado em que o Fundo tenha suas Cotas admitidas à negociação, na hipótese de vir a ser admitida a negociação das Cotas nesses mercados;



24 MAI 003237810

RECEBIDO

- x) despesas com a contratação de Agências Classificadoras de Risco; e
- xi) despesas com profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos condôminos.

20.2 Quaisquer despesas não previstas no item acima como encargos do Fundo devem correr por conta da Instituição Administradora.

## 21. ASSEMBLÉIA GERAL

21.1 É da competência da Assembléia Geral do Fundo:

- i) examinar, anualmente, as contas relativas ao Fundo e deliberar sobre as demonstrações financeiras apresentadas pela Instituição Administradora, em até 4 (quatro) meses contados do encerramento do exercício social;
- ii) alterar o disposto neste Regulamento;
- iii) deliberar sobre a substituição da Instituição Administradora;
- iv) deliberar sobre a substituição e/ou contratação de terceiro autorizado para exercer atividade de gestão da carteira do Fundo;
- v) eleger e destituir o(s) representante(s) dos cotistas, nos termos estabelecidos no item 21.3 abaixo;
- vi) deliberar sobre a elevação da taxa de administração praticada pela Instituição Administradora, inclusive na hipótese de restabelecimento de taxa que tenha sido objeto de redução;
- vii) deliberar sobre a fusão, incorporação, cisão ou liquidação do Fundo;
- viii) deliberar sobre a prorrogação do prazo de duração do Fundo;
- ix) deliberar sobre a alteração dos termos e condições do Contrato de Cessão;
- x) resolver se Eventos de Avaliação devem ser considerados como um Evento de Liquidação;



24 MAI 2003 237810

- xi) resolver se Eventos de Liquidação devem acarretar a liquidação antecipada do Fundo;
- xii) deliberar sobre a alteração do Fator Multiplicador da remuneração das Cotas Seniores;
- xiii) deliberar acerca da substituição da Taxa DI no evento de sua indisponibilidade por período superior a 30 (trinta) dias consecutivos ou por imposição legal;
- xiv) aprovar os procedimentos a serem adotados no resgate das Cotas mediante dação em pagamento de Direitos Creditórios;
- xv) deliberar sobre a substituição da Agência Classificadora de Risco;
- xvi) deliberar sobre a substituição do Custodiante; e
- xvii) deliberar sobre a substituição do Agente de Cobrança ou do Agente de Recebimento.

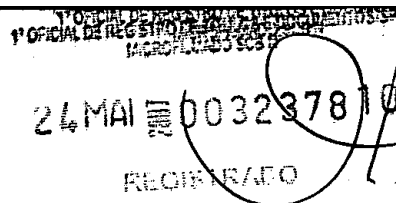
21.2 Estarão necessariamente sujeitas à aprovação prévia de titulares de 75,0% (setenta e cinco por cento) das Cotas Seniores em Circulação, observado o disposto no item 21.17 abaixo, as deliberações que se refiram a:

- i) alteração de vantagens ou criação de obrigações e deveres para as Cotas Subordinadas;
- ii) alteração da cláusula 18 deste Regulamento; e
- iii) assuntos descritos nos itens (i), (iii), (iv), (vii), (xiii), (xv), (xvi) e (xvii) do item 21.1 acima.

21.2.1 Dependerão de aprovação em Assembléia Geral que representem 95,0% (noventa e cinco por cento) das Cotas Seniores em Circulação, observado o disposto no item 21.17 abaixo, as deliberações que se refiram a:

- i) alteração da cláusula 9 deste Regulamento, ou que afete a política de investimento do Fundo, inclusive alteração da Alocação Mínima;
- ii) alteração da cláusula 10 deste Regulamento;





- iii) alteração da Razão Mínima;
- iv) alteração da cláusula 15 deste Regulamento, ou qualquer outro destinado a alterar a forma de valorização das Cotas ou o Anexo IV;
- v) alteração dos cronogramas de amortização das Cotas Seniores e Subordinadas;
- vi) alteração da cláusula 17 deste Regulamento, ou qualquer outro destinado a alterar as características da Reserva de Pagamento;
- vii) alteração da cláusula 19 deste Regulamento;
- viii) alteração da cláusula 20 deste Regulamento, bem como criação ou aumento de despesas e encargos ordinários do Fundo, nos limites estabelecidos pela Instrução nº 356/01, da CVM;
- ix) alteração da cláusula 21 deste Regulamento, inclusive no que concerne a direito de voto de cada classe e alterações de quoruns;
- x) criação de novos Eventos de Avaliação e de Liquidação Antecipada;
- xi) prorrogar o prazo das Cotas Seniores em Circulação;
- xii) exclusão do item 21.19.1 ou alteração que reduza o prazo para o início de vigência da deliberação da assembléia geral a que se refere; e
- xiii) assuntos descritos nos itens (vi), (ix), (xii) e (xiv) do item 21.1 acima.

21.2.2 Todas as deliberações para as quais não haja previsão expressa neste Regulamento serão tomadas em primeira convocação pela maioria das Cotas emitidas e, em segunda convocação, pela maioria das Cotas dos presentes na Assembléia Geral, observado o disposto no item 21.17.

21.3 A Assembléia Geral pode, a qualquer momento, nomear um ou mais representantes dos Cotistas para exercerem as funções de fiscalização e de controle gerencial das aplicações do Fundo, em defesa dos direitos e dos interesses dos cotistas.





24 MAI 2003 237810

21.4 Somente pode exercer as funções de representante dos cotistas pessoa física ou jurídica que atenda aos seguintes requisitos:

- i) ser cotista ou profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos cotistas;
- ii) não ser titular de Cotas Subordinadas;
- iii) não exercer cargo ou função na Instituição Administradora, em seus controladores, em sociedades por eles direta ou indiretamente controladas e em coligadas ou outras sociedades sob controle comum;
- iv) não exercer cargo da administração ou ser empregado do Cedente de direitos creditórios ao Fundo; e
- v) não exercer cargo de administração ou ser empregado dos controladores, diretos ou indiretos, do Cedente.

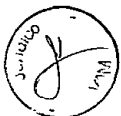
21.4.1 Os representantes dos cotistas eventualmente nomeados não farão jus, em nenhuma hipótese, ao recebimento de qualquer remuneração do Fundo, da Instituição Administradora, do Custodiante ou do Cedente para exercer tal função.

21.5 Este Regulamento poderá ser alterado independentemente de deliberação da Assembléia Geral em casos de alterações nas normas legais e regulamentares vigentes ou de determinação da CVM, hipótese em que deve ser providenciada a ciência aos cotistas da referida alteração no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data do protocolo da alteração deste Regulamento junto à CVM.

21.6 A convocação de Assembléia Geral será feita pela Instituição Administradora, mediante publicação de anúncio no periódico utilizado para divulgação das informações do Fundo.

21.7 A convocação deverá indicar dia, hora e local em que será realizada a Assembléia Geral e os assuntos a serem tratados.

21.8 A convocação da Assembléia Geral deverá ser feita com 10 (dez) dias de antecedência, no mínimo, contados da data de publicação do primeiro anúncio ou do envio aos cotistas de comunicação.



24 MAI 2003 237810

21.9 Não se realizando a Assembléia Geral, será publicado novo anúncio de segunda convocação, ou novamente providenciada a expedição aos cotistas de comunicação, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias.

21.10 Para efeito do disposto no item anterior, admite-se que a segunda convocação da Assembléia Geral seja providenciada juntamente com a primeira convocação.

21.11 Independentemente das formalidades previstas neste Regulamento, será considerada regular a Assembléia Geral a que comparecerem todos os cotistas.

21.12 Salvo motivo de força maior, a Assembléia Geral será realizada na sede da Instituição Administradora. Quando a Assembléia Geral não for realizada na sede da Instituição Administradora, as comunicações enviadas aos cotistas devem indicar, com clareza, o local da reunião, que em nenhuma hipótese pode realizar-se fora do município da sede da Instituição Administradora.

21.13 Além da reunião anual de prestação de contas, a Assembléia Geral poderá reunir-se por convocação da Instituição Administradora, a seu exclusivo critério, ou mediante solicitação à Instituição Administradora por cotistas que representem, no mínimo, 5,0% (cinco por cento) do total das Cotas emitidas.

21.14 As Assembléias Gerais serão instaladas com a presença de pelo menos um cotista.

21.15 Somente podem votar nas Assembléias Gerais os cotistas do Fundo, seus representantes legais ou procuradores legalmente constituídos há menos de um ano, observado o disposto no item 21.17 abaixo. A presidência das Assembléias Gerais caberá à Instituição Administradora, ressalvada a hipótese de deliberação em sentido diverso por parte dos cotistas presentes.

21.16 Será sempre assegurada a participação da Instituição Administradora em qualquer Assembléia Geral.

21.17 Não terão direito a voto na Assembléia Geral:

- i) a Instituição Administradora e seus empregados ou seus cônjuges ou parentes até segundo grau;



24 MAI 2003 2378/10

- ii) os controladores, diretos ou indiretos, administradores e empregados, ou seus cônjuges ou parentes até segundo grau, do Banco Paulista; e
- iii) as sociedades direta ou indiretamente controladas, coligadas ou sob controle comum do Banco Paulista ou de seus controladores, empregados, cônjuges ou parentes até segundo grau.

21.18 As decisões da Assembléia Geral devem ser divulgadas aos cotistas no prazo máximo de 30 (trinta) dias de sua realização.

21.19 As deliberações tomadas pelos cotistas, observados os quoruns de instalação e de deliberação estabelecidos neste Regulamento, serão válidas e eficazes e obrigarão tanto os titulares das Cotas Seniores quanto os titulares das Cotas Subordinadas, quer tenham comparecido à Assembléia Geral, e nela hajam se absterido de votar, inclusive na hipótese de exclusão do direito de voto, ou votado contra, quer não tenham comparecido.

21.19.1 A decisão da assembléia geral de cotistas que deliberar pela elevação da remuneração das Cotas Seniores somente será eficaz a partir do 36º (trigésimo sexto) dia a contar da data da respectiva deliberação.

## 22. INFORMAÇÕES OBRIGATÓRIAS E PERIÓDICAS

22.1 A Instituição Administradora deverá prestar, na forma e dentro dos prazos estabelecidos, todas as informações obrigatórias e periódicas constantes da presente cláusula, sem prejuízo de outras previstas neste Regulamento ou na regulamentação pertinente.

22.2 A Instituição Administradora deve encaminhar à CVM, no prazo de 10 (dez) dias da data da respectiva ocorrência:

- i) a data da primeira integralização de Cotas; e
- ii) a data do encerramento de cada distribuição de Cotas.

22.3 A Instituição Administradora deverá informar à CVM a data do encerramento de cada distribuição de Cotas.



26 MAI 2003 237810

22.4 A Instituição Administradora, por meio de seu diretor indicado, sem prejuízo do atendimento das determinações estabelecidas na regulamentação em vigor, deve elaborar demonstrativos trimestrais evidenciando ou indicando: (i) que as operações praticadas pelo Fundo estão em consonância com a política de investimento prevista neste Regulamento e com os limites de composição e de diversificação a ele aplicáveis; (ii) que as negociações foram realizadas a taxas de mercado; (iii) os procedimentos de verificação de lastro por amostragem no trimestre anterior adotados pelo Custodiante, incluindo a metodologia para seleção da amostra verificada no período; e (iv) os resultados da verificação do lastro por amostragem, realizada no trimestre anterior pelo Custodiante, explicitando, dentro do universo analisado, a quantidade e a relevância dos Direitos Creditórios inexistentes porventura encontrados.

22.4.1 Os demonstrativos referidos no item anterior devem ser enviados à CVM, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias contado do encerramento do respectivo período, e permanecer à disposição dos condôminos do Fundo, bem como ser examinados por ocasião da auditoria independente.

22.5 A Instituição Administradora deve manter disponíveis em sua sede e agência(s) e na sede das instituições que coloquem Cotas desse, o valor do patrimônio líquido do Fundo, o valor das Cotas de cada classe, as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil a que se referirem, a relação entre o patrimônio líquido do Fundo e o valor das Cotas Seniores, e o relatório da Agência Classificadora de Risco.

22.6 A Instituição Administradora é obrigada a divulgar, ampla e imediatamente, qualquer ato ou fato relevante relativo ao Fundo, de modo a garantir a todos os condôminos acesso às informações que possam, direta ou indiretamente, influir em suas decisões quanto à manutenção do investimento.

22.6.1 Cópia de qualquer comunicação relativa ao Fundo divulgada a terceiros ou condôminos deverão ser enviados simultaneamente à CVM.

22.6.2 Sem prejuízo de outras ocorrências relativas ao Fundo, considera-se fato relevante: (i) a alteração da classificação de risco das Cotas ou, quando houver, dos demais ativos integrantes da carteira do Fundo; (ii) a mudança ou a substituição do Custodiante; (iii) a ocorrência de eventos que afetem ou possam afetar os critérios de composição e os limites de diversificação da carteira do Fundo, bem como o comportamento da carteira de Direitos Creditórios, no que se refere ao histórico de pagamentos; e (iv) a ocorrência de atrasos na distribuição de rendimentos aos Cotistas.



24 MAI 2008 237810

22.6.3 A divulgação das informações previstas acima deve ser feita por meio de publicação no periódico utilizado para a divulgação de informações do Fundo e mantida disponível para os condôminos na sede e agência(s) da Instituição Administradora e nas instituições que coloquem Cotas.

22.7 A Instituição Administradora deve, no prazo máximo de 10 (dez) dias após o encerramento de cada mês, colocar à disposição dos condôminos, em sua sede e dependências, informações sobre:

- i) o número de Cotas de propriedade de cada um e o respectivo valor;
- ii) a rentabilidade do Fundo, com base nos dados relativos ao último dia do mês; e
- iii) o comportamento da carteira de Direitos Creditórios e demais ativos do Fundo, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e o realizado.

22.8 A Instituição Administradora deve colocar as demonstrações financeiras do Fundo à disposição de qualquer interessado que as solicitar, observados os seguintes prazos máximos:

- i) de 20 (vinte) dias após o encerramento do período a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras mensais; e
- ii) de 60 (sessenta) dias após o encerramento de cada exercício social, em se tratando de demonstrações financeiras anuais.

22.9 A Instituição Administradora deve enviar informe mensal à CVM, observando o prazo de 15 (quinze) dias após o encerramento de cada mês do calendário civil, com base no último dia útil daquele mês, as seguintes informações relativas ao Fundo:

- i) saldo das aplicações;
- ii) valor do patrimônio líquido;
- iii) rentabilidade apurada no período;
- iv) valor das Cotas de cada classe e quantidade de Cotas de cada classe em circulação;



24 MAI 2003 237810

- v) valores totais das captações e, se for o caso, dos resgates no mês referentes a cada classe de Cotas, considerados os valores efetivamente ingressados e retirados;
- vi) o comportamento da carteira de Direitos Creditórios, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e o realizado;
- vii) posições mantidas em mercados de derivativos; e
- viii) número de cotistas.

22.10 No prazo máximo de 10 (dez) dias contados de sua ocorrência, devem ser protocolados na CVM, pela Instituição Administradora, os documentos correspondentes aos seguintes atos relativos ao Fundo:

- i) alteração do Regulamento;
- ii) substituição da Instituição Administradora;
- iii) incorporação;
- iv) fusão;
- v) cisão; e
- vi) liquidação.

## 23. PUBLICAÇÕES

23.1 Todas as publicações mencionadas neste Regulamento serão feitas inicialmente no jornal "Gazeta Mercantil", com circulação nacional.

23.2 A Instituição Administradora poderá, a seu exclusivo critério, sem a necessidade de convocação de Assembléia Geral e alteração do presente Regulamento, alterar o periódico utilizado para efetuar as publicações relativas ao Fundo, devendo, nesse caso, informar previamente os cotistas sobre essa alteração.



24 MAI 003237810

REGISTRADO

## 24. LIQUIDAÇÃO DO FUNDO

24.1 O Fundo será liquidado, ordinariamente, em 31 de dezembro de 2017.

24.2 Caso no último dia útil do prazo de duração do Fundo, a totalidade das Cotas em circulação ainda não tenha sido resgatada mediante pagamento em moeda corrente nacional, as Cotas em circulação poderão ser resgatadas mediante a dação em pagamento da totalidade dos Direitos Creditórios Cedidos integrantes da carteira do Fundo.

## 25. EVENTOS DE AVALIAÇÃO E DE LIQUIDAÇÃO ANTECIPADA

25.1 São considerados Eventos de Avaliação quaisquer das seguintes ocorrências:

- i) rebaixamento da classificação de risco das Cotas Seniores para índice menor que Aa3.br;
- ii) renúncia da Instituição Administradora à administração do Fundo, nos termos da cláusula 8 acima;
- iii) inobservância pela Instituição Administradora de seus deveres e obrigações previstos neste Regulamento, verificada pelo Custodiante ou pelo representante dos Condôminos, desde que, notificada por qualquer deles para sanar ou justificar o descumprimento, a Instituição Administradora não o fizer no prazo de 2 (dois) dias úteis contado do recebimento da referida notificação;
- iv) inobservância pelo Custodiante dos deveres e das obrigações previstas neste Regulamento e no Contrato de Custódia, desde que, verificada e notificada pela Instituição Administradora ou pelo representante dos Cotistas para sanar ou justificar o descumprimento, o Custodiante não o fizer no prazo de 2 (dois) dias úteis a contar do recebimento da notificação;
- v) inobservância pelo Agente de Recebimento ou pelo Agente de Cobrança, dos deveres e das obrigações previstas nos respectivos contratos, desde que, se notificados pelo Custodiante ou pela Instituição Administradora para sanarem ou justificarem o descumprimento, não o fizerem no prazo de 2 (dois) dias úteis contado do recebimento da referida notificação;



24 MAI 2000 003237810

- vi) não pagamento, em até 2 (dois) dias, contados de cada Data de Amortização de Cotas Seniores, do valor integral da amortização de qualquer Cota Sênior;
- vii) amortização de Cotas Subordinadas em desacordo com o disposto neste Regulamento;
- viii) resilição do Contrato de Custódia, ou do contrato de guarda dos documentos que amparam os Direitos Creditórios Cedidos, se houver;
- ix) caso a Agência Classificadora de Risco não divulgue a atualização trimestral da classificação de risco referente às Cotas Seniores por prazo igual ou superior a 45 (quarenta e cinco) dias;
- x) renúncia do Custodiante;
- xi) caso a Taxa DI seja maior ou igual a 115,0% (cento e quinze por cento) da Taxa DI do dia útil imediatamente anterior;
- xii) ocorrência de qualquer Evento de Revisão, nos termos definidos no Contrato de Cessão;
- xiii) não constituição da Reserva de Pagamento ou caso os limites estabelecidos para Reserva de Pagamento não sejam atendidos pelo prazo de 60 (sessenta) dias úteis consecutivos;
- xiv) não constituição da Reserva de Liquidez ou caso os limites estabelecidos para Reserva de Liquidez não sejam atendidos pelo prazo de 60 (sessenta) dias úteis consecutivos;
- xv) caso, no relatório de verificação a ser elaborado pelo Auditor, constem inexatidões ou incongruências em relação às informações fornecidas pelo Banco Paulista com relação a 2,0% (dois por cento) ou mais dos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo desde a última verificação;
- xvi) caso a Instituição Administradora verifique que a inadimplência (atrasos de até 30 (trinta) dias) dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo esteja superior a 12,0% (doze por cento);





24 MAI 2000 003237810

- xvii) caso a Instituição Administradora verifique que a inadimplência (atrasos entre 31 (trinta e um) e 120 (cento e vinte) dias) dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo esteja superior a 7,0% (sete por cento);
- xviii) caso a Instituição Administradora verifique que a inadimplência (atrasos entre 121 (cento e vinte e um) e 180 (cento e oitenta) dias) dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo esteja superior a 5,0% (cinco por cento);
- xix) caso a Instituição Administradora verifique que a inadimplência (atrasos com 181 (cento e oitenta e um) dias ou mais) dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo esteja superior a 4,0% (quatro por cento);
- xx) caso a Instituição Administradora entenda que há uma situação de risco relevante em potencial para o Fundo não prevista neste Regulamento;
- xxi) inobservância, por 5 (cinco) dias úteis consecutivos, da Razão Mínima;
- xxii) rescisão do Contrato de Cessão;
- xxiii) pedido de rescisão do Contrato de Cessão pelo Cedente; e
- xxiv) inobservância dos critérios de elegibilidade em relação aos percentuais de concentração máxima da carteira de Direitos Creditórios por Devedor e por tipo de veículo, estabelecidos no item 10.1 deste Regulamento;
- xxv) caso a Instituição Administradora verifique, desde a data de constituição do Fundo, que o valor total de recompras de Direitos Creditórios Cedidos, realizados pelo Cedente, seja igual ou superior a 20,0% (vinte por cento) do valor original de emissão das Cotas Seniores emitidas;
- xxvi) caso a Instituição Administradora verifique, desde a data de constituição do Fundo, que o valor total de Pré-pagamento e de devoluções amigáveis de veículos, relativos a Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, seja igual ou superior a 6,0% (seis por cento) do valor original de emissão das Cotas Seniores emitidas;
- xxvii) exceto nos últimos 6 (seis) meses do prazo de duração do Fundo ou da série remanescente de Cotas Seniores, caso a Instituição Administradora verifique que



24 MAI 003237810

as despesas do Fundo foram superiores a 1,50% (um inteiro e cinquenta centésimos por cento) do patrimônio líquido do Fundo; e

xxviii) caso, em 3 (três) Datas de Verificação alternadas ou 2 (duas) Datas de Verificação consecutivas, em um período de 12 (doze) meses, não seja observado o limite mínimo 4,0% (quatro por cento) de Excesso de Spread, calculado pelo Custodiante a cada Data de Verificação, como:

$$ES = TPA - TPP - DF$$

onde:

“TPA” = a taxa ponderada do ativo, calculada com base nas taxas de remuneração dos ativos integrantes do Fundo. Consiste na variação de remuneração média anualizada, ponderada por volume, de todos os bens e direitos integrantes da carteira do Fundo; e

“TPP” = a taxa ponderada do passivo, calculada com base nas taxas de remuneração de todas as séries de Cotas Seniores em Circulação. Consiste na remuneração média anualizada, ponderada por volume das Cotas Seniores em Circulação em relação ao patrimônio líquido do Fundo.

“DF” percentual obtido pela divisão das despesas previstas para os 12 (doze) meses subsequentes pelo patrimônio líquido do Fundo.

25.1.1 Sem prejuízo do disposto no subitem “xxviii” acima, não será exigido o atendimento do limite mínimo de Excesso de Spread durante os 2 (dois) primeiros meses subsequentes à primeira Data de Subscrição Inicial.

25.1.2 Sem prejuízo do disposto no item 25.1.3 abaixo, na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Avaliação, o Fundo interromperá os procedimentos de aquisição de Direitos Creditórios e a Instituição Administradora convocará imediatamente uma Assembléia Geral, a ser realizada em até 20 (vinte) dias corridos contados da data do evento, a qual decidirá se tal Evento de Avaliação deve ser considerado como um Evento de Liquidação.



24 MAI 2003 237810

25.1.3 Caso a Assembléia Geral de que trata o item acima deliberar que qualquer dos Eventos de Avaliação constitui um Evento de Liquidação, a liquidação do Fundo observará os procedimentos descritos no item 25.6 abaixo.

25.1.4 Caso o Evento de Avaliação não seja entendido pela Assembléia Geral com um Evento de Liquidação, o Fundo poderá reiniciar o processo de aquisição de Direitos Creditórios, nos termos do Contrato de Cessão.

25.1.5 O direito dos Cotistas Subordinados ao recebimento de qualquer pagamento referente à amortização das Cotas Subordinadas ficará suspenso durante o período compreendido entre a data de ocorrência de qualquer dos Eventos de Avaliação até (i) a data da deliberação, pela Assembléia Geral de que o Evento de Avaliação não dá causa à liquidação antecipada do Fundo, independentemente da implementação de eventuais ajustes aprovados pelos cotistas na referida Assembléia Geral ou (ii) a data em que todos os valores devidos aos Cotistas titulares de Cotas Seniores tiverem sido integralmente pagos pelo Fundo, caso se decida na referida Assembléia Geral pela liquidação antecipada do Fundo.

25.1.6 Para fins de verificação do disposto nos itens 25.1 (xvi), (xvii), (xviii) e (xix) a Instituição Administradora deverá calcular no último dia útil de cada mês a média da inadimplência dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo do mês imediatamente anterior. Entende-se por inadimplência, para fins deste item, a razão entre o somatório dos valores dos Direitos Creditórios vencidos e não pagos dividido pelo somatório dos valores da totalidade dos Direitos Creditórios vencidos, na respectiva data de apuração.

25.2 Será convocada Assembléia Geral para deliberar sobre a liquidação antecipada do Fundo na ocorrência de qualquer das hipóteses abaixo indicadas:

- i) pedido ou decretação de falência, intervenção, liquidação extrajudicial, regime especial de administração temporária ou regimes semelhantes com relação (a) ao Cedente; e/ou (b) ao Agente de Recebimento; e/ou (c) à Instituição Administradora; e/ou (d) a quaisquer sociedades controladoras diretas das pessoas referidas anteriormente;
- ii) rescisão do Contrato de Custódia sem a conseqüente substituição por nova instituição prestadora desse serviço no prazo de 30 (trinta) dias;
- iii) se for deliberado que um Evento de Avaliação constitui Evento de Liquidação;



24 MAI 003237810

- iv) na hipótese de a Assembléia Geral de condôminos não chegar a acordo comum referente à substituição da Taxa DI, na ausência de sua apuração e/ou divulgação por prazo superior a 30 (trinta) dias corrido ou, ainda, no caso de sua extinção por imposição legal; e
- v) comprovação de que o Cedente tenha reiterada e/ou dolosamente oferecido ao Fundo, Direitos Creditórios inexistentes, ou que já haviam sido cedidos a terceiros.

25.3 Sem prejuízo do item acima, na hipótese de ocorrência de qualquer Evento de Liquidação, a Instituição Administradora imediatamente (i) notificará tal fato aos cotistas e (ii) interromperá a aquisição de Direitos Creditórios.

25.4 Na hipótese de (i) não instalação da Assembléia Geral por falta de *quorum*, ou (ii) aprovação pelos Cotistas sobre a liquidação antecipada do Fundo, a Instituição Administradora deverá iniciar os procedimentos referentes à liquidação do Fundo.

25.5 Na hipótese de a Assembléia Geral deliberar pela não liquidação antecipada do Fundo, será concedido aos Cotistas Seniores que não concordarem com a decisão, o resgate antecipado de suas Cotas, conforme regras a serem definidas na Assembléia Geral. Em qualquer hipótese, os Cotistas Dissidentes deverão ter o resgate de suas Cotas efetuado no mínimo após o decurso de 90 (noventa) dias contados da data da Assembléia Geral referida acima. O resgate dos Cotistas Dissidentes será pelo valor da Cota Sênior do dia útil do efetivo pagamento.

25.6 Caso a Assembléia Geral delibere a liquidação antecipada do Fundo, todas as Cotas serão resgatadas, observados os seguintes procedimentos:

- i) a Instituição Administradora não adquirirá mais Direitos Creditórios e outros ativos para o Fundo; todos os recursos em moeda corrente serão utilizados para o resgate das Cotas;
- ii) as Cotas Seniores terão prioridade no resgate sobre as Cotas Subordinadas; portanto, todos os recursos, Direitos Creditórios e Ativos de Liquidez disponíveis no patrimônio do Fundo serão prioritariamente alocados para o resgate das Cotas Seniores, de forma *pro rata* e mediante a observância de igualdade de condições entre todas as Cotas Seniores; e



24 MAI 2003 237810

- iii) as Cotas Subordinadas somente serão resgatadas após o resgate integral de todas as Cotas Seniores, sendo então pago a cada Cota Subordinada o valor correspondente à fração respectiva no eventual saldo remanescente do patrimônio do Fundo.

25.6.1 Com o intuito de racionalização do procedimento de resgate de Cotas descrito no item anterior, a Instituição Administradora poderá postergar pagamentos aos cotistas até que o total de recursos disponíveis seja equivalente ao mínimo de R\$1.000,00 (hum mil reais) por Cota, exceto na hipótese de o valor dos recursos disponíveis já ser suficiente para o integral resgate das Cotas Seniores e/ou Subordinadas.

25.7 A Assembléia Geral deverá definir o período máximo durante o qual as Cotas Seniores deverão ser resgatadas, que não poderá exceder o prazo de duração de tais Cotas. Caso no último dia útil desse prazo a totalidade das Cotas Seniores ainda não tenha sido resgatada mediante pagamento em moeda corrente nacional, as Cotas Seniores e as Cotas Subordinadas em circulação poderão ser resgatadas mediante a dação em pagamento da totalidade dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, para tanto, deverá ser convocada Assembléia Geral para definir o procedimento a ser adotado.

25.7.1 Qualquer entrega de Direitos Creditórios para fins de pagamento de resgate aos titulares de Cotas será realizada por rateio, considerando o número de Cotas detido por cada cotista na ocasião, e priorizando-se o resgate das Cotas Seniores.

25.7.2 Na hipótese de a Assembléia Geral referida no item 25.7 não chegar a acordo referente aos procedimentos de dação em pagamento dos Direitos Creditórios para fins de pagamento de resgate das Cotas, os Direitos Creditórios serão dados em pagamento aos titulares das Cotas Seniores até o limite do valor destas, mediante a constituição de um condomínio, cuja fração ideal de cada titular de Cotas Seniores será calculada de acordo com a proporção de Cotas Seniores detida por cada titular sobre o valor total das Cotas Seniores em Circulação à época. Os eventuais Direitos Creditórios remanescentes após a liquidação de todos os valores devidos aos titulares de Cotas Seniores serão entregues aos titulares de Cotas Subordinadas, proporcionalmente à sua participação no remanescente do patrimônio do Fundo. Feitos tais procedimentos, a Instituição Administradora estará desobrigada em relação às responsabilidades estabelecidas neste Regulamento, ficando autorizada a liquidar o Fundo perante as autoridades competentes.



24 MAI 2000 3237810

25.7.3 A Instituição Administradora deverá notificar os titulares das Cotas Seniores, para que elejam um administrador para o referido condomínio de Direitos Creditórios, na forma do artigo 1.323 do Código Civil Brasileiro, informando a proporção de Direitos Creditórios a que cada titular de Cotas Seniores fará jus, sem que isso represente qualquer responsabilidade da Instituição Administradora perante os cotistas após a constituição do condomínio de que trata o item anterior.

25.7.4 Caso os titulares das Cotas Seniores não procedam à eleição do administrador do condomínio referido no item 25.7.3, essa função será exercida pelo titular de Cotas Seniores que detenha a maioria das Cotas Seniores em Circulação.

25.7.5 O Custodiante e/ou empresa por ele contratada fará a guarda dos Direitos Creditórios Cedidos e dos respectivos Documentos Comprobatórios pelo prazo improrrogável de 10 (dez) dias (contado da notificação referida no item 25.7.3 acima), dentro do qual o administrador do condomínio indicará à Instituição Administradora e ao Custodiante, hora e local para que seja feita a entrega dos Direitos Creditórios e Documentos Comprobatórios. Expirado este prazo, a Instituição Administradora poderá promover a consignação da documentação relativa aos Direitos Creditórios Cedidos, na forma do artigo 334 do Código Civil Brasileiro.

25.8 A liquidação do Fundo será gerida pela Instituição Administradora, observado o que dispõe este Regulamento ou o que for deliberado na Assembléia Geral.

## 26. DISPOSIÇÕES GERAIS

26.1 Para fins do disposto neste Regulamento, considera-se o correio eletrônico como forma de correspondência válida nas comunicações entre a Instituição Administradora, o Custodiante, o Cedente e os cotistas.

26.2 Para efeitos do disposto nesse Regulamento, entende-se por dia útil qualquer dia que não seja sábado, domingo ou dias declarados como feriados no âmbito nacional. Caso as datas em que venham a ocorrer eventos nos termos deste Regulamento não forem dia útil, conforme definição deste artigo, considerar-se-á como a data do referido evento o dia útil imediatamente seguinte.

26.3 As demonstrações financeiras anuais do Fundo serão auditadas pela KPMG e estarão sujeitas às normas contábeis expedidas pela CVM. Enquanto a CVM não editar tais normas, aplicam-se ao Fundo as disposições do COSIF.



1º OFFÍCIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
11.025.1400/2008

24 MAI 2008 003237810

REGISTRADO

26.4 O Fundo terá escrituração contábil própria.

26.5 O exercício social do Fundo tem duração de um ano, encerrando-se em 31 de março de cada ano, sendo que o primeiro exercício social do Fundo encerrar-se-á em 31 de março de 2008.

26.6 Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Regulamento.



24 MAI 003237810

ANEXO I

REGISTRADO

*Este Anexo é parte integrante do Regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Paulista – Veículos, constituído pela Votorantim Asset Management DTVM Ltda.*

**DESCRIÇÃO DA NATUREZA DOS DIREITOS CREDITÓRIOS, DOS PROCESSOS DE ORIGNAÇÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS E DA POLÍTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO ADOTADA PELO BANCO PAULISTA**

1. Natureza

1.1 Os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo são originados dos Financiamentos concedidos pelo Banco Paulista a Devedores, representados por CCBs. O modelo utilizado de CCB está reproduzido no Anexo II.

2. Correspondentes Bancários

2.1 O Banco Paulista tem contrato com correspondentes bancários (“Correspondentes”) que auxiliam no processo de originação da totalidade de Direitos Creditórios. Os Correspondentes são responsáveis, dentre outras, pelas seguintes atividades: (a) encontrar lojas de revenda e concessionárias de veículos (“Lojas”) interessadas na concessão de financiamento para seus clientes; (b) fazer a análise prévia da situação financeira e do histórico das Lojas, e caso entenda que se enquadrem no perfil admitido pelo Banco Paulista, encaminhar a documentação ao departamento responsável do Banco Paulista para análise e eventual aprovação da Loja; e (c) fazer análise prévia de toda informação necessária à aprovação de crédito de cada cliente, e caso entenda que a informação apresentada está de acordo com os parâmetros pré-estabelecidos, encaminhá-la para análise do Banco Paulista.

3. Processo de Originação

3.1 São duas as formas de acesso a financiamentos de veículos do Banco Paulista disponíveis aos interessados. A primeira delas é por meio das Lojas já cadastradas no Banco Paulista. A outra, entrando em contato diretamente com os Correspondentes.

3.2 Os Correspondentes e as Lojas dispõem de fichas cadastrais padronizadas para preenchimento com informações e referências pessoais, profissionais





24 MAI 2003 237810

e comerciais relativas às pessoas, físicas ou jurídicas, interessadas em contratar empréstimos para financiar a compra de veículos ("Clientes").

3.2.1 Se preenchida pela Loja, a ficha é imediatamente encaminhada por fax, ou pelo sistema eletrônico padrão do Banco Paulista ("PaulistaWeb") ao Correspondente responsável.

3.3 Caso a ficha seja recebida por fax, o Correspondente deverá migrar as informações nela contidas para o PaulistaWeb.

3.4 Depois de preenchê-la ou recebê-la da Loja pelo PaulistaWeb, o correspondente bancário realiza a análise das informações apresentadas e encaminha a ficha cadastral do Cliente, também pelo PaulistaWeb, ao setor de análise de crédito da filial ou da matriz do Banco Paulista, conforme o caso, que, por sua vez, dará início à análise de crédito, na forma descrita na cláusula 4 abaixo.

3.4.1 Os pedidos de financiamento de veículos leves, cujo valor de crédito seja superior a R\$ 10.000,00 (dez mil reais), são encaminhados pela filial à matriz do setor de análise de crédito, que terá exclusiva competência para analisar e autorizar a concessão destes financiamentos. Independentemente do valor do crédito, os pedidos de financiamento de veículos pesados somente são analisados e aprovados pela matriz.

3.4.2 Aprovado o crédito e existindo interesse do cliente em realizar o financiamento, o Correspondente enviará por fax, ao setor de formalização de crédito do Banco Paulista, situada na matriz do banco, cópia dos documentos apresentados pelo Cliente. Além dos Documentos Comprobatórios, são encaminhados os seguintes documentos: (a) no caso de pessoa física, documento de identidade, CPF, comprovante de residência recente, comprovante de renda e outros documentos eventualmente especificados pela área de crédito; e (b) no caso de pessoa jurídica, ato constitutivo e respectivas alterações, ata de eleição da atual diretoria, cartão de CNPJ/MF e outros documentos eventualmente especificados pela área de crédito.

3.5 Na data deste Regulamento, o Banco Paulista contava com 7 (sete) filiais de análise de créditos, localizados em Campinas, Ribeirão Preto, São José do Rio Preto, Curitiba, Belo Horizonte, Uberlândia e Recife, e a matriz, localizada na sua sede.

#### 4. Política de Concessão de Crédito



24 MAI 003237810

4.1 Uma vez recebida a ficha cadastral do Cliente, o Banco Paulista inicia o procedimento de análise de crédito, que consiste em: (a) consulta ao SCPC e/ou ao SERASA, ou ao Sisbacen (neste último caso, somente quando o valor do Financiamento for igual ou superior a R\$20.000,00), (b) verificação das referências e informações residenciais, comerciais e bancárias declaradas, (c) verificação das referências utilizadas para avaliação do valor do veículo, (d) realização de outras verificações por meio de pesquisas a páginas da internet de fácil consulta, tais como a da Receita Federal, e (e) quando solicitado ao Correspondente, checagem *in loco* de informações. Quando a checagem *in loco* não é solicitada, o procedimento de análise é concluído em aproximadamente 1 (uma) hora.

4.2 Nos casos em que, após a checagem da área de análise de crédito, se verifica a existência de peculiaridades que impedem a aprovação automática do crédito, o pedido é encaminhado para alçada decisória superior, designada de acordo com o valor do financiamento sob análise.

4.2.1 Pedidos de financiamento no valor de até R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) podem ser aprovados pelo analista da mesa de crédito da matriz. Acima deste valor e até R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), somente o supervisor da mesa de crédito poderá autorizar a concessão do financiamento. Caso seja superior a \$ 30.000,00 (trinta mil reais), o pedido de financiamento será analisado pela gerência de crédito do Banco Paulista, que poderá: (i) aprovar financiamentos de até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais); ou (ii) encaminhar parecer ao comitê de crédito do Banco Paulista, recomendando ou não a concessão de financiamento superior a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), que deliberará pela aprovação ou não do pedido de financiamento.

4.3 Após a aprovação do pedido de financiamento pelo Banco Paulista, o Correspondente responsável pela operação entra em contato com o Cliente para formalizar a CCB, que contém as condições do Financiamento.

4.4 Com a CCB assinada pelo Cliente, o Banco Paulista realiza consulta ao Departamento de Trânsito (DETRAN) do Estado em que o veículo objeto do financiamento está registrado e ao Megadata, para certificação da inexistência de restrições ao veículo.

4.5 Concluído com sucesso a etapa acima descrita, é gravada a reserva da alienação fiduciária do veículo em favor do Banco Paulista junto ao SNG (Megadata), após a qual é autorizada a liberação de pagamento do financiamento ao proprietário do veículo.



24 MAI 2000 003237810

RECEBIMENTO

4.6 Realizado o pagamento pelo Banco Paulista, é gerado um carnê contendo os boletos bancários relativos às parcelas mensais de pagamento do respectivo financiamento, sendo que o recebimento dos boletos é confirmado por meio de contato telefônico (Pós Venda) realizado pelo Banco Paulista com o Devedor, até o 10º dia que antecede o vencimento da primeira parcela.



1º OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS/SP  
MICROFILMADO 5577

24 MAI 2010 003237810

ANEXO II

REGISTRAR/EO

*Este Anexo é parte integrante do Regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Paulista – Veículos, constituído pela Votorantim Asset Management DTVM Ltda.*

#### MODELO DA CCB E DA FICHA CADASTRAL DO DEVEDOR



24 MAI 003237810

**BANCO PAULISTA**

**Ficha Cadastral**

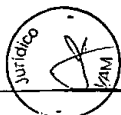
☐ Financiamento ☐ Veículo Leve ☐ Financiamento  
☐ Avalista ☐ Veículo Pesado ☐ Financiamento  
☐ Imóvel ☐ Reatendimento

Código Nome da Loja		Vendedor		Registro		Promotor	
<b>Dados do Cliente</b> Pessoa <input type="checkbox"/> Física <input type="checkbox"/> Jurídica <input type="checkbox"/> CPF / CNPJ <input type="checkbox"/> RG nº <input type="checkbox"/> Natureza (Cidade) <input type="checkbox"/> UF <input type="checkbox"/> Sexo <input type="checkbox"/> Masculino <input type="checkbox"/> Feminino <input type="checkbox"/> Nome do Pai <input type="checkbox"/> Nome da Mãe <input type="checkbox"/> Grau de Instrução <input type="checkbox"/> Superior <input type="checkbox"/> Outros <input type="checkbox"/> N° de Dependentes <input type="checkbox"/> E-mail <input type="checkbox"/> Endereço (Rua, Av. etc.) <input type="checkbox"/> N° <input type="checkbox"/> Complemento <input type="checkbox"/> Bairro <input type="checkbox"/> CEP <input type="checkbox"/> UF <input type="checkbox"/> DDD <input type="checkbox"/> Telefone Residencial <input type="checkbox"/> Tipo Telefone <input type="checkbox"/> Abogado <input type="checkbox"/> Escrivão <input type="checkbox"/> Não Possui <input type="checkbox"/> DDD <input type="checkbox"/> Celular <input type="checkbox"/> Tempo na Residência Atual <input type="checkbox"/> Tempo na Residência Anterior <input type="checkbox"/> Tipo de Residência Atual <input type="checkbox"/> Alugada <input type="checkbox"/> Própria <input type="checkbox"/> País <input type="checkbox"/> Outros <input type="checkbox"/> Valor do Casa/Valor do Aluguel <input type="checkbox"/> Valor do Ônus <input type="checkbox"/> <b>Dados Profissionais</b> Empresa onde trabalha <input type="checkbox"/> CNPJ (se for sócio/proprietário) <input type="checkbox"/> Data de Admissão <input type="checkbox"/> Profissão <input type="checkbox"/> Cargo <input type="checkbox"/> Ocupação <input type="checkbox"/> Assalariado <input type="checkbox"/> Prof. Liberal <input type="checkbox"/> Autônomo <input type="checkbox"/> Renda/Salário <input type="checkbox"/> Outras Rendas <input type="checkbox"/> Endereço Comercial (Rua, Av. etc.) <input type="checkbox"/> N° <input type="checkbox"/> Bairro <input type="checkbox"/> Cidade <input type="checkbox"/> CEP <input type="checkbox"/> UF <input type="checkbox"/> DDD <input type="checkbox"/> Telefone <input type="checkbox"/> Ramal <input type="checkbox"/> Empresa Anterior <input type="checkbox"/> Tempo de Serviço <input type="checkbox"/> Endereço (Rua, Av. etc.) <input type="checkbox"/> DDD <input type="checkbox"/> Telefone Comercial <input type="checkbox"/> <b>Dados do Cônjuge</b> Nome Completo <input type="checkbox"/> Data Nascimento <input type="checkbox"/> CPF / CNPJ <input type="checkbox"/> RG nº <input type="checkbox"/> Empresa onde trabalha <input type="checkbox"/> CNPJ <input type="checkbox"/> Data de Admissão <input type="checkbox"/> Profissão <input type="checkbox"/> Cargo <input type="checkbox"/> Ocupação <input type="checkbox"/> Assalariado <input type="checkbox"/> Prof. Liberal <input type="checkbox"/> Autônomo <input type="checkbox"/> Renda/Salário <input type="checkbox"/> Outras Rendas <input type="checkbox"/> Endereço Comercial (Rua, Av. etc.) <input type="checkbox"/> N° <input type="checkbox"/> Bairro <input type="checkbox"/> Cidade <input type="checkbox"/> CEP <input type="checkbox"/> UF <input type="checkbox"/> DDD <input type="checkbox"/> Telefone <input type="checkbox"/> Ramal <input type="checkbox"/> <b>Referências Pessoais / Comerciais</b> Nome 1 <input type="checkbox"/> DDD <input type="checkbox"/> Telefone <input type="checkbox"/> Nome 2 <input type="checkbox"/> DDD <input type="checkbox"/> Telefone <input type="checkbox"/> <b>Referências Bancárias</b> N° Banco <input type="checkbox"/> Nome do Banco <input type="checkbox"/> N° Agência <input type="checkbox"/> N° C/C <input type="checkbox"/> N° C/C <input type="checkbox"/> <b>Bens Pessoais</b> Descrição do Bem 1 <input type="checkbox"/> Valor do Bem 1 <input type="checkbox"/> Ônus do Bem 1 <input type="checkbox"/> Descrição do Bem 2 <input type="checkbox"/> Valor do Bem 2 <input type="checkbox"/> Ônus do Bem 2 <input type="checkbox"/> <b>Dados do Veículo</b> Garanta <input type="checkbox"/> Marca <input type="checkbox"/> Financiada <input type="checkbox"/> Tipo de Veículo <input type="checkbox"/> Automotivo <input type="checkbox"/> Carça <input type="checkbox"/> Situação <input type="checkbox"/> Novo <input type="checkbox"/> Usado <input type="checkbox"/> Ano Fabr. <input type="checkbox"/> Ano Mod. <input type="checkbox"/> Modelo/Portas <input type="checkbox"/> Cor <input type="checkbox"/> Combustível <input type="checkbox"/> Gasolina <input type="checkbox"/> Alcool <input type="checkbox"/> Gás <input type="checkbox"/> Place <input type="checkbox"/> UF Place <input type="checkbox"/> Chassi <input type="checkbox"/> Município <input type="checkbox"/> Tipo de Chassi <input type="checkbox"/> N° do Certificado <input type="checkbox"/> Reservar <input type="checkbox"/> UF Lic. <input type="checkbox"/> Tipo de Propriedade <input type="checkbox"/> Particular <input type="checkbox"/> PF <input type="checkbox"/> Loja <input type="checkbox"/> Outra PJ <input type="checkbox"/> CPF/CNPJ <input type="checkbox"/> Nome / Razão Social <input type="checkbox"/> Comprimento <input type="checkbox"/> N° de NF / Recibo <input type="checkbox"/> Data NF / Recibo <input type="checkbox"/> Valor da Venda <input type="checkbox"/> Valor da Entrada <input type="checkbox"/> Valor do Financiamento <input type="checkbox"/> N° de NF / Recibo <input type="checkbox"/> Valor da Parcela <input type="checkbox"/> Data de Parcela <input type="checkbox"/> Código Tabella <input type="checkbox"/> Coeficiente <input type="checkbox"/> Carência <input type="checkbox"/> Vcto. 1ª de Parcela <input type="checkbox"/> Valor da TAC <input type="checkbox"/> Valor das Parcelas <input type="checkbox"/> Data de Parcela <input type="checkbox"/> Código Tabella <input type="checkbox"/> Coeficiente <input type="checkbox"/> Carência <input type="checkbox"/> Vcto. 1ª de Parcela <input type="checkbox"/>							

DECLARO que as informações acima são verdadeiras, responsabilizando-me civil e criminalmente pela veracidade da declaração ora prestada. AUTORIZO o arquivamento junto aos órgãos de proteção de crédito tais como SERASA e SPC, para fins de constituição de um banco de dados positivo, visando facilitar o processo de obtenção do crédito em geral. AUTORIZO essa instituição financeira consultar as informações constantes da central de risco do Banco Central do Brasil, assim como a inserção de meu nome em bancos de dados públicos ou privados de restrição cadastral, em caso de inadimplência.

Local e Data  
BPAVEIC001 - NOV/06

Assinatura do Cliente



24 MAI 2003 297870



**Autorização de Pagamento para Contrato de Veículo**

☐ Veículo Leve ☐ Moto ☐ Financiamento  
☐ Veículo Pesado ☐ Refinanciamento

Cédula de Crédito N°

Código da Loja		Região	Promotora	Código da Promotora
<b>Financiado</b>				
Nome do Financiado			CPF	Data da Operação
<b>Avalistas</b>				
1º Avalista			CPF	
2º Avalista			CPF	
<b>Dados da Operação</b>				
Valor da Venda	Valor da Entrada	Valor do Financiamento	Valor das Parcelas	Qtde. de Parcelas
Código da Tabela	Valor da TAC	Carência (nº de dias)	Vcto. 1ª Parcela	% do Retorno
<b>Modalidade de Liquidação Financeira</b>				
Nº do Banco	Nome do Banco	Nº Agência/DV	Nº da Conta Corrente/DV	
A Favor de			CPF/CNPJ	
<b>Descrição do Bem</b>				
Tipo de Veículo <input type="checkbox"/> Automóvel <input type="checkbox"/> Carga <input type="checkbox"/> Moto <input type="checkbox"/> Utilitário		Marca	Cor	Ano/Modelo
Placa	Chassi	Renavam	Combustível	Modelo/Portas
Gravame outro Banco <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não		Confirmação de Quitação Contato: _____		Veículo Possui Débitos <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Garantia Adicional		Telefona: _____		
Tipo de Veículo <input type="checkbox"/> Automóvel <input type="checkbox"/> Carga <input type="checkbox"/> Moto <input type="checkbox"/> Utilitário		Marca	Cor	Ano/Modelo
Placa	Chassi	Renavam	Combustível	Modelo/Portas
<b>Documentação Enviada</b>				
<input type="checkbox"/> RG <input type="checkbox"/> CPF <input type="checkbox"/> Comprovante de Residência <input type="checkbox"/> Comprovante de Renda <input type="checkbox"/> Outros		<input type="checkbox"/> CRV com carimbo de Alienado Fiduciariamente <input type="checkbox"/> Nota Fiscal com carimbo de Alienado Fiduciariamente <input type="checkbox"/> Carta de Pagamento a Terceiros <input type="checkbox"/> Contrato Social <input type="checkbox"/> Carta de Responsabilidade (Gravame em outro Banco)		
<b>Pagamento do Retorno</b>				
Favorecido	%	Valor	Nome	CPF/CNPJ
<input type="checkbox"/> Revenda				
<input type="checkbox"/> Gerente				
<input type="checkbox"/> Vendedor				
<b>Declaração de Responsabilidade</b>				
E de minha inteira responsabilidade, a veracidade das informações acima descritas, bem como a apresentação e a autenticidade dos documentos obrigatórios, para o respectivo produto e os exigidos pela Mesa de Crédito. O documento faltante será entregue no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas. As vias da Cédula de Crédito Bancário encontra-se está meu poder, devidamente assinadas.				Assinatura do Assessor Comercial
<b>Autorização de Pagamento</b>				
Gerente/Promotora		Formalização		Diretoria
<b>Pendências (Uso Exclusivo da Área de Formalização)</b>				
<input type="checkbox"/> CRV - Certificado de Registro de Veículo (Recibo) <input type="checkbox"/> CRV Alienado <input type="checkbox"/> CRV Sem Assinatura <input type="checkbox"/> CRV Sem Alienação <input type="checkbox"/> CRV Sem Data <input type="checkbox"/> CRV Ilegível <input type="checkbox"/> Liberação do Bem <input type="checkbox"/> TAC Isento <input type="checkbox"/> TAC Valor Inferior <input type="checkbox"/> Vistoria/Visto <input type="checkbox"/> Megadala		<input type="checkbox"/> VI. Financiamento Diverge <input type="checkbox"/> Vendedor PJ - Contrato Social <input type="checkbox"/> Contrato em Aberto - não Baixado <input type="checkbox"/> Carta de Pagamento para Terceiros <input type="checkbox"/> Não Informou Aval <input type="checkbox"/> Documentação Ilegível		

BP/VEIC/006 - NOV/05



24 MAI 003237810

**BANCO PAULISTA**

**Cédula de Crédito Bancário Nº  
Alienação Fiduciária - Veículos**

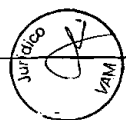
<b>I - Credor</b>							
Banco Paulista S.A., com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua Boa Vista nº 254 - 2º andar, inscrito no CNPJ/MF sob nº 61.820.817/0001-09, que poderá transferir mediante endosso a totalidade ou parte dos direitos oriundos da presente.							
<b>II - Emitente</b>				<b>CPF/CNPJ</b>		<b>RG Nº</b>	
Nome Completo/Razão Social							
Endereço				Bairro			
Cidade		UF	CEP	Telefone			
<b>III - Avalista(s)/Devedor(es) Solidário(s)</b>							
(1) Nome Completo				<b>CPF</b>		<b>RG Nº</b>	
Endereço				Bairro			
Cidade		UF	CEP	Telefone Residencial			
(2) Nome Completo				<b>CPF</b>		<b>RG Nº</b>	
Endereço				Bairro			
Cidade		UF	CEP	Telefone Residencial			
<b>IV - Bem Financiado ou Dado em Garantia e Alienação Fiduciária</b>							
Marca	Modelo	Cor	Ano de Fabricação	Ano/Modelo	Combustível	Nº da Nota Fiscal	
Chassi nº	Placa nº	Renavam nº		Valor do Veículo			
<b>V - Garantia Adicional</b>							
Marca	Modelo	Cor	Ano de Fabricação	Ano/Modelo			
Combustível	Chassi nº	Placa nº	Renavam nº	Valor do Veículo			
<b>VI - Condições de Contratação</b>							
Valor do Crédito (A)	Valor da TAC (B)	Valor do IOF (C)	Valor das Despesas de Registro (D)	Valor da TEC			
Valor Total do Financiamento (A+B+C+D)		Forma de Amortização	Taxa a.m.	Taxa a.a.	Periodicidade das Prestações		
		<input type="checkbox"/> Prefixado <input type="checkbox"/> Pós-Fixado			<b>Mensal</b>		
Valor das Prestações	Nº de Parcelas	1º Vencimento		Último Vencimento			
		/ /		/ /			
Qualificação do Vendedor Nome/Razão Social		<b>CPF/CNPJ</b>					

**Cláusulas e Condições da Cédula de Crédito Bancário**

- 1. Tipo da Operação - Financiamento - Crédito Direto ao Consumidor.**
- 2. Emite a presente CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO** (doravante denominada "Cédula"), em virtude do financiamento ou do empréstimo ora concedido pelo Credor, indicado no campo "Valor Total do Financiamento", o qual é constituído do "Valor do Crédito", acrescido-se os valores da "Taxa de Abertura de Crédito (TAC)", do "Imposto sobre Operações Financeiras (IOF)" e quando se fizer necessário do "Valor das Despesas de Registro", quando incluídos no financiamento ou no empréstimo, mediante indicação no Quadro VI do preâmbulo desta Cédula.
- 2.1. Autorizo o Credor a efetuar o pagamento do "Valor do Crédito" diretamente ao vendedor do bem financiado, qualificado no Quadro VI do preâmbulo desta Cédula, a seu representante legal, ou a quem aquele venha a indicar, conforme seja admitido pelas regras em vigor.**
- 2.2. No caso de empréstimo com garantia de alienação fiduciária autorizo o Credor a efetuar o pagamento do "Valor do Crédito" diretamente a mim mediante crédito em minha conta junto a estabelecimento bancário ou mediante cheque administrativo nominal ou ainda outro meio hábil.**
- 3. Juros - Sobre o Valor Total do Financiamento incidirão juros anuais no percentual indicado no Quadro VI do preâmbulo, que decompostos constituem a taxa mensal, também descrita no mesmo Quadro do preâmbulo. Os juros ora estabelecidos já estão calculados e integrados ao Valor das Parcelas.**
- 3.1. Periodicidade de Capitalização - Os juros serão capitalizados diariamente, sendo aplicados e devidos mensalmente nos vencimentos, incidindo sobre o saldo devedor do período que antecede ao pagamento dos encargos.**
- 4. Promessa de Pagamento - Prometo pagar por esta Cédula, ao Credor, na praça da sua sede, ou à sua ordem, o Valor Total do Financiamento, acrescido de juros e demais encargos estabelecidos nesta Cédula (valores estes doravante referidos como "Montante Devido").**
- 4.1. O pagamento do Montante Devido ao Credor será efetuado em parcelas mensais sucessivas, mediante carnê de pagamento emitido pelo Credor ou qualquer outra forma que venha a ser convencionada pelo Emitente e Credor. Na hipótese de emissão de carnê, a concessão do presente financiamento ou empréstimo está condicionada ao pagamento pelo Emitente, nas mesmas datas de pagamento das parcelas, da Tarifa de Emissão de Carnê (TEC), cobrada por lâmina emitida, cujo valor encontra-se indicado no Quadro VI do preâmbulo.**
- 4.2. A primeira parcela devida será paga na data estabelecida no Quadro VI do preâmbulo, e as demais no prazo de 30 dias, contados a partir da data de vencimento da primeira parcela, e assim, mensal e sucessivamente, até a data de vencimento da última parcela, também indicada no mesmo Quadro do preâmbulo. No caso da data de vencimento cair em dia não útil, o pagamento deverá ser realizado no primeiro dia útil seguinte à data de vencimento.**
- 4.3. Na eventualidade do carnê não ter sido enviado pelo Credor, ou ter ocorrido extravio, minha obrigação de pagar as devidas parcelas subsistirá, ficando o Credor obrigado a disponibilizar outra forma de pagamento, tão logo eu o informe da ocorrência.**
- 4.4. Renuncio desde já à faculdade de realizar depósitos, identificados ou não, na conta corrente do Credor sem que este tenha expressamente autorizado essa forma de pagamento. Qualquer depósito feito em desacordo com esta cláusula não concederá quitação, e será a mim devolvido pelo Credor, sem que assista qualquer direito de remuneração, não importando a data da referida devolução. Esclareço que entendo que a renúncia feita nesta cláusula é em meu benefício, uma vez que o Credor não tem condições materiais de identificar depósitos em sua conta corrente.**

BPV/EIC/005 - NOV/05

1º - Credor





24 MAI 2003 237810

5. **Encargos em Razão da Inadimplência** - O não pagamento dentro dos respectivos vencimentos de qualquer uma das obrigações pactuadas acarretará no vencimento antecipado das demais, vencidas e vincendas, na sua totalidade. Na falta de pagamento de qualquer quantia principal ou acessória, em seu vencimento, obrigá-me-ei e aos Avalista(s)/Devedor(es) Solidário(s) ao pagamento de tal quantia devidamente acrescida de comissão de permanência, calculada à mesma taxa pactuada nesta Cédula ou à mesma taxa de mercado de dia do efetivo pagamento, por dia de atraso, a exclusivo critério do Credor, além de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, incidentes sobre o saldo devedor corrigido, multa de 2% (dois por cento) calculada sobre o valor total encontrado e o respectivo imposto sobre operações financeiras.
6. **Despesas e Honorários em Razão de Eventual Cobrança** - O Credor poderá, em caso de inadimplência, cobrar do Emitente todas as despesas de cobrança extrajudicial e honorários advocatícios de 10% (dez por cento) sobre o Montante Devido, acrescido dos encargos estabelecidos na Cláusula anterior. Em caso de cobrança judicial, serão devidos os mesmos montantes, acrescidos das custas e quaisquer outras despesas judiciais e/ou processuais, sendo que os honorários advocatícios, nesse caso, serão de 20% (vinte por cento).
7. **Seguro do Bem Financiado ou Dado em Garantia e/ou da Garantia Adicional** - Na hipótese de eu contratar seguro para o bem financiado ou dado em garantia e/ou dado em garantia adicional, comprometo-me a indicar o Credor como beneficiário exclusivo da apólice securitária, conferindo, neste ato, ao Credor, todos os poderes para representar-me perante a seguradora responsável, podendo receber a indenização por sinistro, dar e receber quitação, enfim a praticar todos os atos necessários para o recebimento do seguro. O valor recebido deverá ser única e exclusivamente utilizado para a liquidação da minha dívida junto ao Credor e, caso o valor da referida indenização seja insuficiente para quitar todo o Montante Devido, prometo pagar eventual saldo devedor.
- 7.1. Em caso de sinistro do bem financiado ou dado em garantia e/ou dado em garantia adicional não segurado, obrigá-me a providenciar a sua substituição, permanecendo a minha responsabilidade pelo pagamento das parcelas fixadas neste Instrumento e ainda não pagas.
8. **Alienação Fiduciária do Bem Financiado ou Dado em Garantia e/ou da Garantia Adicional** - Entrego em alienação fiduciária ao Credor, nos termos do artigo 66 da Lei nº 4.728, de 14/07/1965, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 911, de 01/10/1969 e Lei nº 10.931, de 02/08/2004, o bem financiado ou dado em garantia e/ou da garantia adicional descritos nos Quadros IV e V do preâmbulo, sobre os quais o Credor terá domínio resolúvel até a integral e final liquidação das obrigações ora assumidas.
- 8.1. Comprometo-me, no prazo máximo e improrrogável de 30 dias, contados da data da assinatura desta Cédula, a efetivar a transferência do bem financiado ou dado em garantia para meu nome, com o registro da alienação fiduciária, e quando for o caso, o registro de alienação sobre o bem dado em garantia adicional, conforme ajustada na Cláusula 8. Ainda, autorizo o Credor a incluir eletronicamente o gravame de alienação fiduciária nos registros do Detran, independente do cumprimento do disposto no "caput" desta Cláusula.
- 8.2. Declaro que o(s) bem(ns) alienado(s) fiduciariamente ficará(ão) na minha posse direta, e que assumo neste ato a qualidade de "FIEL DEPOSITÁRIO", com todas as responsabilidades decorrentes deste encargo, que declaro conhecer e aceitar para todos os fins e efeitos de direito. No caso de Pessoa Jurídica, a qualidade de "FIEL(EIS) DEPOSITÁRIO(S)" é neste ato assumida pelo(s) seu(s) representante(s) legal(is) que assina(m) a presente Cédula, e estará(ão) sujeito(s) às disposições desta Cláusula.
9. **Vencimento Antecipado** - Além das demais hipóteses estabelecidas na lei e nesta Cédula, o Montante Devido ou seu saldo devedor será considerado imediatamente vencido, independentemente de qualquer aviso ou notificação, exigível com todos os acessórios e encargos aqui previstos, nos casos de: a) inadimplência do Emitente em pagar qualquer parcela; b) qualquer infração às obrigações assumidas nesta Cédula; c) apontamento de protestos contra o Emitente; d) concordata, insolvência ou falência, conforme o caso, do Emitente.
10. **Título Executivo** - Ainda, reconheço que o presente Instrumento constitui título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 28 da Lei nº 10.931, de 02/08/2004.
- 10.1. No caso de falta de pagamento das parcelas, o Credor poderá optar pela cobrança somente da parcela devida, a qual comprometo-me a pagar imediatamente, sob pena de ter a dívida toda por vencida desde logo. Declaro estar ciente de que este, ou qualquer outro ato de tolerância, se realizado pelo Credor, nesta Cédula ou em qualquer outro Instrumento firmado pelas partes, não importará em novação ou alteração das condições aqui estipuladas, constituindo-se mera liberalidade.
- 10.2. Na hipótese de eventual inadimplência do Emitente, o Credor poderá promover as medidas judiciais cabíveis, iniciando a execução por quantia certa contra devedor solvente ou, na qualidade de proprietária fiduciária, busca e apreensão do(s) bem(ns), sem minha consulta ou anuência. Tenho conhecimento de que ocorrendo esta última hipótese o(s) bem(ns) apreendido(s) será(ão) vendido(s), aplicando-se o produto da venda na amortização da minha dívida. Não sendo o produto da venda suficiente para adimplir toda a dívida, responsabilizo-me pelo pagamento do saldo devedor. Estou ciente de que é vedada a dação em pagamento, seja do bem financiado ou dado em garantia, seja de qualquer outro bem.
11. **Avisos e Consultas aos Órgãos de Proteção ao Crédito** - Declaro estar ciente e de acordo com os termos da Resolução nº 2.724, de 01/05/2000 do Conselho Monetário Nacional e desde já autorizo o Credor, em caráter irrevogável e irretratável, a consultar, bem como a divulgar e encaminhar documentos e informações relativos à presente operação inclusive cadastrais, ao Sistema Central de Risco de Crédito, do Banco Central do Brasil, e aos Órgãos de Proteção ao Crédito, tais como SERASA e SPC.
12. **Outras Obrigações do Emitente** - Em virtude do financiamento ou do empréstimo a mim concedido e pelo fato do bem financiado ou dado em garantia e/ou dado em garantia adicional estar(em) na minha posse direta, responsabilizo-me ainda perante ao Credor: a) a manter constantemente atualizados, por escrito, junto ao Credor, meu(s) endereço(s) para efeito de comunicação sobre qualquer ato ou fato decorrente deste Instrumento; b) a honrar e assumir todos os riscos contra terceiros, eximindo o Credor de responsabilidade de qualquer origem ou espécie; c) a manter o bem financiado ou dado em garantia e/ou dado em garantia adicional nas mais perfeitas condições de uso, funcionamento e conservação, exigindo e fazendo cumprir todas as garantias oferecidas por seus vendedores ou fabricantes.
13. **Avalista(s)/Devedor(es) Solidário(s)** - O(S) AVALISTA(S)/DEVEDOR(ES) SOLIDÁRIO(S) comparece(m), neste ato, ratificando os termos deste Instrumento e responsabilizando-se solidária e incondicionalmente por todas as obrigações decorrentes do presente na qualidade de principal(is) pagador(es), renunciando a qualquer benefício de ordem.
14. **Fica eleito o Foro Central da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para conhecer e dirimir quaisquer questões decorrentes da presente Cédula de Crédito Bancário, renunciando as partes a qualquer outro por mais privilegiado que seja ou se tome, ressalvado o direito do Credor de, a seu exclusivo critério, ajuizar as medidas judiciais cabíveis no Foro de domicílio do Emitente ou do(s) Devedor(es) Solidário(s), ou ainda, no local em que estiver estacionado o bem entregue em garantia.**

E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente em quantidade de vias idênticas à das partes que a assinam, além da via do Credor, sendo apenas esta última negociável.

Local e Data: \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

Emitente

Avalista(s)/Devedor(es) Solidário(s)

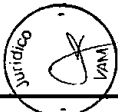
1) \_\_\_\_\_

2) \_\_\_\_\_

Testemunhas

1) \_\_\_\_\_  
Nome: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_  
RG: \_\_\_\_\_

2) \_\_\_\_\_  
Nome: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_  
RG: \_\_\_\_\_





24 MAI 00 3237810

Cédula de Crédito Bancário Nº  
Alienação Fiduciária - Veículos

**BANCO PAULISTA**

<b>I - Credor</b>							
Banco Paulista S.A., com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua Boa Vista nº 254 - 2º andar, inscrito no CNPJ/MF sob nº 61.820.817/0001-09, que poderá transferir mediante endosso a totalidade ou parte dos direitos oriundos da presente.							
<b>II - Emitente</b>							
Nome Completo/Razão Social				CPF/CNPJ		RG Nº	
Endereço				Bairro			
Cidade		UF	CEP	Telefone			
<b>III - Avalista(s)/Devedor(es) Solidário(s)</b>							
(1) Nome Completo				CPF		RG Nº	
Endereço				Bairro			
Cidade		UF	CEP	Telefone Residencial			
(2) Nome Completo				CPF		RG Nº	
Endereço				Bairro			
Cidade		UF	CEP	Telefone Residencial			
<b>IV - Bem Financiado ou Dado em Garantia e Alienação Fiduciária</b>							
Marca	Modelo	Cor	Ano de Fabricação	Ano/Modelo	Combustível	Nº da Nota Fiscal	
Chassi nº	Placa nº	Renavam nº	Valor do Veículo				
<b>V - Garantia Adicional</b>							
Marca	Modelo	Cor	Ano de Fabricação	Ano/Modelo			
Combustível	Chassi nº	Placa nº	Renavam nº	Valor do Veículo			
<b>VI - Condições de Contratação</b>							
Valor do Crédito (A)	Valor da TAC (B)	Valor do FIP (C)	Valor das despesas de Registro (D)	Valor da TEC			
Valor Total do Financiamento (A+B+C+D)		Forma de Alienação	Taxa de Juros	Taxa de Administração		Periodicidade das Prestações	
		<input type="checkbox"/> Prefixado <input type="checkbox"/> Pós-Fixado				<b>Mensal</b>	
Valor das Prestações	Nº de Parcelas	1º Vencimento	Último Vencimento				
Qualificação do Vendedor Nome/Razão Social		CPF/CNPJ					

**Cláusulas e Condições da Cédula de Crédito Bancário**

- 1. Tipo da Operação - Financiamento - Crédito Direto ao Consumidor.**
- Emito a presente **CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO** (doravante denominada "Cédula"), em virtude do financiamento ou do empréstimo ora concedido pelo Credor, indicado no campo "Valor Total do Financiamento", o qual é constituído do "Valor do Crédito", acrescendo-se os valores da "Taxa de Abertura de Crédito (TAC)", do "Imposto sobre Operações Financeiras (IOF)" e quando se fizer necessário do "Valor das Despesas de Registro", quando incluídos no financiamento ou no empréstimo, mediante indicação no Quadro VI do preâmbulo desta Cédula.
  - 2.1. Autorizo o Credor a efetuar o pagamento do "Valor do Crédito" diretamente ao vendedor do bem financiado, qualificado no Quadro VI do preâmbulo desta Cédula, a seu representante legal, ou a quem aquele venha a indicar, conforme seja admitido pelas regras em vigor.**
  - 2.2. No caso de empréstimo com garantia de alienação fiduciária autorizo o Credor a efetuar o pagamento do "Valor do Crédito" diretamente a mim mediante crédito em minha conta junto a estabelecimento bancário ou mediante cheque administrativo nominal ou ainda outro meio hábil.**
  - 3. Juros - Sobre o Valor Total do Financiamento incidirão juros anuais no percentual indicado no Quadro VI do preâmbulo, que decompostos constituem a taxa mensal, também descrita no mesmo Quadro do preâmbulo. Os juros ora estabelecidos já estão calculados e integrados ao Valor das Parcelas.**
    - 3.1. Periodicidade de Capitalização - Os juros serão capitalizados diariamente, sendo aplicados e devidos mensalmente nos vencimentos, incidindo sobre o saldo devedor do período que antecede ao pagamento dos encargos.**
  - 4. Promessa de Pagamento - Prometo pagar por esta Cédula, ao Credor, na praça da sua sede, ou à sua ordem, o Valor Total do Financiamento, acrescido de juros e demais encargos estabelecidos nesta Cédula (valores estes doravante referidos como "Montante Devido").**
    - 4.1. O pagamento do Montante Devido ao Credor será efetuado em parcelas mensais sucessivas, mediante carnê de pagamento emitido pelo Credor ou qualquer outra forma que venha a ser convencionada pelo Emitente e Credor. Na hipótese de emissão de carnê, a concessão do presente financiamento ou empréstimo está condicionada ao pagamento pelo Emitente, nas mesmas datas de pagamento das parcelas, da Tarifa de Emissão de Carnê (TEC), cobrada por lâmina emitida, cujo valor encontra-se indicado no Quadro VI do preâmbulo.**
    - 4.2. A primeira parcela devida será paga na data estabelecida no Quadro VI do preâmbulo, e as demais no prazo de 30 dias, contados a partir da data de vencimento da primeira parcela, e assim, mensal e sucessivamente, até a data de vencimento da última parcela, também indicada no mesmo Quadro do preâmbulo. No caso da data de vencimento cair em dia não útil, o pagamento deverá ser realizado no primeiro dia útil seguinte à data de vencimento.**
    - 4.3. Na eventualidade do carnê não ter sido enviado pelo Credor, ou ter ocorrido extravio, minha obrigação de pagar as devidas parcelas subsistirá, ficando o Credor obrigado a disponibilizar outra forma de pagamento, tão logo eu o informe da ocorrência.**
    - 4.4. Renúncio desde já à faculdade de realizar depósitos, identificados ou não, na conta corrente do Credor sem que este tenha expressamente autorizado essa forma de pagamento. Qualquer depósito feito em desacordo com esta cláusula não concederá quitação, e será a mim devolvido pelo Credor, sem que assista qualquer direito de remuneração, não importando a data da referida devolução. Esclareço que entendo que a renúncia feita nesta cláusula é em meu benefício, uma vez que o Credor não tem condições materiais de identificar depósitos em sua conta corrente.**

BP/VEIC/005 - NOV/05

2º - Emitente

24 MAI 2003 2378 10

**5. Encargos em Razão da Inadimplência** - O não pagamento dentro dos respectivos vencimentos de qualquer uma das obrigações pactuadas acarretará no vencimento antecipado das demais, vencidas e vincendas, na sua totalidade. Na falta de pagamento de qualquer quantia principal ou acessória, em seu vencimento, obrigar-me-ei e aos Avalista(s)/Devedor(es) Solidário(s) ao pagamento de tal quantia devidamente acrescida de comissão de permanência, calculada à mesma taxa pactuada nesta Cédula ou à mesma taxa de mercado do dia do efetivo pagamento, por dia de atraso, a exclusivo critério do Credor, além de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, incidentes sobre o saldo devedor corrigido, multa de 2% (dois por cento) calculada sobre o valor total encontrado e o respectivo imposto sobre operações financeiras.

**6. Despesas e Honorários em Razão de Eventual Cobrança** - O Credor poderá, em caso de inadimplência, cobrar do Emitente todas as despesas de cobrança extrajudicial e honorários advocatícios de 10% (dez por cento) sobre o Montante Devido, acrescido dos encargos estabelecidos na Cláusula anterior. Em caso de cobrança judicial, serão devidos os mesmos montantes, acrescidos das custas e quaisquer outras despesas judiciais e/ou processuais, sendo que os honorários advocatícios, nesse caso, serão de 20% (vinte por cento).

**7. Seguro do Bem Financiado ou Dado em Garantia e/ou da Garantia Adicional** - Na hipótese de eu contratar seguro para o bem financiado ou dado em garantia e/ou dado em garantia adicional, comprometo-me a indicar o Credor como beneficiário exclusivo da apólice securitária, conferindo, neste ato, ao Credor, todos os poderes para representar-me perante a seguradora responsável, podendo receber a indenização por sinistro, dar e receber quitação, enfim a praticar todos os atos necessários para o recebimento do seguro. O valor recebido deverá ser única e exclusivamente utilizado para a liquidação da minha dívida junto ao Credor e, caso o valor da referida indenização seja insuficiente para quitar todo o Montante Devido, prometo pagar eventual saldo devedor.

**7.1.** Em caso de sinistro do bem financiado ou dado em garantia e/ou dado em garantia adicional não segurado, obrigo-me a providenciar a sua substituição, permanecendo a minha responsabilidade pelo pagamento das parcelas fixadas neste instrumento e ainda não pagas.

**8. Alienação Fiduciária do Bem Financiado ou Dado em Garantia e/ou da Garantia Adicional** - Entrego em alienação fiduciária ao Credor, nos termos do artigo 66 da Lei nº 4.728, de 14/07/1965, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 911, de 01/10/1969 e Lei nº 10.931, de 02/08/2004, o bem financiado ou dado em garantia e/ou da garantia adicional descritos nos Quadros IV e V do preâmbulo, sobre os quais o Credor terá domínio resolúvel até a integral e final liquidação das obrigações ora assumidas.

**8.1.** Comprometo-me, no prazo máximo e improrrogável de 30 dias, contados da data da assinatura desta Cédula, a efetivar a transferência do bem financiado ou dado em garantia para meu nome, com o registro da alienação fiduciária, e quando for o caso, o registro de alienação sobre o bem dado em garantia adicional, conforme ajustada na Cláusula 8. Ainda, autorizo o Credor a incluir eletronicamente o gravame de alienação fiduciária nos registros do Detran, independente do cumprimento do disposto no "caput" desta Cláusula.

**8.2.** Declaro que o(s) bem(ns) alienado(s) fiduciariamente ficará(ão) na minha posse direta, e que assumo neste ato a qualidade de "FIEL DEPOSITÁRIO", com todas as responsabilidades decorrentes deste encargo, que declaro conhecer e aceitar para todos os fins e efeitos de direito. No caso de Pessoa Jurídica, a qualidade de "FIEL(EIS) DEPOSITÁRIO(S)" é neste ato assumida pelo(s) seu(s) representante(s) legal(is) que assina(m) a presente Cédula, e estará(ão) sujeito(s) às disposições desta Cláusula.

**9. Vencimento Antecipado** - Além das demais hipóteses estabelecidas na lei e nesta Cédula, o Montante Devido ou seu saldo devedor será considerado imediatamente vencido, independentemente de qualquer aviso ou notificação, exigível com todos os acessórios e encargos aqui previstos, nos casos de: a) inadimplência do Emitente em pagar qualquer parcela; b) qualquer infração às obrigações assumidas nesta Cédula; c) apontamento de protestos contra o Emitente; d) concordata, insolvência ou falência, conforme o caso, do Emitente.

**10. Título Executivo** - Ainda, reconheço que o presente instrumento constitui título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 28 da Lei nº 10.931, de 02/08/2004.

**10.1.** No caso de falta de pagamento das parcelas, o Credor poderá optar pela cobrança somente da parcela devida, a qual comprometo-me a pagar imediatamente, sob pena de ter a dívida toda por vencida desde logo. Declaro estar ciente de que este, ou qualquer outro ato de tolerância, se realizado pelo Credor, nesta Cédula ou em qualquer outro instrumento firmado pelas partes, não importará em novação ou alteração das condições aqui estipuladas, constituindo-se mera liberalidade.

**10.2.** Na hipótese de eventual inadimplência do Emitente, o Credor poderá promover as medidas judiciais cabíveis, iniciando a execução por quantia certa contra devedor solvente ou, na qualidade de proprietário fiduciário, busca e apreensão do(s) bem(ns), sem minha consulta ou anuência. Tenho conhecimento de que ocorrendo esta última hipótese o(s) bem(ns) apreendido(s) será(ão) vendido(s), aplicando-se o produto da venda na amortização da minha dívida. Não sendo o produto da venda suficiente para adimplir toda a dívida, responsabilizo-me pelo pagamento do saldo devedor. Estou ciente de que é vedada a dação em pagamento, seja do bem financiado ou dado em garantia, seja de qualquer outro bem.

**11. Avisos e Consultas aos Órgãos de Proteção ao Crédito** - Declaro estar ciente e de acordo com os termos da Resolução nº 2.724, de 01/05/2000 do Conselho Monetário Nacional e desde já autorizo o Credor, em caráter irrevogável e irretroativo, a consultar, bem como a divulgar e encaminhar documentos e informações relativos à presente operação inclusive cadastrais, ao Sistema Central de Risco de Crédito, do Banco Central do Brasil, e aos Órgãos de Proteção ao Crédito, tais como SERASA e SPC.

**12. Outras Obrigações do Emitente** - Em virtude do financiamento ou do empréstimo a mim concedido e pelo fato do bem financiado ou dado em garantia e/ou dado em garantia adicional estar(em) na minha posse direta, responsabilizo-me ainda perante ao Credor: a) a manter constantemente atualizados, por escrito, junto ao Credor, meu(s) endereço(s) para efeito de comunicação sobre qualquer ato ou fato decorrente deste instrumento; b) a honrar e assumir todos os riscos contra terceiros, eximindo o Credor de responsabilidade de qualquer origem ou espécie; c) a manter o bem financiado ou dado em garantia e/ou dado em garantia adicional nas mais perfeitas condições de uso, funcionamento e conservação, exigindo e fazendo cumprir todas as garantias oferecidas por seus vendedores ou fabricantes.

**13. Avalista(s)/Devedor(es) Solidário(s)** - O(S) AVALISTA(S)/DEVEDOR(ES) SOLIDÁRIO(S) comparece(m), neste ato, ratificando os termos deste instrumento e responsabilizando-se solidária e incondicionalmente por todas as obrigações decorrentes do presente na qualidade de principal(is) pagador(es), renunciando a qualquer benefício de ordem.

**14. Fica eleito o Foro Central da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para conhecer e dirimir quaisquer questões decorrentes da presente Cédula de Crédito Bancário, renunciando as partes a qualquer outro por mais privilegiado que seja ou se tome, ressalvado o direito do Credor de, a seu exclusivo critério, ajuizar as medidas judiciais cabíveis no Foro de domicílio do Emitente ou do(s) Devedor(es) Solidário(s), ou ainda, no local em que estiver estacionado o bem entregue em garantia.**

E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente em quantidade de vias idênticas à das partes que a assinam, além da via do Credor, sendo apenas esta última negociável.

Local e Data: \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

Emitente

Avalista(s)/Devedor(es) Solidário(s)

1) \_\_\_\_\_

2) \_\_\_\_\_

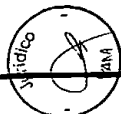
Testemunhas

1) \_\_\_\_\_

2) \_\_\_\_\_

Nome:  
CPF:  
RG:

Nome:  
CPF:  
RG:



24 MAI 003237810

ANEXO III

RECEBIDO

*Este Anexo é parte integrante do Regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Paulista – Veículos, constituído pela Votorantim Asset Management DTVM Ltda.*

**DESCRIÇÃO DOS MECANISMOS E PROCEDIMENTOS ADOTADOS PARA COBRANÇA DOS DIREITOS CREDITÓRIOS, INCLUSIVE INADIMPLENTES**

1. A cobrança dos Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo será feita pelo Banco Paulista.

1.1 As etapas da cobrança ordinária são a seguir descritas:

- i) em até 10 (dez) dias antes do vencimento da primeira parcela relativa ao Financiamento, o Banco Paulista entra em contato (Pós Venda) com o Devedor para confirmar se houve a entrega, pelo correio, do carnê com os boletos de pagamentos relativos a todas parcelas mensais devidas pelo Devedor até a quitação do financiamento do veículo;
- ii) o Banco Paulista deverá encaminhar, em até 1 (um) dia útil contado da formalização de cada cessão de Direitos Creditórios ao Fundo, arquivo eletrônico com ordem ao Agente de Recebimento requerendo (a) que o pagamento dos boletos de cobrança relacionados aos respectivos Direitos Creditórios Cedidos sejam integralmente direcionados à Conta de Arrecadação; e (b) que os valores recebidos na Conta de Arrecadação sejam direcionados para conta corrente do Fundo;
- iii) o Custodiante deverá confirmar a realização do item “ii” acima por meio de validação das informações constantes nos arquivos de retorno disponibilizados pelo Agente de Recebimento em relação à Lista de Direitos Creditórios, no mesmo dia útil em que foram disponibilizados e previamente ao efetivo pagamento pela da cessão de Direitos Creditórios;
- iv) até a data de vencimento, os boletos de pagamento referentes aos Direitos Creditórios Cedidos poderão ser pagos em qualquer instituição integrante do Serviço de Compensação de Cheques e Outros Papéis; e



24 MAI 003237810

- v) até 10 (dez) dias contados da data de vencimento, os boletos de pagamento referentes aos Direitos Creditórios Cedidos somente poderão ser pagos nas agências do Agente de Recebimento.

2. Após o 10º (décimo) dia contado da data de vencimento, não é mais possível ao Devedor efetuar o pagamento do boleto bancário. Inicia-se, por esse motivo, o procedimento de cobrança extrajudicial pelo Fundo de Direitos Creditórios inadimplentes. O Banco Paulista foi contratado para efetuar a cobrança dos Direitos Creditórios inadimplentes, sendo que as eventuais despesas de cobrança serão por ele suportadas. Na qualidade de Agente de Cobrança, o Banco Paulista deverá observar os seguintes procedimentos:

- i) a partir do 11º dia de atraso no pagamento das parcelas dos Direitos Creditórios, os Devedores devem ser contatados por serviço terceirizado de cobrança ou *contact center*, que efetuarão a cobrança extrajudicial da dívida;
- ii) se, apesar das providências acima descritas, os Devedores permanecerem em atraso (a) no 32º dia contado da data de vencimento, deverá ser efetuada a negativação dos Devedores junto ao SCPC e/ou SERASA, e (b) entre o 33º dia e o 49º dia contados da data de vencimento, deve ser emitida notificação extrajudicial, através de cartório, para que paguem as parcelas do empréstimo em atraso, bem como providenciada a documentação necessária para o ajuizamento de ação de execução, tais como documentação do Devedor, cópia da respectiva CCB, entre outros;
- iii) se não for possível notificar extrajudicialmente os Devedores, cópia autenticada das CCBs inadimplentes deverão ser levadas a protesto no cartório competente; e
- iv) entre o 45º dia e o 70º dia contados da data de vencimento do Direito Creditório, deverá ser dado início à ação de execução da dívida, sem prejuízo à continuidade dos procedimentos de cobrança extrajudicial.

2.1 Os valores arrecadados pelo Banco Paulista deverão ser transferidos ao Fundo em até 5 (cinco) dias úteis a contar do recebimento, para conta corrente de titularidade do Fundo.

3. É possível a cessão parcial de Direitos Creditórios originados de Financiamentos ao Fundo. Na hipótese de execução de dívida relacionada a CCB que

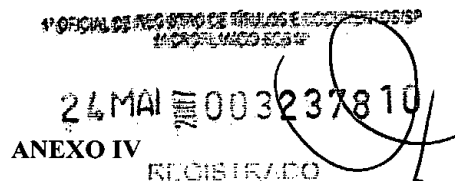


1º OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
MARCADO A CEN

24 MAI 003237810

tenha originado créditos de titularidade tanto do Fundo como do Cedente, o valor eventualmente recuperado por meio de cobrança extrajudicial ou judicial será primeiramente destinado à satisfação dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, e posteriormente destinado à satisfação do crédito do Cedente.





*Este Anexo é parte integrante do Regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Paulista – Veículos, constituído pela Votorantim Asset Management DTVM Ltda.*

#### **FÓRMULA DE CÁLCULO DO VALOR DAS COTAS SENIORES**

1. Desde que os resultados da carteira do Fundo permitam, a valorização das Cotas Seniores será correspondente à variação percentual acumulada, a ser determinada no respectivo Suplemento de cada Série, doravante denominada “Fator Multiplicador”, das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, Extra-Grupo (Taxas DI), calculadas e divulgadas pela CETIP - Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos, base 252 dias úteis, incidentes sobre o valor do saldo não amortizado da Cota Sênior, a partir da Data de Subscrição Inicial da respectiva Série, e incorporados ao valor de cada Cota Sênior ao final de cada Período de Capitalização, de acordo com a fórmula abaixo.

1.1 Define-se:

- i) Período de Capitalização - intervalo de tempo que se inicia na Data de Subscrição Inicial da respectiva Série, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista para valorização imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista para a valorização correspondente ao período. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade. Os rendimentos correspondentes aos Períodos de Capitalização serão incorporados ao valor da Cota Senior da respectiva Série no prazo definido pela Taxa DI apurada naquela data. Os Períodos de Capitalização têm seus prazos definidos de acordo com as Taxas DI apuradas, sendo que:
  - a) o primeiro Período de Capitalização inicia-se na Data de Subscrição Inicial da respectiva Série de Cotas Seniores, e termina no prazo definido pela Taxa DI apurada naquela data; e



24 MAI 003237810

- b) os Períodos de Capitalização seguintes são definidos apurando-se a Taxa DI no vencimento do período anterior, entendendo-se como o novo período em vigor o prazo desta taxa.

1.2 O cálculo do valor de cada Cota Sênior, e desde que os resultados da carteira do Fundo permitam, obedecerá à seguinte fórmula:

$$Re = (VCse \times FatorDI)$$

onde:

Re = valor apurado de cada Cota Sênior no final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

VCse = valor da Cota Sênior, ou seu saldo não amortizado, no início do Período de Capitalização, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento; e

FatorDI = taxa DI Over com uso do Fator Multiplicador, calculado desde a data de início do Período de Capitalização, inclusive, até a data de cálculo exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento;

$$Fator DI = (TDI \times FM)$$

onde:

TDI = Taxa DI Over, expressa ao dia, divulgada pela CETIP; e

FM = Fator Multiplicador, na forma percentual, a ser determinado no respectivo Suplemento de cada Série.

1.3 A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo.

2. No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando da valorização prevista neste Regulamento, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte do Fundo quanto pelos titulares das Cotas Seniores, quando da divulgação posterior da Taxa DI relativa à data de encerramento do último Período de Capitalização.



24 MAI 003237810

REGISTRADO

3. Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 30 (trinta) dias após esta data, ou, ainda, no caso de sua extinção ou por imposição legal, a Instituição Administradora, mediante aviso aos cotistas, a Instituição Administradora deverá convocar Assembléia Geral para definir o novo parâmetro a ser aplicado. Até a deliberação desse parâmetro será utilizada, para o cálculo do valor das Cotas previsto no Regulamento, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida na data de encerramento do último Período de Capitalização, até a data da deliberação da Assembléia Geral.





24 MAI 2020 003237810

ANEXO V REQUERIMENTO

*Este Anexo é parte integrante do Regulamento do “Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Paulista – Veículos, constituído pela Votorantim Asset Management DTVM Ltda.*

#### “SUPLEMENTO DA [ORDINAL POR EXTENSO] SÉRIE DE COTAS SENIORES”

1. O presente documento constitui o suplemento nº [COMPLETAR] (“Suplemento”) referente às Cotas Seniores da [ORDINAL POR EXTENSO] Série emitidas nos termos do regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Paulista – Veículos, registrado sob o nº 3180932 no 1º cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, do qual este Suplemento é parte integrante (“Regulamento”), inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.510.334/0001-17 e administrado por Votorantim Asset Management DTVM Ltda.

2. Serão emitidas nos termos deste Suplemento e do Regulamento, Cotas Seniores da [ORDINAL POR EXTENSO] Série no valor de R\$[COMPLETAR] ([COMPLETAR]) cada, na data da primeira subscrição de Cotas da presente Série (“Data de Subscrição Inicial”). Fica a critério da Instituição Administradora a quantidade de Cotas Seniores a ser inicialmente emitida, desde que observado o limite máximo de [COMPLETAR] Cotas Seniores desta Série.

3. O Fator Multiplicador a ser utilizado para cálculo da valorização das Cotas Seniores da [COMPLETAR]<sup>a</sup> Série, nos termos do Anexo IV do Regulamento, será de [COMPLETAR].

4. A partir do [COMPLETAR] ([COMPLETAR]) mês, inclusive, contado desde o mês em que ocorra a respectiva Data de Subscrição Inicial, sempre no último dia útil de cada mês (“Data de Amortização”) e desde que o Fundo tenha recursos, as Cotas Seniores da [ORDINAL POR EXTENSO] Série serão amortizadas em [COMPLETAR] ([COMPLETAR]) pagamentos [PERIODICIDADE], nas condições especificadas na fórmula abaixo:

[FÓRMULA]



24 MAI 2003 237810

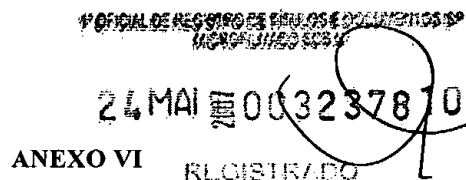
4.1 As Cotas Seniores da [ORDINAL POR EXTENSO] Série deverão ser resgatadas na última Data de Amortização programada, que corresponde a data do término de duração das Cotas desta Série, pelo seu respectivo valor contábil, calculado conforme disposto na Cláusula 15 do Regulamento.

5. Os termos definidos utilizados neste Suplemento terão o mesmo significado atribuído quando utilizados no Regulamento.

6. O presente Suplemento, uma vez assinado pela Instituição Administradora, constituirá parte integrante do Regulamento e por ele será regido, devendo prevalecer as disposições do Regulamento em caso de qualquer conflito ou controvérsia em relação às disposições deste Suplemento. As Cotas Seniores da [ORDINAL POR EXTENSO] Série terão as mesmas características, poderes, direitos, prerrogativas, privilégios, deveres e obrigações atribuídas à classe de Cotas Seniores, exceto com relação aos prazos e valores de amortização e resgate, bem como a remuneração, especificados e expressamente previstos neste Suplemento.

7. O presente Suplemento deverá ser averbado nos registros do Regulamento no 1º Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo.”



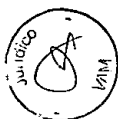


*Este Anexo é parte integrante do Regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Paulista – Veículos, constituído pela Votorantim Asset Management DTVM Ltda.*

#### **DESCRIÇÃO DA METODOLOGIA ADOTADA PARA VERIFICAÇÃO DO LASTRO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS POR AMOSTRAGEM**

Em vista da significativa quantidade de Direitos Creditórios cedidos ao Fundo e da expressiva diversificação de Devedores dos Direitos Creditórios, é facultado ao Custodiante realizar a análise dos Documentos Comprobatórios por amostragem, observado o disposto a seguir:

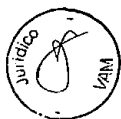
- i) o Custodiante deve analisar bimestralmente a documentação que evidencia o lastro dos Direitos Creditórios, numa data-base pré-estabelecida, sendo que nesta data-base 100% dos Direitos Creditórios que estiverem inadimplentes há mais de 10 (dez) dias serão analisados, independentemente de quem sejam os Devedores dos respectivos Direitos Creditórios. Em relação ao restante de Direitos Creditórios da carteira nesta data-base, será selecionada uma amostra aleatória simples para a determinação de um intervalo de confiança para a proporção de eventuais falhas, baseado numa distribuição binomial aproximada a uma distribuição normal com 95% (noventa e cinco por cento) de nível de confiança, visando uma margem de erro de 10% (dez por cento);
- ii) o escopo da análise da documentação que evidencia o lastro dos Direitos Creditórios contempla a verificação da existência dos Documentos Comprobatórios correspondentes, a avaliação da recuperabilidade dos Documentos Comprobatórios e a sua constituição jurídica. Também compõe o escopo da avaliação a verificação da consulta efetuada ao SERASA pelo Cedente no ato de concessão do financiamento ao Devedor, a verificação da constituição da reserva do gravame do veículo objeto do financiamento em favor do Cedente no SNG, a verificação das declarações do Cedente quanto às características dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo dos Critérios de Elegibilidade e das Condições Adicionais;



24 MAI 2003 003237810

- iii) para a execução da análise da documentação que evidencie o lastro dos Direitos Creditórios, o Custodiante, sob sua responsabilidade, poderá contratar consultoria especializada para prestar os serviços de análise por amostragem dos Direitos Creditórios.

A análise por amostragem justifica-se pelo fato da Cedente possuir mais de 8.800 contratos de financiamento celebrados, os quais geram individualmente Direitos Creditórios com valor médio de R\$12.500,00 (doze mil e quinhentos reais). Os valores e números indicados representam uma média estimada do número de Devedores, quantidade e valor dos créditos de cada Cedente, podendo sofrer alterações de acordo com o desempenho mercadológico e da economia brasileira.



(Esta página foi deixada intencionalmente em branco)

## **ANEXO II**

### **INFORMAÇÕES SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DE RISCO DO FUNDO**

(Esta página foi deixada intencionalmente em branco)

# FUNDOS DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS PAULISTA - VEÍCULOS - SÉRIE 2007-1

## DATA DE FECHAMENTO:

A definir

## AUTOR:

Norton Bastos  
AVP/Analyst  
Structured Finance Group  
América Latina  
(011 55) 11 3043-7305  
Norton.Bastos@moodys.com

Paulo Fugulin  
Associate Analyst  
Structured Finance Group  
América Latina  
(011 55) 11 3043-7306  
Paulo.Fugulin@moodys.com

## CONTATOS:

Susan Knapp  
Managing Director  
Structured Finance Group  
(212) 553-1405  
Susan.Knapp@moodys.com

Maria Muller  
Senior Vice President  
Structured Finance Group  
(212) 553-0300  
Maria.Muller@moodys.com

## CONTATO COM INVESTIDORES:

Brett Hemmerling  
(212) 553-4796  
Brett.Hemmerling@moodys.com

## WEBSITES:

www.moodys.com  
www.moodys.com.br

*Este Relatório Preliminar de Nova Emissão reflete as características da estrutura da emissão, tais quais apresentadas à Moody's em 7 de maio de 2007. Potenciais investidores devem atentar para o fato de que certos fatores relacionados a esta transação ainda estão por ser finalizados. Após o recebimento e revisão conclusiva de toda a documentação legal, de maneira satisfatória, a Moody's irá designar um rating definitivo para esta transação, o qual pode vir a ser diferente do rating apresentado neste Relatório Preliminar. A Moody's disseminará o rating definitivo através de seu serviço de contato com investidores.*

Descrição	Valor (R\$)	% do Valor Original	Rendi- mento	Prazo (meses)	Rating em Escala Nacional	Rating em Escala Global - Moeda Local
2007-1 Quotas seniores	100.000.000	84,5%	N/D <sup>1</sup>	36	(P) <b>Aa2.br</b>	(P) <b>Ba2</b>
2007-1 Quotas Subordinadas	18.400.000	15,5%	N/D	36	Sem Rating	Sem Rating
<b>Total</b>	<b>118.400.000</b>					

<sup>1</sup> A ser definido no processo de book building

## OPINIÃO

A Moody's América Latina (Moody's) atribuiu os ratings preliminares (P)**Aa2.br** na Escala Nacional Brasileira e (P)**Ba2** na Escala Global de Moeda Local para as quotas seniores a serem emitidas pelo FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS PAULISTA - VEÍCULOS, uma securitização lastreada por uma carteira de financiamentos de veículos originada pelo Banco Paulista S.A. (sem rating).

Os ratings preliminares das quotas seniores estão baseados principalmente nos seguintes fatores:

- Qualidade geral da carteira securitizada, composta por financiamentos de veículos leves e pesados, originados pelo Banco Paulista S.A. (sem rating)
- Experiente equipe de crédito do Banco Paulista e sua rigorosa política de crédito
- Suporte de crédito de 15,5%, proporcionado pelas quotas subordinadas
- Excesso de spread mínimo de 4% anualizado
- Reserva de caixa de 3% (calculada sobre os ativos líquidos do Fundo)
- Capacidade do Banco Bradesco S.A. (**Aaa.br** na escala nacional de ratings de depósito bancário da Moody's) como agente de recebimento
- Capacidade do Citibank DTVM S.A. (sem rating) de atuar como custodiante e custodiante reserva ("back-up") da transação
- Critérios de elegibilidade para a compra de ativos, inclusive critérios de origem, prazo máximo de empréstimo e concentração máxima permitida por tipo de veículo
- Estrutura jurídica da operação, incluindo a falência remota do emissor

O Fundo é estruturado como um fundo de investimento em direitos creditórios ("FIDC") do tipo multi-séries, constituído sob a forma de condomínio fechado e negociado somente no Brasil, direcionado somente a investidores qualificados, os quais incluem investidores corporativos e de "private banking", fundos de pensão,



**Moody's Investors Service**

**22 de Maio de 2007**



companhias seguradoras e outros fundos de investimento. O vencimento final do fundo será em 31 de dezembro de 2017, mas cada série individual terá seu prazo legal final específico. A primeira série a ser emitida, a Série 2007-1, terá como meta um retorno para os quotistas seniores de um certo percentual da taxa interbancária brasileira (CDI) e um prazo de 36 meses, com resgates ocorrendo em 24 parcelas mensais após um período de carência de 12 meses. Durante o período de carência, os juros serão pagos semestralmente.

## ORIGINADOR E CUSTODIANTE

O Banco Paulista S.A. é um banco brasileiro de médio porte, especializado em crédito pessoal e financiamento de automóveis, assim como empréstimos corporativos concedidos a empresas de médio e grande porte do país. O banco iniciou suas atividades como instituição financeira em 1989, após seus controladores transformarem a corretora sediada em São Paulo, Sociedade Corretora Paulista, fundada em 1967, em banco múltiplo. O acionista controlador é o Sr. Álvaro Augusto Vidigal Filho, com 64,9% das ações com direito a voto.

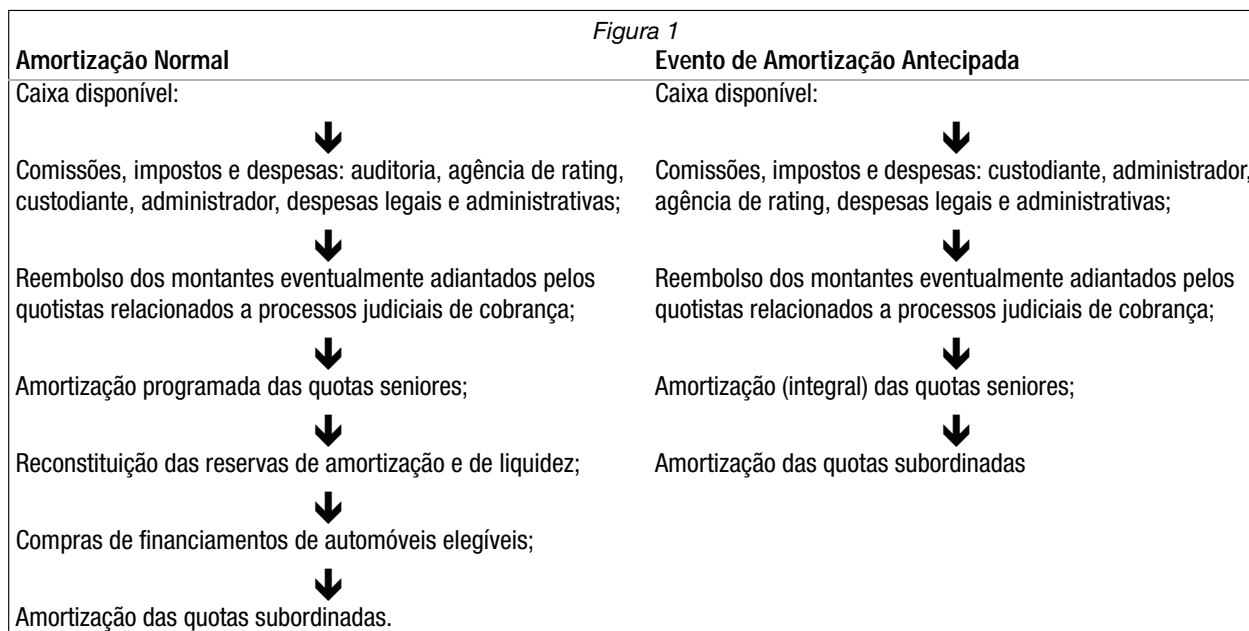
Em 2005, o banco mudou seu foco de atuação para o mercado de varejo, com particular ênfase na originação de empréstimos consignados para pessoas físicas e financiamentos de veículos. Sediado em São Paulo, o banco possui sete filiais, localizadas em Curitiba, Ribeirão Preto, Campinas, Belo Horizonte, São José do Rio Preto, Recife e Uberlândia.

## RESUMO DO RATING

**Pagamento de Juros Tempestivos e Principal ao Final.** O objetivo de rendimento para as quotas seniores do Fundo é do recebimento dos rendimentos pontualmente, nas datas apazadas e o pagamento do principal no prazo final de cada série, ou antes.

**A Ordem de Aplicação dos Recursos Permite um Pagamento Acelerado Para as Quotas Seniores Quando da Ocorrência de um Evento de Amortização Antecipada**

A ordem de aplicação de recursos no programa multi-séries é ilustrada na *Figura 1* abaixo:



**Riscos de Pré-Pagamento** O fundo adquire parcelas de contratos utilizando um certo desconto sobre os recebíveis. Se os ativos forem descontados a uma taxa que seja menor do que os juros embutidos nos empréstimos, o pré-pagamento de um empréstimo nesta condição poderia levar a uma insuficiência de recursos para o fundo, uma vez que o mutuário paga um montante menor do que o valor das parcelas do contrato securitizado. O excesso de spread de 4% mitiga esse risco. Além disso, a operação conta com um gatilho de pré-pagamento de 6% acumulados, calculado sobre o valor original das cotas seniores.

**Excesso de Spread Mínimo Oferece Suporte de Crédito Adicional para a Transação** Há um limite mínimo de 4% de excesso de spread a ser adicionado ao rendimento dos recebíveis adquiridos pelo Fundo, proporcionando uma garantia adicional à subordinação para mitigar os riscos de pré-pagamento, descasamento de taxas de juros, tarifas e despesas, além das perdas com crédito.

**Eventos de Avaliação Incluem Eventos de Amortização Automáticos e Não-Automáticos.** O Fundo pode sanar alguns eventos não-automáticos através da emissão de mais quotas subordinadas, ou resgatando as quotas seniores de modo a re-enquadrar a operação. Se o evento não for sanado, as aquisições rotativas serão suspensas, assim como o resgate das quotas subordinadas, e o administrador convocará uma assembleia de quotistas para decidir se (i) haverá renúncia ao evento, de modo temporário ou permanente, ou (ii) declarará um evento de amortização antecipada, dando início ao processo de amortização antecipada do fundo.

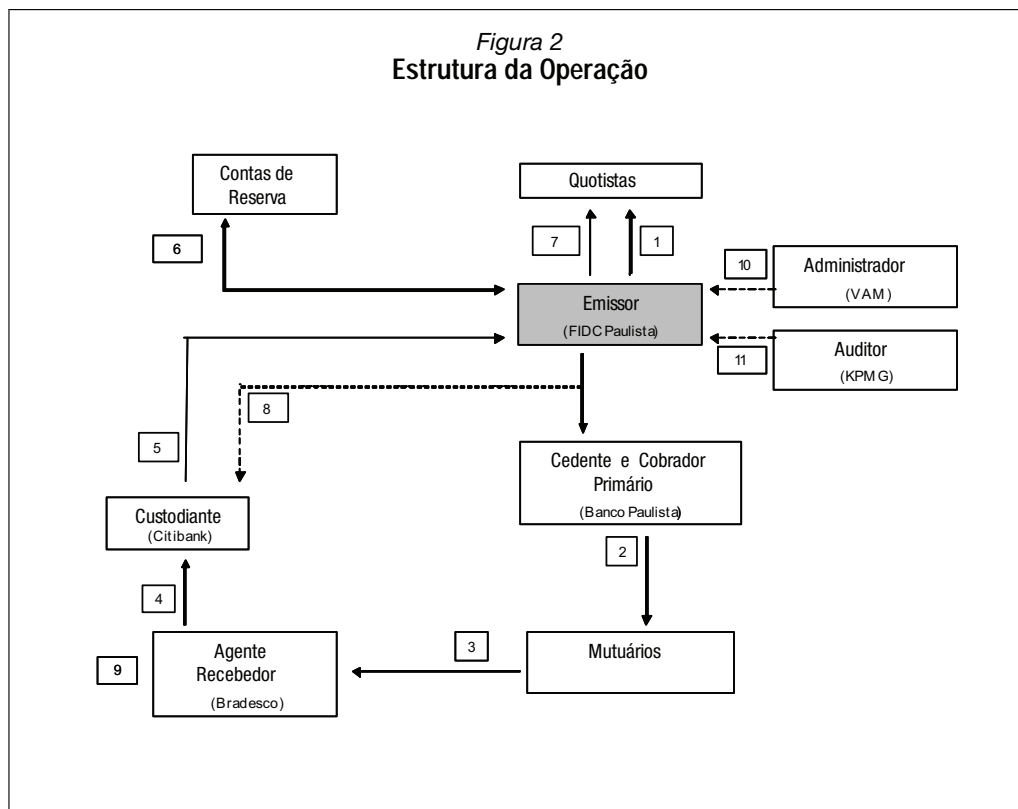
Dentre os principais eventos de amortização antecipada não-automáticos, destacam-se:

- Rebaixamento do rating para abaixo de **Aa3.br**
- Violação da subordinação mínima (cinco dias para sanar)
- Excesso de spread mínimo disponível abaixo de 4% (anualizado) por dois meses consecutivos ou por três meses não consecutivos
- Violação de algum dos indicadores de desempenho (atrasos), por três meses consecutivos ou não consecutivos, dentro de um período de 12 meses
- Pré-pagamentos acumulados ou recompras superiores a 6% do valor inicial da emissão das quotas seniores, em uma base acumulada

Além disso, eventos automáticos de liquidação podem incluir alguns dos seguintes:

- Falência do Banco Paulista S.A., do Banco Bradesco S.A. e/ou da VAM DTVM Ltda.
- Um evento de avaliação é atingido e os quotistas seniores votam pela liquidação antecipada da transação
- Abandono e/ou impedimento legal de se utilizar a taxa CDI no cálculo do rendimento das quotas seniores
- Inadimplementos contratuais

A Figura 2 abaixo ilustra, de maneira simplificada, a estrutura da transação:



1. O Fundo emite a primeira série das quotas seniores para os investidores
2. Contratos de financiamento de veículos são originados quando o Banco Paulista concede crédito a tomadores elegíveis, segundo sua política interna de aprovação de crédito
3. Os tomadores fazem pagamentos mensais (principal + juros), usando boletos bancários em qualquer banco no Brasil (exceto se a parcela estiver com mais de 10 dias de atraso, situação em que o pagamento deve ser feito diretamente na conta do Banco Paulista, através de um novo boleto emitido pelo Banco Paulista ou por uma firma de cobrança terceirizada)
4. O Bradesco como agente recebedor, através do código de barras do boleto, imediatamente identifica os fluxos de caixa como pertencentes ao emissor
5. O Bradesco remete esses fluxos de caixa para uma conta bancária mantida no custodiante (Citibank), em nome do fundo
6. O custodiante aplica o caixa de acordo com a ordem de aplicação dos recursos
7. Em qualquer data de cobrança, o administrador instruirá o custodiante a usar o caixa disponível para realizar os pagamentos do serviço da dívida aos investidores
8. Depois que o custodiante verifica os critérios de elegibilidade, o administrador agindo em nome do fundo, usará qualquer caixa remanescente para comprar (venda perfeita e acabada) outros contratos elegíveis de financiamento de veículos do Banco Paulista
9. O custodiante monitora a carteira e verifica a aderência aos gatilhos da transação
10. VAM DTVM Ltda, como administrador, é civil e criminalmente responsável pelos atos por ordem e conta do fundo
11. A KPMG audita os demonstrativos financeiros do emissor de acordo com as exigências legais e as disposições do contrato

## **Originação e Aprovação de Crédito**

### **Originação - Promotores de Vendas**

O Banco Paulista possui uma rede de 150 promotores de venda, registrados junto ao Banco Central do Brasil, responsáveis por originar financiamentos através de uma rede de concessionárias de veículos. Os 10 principais promotores de vendas concentram cerca de 50% do volume de originação, enquanto o maior promotor de vendas concentra até 8%. Atualmente, os promotores de vendas do Paulista originam transações em cerca de 2.300 concessionárias. As 10 principais concessionárias concentram cerca de 28% do volume de originação, e a maior delas concentra cerca de 4%.

Todos os promotores de vendas devem ser aprovados pelo departamento comercial do Paulista. Abaixo segue uma lista de documentos que um potencial promotor de vendas deve apresentar ao se candidatar como promotor de vendas e originador de financiamentos do Paulista:

- Formulário da Companhia e Controle Acionário
- Cópia do RG e CPF
- Contrato social e estatuto da empresa

Além desses documentos, o Banco Paulista verificará se há alguma restrição junto a serviços de proteção ao crédito para a respectiva empresa, e verifica sua reputação no mercado.

Concessionários de veículos são apresentados ao Paulista por promotores de vendas para serem aprovados pelo Banco Paulista. Cada concessionária potencial é visitada por um representante do banco. Uma das exigências para que uma concessionária seja aprovada pelo Banco Paulista é de o negócio deva existir há pelo menos 12 meses, sem restrições junto a serviços de proteção ao crédito, tanto para a concessionária como para seus acionistas.

### **Originação - Tomadores**

O Banco Paulista origina dois tipos de financiamentos garantidos por um veículo: (i) a transação tradicional de financiamento de veículo, em que o tomador utiliza o recurso obtido para comprar o veículo e (ii) a transação de refinanciamento, em que o recurso concedido através do empréstimo não possui destino específico, mas o veículo é dado como garantia para o empréstimo. O processo de aprovação de crédito segue as mesmas diretrizes para os dois tipos de empréstimo, com variação apenas em alguns parâmetros, pois as transações de

refinanciamento têm valor máximo de empréstimo inferior e maiores pagamentos mínimos de entrada. Cerca de 87% da carteira do Banco Paulista é formada por financiamentos tradicionais de veículos.

O banco possui um extenso manual de aprovação de crédito que deve ser seguido por todos os seus analistas. As principais exigências para que a transação seja aprovada são:

- O tomador deve ter entre 18 e 75 anos
- Se o tomador for pessoa jurídica, deve possuir histórico operacional de pelo menos dois anos
- O veículo a ser financiado ou dado em garantia deve estar livre de qualquer ônus ou gravame
- O valor máximo do empréstimo para as transações de refinanciamento é de R\$ 30.000 a R\$ 35.000, dependendo do tipo de veículo
- Prazo mínimo de financiamento de seis meses

A *Figura 3* abaixo ilustra as principais diretrizes para aprovação de crédito do Banco Paulista em relação ao prazo máximo, entrada mínima e índice máximo de dívida/renda para veículos leves (carros) e veículos pesados (caminhões):

Figura 3					
Tipo de Veículo	Ano de Uso		Prazo Máximo	Entrada Mínima	Comprometimento de Renda
	De	Até			
Leve	Novo	3	37 a 48 meses	20%	25%
	4	6			48 meses
	7	11	36 meses	30%	
	12	16			
	17	18			
Tipo de Veículo	Ano de Uso		Prazo Máximo	Entrada Mínima	Comprometimento de Renda
	De	Até			
Pesado	Novo	6	48 meses	30%	30%
	7	11			36 meses
	12	16			
	17	21			
	22	26			

### Cobranças e Gestão do Financiamento

Para cada novo financiamento, o Banco Paulista entra em contato com o tomador para confirmar o recebimento do boleto a ser pago até o final do contrato de financiamento, 10 dias antes da data de vencimento da primeira parcela. Todos os tomadores farão pagamentos decorrentes dos contratos de empréstimo/financiamento através desse boleto, que pode ser pago em qualquer banco no Brasil e pelos websites de bancos, usando as opções de pagamento de contas. Financiamentos com atrasos de até 10 dias devem ser pagos apenas nas agências do agente recebedor (Banco Bradesco). Financiamentos com atrasos superiores a 10 dias não podem ser pagos pelo boleto, apenas diretamente no Banco Paulista.

O Banco Paulista, como agente responsável por receber financiamentos em atraso, utiliza os seguintes procedimentos:

- No 11o dia de atraso, através de uma firma terceirizada, entra em contato com o devedor para exigir o pagamento;
- No 32o dia de atraso, envia o nome do devedor para um serviço de proteção ao crédito;
- Entre o 33o e 49o dia, o aviso de atraso é enviado ao cartório para registro e inicia-se um processo judicial para recuperar o veículo;
- De 45 o e 70o dia inicia-se a execução da dívida.

Os valores recolhidos diretamente pelo Banco Paulista (pagamentos com mais de 10 dias de atraso) devem ser transferidos para o fundo no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis nos primeiros seis meses de vida do fundo, devendo este prazo ser reduzido para 3 (três) dias úteis a partir do sexto mês.

## **Crêterios de Elegibilidade e Condições Adicionais**

Todos os financiamentos a serem cedidos ao Fundo devem atender aos seguintes critérios de elegibilidade, conforme mostra a *Figura 4*:

*Figura 4*  
**Crêterios de Elegibilidade de Transação e Condições Adicionais**

- A primeira parcela do financiamento já deve ter sido paga
- A concentração máxima por tipo de veículo (calculada sobre o saldo da carteira)   a seguinte: veículos leves (100%) e veículos pesados (45%) - motocicletas não são elegíveis
- Os financiamentos devem ter taxa de juros pré-fixada
-  ndice de Financiamento (LTV) original máximo de 83,3%
- Os tomadores devem estar adimplentes com o originador e em qualquer outro contrato atribuído ao fundo
- Os tomadores não devem ter restrição acima de R\$ 100 em órgãos de proteção ao crédito
- Comprometimento de renda (DTI) máximo de 30%
- A concentração máxima por tomador de 0,40% dos ativos do fundo ou R\$ 300.000, o que for menor
- Idade máxima por tipo de veículo: veículos leves com no máximo 18 anos e veículos pesados com no máximo 26 anos

## **ADMINISTRADOR E CUSTODIANTE**

### ***Citibank DTVM S.A. como Custodiante e Custodiante Reserva ("Back-up")***

O Citibank DTVM S.A. (sem rating) atuará como custodiante da transação. Sua responsabilidade inclui, entre outros deveres, verificar se todos os direitos creditórios atendem aos critérios de elegibilidade, monitorar os gatilhos de amortização antecipada, além de administrar todas as atividades operacionais e financeiras diárias do emissor.

### ***VAM DTVM Ltda. como Administrador***

A VAM DTVM Ltda. (VAM) atuará como administradora da transação, sendo responsável por lidar com todas as comunicações com partes externas, inclusive a CVM, a auditoria, investidores e a agência de rating. Fundada em 1999, VAM é a 14a maior instituição de administração de recursos de terceiros (asset management), com R\$16 bilhões de ativos sob administração em março de 2007, de acordo com dados fornecidos pela ANBID. O administrador será civil e criminalmente responsável pelos atos por conta e ordem do Fundo. O administrador sub-contratou o custodiante para realizar as principais funções fiduciárias, conforme estipulado nos documentos da transação. A ausência do administrador, por qualquer motivo, provocar  um evento automático de amortização da transação. O administrador não pode renunciar sem que exista um substituto.

## **DESEMPENHO DA CARTEIRA**

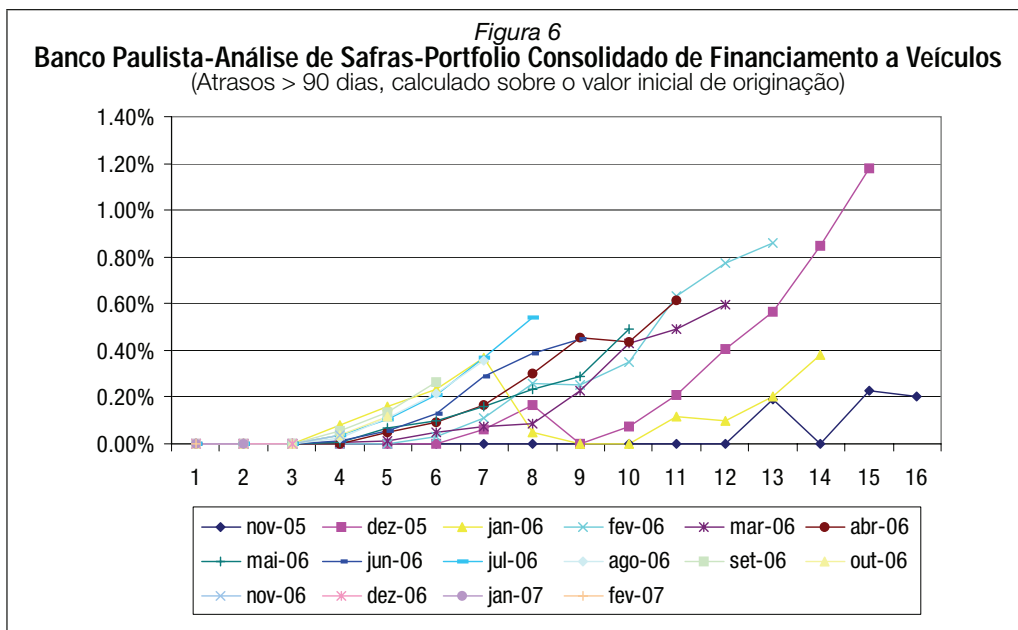
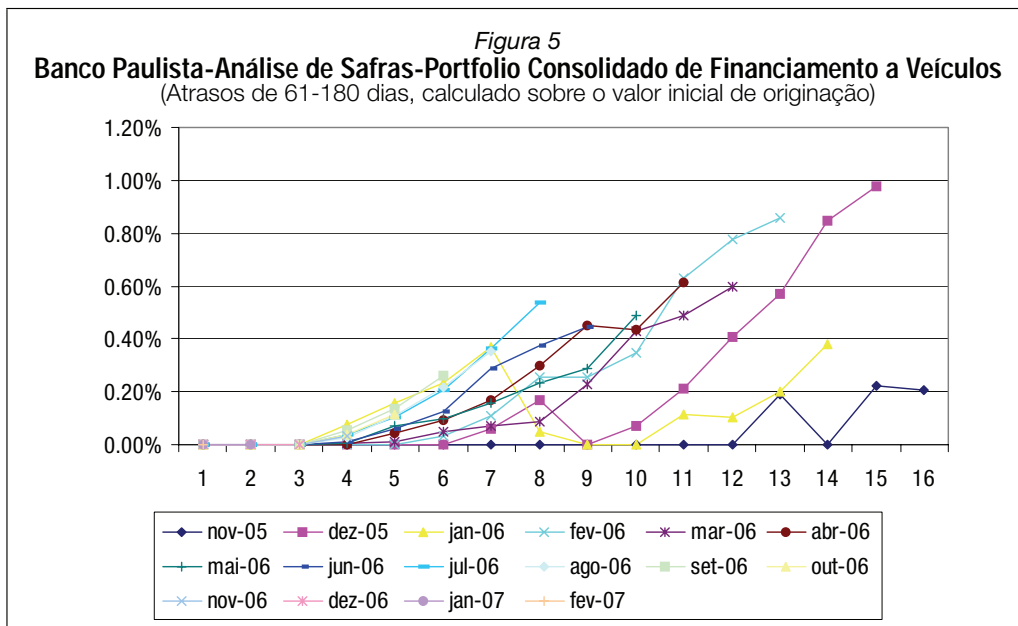
Os dados do desempenho histórico da carteira do Banco Paulista são limitados, pois o banco começou a operar com financiamentos de veículos a partir de novembro de 2005. As informações históricas foram auditadas pela KPMG e incluíram um período de 16 meses, de novembro de 2005 (primeiro mês de originação) a fevereiro de 2007.

Durante o período analisado, o Banco Paulista originou 11.554 contratos de empréstimo com parcelas totalizando R\$ 232,4 milhões (valor futuro). O valor médio dos empréstimos foi de R\$ 11.608. Cerca de 43,2% dos empréstimos originados foram para comprar veículos leves e 42,2% para veículos pesados. Cerca de 30% do volume de empréstimo foi originado no município de São Paulo (estado de São Paulo), 22% no município de Campinas (estado de São Paulo) e 13% no município de Belo Horizonte (estado de Minas Gerais). Cerca de 92% dos empréstimos tiveram prazo de até 36 meses e 82% deles foram de até R\$50.000. Cerca de 87% dos veículos eram do ano 1986 ou mais novos.

O nível de cancelamentos, renegociações e pr -pagamentos durante o período analisado foi de 0,26%, 0,02% e 0,35%, respectivamente, do valor original. Segundo os dados fornecidos, em 28 de fevereiro de 2007, cerca de R\$ 34,6 milhões de empréstimos eram devidos, dos quais 43,9% foram pagos até a data de vencimento,

78,8% foram pagos com até 30 dias de atraso e 90% foram pagos com até 180 dias de atraso. Cerca de 10% dos empréstimos continuaram pendentes de pagamento.

As Figuras 5 e 6 abaixo ilustram a análise histórica da carteira de financiamento de veículos do Banco Paulista



### Suporte de Crédito e Metodologia da Moody's para Securitização de Financiamento de Veículos

Para atribuir o rating provisório às quotas seniores, a Moody's teve que determinar a perda esperada para a carteira de financiamentos de veículo, que é uma medida da probabilidade de inadimplência e de recuperação esperada. A Moody's analisou o desempenho histórico da carteira do emissor, inclusive os dados estáticos de desempenho para a carteira total de financiamento de veículos, e usou essa informação como um indicador para estimar tendências futuras.

Devido à limitada disponibilidade de informações históricas, a Moody's também usou como dado para seu indicador de perda os dados históricos e o indicador de perda de transações similares classificadas pela Moody's. Além disso, não foi atribuído crédito para recuperações (100% de severidade) devido aos altos custos (legais, estacionamento, conserto, multas e impostos) associados com a retomada da posse de um veículo e a falta de volume de dados críticos para estimar esses valores de forma mais precisa.

A Moody's acredita que os rígidos critérios de elegibilidade do fundo, as diretrizes de aprovação de crédito do Banco Paulista e o nível de subordinação mínima e de excesso de spread no Fundo são compatíveis com os ratings atribuídos às quotas seniores.

## ASPECTOS LEGAIS

A estrutura legal da transação possui provisões adequadas para segurança dos quotistas. Os aspectos legais centrais considerados na análise da Moody's foram os seguintes:

### ***Segregação de Ativos entre o Originador e a Custódia é Aperfeiçoado pela Venda Perfeita e Acabada.***

A segregação de riscos entre o Banco Paulista (atuando como originador) e o FIDC Paulista (atuando como o Emissor) se dá através da venda perfeita e acabada e da cessão definitiva dos contratos do originador ao fundo, ainda mais aperfeiçoado pelos termos da cessão de direitos de crédito transferidos sob o código civil brasileiro. A falência do originador não afetará os ativos do fundo, pois são legalmente protegidos dos credores do originador.

***Impossibilidade da Falência de um FIDC.*** O Emissor foi definido como um FIDC, que é uma entidade de remoto risco de falência, por sua própria natureza. Além disso, por ser um fundo de investimento, o limite das obrigações de um FIDC para os seus quotistas é equivalente ao valor de mercado de seus ativos.

***Eficácia do Direito Real de Propriedade do Veículo contra Terceiros.*** A eficácia do direito real sobre a propriedade do veículo que lastreia as quotas do Fundo, contra terceiros, está regulamentado pelo artigo 1361, § 1 do Código Civil, pela Lei no 4728/1965 e pela Portaria 14/2003 do Departamento Nacional de Trânsito (Denatran) e Resolução 159/2004 do Contrans. Tal eficácia contra terceiros é aperfeiçoada através do registro do veículo no "Detran", utilizando-se o código nacional de registro de veículos automotores (o "Renavam"), e listando o Renavam no Sistema Nacional de Gravames ("SNG"), que é uma base de dados eletrônica centralizada de todos os registros de veículos em circulação.

***A Cessão da Alienação Fiduciária em Garantia Permite que o Administrador dê Início a Procedimentos de Retomada em Nome dos Investidores.*** A alienação fiduciária do banco originador para o emissor é legal e está regulamentada pelo artigo 1361 do Código Civil e pelas Resoluções 2686/2000 e 2907/2001 do Conselho Monetário Nacional brasileiro. O Administrador, em nome de um FIDC, pode iniciar os procedimentos de retomada do bem de acordo com a Lei nº 10931/2004 em conjunto com a Lei no 4728/1965, que estipulam que é possível a cessão da alienação fiduciária em garantia a entidades que não são integrantes do sistema financeiro, tais como um FIDC, porque o financiamento foi originado e vendido dentro do âmbito do mercado financeiro. Um banco, uma seguradora ou um administrador agindo por ordem e conta de um FIDC pode iniciar procedimentos extrajudiciais de retomada de um veículo depois de 30 dias que um financiamento ter sido considerado vencido e não pago. Essa prerrogativa está estipulada pela Lei 10.931/2004, juntamente com o 3º artigo do Decreto Lei 911/1969.

***O Risco de Fungibilidade Existe Sobre os Valores Recebidos dos Financiamentos Pagos Após o 10º dia de Atraso.*** Após o 10º de atraso, os tomadores não podem pagar os boletos nas agências do agente receptor (Banco Bradesco). Sendo assim, os pagamentos devem ser feitos diretamente na conta do Banco Paulista. Os esforços de cobrança são feitos pelo Banco Paulista e/ou por uma empresa de cobrança terceirizada. Segundo os dados históricos fornecidos, mais de 18% dos financiamentos devidos no período analisado foram pagos com mais de 15 dias de atraso. O Banco Paulista tem a obrigação de transferir os valores recolhidos para sua conta vinculada aos financiamentos vendidos ao fundo dentro de cinco dias úteis para a conta do fundo, durante os primeiros seis meses de existência do fundo, e dentro de três dias úteis depois disso.

Embora a Moody's seja da opinião de que o fundo deve ter os direitos sobre os fluxos de caixa, conforme estabelecido por lei, no caso de falência do Banco Paulista, o momento em que esses fundos seriam liberados é incerto. Por este motivo, o equivalente a 3% da carteira de direitos creditórios do fundo será segregado em uma conta separada em nome do fundo (reserva de liquidez), reduzindo o risco de que, se houver algum

problema com a transferência de fundos perto do final da transação, pode não haver caixa suficiente disponível para realizar os pagamentos aos investidores.



## SUMÁRIO DA TRANSAÇÃO

Quotas Seniores:	(P) <b>Aa2.br</b> Escala Nacional Brasileira e (P) <b>Ba2</b> Escala Global de Moeda Local
Quotas subordinadas:	Sem rating
Emissor:	FIDC Paulista - Veículos
Tipo de Ativo:	Contratos de Financiamento de Veículos
Originador e Cobrador Primário:	Banco Paulista S.A. (sem rating)
Administrador:	VAM DTVM Ltda.
Custodiante Principal e Reserva	Citibank DTVM S.A. (sem rating)
Agente Receptor	Banco Bradesco S.A. (com rating de depósito bancário <b>Aaa.br</b> na Escala Nacional)
Assessor Jurídico:	Levy & Salomão Advogados
Auditor Externo:	KPMG Auditores Independentes

Doc ID# SF99295

Direito Autoral: 2006 Moody's Investors Service, Inc., 99 Church Street, Nova York, Nova York 10007 e/ou qualquer uma de suas subsidiárias, incluindo Moody's Assurance Company, Inc., e Moody's América Latina Ltda.(conjuntamente "MOODY'S"); Av. das Nações Unidas, 12.551 — 16o andar, CEP 04578-903; São Paulo; SP — Brasil. Todos os direitos reservados. **TODAS AS INFORMAÇÕES CONTIDAS NESTE DOCUMENTO SÃO PROTEGIDAS POR DIREITOS AUTORAIS EM NOME DA MOODY'S INVESTORS SERVICE, INC ou qualquer uma de suas subsidiárias, incluindo Moody's América Latina Ltda., E NENHUMA DESSAS INFORMAÇÕES PODE SER COPIADA OU DE OUTRA FORMA REPRODUZIDA, REEMBALADA, AINDA TRANSMITIDA, TRANSFERIDA, DIVULGADA, REDISTRIBUÍDA OU REVENDIDA OU ARMAZENADA PARA USO SUBSEQÜENTE PARA QUALQUER DESSES FINS, NO TODO OU EM PARTE, EM QUALQUER FORMA OU MANEIRA OU POR QUALQUER MEIO QUE SEJA, POR QUALQUER PESSOA SEM O PRÉVIO CONSENTIMENTO POR ESCRITO DA MOODY'S.** Todas as informações contidas neste documento são obtidas pela MOODY'S de fontes por ela consideradas como sendo precisas e confiáveis. Devido à possibilidade de erro humano ou mecânico bem como outros fatores, contudo, essas informações são fornecidas "como estão" sem garantia de qualquer tipo e a MOODY'S, especificamente, não faz qualquer declaração ou concede qualquer garantia, expressa ou implícita, quanto à precisão, pontualidade, inteireza, comerciabilidade ou adequação a qualquer fim específico de qualquer dessas informações. Sob nenhuma circunstância a MOODY'S terá qualquer responsabilidade perante qualquer pessoa física ou jurídica por (a) quaisquer prejuízos ou danos, no todo ou em parte, sofridos por, resultantes de ou referentes a qualquer erro (por negligência ou de outra forma) ou outra circunstância ou contingência, dentro ou fora do controle da MOODY'S ou de qualquer de seus diretores, administradores, empregados ou agentes em relação à obtenção, coleta, compilação, análise, interpretação, comunicação, publicação ou entrega de qualquer dessas informações, ou (b) quaisquer danos diretos, indiretos, especiais, imprevistos, compensatórios ou inerentes de qualquer natureza (incluindo sem limitações, perda de lucros), mesmo se a MOODY'S for informada antecipadamente da possibilidade desses danos, resultantes do uso ou incapacidade de uso, de qualquer dessas informações. Os ratings de crédito e os comentários nos relatórios de análise financeira, se houver, que fazem parte das informações contidas neste documento, são e devem ser interpretados somente como declaração de opinião e não declaração de fato ou recomendações de compra, venda ou detenção de quaisquer valores mobiliários. **NENHUMA GARANTIA, EXPRESSA OU IMPLÍCITA, QUANTO À PRECISÃO, PONTUALIDADE, INTEIREZA, COMERCIALIZABILIDADE OU ADEQUAÇÃO A QUALQUER FIM ESPECÍFICO DE QUALQUER RATING OU OUTRA OPINIÃO OU INFORMAÇÃO É DADA PELA MOODY'S DE QUALQUER FORMA OU MANEIRA QUE SEJA.** Cada rating ou outra opinião deve ser pesada como apenas um fator em qualquer decisão de investimento tomada por, ou em nome de, qualquer usuário das informações contidas neste documento e cada um desses usuários deve, conseqüentemente, realizar seu próprio estudo e avaliação de cada valor mobiliário, de cada emissor e garantidor de, de cada fornecedor de apoio de crédito para, cada valor mobiliário que ele possa considerar comprar, deter ou vender.

A MOODY'S neste ato divulga que a maioria dos emissores de valores mobiliários de dívida (incluindo títulos corporativos e municipais, debêntures, notes e notas promissórias) e de ações preferenciais classificadas pela MOODY'S se obrigou, antes da atribuição de qualquer rating, a pagar a MOODY'S, por serviços de avaliação e rating por ela prestados, taxas de US\$1.500 a US\$2.400.000. A Moody's Corporation (MCO) e sua subsidiária integral, a agência de classificação de risco Moody's Investors Service (MIS), também mantêm políticas e procedimentos a fim de atender à independência dos ratings e dos processos de rating da MIS. Informações acerca de certas afiliações que possam existir entre diretores da MCO e entidades classificadas por ratings, e entre entidades que possuem ratings da MIS e também informaram publicamente à SEC (Security and Exchange Commission — EUA) participação acionária maior que 5% na MCO, são postadas anualmente no website da Moody's — [www.moody's.com](http://www.moody's.com) — sob o tópico "Shareholder Relations — Corporate Governance — Director and Shareholder Affiliation Policy."

A Moody's Investors Service Pty Limited não detém uma licença para serviços financeiros Australianos de acordo com o Corporations Act. Esta opinião de rating de crédito foi feita sem considerar quaisquer de seus objetivos, situação financeira ou necessidades. Você deve, antes de tomar partido dessas opiniões, considerar a adequação do parecer aos seus próprios objetivos, situação financeira e necessidades.

### **ANEXO III**

#### **RELATÓRIO DA KPMG RELATIVO À CARTEIRA DE DIREITOS CREDITÓRIOS DO BANCO PAULISTA, ORIGINADOS DE FINANCIAMENTOS**

(Esta página foi deixada intencionalmente em branco)

**Banco Paulista S.A.****Relatório de revisão especial da carteira  
de direitos creditórios**

Este relatório foi elaborado a partir da base de dados e das demais informações fornecidas pelo Banco Paulista S.A. É importante ressaltar que o comportamento passado da carteira de Direitos Creditórios não constitui garantia de que este venha, no futuro, a se repetir ou sofrer alterações. Este relatório não constitui garantia por parte da KPMG quanto a solvência, adimplemento, pontualidade ou qualidade da carteira de Direitos Creditórios. Nenhuma decisão de adquirir as quotas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios deverá ser tomada somente com base nas informações contidas neste relatório. O conteúdo deste instrumento deve ser cuidadosamente analisado, levando-se em consideração todas as informações contidas neste prospecto.



**KPMG Risk Advisory Services Ltda.**  
R. Dr. Renato Paes de Barros, 33  
04530-904 - São Paulo, SP - Brasil  
Caixa Postal 2467  
01060-970 - São Paulo, SP - Brasil

Central Tel 55 (11) 2183-3000  
Fax Nacional 55 (11) 2183-3001  
Internacional 55 (11) 2183-3034  
Internet [www.kpmg.com.br](http://www.kpmg.com.br)

Ao  
Banco Paulista S.A.  
São Paulo - SP

30 de março de 2007

Atenção: Sr. Norival Puglieri

Prezados senhores:

Em conformidade com os termos de nossa proposta de prestação de serviços, datada de 18 de janeiro de 2007, apresentamos nosso relatório a respeito da execução de determinados procedimentos pré-acordados definidos com representantes do Banco Paulista S.A. e seus parceiros estratégicos, grupo encarregado do processo de estruturação do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC).

Nossos trabalhos foram executados em conformidade com as normas profissionais relativas à execução de trabalhos de revisão emanadas do Conselho Federal de Contabilidade e do IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil.

Agradecemos o apoio da gerência e dos funcionários do Banco Paulista S.A. no transcurso de nossos trabalhos e colocamo-nos à sua inteira disposição para prestarmos quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

Ricardo Anhesini Souza  
*Sócio*

Pedro Vitor Zago  
*Diretor*



MINUTA

**Banco Paulista S.A.**  
*Relatório de revisão especial da  
carteira de direitos creditórios*

## **Conteúdo**

1	Introdução	1
2	Apresentação do perfil da carteira de recebíveis	2
3	Descrição dos procedimentos de revisão aplicados	16
4	Descrição do processo de crédito	17
5	Procedimentos de cobrança de crédito em atraso	25

## 1 Introdução

O Banco Paulista S.A. (“Banco Paulista” ou “Originador”) em conjunto com o UNIBANCO - União de Bancos Brasileiros S.A. - denominados em conjunto “Grupo Estruturador” - está desenvolvendo uma estrutura de securitização de recebíveis por meio da cessão de créditos a um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC). Esses recebíveis são representados por contratos de financiamento - CCB para a compra de veículos leves e pesados, com alienação fiduciária, gerados exclusivamente pelo Cedente e serão cedidos ao FIDC mediante o atendimento de certos critérios de elegibilidade a serem definidos pelo Grupo Estruturador.

Segundo informações fornecidas pelo Grupo Estruturador, a execução dos procedimentos pré-acordados, objeto de nossa contratação, atenderá aos seguintes principais objetivos:

- Confirmar, por meio de recálculo e verificação, os dados relativos às características demográficas e à *performance* da carteira de crédito, para um período histórico de 16 meses, compreendido entre 1º de novembro de 2005 e 28 de Fevereiro de 2007, período este em que o Originador trabalha com esta modalidade de operação;
- Levantar e obter entendimento dos fluxos de originação e cobrança desses recebíveis e verificar sua aderência em relação às políticas estabelecidas pelo Originador dos recebíveis, com base em testes por amostragem.

Dessa forma, os seguintes procedimentos pré-acordados formaram o escopo de nossos trabalhos, sendo executados, principalmente, por meio da leitura de um conjunto de informações e bases de dados fornecidas pela área de Sistemas e Processos do Banco Paulista, contemplando o período definido acima.

- Procedimentos relativos à verificação de dados demográficos:
  - Distribuição do volume mensal de contratos originados;
  - Distribuição do volume financeiro e da quantidade de contratos por prazo médio das operações;
  - Distribuição dos recebíveis por faixas de valor, para fins de apuração de concentração de operações.
- Procedimentos relativos à verificação da pontualidade e de *performance* de crédito:
  - Cálculo do prazo médio de atraso e respectivos desvios-padrão;
  - Distribuição dos volumes financeiros a vencer, liquidados e vencidos na data-base de nossos trabalhos;
  - Distribuição dos volumes financeiros a vencer, liquidados e vencidos, segregados pelos respectivos meses de originação (*pool* estático);



- Identificação dos volumes e respectivos percentuais em relação ao total de originações, do evento de descontos concedidos a clientes.

A base de dados utilizada para fins de recálculo dos índices e indicadores discutidos acima foi submetida a procedimentos de reconciliação com os registros contábeis do Cedente, conforme apresentado no item 3 deste Relatório.

### **Outras informações**

Enfatizamos que este trabalho não representa uma auditoria, executada conforme normas de auditoria aplicáveis no Brasil, e portanto não deve ser interpretado como tal. Nossos trabalhos foram executados no período de 12 de janeiro a 30 de março de 2007 e tomaram por base a estrutura das áreas de crédito e cobrança e tecnologia vigentes naquele período. Conforme acordado com representantes do Grupo Estruturador da operação, não foi requerida a atualização dos dados entre essa data de conclusão de nossos trabalhos e a data de emissão deste relatório.

## **2 Apresentação do perfil da carteira de recebíveis**

### **2.1 Produção mensal**

O somatório dos arquivos gerados pela Cedente indica que esta gerou, no período de 16 meses sob análise, compreendido entre 1º de novembro de 2005 e 28 de Fevereiro de 2007, um volume de 11.554 contratos, com um valor total de parcelas (PMT) de R\$ 232.339 mil. O arquivo disponibilizado para executar as análises, objeto de nossa contratação, foi produzido pela Gerência de Sistemas e Processos da Cedente e submetido à avaliação de consistência conforme apresentado na seção 3 deste relatório.

Uma consideração necessária em uma operação de securitização de recebíveis *revolving* é a capacidade de originação continuada, ou seja, é preciso que a Cedente disponha de recebíveis em uma base constante, para absorver a liquidez gerada com o recebimento, pela FIDC, das operações vencidas e liquidadas.

Dessa forma, compilamos para o período total de 16 meses sob análise informações mensais referentes ao faturamento da Cedente, incluindo a totalidade dos contratos, conforme apresentado na tabela e no gráfico 2.1 a seguir:

**Tabela 2.1 - Produção mensal referente ao valor total das parcelas, ao valor liberado e à quantidade de contratos**

Origem	Somatório do valor das parcelas		Somatório do valor liberado		Quantidade de contratos	
	R\$(000)	%	R\$(000)	%		%
Nov/05	994	0,7	1.659	0,7	43	0,4
Dez/05	1.688	1,3	2.899	1,2	88	0,8
Jan/06	1.713	1,3	2.863	1,2	93	0,8
Fev/06	2.136	1,6	3.646	1,6	120	1,0



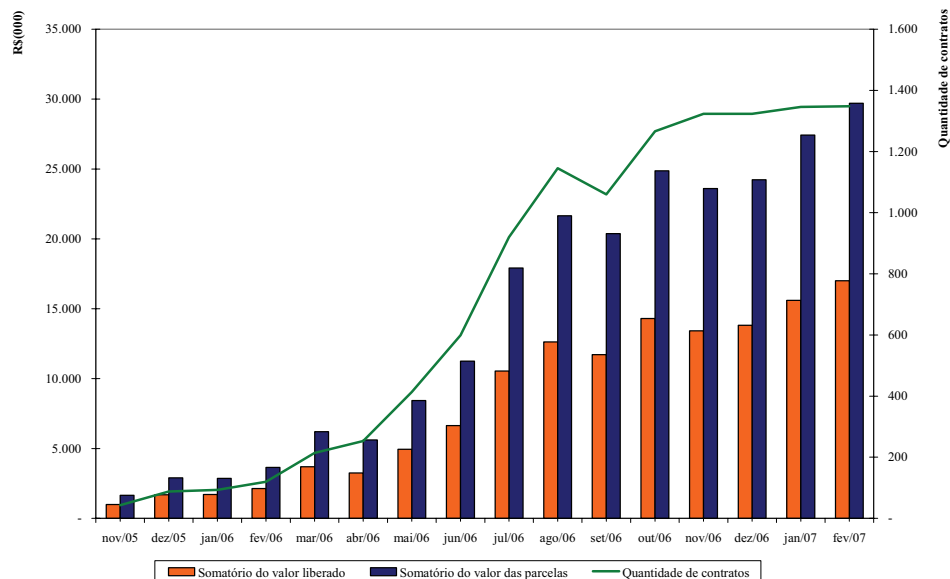


MINUTA

**Banco Paulista S.A.**  
Relatório de revisão especial da  
carteira de direitos creditórios

Origem	Somatório do valor das parcelas R\$(000)	%	Somatório do valor liberado R\$(000)	%	Quantidade de contratos	%
Mar/06	3.687	2,7	6.200	2,7	214	1,9
Abr/06	3.256	2,4	5.615	2,4	253	2,2
Mai/06	4.936	3,7	8.433	3,6	413	3,6
Jun/06	6.636	4,9	11.249	4,8	599	5,2
Jul/06	10.542	7,9	17.921	7,7	920	8,0
Ago/06	12.629	9,4	21.652	9,3	1.145	9,9
Set/06	11.714	8,7	20.370	8,8	1.060	9,2
Out/06	14.299	10,7	24.876	10,7	1.266	11,0
Nov/06	13.416	10,0	23.595	10,2	1.323	11,5
Dez/06	13.824	10,3	24.231	10,4	1.323	11,5
Jan/07	15.601	11,6	27.428	11,8	1.346	11,6
Fev/07	<u>17.004</u>	<u>12,7</u>	<u>29.703</u>	<u>12,8</u>	<u>1.348</u>	<u>11,7</u>
Total	<u>134.075</u>	<u>100,0</u>	<u>232.339</u>	<u>100,0</u>	<u>11.554</u>	<u>100,0</u>

**Gráfico 2.1 - Produção mensal referente ao valor total das parcelas, ao valor liberado e à quantidade de contratos**





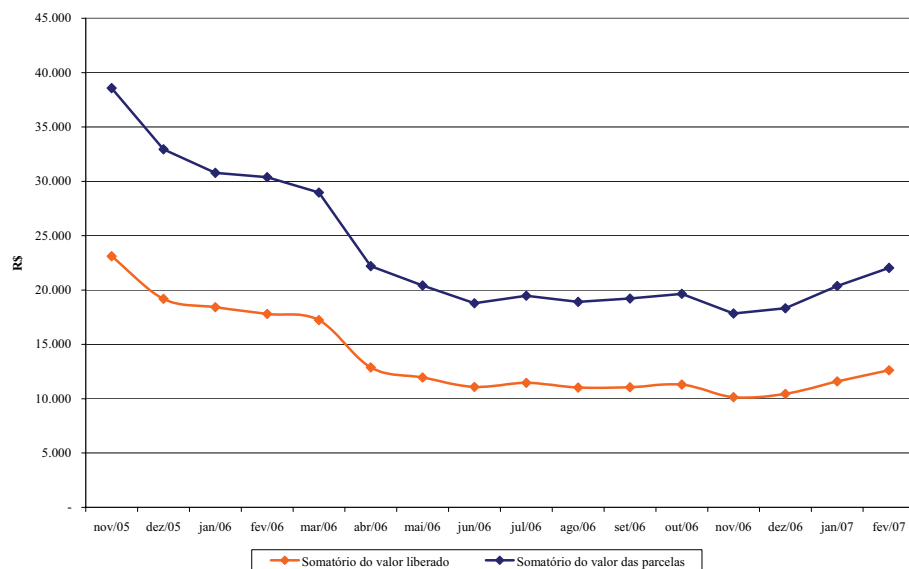
## 2.2 Saldo médio de contratos

Conforme solicitações do Grupo Estruturador da operação, são apresentados a tabela e o gráfico 2.2 a seguir, demonstrando o valor médio dos contratos, em bases mensais, para o período de 16 meses sob análise, considerando o valor liberado dos contratos e o valor das parcelas:

**Tabela 2.2 - Saldo médio mensal e consolidado**

Origem	Somatório do valor das parcelas	Somatório do valor liberado
	Saldo médio R\$	Saldo médio R\$
Nov/05	23.106	38.573
Dez/05	19.180	32.945
Jan/06	18.420	30.780
Fev/06	17.803	30.380
Mar/06	17.229	28.971
Abr/06	12.871	22.192
Mai/06	11.952	20.420
Jun/06	11.079	18.780
Jul/06	11.458	19.479
Ago/06	11.030	18.910
Set/06	11.051	19.217
Out/06	11.295	19.649
Nov/06	10.141	17.835
Dez/06	10.449	18.315
Jan/07	11.590	20.377
Fev/07	<u>12.614</u>	<u>22.035</u>
Total	<u>11.604</u>	<u>20.109</u>

**Gráfico 2.2 - Saldo médio mensal e consolidado**



### 2.3 Distribuição por tipo de financiamento

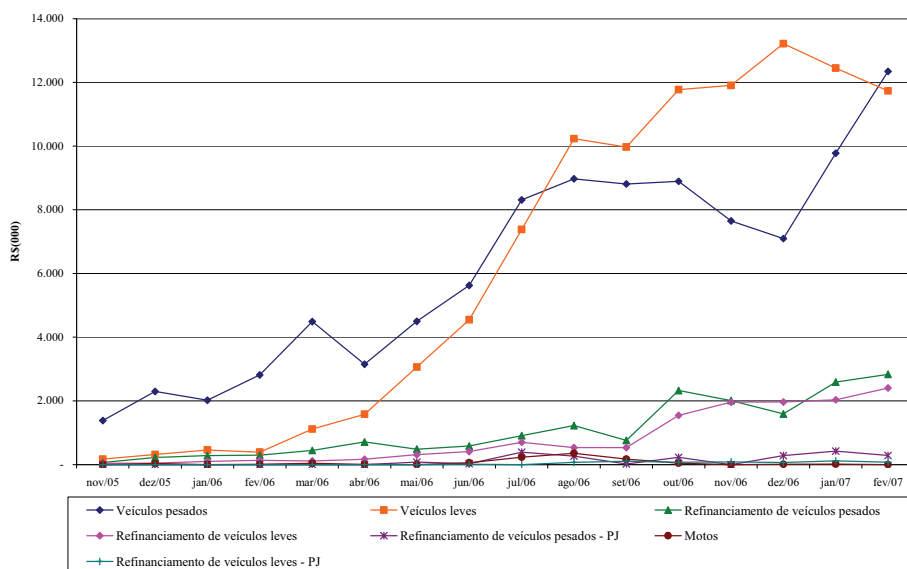
Adicionalmente, destaca-se na tabela e no gráfico 2.3, a distribuição das operações por tipo de financiamento, de acordo com informações extraídas da base de dados fornecida, considerando o valor das parcelas contratuais e a quantidade de contratos. Os financiamentos são classificados da seguinte forma: veículos pesados, veículo leves, refinanciamento de veículos pesados, refinanciamento de veículos leves, refinanciamento de veículos pesados destinados a Pessoas Jurídicas, refinanciamento de veículos leves destinados a Pessoas Jurídicas e motos.

**Tabela 2.3 - Representatividade por tipo de financiamento**

Tipo de financiamento	Somatório do valor das parcelas R\$(000)	% acum.		Quantidade de contratos	% acum.	
		%	%		%	%
Veículos Leves	100.301	43,2	43,2	7.830	67,8	67,8
Veículos Pesados	98.131	42,2	85,4	1.907	16,5	84,3
Refinanciamento de Veículos Pesados *	17.336	7,5	92,9	493	4,3	88,5
Refinanciamento de Veículos Leves *	12.992	5,6	98,5	1.136	9,8	98,4
Refinanciamento de Veículos Pesados - PJ *	2.005	0,9	99,3	30	0,3	98,6
Motos	982	0,4	99,7	137	1,2	99,8
Refinanciamento de Veículos Leves - PJ *	592	0,3	100,0	21	0,2	100,0
<b>Total</b>	<b>232.339</b>	<b>100,0</b>		<b>11.554</b>	<b>100,0</b>	

- \* Operações de “refinanciamento” consistem de operações de empréstimo pessoal com garantia de alienação fiduciária de veículo de propriedade do financiado, ou seja, tendo como principal diferença o fato de não haver a intermediação do lojista.

**Gráfico 2.3 - Distribuição por tipo de financiamento**

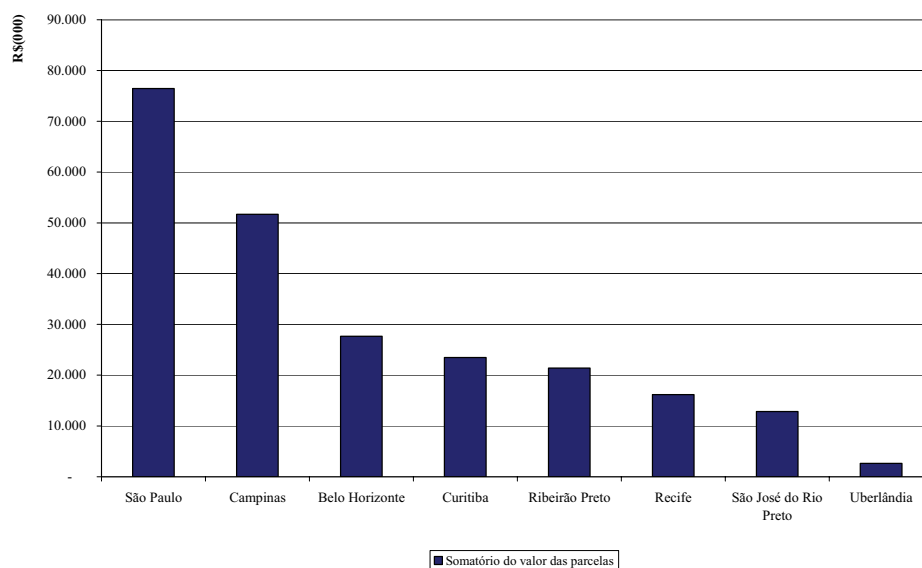


No Anexo I deste relatório é relacionada a movimentação mensal por tipo de financiamento.

## 2.4 Distribuição por Filial

Apresenta-se, ainda, destacado a seguir, no gráfico 2.4, a representatividade das operações referentes aos 16 meses sob análise, por Filial, em volume financeiro. No Anexo II deste relatório, são destacados os dados mensal relativos a cada Filial.

**Gráfico 2.4 - Distribuição por Filial**



## 2.5 Distribuição por prazo médio das operações

Para fins de estabelecimento do prazo médio das operações, foi compilado o volume total de contratos originados no período de 16 meses sob análise, por quantidade de parcelas. Por meio dessa compilação constatou-se um prazo médio ponderado de 34 meses das operações sujeitas à cessão, conforme apresentado na tabela 2.4 a seguir:

**Tabela 2.4 - Distribuição das operações por quantidade de parcelas**

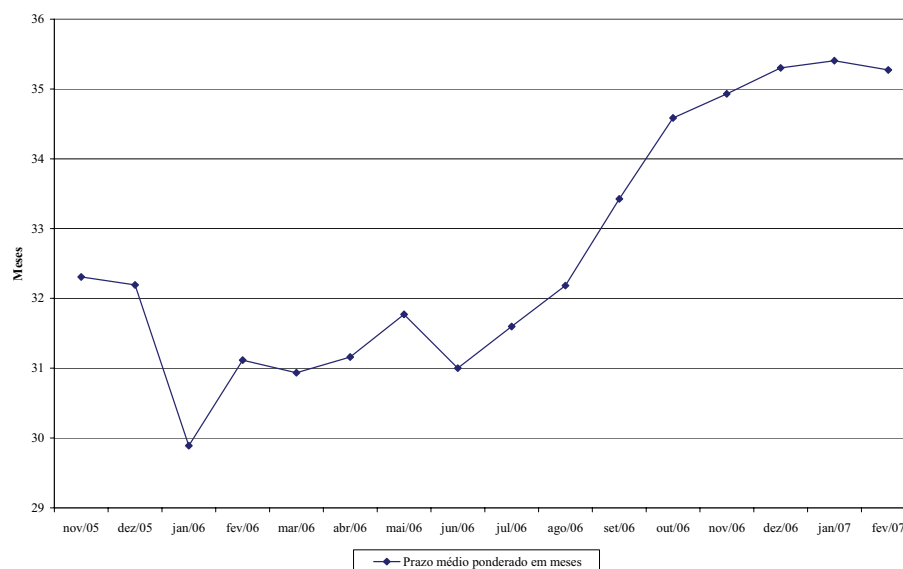
Quantidade de parcelas	Somatório do valor das parcelas R\$(000)	%	% acum.	Quantidade de contratos	%	% acum.
6	215	0,0	0,0	29	0,2	0,2
9	180	0,0	0,1	19	0,1	0,4
12	3.669	1,5	1,7	343	2,9	3,3
15	34	0,0	1,7	2	0,0	3,4
18	4.711	2,0	3,7	426	3,6	7,0
23	10	0,0	3,8	1	0,0	7,1
24	50.184	21,6	25,4	3.076	26,6	33,7
30	4.137	1,7	27,1	225	1,9	35,6
31	83	0,0	27,2	1	0,0	35,6
32	74	0,0	27,2	1	0,0	35,6



Quantidade de parcelas	Somatório do valor das parcelas R\$(000)	%	% acum.	Quantidade de contratos	%	% acum.
35	70	0,0	27,2	1	0,0	35,6
36	145.530	62,6	89,9	6.867	59,4	95,1
48	<u>23.440</u>	<u>10,0</u>	100,0	<u>563</u>	<u>4,8</u>	100,0
Total	<u>232.339</u>	<u>100,0</u>		<u>11.554</u>	<u>100,0</u>	

Adicionalmente, de acordo com solicitações do Grupo Estruturador da operação, foi mensurado o prazo médio mensal dos contratos originados nos 16 meses sob análise, conforme apresentado no gráfico 2.6 a seguir:

**Gráfico 2.6 - Prazo Médio Mensal**



No Anexo III deste relatório é apresentada a distribuição por quantidade de parcelas para cada um dos 16 meses.



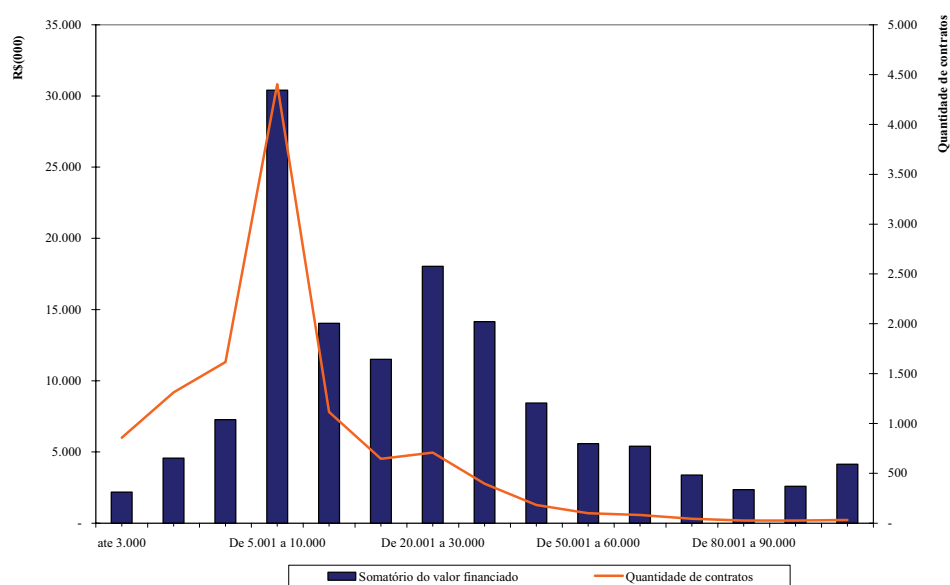
## 2.6 Distribuição das operações por faixas de valor

A base de dados de contratos para o período sob análise apresenta um total de 11.554 contratos ao longo dos 16 meses. A tabela e o gráfico 2.7 demonstram a distribuição dos contratos por faixa de valor considerando os valores liberados e a quantidade de contratos.

**Tabela 2.7 - Distribuição das operações em faixa de valor**

Faixas de valor (em R\$)	Somatório do valor financiado		% Acum.	Quantidade de contratos	% Acum.	% Acum.
	R\$(000)	%			%	
ate 3.000	2.185	1,6	1,6	859	7,4	7,4
De 3.001 a 4.000	4.573	3,4	5,0	1.312	11,4	18,8
De 4.001 a 5.000	7.271	5,4	10,5	1.617	14,0	32,8
De 5.001 a 10.000	30.400	22,7	33,1	4.404	38,1	70,9
De 10.001 a 15.000	14.042	10,5	43,6	1.116	9,7	80,6
De 15.001 a 20.000	11.504	8,6	52,2	646	5,6	86,2
De 20.001 a 30.000	18.040	13,5	65,6	709	6,1	92,3
De 30.001 a 40.000	14.144	10,5	76,2	396	3,4	95,7
De 40.001 a 50.000	8.442	6,3	82,5	183	1,6	97,3
De 50.001 a 60.000	5.593	4,2	86,7	100	0,9	98,2
De 60.001 a 70.000	5.403	4,0	90,7	82	0,7	98,9
De 70.001 a 80.000	3.381	2,5	93,2	44	0,4	99,3
De 80.001 a 90.000	2.353	1,8	95,0	27	0,2	99,5
De 90.001 a 100.000	2.598	1,9	96,9	27	0,2	99,7
Acima de 100.000	<u>4.145</u>	<u>3,1</u>	100,0	<u>32</u>	<u>0,3</u>	100,0
Total	<u>134.075</u>	<u>100,0</u>		<u>11.554</u>	<u>100,0</u>	

**Gráfico 2.7 - Distribuição do volume de operações por faixas de valor**



O Anexo IV deste relatório apresenta a relação dos 250 maiores contratos realizados no período de 16 meses sob análise.

## 2.7 Distribuição por ano do veículo

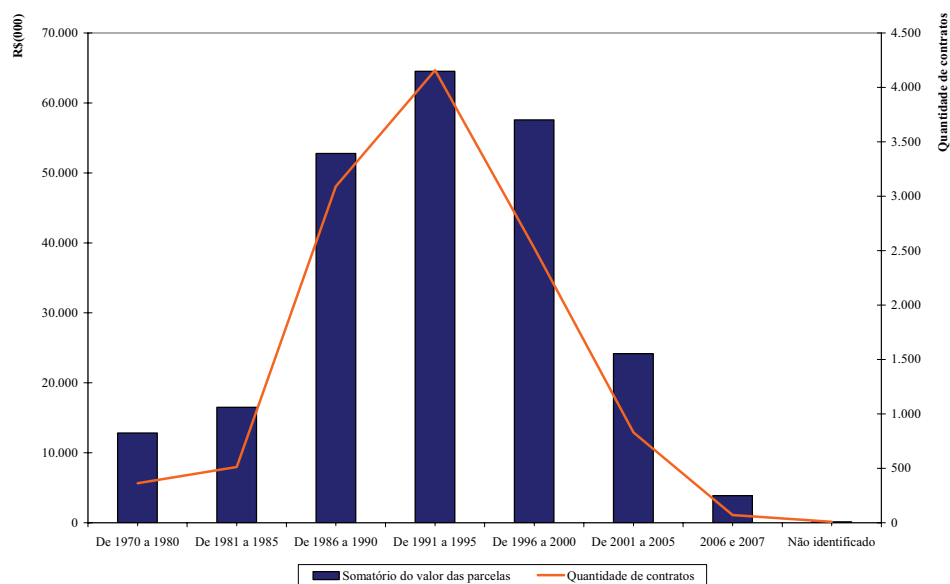
Na tabela 2.6 e no gráfico 2.8 é apresentada a distribuição das operações em relação ao ano do veículo, de acordo com informações extraídas da base de dados fornecida, considerando o valor das parcelas contratuais e a quantidade de contratos.

**Tabela 2.6 - Distribuição por ano do veículo**

Ano do veículo	Somatório do valor das parcelas R\$(000)	%	% acum.	Quantidade de contratos	%	% acum.
De 1970 a 1980	12.812	5,5	5,5	362	3,1	3,1
De 1981 a 1985	16.489	7,1	12,6	511	4,4	7,6
De 1986 a 1990	52.789	22,7	35,3	3.091	26,8	34,3
De 1991 a 1995	64.517	27,8	63,1	4.158	36,0	70,3
De 1996 a 2000	57.559	24,8	87,9	2.523	21,8	92,1
De 2001 a 2005	24.155	10,4	98,3	830	7,2	99,3
De 2006 a 2007	3.874	1,7	99,9	71	0,6	99,9
Não identificado	144	0,1	100,0	8	0,1	100,0
<b>Total</b>	<b>232.339</b>	<b>100,0</b>		<b>11.554</b>	<b>100,0</b>	



**Gráfico 2.8 - Distribuição por ano do veículo**



No Anexo V deste relatório apresentamos a movimentação mensal por ano do veículo.

## 2.8 Indicadores de desempenho

Para fins de mensuração da *performance* dos recebíveis submetidos à análise, foram definidos pelo Grupo Estrutrador critérios para a apuração dos percentuais de pontualidade e adimplência das faturas, que representariam indicativos de desempenho.

Elaboramos um *aging list* em faixas de prazos definidas pelo Grupo Estrutrador, conforme apresentado na tabela 2.7 a seguir, demonstrando os volumes de operações vencidas liquidadas antecipadamente, em dia e em atraso, como também os volumes das operações vencidas e não liquidadas, durante o período de 16 meses sob análise.

**Tabela 2.7 - Distribuição dos prazos de liquidação das operações**

Faixas	R\$(000)	%	% acum.
Total sob análise	232.339		
(-) Renegociação <sup>1</sup>	68		
(-) Cancelamentos <sup>2</sup>	611		
(+) Multas	956		



Faixas	R\$(000)	%	% acum.
(-) Descontos	95		
(-) Parcelas a vencer em 28 de Fevereiro de 2007	197.889		
Parcelas vencidas e ou Liquidadas 28 de Fevereiro de 2007	34.632		
Parcelas antecipadas acima de 180 dias	51	0,1	0,1
Parcelas antecipadas de 150 a 180 dias	37	0,1	0,3
Parcelas antecipadas de 120 a 150 dias	49	0,1	0,4
Parcelas antecipadas de 90 a 120 dias	75	0,2	0,6
Parcelas antecipadas de 60 a 90 dias	121	0,3	1,0
Parcelas antecipadas de 30 a 60 dias	247	0,7	1,7
Parcelas antecipadas de 15 a 30 dias	440	1,3	2,9
Parcelas antecipadas de 1 a 15 dias	7.003	20,2	23,2
Parcelas liquidadas no vencimento	7.186	20,7	43,9
Parcelas liquidadas de 1 a 15 dias	9.374	27,1	71,0
Parcelas liquidadas de 15 a 30 dias	2.693	7,8	78,8
Parcelas liquidadas de 30 a 60 dias	3.030	8,7	87,5
Parcelas liquidadas de 60 a 90 dias	783	2,3	89,8
Parcelas liquidadas de 90 a 120 dias	74	0,2	90,0
Parcelas liquidadas de 120 a 150 dias	15	0,0	90,0
Parcelas liquidadas de 150 a 180 dias	4	0,0	90,0
Parcelas liquidadas acima de 180 dias	2	0,0	90,0
Parcelas vencidas de 1 a 15 dias	1.564	4,5	94,6
Parcelas vencidas de 15 a 30 dias	662	1,9	96,5
Parcelas vencidas de 30 a 60 dias	686	2,0	98,5
Parcelas vencidas de 60 a 90 dias	263	0,8	99,2
Parcelas vencidas de 90 a 120 dias	125	0,4	99,6
Parcelas vencidas de 120 a 150 dias	76	0,2	99,8
Parcelas vencidas de 150 a 180 dias	37	0,1	99,9
Parcelas vencidas acima de 180 dias	35	0,1	100,0

<sup>1</sup> Parcelas baixadas na base de dados com o intuito de renegociação da dívida do cliente através da geração de um novo contrato.

\* Na base de dados sob análise, as parcelas referentes a 5 contratos baixadas por renegociação, que totalizam R\$ 380.660, se encontravam “em aberto”. Considerando esse fato, o volume de renegociação apurado é de R\$ 448.660.

<sup>2</sup> Referem-se a cancelamentos de contratos identificados na base de dados. Segundo informações obtidas com a administração, tais cancelamentos decorrem de (i) alteração da data do vencimento do contrato, levando à geração de um novo contrato e (ii) desistência da operação por parte do cliente em um prazo de até 7 dias.

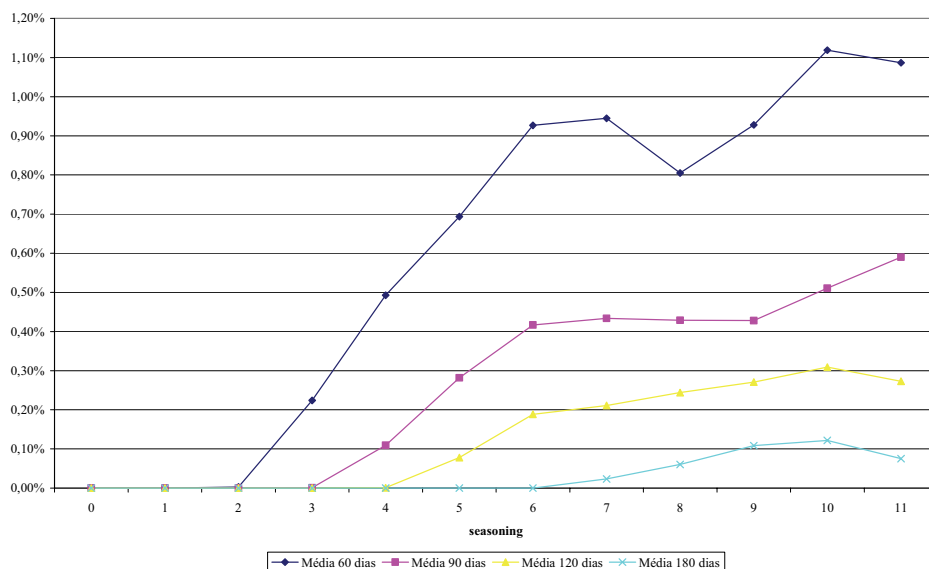
No Anexo VI deste relatório, são apresentadas as distribuições dos prazos de liquidações das operações para cada um dos tipos de financiamento.

### Pool estático

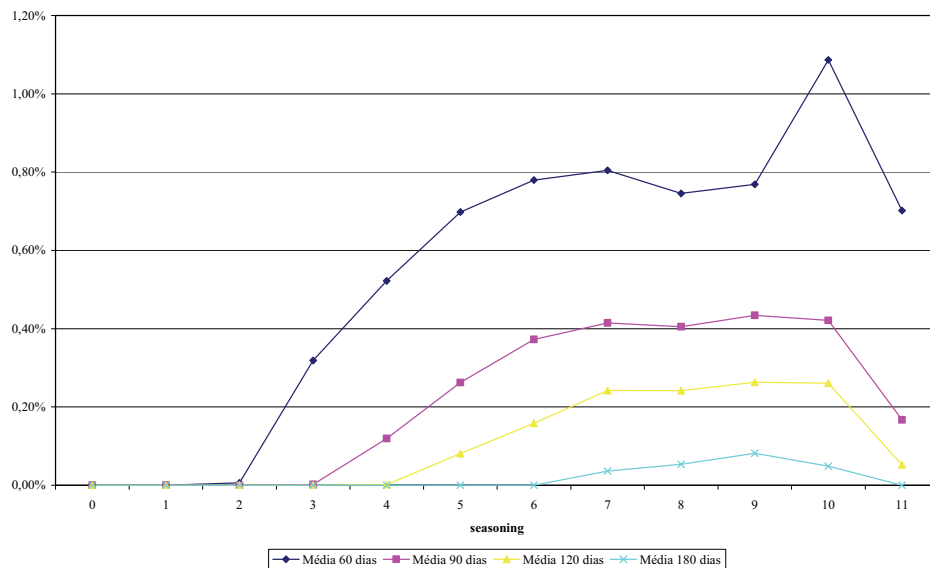
Adicionalmente, como parte das informações a serem fornecidas ao Grupo Estruturador, com o intuito de validar as constatações obtidas conforme definido no item 2.7 deste Relatório, foram gerados “pools estáticos” de pagamentos, demonstrando as distribuições dos prazos de liquidação das parcelas, em ciclos mensais, de forma consolidada e para cada um dos tipos de financiamento, referentes aos 16 meses de originação. Essa informação objetiva identificar o comportamento de cada safra de contratos ao longo de sua maturação. As constatações encontram-se destacadas nos Anexos de VII a XIV deste relatório.

Apresentamos, nos gráficos 2.9, 2.10 e 2.11 a seguir, representações gráficas desses “pools estáticos” para a média, por safras, de parcelas vencidas acima de 60, 90, 120 e 180 dias, referente ao consolidado da carteira e aos financiamentos de veículos leves e pesados, respectivamente.

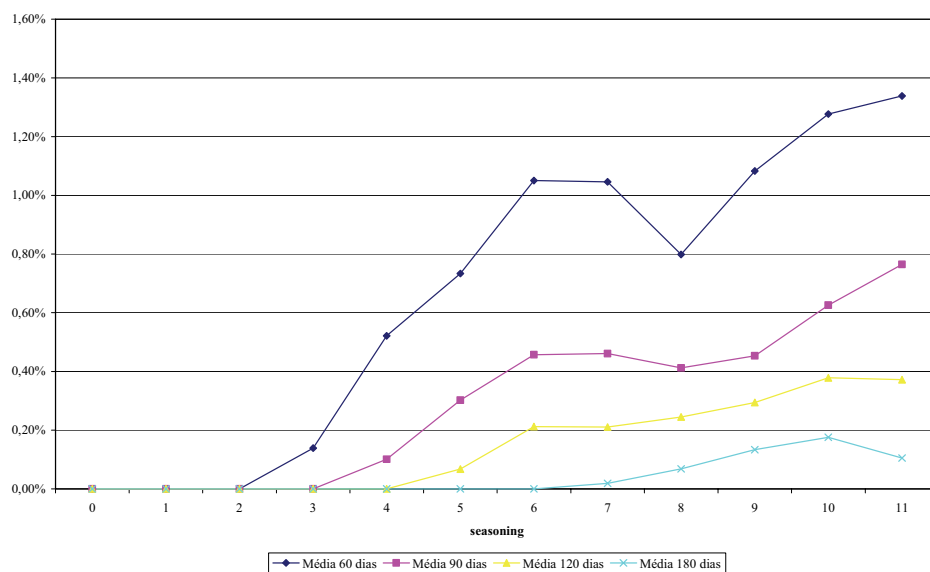
**Gráfico 2.9 - Representação gráfica do pool estático - médio de inadimplência por safra de contratos vencidos - Consolidado**



**Gráfico 2.10 - Representação gráfica do pool estático - médio de inadimplência por safra de contratos vencidos - Veículos Leves**



**Gráfico 2.11 - Representação gráfica do pool estático - médio de inadimplência por safra de contratos vencidos - Veículos Pesados**





## 2.9 Identificação do perfil dos financiados com parcelas vencidas e não liquidadas

Foi-nos solicitado ainda como parte das informações a serem fornecidas ao Grupo Estruturador, a informação sobre a representatividade dos clientes que apresentam inadimplência nas primeiras parcelas do contrato, sobre o total da inadimplência da carteira.

Para fins deste exercício, segregamos estes clientes da seguinte forma:

- *First Payment Default*: Refere-se a clientes que não liquidaram a primeira parcela do contrato ou liquidaram a primeira parcela com atraso superior há 60 dias;
- *Second Payment Default*: Refere-se a clientes que liquidaram a primeira parcela do contrato, porém não liquidaram a segunda parcela ou liquidaram a segunda parcela com atraso superior há 60 dias;
- *Third Payment Default*: Refere-se a clientes que liquidaram a primeira e segunda parcelas do contrato, porém não liquidaram a terceira parcela ou liquidaram a terceira parcela com atraso superior há 60 dias.

Na Tabela 2.8 abaixo, apresentamos o *aging* da carteira referente ao período de 16 meses sob análise, bem como a distribuição das parcelas para os clientes identificados como *First*, *Second* e *Third Payment Default*.

**Tabela 2.9 - Distribuição dos prazos de liquidação das operações**

Aging List - Faixas	Total	%	<i>First Payment Default</i>	Sub- total	%	<i>Second Payment Default</i>	Sub- total	%	<i>Third Payment Default</i>	Sub- total	%
Total sob análise	232.339		10.691	221.648		10.517	211.131		11.658	199.473	
Cancelamentos	611		611	0		0	0		0	0	
Renegociações	68		12	55		15	40		0	40	
Descontos	95		17	78		4	74		4	70	
Multas	956		18	938		48	890		76	814	
Parcelas a vencer	197.889		9.340	188.549		9.374	179.175		10.074	169.101	
Total vencido	34.632		728	33.903		1.172	32.732		1.656	31.075	
Parcelas antecipadas	8.024	23,2	15	8.009	23,6	45	7.964	24,3	89	7.874	25,3
Liquidadas no vencimento	7.186	20,8	5	7.182	21,2	36	7.146	21,8	62	7.084	22,8
Liquidadas em atraso	15.975	46,1	203	15.772	46,5	526	15.246	46,6	915	14.331	46,1



Aging List - Faixas	Total	%	First Payment Default	Sub- total	%	Second Payment Default	Sub- total	%	Third Payment Default	Sub- total	%
Parcelas vencidas											
até 30 dias	2.226	6,4	284	1.942	5,7	308	1.634	5,0	358	1.276	4,1
De 31 a 60 dias	686	2,0	89	596	1,8	128	468	1,4	125	343	1,1
De 61 a 90 dias	263	0,8	55	208	0,6	58	150	0,5	49	101	0,3
De 91 a 120 dias	125	0,4	33	92	0,3	34	58	0,2	22	36	0,1
De 121 a 150 dias	76	0,2	20	56	0,2	21	35	0,1	16	19	0,1
De 151 a 180 dias	37	0,1	12	25	0,1	7	19	0,1	13	6	0,0
acima de 180 dias	35	0,1	12	23	0,1	9	13	0,0	8	6	0,0

Sub-Total 1: Refere-se ao aging de pagamentos de parcelas, excluídos aqueles contratos que incluídos como *First Payment Default*;

- Sub-Total 2: Refere-se ao aging de pagamentos de parcelas, excluídos aqueles contratos que incluídos como *First* e *Second Payment Default*;
- Sub-Total 3: Refere-se ao aging de pagamentos de parcelas, excluídos aqueles contratos que incluídos como *First*, *Second* e *Third Payment Default*.

Adicionalmente, nos Anexos XV, XVI e XVII deste relatório, são apresentadas as respectivas análises para financiamentos de veículos leves e pesados e para os demais tipos de financiamento, respectivamente.

### 3 Descrição dos procedimentos de revisão aplicados

#### 3.1 Base de dados sujeita à análise

A base de dados sujeita à análise nos foi fornecida pela área de Tecnologia da Cedente, contemplando toda a originação de operações no período de 1º de novembro de 2005 a 28 de Fevereiro de 2007.

#### 3.2 Conciliação da base de dados

Com intuito de conciliar a base de dados, aplicamos procedimentos de comparação dos saldos dos arquivos fornecidos pela área de Sistemas e Processos da Cedente, com os respectivos saldos contábeis da Cedente, efetuando um comparativo do saldo de contas a receber, conforme balancetes contábeis da Cedente, *versus* o “valor presente” dos contratos da Cedente extraído da base de dados, na data-base 28 de Fevereiro de 2007.

O resultado desse procedimento está apresentado na tabela 3.1 a seguir.

**Tabela 3.1 - Conciliação do saldo de contas a receber em 28 de fevereiro de 2006**

Item	Fonte	R\$
<b>Total sob análise</b>	Base de dados	<u>232.338.884</u>
<b>Saldo das parcelas em aberto</b>	Base de dados	201.335.421
<b>(-) Rendas a apropriar</b>	Base de dados	<u>68.690.927</u>
<b>(=) Valor Presente</b>	Base de dados	<u>132.644.494</u>
<b>Conta contábil</b>	<b>Nome da conta</b>	<b>Valor</b>
1.6.1.20.00.10.00	VEICULOS LEVES - P. FISICA	7.377.933
1.6.1.20.00.11.00	VEICULOS PESADOS - P. FISICA	9.090.465
1.6.2.10.00.04.00	CDC VEICULOS - CLIENTES	56.643
1.6.2.10.00.13.00	VEICULOS LEVES - P. FISICA	36.873.489
1.6.2.10.00.14.00	VEICULOS PESADOS - P.FISICA	30.944.964
1.6.2.10.00.15.00	MOTOS - P.FISICA	454.324
1.6.2.10.00.17.00	VEICULOS LEVES - P.JURIDICA	995.815
1.6.2.10.00.18.00	VEICULOS PESADOS - P. JURIDICAS	5.508.599
1.6.2.10.00.20.00	REFINANCIAMENTO DE VEICULOS LEVES	308.508
1.6.2.10.00.21.00	REFINANCIAMENTO DE VEICULOS PESADO	1.052.552
3.0.1.85.00.00.04	VEICULOS - CEDIDO	<u>39.981.203</u>
<b>Saldo contábil (Valor presente)</b>		<u><b>132.644.494</b></u>
<b>Diferença</b>		<u><u><b>0,00</b></u></u>
<b>Diferença</b>		<u><u><b>0,0%</b></u></u>

## **4 Descrição do processo de crédito**

### **4.1 Processo de crédito e cobrança**

Para atingir o objetivo descrito no item 2 deste relatório, no que se refere à avaliação dos controles que envolvem a estrutura de crédito e cobrança do Banco Paulista S.A., executamos uma revisão da estrutura de concessão e monitoramento de créditos. Tais informações foram obtidas por indagação à Gerência do Banco Paulista S.A. e em conformidade com informações contidas nos manuais de crédito e cobrança da Cedente, sendo testadas quanto à sua eficácia por meio de procedimentos de avaliações com base em amostragem.

#### **4.2 Estrutura de crédito**

A área de Crédito destinada a veículos é composta pela seguinte estrutura:

2 Diretores  
1 Gerente  
1 Supervisor  
7 Analistas Sêniores  
23 Analistas Plenos  
1 Analista Júnior

Tais funcionários são atuantes na matriz do Banco Paulista em São Paulo e em suas 8 filiais, localizadas em São Paulo, Curitiba, Ribeirão Preto, Campinas, Belo Horizonte, São José do Rio Preto, Recife e Uberlândia.

São conveniadas ao Banco Paulista aproximadamente 150 promotoras de vendas, que detêm o contato com cerca de 2.300 lojas/revendas conveniadas.

#### **4.3 Cadastramento de promotoras de vendas**

As promotoras de vendas são as intermediárias responsáveis pelo relacionamento do Banco Paulista com as lojas/revendas conveniadas. Para sua contratação, são exigidas, entre outras, as seguintes principais documentações:

- Ficha cadastral pessoa física (sócios) e jurídica, preenchidas e assinadas;
- Cópia do CPF e RG dos sócios e Comprovante de Residência atualizado;
- Cópia do Contrato Social da empresa e as respectivas alterações contratuais;
- No caso de S.A., é solicitada a primeira e a última Ata da Assembléia devidamente registradas nos órgãos competentes, junto das procurações dos acionistas que representam a empresa; e
- Cópia do cartão CNPJ.

Adicionalmente, a promotora é submetida a consultas a órgãos de proteção ao crédito (SPC e SERASA), bem como, à verificação da regularidade do CNPJ e CPF dos sócios. Segundo informações obtidas com a administração do Banco Paulista, tais consultas são revalidadas com a periodicidade de 1 ano.

Não sendo verificadas restrições nestes procedimentos, a promotora de vendas é considerada pré-aprovada. Em seguida, é analisada a viabilidade da parceria, sendo estabelecidas as condições de remuneração da promotora.

#### **4.4 Fluxo de crédito**

##### **a. Preenchimento da proposta**

O início do processo de concessão de crédito relativo ao financiamento com alienação fiduciária realizado pelo Banco Paulista ocorre no momento em que o cliente aciona a loja/revenda em busca da aquisição de um veículo por meio de um financiamento, ou refinanciamento (empréstimo cujo veículo é a garantia da operação).





De posse dos parâmetros preestabelecidos pelo Banco Paulista, a loja/revenda apresenta os planos e as opções disponíveis. Estando o cliente de acordo, ocorre o preenchimento da Ficha Cadastral, na qual são solicitados os seguintes dados:

**Dados da loja**

Código/Nome da loja  
Vendedor  
Região  
Promotora

**Dados do cliente**

Nome do cliente  
Data de nascimento  
CPF  
RG  
Órgão emissor  
UF Documento  
Nacionalidade  
Naturalidade  
UF  
Sexo  
Estado Civil  
Nome do pai e da mãe  
Grau de instrução  
Número de dependents  
e-mail  
Endereço de correspondência  
Dados do conjuguê

**Dados residenciais**

Endereço  
Telefone  
Casa própria ou alugada  
Tempo de residência (atual e anterior)

**Dados profissionais**

Empresa onde trabalha  
CNPJ  
Data de admissão  
Profissão  
Cargo  
Ocupação  
Renda/Salário  
Outras Rendas  
Endereço comercial  
Empresa anterior  
Tempo de serviço

**Referências pessoais/comerciais****Referências bancárias****Bens pessoais****Principais dados da garantia e da operação**

Garantia financiada  
Marca  
Tipo de veículo  
Situação (novo ou usado)  
Ano fabricação/Ano modelo  
Cor  
Combustível  
Placa  
Valor da venda  
Valor da entrada  
Valor do financiamento

UF da placa  
Chassi  
Município  
Tipo de chassi  
Número do certificado  
Renavam  
UF de Licenciamento  
Proprietário (loja, PF, PJ)  
Quantidade de parcelas  
Valor das parcelas  
Vencimento primeira parcela

Após o preenchimento da Ficha Cadastral, os dados do cliente são digitados no sistema Função e enviados via *web* à promotora de vendas responsável por aquela loja/revenda. A promotora de vendas recepciona as informações, executa uma revisão de seus dados e repassa via sistema as informações para análise. A análise é efetuada na matriz ou nas filiais do Banco Paulista, de acordo com a localidade da promotora de vendas e da alçada de aprovação requerida para aprovação (propostas acima de R\$ 10.000 são analisadas na matriz). No caso de veículos pesados, independente do valor da operação, as análises são realizadas na matriz.

**b. Análise de crédito**

A análise de crédito, realizada pela área de crédito na matriz ou nas filiais, envolve os seguintes procedimentos e consultas:

**Consultas obrigatórias**

- Consulta a órgãos de proteção ao crédito (SPC e SERASA)
- Consulta ao SISBACEN, para contratos superiores a R\$ 20.000,00
- Consulta “Risco Interno” (verificação de histórico de cliente junto ao Banco Paulista, caso tenha sido cliente)
- Confirmação do CPF do cliente no site da Receita Federal
- LT (Confirmação do local de trabalho)
- LR (Confirmação do local de residência)
- Verificação do valor do veículo conforme tabela Fipe ou Molicar
- Verificação do percentual mínimo de entrada em relação ao valor do bem, conforme políticas de crédito
- Verificação do percentual máximo do valor da parcela em relação à renda, conforme políticas de crédito.

**Consultas facultativas, de acordo com a necessidade apontada pelo analista:**

- Consultas a referências bancárias
- Consultas a outras instituições para verificação do crédito e de eventuais passagens
- RC (consulta a referências comerciais)
- Contato com o contador da empresa (em caso do proponente ser micro-empresário, sócio proprietário ou autônomo)
- Consulta ao site da DATAPREV (no caso do proponente ser aposentado), verificando seu extrato de benefícios
- Visita *in loco*, confirmando dados do cliente

**Consultas complementares, em caso de análise de veículos pesados:**

- Consultas ao site da ANTT (agência nacional de transportes terrestres), confirmando se o proponente possui habilitação para condução de veículos pesados
- Consultas ao site SINALIZA/USEAUTO (verificando se o cliente possui outro veículo pesado em seu nome)



Poderão ainda ser realizadas outras checagens necessárias à análise cadastral através de internet, banco de dados ou contatos telefônicos. Adicionalmente, pode ser solicitado pelo analista de crédito o envio de informações complementares, tais como, holerites, vistoria do veículo ou outros comprovantes. Tais informações deverão ser apresentadas antes da liberação do crédito.

#### **Teste de aderência - KPMG**

Com o objetivo de testar a aderência aos processos de análises de crédito apontados, foi realizado o acompanhamento de consultas referentes a cinco propostas de financiamentos (três relativas a veículos leves e duas a veículos pesados), sendo apurados os seguintes resultados:

	Análises de crédito				
	1	2	3	4*	5*
<b>Consultas obrigatórias</b>					
Consulta a órgãos de proteção ao crédito (SPC e SERASA)	R	R	R	R	R
Consulta ao SISBACEN, para valores liberados superiores a R\$ 20.000,00	N/A	N/A	N/A	R	R
Consulta "Risco Interno"	R	R	R	R	R
Confirmação do CPF do cliente no site da Receita Federal	R	R	R	R	R
LT (Confirmação do local de trabalho)	R	R	R	R	R
LR (Confirmação do local de residência)	R	R	R	R	R
Verificação do valor do veículo conforme tabela Fipe ou Molicar	R	R	R	R	R
Verificação do percentual mínimo de entrada em relação ao valor do bem	R	R	R	R	R
Verificação do percentual máximo do valor da parcela em relação à renda	R	R	R	R	R
<b>Consultas facultativas, de acordo com a necessidade apontada pelo analista</b>					
Consultas a referências bancárias	NR	NR	NR	NR	NR
Consultas a outras instituições para verificação do crédito e de eventuais passagens	NR	NR	NR	NR	NR
RC (consulta a referências comerciais)	NR	NR	NR	R	NR
Contato com o contador da empresa	NR	NR	NR	NR	NR
Consulta ao site da DATAPREV	NR	NR	NR	NR	NR
Visita <i>in loco</i> confirmando dados do cliente	NR	NR	NR	NR	NR
<b>Consultas complementares</b>					
Consultas ao site da ANTT	N/A	N/A	N/A	R	R
Consultas ao site da SINALIZA/USEAUTO	N/A	N/A	N/A	R	R

*Legenda: R - Realizado; NR - Não Realizado; N/A - Não Aplicável*

#### **Resultados obtidos**

##### **Análise de Crédito 1**

O crédito foi aprovado, sem a necessidade de análises complementares.

***Análise de Crédito 2***

Foram verificadas passagens e/ou restrições na Serasa. O crédito foi considerado PENDENTE, sendo exigida a presença de um avalista para a realização de uma nova análise de crédito.

***Análise de Crédito 3***

O proponente trabalha na empresa do filho, sendo solicitado que o filho seja avalista para que seja realizada sua análise de crédito. O *status* da proposta é PENDENTE.

***Análise de Crédito 4***

O valor mínimo de entrada era inferior ao estabelecido pelas políticas de crédito. Foi solicitado o re-enquadramento da proposta. O *status* é PENDENTE.

***Análise de Crédito 5***

O crédito foi aprovado, sem a necessidade de análises complementares.

***c. Aprovação das propostas***

Em seguida à aprovação das propostas, as promotoras de vendas são comunicadas, sendo solicitado às lojas/revendas os seguintes documentos, condicional à liberação do recurso:

- Cópia do CPF
- Cópia do RG
- Cópia do Comprovante de Residência
- Autorização de Pagamento devidamente assinada
- Outras documentações que tenham sido solicitadas pelo analista de crédito.

**4.5 Limites de alçada**

As alçadas para liberação de crédito devem ser obedecidas conforme tabela apresentada a seguir.

<b>Função</b>	<b>Limite de alçada</b>
Analista de Cadastro Pleno	até R\$ 10.000,00
Analista de Cadastro Sênior	até R\$ 15.000,00
Supervisor de Cadastro	até R\$ 30.000,00
Gerente de Cadastro Pleno	até R\$ 40.000,00
Gerente de Cadastro Sênior	até R\$ 50.000,00
Comitê de Crédito Específico	acima de R\$ 50.000,00

***Teste de aderência - KPMG***

Com o objetivo de testar a aderência às alçadas apresentadas, foram realizadas cinco simulações de aprovação de crédito com cinco analistas diferentes. Os resultados apurados foram os seguintes:



Função	Limite de alçada	Simulação (*)	Resultado
Analista de Cadastro Sênior	R\$ 15.000,00	R\$ 20.000,00	Não aprovado
Analista de Cadastro Sênior	R\$ 15.000,00	R\$ 30.000,00	Não aprovado
Analista de Cadastro Sênior	R\$ 15.000,00	R\$ 26.000,00	Não aprovado
Analista de Cadastro Sênior	R\$ 15.000,00	R\$ 56.000,00	Não aprovado
Gerente de Cadastro Sênior	R\$ 50.000,00	R\$ 60.000,00	Não aprovado

(\*) Refere-se aos dados inseridos na tentativa de aprovação.

#### **Resultados obtidos**

Em todos os casos, quando os valores superiores aos limites de alçada foram inseridos, as propostas não puderam ser aprovadas, seguindo para uma fila de aprovação, em que somente os níveis com alçada superiores poderiam aprovar as propostas.

#### **4.6 Liberação do crédito**

A liberação do crédito ocorre na matriz do Banco Paulista, estando condicionada à aprovação da proposta, bem como, ao recebimento das documentações solicitadas às lojas/revendas (conforme visto no item 4.4).

Essas documentações são enviadas via fax ao Banco Paulista que realiza as devidas conferências. Adicionalmente, para determinados contratos (selecionados por amostragem) é realizada análise anti-fraude.

Não sendo verificadas restrições, o fluxo prossegue, sendo realizada a inclusão do gravame, alienando o veículo em nome do Banco Paulista, bem como, a liberação do crédito.

#### **4.7 Formalização**

Em um prazo máximo de dez dias após a liberação do pagamento, toda a documentação solicitada é enviada pelas promotoras de venda à matriz do Banco Paulista. São solicitados os seguintes itens:

- Ficha cadastral
- Contrato assinado (CCB), em três vias
- Cópia do CPF
- Cópia do RG
- Comprovante de residência
- DUT do veículo - Alienação Fiduciária ao Banco Paulista
- Nota Fiscal, em caso de veículo zero km
- Autorização de pagamento preenchida
- Documentação complementar julgada necessária pela área de Crédito (comprovante de renda, vistoria do veículo, etc.).

Após as conferências e os apontamentos devidos, todo o processo é levado para arquivamento/custódia. O recebimento dos contratos é realizado por empresa contratada, a ATP, que custodia os contratos de seus clientes na Metrofile.



Em visita à Empresa Metrofile, foram efetuados os seguintes procedimentos:

- **Levantamento de dados da Empresa**

A Metrofile Gerenciamento e Logística de Arquivos Ltda. está localizada em Osasco, São Paulo, à Avenida Henry Ford, 177, Bairro de Presidente Altino, sendo composta por sete galpões em uma área de aproximadamente 100.000 m². Segundo informações obtidas com a administração da Metrofile, a empresa, em Osasco, conta com mais de 600 funcionários e aproximadamente 1.800 clientes.

- **Identificação de mecanismos de segurança**

Os seguintes mecanismos de segurança do ambiente foram identificados:

- Vigilância 24 horas
- Extintores de incêndio
- Hidrantes
- Instalação de sensores de fumaça

- **Logística no controle dos contratos**

Os contratos custodiados na Metrofile são controlados a partir de sistema eletrônico. No caso de entrada ou retirada de documentação, são digitados em sistema os itens de entrada ou saída e o funcionário responsável.

**Teste de aderência - KPMG**

Selecionamos uma amostra de 100 contratos identificados a partir da base de dados fornecida pelo Banco Paulista, relacionada no Anexo XVIII deste relatório. Desta amostra, foram apresentados os processos e respectivos documentos arquivados relativos a 100 contratos, sobre os quais foram adotados os procedimentos relacionados a seguir.

Procedimentos	Sem divergência	Com divergência	Não identificado	Comentários
Localização dos contratos	100	-	-	-
Verificação de "Ficha Cadastral"	100	-	-	-
Identificação de "Valor Liberado"	98	2	-	i.
Identificação de "Valor da Parcela"	94	6	-	i.
Identificação de "Quantidade de Parcelas"	100	-	-	-
Identificação de "UF do cliente"	100	-	-	-
Identificação de "Assinatura do cliente"	100	-	-	-
Verificação do "Comprovante de Residência"	100	-	-	-
Verificação de cópia do "RG"	100	-	-	-
Verificação de cópia do "DUT"	100	-	-	-
Verificação de "Autorização de Pagamento"	100	-	-	-
Verificação do "Comprovante de Renda"	100	-	-	-
Verificação de "Gravame"	100	-	-	-

- i. Referem-se a divergências entre as condições contratuais estabelecidas no preenchimento da Ficha Cadastral e as firmadas após a aprovação da concessão do crédito.

## **5 Procedimentos de cobrança de crédito em atraso**

O sistema de cobrança do Banco Paulista tem o objetivo de acompanhar, controlar e atuar de forma efetiva e preventiva na inadimplência dos Contratos de Financiamento de Veículos Automotores, minimizando seus efeitos e custos.

### **5.1 Estrutura de cobrança**

O organograma da área de cobrança do Banco Paulista contém a seguinte estrutura:

- 1 Diretor;
- 1 Gerente;
- 1 Supervisor de cobrança;
- 2 Analistas administrativos;

### **5.2 Atendimento pós-venda**

Segundo informações obtidas com a administração do Banco Paulista, para todos os créditos de financiamento de veículos efetuados, há o atendimento pós-venda. No prazo de até 10 dias antes do vencimento da primeira parcela do contrato, o cliente é acionado com a finalidade de verificação se o carnê para pagamento das parcelas foi recebido. Adicionalmente, o mesmo é questionado sobre a qualidade dos serviços prestados nas lojas/revendas.

### **5.3 Etapas de cobranças das parcelas inadimplentes**

O movimento de cobrança das parcelas em atraso das Cédulas de Crédito Bancário (CCBs) inadimplidos segue regras específicas para as seguintes situações de atraso, estabelecidas conforme a ordem cronológica de vencimento das parcelas das CCBs: (i) situação B1, que corresponde à situação de atraso verificada no adimplemento da 1ª parcela devida; (ii) situações B2, B3, B4 ou B5, que corresponde às situações de atraso verificadas no adimplemento da 2ª, 3ª, 4ª ou 5ª parcelas devidas; e (iii) situações B6 ou seguintes, que corresponde às situações de atraso verificadas no adimplemento da 6ª parcela ou de qualquer das parcelas seguintes a 6ª parcela.

O sistema de cobrança das parcelas dos Financiamentos ou Refinanciamentos inadimplentes é composto das seguintes etapas:

- a. Bancária - o financiado tem até o prazo do vencimento para pagamento na rede bancária, e até máximo de 10 dias contados do seu vencimento para pagamento do boleto diretamente no Banco Bradesco, que é o banco responsável pela arrecadação do Banco Paulista;
- b. Amigável - após o 11º dia de atraso da parcela, a Gerência de Cobrança envia as parcelas inadimplentes a empresa de cobrança terceirizada que entra em contato com o financiado buscando uma data para liquidação da parcela inadimplente. A cobradora após firmar um acordo com o financiado envia um boleto para pagamento exclusivamente na rede do Banco Bradesco;
- c. Pré-jurídica - a partir do 25º, 31º ou 45º dia de atraso (ver item a seguir “Régua de cobrança”), a empresa de cobrança providenciará a notificação do financiado, iniciando o processo de ajuizamento juntamente com o Banco Paulista. A partir do 32º dia o financiado será negativado no SPC/Serasa automaticamente pelo sistema;

- d. Jurídica - após o recebimento da notificação positiva a empresa de cobrança inicia o processo de ajuizamento da ação e paralelamente continua tentando uma entrega amigável.

#### **5.4 Réguas de cobrança das operações em atraso**

##### ***Regra para cobrança de parcelas/contratos em atraso - B1***

- 10 dias antes do vencimento - Pós-venda interna, com intuito de verificar se o financiado recebeu o carne e se foi bem atendido pelo banco;
- De 11º a 25º dia - cobrança extrajudicial externa, com intuito de verificar/detectar dificuldades, o motivo do não pagamento ou problemas com o financiamento, como falta de dados para localização do financiado ou uma possível fraude;
- 25º dia - envio de notificação ao financiado para constituir-lo em mora e possibilitar ação de busca e apreensão do veículo;
- 30º dia - Envio do relatório de ocorrência de cobrança (ROC), informando o motivo do não pagamento e se o bem e o financiado foram localizados;
- 30º dia - Assessoria externa envia para a Cobrança do Banco Paulista relação das operações para que a sejam providenciadas a documentação necessária para ação judicial;
- 31º dia - Protesto da Cédula de Crédito Bancário, quando a notificação for negativa;
- 32º dia - Negativação no SPC e SERASA e ajuizamento da operação;
- De 33º a 45º dia - intensificação da cobrança extrajudicial a fim de evitar ajuizamento da operação;
- 45º dia - Ajuizamento da operação.

A cobrança das parcelas B1 é supervisionada diretamente pela Gerência de Cobrança do Banco Paulista. Todas as dificuldades de cobrança da parcela B1, inclusive de localização dos financiados, são informadas à gerência de cobrança, através do Relatório de Ocorrência de Cobrança, conhecido como “ROC”. O “ROC” consiste em um formulário preenchido pelas empresas de cobrança no qual é informado sobre os procedimentos adotados e as dificuldades encontradas na localização e cobrança dos financiados. Este procedimento visa à reavaliação dos financiamentos concedidos e busca de outras informações que auxiliem na solução do problema, envolvendo, inclusive, a área comercial.

##### ***Regra para cobrança de parcelas/contratos em atraso - B2, B3, B4 e B5***

- De 11º a 30º dia - cobrança extrajudicial externa, buscando uma solução de pagamento pelo financiado e a localização do bem;
- 31º dia - envio de notificação ao financiado para constituir-lo em mora e possibilitar ação de busca e apreensão do veículo;
- 32º dia - Negativação no SPC e SERASA;
- 35º dia - Assessoria externa envia para a Cobrança do Banco Paulista relação das operações para que a sejam providenciadas a documentação necessária para ação judicial;
- 40º dia - Protesto da Cédula de Crédito Bancário, quando a notificação for negativa;
- De 41º a 49º dia - intensificação da cobrança extrajudicial a fim de evitar ajuizamento da operação;
- 60º dia - Ajuizamento da operação.



***Regra para a Cobrança de Parcelas B6 ou seguintes dos Contratos de Financiamento em Atraso***

- De 11º a 31º dia - cobrança extrajudicial externa, buscando uma solução de pagamento pelo financiado e a localização do bem;
- 32º dia - Negativação no SPC e SERASA;
- De 33º a 44º dia - intensificação da cobrança extrajudicial a fim de evitar ajuizamento da operação;
- 45º dia - envio de notificação ao financiado para constituir-lo em mora e possibilitar ação de busca e apreensão do veículo;
- 50º dia - Assessoria externa envia para a Cobrança do Banco Paulista relação das operações para que a sejam providenciadas a documentação necessária para ação judicial;
- 55º dia - Protesto da Cédula de Crédito Bancário, quando a notificação for negativa;
- 70º dia - Ajuizamento da operação.

## **5.5 Instrumentos de cobrança**

***Devolução amigável***

Havendo interesse por parte do financiado na entrega amigável do veículo ou apreendido judicialmente, o veículo é recolhido ao pátio ou estacionamento credenciado pelo Banco, onde é realizada a vistoria do veículo através do formulário “Laudo de Vistoria - Veículos”.

Se após a venda do veículo o saldo remanescente não for pago, o cliente prossegue como inadimplente com o Banco, continuando seu cadastro negativado no sistema SPC/Serasa.

***Descontos***

Em caso de negociação de dívidas, o Banco Paulista, de acordo com a situação e a necessidade, concede descontos aos seus clientes.

***Renegociação***

Quando o financiado encontra-se inadimplente e sem condições de honrar os próximos pagamentos, o Banco pode propor a renegociação de dívida, visando regularizar a situação do cliente.

***Busca e apreensão***

São acionados os procedimentos de busca e apreensão nos casos em que não haja mais possibilidades de recuperação dos créditos inadimplidos.

## **5.6 Transferência de financiamento/Refinanciamento para prejuízo**

***Por Sinistro com o Falecimento do Financiado***

O Banco Paulista entende como incobrável e passiva de transferência para prejuízo, aquele cujo financiado veio a falecer em função de sinistro originando a perda total do bem, o qual não foi coberto por seguro e as tentativas de cobrança do saldo devedor junto aos familiares se findaram.



Neste caso, a transferência para prejuízo se dará através de processo específico e devidamente autorizado pela Diretoria.

Os documentos necessários para a composição do processo são:

- Atestado de óbito;
- Boletim de ocorrência;
- Fotos do bem sinistrado;
- CPF e RG;
- Planilha de saldo devedor atualizada;
- Declaração de familiar (informando a impossibilidade de assumir o saldo devedor); e
- Parecer da Gerência Jurídica.

***Por Fraude Comprovada***

O Banco Paulista entende como incobrável e passiva de transferência para prejuízo, aquele caso que foi identificado com documentação falsa, montada, furtada ou roubada, envolvendo quadrilhas ou bandos especializados e em processos judiciais onde o financiado solicita a desconstituição do contrato.

Da mesma forma, a transferência para prejuízo se dará através de processo específico e devidamente autorizado pela Diretoria.

Os documentos necessários para a composição do processo são:

- Carnê de pagamento devolvido, se possível;
- Carta de cobrança devolvida, se possível;
- Planilha de saldo devedor atualizada;
- Documentos que comprovem o fato (cópia de todo o processo, CPF, RG, Contrato, Comprovantes etc.);
- Esclarecimentos das Gerências de Crédito, Cobrança, gestor da filial e da promotora;
- Parecer da Gerência Jurídica.



## Anexo I - Movimentação mensal por produto

Origem	Veículos Pesados		Veículos Leves		Ref. Veículos Pesados		Ref. Veículos Leves		Ref. Veículos Pesados- PJ		Motos		Ref. Veículos Leves- PJ		Total	
	RS mil	%	RS mil	%	RS mil	%	RS mil	%	RS mil	%	RS mil	%	RS mil	%	RS mil	%
nov/05	1.383	83,4%	171	10,3%	66	4,0%	39	2,4%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	1.659	100,0%
dez/05	2.299	78,6%	318	10,9%	224	7,7%	43	1,5%	-	0,0%	34	1,1%	-	0,0%	2.917	100,0%
jan/06	2.019	70,5%	462	16,1%	281	9,8%	101	3,5%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	2.863	100,0%
fev/06	2.815	77,2%	389	10,7%	296	8,1%	133	3,7%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	3.646	100,0%
mar/06	4.487	72,4%	1.117	18,0%	447	7,2%	111	1,8%	-	0,0%	38	0,6%	-	0,0%	6.200	100,0%
abr/06	3.148	56,1%	1.580	28,1%	713	12,7%	170	3,0%	-	0,0%	4	0,1%	-	0,0%	5.615	100,0%
mai/06	4.501	53,4%	3.060	36,3%	482	5,7%	312	3,7%	78	0,9%	-	0,0%	-	0,0%	8.433	100,0%
jun/06	5.624	49,9%	4.547	40,4%	583	5,2%	410	3,6%	30	0,3%	59	0,3%	7	0,1%	11.261	100,0%
jul/06	8.312	46,4%	7.384	41,2%	909	5,1%	701	3,9%	389	2,2%	234	1,3%	-	0,0%	17.929	100,0%
ago/06	8.972	41,4%	10.231	47,3%	1.226	5,7%	531	2,5%	265	1,2%	358	1,7%	70	0,3%	21.652	100,0%
set/06	8.812	43,3%	9.969	48,9%	759	3,7%	534	2,6%	22	0,1%	174	0,9%	101	0,5%	20.370	100,0%
out/06	8.892	35,7%	11.772	47,3%	2.324	9,3%	1.546	6,2%	225	0,9%	45	0,2%	72	0,3%	24.876	100,0%
nov/06	7.651	32,4%	11.907	50,4%	2.009	8,5%	1.959	8,3%	-	0,0%	-	0,0%	83	0,4%	23.609	100,0%
dez/06	7.095	29,3%	13.212	54,6%	1.591	6,6%	1.963	8,1%	283	1,2%	7	0,0%	67	0,3%	24.218	100,0%
jan/07	9.777	35,7%	12.447	45,4%	2.592	9,5%	2.032	7,4%	426	1,6%	17	0,1%	117	0,4%	27.409	100,0%
fev/07	12.345	41,6%	11.734	39,5%	2.837	9,6%	2.406	8,1%	286	1,0%	-	0,0%	75	0,3%	29.682	100,0%
Total	98.131	42,2%	100.301	43,2%	17.336	7,5%	12.992	5,6%	2.005	0,9%	982	0,4%	592	0,3%	232.339	100,0%



## Anexo II - Movimentação mensal por Filial

Origem	São Paulo		Campinas		Belo Horizonte		Ribeirão Preto		Curitiba		Recife		São José do Rio Preto		Uberlândia		Total	
	RS mil	%	RS mil	%	RS mil	%	RS mil	%	RS mil	%	RS mil	%	RS mil	%	RS mil	%	RS mil	%
nov/05	686	41,4%	336	20,3%	-	0,0%	636	38,4%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	1.659	100,0%
dez/05	723	24,8%	1.364	46,7%	43	1,5%	788	27,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	2.917	100,0%
jan/06	55	1,9%	1.404	49,0%	488	17,0%	916	32,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	2.863	100,0%
fev/06	252	6,9%	1.267	34,7%	1.147	31,5%	915	25,1%	-	1,6%	-	0,0%	-	0,0%	7	0,2%	3.646	100,0%
mar/06	546	8,8%	1.850	29,8%	1.479	23,9%	1.865	30,1%	168	2,7%	115	1,9%	-	0,0%	177	2,8%	6.200	100,0%
abr/06	801	14,3%	1.348	24,0%	1.452	25,9%	943	16,8%	548	9,8%	354	6,3%	-	0,0%	168	3,0%	5.615	100,0%
mai/06	2.045	24,2%	2.811	33,3%	1.169	13,9%	1.743	13,8%	695	8,2%	449	5,3%	-	0,0%	103	1,2%	8.433	100,0%
jun/06	4.012	35,6%	2.344	20,8%	1.250	11,1%	1.160	10,8%	1.218	10,9%	640	5,7%	-	0,0%	56	0,5%	11.261	100,0%
jul/06	6.690	37,3%	3.623	20,2%	2.518	14,0%	2.077	11,6%	1.957	10,9%	971	5,4%	-	0,0%	93	0,5%	17.929	100,0%
ago/06	8.057	37,2%	4.598	21,2%	1.826	8,4%	1.653	7,6%	2.546	11,8%	1.359	6,3%	1.559	7,2%	55	0,3%	21.652	100,0%
set/06	7.369	36,2%	4.886	24,0%	2.284	11,2%	1.554	7,6%	1.605	7,9%	864	4,2%	1.369	6,7%	439	2,2%	20.370	100,0%
out/06	7.831	31,5%	6.009	24,2%	2.958	11,9%	1.052	4,2%	3.081	12,4%	1.707	8,1%	1.980	8,0%	258	1,0%	24.876	100,0%
nov/06	8.511	36,1%	4.321	18,3%	2.814	11,9%	1.181	5,0%	2.811	11,9%	1.920	8,1%	1.825	7,7%	225	1,0%	23.609	100,0%
dez/06	8.043	33,2%	4.501	18,6%	2.786	11,5%	1.468	6,1%	3.148	13,0%	2.227	9,2%	1.887	7,8%	158	0,7%	24.218	100,0%
jan/07	9.503	34,7%	4.840	17,7%	2.915	10,6%	1.935	7,1%	3.044	11,1%	2.737	10,0%	2.073	7,6%	362	1,3%	27.409	100,0%
fev/07	11.313	38,1%	6.192	20,9%	2.529	8,5%	1.520	5,1%	2.602	8,8%	2.821	9,5%	2.158	7,3%	547	1,8%	29.682	100,0%
Total	76.438	32,9%	51.693	22,2%	27.638	11,9%	21.405	9,2%	23.483	10,1%	16.163	7,0%	12.851	5,5%	2.648	1,1%	232.339	100,0%



**Anexo III - Distribuição mensal por quantidade de parcelas**

Quantidade de parcelas	Nov-05		Dez-05		Jan-06		Fev-06		Mar-06		Abr-06		Mai-06		Jun-06		Jul-06	
	RS(000)	%	RS(000)	%	RS(000)	%	RS(000)	%	RS(000)	%	RS(000)	%	RS(000)	%	RS(000)	%	RS(000)	%
6	-	0,0%	-	0,0%	-	0,3%	11	0,3%	-	0,0%	-	0,0%	26	0,3%	5	0,0%	27	0,2%
9	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	4	0,0%	3	0,0%
12	51	1,5%	73	2,2%	98	1,2%	42	0,5%	115	1,4%	77	0,9%	161	2,0%	401	5,0%	448	5,5%
15	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
18	40	2,4%	8	0,0%	136	1,6%	34	0,4%	155	1,9%	129	1,6%	145	1,7%	295	3,7%	385	4,8%
23	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
24	290	17,5%	686	23,7%	1.054	12,8%	1.269	15,7%	2.129	26,8%	1.881	23,5%	2.296	28,6%	3.370	42,5%	4.882	61,3%
30	118	7,1%	124	4,3%	9	0,0%	104	1,3%	49	0,6%	72	0,9%	140	1,7%	108	1,4%	289	3,6%
31	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
32	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
35	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
36	1.160	70,0%	2.002	69,0%	1.566	19,4%	2.185	27,5%	3.751	47,4%	3.456	43,3%	5.665	71,8%	7.068	89,1%	11.886	149,1%
48	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
Total	1.659	100,0%	2.899	100,0%	2.863	35,8%	3.646	45,7%	6.200	78,1%	5.615	70,6%	8.433	106,6%	11.249	141,7%	17.921	226,4%
Prazo Médio	32		32		30		31		31		31		32		31		32	



**Anexo III - Distribuição mensal por quantidade de parcelas**

Quantidade de parcelas	Ago-06		Set-06		Out-06		Nov-06		Dez-06		Jan-07		Fev-07		Total	
	RS(000)	%	RS(000)	%	RS(000)	%	RS(000)	%	RS(000)	%	RS(000)	%	RS(000)	%	RS(000)	%
6	3	0,0%	20	0,1%	17	0,1%	12	0,1%	5	0,0%	6	0,0%	82	0,3%	215	0,1%
9	5	0,0%	8	0,0%	79	0,3%	9	0,0%	12	0,0%	43	0,2%	11	0,0%	180	0,1%
12	37	1,7%	179	8,0%	304	1,4%	331	1,4%	365	1,5%	432	1,9%	239	0,9%	3.688	1,5%
15	7	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	38	0,1%	-	0,0%	-	0,0%	34	0,0%
18	407	1,9%	404	2,0%	531	2,4%	397	1,7%	477	2,0%	612	2,2%	557	1,9%	4.711	2,0%
23	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	11	0,0%	-	0,0%	11	0,0%
24	5.207	24,0%	4.340	21,3%	4.804	19,3%	4.209	17,8%	3.924	16,2%	4.723	17,2%	5.115	17,2%	50.179	21,6%
30	594	2,7%	258	1,3%	403	1,6%	436	1,8%	404	1,7%	465	1,7%	565	1,9%	4.137	1,8%
31	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	96	0,3%	96	0,0%
32	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	82	0,3%	82	0,0%
35	-	0,0%	-	0,0%	70	0,3%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	70	0,0%
36	15.059	69,6%	14.030	68,9%	14.904	60,2%	14.569	61,7%	14.766	60,9%	15.632	57,0%	17.751	59,8%	145.511	62,6%
48	-	0,0%	1.130	5,2%	3.263	14,2%	3.652	15,4%	4.251	17,6%	5.503	20,1%	5.205	17,2%	23.423	10,1%
Total	21.652	100,0%	20.370	100,0%	24.876	100,0%	23.595	100,0%	24.231	100,0%	27.428	100,0%	29.703	100,0%	232.339	100,0%
Prazo Médio	32		33		35		35		35		35		35		34	



*Banco Paulista S.A*  
*Relatório relativo à aplicação*  
*de procedimentos pré-acordados*

#### Anexo IV - 250 maiores contratos

# Contrato	Somatório do valor das parcelas - R\$	Quantidade de parcelas	Tipo de financiamento
1 47-07288/06	333.882	48	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
2 46-02582/06	293.388	24	000105 - REFIN PJ VEIC PESADO
3 47-00429/06	292.865	36	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
4 47-07719/06	280.710	48	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
5 47-00626/06	249.174	36	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
6 47-00012/05	238.992	36	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
7 47-02768/06	236.346	36	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
8 47-02769/06	236.346	36	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
9 47-07901/06	228.314	48	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
10 47-05853/06	227.647	48	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
11 47-04148/06	226.690	36	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
12 47-62103/06	225.519	48	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
13 47-63108/07	222.623	48	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
14 47-65187/07	220.023	48	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
15 47-63806/07	212.443	48	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
16 47-01842/06	203.412	36	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
17 47-08017/06	196.863	48	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
18 47-03955/06	193.928	36	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
19 47-64918/07	190.647	48	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
20 47-05486/06	190.079	36	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
21 47-00152/06	187.488	36	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
22 47-05111/06	187.039	48	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
23 39-05553/06	186.427	48	000103 - REF. VEICULOS PESADO
24 47-07504/06	182.310	48	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
25 47-65729/07	180.855	48	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
26 47-01330/06	178.035	48	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
27 39-00115/05	177.453	48	000103 - REF. VEICULOS PESADO
28 47-68068/07	176.971	48	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
29 47-67647/07	176.869	48	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
30 47-67174/07	176.516	48	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
31 47-67631/07	176.161	48	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
32 47-06761/06	176.076	48	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
33 47-62835/07	171.849	48	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
34 47-68086/07	170.940	48	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
35 47-06044/06	170.504	48	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
36 47-68396/07	170.392	48	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
37 47-67546/07	170.163	48	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
38 47-62048/06	169.304	36	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
39 47-67550/07	168.828	36	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
40 47-03943/06	168.179	48	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
41 47-08453/06	168.113	48	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
42 47-64041/07	167.419	48	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
43 47-64071/07	167.419	48	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
44 47-03821/06	166.392	36	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
45 47-02337/06	165.295	36	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
46 47-06877/06	164.041	36	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
47 46-03217/06	162.702	36	000105 - REFIN PJ VEIC PESADO
48 47-65080/07	162.274	48	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
49 47-06217/06	157.732	48	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
50 47-05812/06	157.405	48	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
51 47-66244/07	157.058	36	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
52 47-06704/06	153.803	36	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
53 47-68257/07	152.603	36	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
54 13-06053/06	148.858	36	000099 - FIN. VEICULOS LEVES
55 47-03027/06	146.994	36	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
56 47-65120/07	146.712	48	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
57 47-04179/06	146.578	36	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
58 47-03698/06	146.121	36	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
59 47-00415/06	143.659	36	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
60 47-00350/06	143.645	36	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
61 47-02815/06	143.605	36	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
62 47-07042/06	142.759	36	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
63 47-05748/06	142.669	36	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
64 47-01570/06	142.055	36	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
65 47-00432/06	141.040	36	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
66 47-00507/06	140.469	36	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
67 47-68448/07	140.424	36	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
68 13-08085/06	140.174	48	000099 - FIN. VEICULOS LEVES
69 39-01484/06	140.159	36	000103 - REF. VEICULOS PESADO
70 47-63078/07	139.415	48	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
71 39-08117/06	137.566	48	000103 - REF. VEICULOS PESADO
72 47-68246/07	137.334	36	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
73 47-00405/06	137.046	24	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
74 47-63765/07	136.587	36	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
75 47-02633/06	135.758	36	000100 - FIN. VEICULOS PESADO



*Banco Paulista S.A*  
*Relatório relativo à aplicação*  
*de procedimentos pré-acordados*

#### Anexo IV - 250 maiores contratos

#	Contrato	Somatório do valor das parcelas - R\$	Quantidade de parcelas	Tipo de financiamento
76	47-01336/06	134.879	24	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
77	47-08431/06	133.884	48	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
78	47-07567/06	133.398	36	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
79	47-00910/06	133.350	36	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
80	47-01161/06	132.981	36	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
81	47-00321/06	132.647	36	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
82	13-08168/06	132.552	36	000099 - FIN. VEICULOS LEVES
83	47-04321/06	132.465	30	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
84	47-00029/05	132.294	36	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
85	47-06154/06	132.292	36	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
86	47-07111/06	132.287	48	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
87	47-07692/06	131.934	36	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
88	47-67472/07	131.328	48	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
89	47-00699/06	130.447	36	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
90	47-06043/06	130.364	36	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
91	47-64451/07	130.190	36	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
92	47-02329/06	129.814	36	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
93	47-00145/06	129.380	36	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
94	39-06908/06	128.917	36	000103 - REF. VEICULOS PESADO
95	13-68403/07	128.621	36	000099 - FIN. VEICULOS LEVES
96	47-63828/07	128.004	48	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
97	47-65081/07	127.995	36	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
98	46-65481/07	127.925	36	000105 - REFIN PJ VEIC PESADO
99	47-07066/06	127.734	48	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
100	47-65527/07	127.512	36	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
101	39-63080/07	127.296	36	000103 - REF. VEICULOS PESADO
102	47-07818/06	126.895	36	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
103	47-04313/06	126.789	36	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
104	39-05169/06	126.519	24	000103 - REF. VEICULOS PESADO
105	47-05225/06	126.341	36	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
106	47-08139/06	126.341	36	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
107	47-03043/06	126.283	36	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
108	47-64638/07	125.197	36	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
109	47-67676/07	125.107	48	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
110	47-02087/06	124.918	36	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
111	47-02196/06	123.971	36	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
112	47-05358/06	123.325	48	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
113	47-00042/05	123.235	36	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
114	47-64486/07	122.902	48	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
115	47-00586/06	122.383	36	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
116	47-01880/06	122.082	36	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
117	39-02438/06	121.629	36	000103 - REF. VEICULOS PESADO
118	47-00226/06	121.524	36	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
119	47-02170/06	121.304	36	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
120	39-65090/07	121.120	48	000103 - REF. VEICULOS PESADO
121	47-67132/07	120.484	48	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
122	13-03608/06	120.007	36	000099 - FIN. VEICULOS LEVES
123	39-02125/06	119.919	36	000103 - REF. VEICULOS PESADO
124	47-04900/06	119.704	48	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
125	47-02045/06	119.673	12	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
126	47-00914/06	119.483	36	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
127	47-03979/06	119.480	36	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
128	47-68282/07	119.025	36	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
129	47-01335/06	118.950	12	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
130	47-67918/07	118.756	48	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
131	47-03016/06	118.550	36	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
132	47-05058/06	118.550	36	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
133	47-08249/06	118.382	36	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
134	47-04050/06	118.251	24	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
135	39-00631/06	117.367	36	000103 - REF. VEICULOS PESADO
136	39-07555/06	117.325	36	000103 - REF. VEICULOS PESADO
137	47-63479/07	117.289	36	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
138	47-03315/06	116.789	36	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
139	47-68236/07	116.748	36	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
140	39-08441/06	116.723	36	000103 - REF. VEICULOS PESADO
141	47-00834/06	116.723	36	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
142	47-04394/06	116.723	36	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
143	13-67641/07	116.577	48	000099 - FIN. VEICULOS LEVES
144	47-04311/06	116.557	36	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
145	47-62466/06	116.178	36	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
146	47-01140/06	115.924	36	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
147	47-00449/06	115.873	36	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
148	47-66893/07	115.367	36	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
149	47-07194/06	115.124	48	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
150	47-00677/06	115.067	36	000100 - FIN. VEICULOS PESADO





*Banco Paulista S.A*  
*Relatório relativo à aplicação*  
*de procedimentos pré-acordados*

## Anexo IV - 250 maiores contratos

# Contrato	Somatório do valor das parcelas - R\$	Quantidade de parcelas	Tipo de financiamento
151 47-07389/06	114.993	48	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
152 47-01734/06	114.047	36	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
153 47-02292/06	114.023	36	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
154 46-08072/06	113.947	24	000105 - REFIN PJ VEIC PESADO
155 47-00937/06	113.905	36	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
156 47-05257/06	113.829	36	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
157 47-05759/06	113.829	36	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
158 47-68447/07	113.814	24	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
159 47-01272/06	113.412	36	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
160 47-03710/06	113.412	36	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
161 47-00132/05	111.763	36	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
162 47-04774/06	111.738	48	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
163 47-67768/07	111.621	36	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
164 47-02776/06	111.491	36	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
165 47-04322/06	111.393	36	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
166 47-00119/05	110.892	36	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
167 47-04435/06	110.696	24	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
168 47-68351/07	110.322	48	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
169 47-68352/07	110.322	48	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
170 47-04364/06	110.058	36	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
171 47-03658/06	109.974	36	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
172 47-04201/06	109.974	36	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
173 47-05764/06	109.677	48	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
174 47-00027/05	109.507	30	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
175 13-65412/07	109.387	48	000099 - FIN. VEICULOS LEVES
176 47-64032/07	108.961	48	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
177 47-65467/07	108.783	36	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
178 47-05701/06	108.701	36	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
179 47-01986/06	108.279	36	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
180 47-01666/06	108.155	36	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
181 47-01744/06	108.155	36	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
182 47-03875/06	108.026	36	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
183 47-63421/07	107.965	36	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
184 47-63484/07	107.965	36	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
185 47-03573/06	107.661	36	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
186 47-66035/07	107.573	36	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
187 47-67905/07	107.573	36	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
188 47-00693/06	107.125	36	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
189 47-00887/06	107.053	36	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
190 47-00346/06	106.980	36	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
191 47-00295/06	106.789	36	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
192 47-04916/06	106.695	36	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
193 47-07547/06	106.668	24	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
194 47-03139/06	106.369	36	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
195 47-04073/06	106.154	36	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
196 47-63497/07	105.835	36	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
197 47-08446/06	105.781	36	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
198 47-06233/06	105.618	48	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
199 47-06558/06	105.159	24	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
200 47-68394/07	105.065	48	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
201 47-00193/06	104.920	36	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
202 47-67599/07	104.741	36	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
203 13-65242/07	104.661	48	000099 - FIN. VEICULOS LEVES
204 13-00225/06	104.318	36	000099 - FIN. VEICULOS LEVES
205 13-07988/06	104.017	36	000099 - FIN. VEICULOS LEVES
206 47-00339/06	103.967	36	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
207 47-08099/06	103.874	36	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
208 47-00868/06	103.658	36	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
209 47-04773/06	103.546	36	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
210 39-06748/06	103.323	24	000103 - REF. VEICULOS PESADO
211 47-65814/07	102.831	48	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
212 47-04227/06	102.770	36	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
213 47-08002/06	102.770	36	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
214 47-06247/06	102.575	36	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
215 47-05635/06	102.521	48	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
216 47-01457/06	101.273	36	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
217 47-00285/06	101.192	36	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
218 47-01976/06	101.066	36	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
219 47-00200/06	100.914	36	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
220 47-00379/06	100.580	36	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
221 47-02863/06	100.509	36	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
222 47-00495/06	100.268	24	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
223 47-00844/06	100.192	36	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
224 47-04158/06	100.175	36	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
225 47-04456/06	100.175	36	000100 - FIN. VEICULOS PESADO



*Banco Paulista S.A*  
*Relatório relativo à aplicação*  
*de procedimentos pré-acordados*

#### Anexo IV - 250 maiores contratos

#	Contrato	Somatório do valor das parcelas - R\$	Quantidade de parcelas	Tipo de financiamento
226	47-07888/06	100.125	36	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
227	13-05967/06	99.644	36	000099 - FIN. VEICULOS LEVES
228	47-08360/06	99.501	36	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
229	47-01847/06	99.348	36	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
230	47-00024/05	99.261	36	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
231	47-05008/06	98.949	48	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
232	47-01394/06	98.911	24	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
233	39-00110/05	98.901	36	000103 - REF. VEICULOS PESADO
234	47-01468/06	98.809	36	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
235	47-00362/06	97.826	36	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
236	39-05872/06	97.804	36	000103 - REF. VEICULOS PESADO
237	47-04197/06	97.613	36	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
238	47-01097/06	97.367	36	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
239	47-02734/06	97.367	36	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
240	47-02549/06	97.131	36	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
241	47-07307/06	97.131	36	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
242	47-68439/07	97.071	36	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
243	47-05311/06	96.928	48	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
244	47-02424/06	96.070	36	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
245	47-07914/06	96.070	36	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
246	39-00278/06	95.997	24	000103 - REF. VEICULOS PESADO
247	13-63287/07	95.997	48	000099 - FIN. VEICULOS LEVES
248	46-02331/06	95.908	36	000105 - REFIN PJ VEIC PESADO
249	47-00570/06	95.847	36	000100 - FIN. VEICULOS PESADO
250	47-01755/06	95.822	31	000100 - FIN. VEICULOS PESADO



Anexo V - Movimentação mensal ano veículo

Origem	Não identificado			1970			1971			1972			1973		
	RS(000)	%	#	%	RS(000)	%	#	%	RS(000)	%	#	%	RS(000)	%	#
nov/05	-	0,0%		0,0%	-	0,0%		0,0%	-	0,0%		0,0%	-	0,0%	
dez/05	6	3,9%	1	12,5%	-	0,0%		0,0%	-	0,0%		0,0%	-	0,0%	
jan/06	49	34,1%	4	50,0%	-	0,0%		0,0%	-	0,0%		0,0%	-	0,0%	
fev/06	-	0,0%		0,0%	-	0,0%		0,0%	-	0,0%		0,0%	-	0,0%	
mar/06	33	23,0%	1	12,5%	-	0,0%		0,0%	-	0,0%		0,0%	-	0,0%	
abr/06	-	0,0%		0,0%	-	0,0%		0,0%	-	0,0%		0,0%	-	0,0%	
mai/06	12	8,5%	1	12,5%	-	0,0%		0,0%	-	0,0%		0,0%	-	0,0%	
jun/06	-	0,0%		0,0%	-	0,0%		0,0%	-	0,0%		0,0%	-	0,0%	
jul/06	-	0,0%		0,0%	-	0,0%		0,0%	-	0,0%		0,0%	-	0,0%	
ago/06	44	30,5%	1	12,5%	-	0,0%		0,0%	14	8,1%	1	33,3%	25	12,7%	1
set/06	-	0,0%		0,0%	-	0,0%		0,0%	77	43,9%	1	33,3%	-	0,0%	
out/06	-	0,0%		0,0%	45	100,0%	1	100,0%	-	0,0%		0,0%	23	12,0%	1
nov/06	-	0,0%		0,0%	-	0,0%		0,0%	83	47,9%	1	33,3%	64	32,8%	1
dez/06	-	0,0%		0,0%	-	0,0%		0,0%	-	0,0%		0,0%	-	0,0%	
jan/07	-	0,0%		0,0%	-	0,0%		0,0%	-	0,0%		0,0%	62	31,9%	1
fev/07	-	0,0%		0,0%	-	0,0%		0,0%	-	0,0%		0,0%	21	10,6%	1
Total	144	100,0%	8	100,0%	45	100,0%	1	100,0%	174	100,0%	3	100,0%	194	100,0%	5



**Anexo V - Movimentação mensal ano veículo**

Origem	1974			1975			1976			1977			1978			1979			
	RS(000)	%	#	%	RS(000)	%	#	%	RS(000)	%	#	%	RS(000)	%	#	%	RS(000)	%	#
nov/05	-	0,0%		0,0%	-	0,0%		1,8%	20	0,0%		0,0%	-	0,0%		0,0%	23	1,0%	1
dez/05	31	5,2%	1	6,7%		0,0%	1	4,2%	48	0,0%		0,0%	83	4,4%	3	5,9%	122	5,5%	3
jan/06	14	2,3%	1	6,7%	24	2,8%	1	0,0%	-	0,0%		0,0%	67	3,5%	2	3,9%	81	3,6%	1
fev/06	54	9,1%	2	13,3%	131	15,4%	2	17,7	167	9,1%	4	12,5%	24	2,0%	1	2,0%	117	5,2%	3
mar/06	-	0,0%		0,0%	80	9,4%	2	15,9%	177	9,1%	4	12,5%	55	2,9%	1	2,0%	70	3,2%	3
abr/06	-	0,0%		0,0%	18	2,2%	1	1,9%	21	4,5%	1	3,1%	45	3,8%	1	3,0%	0,0%	0,0%	
mai/06	-	0,0%		0,0%		0,0%		0,0%	-	0,0%		0,0%	118	6,2%	4	7,8%	20	0,9%	1
jun/06	28	4,6%	1	6,7%	135	15,9%	3	3,1%	34	0,0%	2	6,3%	70	5,9%	3	3,9%	178	8,0%	5
jul/06	141	23,8%	2	13,3%	135	15,9%	3	8,0%	89	9,1%	4	12,5%	241	12,7%	3	5,9%	106	4,8%	3
ago/06	55	9,2%	1	6,7%	95	4,1%	2	8,0%	49	4,5%	2	6,1%	141	7,4%	4	7,8%	324	14,6%	9
set/06	-	0,0%		0,0%	79	9,2%	1	0,0%	-	0,0%		0,0%	222	11,7%	4	7,8%	283	12,7%	7
out/06	87	14,7%	2	13,3%	24	2,8%	1	10,5%	117	4,5%	3	9,4%	72	6,1%	2	6,1%	148	6,7%	4
nov/06	-	0,0%		0,0%	30	3,5%	1	16,3%	185	10,5%	3	12,5%	82	6,9%	3	3,9%	75	3,4%	2
dez/06	-	0,0%		0,0%	86	10,1%	2	5,0%	56	9,1%	1	3,1%	188	15,9%	4	12,1%	198	8,9%	7
jan/07	79	13,3%	3	20,0%	66	7,8%	2	8,1%	90	9,1%	2	3,0%	236	12,5%	6	11,8%	179	8,1%	6
fev/07	106	17,8%	2	13,3%	145	16,9%	4	19,4%	217	18,2%	6	18,8%	191	16,1%	5	15,2%	300	13,5%	9
Total	594	100,0%	15	100,0%	853	100,0%	22	100,0%	1.119	100,0%	32	100,0%	1.185	100,0%	33	100,0%	2.224	100,0%	64



## Anexo V - Movimentação mensal ano veículo

Origem	1980			1981			1982			1983			1984			1985			
	RS(000)	%	#	%	RS(000)	%	#	%	RS(000)	%	#	%	RS(000)	%	#	%	RS(000)	%	#
nov/05	14	0,3%	1	0,8%	33	1,0%	1	0,9%	45	1,7%	1	1,3%	49	1,9%	2	2,7%	39	1,6%	1
dez/05	31	0,7%	1	0,8%	-	0,0%	1	0,0%	7	0,3%	1	1,3%	100	3,8%	2	2,7%	12	0,5%	1
jan/06	147	3,4%	4	3,0%	107	3,3%	5	4,7%	33	1,3%	1	1,3%	21	0,8%	1	1,4%	54	2,2%	1
fev/06	66	1,5%	2	1,5%	87	2,7%	4	3,8%	58	2,2%	1	1,3%	150	5,8%	4	5,4%	20	0,8%	2
mar/06	82	1,9%	4	3,0%	6	0,2%	1	0,9%	-	0,0%	5	6,8%	146	5,6%	5	6,8%	143	5,8%	5
abr/06	97	2,3%	4	3,0%	72	2,2%	3	2,8%	141	5,3%	6	7,8%	82	3,2%	3	4,1%	68	2,8%	4
mai/06	109	2,5%	3	2,3%	188	5,9%	5	4,7%	178	6,7%	3	4,1%	94	3,6%	3	4,1%	245	9,9%	8
jun/06	322	7,5%	12	9,0%	177	5,5%	8	7,5%	147	5,5%	5	6,5%	184	7,1%	5	6,8%	215	8,7%	7
jul/06	113	2,7%	5	3,8%	332	10,4%	12	11,3%	163	6,3%	9	3,9%	302	11,6%	9	12,2%	200	8,0%	7
ago/06	406	9,5%	12	9,0%	314	9,8%	13	12,3%	363	13,6%	9	11,7%	74	2,9%	2	2,7%	251	10,1%	6
set/06	443	10,4%	13	9,8%	821	25,6%	14	13,2%	322	12,1%	10	13,0%	182	7,0%	6	8,1%	283	10,2%	8
out/06	523	12,2%	14	10,5%	176	5,5%	6	5,7%	164	6,2%	5	6,5%	143	5,4%	3	4,1%	85	3,4%	4
nov/06	474	11,1%	15	11,3%	145	4,5%	5	4,7%	124	4,6%	4	5,2%	385	14,8%	9	12,2%	256	10,3%	9
dez/06	168	3,9%	6	4,5%	117	3,6%	5	4,7%	193	7,3%	6	7,8%	163	6,3%	5	6,8%	173	7,0%	2
jan/07	542	12,7%	15	11,3%	387	12,4%	15	14,2%	242	9,1%	7	9,1%	421	16,2%	10	13,5%	279	11,7%	6
fev/07	739	17,3%	22	16,5%	233	7,3%	9	8,5%	580	21,8%	12	15,6%	204	7,8%	5	6,8%	291	11,7%	9
Total	4.277	100,0%	133	100,0%	3.203	100,0%	106	100,0%	2.659	100,0%	77	100,0%	2.603	100,0%	74	100,0%	2.484	100,0%	80
			</																



**Anexo V - Movimentação mensal ano veículo**

Origem	1986			1987			1988			1989			1990			1991			
	RS(000)	%	#	%	RS(000)	%	#	%	RS(000)	%	#	%	RS(000)	%	#	%	RS(000)	%	#
nov/05	237	2,5%	4	1,5%	39	0,5%	2	0,9%	-	0,0%	2	0,3%	7	0,1%	1	0,1%	166	1,2%	4
dez/05	121	1,3%	3	1,1%	191	2,7%	3	1,1%	10	0,1%	2	0,3%	233	1,9%	9	1,0%	109	0,8%	6
jan/06	70	0,8%	7	2,5%	26	0,4%	1	0,5%	171	1,7%	6	0,9%	47	0,4%	3	0,3%	9	0,1%	1
fev/06	254	2,7%	7	2,5%	122	1,7%	3	1,4%	118	1,2%	3	0,4%	189	1,6%	8	0,9%	355	2,5%	11
mar/06	329	3,5%	11	4,0%	287	4,0%	7	3,3%	241	2,4%	9	1,3%	219	5,1%	16	1,7%	355	2,5%	18
abr/06	204	2,2%	6	2,2%	287	4,0%	9	4,2%	343	3,4%	16	2,3%	414	3,4%	22	2,4%	334	2,3%	19
mai/06	403	4,3%	11	4,0%	458	6,4%	12	5,6%	545	5,4%	23	3,3%	486	4,0%	30	3,3%	376	2,6%	33
jun/06	621	6,7%	21	7,6%	306	4,3%	8	3,7%	535	5,3%	33	4,7%	417	3,5%	38	4,1%	538	3,8%	57
jul/06	735	7,9%	21	7,6%	586	8,2%	17	7,9%	1.041	10,4%	63	9,0%	951	7,9%	47	5,1%	728	5,1%	66
ago/06	755	8,1%	22	8,0%	399	5,6%	15	7,0%	929	9,2%	64	9,2%	753	6,3%	64	7,0%	1.847	12,9%	117
set/06	650	7,0%	18	6,5%	417	5,9%	15	7,0%	832	8,3%	64	9,2%	1.117	9,3%	105	11,5%	1.421	9,9%	86
out/06	1.158	12,4%	34	12,4%	925	13,0%	25	11,7%	1.088	10,9%	97	13,9%	1.487	12,4%	117	12,8%	1.609	11,2%	121
nov/06	877	9,4%	28	10,2%	855	12,0%	25	11,7%	1.012	10,1%	95	13,6%	1.101	9,2%	118	12,9%	1.745	12,2%	127
dez/06	524	5,6%	18	6,5%	681	9,6%	22	10,3%	837	8,3%	80	11,4%	1.336	11,1%	119	13,0%	1.536	10,7%	122
jan/07	1.126	12,1%	30	10,9%	659	9,3%	26	12,1%	1.213	12,1%	79	11,3%	1.207	10,1%	96	10,4%	1.416	9,9%	99
fev/07	1.242	13,3%	34	12,4%	868	12,2%	24	11,2%	1.128	11,2%	65	9,3%	1.648	13,7%	123	13,4%	1.772	12,4%	100
Total	9.306	100,0%	275	100,0%	7.105	100,0%	214	100,0%	10.653	100,0%	699	100,0%	12.009	100,0%	916	100,0%	14.315	100,0%	987



**Anexo V - Movimentação mensal ano veículo**

Origem	1992			1993			1994			1995			1996			1997			
	RS(000)	%	#	%	RS(000)	%	#	%	RS(000)	%	#	%	RS(000)	%	#	%	RS(000)	%	#
nov/05	26	0,3%	2	0,3%	19	0,2%	2	0,3%	12	0,1%	1	0,1%	58	0,3%	4	0,3%	28	0,2%	1
dez/05	80	1,0%	5	0,9%	104	0,9%	4	0,5%	361	2,6%	5	0,6%	30	0,2%	3	0,3%	673	4,6%	12
jan/06	14	0,2%	1	0,2%	110	1,0%	2	0,3%	124	0,9%	5	0,6%	218	1,1%	11	0,9%	387	2,6%	7
fev/06	85	1,0%	4	0,7%	160	1,4%	8	1,1%	72	0,5%	6	0,7%	145	0,7%	7	0,6%	45	0,3%	4
mar/06	281	3,4%	7	1,2%	243	2,2%	10	1,3%	221	1,6%	12	1,4%	255	1,3%	18	1,5%	481	3,4%	7
abr/06	122	1,5%	12	2,1%	369	3,3%	19	2,6%	179	1,3%	16	1,9%	379	1,9%	25	2,1%	170	1,2%	13
mai/06	398	4,8%	25	4,4%	449	4,0%	35	4,7%	483	3,5%	32	3,7%	370	1,9%	29	2,5%	383	2,6%	24
jun/06	368	4,4%	32	5,6%	602	5,4%	40	5,4%	738	5,3%	45	5,2%	1.263	6,5%	71	6,1%	365	2,5%	35
jul/06	756	9,0%	50	8,7%	736	6,6%	55	7,4%	1.098	7,9%	78	9,1%	1.718	8,8%	110	9,4%	845	5,8%	63
ago/06	872	10,4%	56	9,8%	892	8,0%	75	10,1%	1.731	12,5%	91	10,6%	1.798	9,2%	116	9,9%	1.069	7,3%	76
set/06	721	8,6%	49	8,6%	1.185	10,6%	67	9,0%	1.297	9,4%	87	10,1%	2.321	11,9%	126	10,8%	1.250	8,5%	84
out/06	786	9,4%	58	10,1%	1.124	10,1%	74	9,9%	1.432	10,3%	86	10,0%	2.322	11,9%	146	12,5%	1.650	11,3%	104
nov/06	711	8,5%	63	11,0%	1.065	9,5%	79	10,6%	1.561	11,3%	94	11,0%	1.914	9,8%	122	10,4%	1.660	11,3%	109
dez/06	1.143	13,6%	67	11,7%	1.723	15,4%	99	13,3%	1.473	10,6%	108	12,6%	2.128	10,9%	123	10,5%	2.437	16,7%	131
jan/07	867	10,4%	64	11,2%	1.146	10,2%	90	12,1%	1.507	10,9%	110	12,8%	2.128	10,9%	128	10,9%	2.526	17,3%	110
fev/07	1.143	13,7%	77	13,5%	1.257	11,2%	86	11,5%	1.561	11,3%	82	9,6%	2.272	11,6%	128	10,9%	2.526	16,8%	99
Total	8.374	100,0%	572	100,0%	11.186	100,0%	745	100,0%	13.849	100,0%	858	100,0%	19.543	100,0%	1.171	100,0%	14.634	100,0%	856
			</																



**Anexo V - Movimentação mensal ano veículo**

Origem	1998			1999			2000			2001			2002			2003			
	RS(000)	%	#	%	RS(000)	%	#	%	RS(000)	%	#	%	RS(000)	%	#	%	RS(000)	%	#
nov/05	132	1,3%	1	0,2%	39	0,4%	1	0,3%	489	5,5%	5	1,9%	-	0,0%		0,0%	11	0,2%	1
dez/05	48	0,5%	1	0,2%	59	0,6%	2	0,6%	19	0,2%	2	0,7%	57	0,7%	3	1,0%	21	0,4%	2
jan/06	272	2,6%	4	0,9%	260	2,6%	4	1,2%	58	0,7%	2	0,7%	-	0,0%		0,0%	19	0,4%	1
fev/06	256	2,4%	5	1,2%	5	0,0%	1	0,3%	196	2,2%	3	1,1%	67	0,8%	2	0,7%	108	2,1%	3
mar/06	158	1,5%	5	1,2%	162	1,6%	3	0,9%	395	4,4%	5	1,9%	278	3,2%	4	1,3%	189	3,6%	5
abr/06	453	4,3%	14	3,2%	461	4,5%	4	1,2%	61	0,7%	4	1,5%	139	1,6%	2	0,7%	358	8,9%	6
mai/06	173	1,6%	12	2,8%	370	3,7%	11	3,4%	263	3,0%	11	4,1%	301	3,4%	9	2,9%	156	3,3%	4
jun/06	358	3,4%	18	4,1%	330	3,3%	17	5,3%	153	1,7%	6	2,2%	668	7,6%	14	4,6%	113	2,2%	4
jul/06	732	7,0%	32	7,4%	851	8,4%	28	8,7%	626	7,0%	25	9,3%	733	8,4%	27	8,8%	238	6,0%	6
ago/06	895	8,5%	38	8,8%	1025	10,1%	34	10,6%	738	8,3%	23	8,6%	971	11,1%	43	14,0%	159	4,0%	13
set/06	994	9,5%	38	8,8%	936	9,2%	30	9,3%	461	5,2%	16	5,9%	567	6,5%	23	7,5%	270	6,8%	24
out/06	1.128	10,8%	45	10,4%	688	6,8%	26	8,1%	1.271	14,3%	29	10,8%	770	8,8%	25	8,1%	380	9,5%	14
nov/06	845	8,1%	51	11,8%	1.170	11,5%	41	12,8%	941	10,6%	31	11,5%	948	10,8%	35	11,4%	381	9,5%	19
dez/06	1.086	10,4%	43	9,9%	997	9,8%	34	10,6%	919	10,3%	42	15,6%	1.060	12,1%	39	12,7%	688	17,5%	22
jan/07	1.153	11,0%	55	12,7%	1.344	13,3%	42	13,1%	1.244	14,0%	31	11,5%	1.417	16,2%	49	16,0%	369	9,2%	16
fev/07	1.796	17,1%	72	16,6%	1.446	14,3%	43	13,4%	1.057	11,9%	34	12,6%	792	9,0%	32	10,4%	311	7,8%	15
Total	10.478	100,0%	434	100,0%	10.143	100,0%	321	100,0%	8.891	100,0%	269	100,0%	8.768	100,0%	307	100,0%	4.000	100,0%	170
																	5.172	100,0%	166





**Anexo V - Movimentação mensal ano veículo**

Origem	2004			2005			2006			2007			Total		
	RS(000)	%	#	RS(000)	%	#	RS(000)	%	#	RS(000)	%	#	RS(000)	%	#
nov/05	-	0,0%		-	0,0%		-	0,0%		-	0,0%		1.659	0,7%	43
dez/05	-	0,0%		31	1,3%	2	-	0,0%		-	0,0%		2.899	1,2%	88
jan/06	-	0,0%		17	0,7%	1	36	1,2%	1	-	0,0%		2.863	1,2%	93
fev/06	-	0,0%		-	0,0%		-	0,0%		-	0,0%		3.646	1,6%	120
mar/06	100	2,7%	4	60	2,4%	5	32	1,1%	1	-	0,0%		6.200	2,7%	214
abr/06	222	5,9%	5	29	1,2%	2	-	0,0%		-	0,0%		5.615	2,4%	253
mai/06	325	8,6%	5	-	0,0%		65	2,2%	1	-	0,0%		8.433	3,6%	413
jun/06	143	3,8%	6	226	9,2%	2	222	7,5%	4	-	0,0%		11.249	4,8%	599
jul/06	284	7,5%	16	41	1,7%	3	565	19,1%	6	-	0,0%		17.921	7,7%	920
ago/06	353	9,4%	16	199	8,1%	8	30	1,0%	2	-	0,0%		21.652	9,3%	1.145
set/06	271	7,2%	12	387	13,8%	8	265	9,0%	5	90	0,0%	1	20.370	8,8%	1.060
out/06	432	11,5%	13	490	20,1%	12	312	10,6%	6	119	13,0%	2	24.876	10,7%	1.286
nov/06	176	4,7%	4	139	5,7%	8	207	7,0%	8	16	1,7%	1	23.595	10,2%	1.323
dez/06	704	18,7%	16	194	7,9%	5	597	20,2%	8	204	22,1%	3	24.231	10,4%	1.323
jan/07	421	11,2%	10	416	17,0%	7	261	8,8%	8	423	46,0%	3	27.428	11,8%	1.346
fev/07	335	8,9%	12	217	8,9%	5	363	12,3%	7	68	7,4%	4	29.703	12,8%	1.348
Total	3.766	100,0%	119	2.446	100,0%	68	2.953	100,0%	57	921	100,0%	14	232.339	100,0%	11.554



**Anexo VI - Distribuição dos prazos de liquidação das parcelas por tipo de financiamento**

	Veículos Leves			Veículos Pesados			Motos			Refinanciamento Veículos Leves			Refinanciamento Veículos Pesados			Refinanciamento Veículos Leves (PJ)			Refinanciamento Veículos Pesados (PJ)			Total
	RS(000)	%	% acum.	RS(000)	%	% acum.	RS(000)	%	% acum.	RS(000)	%	% acum.	RS(000)	%	% acum.	RS(000)	%	% acum.	RS(000)	%	% acum.	
Faltas																						
Total sob análise	100.301			98.131			982			12.992			17.316			592			2.005			232.339
(-) Renegociação	24			44			-			-			-			-			611			68
(-) Cancelamentos	60			551			-			53			74			0			8			956
(+) Multas	379			434			8			5			20			-			1			95
(-) Descontos	35			34			0			5			-			-			1			95
(-) Parcelas a vencer em 28 Fevereiro 2007	87.892			80.932			788			11.403			14.598			528			1.747			197.889
Parcelas vencidas e ou Liquidadas 28 Fevereiro 2007	12.669			17.004			201			1.636			2.792			65			265			34.632
Parcela antecipada acima de 180 dias	14	0,11%	0,1%	19	0,11%	0,1%	-	0,00%	0,0%	4	0,26%	0,3%	13	0,48%	0,5%	0,00%	0,0%	0,0%	1	0,41%	0,4%	51
Parcela antecipada de 150 a 180 dias	10	0,08%	0,2%	14	0,08%	0,2%	-	0,00%	0,0%	3	0,16%	0,4%	10	0,33%	0,8%	0,00%	0,0%	0,0%	1	0,22%	0,8%	37
Parcela antecipada de 120 a 180 dias	13	0,11%	0,3%	19	0,11%	0,3%	-	0,00%	0,0%	2	0,14%	0,6%	16	0,57%	1,3%	0,00%	0,0%	0,0%	3	0,22%	1,7%	49
Parcela antecipada de 90 a 120 dias	22	0,17%	0,5%	30	0,17%	0,5%	-	0,00%	0,0%	6	0,37%	0,9%	16	0,57%	1,9%	0,00%	0,0%	0,0%	1	0,44%	1,7%	75
Parcela antecipada de 60 a 90 dias	30	0,40%	0,9%	42	0,24%	0,7%	0	0,23%	0,2%	8	0,51%	1,4%	19	0,68%	2,6%	0,00%	0,0%	0,0%	1	0,45%	1,0%	121
Parcela antecipada de 30 a 60 dias	112	0,88%	1,7%	95	0,56%	1,3%	3	1,64%	1,9%	22	0,79%	3,4%	22	0,79%	3,4%	0,00%	0,0%	0,0%	2	0,47%	2,6%	247
Parcela antecipada de 15 a 30 dias	223	1,76%	3,5%	158	0,93%	2,2%	78	4,00%	3,9%	26	1,58%	3,8%	24	0,68%	4,2%	1	1,18%	4,00%	16	0,60%	2,6%	440
Parcela antecipada de 1 a 15 dias	3.328	26,27%	29,8%	2.799	16,46%	18,7%	78	38,01%	43,9%	320	19,56%	23,4%	453	16,23%	20,5%	11	17,12%	18,3%	16	0,60%	2,6%	7.003
Parcelas liquidadas no vencimento	2.252	17,77%	47,6%	3.883	22,84%	41,5%	28	13,73%	57,6%	331	19,66%	43,0%	597	21,40%	41,8%	27	42,50%	60,8%	78	29,48%	38,1%	7.186
Parcelas liquidadas de 1 a 15 dias	3.418	26,98%	74,5%	4.519	26,57%	68,1%	46	23,01%	80,6%	492	30,06%	73,0%	806	28,86%	70,7%	18	27,15%	87,9%	77	28,96%	67,0%	9.374
Parcelas liquidadas de 15 a 30 dias	901	7,11%	81,6%	1.405	8,27%	76,3%	17	8,49%	89,1%	124	7,59%	80,6%	221	7,93%	78,6%	4	5,66%	93,6%	27	28,96%	74,6%	2.693
Parcelas liquidadas de 30 a 60 dias	815	6,44%	88,1%	1.736	10,21%	86,6%	14	6,81%	95,5%	126	7,70%	88,3%	309	11,05%	89,7%	-	0,00%	93,6%	3	11,30%	85,9%	3.030
Parcelas liquidadas de 60 a 90 dias	190	1,50%	89,6%	510	3,00%	89,6%	1	0,51%	96,4%	27	1,64%	90,0%	55	1,97%	91,7%	-	0,00%	93,6%	-	0,00%	85,9%	783
Parcelas liquidadas de 90 a 120 dias	22	0,02%	90,6%	65	0,33%	90,6%	0	0,14%	96,6%	7	0,42%	90,3%	2	0,09%	92,0%	-	0,00%	93,6%	7	0,26%	91,9%	15
Parcelas liquidadas de 120 a 150 dias	3	0,01%	89,8%	8	0,05%	89,9%	-	0,00%	96,6%	1	0,05%	90,3%	-	0,00%	92,0%	-	0,00%	93,6%	-	0,00%	85,9%	4
Parcelas liquidadas de 150 a 180 dias	1	0,01%	89,8%	3	0,02%	89,9%	-	0,00%	96,6%	-	0,00%	90,3%	-	0,00%	92,0%	-	0,00%	93,6%	-	0,00%	85,9%	2
Parcelas liquidadas acima de 180 dias	-	0,00%	89,8%	2	0,01%	89,9%	-	0,00%	96,6%	-	0,00%	90,3%	-	0,00%	92,0%	-	0,00%	93,6%	-	0,00%	85,9%	2
Parcelas vencidas de 1 a 15 dias	616	4,86%	94,7%	706	4,15%	94,0%	3	1,63%	98,2%	99	5,41%	97,7%	122	4,36%	96,4%	3	4,66%	98,3%	24	9,18%	98,1%	1.564
Parcelas vencidas de 15 a 30 dias	243	1,92%	96,6%	333	1,96%	96,0%	2	0,84%	99,2%	27	1,66%	97,4%	55	1,97%	98,3%	1	1,73%	100,0%	12	4,61%	95,4%	662
Parcelas vencidas de 30 a 60 dias	237	1,87%	98,4%	368	2,16%	98,1%	1	0,50%	99,5%	29	1,77%	99,1%	38	1,36%	99,7%	-	0,00%	100,0%	12	4,41%	100,0%	686
Parcelas vencidas de 60 a 90 dias	95	0,75%	99,2%	155	0,91%	99,1%	1	0,29%	99,8%	8	0,51%	99,6%	4	0,13%	99,8%	-	0,00%	100,0%	-	0,00%	100,0%	263
Parcelas vencidas de 90 a 120 dias	43	0,34%	99,5%	75	0,44%	99,2%	4	0,18%	100,0%	4	0,23%	99,9%	2	0,09%	99,9%	-	0,00%	100,0%	-	0,00%	100,0%	125
Parcelas vencidas de 120 a 150 dias	13	0,01%	99,5%	20	0,12%	99,2%	-	0,00%	100,0%	1	0,06%	100,0%	1	0,03%	100,0%	-	0,00%	100,0%	-	0,00%	100,0%	37
Parcelas vencidas de 150 a 180 dias	15	0,12%	99,9%	21	0,12%	99,9%	-	0,00%	100,0%	-	0,00%	100,0%	-	0,00%	100,0%	-	0,00%	100,0%	-	0,00%	100,0%	37
Parcelas vencidas acima de 180 dias	11	0,08%	100,0%	23	0,14%	100,0%	-	0,00%	100,0%	-	0,00%	100,0%	-	0,00%	100,0%	-	0,00%	100,0%	-	0,00%	100,0%	35

[illegible]



Anexo VII - Pool Estático - Consolidado

Parcelas liquidadas de 60 a 90 dias	Parcelas liquidadas de 90 a 120 dias	Parcelas liquidadas de 120 a 150 dias	Parcelas liquidadas de 150 a 180 dias	Parcelas liquidadas acima de 180 dias	Parcelas antecipadas de 1 a 15 dias	Parcelas antecipadas de 15 a 30 dias
					11.527,14	
					20.903,52	384,73
					23.732,06	571,99
					40.435,34	571,99
					46.725,34	571,99
					65.055,91	571,99
2.268,40					68.879,26	571,99
2.268,40					77.776,47	571,99
2.268,40					82.518,63	892,30
6.435,28					92.727,87	1.175,29
6.435,28					99.697,51	1.175,29
14.435,28					112.432,03	1.175,29
17.417,21					124.209,04	1.175,29
17.465,53					128.797,46	3.984,36
					133.448,25	7.468,76
Parcelas liquidadas de 60 a 90 dias	Parcelas liquidadas de 90 a 120 dias	Parcelas liquidadas de 120 a 150 dias	Parcelas liquidadas de 150 a 180 dias	Parcelas liquidadas acima de 180 dias	Parcelas antecipadas de 1 a 15 dias	Parcelas antecipadas de 15 a 30 dias
					22.395,44	
					36.785,27	1.848,58
					56.268,87	2.588,61
					75.695,12	4.044,35
1.744,51					95.565,51	4.904,38
1.796,16					114.486,10	4.854,38
8.198,24					127.659,63	6.555,35
14.780,57	1.744,51	1.744,51			145.931,17	8.403,93
21.820,93	1.744,51	1.744,51			159.366,91	11.559,37
28.118,10	1.744,51	1.744,51			172.212,53	11.812,40
30.020,91	1.744,51	1.744,51			189.391,12	12.072,43
19.869,58	2.065,01	2.113,93			201.929,09	14.864,08
19.869,58	2.065,01	2.113,93			220.642,78	15.982,77
40.321,29	4.292,71	5.113,93			237.153,89	19.748,60
Parcelas liquidadas de 60 a 90 dias	Parcelas liquidadas de 90 a 120 dias	Parcelas liquidadas de 120 a 150 dias	Parcelas liquidadas de 150 a 180 dias	Parcelas liquidadas acima de 180 dias	Parcelas antecipadas de 1 a 15 dias	Parcelas antecipadas de 15 a 30 dias
					16.434,10	258,11
					30.069,94	745,98
					49.658,22	745,98
					68.676,00	745,98
					86.439,47	1.216,99
1.109,22					93.335,21	1.674,48
4.191,40	3.772,16	2.243,60	2.243,60	2.243,60	122.190,83	2.459,46
9.188,77	3.772,16	2.243,60	2.243,60	2.243,60	136.761,17	2.482,30
15.841,01	3.772,16	2.243,60	2.243,60	2.243,60	155.798,83	4.531,20
16.477,62	3.772,16	2.243,60	2.243,60	2.243,60	170.418,86	6.361,23
19.381,51	3.772,16	2.243,60	2.243,60	2.243,60	191.951,89	9.130,81
37.730,14	3.772,16	2.243,60	2.243,60	2.243,60	197.720,44	9.314,13
42.294,69	3.772,16	2.243,60	2.243,60	2.243,60	209.411,52	10.489,76
Parcelas liquidadas de 60 a 90 dias	Parcelas liquidadas de 90 a 120 dias	Parcelas liquidadas de 120 a 150 dias	Parcelas liquidadas de 150 a 180 dias	Parcelas liquidadas acima de 180 dias	Parcelas antecipadas de 1 a 15 dias	Parcelas antecipadas de 15 a 30 dias
					25.509,98	
					44.167,36	1.113,95
436,91					74.032,89	1.113,95
436,91					93.345,38	1.113,95
3.942,82					110.689,40	1.464,67
6.416,97					124.485,33	1.654,26
6.678,21					153.276,43	2.579,16
24.448,78	2.725,80				164.638,49	4.128,83
39.188,78	2.686,78	1.520,70			174.368,94	6.689,37
41.314,53	4.636,78	1.520,70			187.453,82	5.699,37
50.040,36	5.572,38	2.830,62			201.659,78	7.863,84
62.924,99	11.079,03	4.197,26			218.153,99	12.351,62
Parcelas liquidadas de 60 a 90 dias	Parcelas liquidadas de 90 a 120 dias	Parcelas liquidadas de 120 a 150 dias	Parcelas liquidadas de 150 a 180 dias	Parcelas liquidadas acima de 180 dias	Parcelas antecipadas de 1 a 15 dias	Parcelas antecipadas de 15 a 30 dias
					43.505,38	550,96
					59.986,11	949,73
					150.389,67	2.764,68
					197.778,03	5.964,48
1.979,56					241.562,95	10.450,99
23.102,83	245,18	245,13			278.436,38	18.199,98
24.702,19	2.984,96	245,13			317.545,15	19.287,08
46.065,03	2.984,96	245,13			364.491,37	26.525,95
61.742,15	2.984,96	245,13			402.497,62	27.544,52
61.418,67	5.199,15	245,13			426.377,35	31.177,68
63.307,35	6.225,91	1.076,44			476.198,60	33.761,29
Parcelas liquidadas de 60 a 90 dias	Parcelas liquidadas de 90 a 120 dias	Parcelas liquidadas de 120 a 150 dias	Parcelas liquidadas de 150 a 180 dias	Parcelas liquidadas acima de 180 dias	Parcelas antecipadas de 1 a 15 dias	Parcelas antecipadas de 15 a 30 dias
					57.624,56	592,25
					89.213,68	2.415,22
					139.444,76	3.873,43
736,16					188.182,80	6.364,67
6.813,09	425,26				231.189,11	8.264,44
17.024,52	425,26				268.407,39	11.694,02
25.406,18	1.093,51				299.896,83	15.233,43
33.381,06	3.123,68				331.729,74	18.397,93
46.501,01	7.448,47				389.234,93	20.862,68
134.131,29	9.496,31				440.660,63	25.192,08
Parcelas liquidadas de 60 a 90 dias	Parcelas liquidadas de 90 a 120 dias	Parcelas liquidadas de 120 a 150 dias	Parcelas liquidadas de 150 a 180 dias	Parcelas liquidadas acima de 180 dias	Parcelas antecipadas de 1 a 15 dias	Parcelas antecipadas de 15 a 30 dias
					60.915,65	6.064,29
					129.057,86	14.475,24
1.977,07					203.928,83	19.711,50
11.868,98	2.281,49				259.622,60	26.746,88
25.338,98	2.281,49				322.122,26	28.984,11
49.355,01	2.361,49				406.533,24	35.690,59
60.754,53	4.463,92				515.014,21	40.914,34
71.181,31	5.413,92	1.150,00			556.969,54	44.729,23
Parcelas liquidadas de 60 a 90 dias	Parcelas liquidadas de 90 a 120 dias	Parcelas liquidadas de 120 a 150 dias	Parcelas liquidadas de 150 a 180 dias	Parcelas liquidadas acima de 180 dias	Parcelas antecipadas de 1 a 15 dias	Parcelas antecipadas de 15 a 30 dias
					91.957,93	2.023,83
					173.989,48	5.829,88
3.159,67					246.077,22	12.817,71
14.601,05					299.229,72	19.989,06
37.769,10					364.544,72	21.228,61
44.961,73	59,70				446.075,49	27.463,13
49.286,12	7.149,65	59,70			499.149,23	33.492,54
110.986,58	8.980,89	2.087,85	2.177,84		556.212,86	39.017,38
Parcelas liquidadas de 60 a 90 dias	Parcelas liquidadas de 90 a 120 dias	Parcelas liquidadas de 120 a 150 dias	Parcelas liquidadas de 150 a 180 dias	Parcelas liquidadas acima de 180 dias	Parcelas antecipadas de 1 a 15 dias	Parcelas antecipadas de 15 a 30 dias
					128.515,13	3.061,81
					228.031,56	8.275,51
12.647,73					357.879,23	15.007,31
35.398,33	200,81				404.136,81	23.719,25
65.926,96	1.363,89	440,79			511.235,67	31.486,69
104.855,98	1.422,73	897,46			646.614,21	44.141,37
134.131,90	15.213,83	1.729,41			729.465,98	54.134,26
Parcelas liquidadas de 60 a 90 dias	Parcelas liquidadas de 90 a 120 dias	Parcelas liquidadas de 120 a 150 dias	Parcelas liquidadas de 150 a 180 dias	Parcelas liquidadas acima de 180 dias	Parcelas antecipadas de 1 a 15 dias	Parcelas antecipadas de 15 a 30 dias
					177.502,30	1.988,27
					358.775,41	6.887,77
7.145,29					527.329,64	14.358,14
15.525,29	1.045,25				602.418,59	21.110,03
46.317,87	2.755,43				845.806,63	33.800,04
65.986,56	2.115,16				934.486,23	41.998,91
Parcelas liquidadas de 60 a 90 dias	Parcelas liquidadas de 90 a 120 dias	Parcelas liquidadas de 120 a 150 dias	Parcelas liquidadas de 150 a 180 dias	Parcelas liquidadas acima de 180 dias	Parcelas antecipadas de 1 a 15 dias	Parcelas antecipadas de 15 a 30 dias
					171.780,96	3.988,04
					314.369,73	14.177,80
					477.416,81	30.730,69
					601.826,75	45.756,52
					734.140,34	59.096,09
Parcelas liquidadas de 60 a 90 dias	Parcelas liquidadas de 90 a 120 dias	Parcelas liquidadas de 120 a 150 dias	Parcelas liquidadas de 150 a 180 dias	Parcelas liquidadas acima de 180 dias	Parcelas antecipadas de 1 a 15 dias	Parcelas antecipadas de 15 a 30 dias
					185.128,12	3.963,59
					333.743,23	23.090,00
8.850,10					517.513,43	32.246,19
17.733,22					661.314,85	48.913,02
Parcelas liquidadas de 60 a 90 dias	Parcelas liquidadas de 90 a 120 dias	Parcelas liquidadas de 120 a 150 dias	Parcelas liquidadas de 150 a 180 dias	Parcelas liquidadas acima de 180 dias	Parcelas antecipadas de 1 a 15 dias	Parcelas antecipadas de 15 a 30 dias
					381.248,36	379,62
					390.445,15	11.236,17
					509.837,57	21.547,85
Parcelas liquidadas de 60 a 90 dias	Parcelas liquidadas de 90 a 120 dias	Parcelas liquidadas de 120 a 150 dias	Parcelas liquidadas de 150 a 180 dias	Parcelas liquidadas acima de 180 dias	Parcelas antecipadas de 1 a 15 dias	Parcelas antecipadas de 15 a 30 dias
					1.229,08	
					213.470,86	4.038,20
					371.320,90	20.647,87
Parcelas liquidadas de 60 a 90 dias	Parcelas liquidadas de 90 a 120 dias	Parcelas liquidadas de 120 a 150 dias	Parcelas liquidadas de 150 a 180 dias	Parcelas liquidadas acima de 180 dias	Parcelas antecipadas de 1 a 15 dias	Parcelas antecipadas de 15 a 30 dias
					203.139,88	5.944,97

Anexo VII - Pool Estático - Consolidado

Parcelas antecipadas de 30 a 60 dias	Parcelas antecipadas de 60 a 90 dias	Parcelas antecipadas de 90 a 120 dias	Parcelas antecipadas de 120 a 150 dias	Parcelas antecipadas de 150 a 180 dias	Parcelas antecipadas acima de 180 dias	Parcelas vencidas até 15 dias
						11.836,58
						8.332,53
						20.041,04
						12.831,06
						17.771,42
						1.054,74
						15.277,45
						15.638,65
						19.454,42
						17.656,74
						14.361,02
						14.741,87
						17.362,48
						9.949,46
						27.979,26
						5.729,16
						15.228,03
						8.927,34
						14.625,51
						9.638,57
						10.514,32
						10.109,10
						12.745,47
						12.222,90
						11.830,44
						8.345,49
						9.475,17
						1.974,42
						19.582,05
						32.278,18
						24.859,28
						28.249,24
						34.874,63
						31.226,48
						33.981,88
						33.670,31
						33.981,88
						31.805,79
						33.140,13
						33.446,70
						3.619,67
						8.047,94
						18.956,73
						22.560,69
						23.529,29
						22.663,09
						23.673,68
						30.803,97
						46.154,14
						26.371,34
						15.127,61
						1.917,08
						32.099,49
						57.111,06
						33.569,38
						44.065,82
						33.450,58
						40.250,64
						65.429,87
						130,48
						268,99
						2.541,14
						37.547,49
						4.148,61
						6.267,52
						2.006,36
						14.037,34
						56.955,66
						16.532,34
						29.011,56
						23.432,75
						18.051,32
						28.647,40
						32.936,63
						17.919,83
						945,63
						18.191,26
						3.835,49
						36.531,95
						38.416,18
						49.451,70
						72.712,12
						48.182,15
						58.388,26
						69.486,63
						1.927,69
						4.224,76
						35.846,59
						18.191,11
						151.686,52
						73.987,07
						19.724,54
						80.397,129
						72.708,67
						44.117,17
						77.658,36
						11.946,32
						112.437,19
						158.165,36
						132.380,08
						158.165,36
						171.031,31
						148.440,40
						192.121,26
						142.187,95
						156.925,47
						167.722,09
						152.445,47
						162.126,91
						139.764,19
						79.444,30
						163.640,23
						113.772,12
						156.946,48
						148.097,08
						137.350,90
						193.608,77
						169.614,47
						203.536,34
						148.756,36
						134.989,19
						130.245,62
						325,90
						65.537,14
						170.965,01
						144.605,03
						4.431,81



Anexo VII - Pool Estático - Consolidado

Parcelas vencidas de 15 a 30 dias	Parcelas vencidas de 30 a 60 dias	Parcelas vencidas de 60 a 90 dias	Parcelas vencidas de 90 a 120 dias	Parcelas vencidas de 120 a 150 dias	Parcelas vencidas de 150 a 180 dias	Parcelas vencidas acima de 180 dias	Desconto	Multa
290,24							-	-
4.223,58							-	(2.510,91)
3.281,87	4.215,64						-	(7.080,37)
2.414,88	6.860,84						-	(4.811,26)
4.872,16	2.468,40						-	(10.587,64)
2.044,45	2.302,35						-	(12.516,05)
2.586,10	3.772,20						0,25	(14.588,85)
2.443,18	2.246,10						8,28	(16.884,53)
12.178,29	3.207,11						18,42	(20.387,48)
9.422,66	3.130,00						61,51	(22.519,86)
8.862,86	12.710,01	3.130,00					983,97	(24.261,15)
11.604,47	16.361,05						21,13	(26.160,61)
11.510,61	14.132,24	3.736,70					128,99	(26.817,38)
3.016,74	15.514,80	3.016,30	390,93				834,08	(27.224,71)
Parcelas vencidas de 15 a 30 dias	Parcelas vencidas de 30 a 60 dias	Parcelas vencidas de 60 a 90 dias	Parcelas vencidas de 90 a 120 dias	Parcelas vencidas de 120 a 150 dias	Parcelas vencidas de 150 a 180 dias	Parcelas vencidas acima de 180 dias	Desconto	Multa
2.686,77							0,49	(1.058,18)
7.626,58							5,45	(3.851,23)
13.140,04	3.848,90						7,56	(6.786,58)
11.373,53	6.062,81						8,21	(10.088,54)
12.878,56	7.460,18						229,27	(12.917,33)
10.448,65	6.513,68	1.744,61					491,18	(14.887,22)
13.867,31	7.091,45	3.100,57	1.744,61				815,89	(17.774,66)
12.816,00	10.312,00						1.313,82	(21.048,31)
9.862,89	10.322,89	2.107,01					2.707,89	(23.713,86)
9.938,46	11.830,42	4.024,42	2.107,01				2.982,37	(25.469,94)
12.137,62	14.230,34	5.720,01	4.024,42				4.198,37	(27.884,48)
		5.399,11		2.107,01			4.677,15	(28.491,11)
13.842,72	10.304,92	3.999,11	3.653,09		2.107,01		5.615,68	(28.511,98)
9.861,18	12.217,18	10.304,92	3.999,11	3.653,09	2.107,01		5.762,01	(29.135,58)
12.096,96	14.130,41	11.025,87	4.725,51	5.399,51	3.999,51		8.871,02	(29.135,58)
Parcelas vencidas de 15 a 30 dias	Parcelas vencidas de 30 a 60 dias	Parcelas vencidas de 60 a 90 dias	Parcelas vencidas de 90 a 120 dias	Parcelas vencidas de 120 a 150 dias	Parcelas vencidas de 150 a 180 dias	Parcelas vencidas acima de 180 dias	Desconto	Multa
8.194,04							-	(2.581,06)
8.932,74	3.182,30						-	(6.098,13)
12.021,63	4.400,68	2.243,80					4,56	(12.360,89)
9.716,14	2.735,85	2.243,80	2.243,80				18,48	(15.113,87)
18.621,08	10.114,40	2.243,80	2.243,80	2.243,80			48,79	(32.059,46)
4.938,04	10.288,68	3.772,18	2.243,80	2.243,80	2.243,80		149,78	(32.811,10)
4.543,63	4.059,22	1.406,11					288,08	(38.396,66)
11.881,09	10.344,47						2.165,06	(38.396,66)
8.543,75	19.845,21	3.284,97					4.221,55	(38.832,53)
2.778,23	2.127,82						8.566,42	(41.138,47)
11.188,52	20.091,01	3.897,72					8.939,64	(45.111,76)
8.939,65	16.392,48	2.897,72	3.897,72				11.720,50	(47.119,71)
13.116,29	7.865,26			2.897,72			15.544,22	(48.313,09)
Parcelas vencidas de 15 a 30 dias	Parcelas vencidas de 30 a 60 dias	Parcelas vencidas de 60 a 90 dias	Parcelas vencidas de 90 a 120 dias	Parcelas vencidas de 120 a 150 dias	Parcelas vencidas de 150 a 180 dias	Parcelas vencidas acima de 180 dias	Desconto	Multa
3.427,08							-	-
2.894,21	2.332,58						-	(2.516,61)
13.653,07							0,50	(8.786,48)
13.177,68	8.607,25						4,08	(17.862,00)
16.847,11	10.159,01	1.199,56					19,84	(17.629,00)
12.554,60	10.817,19	2.720,26	1.199,56				55,18	(22.887,22)
19.238,78	22.349,34	6.410,67	2.720,26	1.199,56			115,08	(30.586,64)
19.875,19	28.185,03	2.629,23	2.689,07		1.199,56		187,81	(36.846,88)
20.146,17	27.514,07	6.152,42	1.199,56	1.199,56	1.199,56		1.199,56	(38.817,05)
31.320,85	35.342,89	16.927,51	4.152,37	1.199,56	2.399,12		2.399,12	(43.569,71)
29.118,77	11.923,46	10.306,41	2.314,35	1.199,56	1.199,56		1.598,48	(43.569,71)
16.996,18	24.093,62	13.511,50	7.461,10	2.814,35			4.798,24	(47.827,58)
Parcelas vencidas de 15 a 30 dias	Parcelas vencidas de 30 a 60 dias	Parcelas vencidas de 60 a 90 dias	Parcelas vencidas de 90 a 120 dias	Parcelas vencidas de 120 a 150 dias	Parcelas vencidas de 150 a 180 dias	Parcelas vencidas acima de 180 dias	Desconto	Multa
30.204,28							403,42	(5.787,57)
20.880,36	11.033,54						985,92	(11.824,24)
25.906,42	19.454,28	423,35					1.549,48	(19.453,38)
37.784,26	18.829,44	745,13					2.248,52	(27.887,23)
37.712,36	29.275,66	2.654,42	245,13				2.654,42	(37.712,36)
37.146,41	18.978,78	4.510,77					4.072,56	(50.367,56)
36.107,08	33.370,61	4.260,38					3.901,10	(52.250,23)
41.126,67	39.222,68	11.844,00					7.803,63	(56.868,85)
37.380,53	35.713,69	19.991,70	1.734,43	664,39	1.070,23		1.070,23	(67.975,49)
26.479,10	15.849,08	5.523,48	5.523,48	5.523,48	2.804,46		131.188,12	(71.112,35)
35.809,16	28.792,77	13.518,62	10.248,14	7.007,88	4.451,83		2.804,46	(71.979,10)
Parcelas vencidas de 15 a 30 dias	Parcelas vencidas de 30 a 60 dias	Parcelas vencidas de 60 a 90 dias	Parcelas vencidas de 90 a 120 dias	Parcelas vencidas de 120 a 150 dias	Parcelas vencidas de 150 a 180 dias	Parcelas vencidas acima de 180 dias	Desconto	Multa
7.126,00							-	(3,80)
18.529,26	8.890,40						376,76	(4.247,27)
14.831,35	9.956,24						1.126,00	(8.578,72)
30.963,37	12.328,20	2.987,92					1.494,56	(15.798,20)
29.272,07	20.152,89	2.986,05	2.162,68				1.863,12	(24.831,64)
28.517,73	20.940,74	4.224,27	2.956,02	2.162,68			2.700,56	(43.334,67)
32.418,30	26.553,10	8.822,81	2.956,02	2.956,02	2.162,68		3.384,92	(49.550,76)
36.376,36	31.839,75	13.387,96	2.964,47	2.956,02	2.162,68		4.114,88	(56.254,12)
32.919,62	28.424,47	10.289,63	6.316,72	4.889,23	2.956,63		5.112,65	(60.361,83)
29.147,51	29.795,47	14.915,51	9.413,76	5.117,05	4.969,52		6.072,36	(62,35)
Parcelas vencidas de 15 a 30 dias	Parcelas vencidas de 30 a 60 dias	Parcelas vencidas de 60 a 90 dias	Parcelas vencidas de 90 a 120 dias	Parcelas vencidas de 120 a 150 dias	Parcelas vencidas de 150 a 180 dias	Parcelas vencidas acima de 180 dias	Desconto	Multa
11.882,69							-	-
13.862,47	3.180,69						66,31	(8.579,28)
24.890,55	9.363,85	516,99					217,98	(12.856,97)
26.680,04	11.119,72	5.267,51	516,99				529,81	(23.457,74)
32.489,54	29.896,17	7.468,68	3.006,02	516,99			829,28	(38.577,63)
33.859,65	31.784,98	8.362,99	4.473,89	3.006,02			1.076,99	(45.484,12)
40.096,91	38.235,77	9.421,89	4.473,89	4.473,89	816,99		1.501,79	(52.445,18)
38.519,14	36.515,87	11.088,49	6.795,18	4.473,89	1.995,13		4.001,53	(68.479,05)
39.396,36	36.509,31	21.344,77	9.139,11	7.445,18	4.473,89		7.996,76	(76.404,86)
Parcelas vencidas de 15 a 30 dias	Parcelas vencidas de 30 a 60 dias	Parcelas vencidas de 60 a 90 dias	Parcelas vencidas de 90 a 120 dias	Parcelas vencidas de 120 a 150 dias	Parcelas vencidas de 150 a 180 dias	Parcelas vencidas acima de 180 dias	Desconto	Multa
23.581,83							58,12	(8.581,40)
48.853,04	10.165,74						373,64	(29.213,28)
64.853,72	23.420,45	1.113,65					811,80	(50.232,37)
66.504,65	49.607,08	5.351,09	1.113,65				1.428,58	(66.895,10)
68.483,46	51.910,44	11.523,09	1.574,28	1.113,65	2.172,65		2.172,65	(81.533,32)
61.072,61	30.466,45	10.444,41	9.877,59	1.114,58			1.032,96	(95.815,11)
62.874,31	60.424,97	24.096,51	9.330,89	7.424,19	1.114,58		1.113,65	(105.194,20)
58.142,17	19.889,56	26.647,81	11.877,77	7.038,62	2.104,42		2.526,21	(107.198,40)
Parcelas vencidas de 15 a 30 dias	Parcelas vencidas de 30 a 60 dias	Parcelas vencidas de 60 a 90 dias	Parcelas vencidas de 90 a 120 dias	Parcelas vencidas de 120 a 150 dias	Parcelas vencidas de 150 a 180 dias	Parcelas vencidas acima de 180 dias	Desconto	Multa
37.626,21							-	-
62.479,68	29.354,79						397,12	(26.062,66)
61.222,69	55.314,43	6.810,38					1.292,01	(67.633,22)
74.267,60	66.383,35	15.531,77	3.414,84				2.132,90	(83.496,63)
60.136,16	65.829,61	10.182,10		2.676,96			2.226,78	(107.744,61)
75.461,40	89.119,95	39.213,44	16.297,71	7.397,18	2.676,96		4.819,31	(145.842,60)
75.447,91	120.166,96	46.772,31	29.433,66	7.997,18			2.676,96	(169.294,75)
Parcelas vencidas de 15 a 30 dias	Parcelas vencidas de 30 a 60 dias	Parcelas vencidas de 60 a 90 dias	Parcelas vencidas de 90 a 120 dias	Parcelas vencidas de 120 a 150 dias	Parcelas vencidas de 150 a 180 dias	Parcelas vencidas acima de 180 dias	Desconto	Multa
37.538,14							88,12	(27.388,28)
58.813,20	22.813,06						1.148,40	(50.407,93)
73.624,52	53.372,30	5.886,55					2.505,59	(76.540,39)
81.538,07	80.123,96	20.893,21	2.870,44				3.114,63	(101.524,43)
76.781,27	81.580,25	27.815,53	15.329,69	3.331,89	374,76		4.087,49	(118.364,63)
82.260,78	103.648,08	46.512,08	19.342,16	15.970,05	3.370,44		4.649,49	(124.556,20)
Parcelas vencidas de 15 a 30 dias	Parcelas vencidas de 30 a 60 dias	Parcelas vencidas de 60 a 90 dias	Parcelas vencidas de 90 a 120 dias	Parcelas vencidas de 120 a 150 dias	Parcelas vencidas de 150 a 180 dias	Parcelas vencidas acima de 180 dias	Desconto	Multa
48.775,90							-	-
37.642,76	31.271,78						64,63	(18.122,06)
47.806,36	39.327,71	11.281,52	349,01				363,77	(34.407,81)
44.033,67	24.424,41	22.126,12	1.083,10				814,52	(51.157,40)
65.163,36	76.901,91	30.759,78	17.708,99	5.083,19			4.672,68	(109.109,42)
Parcelas vencidas de 15 a 30 dias	Parcelas vencidas de 30 a 60 dias	Parcelas vencidas de 60 a 90 dias	Parcelas vencidas de 90 a 120 dias	Parcelas vencidas de 120 a 150 dias	Parcelas vencidas de 150 a 180 dias	Parcelas vencidas acima de 180 dias	Desconto	Multa
29.787,22							-	-
53.722,10	39.561,08						1.682,97	(119.668,78)
71.104,61	11.494,52	9.200,48					4.089,12	(43.072,74)
88.117,53	86.113,43	21.246,10	7.212,18				2.815,51	(169.228,74)
Parcelas vencidas de 15 a 30 dias	Parcelas vencidas de 30 a 60 dias	Parcelas vencidas de 60 a 90 dias	Parcelas vencidas de 90 a 120 dias	Parcelas vencidas de 120 a 150 dias	Parcelas vencidas de 150 a 180 dias	Parcelas vencidas acima de 180 dias	Desconto	Multa
31.274,58							-	-
46.849,75	25.714,19	605,98					1.518,27	(18.548,83)
49.267,33	69.954,21	6.050,66					3.148,45	(25.213,14)

Anexo VIII - Pool Estático - Veículos Leves

Safra de Originação	Posição da Safra em	Sub-Total Safra	Antecipadas	Canceladas	Resgatas	A vencer	Liquidadas no vencimento	Liquidadas de 1 a 15 dias	Parcelas Liquidadas de 15 a 30 dias	Parcelas Liquidadas de 30 a 60 dias	Parcelas Liquidadas de 60 a 90 dias
nov05	nov05	170.745,24				170.745,24					
nov05	nov05	170.745,24				165.666,50	1.236,61	2.246,15	688,97		
nov05	nov05	170.745,24				165.187,38	3.067,73	4.545,27	953,42		
nov05	nov05	170.745,24				164.808,42	4.096,13	4.855,04	1.772,80		
nov05	nov05	170.745,24				149.829,49	5.341,05	8.184,47	3.044,74		
nov05	nov05	170.745,24				144.850,54	6.454,90	10.776,05	3.947,40		
nov05	nov05	170.745,24				139.071,60	7.689,17	13.675,45	5.099,35		
nov05	nov05	170.745,24				133.172,66	7.883,41	16.275,30	6.196,40		
nov05	nov05	170.745,24				128.113,72	10.079,68	17.485,38	7.506,37		
nov05	nov05	170.745,24				123.234,78	13.536,31	19.138,11	8.506,37		
nov05	nov05	170.745,24				117.605,84	14.348,49	21.901,04	9.828,17		
nov05	nov05	170.745,24				112.976,90	15.291,45	24.366,63	9.828,17		
nov05	nov05	170.745,24				107.397,96	16.106,27	26.453,27	9.205,60		
nov05	nov05	170.745,24				102.119,02	17.353,13	28.013,19	7.144,94		
nov05	nov05	170.745,24				96.840,09	18.776,39	29.969,11	5.231,48		
nov05	nov05	170.745,24				91.561,14	18.279,79	31.886,20	3.231,91		
dez05	dez05	318.440,34				318.440,34					
dez05	dez05	318.440,34				308.844,02	4.166,87	2.273,40			
dez05	dez05	318.440,34				298.276,21	7.621,78	9.252,04			
dez05	dez05	318.440,34				287.707,80	10.048,29	12.231,23	302,02		
dez05	dez05	318.440,34				277.139,39	12.528,85	12.833,11	1.014,45		
dez05	dez05	318.440,34				266.570,98	14.822,43	16.474,37	1.374,07		
dez05	dez05	318.440,34				256.002,57	16.860,03	19.155,18	2.859,09		
dez05	dez05	318.440,34				245.434,16	18.444,04	21.921,38	3.356,28		
dez05	dez05	318.440,34				234.865,75	20.400,34	24.702,11	2.449,70		
dez05	dez05	318.440,34				224.297,34	21.802,49	30.397,24	2.249,70		
dez05	dez05	318.440,34				213.728,93	24.224,07	30.209,32	2.929,17		
dez05	dez05	318.440,34				203.160,52	26.017,27	37.179,86	8.801,05		
dez05	dez05	318.440,34				192.592,11	28.551,13	40.476,13	8.101,49		
dez05	dez05	318.440,34				182.023,71	31.333,63	43.475,23	7.540,43		
dez05	dez05	318.440,34				171.455,31	33.694,77	45.503,52	5.911,31		
jan06	jan06	461.567,34				461.567,34					
jan06	jan06	461.567,34				445.999,89	2.157,63	4.872,75			
jan06	jan06	461.567,34				430.432,44	3.803,39	11.674,04	4.910,16		
jan06	jan06	461.567,34				414.744,39	7.023,46	19.994,77	6.472,18		
jan06	jan06	461.567,34				399.186,74	10.629,49	24.007,74	7.417,51		
jan06	jan06	461.567,34				383.629,56	14.788,36	27.688,18	7.369,89		
jan06	jan06	461.567,34				367.941,44	19.649,39	30.059,04	10.533,96		
jan06	jan06	461.567,34				352.313,79	21.111,91	41.462,30	11.626,25		
jan06	jan06	461.567,34				336.706,14	23.126,43	46.476,93	12.876,80		
jan06	jan06	461.567,34				321.098,49	24.609,88	51.706,73	13.441,46		
jan06	jan06	461.567,34				305.490,84	24.609,88	58.612,11	14.186,11		
jan06	jan06	461.567,34				289.883,19	26.581,45	63.416,66	15.416,66		
jan06	jan06	461.567,34				274.275,54	30.757,83	63.847,30	17.751,18		
jan06	jan06	461.567,34				258.667,89	31.121,63	67.470,16	18.023,57		
fev07	fev07	389.423,22				389.423,22					
fev07	fev07	389.423,22				374.831,37	4.621,70	3.427,31	234,38		
fev07	fev07	389.423,22				359.239,32	8.509,77	7.764,05	689,22		
fev07	fev07	389.423,22				344.747,67	11.869,59	12.027,95	2.437,74		
fev07	fev07	389.423,22				329.655,62	14.424,38	15.889,83	2.452,22		
fev07	fev07	389.423,22				314.563,57	17.453,25	17.908,18	3.783,97		
fev07	fev07	389.423,22				300.072,12	21.601,90	22.903,92	4.483,05		
fev07	fev07	389.423,22				286.184,12	24.878,12	26.878,12	5.232,45		
fev07	fev07	389.423,22				272.296,12	26.865,18	30.322,11	5.665,79		
fev07	fev07	389.423,22				258.408,12	29.311,87	33.175,48	6.178,03		
fev07	fev07	389.423,22				244.480,12	30.816,65	36.092,49	11.370,50		
fev07	fev07	389.423,22				230.552,12	32.821,43	38.821,43	12.821,43		
fev07	fev07	389.423,22				216.624,12	34.973,38	43.759,54	13.613,89		
mar06	mar06	1.116.776,76				1.116.776,76					
mar06	mar06	1.116.776,76				1.095.128,45	4.376,41	8.888,67	252,28		
mar06	mar06	1.116.776,76				1.042.798,49	9.748,84	21.053,37	6.534,83		
mar06	mar06	1.116.776,76				1.005.243,31	10.848,93	23.821,01	7.125,48		
mar06	mar06	1.116.776,76				967.732,57	22.776,69	34.546,24	14.267,02		
mar06	mar06	1.116.776,76				930.226,63	26.127,03	38.349,33	16.267,02		
mar06	mar06	1.116.776,76				892.720,69	30.860,35	42.961,80	18.639,63		
mar06	mar06	1.116.776,76				855.214,75	35.691,67	47.974,37	21.012,14		
mar06	mar06	1.116.776,76				817.708,81	40.406,95	53.081,95	23.264,14		
mar06	mar06	1.116.776,76				780.202,87	45.122,23	58.193,23	25.516,14		
mar06	mar06	1.116.776,76				742.696,93	49.737,51	63.304,51	27.767,34		
mar06	mar06	1.116.776,76				705.191,00	54.352,79	68.415,79	30.018,44		
mar06	mar06	1.116.776,76				667.685,07	58.968,07	73.527,07	32.269,57		
abr06	abr06	1.580.066,83				1.580.066,83					
abr06	abr06	1.580.066,83				1.577.811,08	10.992,43	15.913,67	2.664,23		
abr06	abr06	1.580.066,83				1.564.652,29	21.248,44	32.481,68	4.422,35		
abr06	abr06	1.580.066,83				1.411.883,09	36.256,11	51.983,27	7.237,81		
abr06	abr06	1.580.066,83				1.359.734,71	43.709,99	63.729,25	8.422,13		
abr06	abr06	1.580.066,83				1.252.817,13	68.174,44	87.953,04	12.924,76		
abr06	abr06	1.580.066,83				1.189.386,18	75.012,75	103.762,79	16.316,21		
abr06	abr06	1.580.066,83				1.106.499,15	86.084,41	114.010,48	21.013,61		
abr06	abr06	1.580.066,83				1.003.940,76	94.631,19	126.540,61	24.901,76		
abr06	abr06	1.580.066,83				901.426,37	103.126,36	139.649,45	32.441,44		
maio06	maio06	3.060.231,12				3.060.231,12					
maio06	maio06	3.060.231,12				3.055.850,24	21.346,88	26.715,98	337,84		
maio06	maio06	3.060.231,12				2.805.810,54	42.785,68	59.660,83	1.654,71		
maio06	maio06	3.060.231,12				2.749.280,00	70.223,00	85.627,39	15.198,07		
maio06	maio06	3.060.231,12				2.647.786,12	87.589,12	112.861,12	21.681,94		
maio06	maio06	3.060.231,12				2.545.973,66	111.966,71	147.756,78	26.432,26		
maio06	maio06	3.060.231,12				2.444.566,69	146.026,14	183.626,14	30.033,58		
maio06	maio06	3.060.231,12				2.342.643,17	148.591,33	214.170,54	34.207,10		
maio06	maio06	3.060.231,12				2.240.717,62	176.157,62	246.157,62	37.575,17		
maio06	maio06	3.060.231,12				2.147.811,13	192.967,64	274.326,31	54.046,21		
jun06	jun06	4.547.424,03				4.547.424,03					
jun06	jun06	4.547.424,03				4.517.122,03	27.420,07	37.324,58	8.576,61		
jun06	jun06	4.547.424,03				4.327.656,68	59.209,42	79.624,18	26.680,23		
jun06	jun06	4.547.424,03				4.214.651,13	88.295,48	109.824,18	39.391,11		
jun06	jun06	4.547.424,03				4.081.148,08	87.792,05	129.051,12	46.633,14		
jun06	jun06	4.547.424,03				3.908.847,03	106.308,77	168.118,08	65.754,08		
jun06	jun06	4.547.424,03				3.755.837,68	126.233,84	192.213,84	79.940,08		
jun06	jun06	4.547.424,03				3.602.832,51	146.154,51	217.490,51	97.395,36		
jun06	jun06	4.547.424,03				3.450.314,84	176.730,13	244.500,01	107.225,10		
jun06	jun06	4.547.424,03				3.298.186,15	215.974,44	281.001,09	125.730,12		
jul06	jul06	7.384.480,98				7.374.880,39					
jul06	jul06	7.384.480,98				7.140.341,21	51.789,10	63.420,95	4.152,64		
jul06	jul06	7.384.480,98				6.862.803,86	86.960,05	129.511,32	26.379,11		
jul06	jul06	7.384.480,98				6.584.660,71	132.532,21	167.596,58	42.816,64		
jul06	jul06	7.384.480,98				6.429.129,56	175.846,39	270.789,50	72.536,35		
jul06	jul06	7.384.480,98				6.189.352,41	222.417,31	327.114,09	86.512,87		
jul06	jul06	7.384.480,98				5.951.615,50	249.712,50	397.066,09	1		



Anexo VIII - Pool Estático - Veículos Leves

Parcelas liquidadas de 90 a 120 dias	Parcelas liquidadas de 120 a 150 dias	Parcelas liquidadas de 150 a 180 dias	Parcelas liquidadas acima de 180 dias	Parcelas antecipadas de 1 a 15 dias	Parcelas antecipadas de 15 a 30 dias	Parcelas antecipadas de 30 a 60 dias
				976,97		
				1.660,98	384,73	
				2.493,52	571,99	
				3.477,54	571,99	
				3.691,95	571,99	
				4.281,98	571,99	
				5.271,99	571,99	
				7.522,22	571,99	
				7.522,22	571,99	
				8.122,74	892,30	
				9.584,04	1.175,29	312,72
				9.384,75	1.175,29	608,02
				10.304,43	1.175,29	908,02
				11.033,19	1.175,29	1.241,61
				11.499,96	1.175,29	1.241,61
				12.661,63	1.175,29	1.241,61
Parcelas liquidadas de 90 a 120 dias	Parcelas liquidadas de 120 a 150 dias	Parcelas liquidadas de 150 a 180 dias	Parcelas liquidadas acima de 180 dias	Parcelas antecipadas de 1 a 15 dias	Parcelas antecipadas de 15 a 30 dias	Parcelas antecipadas de 30 a 60 dias
				3.056,12		
				6.268,34	260,03	
				9.264,90	520,06	192,17
				11.984,25	780,09	192,17
				14.115,76	1.040,12	192,17
				16.886,73	1.372,12	192,17
				21.963,51	1.832,15	742,75
				25.663,37	2.092,18	1.020,75
				29.023,64	2.392,21	1.308,69
				31.913,96	2.612,24	1.591,65
				35,291,16	2.872,27	1.874,59
				36.646,72	3.112,30	1.974,53
				42.113,70	3.992,33	1.974,53
				44.510,22	3.970,14	1.974,53
Parcelas liquidadas de 90 a 120 dias	Parcelas liquidadas de 120 a 150 dias	Parcelas liquidadas de 150 a 180 dias	Parcelas liquidadas acima de 180 dias	Parcelas antecipadas de 1 a 15 dias	Parcelas antecipadas de 15 a 30 dias	Parcelas antecipadas de 30 a 60 dias
				3.211,17		
				5.469,53	447,87	
				11.059,23	447,87	
				16.116,71	447,87	
				18.845,37	447,87	
				24.271,53	447,87	
				27.323,21	447,87	
				29.982,38	704,91	885,60
				31.714,79	884,89	885,60
				33.178,09	1.095,12	885,60
				35,526,13	1.565,12	1.461,17
				38.050,27	1.995,12	1.798,50
				39.749,98	2.162,21	1.798,50
Parcelas liquidadas de 90 a 120 dias	Parcelas liquidadas de 120 a 150 dias	Parcelas liquidadas de 150 a 180 dias	Parcelas liquidadas acima de 180 dias	Parcelas antecipadas de 1 a 15 dias	Parcelas antecipadas de 15 a 30 dias	Parcelas antecipadas de 30 a 60 dias
				5.585,58		
				8.647,37	987,65	
				13.969,79	987,65	
				18.080,68	987,65	
				24.248,01	1.278,57	
				28.732,96	1.569,09	
				33,207,25	1.569,09	
				38.593,13	1.569,09	1.748,79
				42.768,38	1.569,09	1.748,79
				48,276,01	1.569,09	1.748,79
				51,511,49	1.870,41	1.822,08
				58.491,14	1.870,41	1.822,08
Parcelas liquidadas de 90 a 120 dias	Parcelas liquidadas de 120 a 150 dias	Parcelas liquidadas de 150 a 180 dias	Parcelas liquidadas acima de 180 dias	Parcelas antecipadas de 1 a 15 dias	Parcelas antecipadas de 15 a 30 dias	Parcelas antecipadas de 30 a 60 dias
				8.454,70	425,13	
				24.979,85	823,83	420,49
				35.997,22	1.268,41	1.832,83
				49.720,90	1.944,14	1.862,13
				67.795,87	2.136,30	2.227,47
				87.795,88	3.019,56	2.527,47
				74.766,07	3.981,43	2.885,45
				82.100,50	4.900,83	3.439,68
				92.019,97	5.886,77	4.659,69
				102.771,36	6.799,34	4.659,69
				108.640,20	7.099,34	6.804,07
Parcelas liquidadas de 90 a 120 dias	Parcelas liquidadas de 120 a 150 dias	Parcelas liquidadas de 150 a 180 dias	Parcelas liquidadas acima de 180 dias	Parcelas antecipadas de 1 a 15 dias	Parcelas antecipadas de 15 a 30 dias	Parcelas antecipadas de 30 a 60 dias
				16.849,76	592,25	
				32.297,24	2.130,13	870,87
				49.887,71	2.441,75	1.949,89
				69.438,99	3.464,60	1.949,89
				77.661,82	4.142,09	2.620,55
				91.619,67	4.453,70	3.638,00
				106.746,00	5.863,82	4.217,42
				119.976,76	7.154,47	5.116,21
				133.804,43	8.122,58	6.148,68
				148.444,43	10.033,00	6.848,63
Parcelas liquidadas de 90 a 120 dias	Parcelas liquidadas de 120 a 150 dias	Parcelas liquidadas de 150 a 180 dias	Parcelas liquidadas acima de 180 dias	Parcelas antecipadas de 1 a 15 dias	Parcelas antecipadas de 15 a 30 dias	Parcelas antecipadas de 30 a 60 dias
				31.130,56	2.445,27	
				63.296,41	6.867,07	576,50
				104.468,73	9.023,81	1.729,72
				154.453,08	10.760,10	3.241,86
				169.612,77	12.555,13	4.584,72
				172.938,71	14.186,74	5.744,53
				198.811,01	17.089,51	6.868,49
				221.766,14	19.842,36	7.912,24
				246.426,49	23.671,98	8.852,83
Parcelas liquidadas de 90 a 120 dias	Parcelas liquidadas de 120 a 150 dias	Parcelas liquidadas de 150 a 180 dias	Parcelas liquidadas acima de 180 dias	Parcelas antecipadas de 1 a 15 dias	Parcelas antecipadas de 15 a 30 dias	Parcelas antecipadas de 30 a 60 dias
				44.792,08	1.565,04	
				87.797,73	4.266,09	762,28
				123.550,94	8.113,99	2.380,75
				156.021,34	11.246,34	4.608,10
				190.520,82	12.597,64	6.302,49
				229.732,63	16.395,36	8.011,19
				263.540,09	19.171,21	9.126,49
				296.849,43	25.361,76	10.530,81
Parcelas liquidadas de 90 a 120 dias	Parcelas liquidadas de 120 a 150 dias	Parcelas liquidadas de 150 a 180 dias	Parcelas liquidadas acima de 180 dias	Parcelas antecipadas de 1 a 15 dias	Parcelas antecipadas de 15 a 30 dias	Parcelas antecipadas de 30 a 60 dias
				66.428,37	1.098,04	
				132.874,58	3.107,48	2.917,14
				198.822,36	4.916,79	4.299,39
				243.398,39	8.517,53	4.698,03
				297.822,59	14.261,71	5.249,27
				348.629,22	23.687,57	6.792,64
				392.896,27	24.848,36	12.934,14
Parcelas liquidadas de 90 a 120 dias	Parcelas liquidadas de 120 a 150 dias	Parcelas liquidadas de 150 a 180 dias	Parcelas liquidadas acima de 180 dias	Parcelas antecipadas de 1 a 15 dias	Parcelas antecipadas de 15 a 30 dias	Parcelas antecipadas de 30 a 60 dias
				84.873,73	1.598,27	
				168.390,37	4.142,45	862,48
				276.349,84	8.895,15	3.726,73
				372.848,70	13.929,21	5.212,24
				426.709,14	17.771,46	10.260,62
				521.225,66	23.458,76	13.744,83
Parcelas liquidadas de 90 a 120 dias	Parcelas liquidadas de 120 a 150 dias	Parcelas liquidadas de 150 a 180 dias	Parcelas liquidadas acima de 180 dias	Parcelas antecipadas de 1 a 15 dias	Parcelas antecipadas de 15 a 30 dias	Parcelas antecipadas de 30 a 60 dias
				99.003,60	2.572,62	
				177.548,29	8.131,13	4.602,89
				264.251,26	23.110,88	6.099,26
				341.975,19	30.897,39	11.502,36
				409.116,72	39.362,44	12.986,52
Parcelas liquidadas de 90 a 120 dias	Parcelas liquidadas de 120 a 150 dias	Parcelas liquidadas de 150 a 180 dias	Parcelas liquidadas acima de 180 dias	Parcelas antecipadas de 1 a 15 dias	Parcelas antecipadas de 15 a 30 dias	Parcelas antecipadas de 30 a 60 dias
				81.272,21	3.253,88	
				161.503,37	10.673,14	1.332,84
				246.974,44	24.130,78	11.232,07
				302.761,40	39.719,63	17.844,93
Parcelas liquidadas de 90 a 120 dias	Parcelas liquidadas de 120 a 150 dias	Parcelas liquidadas de 150 a 180 dias	Parcelas liquidadas acima de 180 dias	Parcelas antecipadas de 1 a 15 dias	Parcelas antecipadas de 15 a 30 dias	Parcelas antecipadas de 30 a 60 dias
				122.026,30	370,02	
				212.590,58	10.949,81	5.184,33
				299.237,86	17.901,70	10.655,36
Parcelas liquidadas de 90 a 120 dias	Parcelas liquidadas de 120 a 150 dias	Parcelas liquidadas de 150 a 180 dias	Parcelas liquidadas acima de 180 dias	Parcelas antecipadas de 1 a 15 dias	Parcelas antecipadas de 15 a 30 dias	Parcelas antecipadas de 30 a 60 dias
				145.606,45	2.947,34	
				232.297,08	11.862,04	4.449,56
Parcelas liquidadas de 90 a 120 dias	Parcelas liquidadas de 120 a 150 dias	Parcelas liquidadas de 150 a 180 dias	Parcelas liquidadas acima de 180 dias	Parcelas antecipadas de 1 a 15 dias	Parcelas antecipadas de 15 a 30 dias	Parcelas antecipadas de 30 a 60 dias
				115.967,02	2.938,29	
Parcelas liquidadas de 90 a 120 dias	Parcelas liquidadas de 120 a 150 dias	Parcelas liquidadas de 150 a 180 dias	Parcelas liquidadas acima de 180 dias	Parcelas antecipadas de 1 a 15 dias	Parcelas antecipadas de 15 a 30 dias	Parcelas antecipadas de 30 a 60 dias





Anexo VIII - Pool Estático - Veículos Leves

Parcelas antecipadas de 60 a 90 dias	Parcelas antecipadas de 90 a 120 dias	Parcelas antecipadas de 120 a 150 dias	Parcelas antecipadas de 150 a 180 dias	Parcelas antecipadas acima de 180 dias	Parcelas vencidas até 15 dias	Parcelas vencidas de 15 a 30 dias
						290,24
						319,08
						1.480,44
						691,62
						1.495,57
						352,80
						339,70
						322,40
						488,02
						380,35
						305,55
						298,91
						376,90
						564,12
						291,47
						151,66
						551,66
						254,70
						562,38
						390,93
						287,47
						1.471,48
						723,05
						1.377,53
						1.172,14
						950,35
						1.365,52
						706,94
						1.628,09
						1.517,83
						724,69
						1.396,75
						463,33
						489,07
						727,08
						434,89
						3.230,30
						5.550,58
						4.555,05
						1.305,22
						2.442,66
						2.252,91
						1.840,33
						4.714,42
						4.883,73
						6.089,69
						4.158,00
						4.412,72
						1.315,90
						1.862,53
						1.152,13
						4.811,51
						3.509,66
						805,94
						1.087,68
						2.599,22
						1.819,50
						1.652,52
						1.561,55
						1.652,67
						1.667,84
						1.658,59
						2.786,78
						2.317,40
						1.376,63
						1.129,93
						15.589,91
						6.543,94
						8.597,12
						8.571,64
						8.531,53
						13.245,58
						10.510,48
						11.930,72
						3.654,65
						11.913,23
						9.935,36
						11.384,01
						4.152,86
						7.005,98
						4.635,80
						5.512,86
						8.944,43
						6.633,02
						9.843,65
						2.910,01
						8.424,14
						12.611,36
						16.234,47
						15.872,14
						18.044,56
						28.253,76
						23.089,29
						20.974,74
						30.244,00
						30.244,00
						22.796,74
						29.258,40
						32.645,39
						37.641,19
						35.748,23
						34.852,78
						39.733,48
						33.134,90
						44.251,91
						210,45
						41.398,97
						61.975,08
						54.696,66
						56.848,13
						54.481,97
						59.719,33
						66.276,68
						60.180,35
						62.430,59
						70.583,74
						75.426,43
						83.819,63
						81.216,23
						37.930,23
						53.898,10
						56.424,20
						53.964,13
						76.201,29
						77.780,38
						66.907,84
						77.261,97
						93.153,61
						67.881,55
						59.254,80
						90.090,31
						325,50
						29.815,66
						48.671,79
						61.428,60
						1.628,00

Parcelas vencidas de 30 a 60 días	Parcelas vencidas de 60 a 90 días	Parcelas vencidas de 90 a 120 días	Parcelas vencidas de 120 a 150 días	Parcelas vencidas de 150 a 180 días	Parcelas vencidas acima de 180 dias	Desconto	Multa
						-	-
						-	(317,33)
						-	(480,80)
						-	(727,25)
						-	(977,58)
						-	(1.180,07)
						-	(1.268,84)
						-	(1.360,38)
						-	(1.454,66)
						-	(1.549,86)
						-	(1.646,97)
						-	(1.745,99)
						-	(1.846,94)
						-	(1.949,82)
						-	(2.054,63)
						-	(2.161,36)
						-	(2.269,01)
						-	(2.378,58)
						-	(2.489,06)
						-	(2.591,45)
						-	(2.695,75)
						-	(2.801,96)
						-	(2.909,08)
						-	(3.018,11)
						-	(3.129,15)
						-	(3.242,20)
						-	(3.357,26)
						-	(3.474,33)
						-	(3.593,41)
						-	(3.714,50)
						-	(3.837,61)
						-	(3.962,73)
						-	(4.089,86)
						-	(4.219,00)
						-	(4.350,15)
						-	(4.483,31)
						-	(4.618,48)
						-	(4.755,65)
						-	(4.894,82)
						-	(5.036,00)
						-	(5.179,18)
						-	(5.324,36)
						-	(5.471,54)
						-	(5.620,72)
						-	(5.771,90)
						-	(5.925,08)
						-	(6.080,26)
						-	(6.237,44)
						-	(6.396,62)
						-	(6.557,80)
						-	(6.720,98)
						-	(6.886,16)
						-	(7.053,34)
						-	(7.222,52)
						-	(7.393,70)
						-	(7.566,88)
						-	(7.742,06)
						-	(7.919,24)
						-	(8.098,42)
						-	(8.279,60)
						-	(8.462,78)
						-	(8.648,96)
						-	(8.837,14)
						-	(9.027,32)
						-	(9.219,50)
						-	(9.413,68)
						-	(9.609,86)
						-	(9.808,04)
						-	(10.008,22)
						-	(10.210,40)
						-	(10.414,58)
						-	(10.620,76)
						-	(10.828,94)
						-	(11.039,12)
						-	(11.251,30)
						-	(11.465,48)
						-	(11.681,66)
						-	(11.899,84)
						-	(12.119,02)
						-	(12.340,20)
						-	(12.563,38)
						-	(12.788,56)

Sufra de Originação	Posição da Safra em	Sub-Total Safra	Antecipação	Cancelada	Requerimento	A vencer	Liquidado no vencimento	Liquidado de 1 a 15 dias	Parcelas Liquidadas de 15 a 30 dias	Parcelas Liquidadas de 30 a 60 dias	Parcelas Liquidadas de 60 a 90 dias
mes05	mes05	1.381.094,44				1.380.284,44					
dez05	dez05	1.381.094,44				1.340.614,34	12.978,55	7.254,02			
nov05	nov05	1.381.094,44				1.298.033,13	22.411,03	30.453,88	6.483,18		
out05	out05	1.381.094,44				1.284.022,49	37.030,31	37.030,31	12.821,35	2.100,00	
ago05	ago05	1.381.094,44				1.250.000,00	77.000,00	77.000,00	7.000,00		
ago05	ago05	1.381.094,44				1.180.030,85	40.491,25	9.453,03	16.502,29	1.271,70	
ago05	ago05	1.381.094,44				1.120.000,00	84.442,89	84.442,89	21.000,00		
ago05	ago05	1.381.094,44				1.070.039,21	66.589,93	128.902,80	31.799,59		
ago05	ago05	1.381.094,44				1.041.349,35	64.408,45	146.549,51	20.384,00		
ago05	ago05	1.381.094,44				997.241,27	73.596,27	175.000,00	47.736,28	2.854,40	
ago05	ago05	1.381.094,44				846.557,75	82.503,69	185.000,00	48.254,63	2.410,50	
ago05	ago05	1.381.094,44				808.058,63	93.307,33	178.000,00	50.207,61	2.430,40	
ago05	ago05	1.381.094,44				853.601,16	105.843,14	184.249,00	56.375,07	14.310,00	
ago05	ago05	1.381.094,44				811.161,19	110.119,19	184.249,00	56.375,07	14.310,00	
ago05	ago05	1.381.094,44				770.134,21	112.433,20	190.144,00	68.938,20	8.839,84	1.430,28
ago05	ago05	1.381.094,44				728.721,20	120.457,33	200.000,00	74.266,33	12.063,72	2.043,53
dez05	dez05	2.206.732,18	325.038,40			1.978.873,78					
dez05	dez05	2.206.732,18	325.038,40			1.912.777,92	16.176,61				
dez05	dez05	2.206.732,18	325.038,40			1.846.266,56	42.484,12				
dez05	dez05	2.206.732,18	325.038,40			1.784.789,12	67.800,00	26.839,40	8.564,51		
dez05	dez05	2.206.732,18	325.038,40			1.727.373,28	87.373,28	52.000,00	12.008,11		
dez05	dez05	2.206.732,18	325.038,40			1.666.746,12	74.927,58	87.881,72	15.524,17		
dez05	dez05	2.206.732,18	325.038,40			1.595.729,92	102.251,20	102.251,20	20.842,83		
dez05	dez05	2.206.732,18	325.038,40			1.524.732,82	144.000,00	158.933,89	31.162,58	1.746,81	
dez05	dez05	2.206.732,18	325.038,40			1.454.000,00	164.000,00	174.000,00	21.857,14	1.928,00	
dez05	dez05	2.206.732,18	325.038,40			1.388.742,82	173.258,18	192.467,33	30.417,29		
dez05	dez05	2.206.732,18	325.038,40			1.327.200,00	188.172,92	210.000,00	31.657,14	2.111,24	
dez05	dez05	2.206.732,18	325.038,40			1.260.372,12	190.834,18	231.861,00	35.861,97	14.843,92	
dez05	dez05	2.206.732,18	325.038,40			1.193.840,00	213.147,86	243.863,14	38.913,47	16.077,68	
dez05	dez05	2.206.732,18	325.038,40			1.126.887,32	231.941,16	252.417,07	34.613,97	18.949,68	
dez05	dez05	2.206.732,18	325.038,40			1.060.225,32	165.252,32	130.302,00	26.577,98	20.871,00	
dez05	dez05	2.206.732,18	325								



Anexo IX - Pool Estático - Veículos Pesados

Parcelas liquidadas de 90 a 120 dias	Parcelas liquidadas de 120 a 150 dias	Parcelas liquidadas de 150 a 180 dias	Parcelas liquidadas acima de 180 dias	Parcelas antecipadas de 1 a 15 dias	Parcelas antecipadas de 15 a 30 dias	Parcelas antecipadas de 30 a 60 dias	Parcelas antecipadas de 60 a 90 dias
				10.540,47			
				25.675,94			
				28.427,16			
				25.658,12			
				41.823,71			
				1.000,00			
				40.450,86			
				71.700,00			
				71.800,21			
				70.545,65			
				67.314,08			
				38.717,74			
				124.700,00			
				112.397,37	1.344,47		
				131.254,92	1.344,47	1.280,55	
Parcelas liquidadas de 90 a 120 dias	Parcelas liquidadas de 120 a 150 dias	Parcelas liquidadas de 150 a 180 dias	Parcelas liquidadas acima de 180 dias	Parcelas antecipadas de 1 a 15 dias	Parcelas antecipadas de 15 a 30 dias	Parcelas antecipadas de 30 a 60 dias	Parcelas antecipadas de 60 a 90 dias
				16.377,82			
				27.550,43	1.588,95		
				45.999,74	1.588,95		
				63.555,97	3.268,26		
				36.544,22	3.268,26	2.172,65	
				68.178,71	3.268,26	2.172,65	538,38
				88.758,69	3.268,26	2.172,65	538,38
				108.366,48	4.892,81	2.172,65	538,38
1.744,51	1.744,51			119.917,03	7.741,22	4.892,81	538,38
1.744,51	1.744,51			135.457,33	7.741,22	4.892,81	538,38
1.744,51	1.744,51			142.377,89	7.741,22	6.423,48	3.209,72
1.744,51	1.744,51			154.980,33	11.111,93	6.423,48	1.627,04
1.744,51	1.744,51			166.710,04	12.457,07	6.423,48	1.627,04
Parcelas liquidadas de 90 a 120 dias	Parcelas liquidadas de 120 a 150 dias	Parcelas liquidadas de 150 a 180 dias	Parcelas liquidadas acima de 180 dias	Parcelas antecipadas de 1 a 15 dias	Parcelas antecipadas de 15 a 30 dias	Parcelas antecipadas de 30 a 60 dias	Parcelas antecipadas de 60 a 90 dias
				8.786,86			
				16.819,86			
				30.522,70			
				39.565,10			
				62.288,98			
				60.860,09			
3.772,18	2.243,89	2.243,89	2.243,89	71.818,74			
3.772,18	2.243,89	2.243,89	2.243,89	65.862,34	546,80		
3.772,18	2.243,89	2.243,89	2.243,89	91.864,43	2.415,72	546,73	
3.772,18	2.243,89	2.243,89	2.243,89			1.182,72	546,73
1.779,19	2.243,89	2.243,89	2.243,89	106.306,73	6.609,76	2.207,69	1.182,73
1.772,19	2.243,89	2.243,89	2.243,89	116.321,46	6.609,76	2.207,69	2.201,46
1.772,19	2.243,89	2.243,89	2.243,89	131.305,70	6.609,76	2.207,69	2.201,46
Parcelas liquidadas de 90 a 120 dias	Parcelas liquidadas de 120 a 150 dias	Parcelas liquidadas de 150 a 180 dias	Parcelas liquidadas acima de 180 dias	Parcelas antecipadas de 1 a 15 dias	Parcelas antecipadas de 15 a 30 dias	Parcelas antecipadas de 30 a 60 dias	Parcelas antecipadas de 60 a 90 dias
				12.812,97			
				29.384,83		1.647,41	
				47.290,08		1.647,41	
				68.748,37		1.809,51	
				87.603,47		1.809,51	288,19
				83.090,38		2.543,68	288,19
				84.545,87	893,77	2.543,68	288,19
				101.557,80	2.431,18	2.543,68	976,14
2.589,20	1.520,70			106.606,04	4.062,98	2.543,68	976,14
5.104,44	1.520,70			109.661,43	4.062,98	3.322,69	976,14
9.246,64	2.832,62			116.651,84	5.706,78	3.322,69	976,14
10.702,71	2.832,62			124.645,26	8.926,53	3.322,69	976,14
Parcelas liquidadas de 90 a 120 dias	Parcelas liquidadas de 120 a 150 dias	Parcelas liquidadas de 150 a 180 dias	Parcelas liquidadas acima de 180 dias	Parcelas antecipadas de 1 a 15 dias	Parcelas antecipadas de 15 a 30 dias	Parcelas antecipadas de 30 a 60 dias	Parcelas antecipadas de 60 a 90 dias
				30.250,78			
				62.798,39		260,98	
				93.320,48		260,98	
				127.558,63	1.587,36	260,98	
				145.515,47	1.587,36	1.119,64	
				179.217,14	7.885,07	4.279,63	
2.265,13				204.464,48	7.885,07	4.279,63	2.814,83
2.265,13				237.244,62	13.693,85	6.498,04	2.814,83
2.243,41				247.489,71	14.516,11	3.609,23	2.814,83
3.761,63				264.459,23	17.556,69	11.439,11	4.695,31
				327.917,63	32.580,81	11.744,18	4.551,41
Parcelas liquidadas de 90 a 120 dias	Parcelas liquidadas de 120 a 150 dias	Parcelas liquidadas de 150 a 180 dias	Parcelas liquidadas acima de 180 dias	Parcelas antecipadas de 1 a 15 dias	Parcelas antecipadas de 15 a 30 dias	Parcelas antecipadas de 30 a 60 dias	Parcelas antecipadas de 60 a 90 dias
				29.078,38			
				59.320,48		286,09	
				88.689,20		1.436,88	
				105.692,66		2.765,87	
				113.376,70		3.426,07	
				126.881,48		3.779,80	
				156.893,14	7.665,00		
				166.105,21	7.546,93	3.144,86	2.307,69
1.430,17				176.369,23	9.389,14	3.071,89	2.307,69
1.430,17				206.510,37	12.803,11	3.317,89	1.889,93
Parcelas liquidadas de 90 a 120 dias	Parcelas liquidadas de 120 a 150 dias	Parcelas liquidadas de 150 a 180 dias	Parcelas liquidadas acima de 180 dias	Parcelas antecipadas de 1 a 15 dias	Parcelas antecipadas de 15 a 30 dias	Parcelas antecipadas de 30 a 60 dias	Parcelas antecipadas de 60 a 90 dias
				24.850,34	1.084,11		
				33.239,40	6.954,14		
				89.811,33	6.954,14	2.789,98	1.076,92
				109.388,44	3.278,78	2.789,98	1.076,92
2.281,49				147.850,64	7.461,83	6.610,03	1.076,92
2.281,49				161.897,77	6.899,97	6.899,97	2.084,69
2.311,49				171.732,27	10.860,49	7.931,21	2.084,69
3.411,94				207.257,40	11.580,34	9.434,77	3.677,93
3.412,94				231.466,27	13.825,95	10.918,54	5.664,13
Parcelas liquidadas de 90 a 120 dias	Parcelas liquidadas de 120 a 150 dias	Parcelas liquidadas de 150 a 180 dias	Parcelas liquidadas acima de 180 dias	Parcelas antecipadas de 1 a 15 dias	Parcelas antecipadas de 15 a 30 dias	Parcelas antecipadas de 30 a 60 dias	Parcelas antecipadas de 60 a 90 dias
				36.354,71	458,79		
				68.939,13	1.319,87		
				94.729,14	3.977,89	866,47	
				112.450,34	6.827,37	1.723,01	
				138.859,84	6.827,37	4.274,80	
				166.970,40	9.431,12	7.440,83	1.693,14
1.817,31				186.470,61	16.211,40	7.440,83	4.105,19
1.817,31	1.300,00	1.300,00		216.450,76	19.767,78	9.754,61	4.984,31
Parcelas liquidadas de 90 a 120 dias	Parcelas liquidadas de 120 a 150 dias	Parcelas liquidadas de 150 a 180 dias	Parcelas liquidadas acima de 180 dias	Parcelas antecipadas de 1 a 15 dias	Parcelas antecipadas de 15 a 30 dias	Parcelas antecipadas de 30 a 60 dias	Parcelas antecipadas de 60 a 90 dias
				51.188,91			
				77.239,32	2.126,13	3.084,31	
				117.756,08	3.462,60	3.705,48	1.672,38
				159.886,71	9.747,72	4.638,01	2.679,72
				176.978,36	11.646,56	6.995,34	2.679,72
1.692,27				181.344,08	12.423,88	15.543,08	1.907,15
2.564,77				207.726,11	21.542,26	17.097,77	1.907,15
Parcelas liquidadas de 90 a 120 dias	Parcelas liquidadas de 120 a 150 dias	Parcelas liquidadas de 150 a 180 dias	Parcelas liquidadas acima de 180 dias	Parcelas antecipadas de 1 a 15 dias	Parcelas antecipadas de 15 a 30 dias	Parcelas antecipadas de 30 a 60 dias	Parcelas antecipadas de 60 a 90 dias
				68.550,03			
				126.267,09		2.886,21	
				185.417,45	3.513,51		
				211.889,49	9.113,43	2.271,90	
				236.406,16	8.113,43	5.846,71	2.232,60
1.451,49				317.421,17	19.826,76	8.119,71	1.348,46
Parcelas liquidadas de 90 a 120 dias	Parcelas liquidadas de 120 a 150 dias	Parcelas liquidadas de 150 a 180 dias	Parcelas liquidadas acima de 180 dias	Parcelas antecipadas de 1 a 15 dias	Parcelas antecipadas de 15 a 30 dias	Parcelas antecipadas de 30 a 60 dias	Parcelas antecipadas de 60 a 90 dias
				101.470,03	1.204,13		
				107.000,04	4.214,69	1.672,81	
				136.361,33	6.564,36		1.114,43
				171.089,37	12.247,02	4.146,00	1.384,80
				184.494,66	12.518,19	5.361,74	1.697,02
Parcelas liquidadas de 90 a 120 dias	Parcelas liquidadas de 120 a 150 dias	Parcelas liquidadas de 150 a 180 dias	Parcelas liquidadas acima de 180 dias	Parcelas antecipadas de 1 a 15 dias	Parcelas antecipadas de 15 a 30 dias	Parcelas antecipadas de 30 a 60 dias	Parcelas antecipadas de 60 a 90 dias
				68.336,27	789,71		
				109.264,12	1.739,42		
				144.144,81	5.086,02	2.538,23	
				171.707,46	12.611,16	5.685,79	2.207,06
Parcelas liquidadas de 90 a 120 dias	Parcelas liquidadas de 120 a 150 dias	Parcelas liquidadas de 150 a 180 dias	Parcelas liquidadas acima de 180 dias	Parcelas antecipadas de 1 a 15 dias	Parcelas antecipadas de 15 a 30 dias	Parcelas antecipadas de 30 a 60 dias	Parcelas antecipadas de 60 a 90 dias
				41.880,86			
				80.161,32		1.111,11	
				20.371,41	3.670,56	3.790,05	1.111,11
Parcelas liquidadas de 90 a 120 dias	Parcelas liquidadas de 120 a 150 dias	Parcelas liquidadas de 150 a 180 dias	Parcelas liquidadas acima de 180 dias	Parcelas antecipadas de 1 a 15 dias	Parcelas antecipadas de 15 a 30 dias	Parcelas antecipadas de 30 a 60 dias	Parcelas antecipadas de 60 a 90 dias
				1.229,08			
				40.927,13		2.513,57	
				72.441,33	4.878,00	3.566,13	
Parcelas liquidadas de 90 a 120 dias	Parcelas liquidadas de 120 a 150 dias	Parcelas liquidadas de 150 a 180 dias	Parcelas liquidadas acima de 180 dias	Parcelas antecipadas de 1 a 15 dias	Parcelas antecipadas de 15 a 30 dias	Parcelas antecipadas de 30 a 60 dias	Parcelas antecipadas de 60 a 90 dias
				62.347,13	1.608,40		
Parcelas liquidadas de 90 a 120 dias	Parcelas liquidadas de 120 a 150 dias	Parcelas liquidadas de 150 a 180 dias	Parcelas liquidadas acima de 180 dias	Parcelas antecipadas de 1 a 15 dias	Parcelas antecipadas de 15 a 30 dias	Parcelas antecipadas de 30 a 60 dias	Parcelas antecipadas de 60 a 90 dias

Anexo IX - Pool Estático - Veículos Pesados

Parcelas antecipadas de 90 a 120 dias	Parcelas antecipadas de 120 a 150 dias	Parcelas antecipadas de 150 a 180 dias	Parcelas antecipadas acima de 180 dias	Parcelas vencidas até 15 dias	Parcelas vencidas de 15 a 30 dias	Parcelas vencidas de 30 a 60 dias	Parcelas vencidas de 60 a 90 dias
				8.478,27			
				5.534,50	5.504,50		
				23.319,03			
				8.459,03	2.714,77	4.216,64	
				12.684,31	1.876,41	8.859,84	
				8.591,41	4.127,81	2.288,40	
				11.333,41	2.644,45	2.559,35	
				12.719,70	2.246,10	2.272,20	
				11.719,49	1.920,78	2.246,10	
				13.558,67	12.789,87	5.550,11	
				10.800,86	8.085,51	8.100,00	
				10.818,82	8.871,93	12.010,51	3.135,00
				13.807,61	11.119,29	15.866,76	
				8.334,60	11.082,19	13.052,48	1.345,00
				31.144,07	2.918,14	15.514,89	3.108,74
				5.559,00	1.267,11		
				10.588,17	6.872,82		
				8.555,00	12.446,06	2.848,00	
				12.656,00	11.057,00	8.985,91	
				7.730,00	11.035,82	7.460,18	
				8.550,57	5.272,25	8.751,31	1.744,51
				8.571,48	12.151,75	7.051,45	3.105,87
				7.871,65	9.051,17	8.651,41	
				7.409,58	6.125,80	8.053,17	2.107,01
				6.654,45	6.368,53	11.209,92	2.450,00
				8.857,83	10.133,09	11.014,49	6.399,51
				6.753,42	10.137,00	10.343,27	1.599,11
				1.524,48	9.314,09	13.016,04	10.264,02
				4.265,33	11.858,51		2.764,13
				20.860,26	4.678,77		
				14.544,53	6.834,70	3.182,30	
				19.489,27	9.854,54	6.031,85	2.243,80
				27.687,68	7.456,80	2.243,80	2.243,80
				24.060,57	15.725,54	8.339,14	2.243,80
				25.597,60	2.760,40	8.438,00	1.722,04
				22.801,21	5.176,39	1.406,11	1.406,11
				23.665,64	6.056,78	2.247,48	
				22.787,47	3.808,76	12.048,23	
				25.566,48	5.871,56	14.035,16	
				11.064,13	3.874,13	14.301,43	
				22.421,29	5.460,17	9.464,13	
				15.752,30	3.500,00	3.114,13	4.663,74
				6.681,58	2.891,07		
				16.222,58	1.508,87	1.560,21	
				18.722,27	11.318,18		
				18.444,77	6.950,48	8.328,80	
				15.050,00	10.900,64	8.243,93	1.180,58
				15.109,35	13.340,93	8.669,50	2.720,28
				23.422,29	1.889,81	1.889,55	2.564,33
				17.681,63	13.341,28	2.420,03	2.625,33
				30.021,94	12.399,07	2.116,83	8.870,37
				10.511,31	21.480,51	29.751,31	1.162,00
				24.333,35	21.988,40	24.827,02	11.641,41
				17.027,60	11.438,56	21.304,74	13.280,51
				35.402,20	24.024,48		
				23.419,62	18.075,10	8.913,88	
				31.433,63	8.527,14	8.159,02	
				21.580,74	10.086,12	12.022,97	
				21.544,68	7.962,25	13.369,73	1.721,87
				48.219,00	30.020,51	1.999,72	3.326,38
				24.444,00	20.116,13	2.294,07	2.009,18
				26.022,39	34.355,81	22.294,44	8.807,33
				29.264,78	34.162,01	25.541,12	17.633,11
				25.622,87	24.303,82	30.697,43	11.469,04
				41.295,73	27.496,32	21.782,20	12.759,44
				6.892,49	2.889,77		
				14.859,07	7.895,23	4.927,12	
				14.082,29	7.884,14	5.980,34	
				14.447,44	16.300,16	6.733,99	2.162,00
				15.085,90	7.636,54	14.624,68	2.162,00
				12.111,80	15.838,82	8.752,08	2.162,00
				14.854,88	16.480,33	8.752,08	3.169,83
				10.694,47	26.219,01	13.251,06	4.113,01
				17.117,959	24.443,96	14.846,76	15.268,11
				11.163,48	30.615,61	16.203,72	8.821,80
				9.293,17	6.423,06		
				11.664,13	7.750,38	1.712,18	
				18.594,48	16.481,93	3.589,85	
				15.517,12	19.784,12	7.871,42	3.589,85
				18.287,62	23.716,89	17.656,13	1.708,38
				8.848,48	23.578,49	17.018,83	1.404,86
				10.575,56	9.464,06	26.401,53	1.404,86
				38.848,48	22.521,41	22.601,17	4.482,20
				33.571,30	16.760,69	24.811,98	15.268,11
				22.509,38	13.385,30		
				33.119,79	28.638,43	1.668,11	
				35.923,27	40.908,39	15.368,80	
				35.413,12	42.922,40	24.768,11	2.854,38
				38.448,20	30.021,41	27.252,29	4.817,31
				33.744,63	41.877,51	43.301,91	10.612,13
				33.119,14	36.868,52	13.102,51	11.512,82
				31.377,10	35.911,08	37.509,12	10.862,19
				61.487,78	18.155,53		
				76.225,68	32.017,48	12.709,73	
				54.355,68	32.042,28	28.278,78	
				68.079,80	38.453,11	30.297,42	5.884,86
				66.611,51	31.496,36	54.939,96	11.510,86
				67.811,71	31.713,82	51.345,33	12.424,24
				66.029,20	32.546,40	61.220,40	20.241,25
				66.037,09	13.002,81		
				68.914,72	25.005,80		
				82.159,45	36.207,85	17.691,48	
				17.264,61	34.413,18	46.320,43	8.127,24
				75.613,49	36.112,32	36.111,17	10.372,72
				86.571,06	34.614,67	34.614,67	17.496,33
				26.718,62	25.827,12		
				40.072,37	11.804,85	10.103,37	
				48.671,98	30.203,69	21.807,85	4.698,43
				48.137,02	30.879,12	23.696,72	1.316,57
				56.102,11	17.536,40	33.361,24	16.071,82
				40.572,64	11.876,34		
				48.671,98	31.305,48	18.909,47	
				48.643,80	44.116,41	16.676,41	2.706,72
				48.574,46	41.984,64		2.706,72
				71.481,87	8.910,67		
				54.320,89	14.902,39	7.154,57	
				75.613,36	8.241,22	23.106,24	
				24.563,87	11.155,89		
				42.600,57	12.741,72	4.506,27	
				21.458,68	6.512,35		
				2.850,58			

Parcelas antecipadas de 90 a 120 dias	Parcelas antecipadas de 120 a 150 dias	Parcelas antecipadas de 150 a 180 dias	Parcelas antecipadas acima de 180 dias	Parcelas vencidas até 15 dias	Parcelas vencidas de 15 a 30 dias	Parcelas vencidas de 30 a 60 dias	Parcelas vencidas de 60 a 90 dias
				24.563,87	11.155,89		
				42.600,57	12.741,72	4.506,27	
				21.458,68	6.512,35		
				2.850,58			



Banco Prático S.A.  
Relatório relativo à aplicação  
do procedimento por unidades

Anexo IX - Pool Estático - Veículos Pesados

Parcelas vencidas de 90 a 120 dias	Parcelas vencidas de 120 a 150 dias	Parcelas vencidas de 150 a 180 dias	Parcelas vencidas acima de 180 dias	Desconto	Malha
					(1.666.744)
					(3.774.129)
					(5.443.255)
				-	(6.489.838)
				-	(6.580.133)
				-	(8.853.525)
				-	(11.392.227)
				-	(11.392.227)
				-	(16.631.477)
				-	(18.306.662)
					52.80
					32.00
					83.00
					465.22
Parcelas vencidas de 90 a 120 dias	Parcelas vencidas de 120 a 150 dias	Parcelas vencidas de 150 a 180 dias	Parcelas vencidas acima de 180 dias	Desconto	Malha
					662.00
					(2.567.136)
					(4.876.844)
				56.01	(7.653.851)
				170.67	(9.464.729)
				344.22	(10.717.677)
1.744.51				573.16	(12.737.427)
				867.49	(14.416.662)
				1.277.17	(16.228.129)
2.107.01				1.861.23	(17.114.477)
3.665.00	2.107.01			2.620.90	(18.222.481)
5.250.1	3.665.00	1.107.00		3.131.00	(18.392.629)
5.259.31	3.665.01	3.655.08		3.107.00	(18.555.726)
6.715.51	4.726.51	4.726.51		4.765.00	(19.154.626)
Parcelas vencidas de 90 a 120 dias	Parcelas vencidas de 120 a 150 dias	Parcelas vencidas de 150 a 180 dias	Parcelas vencidas acima de 180 dias	Desconto	Malha
					-
					(1.343.721)
					(3.383.341)
				-	(6.005.913)
2.243.60				-	(9.251.250)
2.243.60	2.243.60			-	(11.564.729)
2.243.60	2.243.60	2.243.60		-	(13.668.227)
					17.891.750
				1.680.00	(22.463.699)
				3.833.07	(24.717.861)
				5.544.00	(26.339.364)
				7.560.33	(28.033.173)
				9.380.40	(28.997.669)
				11.685.00	(30.461.673)
Parcelas vencidas de 90 a 120 dias	Parcelas vencidas de 120 a 150 dias	Parcelas vencidas de 150 a 180 dias	Parcelas vencidas acima de 180 dias	Desconto	Malha
					(1.484.101)
					(3.595.022)
				0.50	(6.200.224)
				4.08	(8.433.011)
				19.84	(11.867.468)
1.199.56				66.18	(15.767.881)
2.720.26	1.199.56			112.26	(18.792.244)
2.665.07	2.720.26	1.199.56		188.21	(22.483.341)
1.199.56	1.199.56	1.199.56		1.199.56	(26.272.250)
3.170.52	1.199.56	1.199.56		3.395.12	(27.628.771)
4.685.72	2.523.30	1.199.56		3.508.68	(28.522.341)
1.170.65	1.170.65	2.533.30		4.795.24	(30.335.322)
Parcelas vencidas de 90 a 120 dias	Parcelas vencidas de 120 a 150 dias	Parcelas vencidas de 150 a 180 dias	Parcelas vencidas acima de 180 dias	Desconto	Malha
					(3.834.588)
					(6.016.033)
					(13.638.468)
				-	(19.363.039)
				33.01	(24.633.122)
				143.38	(24.887.468)
	1.070.23			661.42	(26.110.569)
1.734.63		1.070.23		926.23	(27.778.129)
4.451.43	864.20	1.070.23		1.070.23	(28.118.308)
4.451.43	4.451.43	7.761.43		3.803.66	(4.465.241.763.12)
8.607.32	6.627.66	4.451.83		3.803.66	(48.716.642)
Parcelas vencidas de 90 a 120 dias	Parcelas vencidas de 120 a 150 dias	Parcelas vencidas de 150 a 180 dias	Parcelas vencidas acima de 180 dias	Desconto	Malha
					(5.820)
				8.20	(1.819.229)
				8.20	(4.662.244)
				8.20	(8.116.525)
				8.20	(12.622.225)
				8.20	(17.431.756)
2.162.66	2.162.66			84.48	(22.121.244)
2.162.66	2.162.66	2.162.66		296.05	(25.163.211)
2.162.66	2.162.66	2.162.66		2.162.66	(29.131.427)
3.162.66	3.162.66	3.162.66		4.331.32	(33.526.747)
4.418.37	3.162.66	3.162.66		6.487.69	(33.114.612)
Parcelas vencidas de 90 a 120 dias	Parcelas vencidas de 120 a 150 dias	Parcelas vencidas de 150 a 180 dias	Parcelas vencidas acima de 180 dias	Desconto	Malha
					-
					12.86
					(2.035.022)
				107.49	(4.841.429)
				313.36	(6.465.411)
				462.07	(15.863.668)
				705.62	(19.422.433)
1.709.36	1.709.36			1.167.36	(24.622.666)
1.709.36	1.709.36		1.709.36	1.414.76	(27.466.113)
1.709.36	1.709.36		3.416.72	1.987.63	(30.620.699)
3.602.26	1.709.36	1.709.36		2.696.63	(33.960.699)
Parcelas vencidas de 90 a 120 dias	Parcelas vencidas de 120 a 150 dias	Parcelas vencidas de 150 a 180 dias	Parcelas vencidas acima de 180 dias	Desconto	Malha
					-
					(3.217.311)
					18.11
					(13.039.529)
					68.88
					(27.306.261)
					160.06
					(28.364.718)
					239.05
					(34.558.477)
4.813.31				310.36	(39.493.626)
3.127.91	3.127.91			323.03	(43.711.429)
6.765.12	1.137.01	1.137.01		493.76	(44.886.473)
Parcelas vencidas de 90 a 120 dias	Parcelas vencidas de 120 a 150 dias	Parcelas vencidas de 150 a 180 dias	Parcelas vencidas acima de 180 dias	Desconto	Malha
					-
					9.27
					(11.541.211)
					79.01
					(25.968.409)
					208.86
					(26.538.651)
					478.07
					(46.207.83)
5.084.65				650.04	(53.115.959)
5.526.26	3.380.38			1.349.59	(61.626.66)
11.401.57	5.526.26	3.380.38		1.962.09	(62.712.726)
Parcelas vencidas de 90 a 120 dias	Parcelas vencidas de 120 a 150 dias	Parcelas vencidas de 150 a 180 dias	Parcelas vencidas acima de 180 dias	Desconto	Malha
					-
					-
					(11.402.044)
					18.306.662
					27.24
					71.39
					(29.762.020)
					209.30
					(19.301.612)
4.537.30	4.537.30				(46.388.675)
					960.11
Parcelas vencidas de 90 a 120 dias	Parcelas vencidas de 120 a 150 dias	Parcelas vencidas de 150 a 180 dias	Parcelas vencidas acima de 180 dias	Desconto	Malha
					337.09
					(4.862.388)
					145.83
					(11.745.922)
					332.09
					(13.653.862)
1.008.83					(13.760.523)
7.761.40	1.008.83				993.10
					(26.161.827)
Parcelas vencidas de 90 a 120 dias	Parcelas vencidas de 120 a 150 dias	Parcelas vencidas de 150 a 180 dias	Parcelas vencidas acima de 180 dias	Desconto	Malha
					-
					(5.964.355)
					831.47
					(13.540.054)
					1.000.44
					(18.737.429)
3.196.72					134.75
Parcelas vencidas de 90 a 120 dias	Parcelas vencidas de 120 a 150 dias	Parcelas vencidas de 150 a 180 dias	Parcelas vencidas acima de 180 dias	Desconto	Malha
					-
					-
					613.13
					(5.193.261)
					1.688.76
					(9.805.223)
					1.626.11
					(11.269.261)
Parcelas vencidas de 90 a 120 dias	Parcelas vencidas de 120 a 150 dias	Parcelas vencidas de 150 a 180 dias	Parcelas vencidas acima de 180 dias	Desconto	Malha
					-
					(3.850)
					8.18
					(3.852.639)
Parcelas vencidas de 90 a 120 dias	Parcelas vencidas de 120 a 150 dias	Parcelas vencidas de 150 a 180 dias	Parcelas vencidas acima de 180 dias	Desconto	Malha
					68.31
					(6.886.181)
					-
					24.42
					(566.13)
Parcelas vencidas de 90 a 120 dias	Parcelas vencidas de 120 a 150 dias	Parcelas vencidas de 150 a 180 dias	Parcelas vencidas acima de 180 dias	Desconto	Malha
					-
					-

Anexo X - Pool Estatístico - Motos

Safra de Originação	Posição da Safra em	Sub-Total Safra	Antecipadas	Cancechadas	Reengendadas	A vencer	Liquidadas no vencimento	Liquidadas de 1 a 15 dias	Parcelas liquidadas de 15 a 30 dias	Parcelas liquidadas de 30 a 60 dias	Parcelas liquidadas de 60 a 90 dias
mar05	mar05	-									
abr05	abr05	-									
mai05	mai05	-									
jun05	jun05	-									
jul05	jul05	-									
ago05	ago05	-									
set05	set05	-									
out05	out05	-									
nov05	nov05	-									
dez05	dez05	-									
jan06	jan06	-									
fev06	fev06	-									
mar06	mar06	-									
abr06	abr06	-									
mai06	mai06	-									
jun06	jun06	-									
jul06	jul06	-									
ago06	ago06	-									
set06	set06	-									
out06	out06	-									
nov06	nov06	-									
dez06	dez06	-									
jan07	jan07	-									
fev07	fev07	-									
Safra de Originação	Posição da Safra em	Sub-Total Safra	Antecipadas	Cancechadas	Reengendadas	A vencer	Liquidadas no vencimento	Liquidadas de 1 a 15 dias	Parcelas liquidadas de 15 a 30 dias	Parcelas liquidadas de 30 a 60 dias	Parcelas liquidadas de 60 a 90 dias
mar05	mar05	33.527,42				33.527,42					
abr05	abr05	33.527,42				33.527,42					
mai05	mai05	33.527,42				33.527,42					
jun05	jun05	33.527,42				33.527,42					
jul05	jul05	33.527,42				33.527,42					
ago05	ago05	33.527,42				33.527,42					
set05	set05	33.527,42				33.527,42					
out05	out05	33.527,42				33.527,42					
nov05	nov05	33.527,42				33.527,42					
dez05	dez05	33.527,42				33.527,42					
jan06	jan06	33.527,42				33.527,42					
fev06	fev06	33.527,42				33.527,42					
Safra de Originação	Posição da Safra em	Sub-Total Safra	Antecipadas	Cancechadas	Reengendadas	A vencer	Liquidadas no vencimento	Liquidadas de 1 a 15 dias	Parcelas liquidadas de 15 a 30 dias	Parcelas liquidadas de 30 a 60 dias	Parcelas liquidadas de 60 a 90 dias
mar06	mar06	-									
abr06	abr06	-									
mai06	mai06	-									
jun06	jun06	-									
jul06	jul06	-									
ago06	ago06	-									
set06	set06	-									
out06	out06	-									
nov06	nov06	-									
dez06	dez06	-									
jan07	jan07	-									
fev07	fev07	-									
Safra de Originação	Posição da Safra em	Sub-Total Safra	Antecipadas	Cancechadas	Reengendadas	A vencer	Liquidadas no vencimento	Liquidadas de 1 a 15 dias	Parcelas liquidadas de 15 a 30 dias	Parcelas liquidadas de 30 a 60 dias	Parcelas liquidadas de 60 a 90 dias
mar06	mar06	11.802,96				11.802,96					
abr06	abr06	11.802,96				11.802,96					
mai06	mai06	11.802,96				11.802,96					
jun06	jun06	11.802,96				11.802,96					
jul06	jul06	11.802,96				11.802,96					
ago06	ago06	11.802,96				11.802,96					
set06	set06	11.802,96				11.802,96					
out06	out06	11.802,96				11.802,96					
nov06	nov06	11.802,96				11.802,96					
dez06	dez06	11.802,96				11.802,96					
jan07	jan07	11.802,96				11.802,96					
fev07	fev07	11.802,96				11.802,96					
Safra de Originação	Posição da Safra em	Sub-Total Safra	Antecipadas	Cancechadas	Reengendadas	A vencer	Liquidadas no vencimento	Liquidadas de 1 a 15 dias	Parcelas liquidadas de 15 a 30 dias	Parcelas liquidadas de 30 a 60 dias	Parcelas liquidadas de 60 a 90 dias
mar06	mar06	38.136,48				38.136,48					
abr06	abr06	38.136,48				38.136,48					
mai06	mai06	38.136,48				38.136,48					
jun06	jun06	38.136,48				38.136,48					
jul06	jul06	38.136,48				38.136,48					
ago06	ago06	38.136,48				38.136,48					
set06	set06	38.136,48				38.136,48					
out06	out06	38.136,48				38.136,48					
nov06	nov06	38.136,48				38.136,48					
dez06	dez06	38.136,48				38.136,48					
jan07	jan07	38.136,48				38.136,48					
fev07	fev07	38.136,48				38.136,48					
Safra de Originação	Posição da Safra em	Sub-Total Safra	Antecipadas	Cancechadas	Reengendadas	A vencer	Liquidadas no vencimento	Liquidadas de 1 a 15 dias	Parcelas liquidadas de 15 a 30 dias	Parcelas liquidadas de 30 a 60 dias	Parcelas liquidadas de 60 a 90 dias
mar06	mar06	3.657,60				3.657,60					
abr06	abr06	3.657,60				3.657,60					
mai06	mai06	3.657,60				3.657,60					
jun06	jun06	3.657,60				3.657,60					
jul06	jul06	3.657,60				3.657,60					
ago06	ago06	3.657,60				3.657,60					
set06	set06	3.657,60				3.657,60					
out06	out06	3.657,60				3.657,60					
nov06	nov06	3.657,60				3.657,60					
dez06	dez06	3.657,60				3.657,60					
jan07	jan07	3.657,60				3.657,60					
fev07	fev07	3.657,60				3.657,60					
Safra de Originação	Posição da Safra em	Sub-Total Safra	Antecipadas	Cancechadas	Reengendadas	A vencer	Liquidadas no vencimento	Liquidadas de 1 a 15 dias	Parcelas liquidadas de 15 a 30 dias	Parcelas liquidadas de 30 a 60 dias	Parcelas liquidadas de 60 a 90 dias
mar06	mar06	-									
abr06	abr06	-									
mai06	mai06	-									
jun06	jun06	-									
jul06	jul06	-									
ago06	ago06	-									
set06	set06	-									
out06	out06	-									
nov06	nov06	-									
dez06	dez06	-									
jan07	jan07	-									
fev07	fev07	-									
Safra de Originação	Posição da Safra em	Sub-Total Safra	Antecipadas	Cancechadas	Reengendadas	A vencer	Liquidadas no vencimento	Liquidadas de 1 a 15 dias	Parcelas liquidadas de 15 a 30 dias	Parcelas liquidadas de 30 a 60 dias	Parcelas liquidadas de 60 a 90 dias
mar06	mar06	59.238,00				59.238,00					
abr06	abr06	59.238,00				59.238,00					
mai06	mai06	59.238,00				59.238,00					
jun06	jun06	59.238,00				59.238,00					
jul06	jul06	59.238,00				59.238,00					
ago06	ago06	59.238,00				59.238,00					
set06	set06	59.238,00				59.238,00					
out06	out06	59.238,00				59.238,00					
nov06	nov06	59.238,00				59.238,00					
dez06	dez06	59.238,00				59.238,00					
jan07	jan07	59.238,00				59.238,00					
fev07	fev07	59.238,00				59.238,00					
Safra de Originação	Posição da Safra em	Sub-Total Safra	Antecipadas	Cancechadas	Reengendadas	A vencer	Liquidadas no vencimento	Liquidadas de 1 a 15 dias	Parcelas liquidadas de 15 a 30 dias	Parcelas liquidadas de 30 a 60 dias	Parcelas liquidadas de 60 a 90 dias
mar06	mar06	233.946,42				233.946,42					
abr06	abr06	233.946,42				233.946,42					
mai06	mai06	233.946,42				233.946,42					
jun06	jun06	233.946,42				233.946,42					
jul06	jul06	233.946,42				233.946,42					
ago06	ago06	233.946,42				233.946,42					
set06	set06	233.946,42				233.946,42					
out06	out06	233.946,42				233.946,42					
nov06	nov06	233.946,42				233.946,42					
dez06	dez06	233.946,42				233.946,42					
jan07	jan07	233.946,42				233.946,42					
fev07	fev07	233.946,42				233.946,42					
Safra de Originação	Posição da Safra em	Sub-Total Safra	Antecipadas	Cancechadas	Reengendadas	A vencer	Liquidadas no vencimento	Liquidadas de 1 a 15 dias	Parcelas liquidadas de 15 a 30 dias	Parcelas liquidadas de 30 a 60 dias	Parcelas liquidadas de 60 a 90 dias
mar06	mar06	337.616,86				337.616,86					
abr06	abr06	337.616,86				337.616,86					
mai06	mai06	337.616,86				337.616,86					
jun06	jun06	337.616,86				337.616,86					
jul06	jul06	337.616,86				337.616,86					
ago06	ago06	337.616,86				337.616,86					
set06	set06	337.616,86				337.616,86					
out06	out06	337.616,86				337.616,86					
nov06	nov06	337.616,86				337.616,86					
dez06	dez06	337.616,86				337.616,86					
jan07	jan07	337.616,86				337.616,86					
fev07	fev07	337.616,86				337.616,86					
Safra de Originação	Posição da Safra em	Sub-Total Safra	Antecipadas	Cancechadas	Reengendadas	A vencer	Liquidadas no vencimento	Liquidadas de 1 a 15 dias	Parcelas liquidadas de 15 a 30 dias	Parcelas liquidadas de 30 a 60 dias	Parcelas liquidadas de 60 a 90 dias
mar06	mar06	174.112,08				174.112,08					
abr06	abr06	174.112,08				174.112,08					
mai06	mai06	174.112,08				174.112,08					
jun06	jun06	174.112,08				174.112,08					
jul06	jul06	174.112,08				174.112,08					
ago06	ago06	174.112,08				174.112,08					
set06	set06	174.112,08				174.112,08					
out06	out06	174.112,08				174.112,08					
nov06	nov06	174.112,08				174.112,08					
dez06	dez0										

[illegible]

Parcelas liquidadas de 90 a 120 días	Parcelas liquidadas de 120 a 150 días	Parcelas liquidadas de 150 a 180 días	Parcelas liquidadas acima de 180 dias	Parcelas antecipadas de 1 a 15 dias	Parcelas antecipadas de 15 a 30 dias	Parcelas antecipadas de 30 a 60 dias	Parcelas antecipadas de 60 a 90 dias
				212,04			
				424,08			
Parcelas liquidadas de 90 a 120 dias	Parcelas liquidadas de 120 a 150 dias	Parcelas liquidadas de 150 a 180 dias	Parcelas liquidadas acima de 180 dias	Parcelas antecipadas de 1 a 15 dias	Parcelas antecipadas de 15 a 30 dias	Parcelas antecipadas de 30 a 60 dias	Parcelas antecipadas de 60 a 90 dias
				402,84			
Parcelas liquidadas de 90 a 120 dias	Parcelas liquidadas de 120 a 150 dias	Parcelas liquidadas de 150 a 180 dias	Parcelas liquidadas acima de 180 dias	Parcelas antecipadas de 1 a 15 dias	Parcelas antecipadas de 15 a 30 dias	Parcelas antecipadas de 30 a 60 dias	Parcelas antecipadas de 60 a 90 dias



[illegible]

Parcelas anticipadas de 90 a 120 días	Parcelas anticipadas de 120 a 150 días	Parcelas anticipadas de 150 a 180 días	Parcelas anticipadas acima de 180 dias	Parcelas vencidas até 15 dias	Parcelas vencidas de 15 a 30 dias	Parcelas vencidas de 30 a 60 dias	Parcelas vencidas de 60 a 90 dias
Parcelas anticipadas de 90 a 120 dias	Parcelas anticipadas de 120 a 150 dias	Parcelas anticipadas de 150 a 180 dias	Parcelas anticipadas acima de 180 dias	Parcelas vencidas até 15 dias	Parcelas vencidas de 15 a 30 dias	Parcelas vencidas de 30 a 60 dias	Parcelas vencidas de 60 a 90 dias
Parcelas anticipadas de 90 a 120 dias	Parcelas anticipadas de 120 a 150 dias	Parcelas anticipadas de 150 a 180 dias	Parcelas anticipadas acima de 180 dias	Parcelas vencidas até 15 dias	Parcelas vencidas de 15 a 30 dias	Parcelas vencidas de 30 a 60 dias	Parcelas vencidas de 60 a 90 dias

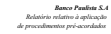
[illegible]

Parcelas vencidas de 90 a 120 dias	Parcelas vencidas de 120 a 150 dias	Parcelas vencidas de 150 a 180 dias	Parcelas vencidas acima de 180 dias	Desconto	Multa
				-	(3,00)
				-	(7,00)
Parcelas vencidas de 90 a 120 dias	Parcelas vencidas de 120 a 150 dias	Parcelas vencidas de 150 a 180 dias	Parcelas vencidas acima de 180 dias	Desconto	Multa
				-	(3,00)
Parcelas vencidas de 90 a 120 dias	Parcelas vencidas de 120 a 150 dias	Parcelas vencidas de 150 a 180 dias	Parcelas vencidas acima de 180 dias	Desconto	Multa



Anexo XI - Pool Estático - Refinanciamentos veículos leves

Safra de Originação	Posição da Safra em	Sub-Total Safra	Antecipadas	Canceladas	Resgatadas	A vencer	Liquidadas no vencimento	Liquidadas de 1 a 15 dias	Parcelas Liquidadas de 15 a 30 dias	Parcelas Liquidadas de 30 a 60 dias	Parcelas Liquidadas de 60 a 90 dias
nov05	nov05	38.994,18				38.994,18					
dez05	dez05	38.994,18				38.994,18					
jan06	jan06	38.994,18				38.994,18					
fev06	fev06	38.994,18				38.994,18					
mar06	mar06	38.994,18				38.994,18					
abr06	abr06	38.994,18				38.994,18					
mai06	mai06	38.994,18				38.994,18					
jun06	jun06	38.994,18				38.994,18					
jul06	jul06	38.994,18				38.994,18					
ago06	ago06	38.994,18				38.994,18					
set06	set06	38.994,18				38.994,18					
out06	out06	38.994,18				38.994,18					
nov06	nov06	38.994,18				38.994,18					
dez06	dez06	38.994,18				38.994,18					
jan07	jan07	38.994,18				38.994,18					
fev07	fev07	38.994,18				38.994,18					
mar06	mar06	42.825,60				42.825,60					
abr06	abr06	42.825,60				42.825,60					
mai06	mai06	42.825,60				42.825,60					
jun06	jun06	42.825,60				42.825,60					
jul06	jul06	42.825,60				42.825,60					
ago06	ago06	42.825,60				42.825,60					
set06	set06	42.825,60				42.825,60					
out06	out06	42.825,60				42.825,60					
nov06	nov06	42.825,60				42.825,60					
dez06	dez06	42.825,60				42.825,60					
jan07	jan07	42.825,60				42.825,60					
fev07	fev07	42.825,60				42.825,60					
mar06	mar06	100.562,58				100.562,58					
abr06	abr06	100.562,58				100.562,58					
mai06	mai06	100.562,58				100.562,58					
jun06	jun06	100.562,58				100.562,58					
jul06	jul06	100.562,58				100.562,58					
ago06	ago06	100.562,58				100.562,58					
set06	set06	100.562,58				100.562,58					
out06	out06	100.562,58				100.562,58					
nov06	nov06	100.562,58				100.562,58					
dez06	dez06	100.562,58				100.562,58					
jan07	jan07	100.562,58				100.562,58					
fev07	fev07	100.562,58				100.562,58					
mar06	mar06	111.151,68				111.151,68					
abr06	abr06	111.151,68				111.151,68					
mai06	mai06	111.151,68				111.151,68					
jun06	jun06	111.151,68				111.151,68					
jul06	jul06	111.151,68				111.151,68					
ago06	ago06	111.151,68				111.151,68					
set06	set06	111.151,68				111.151,68					
out06	out06	111.151,68				111.151,68					
nov06	nov06	111.151,68				111.151,68					
dez06	dez06	111.151,68				111.151,68					
jan07	jan07	111.151,68				111.151,68					
fev07	fev07	111.151,68				111.151,68					
mar06	mar06	169.951,38				169.951,38					
abr06	abr06	169.951,38				169.951,38					
mai06	mai06	169.951,38				169.951,38					
jun06	jun06	169.951,38				169.951,38					
jul06	jul06	169.951,38				169.951,38					
ago06	ago06	169.951,38				169.951,38					
set06	set06	169.951,38				169.951,38					
out06	out06	169.951,38				169.951,38					
nov06	nov06	169.951,38				169.951,38					
dez06	dez06	169.951,38				169.951,38					
jan07	jan07	169.951,38				169.951,38					
fev07	fev07	169.951,38				169.951,38					
mar06	mar06	312.468,24				312.468,24					
abr06	abr06	312.468,24				312.468,24					
mai06	mai06	312.468,24				312.468,24					
jun06	jun06	312.468,24				312.468,24					
jul06	jul06	312.468,24				312.468,24					
ago06	ago06	312.468,24				312.468,24					
set06	set06	312.468,24				312.468,24					
out06	out06	312.468,24				312.468,24					
nov06	nov06	312.468,24				312.468,24					
dez06	dez06	312.468,24				312.468,24					
jan07	jan07	312.468,24				312.468,24					
fev07	fev07	312.468,24				312.468,24					
mar06	mar06	410.107,14				410.107,14					
abr06	abr06	410.107,14				410.107,14					
mai06	mai06	410.107,14				410.107,14					
jun06	jun06	410.107,14				410.107,14					
jul06	jul06	410.107,14				410.107,14					
ago06	ago06	410.107,14				410.107,14					
set06	set06	410.107,14				410.107,14					
out06	out06	410.107,14				410.107,14					
nov06	nov06	410.107,14				410.107,14					
dez06	dez06	410.107,14				410.107,14					
jan07	jan07	410.107,14				410.107,14					
fev07	fev07	410.107,14				410.107,14					
mar06	mar06	700.703,46				700.703,46					
abr06	abr06	700.703,46				700.703,46					
mai06	mai06	700.703,46				700.703,46					
jun06	jun06	700.703,46				700.703,46					
jul06	jul06	700.703,46				700.703,46					
ago06	ago06	700.703,46				700.703,46					
set06	set06	700.703,46				700.703,46					
out06	out06	700.703,46				700.703,46					
nov06	nov06	700.703,46				700.703,46					
dez06	dez06	700.703,46				700.703,46					
jan07	jan07	700.703,46				700.703,46					
fev07	fev07	700.703,46				700.703,46					
mar06	mar06	511.189,73				511.189,73					
abr06	abr06	511.189,73				511.189,73					
mai06	mai06	511.189,73				511.189,73					
jun06	jun06	511.189,73				511.189,73					
jul06	jul06	511.189,73				511.189,73					
ago06	ago06	511.189,73				511.189,73					
set06	set06	511.189,73				511.189,73					
out06	out06	511.189,73				511.189,73					
nov06	nov06	511.189,73				511.189,73					
dez06	dez06	511.189,73				511.189,73					
jan07	jan07	511.189,73				511.189,73					
fev07	fev07	511.189,73				511.189,73					
mar06	mar06	511.189,73				511.189,73					
abr06	abr06	511.189,73				511.189,73					
mai06	mai06	511.189,73				511.189,73					
jun06	jun06	511.189,73				511.189,73					
jul06	jul06	511.189,73				511.189,73					
ago06	ago06	511.189,73				511.189,73					
set06	set06	511.189,73				511.189,73					
out06	out06	511.189,73				511.189,73					
nov06	nov06	511.189,73				511.189,73					
dez06	dez06	511.189,73				511.189,73					
jan07	jan07	511.189,73				511.189,73					
fev07	fev07	511.189,73				511.189,73					
mar06	mar06	511.189,73				511.189,73					
abr06	abr06	511.189,73				511.189,73					
mai06	mai06	511.189,73				511.189,73					
jun06	jun06	511.189,73				511.189,73					
jul06	jul06	511.189,73				511.189,73					
ago06	ago06	511.189,73				511.189,73					
set06	set06	511.189,73				511.189,73					
out06	out06	511.189,73				511.189,73					
nov06	nov06	511.189,73				511.189,73					
dez06	dez06	511.189,73				511.189,73					
jan07	jan07	511.189,73				511.189,73					
fev07	fev07	511.189,73				511.189,73					
mar06	mar06	511.189,73				511.189,73					
abr06	abr06	511.189,73				511.189,73					
mai06	mai06	511.189,73				511.189,73					
jun06	jun06	511.189,73				511.189,73					
jul06	jul06	511.189,73				511.189,73					
ago06	ago06	511.189,73				511.189,73					
set06	set06	511.189,73				511.189,73					
out06	out06	511.189,73				511.189,73					
nov06	nov06	511.189,73				511.189,73					
dez06	dez06	511.189,73				511.189,73					
jan07	jan07	511.189,73				511.189,73					
fev07	fev07	511.189,73				511.189					

[illegible]

[illegible]



Anexo XI - Pool Estático - Refinanciamentos veículos leves

Parcelas vencidas de 30 a 60 dias	Parcelas vencidas de 60 a 90 dias	Parcelas vencidas de 90 a 120 dias	Parcelas vencidas de 120 a 150 dias	Parcelas vencidas de 150 a 180 dias	Parcelas vencidas acima de 180 dias	Desconto	Multa
						-	-
							(45,86)
						-	(61,06)
						-	(70,36)
						-	(81,46)
						-	(100,66)
						-	(121,86)
						-	(142,36)
						-	(160,56)
						-	(176,76)
						-	(190,96)
						-	(206,16)
						-	(220,76)
						-	(262,13)
						-	(273,33)
Parcelas vencidas de 30 a 60 dias	Parcelas vencidas de 60 a 90 dias	Parcelas vencidas de 90 a 120 dias	Parcelas vencidas de 120 a 150 dias	Parcelas vencidas de 150 a 180 dias	Parcelas vencidas acima de 180 dias	Desconto	Multa
							(64,45)
						-	(111,86)
						7,57	(226,07)
						26,71	(236,16)
						58,11	(264,76)
						101,26	(621,72)
						155,41	(672,76)
						223,55	(894,13)
						296,52	(1.099,43)
						382,04	(1.204,27)
						477,95	(1.306,94)
						583,05	(1.549,12)
						583,05	(1.511,52)
						583,05	(1.566,65)
Parcelas vencidas de 30 a 60 dias	Parcelas vencidas de 60 a 90 dias	Parcelas vencidas de 90 a 120 dias	Parcelas vencidas de 120 a 150 dias	Parcelas vencidas de 150 a 180 dias	Parcelas vencidas acima de 180 dias	Desconto	Multa
						-	-
						-	(162,13)
						-	(464,90)
1.582,50						-	(653,76)
						-	(850,28)
1.626,71						-	(1.056,16)
						5,74	(1.266,90)
						18,73	(1.349,22)
						39,04	(1.550,72)
						65,15	(1.679,04)
						105,47	(1.819,45)
						166,69	(2.083,92)
1.639,83						241,70	(2.163,32)
						321,11	(2.174,63)
Parcelas vencidas de 30 a 60 dias	Parcelas vencidas de 60 a 90 dias	Parcelas vencidas de 90 a 120 dias	Parcelas vencidas de 120 a 150 dias	Parcelas vencidas de 150 a 180 dias	Parcelas vencidas acima de 180 dias	Desconto	Multa
						-	-
						-	(179,33)
						-	(415,53)
						-	(592,27)
						-	(774,67)
						-	(1.113,41)
						-	(1.367,07)
						-	(1.566,83)
						-	(2.281,05)
627,91						-	(2.574,06)
653,48						5,99	(2.511,57)
660,39						17,89	(2.593,93)
						38,18	(3.053,82)
516,64						-	-
Parcelas vencidas de 30 a 60 dias	Parcelas vencidas de 60 a 90 dias	Parcelas vencidas de 90 a 120 dias	Parcelas vencidas de 120 a 150 dias	Parcelas vencidas de 150 a 180 dias	Parcelas vencidas acima de 180 dias	Desconto	Multa
						-	-
						-	(80,21)
						-	(297,12)
						-	(629,20)
						9,57	(913,48)
						33,48	(1.234,76)
						73,08	(1.417,29)
						127,55	(1.631,70)
						187,17	(2.084,14)
1.037,18						251,11	(2.170,31)
659,95						379,71	(2.568,84)
1.021,72						492,72	(2.556,42)
655,52						-	-
Parcelas vencidas de 30 a 60 dias	Parcelas vencidas de 60 a 90 dias	Parcelas vencidas de 90 a 120 dias	Parcelas vencidas de 120 a 150 dias	Parcelas vencidas de 150 a 180 dias	Parcelas vencidas acima de 180 dias	Desconto	Multa
						-	-
						-	(454,33)
						-	(499,76)
2.345,28						-	(627,82)
						-	(779,46)
1.668,00						-	(1.161,27)
2.184,25						-	(1.306,11)
2.381,68	2.184,25					-	(1.500,14)
2.376,06	2.080,41					-	(1.612,10)
1.569,89						-	(1.673,11)
1.569,89	1.569,89					-	(1.744,12)
Parcelas vencidas de 30 a 60 dias	Parcelas vencidas de 60 a 90 dias	Parcelas vencidas de 90 a 120 dias	Parcelas vencidas de 120 a 150 dias	Parcelas vencidas de 150 a 180 dias	Parcelas vencidas acima de 180 dias	Desconto	Multa
						-	-
						-	(384,81)
						-	(748,70)
258,51						-	(1.319,24)
						-	(2.107,38)
368,54						-	(2.609,41)
						-	(3.123,89)
417,23						-	(3.612,89)
1.134,09						-	(4.583,06)
1.841,92						-	(4.697,84)
1.765,14	362,42					-	-
Parcelas vencidas de 30 a 60 dias	Parcelas vencidas de 60 a 90 dias	Parcelas vencidas de 90 a 120 dias	Parcelas vencidas de 120 a 150 dias	Parcelas vencidas de 150 a 180 dias	Parcelas vencidas acima de 180 dias	Desconto	Multa
						-	-
						-	(441,71)
						0,23	(1.294,70)
1.110,08						25,12	(2.693,09)
1.656,84						25,49	(3.362,87)
2.037,56						120,54	(4.637,03)
2.639,15	1.646,72					175,14	(5.560,66)
4.099,53	1.646,72	1.646,72				152,70	(6.179,83)
2.574,06	1.248,34	1.646,72	1.646,72			475,69	(6.341,12)
Parcelas vencidas de 30 a 60 dias	Parcelas vencidas de 60 a 90 dias	Parcelas vencidas de 90 a 120 dias	Parcelas vencidas de 120 a 150 dias	Parcelas vencidas de 150 a 180 dias	Parcelas vencidas acima de 180 dias	Desconto	Multa
						-	-
						-	(1.369,75)
1.614,05						24,46	(2.893,35)
2.172,57	483,31					82,48	(4.436,57)
4.952,12	1.375,83					101,24	(4.417,33)
4.698,48	1.771,68					262,30	(5.533,91)
4.796,77	2.147,46	1.771,68				196,48	(7.142,96)
5.384,31	2.763,79	2.018,70	640,71			323,83	(7.805,86)
Parcelas vencidas de 30 a 60 dias	Parcelas vencidas de 60 a 90 dias	Parcelas vencidas de 90 a 120 dias	Parcelas vencidas de 120 a 150 dias	Parcelas vencidas de 150 a 180 dias	Parcelas vencidas acima de 180 dias	Desconto	Multa
						-	-
						0,84	(1.338,20)
601,23						9,91	(2.574,46)
2.418,31	631,25					43,05	(3.967,43)
3.689,56						97,68	(5.194,71)
2.367,13	561,67					17,31	(5.824,83)
2.144,43	151,40					29,79	(6.057,06)
Parcelas vencidas de 30 a 60 dias	Parcelas vencidas de 60 a 90 dias	Parcelas vencidas de 90 a 120 dias	Parcelas vencidas de 120 a 150 dias	Parcelas vencidas de 150 a 180 dias	Parcelas vencidas acima de 180 dias	Desconto	Multa
						-	-
						8,23	(628,50)
485,57						23,62	(1.597,25)
2.251,67						15,54	(2.266,06)
1.803,04	1.306,79					145,91	(2.833,98)
2.424,13		717,09				776,70	(3.116,43)
Parcelas vencidas de 30 a 60 dias	Parcelas vencidas de 60 a 90 dias	Parcelas vencidas de 90 a 120 dias	Parcelas vencidas de 120 a 150 dias	Parcelas vencidas de 150 a 180 dias	Parcelas vencidas acima de 180 dias	Desconto	Multa
						-	-
						-	-
1.614,00						-	(283,26)
2.996,71						-	(3.213,13)
2.501,39	861,80					-	(4.677,11)
						-	(5.146,98)
Parcelas vencidas de 30 a 60 dias	Parcelas vencidas de 60 a 90 dias	Parcelas vencidas de 90 a 120 dias	Parcelas vencidas de 120 a 150 dias	Parcelas vencidas de 150 a 180 dias	Parcelas vencidas acima de 180 dias	Desconto	Multa
						-	-
						-	(1.980,51)
1.284,72						6,17	(3.961,81)
5.529,30	198,05					35,71	(4.698,70)
Parcelas vencidas de 30 a 60 dias	Parcelas vencidas de 60 a 90 dias	Parcelas vencidas de 90 a 120 dias	Parcelas vencidas de 120 a 150 dias	Parcelas vencidas de 150 a 180 dias	Parcelas vencidas acima de 180 dias	Desconto	Multa
						-	-
						-	(1.777,04)
2.604,00						2,39	(2.616,15)
Parcelas vencidas de 30 a 60 dias	Parcelas vencidas de 60 a 90 dias	Parcelas vencidas de 90 a 120 dias	Parcelas vencidas de 120 a 150 dias	Parcelas vencidas de 150 a 180 dias	Parcelas vencidas acima de 180 dias	Desconto	Multa
						-	-
						-	(840,75)
Parcelas vencidas de 30 a 60 dias	Parcelas vencidas de 60 a 90 dias	Parcelas vencidas de 90 a 120 dias	Parcelas vencidas de 120 a 150 dias	Parcelas vencidas de 150 a 180 dias	Parcelas vencidas acima de 180 dias	Desconto	Multa
						-	-
						-	-

Anexo XII - Pool Estático - Refinanciamentos veículos pesados

Safra de Originação	Posição da Safra em	Sub-Total Safra	Antecipadas	Canceladas	Resenquias	A vencer	Liquidadas no vencimento	Liquidadas de 1 a 15 dias	Parcelas Liquidadas de 15 a 30 dias	Parcelas Liquidadas de 30 a 60 dias	Parcelas Liquidadas de 60 a 90 dias
nov05	nov05	65.826,12				65.826,12					
dez05	65.826,12					42.953,43	1.274,38				
jan06	65.826,12					58.960,74	2.060,43	782,00		1.486,00	
fev06	65.826,12					55.528,09	2.060,42	3.579,94		1.486,00	
mar06	65.826,12					52.099,36	2.060,42	5.048,88		1.687,13	
abr06	65.826,12					48.662,67	2.060,42	7.218,58		5.194,87	
mai06	65.826,12					45.225,98	2.060,42	9.342,45		5.194,87	
jun06	65.826,12					41.789,29	2.060,42	11.006,09		5.194,87	
jul06	65.826,12					38.352,60	2.060,42	12.528,17		5.194,87	1.462,67
ago06	65.826,12					34.915,91	2.060,42	15.909,80		5.194,87	4.448,83
set06	65.826,12					31.479,22	2.060,42	18.947,97		5.194,87	6.007,18
out06	65.826,12					28.042,53	2.060,42	18.941,22		5.194,87	6.007,18
nov06	65.826,12					24.605,84	2.060,42	21.710,66		5.194,87	7.397,97
dez06	65.826,12					21.169,15	2.060,42	23.891,07		5.194,87	7.397,97
jan07	65.826,12					17.732,46	2.060,42	26.064,70		5.194,87	7.397,97
fev07	65.826,12					14.295,77	2.060,42	27.435,54		5.194,87	7.397,97
mar07	223.812,24					223.812,24	2.509,25	4.674,88			
abr07	223.812,24					206.903,16	6.989,21	5.083,98		1.436,06	
mai07	223.812,24					198.448,62	9.748,28	8.728,38		6.301,81	
jun07	223.812,24					189.884,08	9.748,28	11.026,11		6.301,81	
jul07	223.812,24					181.329,54	9.748,28	23.099,59		6.301,81	
ago07	223.812,24					172.774,00	11.649,23	20.217,75		7.947,68	
set07	223.812,24					164.218,46	13.800,34	32.317,20		8.201,51	
out07	223.812,24					155.662,92	13.800,34	30.551,49		8.201,51	
nov07	223.812,24					147.107,38	13.800,34	34.305,00		9.868,23	3.106,59
dez07	223.812,24					138.551,84	15.338,14	34.305,00		9.868,23	6.231,32
jan08	223.812,24					130.000,30	15.747,81	36.064,49		1.771,83	1.940,24
fev08	223.812,24					121.444,76	18.312,96	37.862,14		6.311,32	2.919,16
mar08	223.812,24					112.889,22	18.312,96	41.599,66		6.311,32	2.919,16
abr08	223.812,24					104.333,68	19.626,99	43.835,79		14.832,63	6.311,32
mai08	223.812,24					95.778,14	19.626,99	43.835,79			
jun08	281.181,12					281.181,12	2.068,84	1.468,13		2.502,97	1.895,52
jul08	281.181,12					266.844,36	6.624,48	4.389,23		5.368,87	3.368,87
ago08	281.181,12					252.507,60	8.410,22	4.580,00		6.231,32	5.419,51
set08	281.181,12					238.170,84	9.964,85	8.424,35		8.490,45	11.405,16
out08	281.181,12					223.834,08	11.649,23	10.868,00		9.868,23	11.405,16
nov08	281.181,12					209.497,32	12.149,24	15.360,73		13.772,10	14.958,89
dez08	281.181,12					195.160,56	13.143,83	17.443,14		16.856,24	16.856,24
jan09	281.181,12					180.823,80	15.750,13	20.225,03		19.084,14	19.084,14
fev09	281.181,12					166.487,04	17.166,63	20.837,45		18.684,14	1.940,32
mar09	281.181,12					152.150,28	19.573,82	22.785,95		21.023,10	3.871,44
abr09	281.181,12					137.813,52	20.767,57	24.438,14		24.438,14	3.871,44
mai09	281.181,12					123.476,76	20.767,57	26.192,10		24.438,14	3.871,44
jun09	281.181,12					109.140,00	20.767,57	27.947,10		26.363,82	6.700,11
jul09	281.181,12					94.803,24	20.767,57	29.702,10		28.118,12	9.555,24
ago09	281.181,12					80.466,48	20.767,57	31.457,10		30.873,12	12.400,36
set09	281.181,12					66.129,72	20.767,57	33.212,10		32.628,14	15.250,48
out09	281.181,12					51.792,96	20.767,57	34.967,10		34.383,16	18.100,60
nov09	281.181,12					37.456,20	20.767,57	36.722,10		36.138,18	20.950,72
dez09	281.181,12					23.119,44	20.767,57	38.477,10		37.893,20	23.800,52
jan10	281.181,12					8.782,68	20.767,57	40.232,10		39.648,22	26.650,72
fev10	281.181,12						20.767,57	41.987,10		41.403,24	29.500,92
mar10	295.702,08					295.702,08	2.011,63	5.820,34			
abr10	295.702,08					282.899,52	6.024,48	10.178,31		1.916,07	
mai10	295.702,08					270.096,96	8.034,52	11.152,63		3.828,73	
jun10	295.702,08					257.294,40	13.073,04	14.128,81		5.740,23	
jul10	295.702,08					244.491,84	14.645,16	17.375,70		7.652,73	
ago10	295.702,08					231.689,28	16.261,20	20.628,40		9.565,23	
set10	295.702,08					218.886,72	15.989,40	21.787,33		8.474,76	
out10	295.702,08					206.084,16	17.645,43	23.987,12		10.584,72	
nov10	295.702,08					193.281,60	17.645,43	26.186,91		12.694,68	5.419,51
dez10	295.702,08					180.479,04	17.645,43	28.386,80		14.804,64	5.419,51
jan11	295.702,08					167.676,48	20.179,46	30.586,70		16.914,60	
fev11	295.702,08					154.873,92	20.179,46	32.786,60		19.024,56	
mar11	295.702,08					142.071,36	20.179,46	34.986,50		21.134,52	
abr11	295.702,08					129.268,80	20.179,46	37.186,40		23.244,48	
mai11	295.702,08					116.466,24	20.179,46	39.386,30		25.354,44	
jun11	295.702,08					103.663,68	20.179,46	41.586,20		27.464,40	
jul11	295.702,08					90.861,12	20.179,46	43.786,10		29.574,36	
ago11	295.702,08					78.058,56	20.179,46	45.986,00		31.684,32	
set11	295.702,08					65.256,00	20.179,46	48.185,90		33.794,28	
out11	295.702,08					52.453,44	20.179,46	50.385,80		35.904,24	
nov11	295.702,08					39.650,88	20.179,46	52.585,70		38.014,20	
dez11	295.702,08					26.848,32	20.179,46	54.785,60		40.124,16	
jan12	295.702,08					14.045,76	20.179,46	56.985,50		42.234,12	
fev12	295.702,08						20.179,46	59.185,40		44.344,08	
mar12	446.696,52					446.696,52	3.219,23	1.125,40			
abr12	446.696,52					432.889,20	3.219,23	2.189,36		5.670,88	
mai12	446.696,52					419.077,92	3.219,23	3.253,32		8.831,35	
jun12	446.696,52					405.266,64	6.048,89	5.744,68		11.991,83	
jul12	446.696,52					391.455,36	6.048,89	7.244,04		15.152,45	
ago12	446.696,52					377.644,08	11.804,48	10.091,05		11.948,84	
set12	446.696,52					363.832,80	11.804,48	12.591,05		14.158,80	
out12	446.696,52					350.021,52	15.836,18	15.483,42		18.719,82	
nov12	446.696,52					336.210,24	20.130,24	18.410,53		23.280,84	
dez12	446.696,52					322.398,96	20.130,24	21.341,64		28.841,86	
jan13	446.696,52					308.587,68	20.130,24	24.272,75		34.402,88	
fev13	446.696,52					294.776,40	20.130,24	27.203,86		40.963,90	
mar13	446.696,52					280.965,12	20.130,24	30.134,97		47.524,92	
abr13	446.696,52					267.153,84	20.130,24	33.066,08		54.085,94	
mai13	446.696,52					253.342,56	20.130,24	36.000,19		60.646,96	
jun13	446.696,52					239.531,28	20.130,24	38.934,30		67.208,00	
jul13	446.696,52					225.720,00	20.130,24	41.868,41		73.769,02	
ago13	446.696,52					211.908,72	20.130,24	44.802,52		80.330,04	
set13	446.696,52					198.097,44	20.130,24	47.736,63		86.891,06	
out13	446.696,52					184.286,16	20.130,24	50.670,74		93.452,08	
nov13	446.696,52					170.474,88	20.130,24	53.604,85		100.013,10	
dez13	446.696,52					156.663,60	20.130,24	56.538,96		106.574,12	
jan14	446.696,52					142.852,32	20.130,24	59.473,07		113.135,14	
fev14	446.696,52					129.041,04	20.130,24	62.407,18		119.696,16	
mar14	446.696,52					115.229,76	20.130,24	65.341,29		126.257,18	
abr14	446.696,52					101.418,48	20.130,24	68.275,40		132.818,20	
mai14	446.696,52					87.607,20	20.130,24	71.209,51		139.379,22	
jun14	446.696,52					73.795,92	20.130,24	74.143,62		145.940,24	
jul14	446.696,52					59.984,64	20.130,24	77.077,73		152.501,26	
ago14	446.696,52					46.173,36	20.130,24	80.011,84		159.062,28	
set14	446.696,52					32.362,08	20.130,24	82.945,95		165.623,30	
out14	446.696,52					18.550,80	20.130,24	85.880,06		172.184,32	
nov14	446.696,52					4.739,52	20.130,24	88.814,17		178.745,34	
dez14	446.696,52						20.130,24				

**Anexo XII - Pool Estático - Refinanciamentos veículos pesados**

[illegible]



[illegible]



Anexo XII - Pool Estático - Refinanciamentos veículos pesados

Parcelas vencidas de 30 a 60 dias	Parcelas vencidas de 60 a 90 dias	Parcelas vencidas de 90 a 120 dias	Parcelas vencidas de 120 a 150 dias	Parcelas vencidas de 150 a 180 dias	Parcelas vencidas acima de 180 dias	Desconto	Multa
						-	(260,98)
						-	(455,35)
						-	(743,11)
						-	(896,96)
						-	(1.180,85)
						-	(1.382,43)
						-	(1.424,85)
						-	(1.777,14)
						-	(1.848,17)
						-	(2.095,70)
						-	(2.581,55)
						-	(2.502,31)
						-	334 (2.573,77)
						-	493,79 (2.573,77)
Parcelas vencidas de 30 a 60 dias	Parcelas vencidas de 60 a 90 dias	Parcelas vencidas de 90 a 120 dias	Parcelas vencidas de 120 a 150 dias	Parcelas vencidas de 150 a 180 dias	Parcelas vencidas acima de 180 dias	Desconto	Multa
						-	(164,85)
						-	(462,41)
						-	(713,86)
						-	(951,82)
						-	(1.261,66)
						-	770 (1.261,66)
						-	75,55 (1.719,83)
						-	211,44 (1.860,05)
						-	413,44 (2.697,22)
						-	877,63 (2.946,89)
						-	1.694,99 (3.124,17)
2.919,16						-	1.405,18 (3.213,58)
						-	1.695,76 (3.294,83)
						-	2.669,93 (3.276,76)
Parcelas vencidas de 30 a 60 dias	Parcelas vencidas de 60 a 90 dias	Parcelas vencidas de 90 a 120 dias	Parcelas vencidas de 120 a 150 dias	Parcelas vencidas de 150 a 180 dias	Parcelas vencidas acima de 180 dias	Desconto	Multa
						-	(565,87)
						-	(1.195,44)
						-	4,55 (2.111,50)
						-	19,48 (3.029,06)
						-	48,79 (3.528,21)
						-	102,55 (4.128,77)
						-	185,36 (4.814,11)
						-	283,37 (5.415,45)
						-	405,18 (5.952,69)
						-	553,62 (6.399,99)
						-	724,37 (6.844,43)
						-	911,48 (7.169,83)
						-	1.127,07 (7.326,44)
Parcelas vencidas de 30 a 60 dias	Parcelas vencidas de 60 a 90 dias	Parcelas vencidas de 90 a 120 dias	Parcelas vencidas de 120 a 150 dias	Parcelas vencidas de 150 a 180 dias	Parcelas vencidas acima de 180 dias	Desconto	Multa
						-	(67,91)
						-	(361,25)
						-	(775,63)
						-	(1.624,77)
						-	(2.260,28)
						-	(3.576,23)
						-	(4.478,55)
						-	(5.965,02)
						-	(6.831,38)
						-	(7.475,75)
						-	(8.997,01)
						-	(9.376,69)
Parcelas vencidas de 30 a 60 dias	Parcelas vencidas de 60 a 90 dias	Parcelas vencidas de 90 a 120 dias	Parcelas vencidas de 120 a 150 dias	Parcelas vencidas de 150 a 180 dias	Parcelas vencidas acima de 180 dias	Desconto	Multa
						-	(695,31)
						-	(1.659,65)
						-	18,86 (1.571,01)
						-	65,99 (2.147,41)
						-	143,95 (2.666,07)
						-	463,79 (3.189,22)
						-	1.072,45 (4.758,81)
						-	1.862,15 (5.127,35)
						-	3.171,05 (5.466,33)
						-	4.436,85 (5.876,63)
						-	6.368,08 (5.552,62)
Parcelas vencidas de 30 a 60 dias	Parcelas vencidas de 60 a 90 dias	Parcelas vencidas de 90 a 120 dias	Parcelas vencidas de 120 a 150 dias	Parcelas vencidas de 150 a 180 dias	Parcelas vencidas acima de 180 dias	Desconto	Multa
						-	(874,28)
						-	(1.186,61)
						-	(2.077,26)
						-	(3.868,61)
						-	(5.617,51)
						-	(7.472,78)
						-	23,92 (8.496,42)
						-	75,55 (8.660,17)
						-	165,76 (8.133,36)
						-	268,41 (8.126,08)
Parcelas vencidas de 30 a 60 dias	Parcelas vencidas de 60 a 90 dias	Parcelas vencidas de 90 a 120 dias	Parcelas vencidas de 120 a 150 dias	Parcelas vencidas de 150 a 180 dias	Parcelas vencidas acima de 180 dias	Desconto	Multa
						-	(645,71)
						-	29,27 (5.300,06)
						-	180,55 (2.591,04)
						-	327,65 (3.772,37)
						-	1.273,79 (4.568,31)
						-	2.662,01 (5.765,82)
						-	3.275,08 (6.961,54)
						-	4.276,59 (6.360,73)
						-	5.356,49 (6.410,68)
Parcelas vencidas de 30 a 60 dias	Parcelas vencidas de 60 a 90 dias	Parcelas vencidas de 90 a 120 dias	Parcelas vencidas de 120 a 150 dias	Parcelas vencidas de 150 a 180 dias	Parcelas vencidas acima de 180 dias	Desconto	Multa
						-	(585,98)
						-	(1.602,09)
						-	(2.645,00)
						-	(3.955,79)
						-	(5.954,66)
						-	(6.513,83)
						-	(7.208,48)
						-	3,59 (7.206,14)
Parcelas vencidas de 30 a 60 dias	Parcelas vencidas de 60 a 90 dias	Parcelas vencidas de 90 a 120 dias	Parcelas vencidas de 120 a 150 dias	Parcelas vencidas de 150 a 180 dias	Parcelas vencidas acima de 180 dias	Desconto	Multa
						-	(850,63)
						-	(1.427,97)
						-	(2.537,81)
						-	(3.416,24)
						-	(4.431,20)
						-	(5.578,82)
						-	(5.715,10)
Parcelas vencidas de 30 a 60 dias	Parcelas vencidas de 60 a 90 dias	Parcelas vencidas de 90 a 120 dias	Parcelas vencidas de 120 a 150 dias	Parcelas vencidas de 150 a 180 dias	Parcelas vencidas acima de 180 dias	Desconto	Multa
						-	(558,94)
						-	23,82 (1.483,51)
						-	137,15 (2.690,04)
						-	398,13 (3.571,14)
						-	626,76 (4.511,11)
						-	1.411,99 (5.353,32)
Parcelas vencidas de 30 a 60 dias	Parcelas vencidas de 60 a 90 dias	Parcelas vencidas de 90 a 120 dias	Parcelas vencidas de 120 a 150 dias	Parcelas vencidas de 150 a 180 dias	Parcelas vencidas acima de 180 dias	Desconto	Multa
						-	16,11 (521,95)
						-	191,83 (893,85)
						-	225,97 (1.538,81)
						-	441,37 (2.142,64)
						-	801,07 (2.366,51)
Parcelas vencidas de 30 a 60 dias	Parcelas vencidas de 60 a 90 dias	Parcelas vencidas de 90 a 120 dias	Parcelas vencidas de 120 a 150 dias	Parcelas vencidas de 150 a 180 dias	Parcelas vencidas acima de 180 dias	Desconto	Multa
						-	(560,82)
						-	1.112,64 (1.571,69)
						-	1.682,46 (3.488,71)
						-	2.142,31 (3.526,12)
Parcelas vencidas de 30 a 60 dias	Parcelas vencidas de 60 a 90 dias	Parcelas vencidas de 90 a 120 dias	Parcelas vencidas de 120 a 150 dias	Parcelas vencidas de 150 a 180 dias	Parcelas vencidas acima de 180 dias	Desconto	Multa
						-	(664,79)
						-	(1.461,25)
						-	(2.639,01)
Parcelas vencidas de 30 a 60 dias	Parcelas vencidas de 60 a 90 dias	Parcelas vencidas de 90 a 120 dias	Parcelas vencidas de 120 a 150 dias	Parcelas vencidas de 150 a 180 dias	Parcelas vencidas acima de 180 dias	Desconto	Multa
						-	(23,59)
						-	167,67 (1.772,70)
Parcelas vencidas de 30 a 60 dias	Parcelas vencidas de 60 a 90 dias	Parcelas vencidas de 90 a 120 dias	Parcelas vencidas de 120 a 150 dias	Parcelas vencidas de 150 a 180 dias	Parcelas vencidas acima de 180 dias	Desconto	Multa
						-	(558,79)
Parcelas vencidas de 30 a 60 dias	Parcelas vencidas de 60 a 90 dias	Parcelas vencidas de 90 a 120 dias	Parcelas vencidas de 120 a 150 dias	Parcelas vencidas de 150 a 180 dias	Parcelas vencidas acima de 180 dias	Desconto	Multa
						-	-

## 294

Safra de Origem	Posição da Safra em	Sub-Total Safra	Antecipadas	Canceladas	Resgatadas	A vencer	Liquidadas no vencimento	Liquidadas de 1 a 15 dias	Parcelas Liquidadas de 15 a 30 dias	Parcelas Liquidadas de 30 a 60 dias	Parcelas Liquidadas de 60 a 90 dias
maio/06	maio/06	77.846,48				77.846,48					
jun/06	jun/06	77.846,48									
jun/06	jun/06	77.846,48									
ago/06	ago/06	77.846,48									
maio/06	maio/06	77.846,48									
jun/06	jun/06	77.846,48									
jun/06	jun/06	77.846,48									
ago/06	ago/06	77.846,48									
maio/06	maio/06	77.846,48									
jun/06	jun/06	77.846,48									
jun/06	jun/06	77.846,48									
ago/06	ago/06	77.846,48									
maio/06	maio/06	77.846,48									
jun/06	jun/06	77.846,48									
jun/06	jun/06	77.846,48									
ago/06	ago/06	77.846,48									
maio/06	maio/06	77.846,48									
jun/06	jun/06	77.846,48									
jun/06	jun/06	77.846,48									
ago/06	ago/06	77.846,48									
maio/06	maio/06	77.846,48									
jun/06	jun/06	77.846,48									
jun/06	jun/06	77.846,48									
ago/06	ago/06	77.846,48									
maio/06	maio/06	77.846,48									
jun/06	jun/06	77.846,48									
jun/06	jun/06	77.846,48									
ago/06	ago/06	77.846,48									
maio/06	maio/06	77.846,48									
jun/06	jun/06	77.846,48									
jun/06	jun/06	77.846,48									
ago/06	ago/06	77.846,48									
maio/06	maio/06	77.846,48									
jun/06	jun/06	77.846,48									
jun/06	jun/06	77.846,48									
ago/06	ago/06	77.846,48									
maio/06	maio/06	77.846,48									
jun/06	jun/06	77.846,48									
jun/06	jun/06	77.846,48									
ago/06	ago/06	77.846,48									
maio/06	maio/06	77.846,48									
jun/06	jun/06	77.846,48									
jun/06	jun/06	77.846,48									
ago/06	ago/06	77.846,48									
maio/06	maio/06	77.846,48									
jun/06	jun/06	77.846,48									
jun/06	jun/06	77.846,48									
ago/06	ago/06	77.846,48									
maio/06	maio/06	77.846,48									
jun/06	jun/06	77.846,48									
jun/06	jun/06	77.846,48									
ago/06	ago/06	77.846,48									
maio/06	maio/06	77.846,48									
jun/06	jun/06	77.846,48									
jun/06	jun/06	77.846,48									
ago/06	ago/06	77.846,48									
maio/06	maio/06	77.846,48									
jun/06	jun/06	77.846,48									
jun/06	jun/06	77.846,48									
ago/06	ago/06	77.846,48									
maio/06	maio/06	77.846,48									
jun/06	jun/06	77.846,48									
jun/06	jun/06	77.846,48									
ago/06	ago/06	77.846,48									
maio/06	maio/06	77.846,48									
jun/06	jun/06	77.846,48									
jun/06	jun/06	77.846,48									
ago/06	ago/06	77.846,48									
maio/06	maio/06	77.846,48									
jun/06	jun/06	77.846,48									
jun/06	jun/06	77.846,48									
ago/06	ago/06	77.846,48									
maio/06	maio/06	77.846,48									
jun/06	jun/06	77.846,48									
jun/06	jun/06	77.846,48									
ago/06	ago/06	77.846,48									
maio/06	maio/06	77.846,48									
jun/06	jun/06	77.846,48									
jun/06	jun/06	77.846,48									
ago/06	ago/06	77.846,48									
maio/06	maio/06	77.846,48									
jun/06	jun/06	77.846,48									
jun/06	jun/06	77.846,48									
ago/06	ago/06	77.846,48									
maio/06	maio/06	77.846,48									
jun/06	jun/06	77.846,48									
jun/06	jun/06	77.846,48									
ago/06	ago/06	77.846,48									
maio/06	maio/06	77.846,48									
jun/06	jun/06	77.846,48									
jun/06	jun/06	77.846,48									
ago/06	ago/06	77.846,48									
maio/06	maio/06	77.846,48									
jun/06	jun/06	77.846,48									
jun/06	jun/06	77.846,48									
ago/06	ago/06	77.846,48									
maio/06	maio/06	77.846,48									
jun/06	jun/06	77.846,48									
jun/06	jun/06	77.846,48									
ago/06	ago/06	77.846,48									
maio/06	maio/06	77.846,48									
jun/06	jun/06	77.846,48									
jun/06	jun/06	77.846,48									
ago/06	ago/06	77.846,48									
maio/06	maio/06	77.846,48									
jun/06	jun/06	77.846,48									
jun/06	jun/06	77.846,48									
ago/06	ago/06	77.846,48									
maio/06	maio/06	77.846,48									
jun/06	jun/06	77.846,48									
jun/06	jun/06	77.846,48									
ago/06	ago/06	77.846,48									
maio/06	maio/06	77.846,48									
jun/06	jun/06	77.846,48									
jun/06	jun/06	77.846,48									
ago/06	ago/06	77.846,48									
maio/06	maio/06	77.846,48									
jun/06	jun/06	77.846,48									
jun/06	jun/06	77.846,48									
ago/06	ago/06	77.846,48									
maio/06	maio/06	77.846,48									
jun/06	jun/06	77.846,48									
jun/06	jun/06	77.846,48									
ago/06	ago/06	77.846,48									
maio/06	maio/06	77.846,48									
jun/06	jun/06	77.846,48									
jun/06	jun/06	77.846,48									
ago/06	ago/06	77.846,48									
maio/06	maio/06	77.846,48									
jun/06	jun/06	77.846,48									
jun/06	jun/06	77.846,48									
ago/06	ago/06	77.846,48									
maio/06	maio/06	77.846,48									
jun/06	jun/06	77.846,48									
jun/06	jun/06	77.846,48									
ago/06	ago/06	77.846,48									
maio/06	maio/06	77.846,48									
jun/06	jun/06	77.846,48									
jun/06	jun/06	77.846,48									
ago/06	ago/06	77.846,48									
maio/06	maio/06	77.846,48									
jun/06	jun/06	77.846,48									
jun/06	jun/06	77.846,48									
ago/06	ago/06	77.846,48									
maio/06	maio/06	77.846,48									
jun/06	jun/06	77.846,48									
jun/06	jun/06	77.846,48									
ago/06	ago/06	77.846,48									
maio/06	maio/06	77.846,48									
jun/06	jun/06	77.846,48									
jun/06	jun/06	77.846,48									
ago/06	ago/06	77.846,48									
maio/06	maio/06	77.846,48									
jun/06	jun/06	77.846,48									
jun/06	jun/06	77.846,48									
ago/06	ago/06	77.846,48									
maio/06	maio/06	77.846,48									
jun/06	jun/06	77.846,48									
jun/06	jun/06	77.846,48									
ago/06	ago/06	77.846,48									
maio/06	maio/06	77.846,48									
jun/06	jun/06	77.846,48									
jun/06	jun/06	77.846,48									
ago/06	ago/06	77.846,48									
maio/06	maio/06	77.846,48									
jun/06	jun/06	77.846,48									
jun/06	jun/06	77.846,48									
ago/06	ago/06	77.846,48									
maio/06	maio/06	77.846,48									

## 70

[illegible]

## 71

[illegible]



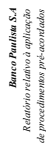
**Banco Parafin S.A.**  
Relatório Relativo à aplicação  
de procedimentos prescritos

**Anexo XIII - Pool Estático - Refinanciamentos Veículos Pesados (PJ)**

Parcelas vencidas de 90 a 120 dias	Parcelas vencidas de 120 a 150 dias	Parcelas vencidas de 150 a 180 dias	Parcelas vencidas acima de 180 dias	Desconto	Multa
					(75,77)
					(75,57)
				-	(248,81)
				-	(220,61)
				-	(224,43)
				-	(141,33)
				-	(311,13)
				-	(314,93)
Parcelas vencidas de 90 a 120 dias	Parcelas vencidas de 120 a 150 dias	Parcelas vencidas de 150 a 180 dias	Parcelas vencidas acima de 180 dias	Desconto	Multa
					(108,93)
				11,62	(108,93)
				55,40	(108,93)
				254,26	(108,93)
				367,73	(108,93)
				530,34	(108,93)
				721,23	(108,93)
Parcelas vencidas de 90 a 120 dias	Parcelas vencidas de 120 a 150 dias	Parcelas vencidas de 150 a 180 dias	Parcelas vencidas acima de 180 dias	Desconto	Multa
					-
				-	(7,60)
				-	(2,66)
				-	(4,02)
				-	(5,96)
				-	(6,53)
				-	(6,55)
				-	(6,57)
				-	(6,58)
				-	(6,59)
Parcelas vencidas de 90 a 120 dias	Parcelas vencidas de 120 a 150 dias	Parcelas vencidas de 150 a 180 dias	Parcelas vencidas acima de 180 dias	Desconto	Multa
					(11,62)
				-	(22,80)
				-	(34,20)
				-	(45,60)
				-	(57,00)
				-	(68,40)
Parcelas vencidas de 90 a 120 dias	Parcelas vencidas de 120 a 150 dias	Parcelas vencidas de 150 a 180 dias	Parcelas vencidas acima de 180 dias	Desconto	Multa
					(6,59)
				-	(7,60)
				-	(11,40)
				-	(12,21)
				-	(12,21)
Parcelas vencidas de 90 a 120 dias	Parcelas vencidas de 120 a 150 dias	Parcelas vencidas de 150 a 180 dias	Parcelas vencidas acima de 180 dias	Desconto	Multa
					(19,00)
				-	(34,20)
				-	(34,20)
				-	(34,20)
Parcelas vencidas de 90 a 120 dias	Parcelas vencidas de 120 a 150 dias	Parcelas vencidas de 150 a 180 dias	Parcelas vencidas acima de 180 dias	Desconto	Multa
					(108,93)

Parcelas vencidas de 90 a 120 dias	Parcelas vencidas de 120 a 150 dias	Parcelas vencidas de 150 a 180 dias	Parcelas vencidas acima de 180 dias	Desconto	Multa
				-	-
				-	(191,81)
Parcelas vencidas de 90 a 120 dias	Parcelas vencidas de 120 a 150 dias	Parcelas vencidas de 150 a 180 dias	Parcelas vencidas acima de 180 dias	Desconto	Multa
					(205,27)
Parcelas vencidas de 90 a 120 dias	Parcelas vencidas de 120 a 150 dias	Parcelas vencidas de 150 a 180 dias	Parcelas vencidas acima de 180 dias	Desconto	Multa
				-	(32,84)
				-	-

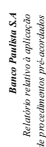
[illegible]



## 299

74



[illegible]75

[illegible]



**Banco Paulista S.A**  
Relatório relativo à aplicação  
de procedimentos pré-acordados

## Anexo XV - *First, Second e Third Payment Default* - Veículos Leves

Aging List - Faixas	Total	%	<i>First Payment Default</i>	Sub-total	%	<i>Second Payment Default</i>	Sub-total	%	<i>Third Payment Default</i>	Sub-total	%
Total sob análise	100.301		5.349	94.952		4.613	90.339		5.052	85.287	
Cancelamentos	60		60	0		0	0		0	0	
Renegociações	24		0	24		15	9		0	9	
Descontos	35		7	29		2	27		0	27	
Multas	379		12	367		22	345		28	317	
Parcelas a vencer	87.892		4.889	83.003		4.144	78.860		4.482	74.378	
Total vencido	12.669		406	12.263		475	11.788		598	11.190	
Parcelas antecipadas	3.772	29,78%	11	3.762	30,67%	15	3.747	31,78%	39	3.707	33,13%
Liquidadas no vencimento	2.252	17,77%	2	2.249	18,34%	14	2.236	18,97%	22	2.213	19,78%
Liquidadas em atraso	5.351	42,24%	109	5.242	42,75%	219	5.023	42,61%	314	4.709	42,08%
Parcelas vencidas											
até 30 dias	859	6,78%	145	715	5,83%	129	585	4,96%	149	437	3,90%
De 31 a 60 dias	237	1,87%	57	180	1,47%	50	130	1,10%	43	87	0,78%
De 61 a 90 dias	95	0,75%	34	61	0,50%	23	38	0,32%	16	22	0,19%
De 91 a 120 dias	43	0,34%	20	23	0,19%	13	11	0,09%	5	6	0,05%
De 121 a 150 dias	33	0,26%	14	19	0,16%	7	12	0,10%	4	8	0,07%
De 151 a 180 dias	15	0,12%	7	8	0,07%	3	5	0,05%	3	2	0,02%
acima de 180 dias	11	0,08%	6	4	0,03%	3	1	0,01%	1	0	0,00%
%	100,00%		32,00%			22,55%			16,81%	28,64%	
% acum.									71,36%		



**Banco Paulista S.A.**  
Relatório relativo à aplicação  
de procedimentos pré-acordados

## Anexo XVI - First, Second e Third Payment Default - Veículos Pesados

Aging List - Faixas	Total	%	First Payment Default	Sub-total	%	Second Payment Default	Sub-total	%	Third Payment Default	Sub-total	%
Total sob análise	98.131		3.853	94.277		4.580	89.698		5.369	84.328	
Cancelamentos	551		551	0		0	0		0	0	
Renegociações	44		12	31		0	31		0	31	
Descontos	34		10	24		2	22		1	22	
Multas	434		4	429		20	410		39	370	
Parcelas a vencer	80.932		3.038	77.894		4.041	73.853		4.547	69.306	
Total vencido	17.004		247	16.757		556	16.201		861	15.340	
Parcelas antecipadas	3.175	18,67%	4	3.171	18,92%	23	3.148	19,43%	43	3.105	20,24%
Liquidadas no vencimento	3.883	22,84%	0	3.883	23,17%	15	3.868	23,88%	31	3.838	25,02%
Liquidadas em atraso	8.224	48,36%	77	8.147	48,62%	250	7.898	48,75%	485	7.412	48,32%
Parcelas vencidas											
até 30 dias	1.039	6,11%	90	949	5,66%	132	817	5,04%	163	654	4,26%
De 31 a 60 dias	368	2,16%	26	342	2,04%	64	277	1,71%	71	206	1,34%
De 61 a 90 dias	155	0,91%	20	136	0,81%	31	105	0,65%	29	76	0,49%
De 91 a 120 dias	75	0,44%	13	62	0,37%	18	44	0,27%	15	29	0,19%
De 121 a 150 dias	40	0,24%	6	34	0,20%	13	20	0,13%	10	10	0,07%
De 151 a 180 dias	21	0,12%	5	16	0,10%	4	12	0,08%	9	4	0,02%
acima de 180 dias	23	0,14%	6	18	0,11%	6	11	0,07%	5	6	0,04%
%	100,00%		11,09%			20,05%			20,40%	48,46%	
% acum.									51,54%		



**Banco Paulista S.A.**  
Relatório relativo à aplicação  
de procedimentos pré-acordados

## Anexo XVII - *First, Second e Third Payment Default* - Demais Tipos de Financiamento

Aging List - Faixas	Total	%	<i>First Payment Default</i>		%	<i>Second Payment Default</i>		%	<i>Third Payment Default</i>		%
			Sub-total			Sub-total			Sub-total		
Total sob análise	33.907		1.488	32.419		1.324	31.095		1.237	29.858	
Cancelamentos	0		0	0		0	0		0	0	
Renegociações	0		0	0		0	0		0	0	
Descontos	25		0	25		0	25		4	22	
Multas	143		1	141		6	136		9	127	
Parcelas a vencer	29.065		1.414	27.651		1.189	26.463		1.044	25.418	
Total vencido	4.959		76	4.883		141	4.742		197	4.545	
Parcelas antecipadas	1.076	21,70%	0	1.076	22,04%	7	1.069	22,54%	7	1.062	23,37%
Liquidadas no vencimento	1.051	21,20%	3	1.049	21,48%	7	1.042	21,97%	9	1.033	22,73%
Liquidadas em atraso	2.401	48,41%	18	2.383	48,80%	58	2.325	49,02%	115	2.210	48,62%
Parcelas vencidas											
até 30 dias	327	6,60%	49	278	5,69%	47	231	4,88%	47	185	4,07%
De 31 a 60 dias	80	1,62%	6	75	1,53%	14	61	1,28%	11	50	1,10%
De 61 a 90 dias	13	0,25%	1	11	0,24%	4	8	0,16%	4	4	0,09%
De 91 a 120 dias	7	0,13%	0	7	0,13%	4	3	0,06%	2	1	0,02%
De 121 a 150 dias	3	0,06%	0	3	0,06%	0	2	0,05%	2	1	0,02%
De 151 a 180 dias	1	0,02%	0	1	0,02%	0	1	0,02%	1	0	0,00%
acima de 180 dias	1	0,02%	0	1	0,02%	0	1	0,02%	1	0	0,00%
%	100,00%		6,36%			21,20%			18,74%	53,70%	
% acum.									46,30%		



**Banco Paulista S.A.**  
*Relatório relativo à aplicação  
de procedimentos pré-acordados*

## **Anexo XVIII - Amostragem de 100 contratos**

1	13-00130/05
2	13-00385/06
3	13-00461/06
4	13-00600/06
5	13-00746/06
6	13-00808/06
7	13-00838/06
8	13-00859/06
9	13-00978/06
10	13-00998/06
11	13-01225/06
12	13-01376/06
13	13-01402/06
14	13-01446/06
15	13-01740/06
16	13-01787/06
17	13-01915/06
18	13-02215/06
19	13-02226/06
20	13-02247/06
21	13-02455/06
22	13-02578/06
23	13-02695/06
24	13-02716/06
25	13-03218/06
26	13-03392/06
27	13-03562/06
28	13-03602/06
29	13-03861/06
30	13-03891/06
31	13-03906/06
32	13-03982/06
33	13-04138/06
34	13-04485/06
35	13-04524/06
36	13-04704/06
37	13-04791/06
38	13-04917/06
39	13-05050/06
40	13-05141/06
41	13-05249/06
42	13-05365/06
43	13-05382/06
44	13-05388/06
45	13-05959/06
46	13-06032/06
47	13-06067/06
48	13-06089/06
49	13-06101/06
50	13-06118/06
51	13-06138/06
52	13-06208/06



**Banco Paulista S.A.**  
*Relatório relativo à aplicação  
 de procedimentos pré-acordados*

## **Anexo XVIII - Amostragem de 100 contratos**

53	13-06394/06
54	13-06407/06
55	13-06579/06
56	13-06660/06A
57	13-06700/06
58	13-06717/06
59	13-06740/06
60	13-06806/06
61	13-06951/06
62	13-06976/06
63	13-07272/06
64	13-07279/06
65	13-07474/06
66	13-07653/06
67	13-07815/06
68	13-07872/06
69	13-07877/06
70	13-07878/06
71	13-07915/06
72	13-08021/06
73	13-08107/06
74	13-08352/06
75	13-08418/06
76	13-08450/06
77	13-62461/06
78	13-62586/06
79	13-62592/06
80	47-00078/05
81	47-00211/06A
82	47-00252/06
83	47-00617/06
84	47-00678/06
85	47-01055/06
86	47-01093/06
87	47-01240/06
88	47-01467/06
89	47-01666/06
90	47-01745/06
91	47-01992/06
92	47-02353/06
93	47-02757/06
94	47-03005/06
95	47-03284/06
96	47-03446/06
97	47-04517/06
98	47-05344/06
99	47-05373/06
100	50-03398/06

**ANEXO IV**

**ESTATUTO SOCIAL DO BANCO PAULISTA**



(Esta página foi deixada intencionalmente em branco)

CNPJ 61.820.817/0001-09

**Ata do Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 25 de Fevereiro de 2003**

publicação da *Revista da O*

[illegible]

(Esta página foi deixada intencionalmente em branco)

**ANEXO V**

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO BANCO PAULISTA RELATIVAS AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004, 2005 E 2006**

(Esta página foi deixada intencionalmente em branco)



**Demonstrações Financeiras**  
**Exercício 2004**





## RELATÓRIO DA DIRETORIA

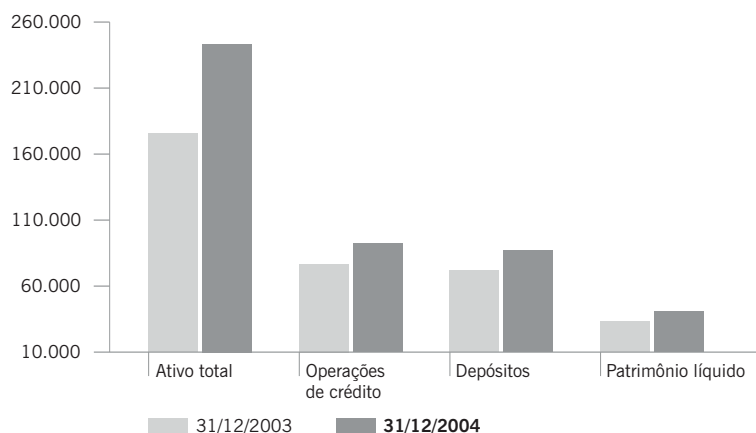
Apresentamos os destaques de nossas atividades no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2004 e as respectivas demonstrações financeiras e parecer dos auditores independentes. (\*)

O Banco Paulista manteve seu foco de atuação voltado para o “middle market”, procurando oferecer aos clientes produtos e serviços de qualidade. Seu esforço mercadológico tem se concentrado na ampliação da base de clientes, com diversificação e pulverização de riscos.

Neste exercício o Banco continuou incrementando as operações da carteira de câmbio, tendo se mantido entre os maiores bancos em volume de operações em moeda estrangeira – no mercado primário - e em quantidade de operações (fonte: Banco Central do Brasil).

Em 31 de dezembro de 2004 os títulos e valores mobiliários classificados na categoria “mantidos até o vencimento” somavam R\$ 8.003 mil (2003 – R\$ 6.962 mil). Em consonância com as normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil – Circular nº 3.068 de 8/11/2001 – esta Administração declara que a instituição tem capacidade financeira para manutenção dos títulos classificados naquela categoria.

**Os principais itens operacionais apresentam a seguinte evolução (em R\$ mil):**



Agradecemos o apoio e a confiança de nossos clientes, funcionários e colaboradores.

A Diretoria

(\*) As demonstrações financeiras completas, com suas notas explicativas, auditadas pela KPMG Auditores Independentes, foram publicadas no jornal “O Estado de São Paulo” em 3 de fevereiro de 2005 e no “Diário Oficial do Estado de São Paulo”, em 5 de fevereiro de 2005.

**BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO**

(EM MILHARES DE REAIS)

	<b>Paulista</b>		<b>Paulista Consolidado</b>	
	<b>2004</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2003</b>
<b>ATIVO</b>				
<b>Circulante</b>	<u>211.829</u>	<u>128.376</u>	<u>236.803</u>	<u>149.687</u>
Disponibilidades.....	1.255	2.359	1.294	2.462
Em moeda nacional.....	641	450	680	553
Em moeda estrangeira.....	614	1.909	614	1.909
Aplicações interfinanceiras de liquidez.....	15.234	20.499	15.234	20.499
Aplicações em operações compromissadas.....	13.381	20.499	13.381	20.499
Aplicações em depósitos interfinanceiros.....	1.853	-	1.853	-
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos.....	85.238	8.558	87.978	8.858
Carteira própria - livres.....	30.740	722	33.112	846
Vinculados a operações compromissadas.....	47.320	3.246	47.320	3.246
Vinculados ao Banco Central.....	1.210	1.555	1.210	1.555
Instrumentos financeiros derivativos.....	5	9	244	100
Vinculados à prestação de garantias.....	5.963	3.026	6.092	3.111
Relações interfinanceiras.....	604	1.892	604	1.892
Créditos vinculados.....	604	1.892	604	1.892
Operações de crédito.....	77.293	66.443	77.293	66.443
Operações de crédito - setor privado.....	81.292	68.779	81.292	68.779
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	(3.999)	(2.336)	(3.999)	(2.336)
Outros créditos e outros valores e bens.....	32.205	28.625	54.400	49.533
Carteira de câmbio.....	28.411	25.692	28.411	25.692
Rendas a receber.....	3	39	658	507
Negociação e intermediação de valores.....	-	-	20.461	19.491
Imposto de renda a compensar.....	1.139	934	2.131	1.788
Créditos tributários.....	1.895	1.556	1.895	1.556
Diversos.....	1.009	540	1.107	662
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa.....	(252)	(136)	(263)	(163)
<b>Realizável a longo prazo</b>	<u>7.675</u>	<u>28.419</u>	<u>8.353</u>	<u>29.488</u>
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos.....	6.305	26.435	6.305	27.036
Carteira própria - livres.....	-	8.728	-	8.728
Vinculados a compromissos de recompra.....	-	6.920	-	6.920
Vinculados ao Banco Central.....	-	2.774	-	2.774
Vinculados à prestação de garantias.....	6.305	8.013	6.305	8.614
Operações de crédito.....	519	1.530	519	1.530
Operações de crédito - setor privado.....	519	1.530	519	1.530
Outros créditos e outros valores e bens.....	851	454	1.529	922
Créditos tributários.....	382	357	382	357
Diversos.....	469	97	1.147	565
<b>Permanente</b>	<u>24.583</u>	<u>20.824</u>	<u>16.206</u>	<u>14.183</u>
Investimentos.....	22.295	18.567	13.611	11.575
Participação em controlada no país.....	21.644	17.965	-	-
Outros investimentos.....	651	602	13.611	11.575
Imobilizado.....	2.288	2.257	2.595	2.608
Imóveis de uso.....	2.792	2.792	2.792	2.792
Outras imobilizações de uso.....	2.690	2.367	3.808	3.371
Depreciações acumuladas.....	(3.194)	(2.902)	(4.005)	(3.555)
<b>Total do ativo</b>	<u>244.087</u>	<u>177.619</u>	<u>261.362</u>	<u>193.358</u>



**BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO**

(EM MILHARES DE REAIS)

	<b>Paulista</b>		<b>Paulista Consolidado</b>	
	<b>2004</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2003</b>
<b>PASSIVO</b>				
<b>Circulante</b>	<b>167.495</b>	<b>118.255</b>	<b>183.581</b>	<b>133.236</b>
Depósitos .....	88.121	72.203	74.849	61.941
Depósitos à vista .....	10.171	14.295	10.003	14.287
Depósitos interfinanceiros .....	21.089	12.200	7.985	1.946
Depósitos a prazo .....	56.852	45.708	56.852	45.708
Depósitos para investimentos .....	9	-	9	-
Obrigações por operações compromissadas .....	47.208	16.580	47.208	16.580
Captações no mercado aberto				
Carteira própria .....	47.208	10.143	47.208	10.143
Carteira de terceiros .....	-	6.437	-	6.437
Relações interdependências e interfinanceiras .....	20	726	20	726
Recursos em trânsito de terceiros .....	20	726	20	726
Obrigações por empréstimos e repasses .....	11.400	8.608	11.400	8.608
Empréstimos no exterior .....	11.071	7.688	11.071	7.688
Repasse do país instituições oficiais .....	39	604	39	604
Repasse do exterior .....	290	316	290	316
Instrumentos financeiros derivativos .....	-	-	-	347
Operações de swap - diferencial a pagar .....	-	-	-	347
Outras obrigações .....	20.746	20.138	50.104	45.034
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados .....	43	58	43	58
Carteira de câmbio .....	17.889	18.174	17.889	18.174
Fiscais e previdenciárias .....	1.004	843	2.454	2.351
Negociação e intermediação de valores .....	-	-	26.742	22.612
Diversas .....	1.810	1.063	2.976	1.839
<b>Exigível a longo prazo</b>	<b>35.937</b>	<b>24.494</b>	<b>37.126</b>	<b>25.252</b>
Depósitos .....	25.213	13.611	25.213	13.611
Depósitos a prazo .....	25.213	13.611	25.213	13.611
Obrigações por empréstimos e repasses .....	6.672	7.341	6.672	7.341
Repasse do país - instituições oficiais .....	36	118	36	118
Repasse do exterior .....	6.636	7.223	6.636	7.223
Outras obrigações .....	4.052	3.542	5.241	4.300
Fiscais e previdenciárias .....	4.052	3.542	5.241	4.300
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>40.655</b>	<b>34.870</b>	<b>40.655</b>	<b>34.870</b>
Capital social - domiciliados no país .....	26.140	26.140	26.140	26.140
Aumento de capital .....	4.860	-	4.860	-
Reserva de capital .....	76	52	76	52
Reservas de lucros .....	1.067	699	1.067	699
Lucros acumulados .....	8.512	7.979	8.512	7.979
<b>Total do passivo</b>	<b>244.087</b>	<b>177.619</b>	<b>261.362</b>	<b>193.358</b>

## DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

(EM MILHARES DE REAIS)

		Paulista	Paulista Consolidado		
	Semestre findo em 31 de dezembro	Exercícios findos em 31 de dezembro			
	de 2004	2004	2003	2004	2003
Receitas da intermediação financeira .....	21.938	42.184	35.214	44.176	37.566
Operações de crédito .....	9.586	18.312	21.735	18.395	21.742
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários .....	9.606	16.972	9.619	18.218	11.844
Resultado com instrumentos financeiros derivativos (9) .....	(9)	2	376	663	495
Resultado de operações de câmbio .....	2.755	6.898	3.484	6.900	3.485
Despesas da intermediação financeira .....	12.763	25.695	21.384	23.861	20.091
Operações de captações no mercado .....	11.630	20.554	15.728	18.698	14.446
Empréstimos, cessões e repasses .....	473	2.847	4.081	2.847	4.081
Provisão para créditos de liquidação duvidosa .....	660	2.294	1.575	2.316	1.564
Resultado bruto da intermediação financeira .....	9.175	16.489	13.830	20.315	17.475
Outras receitas (despesas) operacionais .....	(4.368)	(8.694)	(7.210)	(11.423)	(9.800)
Receita de prestação de serviços .....	2.321	4.160	2.957	23.827	17.592
Despesas de pessoal .....	(4.989)	(9.555)	(7.198)	(15.480)	(12.624)
Outras despesas administrativas .....	(2.696)	(5.060)	(4.671)	(18.137)	(14.141)
Despesas tributárias .....	(1.428)	(2.456)	(1.393)	(5.131)	(2.603)
Resultado de participação em controlada .....	2.060	3.679	3.540	-	-
Outras receitas operacionais .....	1.002	1.256	996	4.323	3.420
Outras despesas operacionais .....	(638)	(718)	(1.441)	(825)	(1.444)
Resultado operacional .....	4.807	7.795	6.620	8.892	7.675
Resultado não operacional .....	56	48	13	48	13
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações .....	4.863	7.843	6.633	8.940	7.688
Imposto de renda e contribuição social .....	341	(69)	(408)	(1.138)	(1.383)
Provisão para imposto de renda .....	109	(351)	(373)	(1.129)	(1.075)
Provisão para contribuição social .....	45	(123)	(138)	(414)	(411)
Ativo fiscal diferido .....	187	405	103	405	103
Participação no lucro .....	(210)	(406)	(224)	(434)	(304)
Lucro líquido do semestre/exercícios .....	4.994	7.368	6.001	7.368	6.001
Lucro líquido por lote de mil ações do capital social - R\$ .....	44,47	65,62	53,45		

## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(EM MILHARES DE REAIS)

	Capital realizado	Aumento de capital	Reserva de capital Subvenção para investimento	Reserva de lucros - legal	Ajuste ao valor de mercado - TVM e derivativos	Lucros acumulados	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2002</b>	24.940	-	33	399	15	5.088	30.475
Aumento de capital - em espécie ....	1.200	-	-	-	-	-	1.200
Ajuste ao valor de mercado TVM e derivativos .....	-	-	-	-	(15)	-	(15)
Atualização de títulos patrimoniais ..	-	-	19	-	-	-	19
Lucro líquido do exercício .....	-	-	-	-	-	6.001	6.001
Destinações do lucro							
Reserva legal .....	-	-	-	300	-	(300)	-
Juros sobre capital próprio .....	-	-	-	-	-	(2.810)	(2.810)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2003</b>	<u>26.140</u>	<u>-</u>	<u>52</u>	<u>699</u>	<u>-</u>	<u>7.979</u>	<u>34.870</u>
Aumento de capital							
Com lucros .....	-	3.660	-	-	-	(3.660)	-
Em espécie .....	-	1.200	-	-	-	-	1.200
Atualização de títulos patrimoniais ..	-	-	24	-	-	-	24
Lucro líquido do exercício .....	-	-	-	-	-	7.368	7.368
Destinações do lucro							
Reserva legal .....	-	-	-	368	-	(368)	-
Juros sobre capital próprio .....	-	-	-	-	-	(2.807)	(2.807)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2004</b>	<u>26.140</u>	<u>4.860</u>	<u>76</u>	<u>1.067</u>	<u>-</u>	<u>8.512</u>	<u>40.655</u>
<b>Saldos em 30 de junho de 2004.....</b>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>818</u>	<u>-</u>	<u>10.234</u>	<u>37.268</u>
Aumento de capital							
Com lucros .....	-	3.660	-	-	-	(3.660)	-
Em espécie .....	-	1.200	76	-	-	-	1.200
Atualização de títulos patrimoniais ..	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do semestre .....	-	-	-	-	-	4.994	4.994
Destinações do lucro .....	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal .....	-	-	-	249	-	(249)	-
Juros sobre capital próprio .....	-	-	-	-	-	(2.807)	(2.807)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2004</b>	<u>26.140</u>	<u>4.860</u>	<u>76</u>	<u>1.067</u>	<u>-</u>	<u>8.512</u>	<u>40.655</u>

## DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS

(EM MILHARES DE REAIS)

		Paulista	Paulista Consolidado		
	Semestre findo em 31 de dezembro	Exercícios findos em 31 de dezembro			
	de 2004	2004	2003	2004	2003
Origens dos recursos .....	284.945	73.377	51.279	77.110	61.849
Lucro líquido do semestre/exercícios .....	4.994	7.368	6.001	7.368	6.001
Ajustes ao lucro líquido .....	(1.848)	(3.254)	(3.176)	(1.404)	(1.097)
Atualização de títulos patrimoniais.....	-	-	-	(1.987)	(1.600)
Resultado de participação em controlada .....	(2.060)	(3.679)	(3.540)	-	-
Depreciação .....	212	425	379	583	519
Ajuste ao valor de mercado TVM e derivativos...	-	-	(15)	-	(16)
Recursos dos acionistas					
Aumento de capital em espécie .....	1.200	1.200	1.200	1.200	1.200
Recursos de terceiros originários de:					
Aumento dos subgrupos do passivo .....	3.917	61.390	34.037	63.273	42.512
Depósitos .....	3.917	27.520	20.699	24.510	13.965
Obrigações por operações compromissadas .....	-	30.629	-	30.629	-
Obrigações por empréstimos e repasses .....	-	2.123	-	2.123	-
Outras obrigações .....	-	1.118	13.338	6.011	28.547
Redução dos subgrupos do ativo .....	276.562	6.553	13.012	6.553	13.012
Aplicações interfinanceiras de liquidez .....	41.282	5.265	13.012	5.265	13.012
Relações interfinanceiras e interdependências...	269	1.288	-	1.288	-
Outros créditos e outros valores e bens.....	235.011	-	-	-	-
Alienação de bens.....	120	120	205	120	221
Imobilizado de uso .....	120	120	205	120	221
Aplicações de recursos .....	295.811	74.481	53.079	78.278	63.634
Juros sobre capital próprio .....	2.807	2.807	2.810	2.807	2.810
Inversões em: .....	437	602	498	716	644
Investimentos .....	-	25	-	25	-
Imobilizado de uso .....	437	577	498	691	644
Aumento dos subgrupos do ativo .....	30.449	70.366	42.518	73.702	52.927
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos .....	19.664	56.550	8.397	58.389	7.686
Relações interfinanceiras e interdependências...	-	-	446	-	446
Operações de crédito .....	10.785	9.839	17.945	9.839	17.945
Outros créditos e outros valores e bens.....	-	3.977	15.730	5.474	26.850
Redução dos subgrupos do passivo .....	262.118	706	7.253	1.053	7.253
Obrigações por operações compromissadas .....	28.988	-	3.983	-	3.983
Relações interfinanceiras e interdependências...	314	706	39	706	39
Obrigações por empréstimos e repasses .....	2.053	-	3.231	-	3.231
Instrumentos financeiros derivativos .....	-	-	-	347	-
Outras obrigações .....	230.763	-	-	-	-
Diminuição das disponibilidades.....	(10.866)	(1.104)	(1.800)	(1.168)	(1.785)
Modificações na posição financeira					
Disponibilidades					
No início do semestre/exercícios .....	12.121	2.359	4.159	2.462	4.247
No fim do semestre/exercícios .....	1.255	1.255	2.359	1.294	2.462
Diminuição das disponibilidades.....	(10.866)	(1.104)	(1.800)	(1.168)	(1.785)

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(EM MILHARES DE REAIS)

### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

As atividades operacionais do Banco Paulista S.A. e de sua subsidiária integral Socopa - Sociedade Corretora Paulista S.A. referem-se, principalmente, às atuações no mercado financeiro e de capitais, operando na carteira comercial, pessoa jurídica e pessoa física; em Crédito Direto ao Consumidor (CDC); na carteira de câmbio, voltada a operações de comércio exterior e interbancária; na intermediação de operações de Bolsas de Valores e de Mercadorias, de câmbio e na administração de carteiras e fundos de investimento.

### 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras do Banco Paulista S.A. (Paulista) e as demonstrações financeiras consolidadas (Paulista Consolidado) foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normativos do Banco Central do Brasil (BACEN).

### 3. DESCRIÇÃO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS E CRITÉRIOS DE CONSOLIDAÇÃO

#### a. Apuração de resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

#### b. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

Os critérios para registro e avaliação dos títulos e valores mobiliários e dos instrumentos financeiros derivativos são determinados pelas Circulares nºs 3.068, de 8 de novembro de 2001, e 3.082, de 30 de janeiro de 2002, do BACEN.

Resumidamente, esses novos critérios, estabelecidas as condições definidas pelas mencionadas circulares, introduzem o conceito de valor de mercado e de intenção da administração em operar com determinado título e instrumento financeiro derivativo, como base para o registro e a avaliação contábil pertinente a cada item.

#### c. Outros ativos circulante e realizável a longo prazo

Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos, em base “pro rata” dia. A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em conformidade com as normas em vigor, determinadas pelo Banco Central do Brasil, sendo considerada suficiente para a cobertura de eventuais perdas.

#### d. Permanente

Demonstrado ao custo, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, combinado com os seguintes aspectos:

- Participação em sociedade controlada, avaliada pelo método da equivalência patrimonial.
- Depreciação do imobilizado de uso, calculada pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil-econômica dos bens, como segue: imóveis de uso - 4%, sistemas de processamento de dados e de transporte - 20% e demais contas - 10%.
- Os títulos patrimoniais das bolsas de valores e de mercadorias são demonstrados como outros investimentos ao valor nominal, atualizados pelos valores fornecidos pelas bolsas, e registrados, na Socopa (sociedade controlada), em contrapartida de reserva de capital no patrimônio líquido.

#### e. Outros passivos circulante e exigível a longo prazo

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar e acrescidos dos encargos e das variações monetárias em base “pro rata” dia incorridos.

#### f. Critérios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem as demonstrações financeiras do Banco Paulista S.A. e de sua subsidiária integral, Socopa - Sociedade Corretora Paulista S.A.

No processo de consolidação, os saldos das contas patrimoniais e os valores das transações entre o Paulista e a empresa Controlada foram eliminados.

As práticas contábeis adotadas no registro das operações e na avaliação dos elementos patrimoniais pelo Paulista e pela Controlada foram uniformemente aplicadas.

#### 4. CONTROLES DE GERENCIAMENTO DE RISCO

A administração do Paulista adota políticas consideradas conservadoras. Neste contexto, quando necessário, os riscos são tratados conforme abaixo descrito:

##### a. Risco de mercado

O Paulista utiliza a metodologia “value-at-risk” para mensurar o risco de mercado (taxas de juros). Essa metodologia é baseada em técnicas de simulação e análise dos cenários. O “value-at-risk” é calculado diariamente, considerando todos os ativos expostos à variação das taxas de juros. Os cenários históricos utilizados permitem a correlação entre os ativos e as suas classes. No caso de taxas de juros tem sido utilizado o modelo previsto pelo Banco Central do Brasil (Circular nº 2.972).

##### b. Risco de crédito

O Paulista adota um conjunto rigoroso de procedimentos de análise de crédito e classificação de riscos, cujo foco principal é a avaliação da capacidade de pagamento, natureza de suas operações, nas garantias prestadas, cronograma da dívida, qualidade dos ativos e cobertura de juros e capital de giro. Aspectos de natureza qualitativa, tais como orientação estratégica, setor econômico, mercado, especialização, ambiente regulatório e participação no mercado, são sistematicamente avaliados e complementam o processo de análise de crédito. A aprovação dos créditos é de competência do Comitê de Crédito - formado por membros da Diretoria Executiva e da alta gerência. Os créditos são acompanhados e revisados constantemente.

##### c. Risco de liquidez

O Paulista mantém uma forte estrutura de capital, com baixo grau de alavancagem e alta liquidez. Ainda, protegendo a liquidez o Paulista zela por uma elevada diversificação e baixa concentração de valores, de devedores e depositantes.

#### 5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS CONSOLIDADOS

##### a. Classificação dos títulos e valores mobiliários

###### • Paulista

			2004						2003
			Faixas de vencimento						
	Valor de custo	Valor de mercado	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Total	Valor de mercado
<b>Títulos para Negociação</b>									
Letras Financeiras do Tesouro - LFT ...	83.518	83.499	-	17.231	66.268	-	-	83.499	20.951
Letras do Tesouro Nacional - LTN....	-	-	-	-	-	-	-	-	4.602
Notas do Tesouro Nacional - NTN-D.....	-	-	-	-	-	-	-	-	2.468
Ações de Companhias Abertas.....	14	36	36	-	-	-	-	36	17
<b>Total</b> .....	<b>83.532</b>	<b>83.535(*)</b>	<b>36</b>	<b>17.231</b>	<b>66.268</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>83.535</b>	<b>28.038</b>
<b>Títulos Mantidos até o Vencimento</b>									
Letras Financeiras do Tesouro - LFT ...	8.003	10.002	428	1.271	4.955	536	813	8.003	6.962
<b>Total</b> .....	<b>8.003(*)</b>	<b>10.002</b>	<b>428</b>	<b>1.271</b>	<b>4.955</b>	<b>536</b>	<b>813</b>	<b>8.003</b>	<b>6.962</b>
<b>Total Geral</b> .....	<b>91.535</b>	<b>93.537</b>	<b>464</b>	<b>18.502</b>	<b>71.223</b>	<b>536</b>	<b>813</b>	<b>91.538</b>	<b>35.000</b>

• **Paulista Consolidado**

	2004							2003
	Faixas de vencimento							
	Valor de custo	Valor de mercado	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Valor de mercado
<b>Títulos para Negociação</b>								
Fundo de Interm. Financeira -								
BM&F.....	495	495	495	-	-	-	-	-
Cotas de Fundos de Investimentos ..	-	-	-	-	-	-	-	48
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	84.726	84.701	-	17.231	67.470	-	-	20.951
Letras do Tesouro Nacional - LTN....	-	-	-	-	-	-	-	4.611
Notas do Tesouro Nacional -								
NTN-D.....	-	-	-	-	-	-	-	2.468
Ações de Companhias Abertas.....	65	117	117	-	-	-	-	112
Total .....	85.286	85.313(*)	612	17.231	67.470	-	-	28.190
<b>Títulos Disponíveis para Venda</b>								
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	-	-	-	-	601
Certificados de Depósitos								
Bancários - CDB .....	-	-	-	-	-	-	-	20
Letras do Tesouro Nacional - LTN....	-	-	-	-	-	-	-	37
Total .....	-	-	-	-	-	-	-	658
<b>Títulos Mantidos até o Vencimento</b>								
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	8.003	10.002	428	1.271	4.955	536	813	6.962
Certificados de Depósitos								
Bancários - CDB .....	723	723	723	-	-	-	-	-
Total .....	8.726(*)	10.725	1.151	1.271	4.955	536	813	6.962
<b>Total Geral .....</b>	<b>94.012</b>	<b>96.038</b>	<b>1.763</b>	<b>18.502</b>	<b>72.425</b>	<b>536</b>	<b>813</b>	<b>35.810</b>

(\*) valor contábil

A classificação na categoria mantidos até o vencimento está condicionada à capacidade financeira do Paulista em mantê-los até o resgate, cuja decisão da Administração, está baseada no fluxo de caixa projetado e no seu alto nível de liquidez. Em decorrência, os “títulos mantidos até o vencimento” estão avaliados pelo custo de aquisição e acrescido dos juros incorridos.

**b. Critérios de precificação**

Para a obtenção do valor de mercado dos títulos e valores mobiliários e dos instrumentos financeiros derivativos, são adotados os seguintes critérios:

- Títulos públicos com base nas taxas médias divulgadas pela ANDIMA;
- Ações de companhias abertas, pela cotação média disponível no último pregão do mês ou, na falta desta, a cotação mais recente em pregões anteriores, publicados no Boletim Diário de cada Bolsa;
- Operações de “Swaps”, com base nos preços dos contratos divulgados pela BM&F.

**c. Swap**

Em 31 de dezembro de 2004 as operações de “swap” estavam distribuídas conforme quadro abaixo:

• **Paulista**

	Valor da curva	Valor de mercado	Valor de referência	Faixa de vencimento 3 meses
Ponta ativa:				
DI.....	10.767	10.773	10.681	10.773
Ponta passiva:				
PRÉ.....	10.768	10.767	10.681	10.767

• **Paulista Consolidado**

	Valor da curva	Valor de mercado	Valor de referência	Faixa de vencimento		
				3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos
Ponta ativa:						
DI.....	175.245	175.251	150.652	10.773	116.295	48.183
DOL.....	40.396	40.396	40.614	-	9.611	30.785
IGPM.....	52.466	52.466	44.000	-	39.962	12.504
PRÉ.....	65.343	65.343	55.357	-	65.343	-
Total.....	<u>333.450</u>	<u>333.456</u>	<u>290.623</u>	<u>10.773</u>	<u>231.211</u>	<u>91.472</u>
Ponta passiva:						
DI.....	164.478	164.478	139.971	-	116.295	48.183
DOL.....	40.394	40.394	40.614	-	9.609	30.785
IGPM.....	52.440	52.440	44.000	-	39.947	12.493
PRÉ.....	75.900	75.899	66.038	10.767	65.132	-
Total.....	<u>333.212</u>	<u>333.211</u>	<u>290.623</u>	<u>10.767</u>	<u>230.983</u>	<u>91.461</u>

**6. OPERAÇÕES DE CRÉDITO**

**Análise das operações de crédito**

**(i) Por destino e natureza das operações**

**Diversificação de produtos**

	<b>2004</b>	<b>2003</b>
Empréstimos.....	75.660	61.430
Indústria.....	36.005	33.833
Comércio.....	9.422	9.103
Serviços.....	25.652	11.624
Pessoa física.....	4.581	6.870
Títulos descontados.....	1.528	971
Indústria.....	1.095	317
Serviços.....	433	622
Pessoa física.....	-	32
Financiamentos.....	4.622	7.908
Indústria.....	928	3.596
Comércio.....	-	185
Serviços.....	3.384	3.899
Pessoa física.....	310	228
Adiantamentos sobre contratos de câmbio.....	11.668	7.425
Indústria.....	11.054	7.425
Comércio.....	345	-
Serviços.....	269	-
Outros créditos – diversos.....	22	149
Indústria.....	22	149
Total pessoa jurídica.....	<u>88.609</u>	<u>70.753</u>
Total pessoa física.....	<u>4.891</u>	<u>7.130</u>
Total geral.....	<u>93.500</u>	<u>77.883</u>



**(ii) Por modalidade, taxas praticadas e prazos médios**

Modalidade	2004				2003			
	Quantidade cliente	Taxa média (*)	Prazo médio	Valor R\$	Quantidade cliente	Taxa média (*)	Prazo médio	Valor R\$
<b>1 - Pessoa física</b> .....	1.733	-	-	4.891	1.168	-	-	7.131
Empréstimos.....	1.714	3,15	133	4.360	1.131	3,61	132	2.115
Cheque especial.....	9	5,90	47	35	21	7,67	39	65
Cessão de crédito pessoal com coobrigação de instituição financeira.....	2	2,41	80	246	1	2,36	29	4.297
Outros.....	7	3,04	40	231	14	2,12	74	618
Repasse de crédito rural/FINAME	1	0,70	286	19	1	0,70	472	36
<b>2 - Pessoa jurídica</b> .....	229	-	-	88.609	196	-	-	70.752
Empréstimos.....	122	2,32	56	41.424	96	2,33	62	40.160
Conta garantida.....	62	2,33	28	26.903	53	2,35	29	14.324
Outros.....	16	2,61	123	1.868	18	2,60	188	1.034
Repasse de crédito Rural/FINAME/ Resolução 63.....	15	0,80	140	6.746	18	0,84	172	7.809
Carteira de câmbio.....	14	0,31	63	11.668	11	0,83	105	7.425
<b>Total operações de crédito</b> .....	1.962	-	-	93.500	1.364	-	-	77.883
<b>3 - "Off balance"</b> .....	61	-	-	18.373	26	-	-	15.783
Fianças - Pessoa física.....	11	0,13	119	1.024	5	0,27	200	321
Fianças - Pessoa jurídica.....	49	0,08	153	16.526	19	0,08	188	14.869
Carta de crédito - Pessoa Jurídica.	1	-	270	823	2	-	270	593
<b>Total geral</b> .....	2.023	-	-	111.873	1.390	-	-	93.666

\* Taxas médias mensais da carteira

**(iii) Por vencimento**

	2004		2003	
	Contratos em curso normal	Contratos em atraso*	Total	%
Vencidas.....	-	301	301	0,32
A vencer:				
Até 30 dias.....	35.780	261	36.041	38,55
De 31 a 60 dias.....	31.913	35	31.948	34,17
De 61 a 90 dias.....	8.211	12	8.223	8,80
De 91 a 180 dias.....	11.095	10	11.105	11,87
De 181 a 360 dias.....	5.353	10	5.363	5,73
Acima de 360 dias.....	509	10	519	0,56
<b>Total geral</b> .....	92.861	639	93.500	100,00

\* Créditos vencidos e parcelas a vencer de operações com uma ou mais parcela(s) vencida(s) na data-base.

**(iv) Por classificação de crédito**

Composição da carteira de operações de crédito e da provisão para créditos de liquidação duvidosa distribuída nos correspondentes níveis de risco, conforme preceitua a Resolução nº 2.682 de 21 de dezembro de 1999, do Banco Central do Brasil.

Nível de risco	2004				2003			
	Contratos em curso normal		Contratos em atraso					
	Saldo da carteira	Provisão	Saldo da carteira	Provisão	Total da carteira	Total da provisão	Total da carteira	Total da provisão
AA .....	-	-	-	-	-	-	2.145	-
A .....	3.546	17	-	-	3.546	17	7.221	36
B .....	38.233	972	-	-	38.233	972	56.616	994
C .....	47.081	1.690	44	2	47.125	1.692	9.976	299
D .....	2.752	279	13	1	2.765	280	38	4
E .....	294	89	18	5	312	94	713	214
F .....	374	187	14	7	388	194	115	57
G .....	418	293	14	10	432	303	639	448
H .....	163	163	536	536	699	699	420	420
	<u>92.861</u>	<u>3.690</u>	<u>639</u>	<u>561</u>	<u>93.500</u>	<u>4.251</u>	<u>77.883</u>	<u>2.472</u>

**Risco de crédito por cliente (créditos e fiança), % sobre a carteira e sobre o patrimônio líquido**

	2004			2003		
	Valor	% sobre a carteira	% sobre o patrimônio líquido	Valor	% sobre a carteira	% sobre o patrimônio líquido
Maior devedor individual (*) .....	6.121	6,55	15,06	5.769	7,40	16,54
Dez maiores devedores individuais ..	34.757	37,17	85,49	30.673	39,38	87,96
Vinte maiores devedores individuais.	50.556	54,07	124,35	43.095	55,33	123,59

\* No crédito individual não foi considerado o valor global dos créditos de financiamento de veículos cedidos ao Banco Paulista, com coobrigação da instituição financeira cedente.

**7. GARANTIAS**

Em 31 de dezembro, em garantia ao risco de crédito de suas operações, o Banco tem constituído a seu favor:

- Caução de títulos (duplicatas, cheques e CDBs) - R\$ 45.697 (2003 - R\$ 33.968);
- Penhor mercantil - R\$ 6.421 (2003 - R\$ 9.203);
- Alienação fiduciária - R\$ 7.953 (2003 - R\$ 5.442);
- Hipotecas R\$ 3.690 (2003 - R\$ 3.540); e
- Recebíveis R\$ 2.609 (2003 - R\$ 5.235).

**8. CARTEIRA DE CÂMBIO**

	2004		2003	
	Outros créditos	Outras obrigações	Outros créditos	Outras obrigações
Câmbio comprado a liquidar .....	20.288	-	16.423	-
Direitos sobre venda de câmbio .....	8.716	-	8.954	-
Cambiais e documentos a prazo .....	-	-	429	-
Câmbio vendido a liquidar .....	-	8.701	-	8.928
Obrigações por compra de câmbio .....	-	20.813	-	16.662
Adiantamentos recebidos em moeda nacional .....	(614)	-	(263)	-
Adiantamentos sobre contrato de câmbio .....	-	(11.668)	-	(7.425)
Outros .....	21	43	149	9
	<u>28.411</u>	<u>17.889</u>	<u>25.692</u>	<u>18.174</u>

Do saldo de adiantamentos sobre contrato de câmbio, R\$ 8.269 (2003 - R\$ 3.607) referem-se a letras entregues e R\$ 3.399 (2003 - R\$ 3.818) a mercadorias embarcadas (letras a entregar).

As operações de câmbio são garantidas, além dos avais, por duplicatas e caução de títulos no montante de R\$ 14.770 (2003 - R\$ 7.497).

#### 9. PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA, CRÉDITOS COMPENSADOS E RENEGOCIAÇÃO DE CRÉDITOS

O Paulista tem calculado a provisão para créditos de liquidação duvidosa com base nas exigências normativas do Banco Central do Brasil, tendo classificado individualmente todas as operações de crédito, independente do valor.

##### (I) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	2004	2003
Saldo inicial .....	2.472	1.443
Constituição .....	2.294	1.575
Baixas .....	(515)	(546)
Saldo final .....	<u>4.251</u>	<u>2.472</u>

##### (II) Créditos compensados contra a conta de provisão

A partir da vigência da Resolução nº 2.682, os créditos em atraso são baixados contra a provisão e registrados em conta de compensação após decorridos seis meses de sua classificação como risco de nível "H".

	Pessoa jurídica		Pessoa física		Total compensado	% sobre o saldo da carteira
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor		
Exercício de 2004 .....	10	478	12	37	515	0,55
Exercício de 2003 .....	9	504	19	42	546	0,70
Exercício de 2002 .....	13	1.205	19	87	1.292	2,27
Exercício de 2001 .....	7	368	9	87	455	0,87
Exercício de 2000 .....	12	464	12	226	690	1,51
Total .....	<u>51</u>	<u>3.019</u>	<u>71</u>	<u>479</u>	<u>3.498</u>	

O total de operações recuperadas no exercício é de R\$ 69 (2003 - R\$ 111).

##### (III) Renegociação de créditos

	2004		2003	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Total das operações vencidas e renegociadas .....	9	1.051	8	952

#### 10. NEGOCIAÇÃO E INTERMEDIAÇÃO DE VALORES

	2004		2003	
	Outros créditos	Outras obrigações	Outros créditos	Outras obrigações
Caixa de registro e liquidação - BOVESPA/BM&F ....	11.753	325	15.174	145
Devedores/credores - conta "Liquidações pendentes" ..	8.708	25.752	3.304	22.043
Operações com mercadorias e ativo financ. a liquidar ..	-	191	1.013	-
Outros .....	-	474	-	424
	<u>20.461</u>	<u>26.742</u>	<u>19.491</u>	<u>22.612</u>

# 11. IMPOSTO DE RENDA, CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. Foram constituídas provisões para contribuição social à alíquota de 9% do lucro ajustado para fins tributáveis.

## a. Demonstração do cálculo do imposto de renda e da contribuição social

	2004		2003	
	IRPJ	CSSL	IRPJ	CSSL
Resultado antes dos Impostos (IR e CSSL) .....	7.438	7.438	6.409	6.409
Juros sobre capital próprio .....	(2.807)	(2.807)	(2.810)	(2.810)
Equivalência patrimonial da controlada .....	(3.680)	(3.680)	(3.540)	(3.540)
PCLD adicionada .....	4.214	4.214	2.462	2.462
Outras adições e exclusões .....	(503)	(748)	1.262	1.104
PCLD excluída .....	(2.462)	(2.462)	(1.436)	(1.436)
Compensação de prejuízos fiscais .....	(660)	-	(704)	-
Base negativa de contribuição social .....	-	(587)	-	(657)
Base de cálculo .....	1.540	1.368	1.643	1.532
IRPJ e CSSL apurados no exercício .....	360	123	387	138
Deduções incentivos fiscais .....	(9)	-	(14)	-
IRPJ e CSSL provisionados no exercício .....	<u>351</u>	<u>123</u>	<u>373</u>	<u>138</u>

## b. Créditos tributários

O Banco Paulista adotou procedimentos de reconhecer créditos tributários tanto do Imposto de Renda como da Contribuição Social, sobre as diferenças temporárias, prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e saldo de contribuição social de 1998, com base nas alíquotas vigentes.

## c. Origem dos créditos tributários

	2004		2003	
	IR	CS	Total	Total
Diferenças temporárias:				
PCLD .....	1.039	379	1.418	827
Passivos contingentes .....	393	3	396	368
Prejuízo fiscal exercício 1999 .....	325	-	325	487
Base negativa contribuição social exercício 1999 ...	-	56	56	109
CSSL - MP 2.158-35 - artigo 8º .....	-	81	81	122
Total .....	<u>1.757</u>	<u>519</u>	<u>2.276</u>	<u>1.913</u>

## d. Expectativa de realização

Com base em estudo técnico da Administração, a expectativa de realização por exercício é a seguinte:

Exercícios	Expectativa de realização por exercício	Valor presente (*)
2005 .....	1.895	1.622
2006 .....	-	-
2007 .....	90	56
2008 .....	-	-
2009 .....	291	134
Total .....	<u>2.276</u>	<u>1.812</u>

(\*) Para descontar os créditos tributários ao valor presente, foi utilizada a taxa média de Captação de CDI/SELIC do mês de dezembro de 2004, à taxa de 16,80% a.a.

**e. Movimentação**

Saldo no início do período.....	1.913
Adições de passivos contingentes .....	28
Constituições/Reversões de PCLD, prejuízo fiscal e base negativa de CSSL.....	376
Efeitos MP 2.158-35 - art. 8º.....	(41)
Saldo no fim do período.....	<u>2.276</u>
Representatividade créditos tributários/patrimônio líquido (%).....	5,60%

**12. INVESTIMENTOS**
**a. Participação em sociedade controlada Socopa Sociedade Corretora Paulista S.A.**
**(I) Informações sobre a controlada**

	<u>2004</u>	<u>2003</u>
Capital social .....	7.540	7.540
Patrimônio líquido .....	21.644	17.965
Lucro líquido do exercício .....	1.693	1.940
Atualização dos títulos patrimoniais.....	1.986	1.600
Quantidade de ações possuídas.....	1.200	1.200
Participação - %.....	100	100

**(II) Movimentação de investimento**

	<u>2004</u>	<u>2003</u>
No início do período.....	17.965	14.425
Atualização de títulos patrimoniais.....	1.986	1.600
Equivalência patrimonial .....	<u>1.693</u>	<u>1.940</u>
No fim do período.....	<u>21.644</u>	<u>17.965</u>

**b. Saldos e transações com a Controlada**

	<u>2004</u>	<u>2003</u>
Depósitos à vista .....	168	8
Depósitos interfinanceiros e operações compromissadas.....	13.104	10.254
Valores a receber de sociedades ligadas.....	5	1
Receitas de convênio .....	-	30
Despesas de convênio .....	-	(20)
Despesas de captação.....	(1.857)	(1.433)

As operações com a Controlada foram contratadas a taxas compatíveis com as praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações, considerando-se a ausência de risco.

**c. Outros investimentos (Consolidado)**

Representados, principalmente, por títulos patrimoniais da Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA), no montante de R\$ 4.680 (2003 - R\$ 4.088), da Bolsa de Mercadorias & Futuros (BM&F), no montante de R\$ 6.500 (2003 - R\$ 5.347) e de ações da Companhia Brasileira de Ações e Custódia (CBLIC), no montante de R\$ 1.596 (2003 - R\$ 1.378).

### 13. DEPÓSITOS (PAULISTA)

Por natureza, modalidade, remuneração, e prazo médio:

Modalidade	2004				2003			
	Quantidade cliente	Taxa média (*)	Prazo médio	Valor R\$	Quantidade cliente	Taxa média (*)	Prazo médio	Valor R\$
Depósitos à vista .....	2.066	-	-	10.171	2.580	-	-	14.295
Depósitos a prazo .....	196	-	-	82.064	170	-	-	59.319
Pré-fixado .....	40	16,15	178	4.146	52	14,91	214	6.723
Pós-fixado CDI .....	156	-	579	77.918	116	-	444	52.352
Pós-fixado ANBID .....	-	-	-	-	2	-	249	244
Depósitos interfinanceiros .....	8	-	-	21.089	4	-	-	12.200
Pré-fixado mercado .....	7	17,62	2	7.985	3	23,74	1	1.946
Pré-fixado ligadas .....	1	17,56	2	13.104	1	23,77	1	10.254

(\*) Taxas médias no mês de dezembro

Maiores depositantes	Depósitos à vista		Depósitos a prazo	
	2004	2003	2004	2003
Maior depositante .....	1.256	2.068	18.740	12.111
10 maiores depositantes .....	4.590	6.757	53.480	35.905
20 maiores depositantes .....	6.074	9.227	65.992	45.348

### 14. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES DO EXTERIOR

Os empréstimos no exterior de pré-exportação, destinados à aplicação em operações comerciais de câmbio de compra de moedas estrangeiras relativas a adiantamentos sobre contratos de câmbio, estão sujeitos a taxas de juros pré-fixadas de 8,5% a 10,5% ao ano. Sobre os repasses do exterior, destinados a operações na modalidade da Resolução nº 63, incidem variação cambial e juros de 10% ao ano. As obrigações por empréstimo têm vencimento, basicamente, até 8 de abril de 2005 e as obrigações por repasse em 25 de julho de 2005.

### 15. LIMITES OPERACIONAIS

O Banco Paulista apura seus limites de patrimônio líquido exigido de forma consolidada, dentro dos parâmetros previstos na Resolução nº 2.099 de 17 de agosto de 1994 do Banco Central do Brasil e normativos posteriores. A relação entre o patrimônio líquido apurado na forma consolidada e o total dos ativos ponderados é de 28,82% (2003 - 26,02%).

### 16. CAPITAL SOCIAL E DIVIDENDOS

O capital social do Banco está representado por 117.145.000 (2003 - 112.285.000) ações nominativas, sem valor nominal, divididas em 58.572.500 (2003 - 56.142.500) ações ordinárias e 58.572.500 (2003 - 56.142.500) ações preferenciais.

As ações preferenciais, sem direito a voto, têm prioridade na distribuição de dividendos. Às ações de qualquer espécie é atribuído um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, calculado nos termos da legislação societária brasileira. Em 15 de dezembro de 2004 foram pagos juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 2.807, deduzido o imposto de renda na fonte de R\$ 421. Tendo em vista o pagamento de juros sobre capital próprio, não está sendo proposta a distribuição de dividendos.

Conforme Assembléia Geral Extraordinária de 16 de dezembro de 2004, foi deliberada a elevação do capital social de R\$ 26.140 para R\$ 31.000, sendo R\$ 1.200 com integralização em dinheiro pelos acionistas e R\$ 3.660 com incorporação de lucros acumulados. Esse aumento de capital está em processo de aprovação pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

## 17. FIANÇAS

A classificação do risco de crédito a que o Paulista está exposto nas fianças concedidas, utilizando os mesmos critérios de classificação de créditos utilizados pelo Paulista para atender às normas da Resolução nº 2.682, é a seguinte:

<b>Classificação</b>	<b>2004</b>	<b>2003</b>
A.....	3.501	1.655
B.....	10.407	12.790
C.....	2.816	745
D.....	826	-
	<u>17.550</u>	<u>15.190</u>

As fianças prestadas a clientes estão sujeitas a encargos financeiros e contra garantias entregues pelos beneficiários.

## 18. ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS DE TERCEIROS

O Banco é responsável pela administração de fundos de investimento, cujos patrimônios líquidos totalizavam R\$ 6.280 (consolidado - R\$ 47.769).

## 19. CUSTÓDIA DE VALORES

A responsabilidade pela custódia de valores de clientes monta a R\$ 14.979 (2003 - R\$ 14.166).

## 20. OUTRAS INFORMAÇÕES

a. Outros créditos diversos no ativo circulante e realizável a longo prazo representam basicamente a imposto de renda a compensar no montante de R\$ 1.139 - consolidado R\$ 2.131 (2003 - R\$ 934 - consolidado R\$ 1.787) e devedores por depósitos em garantia no montante de R\$ 469 - consolidado R\$ 1.125 (2003 - R\$ 96 - consolidado R\$ 538).

b. Outras obrigações diversas no passivo circulante representam basicamente a provisão para pagamentos a efetuar no montante de R\$ 936 - consolidado R\$ 1.795 (2003 - R\$ 794 - consolidado R\$ 1.118) e provisão para passivos contingentes no montante de R\$ 162 - consolidado R\$ 287 (2003 - R\$ 115 - consolidado R\$ 199). No exigível a longo prazo, outras obrigações, referem-se a provisões para processos fiscais em discussão.

c. Outras despesas administrativas referem-se, principalmente, a despesas de aluguéis no montante de R\$ 275 - consolidado R\$ 785 (2003 - R\$ 157 - consolidado R\$ 600), despesas de comunicações no montante de R\$ 635 - consolidado R\$ 1.598 (2003 - R\$ 483 - consolidado R\$ 1.259), despesas de materiais no montante de R\$ 227 - consolidado R\$ 634 (2003 - R\$ 188 - consolidado R\$ 479), despesas de processamento de dados no montante de R\$ 1.339 - consolidado R\$ 2.589 (2003 - R\$ 960 - consolidado R\$ 1.987), despesas do sistema financeiro no montante de R\$ 439 - consolidado R\$ 6.153 (2003 - R\$ 278 - consolidado R\$ 2.969), despesas de serviços técnicos especializados no montante de R\$ 1.141 - consolidado R\$ 4.225 (2003 - R\$ 923 - consolidado R\$ 4.117) e despesas de transportes no montante de R\$ 468 - consolidado R\$ 707 (2003 - R\$ 281 - consolidado R\$ 496).

d. Outras receitas e despesas operacionais referem-se, principalmente, a variações monetárias e cambiais, receita de recuperação de encargos e despesas. Outras receitas operacionais no consolidado incluem atualização de títulos patrimoniais da controlada Socopa e receita de bônus concedido pela BOVESPA e BM&F sobre o volume operado.

e. Encontram-se custodiadas em bolsas de valores em nome de clientes 10.081 mil ações (2003 - 14.140 mil), registradas em conta de compensação pelo valor unitário referencial de R\$ 1,00 cada.

f. Resultado não operacional no consolidado referem-se, basicamente, à reversão de provisões não operacionais, despesas de provisões não operacionais e prejuízos na alienação de valores e bens.

g. O Banco é patrocinador de plano de aposentadoria complementar aos seus funcionários desde julho de 2003, administrado pela Bradesco Vida e Previdência S.A., na forma de contribuição definida. As contribuições no exercício totalizaram R\$ 946 (2003 - R\$ 269).

## **DIRETORIA EXECUTIVA**

ALVARO AUGUSTO VIDIGAL  
**Diretor-Presidente**

HOMERO AMARAL JUNIOR  
**Diretor Vice-Presidente**

EVERARDO PEDRO PALAMIM  
**Diretor**

GERSON LUIZ MENDES DE BRITO  
**Diretor**

MARCOS ANTONIO MONTEIRO DE BARROS JUNIOR  
**Diretor**

TARCÍSIO RODRIGUES JOAQUIM  
**Diretor**

GERSON LUIZ MENDES DE BRITO  
**Contador**  
CRC 1SP112144/O-0

## **PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

Aos  
Diretores e Acionistas do  
**BANCO PAULISTA S.A.**  
São Paulo - SP

Examinamos os balanços patrimoniais do Banco Paulista S.A. e os balanços patrimoniais consolidados desse Banco e empresa controlada levantados em 31 de dezembro de 2004 e 2003, e as respectivas demonstrações de resultados, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos, correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.

Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos do Banco e sua controlada; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgadas; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração do Banco e sua controlada, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Paulista S.A. e a posição patrimonial e financeira consolidada desse Banco e empresa controlada em 31 de dezembro de 2004 e 2003, os resultados de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos, correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.



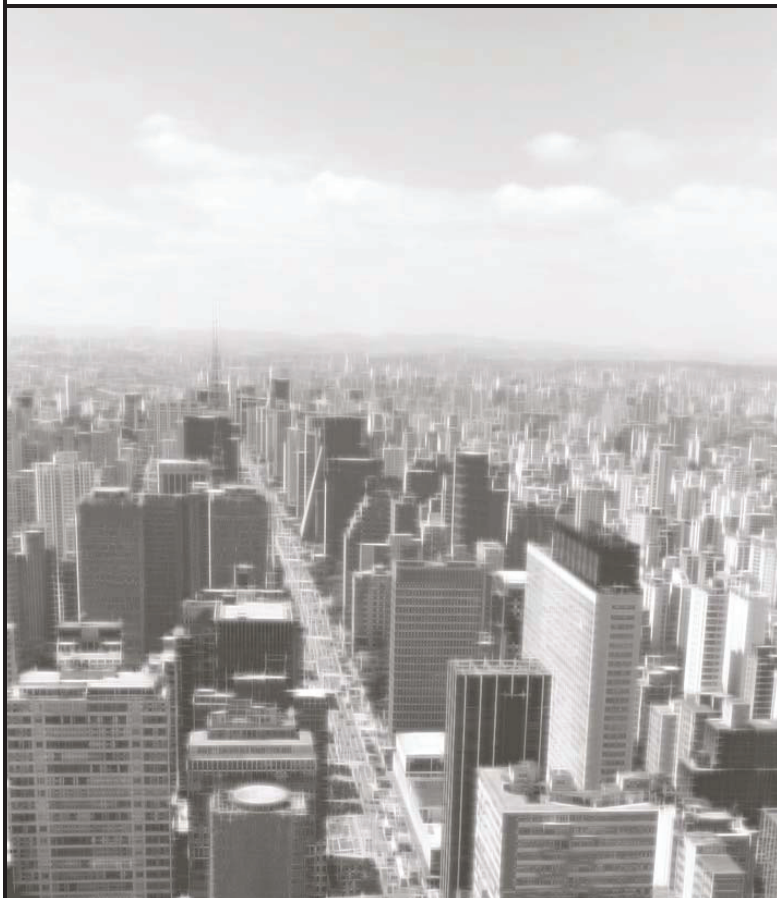
21 de janeiro de 2005

KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP014428/O-6

Walter Iorio  
Contador CRC 1SP084113/O-5



 CORRETORA PAULISTA  
SOCOPA



## RELATÓRIO DA DIRETORIA

O ano de 2004 foi bastante positivo para a Socopa, que cresceu em termos de participação de mercado, aumentou volumes operados na BM&F, abriu caminho para consolidar sua participação nos mercados agrícolas e continuou a avançar, com volumes crescentes, na gestão de recursos de terceiros.

Em resumo, os números são os seguintes:

<u>Receitas</u>	<u>2003</u>	<u>% Total</u>	<u>2004</u>	<u>% Total</u>	<u>Variação %</u>
BOVESPA .....	5.488.111,10	35,35%	8.443.322,93	42,66%	53,85%
BM&F .....	2.004.064,69	12,91%	3.603.929,28	18,21%	79,83%
Aluguel .....	1.281.422,81	8,25%	1.306.804,46	6,60%	1,98%
Renda Fixa .....	1.517.508,23	9,78%	848.369,73	4,29%	-44,09%
Câmbio .....	4.331.808,47	27,91%	4.965.193,59	25,09%	14,62%
Outras .....	899.824,70	5,80%	623.312,73	3,15%	-30,73%
<b>Total .....</b>	<b>15.522.740,00</b>	<b>100,00%</b>	<b>19.790.932,72</b>	<b>100,00%</b>	<b>27,50%</b>

A Socopa administrava, em dezembro de 2004, recursos no total de R\$ 139,4 milhões, assim distribuídos:

	<u>2004</u>	<u>% do Total</u>	<u>Var. 04/03%</u>
Fundos .....	57.062.330,70	40,9%	6,8%
Carteiras .....	10.395.060,11	7,5%	408,3%
Clubes .....	71.956.022,81	51,6%	67,5%
<b>Total Administrado .....</b>	<b>139.413.413,62</b>	<b>100,0%</b>	<b>41,6%</b>

A imagem institucional se consolidou, através da participação da corretora em diversos eventos institucionais e da divulgação de seus trabalhos técnicos, tanto pela imprensa especializada como pelas grandes empresas de comunicação nacional.

Em 31 de dezembro de 2004 os títulos e valores mobiliários classificados na categoria "mantidos até o vencimento" somavam R\$ 723 mil. Em consonância com as normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil – Circular nº 3.068 de 8/11/2001 – esta Administração declara que a instituição tem capacidade financeira para manutenção dos títulos classificados naquela categoria.

Agradecemos o apoio e a confiança de nossos clientes, funcionários e colaboradores.

A Diretoria

(\*) As demonstrações financeiras completas, com suas notas explicativas, auditadas pela KPMG Auditores Independentes, foram publicadas no jornal "O Estado de São Paulo" em 3 de fevereiro de 2005 e no "Diário Oficial do Estado de São Paulo", em 5 de fevereiro de 2005.

## BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO

(EM MILHARES DE REAIS)

<b>ATIVO</b>	<b>2004</b>	<b>2003</b>
<b>Circulante</b> .....	<b>38.262</b>	<b>31.575</b>
Disponibilidades .....	207	111
Aplicações interfinanceiras de liquidez .....	13.104	10.254
Aplicações em depósitos interfinanceiros .....	13.104	10.254
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos .....	2.739	300
Livres .....	2.371	124
Vinculados à prestação de garantias .....	129	85
Instrumentos financeiros derivativos .....	239	91
Outros créditos e outros valores e bens .....	22.212	20.910
Rendas a receber .....	656	468
Negociação e intermediação de valores .....	20.461	19.491
Diversos .....	1.106	977
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa .....	(11)	(26)
<b>Realizável a longo prazo</b> .....	<b>667</b>	<b>1.068</b>
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos .....	-	601
Vinculados à prestação de garantias .....	-	601
Outros créditos e outros valores e bens .....	667	467
Diversos .....	667	467
<b>Permanente</b> .....	<b>13.266</b>	<b>11.324</b>
Investimentos .....	12.960	10.973
Imobilizado de uso .....	306	351
<b>Total do ativo</b> .....	<b>52.195</b>	<b>43.967</b>
<b>PASSIVO</b>		
<b>Circulante</b> .....	<b>29.362</b>	<b>25.244</b>
Instrumentos financeiros derivativos .....	-	347
Operações de swap - diferencial a pagar .....	-	347
Outras obrigações .....	29.362	24.897
Fiscais e previdenciárias .....	1.450	1.508
Negociação e intermediação de valores .....	26.742	22.612
Diversas .....	1.170	777
<b>Exigível a longo prazo</b> .....	<b>1.189</b>	<b>758</b>
Outras obrigações .....	1.189	758
Fiscais e previdenciárias .....	1.189	758
<b>Patrimônio líquido</b> .....	<b>21.644</b>	<b>17.965</b>
Capital social .....	7.540	7.540
Reserva de capital .....	10.610	8.624
Reserva de lucros .....	386	301
Lucros acumulados .....	3.108	1.500
<b>Total do passivo</b> .....	<b>52.195</b>	<b>43.967</b>

## DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

(EM MILHARES DE REAIS)

	Semestre findo em 31 de dezembro de 2004	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2004	2003	
<b>Receitas da intermediação financeira</b> .....	1.977	3.848	3.634
Operações de crédito .....	31	83	8
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários .....	1.441	3.103	3.529
Resultado com instrumentos financeiros derivativos .....	505	660	97
Resultado de operações de câmbio .....	-	2	-
<b>Despesas da intermediação financeira</b> .....	(3)	(23)	11
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa .....	(3)	(23)	11
<b>Resultado bruto da intermediação financeira</b> .....	1.974	3.825	3.645
<b>Outras receitas (despesas) operacionais</b> .....	(469)	(1.036)	(650)
Receita de prestação de serviços .....	10.302	19.668	14.635
Despesas de pessoal .....	(3.042)	(5.925)	(5.426)
Outras despesas administrativas .....	(6.742)	(13.077)	(9.500)
Despesas tributárias .....	(1.518)	(2.676)	(1.210)
Outras receitas operacionais .....	630	1.081	874
Outras despesas operacionais .....	(99)	(107)	(23)
<b>Resultado operacional</b> .....	1.505	2.789	2.995
<b>Resultado antes da tributação sobre o lucro</b> .....	1.505	2.789	2.995
<b>Imposto de renda e contribuição social</b> .....	(528)	(1.068)	(975)
Provisão para imposto de renda .....	(386)	(777)	(702)
Provisão para contribuição social .....	(142)	(291)	(273)
<b>Participação no lucro</b> .....	(8)	(28)	(80)
<b>Lucro líquido do semestre/exercícios</b> .....	969	1.693	1.940
<b>Lucro por ação do capital social no fim do semestre/exercícios - R\$</b> .....	807,50	1.410,83	1.616,67

## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(EM MILHARES DE REAIS)

	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros – legal	Ajuste ao valor de de mercado – TVM e derivativos	Lucros acumulados	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2002</b> ...	7.540	7.022	204	1	(343)	14.424
Atualização de títulos patrimoniais .....	-	1.602	-	-	-	1.602
Ajuste ao valor de mercado TVM e derivativos .....	-	-	-	(1)	-	(1)
Lucro líquido do exercício .....	-	-	-	-	1.940	1.940
Destinações do lucro:						
Reserva legal .....	-	-	97	-	(97)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2003</b> ...	7.540	8.624	301	-	1.500	17.965
Atualização de títulos patrimoniais .....	-	1.986	-	-	-	1.986
Lucro líquido do exercício .....	-	-	-	-	1.693	1.693
Destinações do lucro:						
Reserva legal .....	-	-	85	-	(85)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2004</b> ...	7.540	10.610	386	-	3.108	21.644
<b>Saldos em 30 de junho de 2004</b> .....	7.540	9.520	338	-	2.187	19.585
Atualização de títulos patrimoniais .....	-	1.090	-	-	-	1.090
Lucro líquido do semestre .....	-	-	-	-	969	969
Destinações do lucro:						
Reserva legal .....	-	-	48	-	(48)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2004</b> ...	7.540	10.610	386	-	3.108	21.644

## DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS

(EM MILHARES DE REAIS)

	Semestre findo em 31 de dezembro de 2004	Exercícios findos em 31 de dezembro 2004	2003
<b>Origens de recursos</b> .....	3.966	6.746	18.011
<b>Lucro líquido do semestre/exercícios</b> .....	969	1.693	1.940
<b>Ajuste ao lucro líquido</b> .....	77	157	139
Depreciação .....	77	157	140
Ajuste ao valor de mercado - TVM e derivativos .....	-	-	(1)
<b>Recursos de terceiros originários de</b>			
<b>Aumento do subgrupo do passivo</b> .....	2.920	4.896	15.204
Instrumentos financeiros derivativos .....	-	-	347
Outras obrigações .....	2.920	4.896	14.857
<b>Diminuição dos subgrupos do ativo</b> .....	-	-	712
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos .....	-	-	712
<b>Alienação de bens</b> .....	-	-	16
Imobilizado de uso .....	-	-	16
<b>Aplicações de recursos</b> .....	3.896	6.650	18.062
<b>Inversão em:</b> .....	83	114	146
Imobilizado de uso .....	83	114	146
<b>Aumento dos subgrupos do ativo</b> .....	3.813	6.189	17.916
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos .....	1.919	1.839	-
Aplicações interfinanceiras de liquidez .....	904	2.850	6.801
Outros créditos e outros valores e bens .....	990	1.500	11.115
<b>Redução dos subgrupos do passivo</b> .....	-	347	-
Instrumentos financeiros derivativos .....	-	347	-
<b>Aumento (redução) das disponibilidades</b> .....	70	96	(51)
<b>Modificações na posição financeira</b>			
<b>Disponibilidades</b>			
No início do semestre/exercícios .....	137	111	162
No fim do semestre/exercícios .....	207	207	111
<b>Aumento (redução) das disponibilidades</b> .....	70	96	(51)

## **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

(EM MILHARES DE REAIS)

### **1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A Socopa, controlada do Banco Paulista S.A., tem por objetivo social operar em bolsas de valores, de mercadorias e de futuros, negociar e distribuir títulos e valores mobiliários por conta própria ou de terceiros, e exercer a intermediação em operações de câmbio e demais atividades permitidas e regulamentadas pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

### **2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As demonstrações financeiras da Socopa foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normativos do Banco Central do Brasil (BACEN).

### **3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

#### **a. Apuração de resultado**

O resultado é apurado pelo regime de competência.

#### **b. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos**

Os critérios para registro e avaliação dos títulos e valores mobiliários e dos instrumentos financeiros derivativos são determinados pelas Circulares nºs 3.068, de 8 de novembro de 2001, e 3.082, de 30 de janeiro de 2002, do BACEN.

Resumidamente, esses novos critérios, estabelecidas as condições definidas pelas mencionadas circulares, introduzem o conceito de valor de mercado e de intenção da administração em operar com determinado título e instrumento financeiro derivativo, como base para o registro e a avaliação contábil pertinente a cada item.

#### **c. Outros créditos e outros valores e bens**

Demonstrado pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias em base "pro rata" dia.

#### **d. Permanente**

Demonstrado ao custo, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995. Os títulos patrimoniais das bolsas de valores e de mercadorias são demonstrados como outros investimentos ao valor nominal, atualizados pelos valores fornecidos pelas bolsas e registrados em contrapartida de reserva de capital no patrimônio líquido. A depreciação do imobilizado de uso é calculada pelo método linear com base em taxas que contemplam a vida útil-econômica dos bens.

#### **e. Outras obrigações**

Demonstrado pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias (em base "pro rata" dia).

### **4. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

A provisão para o imposto de renda é constituída à alíquota básica de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A provisão para a contribuição social é constituída à alíquota de 9% do lucro tributável.

### **5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**

#### **a. Critério de precificação**

Para obtenção do valor de mercado dos títulos e valores mobiliários a Socopa utiliza as taxas médias divulgadas pela ANDIMA.

**b. Classificação e valores mobiliários**

	2004						2003
	Faixas de vencimento						
	Valor de custo	Valor de mercado	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Total	Valor de mercado
<b>Títulos para Negociação</b>							
Fundo de Interm. Financeira - BM&F.....	495	495	495	-	-	495	-
Cotas de Fundos de Investimentos .....	-	-	-	-	-	-	48
Letras Financeiras do Tesouro - LFTs .....	1.208	1.202	-	-	1.202	1.202	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN.....	-	-	-	-	-	-	9
Ações de Companhias Abertas.....	51	81	81	-	-	81	95
Total .....	<u>1.754</u>	<u>1.778</u>	<u>576</u>	<u>-</u>	<u>1.202</u>	<u>1.778</u>	<u>152</u>
<b>Títulos Disponíveis para Venda</b>							
Letras Financeiras do Tesouro - LFTs .....	-	-	-	-	-	-	601
Certificados de Depósitos Bancários - CDBs.	-	-	-	-	-	-	20
Letras do Tesouro Nacional - LTN.....	-	-	-	-	-	-	37
Total .....	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>658</u>
<b>Títulos Mantidos até o Vencimento</b>							
Certificados de Depósitos Bancários - CDBs.	723	723	723	-	-	723	-
Total .....	<u>723</u>	<u>723</u>	<u>723</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>723</u>	<u>-</u>
<b>Total Geral.....</b>	<u>2.477</u>	<u>2.501</u>	<u>1.299</u>	<u>-</u>	<u>1.202</u>	<u>2.501</u>	<u>810</u>

A classificação nesta categoria está condicionada à capacidade financeira da Socopa em mantê-los até o resgate, cuja decisão da Administração, está baseada no fluxo de caixa projetado e no seu alto nível de liquidez. Em decorrência, os "títulos mantidos até o vencimento" estão avaliados pelo custo de aquisição e acrescido dos juros incorridos.

**6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS**

A Socopa participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, registrados em contas patrimoniais e de compensação, que se destinam a atender às necessidades de seus clientes, bem como administrar a exposição a riscos de mercado e de taxas de juros. Os valores dos instrumentos financeiros derivativos registrados pelo valor de aquisição e acrescidos dos rendimentos auferidos equivalem, aproximadamente, ao valor de mercado. Os diferenciais a receber na intermediação de swap montam a R\$ 239 (2003 - R\$ 91) e os diferenciais a pagar montam em R\$ 0 (2003 - R\$ 347) e estão apresentados em "Títulos e Valores Mobiliários - Instrumentos Financeiros Derivativos".

Em 31 de dezembro de 2004, o valor nominal dos contratos de opções (ativos financeiros), registrados em contas de compensação totalizam R\$ 272.126 (2003 - R\$ 344.762), realizado por conta de clientes e R\$ 279.941 (2003 - R\$ 343.000) realizado na intermediação de "swap".

**7. NEGOCIAÇÃO E INTERMEDIÇÃO DE VALORES**

	2004		2003	
	Outros créditos	Outras obrigações	Outros créditos	Outras obrigações
Caixa de registro e liquidação.....	11.753	325	15.174	145
Devedores/credores - conta				
"Liquidações pendentes" .....	8.708	25.752	3.304	22.043
Operações c/ ativos financeiros a liquidar.....	-	191	1.013	-
Comissões e corretagens a pagar .....	-	474	-	-
Outros.....	-	-	-	424
	<u>20.461</u>	<u>26.742</u>	<u>19.491</u>	<u>22.612</u>

## 8. INVESTIMENTOS

Representados, principalmente, por títulos patrimoniais da Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA), no montante de R\$ 4.680 (2003 - R\$ 4.088), da Bolsa de Mercadorias & Futuros (BM&F), no montante de R\$ 6.500 (2003 - R\$ 5.347) e de ações da Companhia Brasileira de Ações e Custódia (CBLIC), no montante de R\$ 1.596 (2003 - R\$ 1.378).

## 9. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social é representado por 1.200 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Aos acionistas é atribuído um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, calculado nos termos da legislação societária. No exercício não foram provisionados dividendos.

## 10. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	<u>2004</u>	<u>2003</u>
Despesas de aluguéis.....	510	442
Despesas de comunicação.....	963	776
Despesas de processamento de dados.....	1.250	1.027
Despesas com serviços do sistema financeiro.....	5.714	2.691
Despesas com serviços técnicos.....	3.084	3.204
Outras.....	<u>1.556</u>	<u>1.360</u>
	<u>13.077</u>	<u>9.500</u>

## 11. TRANSAÇÕES COM A CONTROLADORA

	<u>2004</u>	<u>2003</u>
Disponibilidades.....	168	8
Aplicações interfinanceiras de liquidez.....	13.104	10.254
Valores a pagar a sociedades ligadas.....	5	1
Despesas com convênio.....	-	(30)
Receitas com convênio.....	-	20
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários.....	1.857	1.433

As operações com a Controladora foram contratadas a taxas compatíveis com as praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações, considerando-se a ausência de risco.

## 12. OUTRAS INFORMAÇÕES

a. Outros créditos - diversos representam, basicamente, a devedores por depósitos em garantia no montante de R\$ 656 (2003 - R\$ 442) e impostos a compensar no montante de R\$ 978 (2003 - R\$ 854).

b. Outras obrigações - diversos - no passivo circulante representam, basicamente, a provisão de férias e de assessoria técnica no montante de R\$ 567 (2003 - R\$ 367). No exigível a longo prazo, outras obrigações, referem-se a provisões para processos fiscais em discussão.

c. Encontram-se custodiadas em bolsas de valores em nome de clientes 10.081 mil ações (2003 - 14.140 mil), registradas em conta de compensação pelo valor unitário referencial de R\$ 1,00 cada.

d. A Corretora é responsável pela gestão de fundos de investimento, cujos patrimônios líquidos totalizavam R\$ 41.490 (2003 - R\$ 38.632).

e. Outras receitas operacionais referem-se, principalmente, à recuperação de encargos e despesas no montante de R\$ 207 (2003 - R\$ 240), a bônus concedidos pela BOVESPA referente à campanha de estímulo ao aumento de negócios no montante de R\$ 244 (2003 - R\$ 164) e atualização de cotas de fundos de BM&F no montante de R\$ 447 (2003 - R\$ 291).

f. A Socopa é patrocinadora de plano de aposentadoria complementar aos seus funcionários desde julho de 2003, administrado pela Bradesco Vida e Previdência S.A., na forma de contribuição definida. As contribuições no exercício totalizaram R\$ 391 (2003 - R\$ 247).



## **DIRETORIA EXECUTIVA**

ALVARO AUGUSTO VIDIGAL  
**Diretor**

HOMERO AMARAL JUNIOR  
**Diretor**

ALVARO AUGUSTO DE FREITAS VIDIGAL  
**Diretor**

GERSON LUIZ MENDES DE BRITO  
**Diretor**

GILBERTO DE SOUZA BIOJONE FILHO  
**Diretor**

MARCOS ANTONIO MONTEIRO DE BARROS JUNIOR  
**Diretor**

GERSON LUIZ MENDES DE BRITO  
**Contador**  
CRC 1SP112144/O-0

## **PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

Aos  
Diretores e Acionistas da  
**SOCOPA - SOCIEDADE CORRETORA PAULISTA S.A.**  
São Paulo - SP

Examinamos os balanços patrimoniais da Socopa - Sociedade Corretora Paulista S.A. em 31 de dezembro de 2004 e 2003 e as respectivas demonstrações de resultados, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos, correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade da sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.

Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Corretora; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgadas; e (c) a avaliação das práticas e estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Corretora, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Socopa - Sociedade Corretora Paulista S.A. em 31 de dezembro de 2004 e 2003, os resultados de suas operações, as mutações do seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos, correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.



21 de janeiro de 2005

KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP014428/O-6

Walter Iorio  
Contador CRC 1SP084113/O-5



BANCO PAULISTA

[www.bancopaulista.com.br](http://www.bancopaulista.com.br)



CORRETORA PAULISTA

SOCOPA

[www.socopa.com.br](http://www.socopa.com.br)  
investimentos online

Rua Boa Vista, 254 - 2º andar - CEP 01014-907 - São Paulo - SP - Tel.: (11) 3117-6000 - Fax: (11) 3107-7785



BANCO PAULISTA

SOCOPA - CORRETORA PAULISTA

Demonstrações Financeiras  
Exercício 2005

## Relatório da Diretoria

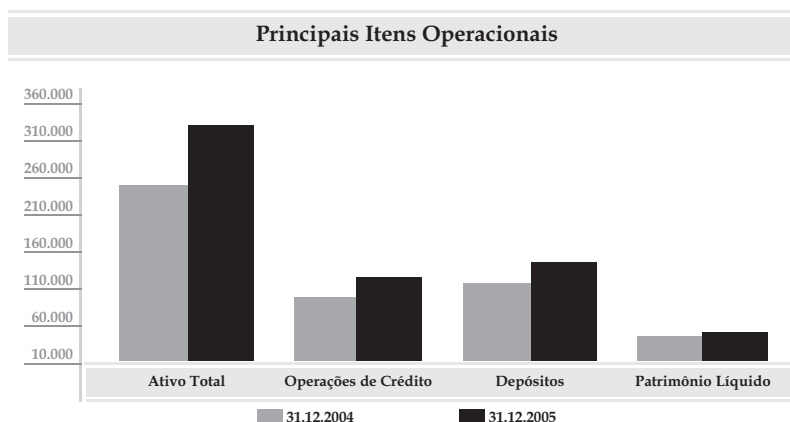
Apresentamos os destaques de nossas atividades no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005 e as respectivas demonstrações financeiras e parecer dos auditores independentes. (\*)

O Banco Paulista manteve seu foco de atuação voltado para o "middle market", procurando oferecer aos clientes produtos e serviços de qualidade. Seu esforço mercadológico tem se concentrado na ampliação da base de clientes, com diversificação e pulverização de riscos.

Neste exercício o Banco continuou buscando o incremento das operações da carteira de câmbio, tendo se mantido entre os maiores bancos em volume de operações em moeda estrangeira - no mercado primário - e em quantidade de operações (fonte: Banco Central do Brasil). Ao mesmo tempo procurou dar forte impulso às operações de crédito pessoal consignado para aposentados e pensionistas do INSS, para funcionários públicos federais, estaduais e municipais e para empregados de empresas privadas.

Em 31 de dezembro de 2005 os títulos e valores mobiliários classificados na categoria "mantidos até o vencimento" somavam R\$ 10.332 mil (2004 - R\$ 8.003 mil). Em consonância com as normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil - Circular nº 3.068 de 8/11/2001 - esta Administração declara que a instituição tem capacidade financeira para manutenção dos títulos classificados naquela categoria.

Os principais itens operacionais apresentam a seguinte evolução (em R\$ mil):



Agradecemos o apoio e a confiança de nossos clientes, funcionários e colaboradores.

A Diretoria

(\*) As demonstrações financeiras completas, com suas notas explicativas, auditadas pela KPMG Auditores Independentes, foram publicadas no jornal "O Estado de São Paulo" e no "Diário Oficial do Estado de São Paulo", em 22 de fevereiro de 2006.

**Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2005 e 2004**
*(Em milhares de reais)*

<b>ATIVO</b>	<b>Paulista</b>		<b>Paulista Consolidado</b>	
	<b>2005</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2004</b>
<b>Circulante</b>	<b>270.279</b>	<b>211.854</b>	<b>291.819</b>	<b>236.828</b>
Disponibilidades	7.510	1.255	7.514	1.294
Em moeda nacional	518	641	522	680
Em moeda estrangeira	6.992	614	6.992	614
Aplicações interfinanceiras de liquidez	36.192	15.234	36.192	15.234
Aplicações em operações compromissadas	35.233	13.381	35.233	13.381
Aplicações em depósitos interfinanceiros	959	1.853	959	1.853
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	86.681	85.238	89.611	87.978
Carteira própria - livres	26.241	30.740	26.241	33.112
Vinculados a operações compromissadas	53.185	47.320	53.185	47.320
Vinculados ao Banco Central	1.312	1.210	1.312	1.210
Instrumentos financeiros derivativos	8	5	8	244
Vinculados a prestação de garantias	5.935	5.963	8.865	6.092
Relações interfinanceiras	347	604	347	604
Créditos vinculados	347	604	347	604
Operações de crédito	91.158	77.318	91.158	77.318
Operações de crédito - setor privado	94.772	81.292	94.772	81.292
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(3.614)	(3.974)	(3.614)	(3.974)
Outros créditos e outros valores e bens	48.391	32.205	66.997	54.400
Carteira de câmbio	41.066	28.411	41.066	28.411
Rendas a receber	177	3	972	658
Negociação e intermediação de valores	-	-	16.640	20.461
Imposto de renda a compensar	1.099	1.139	2.233	2.131
Créditos tributários	1.767	1.895	1.767	1.895
Diversos	4.634	1.009	4.698	1.107
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(352)	(252)	(379)	(263)
<b>Realizável a longo prazo</b>	<b>23.908</b>	<b>7.650</b>	<b>24.744</b>	<b>8.328</b>
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	4.718	6.305	4.718	6.305
Vinculados a prestação de garantias	4.718	6.305	4.718	6.305
Operações de crédito	17.355	494	17.355	494
Operações de crédito - setor privado	18.043	519	18.043	519
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(688)	(25)	(688)	(25)
Outros créditos e outros valores e bens	1.835	851	2.671	1.529
Créditos tributários	722	382	722	382
Diversos	1.113	469	1.949	1.147
<b>Permanente</b>	<b>29.160</b>	<b>24.583</b>	<b>19.196</b>	<b>16.206</b>
Investimentos	26.439	22.295	16.085	13.611
Participação em controlada no país	25.763	21.644	-	-
Outros investimentos	676	651	16.085	13.611
Imobilizado	2.721	2.288	3.111	2.595
Imóveis de uso	2.792	2.792	2.792	2.792
Outras imobilizações de uso	3.529	2.690	4.850	3.808
Depreciações acumuladas	(3.600)	(3.194)	(4.531)	(4.005)
<b>Total do ativo</b>	<b>323.347</b>	<b>244.087</b>	<b>335.759</b>	<b>261.362</b>

*Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2005 e 2004*
*(Em milhares de reais)*

<b>PASSIVO</b>	<b>Paulista</b>		<b>Paulista Consolidado</b>	
	<b>2005</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2004</b>
<b>Circulante</b>	<b>236.741</b>	<b>167.495</b>	<b>247.542</b>	<b>183.581</b>
Depósitos	107.044	88.121	91.725	74.849
Depósitos à vista	12.145	10.171	12.036	10.003
Depósitos interfinanceiros	22.437	21.089	7.227	7.985
Depósitos a prazo	72.446	56.852	72.446	56.852
Depósitos para investimentos	16	9	16	9
Obrigações por operações compromissadas	69.141	47.208	69.141	47.208
Captações no mercado aberto				
Carteira própria	53.139	47.208	53.139	47.208
Carteira de terceiros	16.002	-	16.002	-
Relações interdependências e interfinanceiras	239	20	239	20
Recursos em trânsito de terceiros	239	20	239	20
Obrigações por empréstimos e repasses	25.129	11.400	25.129	11.400
Empréstimos no exterior	25.092	11.071	25.092	11.071
Repasses do país instituições oficiais	37	39	37	39
Repasses do exterior	-	290	-	290
Outras obrigações	35.188	20.746	61.308	50.104
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	50	43	50	43
Carteira de câmbio	29.456	17.889	29.456	17.889
Fiscais e previdenciárias	907	1.004	2.083	2.454
Negociação e intermediação de valores	-	-	23.863	26.742
Diversas	4.775	1.810	5.856	2.976
<b>Exigível a longo prazo</b>	<b>40.532</b>	<b>35.937</b>	<b>42.143</b>	<b>37.126</b>
Depósitos	34.749	25.213	34.749	25.213
Depósitos a prazo	34.749	25.213	34.749	25.213
Obrigações por empréstimos e repasses	-	6.672	-	6.672
Repasses do país - instituições oficiais	-	36	-	36
Repasses do exterior	-	6.636	-	6.636
Outras obrigações	5.783	4.052	7.394	5.241
Fiscais e previdenciárias	5.783	4.052	7.394	5.241
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>46.074</b>	<b>40.655</b>	<b>46.074</b>	<b>40.655</b>
Capital social - domiciliados no país	31.000	26.140	31.000	26.140
Aumento de capital	1.300	4.860	1.300	4.860
Reserva de capital	95	76	95	76
Reservas de lucros	1.422	1.067	1.422	1.067
Lucros acumulados	12.257	8.512	12.257	8.512
<b>Total do passivo</b>	<b>323.347</b>	<b>244.087</b>	<b>335.759</b>	<b>261.362</b>

## Demonstrações de Resultados

(Em milhares de reais)

		Paulista		Paulista Consolidado	
	Semestre findo em 31 de Dezembro de 2005	Exercícios findos em 31 de Dezembro			
		2005	2004	2005	2004
Receitas da intermediação financeira	30.404	53.514	42.184	55.771	44.176
Operações de crédito	17.114	29.044	18.312	29.063	18.395
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	10.585	21.049	16.972	22.139	18.218
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	(32)	(53)	2	1.092	663
Resultado de operações de câmbio	2.737	3.474	6.898	3.477	6.900
Despesas da intermediação financeira	(18.724)	(32.931)	(25.695)	(30.611)	(23.861)
Operações de captações no mercado	(16.378)	(30.245)	(20.554)	(27.808)	(18.698)
Empréstimos, cessões e repasses	(1.286)	(1.361)	(2.847)	(1.361)	(2.847)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.060)	(1.325)	(2.294)	(1.442)	(2.316)
Resultado bruto da intermediação financeira	11.680	20.583	16.489	25.160	20.315
Outras receitas (despesas) operacionais	(7.489)	(12.927)	(8.694)	(16.552)	(11.423)
Receita de prestação de serviços	3.483	6.480	4.160	28.020	23.827
Despesas de pessoal	(5.458)	(10.486)	(9.555)	(16.809)	(15.480)
Outras despesas administrativas	(5.282)	(9.101)	(5.060)	(24.567)	(18.137)
Despesas tributárias	(1.696)	(2.965)	(2.456)	(5.691)	(5.131)
Resultado de participação em controlada	2.192	4.119	3.679	-	-
Outras receitas operacionais	100	621	1.256	4.113	4.323
Outras despesas operacionais	(828)	(1.595)	(718)	(1.618)	(825)
Resultado operacional	4.191	7.656	7.795	8.608	8.892
Resultado não operacional	26	55	48	55	48
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	4.217	7.711	7.843	8.663	8.940
Imposto de renda e contribuição social	318	(263)	(69)	(1.172)	(1.138)
Provisão para imposto de renda	(141)	(415)	(351)	(1.088)	(1.129)
Provisão para contribuição social	9	(80)	(123)	(316)	(414)
Ativo fiscal diferido	450	232	405	232	405
Participação no lucro	(232)	(347)	(406)	(390)	(434)
Lucro líquido do semestre/exercício	4.303	7.101	7.368	7.101	7.368
Lucro líquido por lote de mil ações do capital social - R\$	36,33	59,95	62,90		

## Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

(Em milhares de reais)

			Reserva de Capital			
	Capital Realizado	Aumento de Capital	Subvenção para Investimento	Reservas de Lucros - Legal	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2003	26.140	-	52	699	7.979	34.870
Aumento de capital						
Com lucros	-	3.660	-	-	(3.660)	-
Em espécie	-	1.200	-	-	-	1.200
Atualização de títulos patrimoniais	-	-	24	-	-	24
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	7.368	7.368
Destinações do lucro						
Reserva legal	-	-	-	368	(368)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(2.807)	(2.807)
Saldos em 31 de dezembro de 2004	26.140	4.860	76	1.067	8.512	40.655
Aprovação do Aumento de Capital	4.860	(4.860)	-	-	-	-
Aumento de capital em espécie	-	1.300	-	-	-	1.300
Atualização de títulos patrimoniais	-	-	19	-	-	19
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	7.101	7.101
Destinações do lucro						
Reserva legal	-	-	-	355	(355)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(3.001)	(3.001)
Saldos em 31 de dezembro de 2005	31.000	1.300	95	1.422	12.257	46.074
Saldos em 30 de junho de 2005	31.000	-	99	1.207	11.170	43.476
Aumento de capital em espécie	-	1.300	-	-	-	1.300
Atualização de títulos patrimoniais	-	-	(4)	-	-	(4)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	4.303	4.303
Destinações do lucro						
Reserva legal	-	-	-	215	(215)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(3.001)	(3.001)
Saldos em 31 de dezembro de 2005	31.000	1.300	95	1.422	12.257	46.074

## Demonstrações das Origens e Aplicações de Recursos

*(Em milhares de reais)*

		Paulista		Paulista Consolidado	
	Semestre findo em 31 de Dezembro de 2005	Exercícios findos em 31 de Dezembro			
		2005	2004	2005	2004
Origens dos recursos	319.069	79.132	73.377	75.916	77.110
Lucro líquido do semestre/exercício	4.303	7.101	7.368	7.101	7.368
Ajustes ao lucro líquido	(1.911)	(3.592)	(3.254)	(1.801)	(1.404)
Atualização de títulos patrimoniais	-	-	-	(2.449)	(1.987)
Resultado de participação em controlada	(2.192)	(4.119)	(3.679)	-	-
Depreciação	281	527	425	648	583
Recursos dos acionistas					
Aumento de capital em espécie	1.300	1.300	1.200	1.300	1.200
Recursos de terceiros originários de:					
Aumento dos subgrupos do passivo	26.314	73.841	61.390	68.978	63.273
Depósitos	14.807	28.459	27.520	26.412	24.510
Obrigações por operações compromissadas	11.265	21.933	30.629	21.933	30.629
Relações interfinanceiras e interdependências	-	219	-	219	-
Obrigações por empréstimos e repasses	242	7.057	2.123	7.057	2.123
Outras obrigações	-	16.173	1.118	13.357	6.011
Redução dos subgrupos do ativo	288.990	402	6.553	258	6.553
Aplicações interfinanceiras de liquidez	7.666	-	5.265	-	5.265
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	-	144	-	-	-
Relações interfinanceiras e interdependências	227	258	1.288	258	1.288
Outros créditos e outros valores e bens	281.097	-	-	-	-
Alienação de bens	73	80	120	80	120
Imobilizado de uso	73	80	120	80	120
Aplicações de recursos	314.940	72.877	74.481	69.696	78.278
Juros sobre capital próprio	3.001	3.001	2.807	3.001	2.807
Inversões em:	612	1.047	602	1.250	716
Investimentos	-	6	25	6	25
Imobilizado de uso	612	1.041	577	1.244	691
Aumento dos subgrupos do ativo	28.835	68.829	70.366	65.445	73.702
Aplicações interfinanceiras de liquidez	-	20.958	-	20.958	-
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	18.283	-	56.550	47	58.389
Operações de crédito	10.552	30.701	9.839	30.700	9.839
Outros créditos e outros valores e bens	-	17.170	3.977	13.740	5.474
Redução dos subgrupos do passivo	282.492	-	706	-	1.053
Relações interfinanceiras e interdependências	477	-	706	-	706
Instrumentos financeiros derivativos	2	-	-	-	347
Outras obrigações	282.013	-	-	-	-
Aumento/(redução) das disponibilidades	4.129	6.255	(1.104)	6.220	(1.168)
Modificações na posição financeira					
Disponibilidades:					
No início do semestre/exercício	3.381	1.255	2.359	1.294	2.462
No fim do semestre/exercício	7.510	7.510	1.255	7.514	1.294
Aumento/(redução) das disponibilidades	4.129	6.255	(1.104)	6.220	(1.168)



## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(Em milhares de reais)

### 1) CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Paulista S.A. é uma sociedade de capital fechado, constituído sob a forma de banco comercial. Seu foco de atuação é concentrado em operações de crédito para pessoas jurídicas, CDC consignado, financiamento de veículos e em operações de câmbio, basicamente em operações de comércio exterior e financeiro. Através de sua subsidiária integral Socopa - Sociedade Corretora Paulista S.A. atua na intermediação de operações junto à bolsas de Valores de São Paulo - Bovespa, de Mercadorias & Futuros - BM&F e na administração de fundos e clubes de investimento.

### 2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras do Banco Paulista S.A. (Paulista) e as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Paulista S.A. e sua controlada integral Socopa - Sociedade Corretora Paulista S.A. (Consolidado) foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as diretrizes emanadas pela Lei das Sociedades por Ações, pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e pelo Banco Central do Brasil (Bacen).

No processo de consolidação, os saldos das contas patrimoniais e os valores das transações entre o Paulista e a empresa Controlada foram eliminados.

Os títulos e valores mobiliários, que de acordo com a Circular nº 3068/01 do Bacen foram classificados em "títulos para negociação", estão sendo apresentados no ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento.

Essas demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas utilizadas na obtenção de determinados saldos contábeis tais como, a provisão para créditos de liquidação duvidosa, a provisão para passivos contingentes e a mensuração de determinados ativos a valor de mercado. Os saldos efetivos podem ser diferentes dessas estimativas e premissas.

### 3) DESCRIÇÃO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS E CRITÉRIOS DE CONSOLIDAÇÃO

#### a. Apuração de resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência considerando-se o critério pro rata dia. As operações de natureza financeira são atualizadas pelo método exponencial, com exceção das operações com títulos descontados e operações relacionadas com o exterior, cujo método de atualização é linear. Estão atualizadas até a data do balanço as operações pós-fixadas e aquelas em moedas estrangeiras.

#### b. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são classificados e valorizados conforme segue:

- **Títulos para negociação** - Títulos e valores mobiliários adquiridos com a intenção de serem ativos e freqüentemente negociados, registrados pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos incorridos até a data do balanço e ajustados a valor de mercado, tendo como contrapartida o resultado do período.
- **Títulos disponíveis para venda** - Títulos que podem ser negociados, contudo não adquiridos com o propósito de serem ativos e freqüentemente negociados, sendo registrados pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos incorridos até a data do balanço e ajustados a valor de mercado, tendo como contrapartida conta destacada do patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários.
- **Títulos mantidos até o vencimento** - Títulos e valores mobiliários adquiridos com a intenção de manter-se em carteira até seu vencimento, considerando a capacidade financeira da instituição, registrados pelo custo de aquisição acrescidos dos rendimentos incorridos até a data do balanço e quando de algum indicativo de perda definitiva, constituído provisão para perdas

#### c. Instrumentos financeiros derivativos

As operações com instrumentos financeiros derivativos onde o banco atua fundamentalmente como intermediário, têm os valores a receber ou pagar registrados em outros créditos/outras obrigações, sendo valorizados de acordo com o prazo de fluência da operação.

As operações com instrumentos financeiros derivativos próprios, são classificadas de acordo com a intenção da administração em utilizá-los como instrumento de proteção (hedge) ou não, conforme Circular nº 3082 do Bacen. Os instrumentos financeiros, de acordo com a referida circular, são valorizados tomando-se por base seu valor de mercado.

#### d. Operações de crédito

As operações de crédito são registradas pelo seu valor de realização e valorizadas com base no indexador e na taxa contratada da operação, sendo suas rendas reconhecidas pro rata dia em resultado. As operações com atraso superior a 60 dias são valorizadas da mesma forma, sendo que as receitas são registradas em rendas a apropriar.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída observando-se os parâmetros definidos pela Resolução nº 2.682 do Bacen, que determina:

- A classificação das operações em nove diferentes níveis de riscos (AA - H), que levam em consideração o valor das operações, as garantias existentes, as características dos clientes, o nível de atraso das operações, a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais da carteira, entre outros fatores;
- As operações de crédito em atraso classificadas em "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão e controladas em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial;
- As operações renegociadas são mantidas no nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito, que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas em "H" e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos quando de seu efetivo recebimento; e
- A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa é apurada levando-se em consideração a classificação das operações de crédito em seus respectivos níveis de risco e é julgada, pela Administração, com base em sua experiência passada, conjuntura econômica e os riscos globais da carteira, suficiente para cobrir as prováveis perdas.

*e. Imposto de renda, contribuição social, PIS e COFINS (ativo e passivo)*

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social, bem como a provisão para imposto de renda e contribuição social e demais impostos e contribuições foram constituídos tomando-se por base a legislação vigente e as seguintes alíquotas:

- Imposto de renda - 10%
- Adicional de imposto de renda - 15%
- PIS - 0,65%
- COFINS - 4%
- Contribuição social sobre o lucro líquido - 9%

*f. Outros ativos circulantes e realizáveis a longo prazo*

Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos, em base pro rata dia.

*g. Permanente*

Demonstrado ao custo, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, combinado com os seguintes aspectos:

- Participação em sociedade controlada, avaliada pelo método da equivalência patrimonial.
- Depreciação do imobilizado de uso, calculada pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil-econômica dos bens, como segue: imóveis de uso - 4%, sistemas de processamento de dados e de transporte - 20% e demais contas - 10%.
- Os títulos patrimoniais das bolsas de valores e de mercadorias são demonstrados como outros investimentos ao valor nominal, atualizados pelos valores fornecidos pelas bolsas, e registrados em contrapartida de reserva de capital no patrimônio líquido.

*h. Depósitos, captações no mercado aberto e obrigações por empréstimos no exterior*

Estão demonstrados pelo valor da exigibilidade e incluem, quando aplicável, os encargos até a data do balanço, reconhecidos de forma pro rata dia.

*i. Outros passivos circulantes e exigíveis a longo prazo*

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar e acrescidos dos encargos e das variações monetárias em base pro rata dia incorridos.

As provisões para perdas em processos judiciais são constituídas considerando-se a opinião dos assessores jurídicos do Banco, a natureza das ações, sua complexidade, o posicionamento dos tribunais para causas de natureza semelhante e a experiência da Administração. Dessa forma, a Administração entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas prováveis nos respectivos processos judiciais.

#### **4) CONTROLES DE GERENCIAMENTO DE RISCO**

A administração do Paulista adota políticas consideradas conservadoras. Neste contexto, quando necessário, os riscos são tratados conforme abaixo descrito:

*a. Risco de mercado*

O Paulista utiliza a metodologia "value-at-risk" para mensurar o risco de mercado (taxas de juros). Essa metodologia é baseada em técnicas de simulação e análise dos cenários. O "value-at-risk" é calculado diariamente, considerando todos os ativos expostos à variação das taxas de juros. Os cenários históricos utilizados permitem a correlação entre os ativos e as suas classes. No caso de taxas de juros tem sido utilizado o modelo previsto pelo Banco Central do Brasil (Circular nº 2.972).

**b. Risco de crédito**

O Paulista adota um conjunto rigoroso de procedimentos de análise de crédito e classificação de riscos, cujo foco principal é a avaliação da capacidade de pagamento, natureza de suas operações, nas garantias prestadas, cronograma da dívida, qualidade dos ativos e cobertura de juros e capital de giro. Aspectos de natureza qualitativa, tais como orientação estratégica, setor econômico, mercado, especialização, ambiente regulatório e participação no mercado, são sistematicamente avaliados e complementam o processo de análise de crédito. A aprovação dos créditos é de competência do Comitê de Crédito - formado por membros da Diretoria Executiva e da alta gerência. Os créditos são acompanhados e revisados constantemente.

**c. Risco de liquidez**

O Paulista mantém uma forte estrutura de capital, com baixo grau de alavancagem e alta liquidez. Ainda, protegendo a liquidez o Paulista zela por uma elevada diversificação e baixa concentração de valores, de devedores e depositantes.

**d. Limites operacionais**

O Banco Paulista apura seus limites de patrimônio líquido exigido de forma consolidada, dentro dos parâmetros previstos na Resolução nº 2.099 de 17 de agosto de 1994 do Banco Central do Brasil e normativos posteriores. A relação entre o patrimônio líquido apurado na forma consolidada e o total dos ativos ponderados é de 24,48%.

**5) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (PAULISTA E CONSOLIDADO)**
**a. Títulos e valores mobiliários**

Por natureza e faixas de vencimento:

Títulos	Títulos a Valores Contábeis					
	Sem Vencimento	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	2005	Total 2004
<b>Títulos para Negociação</b>	<b>6</b>	<b>63.981</b>	<b>17.073</b>	<b>-</b>	<b>81.059</b>	<b>83.535</b>
Letras Financeiras do Tesouro	-	63.981	17.073	-	81.053	83.499
Ações de Companhias Abertas	6	-	-	-	6	36
<b>Títulos Mantidos até o Vencimento</b>	<b>-</b>	<b>5.613</b>	<b>2.236</b>	<b>2.482</b>	<b>10.332</b>	<b>8.003</b>
Letras Financeiras do Tesouro	-	5.613	2.236	2.482	10.332	8.003
<b>Total Paulista</b>	<b>6</b>	<b>69.594</b>	<b>19.309</b>	<b>2.482</b>	<b>91.391</b>	<b>91.538</b>
<b>Títulos para Negociação de</b>						
<b>Empresa Controlada</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2.930</b>	<b>-</b>	<b>2.930</b>	<b>1.778</b>
Fundos de Interm. Financeira - BM&F	-	-	-	-	-	495
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	2.930	-	2.930	1.202
Ações de Companhias Abertas	-	-	-	-	-	81
<b>Títulos Mantidos até o Vencimento de Empresa Controlada</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>723</b>
Certificados de Depósito Bancário	-	-	-	-	-	723
<b>Total Consolidado</b>	<b>6</b>	<b>69.594</b>	<b>22.239</b>	<b>2.482</b>	<b>94.321</b>	<b>94.039</b>

Por natureza, valor do custo de aquisição e de mercado e parâmetros utilizados:

Títulos	Consolidado		
	Custo de Aquisição (a)	Valor de Mercado (b)	Ajuste a Valor de Mercado
<b>Títulos para Negociação</b>	<b>83.921</b>	<b>83.989</b>	<b>68</b>
Letras Financeiras do Tesouro - Carteira Própria	24.418	24.434	16
Letras Financeiras do Tesouro - Vinculados a Compromissos de Recompra	53.174	53.185	11
Letras Financeiras do Tesouro - Vinculados ao Banco Central	1.299	1.312	13
Letras Financeiras do Tesouro - Vinculados à Prestação de Garantias	5.024	5.052	28
Ações de Companhias Abertas - Carteira Própria	6	6	-
<b>Títulos Mantidos até o Vencimento (c)</b>	<b>10.332</b>	<b>10.299</b>	<b>(32)</b>
Letras Financeiras do Tesouro - Carteira Própria	1.801	1.801	1
Letras Financeiras do Tesouro - Vinculados à Prestação de Garantias	8.531	8.498	(33)

(a) Nos casos de títulos de renda fixa, refere-se ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e no caso das ações custo de aquisição.

(b) O valor de mercado dos títulos públicos federais é obtido através dos preços do mercado secundário divulgados pela ANDIMA; e das ações pela cotação média disponível no último pregão do mês ou, na falta desta, a cotação mais recente em pregões anteriores publicados no Boletim Diário de cada Bolsa.

(c) A classificação na categoria mantidos até o vencimento está condicionada à capacidade financeira do Paulista em mantê-los até o resgate. A decisão da Administração, está baseada no fluxo de caixa projetado e no seu alto nível de liquidez. O ajuste a valor de mercado é meramente informativo, não estando registrado na contabilidade, nos termos da Circular Bacen nº 3.068/01.

**b. Instrumentos financeiros derivativos**

O Banco participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, registrados em contas patrimoniais e de compensação, que se destinam a atender às necessidades de seus clientes.

Em 31 de dezembro de 2005 as operações de "swap", que possuem vencimento em até um ano, estavam distribuídas conforme abaixo:

Tipo	Paulista e Consolidado		Paulista Consolidado	
	Posição Própria		Intermediação - Posição de Terceiros	
	Valor Original do Contrato	Valor a Receber (Mercado)	Valor Original do Contrato	Valor a Receber
<b>Ativo</b>				
DI	1.000	985	110.084	138.094
DOL	1.000	1.050	31.084	28.146
IGPM	-	-	29.000	35.271
PRÉ	12.529	12.591	50.000	57.549
<b>Subtotal</b>	<b>14.529</b>	<b>14.626</b>	<b>220.168</b>	<b>259.060</b>
<b>Passivo</b>				
DI	13.529	13.589	110.084	138.094
DOL	1.000	1.029	31.084	28.146
IGPM	-	-	29.000	35.248
PRÉ	-	-	50.000	57.485
<b>Subtotal</b>	<b>14.529</b>	<b>14.618</b>	<b>220.168</b>	<b>258.973</b>
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>8</b>	<b>-</b>	<b>87</b>

**6) OPERAÇÕES DE CRÉDITO (PAULISTA E CONSOLIDADO)**
**a. Composição da carteira de crédito por tipo de operações e prazos de vencimento**

Níveis de Risco	Parcelas Vencidas (1)	A vencer				Total de Operações 2005	Total de Operações 2004
		1 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias		
<b>Operações de Crédito</b>	<b>1.421</b>	<b>64.545</b>	<b>13.390</b>	<b>15.416</b>	<b>18.043</b>	<b>112.815</b>	<b>81.810</b>
Empréstimos	790	38.173	6.921	3.566	1.626	51.076	42.607
Conta Garantida	212	16.675	659	-	-	17.546	26.880
CDC	300	5.330	4.710	7.811	14.271	32.422	2.698
Duplicatas	4	597	-	-	-	601	1.095
Notas Promissórias	-	701	-	-	-	701	433
Resolução 63	-	-	-	-	-	-	3.371
Financiamentos - Fname	-	38	-	-	-	38	76
Aquisição de Direitos							
Cred. c/ Coobrigação	105	616	573	890	943	3.127	246
Vendor	-	-	-	-	-	-	105
Compror	-	474	-	-	-	474	82
Financiamento de Veículos	10	354	326	560	1.202	2.452	76
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	-	1.587	201	2.589	-	4.377	3.319
Financiamentos Moeda Estrangeira	-	-	-	-	-	-	822
Outros Créditos	-	-	-	-	1	1	-
<b>Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio</b>	<b>25</b>	<b>9.103</b>	<b>1.744</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>10.872</b>	<b>11.690</b>
<b>Total Operações com Característica de Concessão de Crédito</b>	<b>1.446</b>	<b>73.648</b>	<b>15.134</b>	<b>15.416</b>	<b>18.043</b>	<b>123.687</b>	<b>93.500</b>
Avais e Fianças (2)	-	4.097	1.392	11.979	298	17.766	17.550
<b>Total com Avais e Fianças</b>	<b>1.446</b>	<b>77.745</b>	<b>16.526</b>	<b>27.395</b>	<b>18.341</b>	<b>141.453</b>	<b>111.050</b>

(1) Parcelas vencidas a partir de quinze dias.

(2) Contabilizados em Contas de Compensação.

**b. Composição da carteira de operações de crédito e da provisão para perdas nos correspondentes níveis de risco**

Nível de Risco	Crédito de Curso Normal	Crédito de Curso Anormal (1)	Saldo Total 2005	Saldo Total 2004	Provisões 2005	Provisões 2004
AA	-	-	-	-	-	-
A	15.307	-	15.307	3.546	77	17
B	60.698	1.074	61.772	38.233	927	972
C	35.313	3.603	38.916	47.125	1.557	1.692
D	4.673	59	4.732	2.765	473	280
E	1.626	62	1.688	312	506	94
F	47	27	74	388	37	194
G	354	48	402	432	281	303
H	5	791	796	699	796	699
<b>Total</b>	<b>118.023</b>	<b>5.664</b>	<b>123.687</b>	<b>93.500</b>	<b>4.654</b>	<b>4.251</b>

(1) Contratos com parcelas vencidas a partir de quinze dias.

**c. Composição da carteira de crédito por tipo de cliente e atividade econômica**

	2005		2004	
	Operações de Crédito	Participação no Total	Operações de Crédito	Participação no Total
<b>Pessoa Física</b>	<b>38.619</b>	<b>31,2%</b>	<b>4.891</b>	<b>5,2%</b>
<b>Pessoa Jurídica</b>	<b>85.068</b>	<b>68,8%</b>	<b>88.609</b>	<b>94,8%</b>
Indústria	56.493	45,7%	49.104	52,5%
Comércio	6.097	4,9%	9.767	10,5%
Outros Serviços	22.478	18,2%	29.738	31,8%
<b>Total</b>	<b>123.687</b>	<b>100,0%</b>	<b>93.500</b>	<b>100,0%</b>

**d. Movimentação da provisão para operações de crédito**

	2005	2004
<b>Saldo Inicial da Provisão</b>	<b>4.251</b>	<b>2.472</b>
(+) Adições	1.325	2.294
(-) Baixas	(922)	(515)
<b>Saldo Final da Provisão</b>	<b>4.654</b>	<b>4.251</b>

**e. Risco de crédito por cliente (maiores devedores)**

	2005		2004	
	Valor	% Carteira	Valor	% Carteira
Maior	5.636	4,6	5.518	5,9
10 maiores	35.945	29,1	27.633	29,6
20 maiores	50.501	40,8	41.586	44,5

**f. Montante de operações renegociadas e recuperadas**

Em 31 de dezembro de 2005, o montante de operações de crédito renegociadas era de R\$ 92 (R\$ 1.051 - 2004).

Neste exercício, foram recuperados créditos, anteriormente baixados contra provisão, no montante de R\$ 328 (R\$ 69 - 2004).

**7) OUTROS CRÉDITOS E OUTROS VALORES E BENS**
**a. Carteira de câmbio (Paulista e Consolidado)**

	2005		2004	
	Outros Créditos	Outras Obrigações	Outros Créditos	Outras Obrigações
Câmbio comprado a liquidar	33.722	-	20.288	-
Direitos sobre venda de câmbio	7.481	-	8.716	-
Câmbio vendido a liquidar	-	7.237	-	8.701
Obrigações por compra de câmbio	-	33.035	-	20.813
Adiantamentos recebidos em moeda nacional	(194)	-	(614)	-
Adiantamentos sobre contrato de câmbio	-	(10.816)	-	(11.668)
Outros	57	-	21	43
	<b>41.066</b>	<b>29.456</b>	<b>28.411</b>	<b>17.889</b>

Do saldo de adiantamentos sobre contrato de câmbio, R\$ 9.651 (2004 - R\$ 8.269) referem-se a letras entregues e R\$ 1.165 (2004 - R\$ 3.399) a mercadorias embarcadas (letras a entregar).

**b. Negociação e intermediação de valores (Consolidado)**

	2005		2004	
	<u>Outros</u> <u>Créditos</u>	<u>Outras</u> <u>Obrigações</u>	<u>Outros</u> <u>Créditos</u>	<u>Outras</u> <u>Obrigações</u>
Caixa de registro e liquidação	10.793	6.372	11.753	325
Devedores/credores - conta "liquidações pendentes"	5.760	16.864	8.708	25.752
Oper. com ativos financ.a liquidar	-	162	-	191
Intermediação de swap	87	-	-	-
Comissões e corretagens a pagar	-	465	-	474
<b>Total</b>	<b>16.640</b>	<b>23.863</b>	<b>20.461</b>	<b>26.742</b>

**c. Outros créditos diversos (Paulista e Consolidado)**

Outros créditos diversos no ativo circulante e realizável a longo prazo representam, basicamente, devedores por depósitos em garantia no montante de R\$ 1.113 - consolidado R\$ 1.949 (2004 - R\$ 469 - consolidado R\$ 1.125), impostos e contribuições a compensar no montante de R\$ 1.099 - consolidado R\$ 2.233 (2004 - R\$ 1.139 - consolidado R\$ 2.131) e despesas antecipadas R\$ 2.795 (comissões amortizadas pelo prazo dos contratos de crédito).

**8) INVESTIMENTOS**
**a. Participação em sociedade controlada Socopa Sociedade Corretora Paulista S.A.**

(I) Informações sobre a controlada

	2005	2004
Capital social	7.540	7.540
Patrimônio líquido	25.763	21.644
Lucro líquido do exercício	1.670	1.693
Atualização dos títulos patrimoniais	2.449	1.986
Quantidade de ações possuídas	1.200	1.200
Participação - %	100	100

No Paulista o resultado de equivalência patrimonial contempla a participação no resultado e a atualização dos títulos patrimoniais da Controlada. No Consolidado a atualização dos títulos patrimoniais foi reclassificada para "Outras Receitas Operacionais"

**b. Outros investimentos (Consolidado)**

Representados, principalmente, por títulos patrimoniais da Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA), no montante de R\$ 5.748 (2004 - R\$ 4.680), da Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&F) R\$ 7.595 (2004 - R\$ 6.510) e de ações da Companhia Brasileira de Ações e Custódia (CBLC) R\$ 1.872 (2004 - R\$ 1.596) e da Câmara de Liquidação e Custódia (CETIP) R\$ 402 (2004 - R\$ 364).

**9) DEPÓSITOS (PAULISTA E CONSOLIDADO)**
**Maiores depositantes (por grupo econômico)**

	2005		2004	
	<u>À Vista</u>	<u>A Prazo</u>	<u>À Vista</u>	<u>A Prazo</u>
Maior	2.602	17.727	1.256	18.740
10 maiores	7.200	62.979	4.590	53.480
20 maiores	8.474	80.831	6.074	65.992

**Faixas de Vencimento**

<u>Descrição</u>	<u>Sem</u> <u>Vencimento</u>	<u>1 a</u> <u>90 dias</u>	<u>91 a</u> <u>180 dias</u>	<u>181 a</u> <u>360 dias</u>	<u>Acima de</u> <u>360 dias</u>	2005	2004
Depósitos	12.161	51.414	26.681	16.788	34.749	141.793	113.334
À Vista	12.145	-	-	-	-	12.145	10.171
A Prazo	-	30.145	26.681	15.620	34.749	107.195	82.065
Interfinanceiros	-	21.269	-	1.168	-	22.437	21.089
Outros	16	-	-	-	-	16	9

**10) OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES DO EXTERIOR (PAULISTA E CONSOLIDADO)**

Os empréstimos no exterior de pré-exportação, destinados à aplicação em operações comerciais de câmbio de compra de moedas estrangeiras relativas a adiantamentos sobre contratos de câmbio, estão sujeitos a taxas de juros pré-fixadas de 5,5% a 7% ao ano (2004 - 8,5% a 10,5%). As obrigações por empréstimo têm vencimento, basicamente, até 24 de maio de 2006 (2004 - 25 de julho de 2005).

#### 11) OUTRAS OBRIGAÇÕES (PAULISTA E CONSOLIDADO)

Outras obrigações diversas no passivo circulante representam basicamente a provisão para pagamentos a efetuar no montante de R\$ 1.633 - consolidado R\$ 2.547 (2004 - R\$ 936 - consolidado R\$ 1.795) e provisão para passivos contingentes no montante de R\$ 437 - consolidado R\$ 588 (2004 - R\$ 162 - consolidado R\$ 287).

No exigível a longo prazo, outras obrigações fiscais e previdenciárias referem-se a provisões para processos fiscais em discussão.

#### 12) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social do Banco está representado por 118.445.000 (2004 - 117.145.000) ações nominativas, sem valor nominal, divididas em 59.573.500 (2004 - 58.572.500) ações ordinárias e 59.572.500 (2004 - 58.572.500) ações preferenciais.

Conforme Assembleia Geral Extraordinária de 16 de dezembro de 2005 foi deliberada a elevação do capital social de R\$ 31.000 para R\$ 32.300 com integralização em dinheiro pelos acionistas. Esse aumento de capital está em processo de aprovação pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

As ações preferenciais, sem direito a voto, têm prioridade na distribuição de dividendos. Às ações de qualquer espécie é atribuído um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, calculado nos termos da legislação societária brasileira. Em 16 de dezembro de 2005 foram pagos juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 3.001, deduzido o imposto de renda na fonte de R\$ 450. Tendo em vista o pagamento de juros sobre capital próprio, não está sendo proposta a distribuição de dividendos.

#### 13) CONTAS DE RESULTADO NO EXERCÍCIO

##### Outras Despesas Administrativas

	2005		2004	
	Paulista	Consolidado	Paulista	Consolidado
Aluguéis	227	787	275	785
Comunicações	695	1.785	635	1.598
Materiais	273	657	227	634
Processamento de Dados	1.280	2.915	1.339	2.589
Sistema Financeiro	486	7.015	439	6.153
Serviços Técnicos Especializados	3.215	7.399	1.141	4.225
Transportes	360	627	468	707
Outras	2.565	3.382	536	1.446
<b>Total</b>	<b>9.101</b>	<b>24.567</b>	<b>5.060</b>	<b>18.137</b>

Outras receitas e despesas operacionais referem-se, principalmente, a variações monetárias e cambiais e receita de recuperação de encargos e despesas. Outras receitas operacionais no consolidado incluem, também, receita de bônus concedido pela BOVESPA e BM&F sobre o volume operado.

O resultado não operacional refere-se a lucros na alienação de valores e bens.

#### 14) IMPOSTO DE RENDA, CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS (PAULISTA)

##### a. Demonstração da apuração do imposto de renda e da contribuição social

Exercício findo em 31.12.2005

	2005		2004	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
<b>Resultado antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social deduzidos das participações</b>	<b>7.364</b>	<b>7.364</b>	<b>7.437</b>	<b>7.437</b>
Equivalência patrimonial da controlada	(4.119)	(4.119)	(3.680)	(3.680)
Juros sobre capital próprio	(3.001)	(3.001)	(2.807)	(2.807)
Outras adições e exclusões	1.938	629	(503)	(748)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	397	397	1.752	1.752
Compensação de prejuízos fiscais	(774)	-	(660)	-
<b>Base negativa de contribuição social</b>	<b>-</b>	<b>(381)</b>	<b>-</b>	<b>(587)</b>
Base de cálculo	1.805	889	1.539	1.367
IRPJ e CS apurados	427	80	360	123
Deduções incentivos fiscais	(13)	-	(9)	-
<b>IRPJ e CS provisionados</b>	<b>415</b>	<b>80</b>	<b>351</b>	<b>123</b>

**b. Origem e expectativa de realização dos créditos tributários**

Com base em estudo técnico da Administração, a expectativa de realização por exercício é a seguinte:

<b>Diferenças Temporárias</b>	<b>Expectativa de Realização</b>					<b>Saldo 2005</b>	<b>Valor Presente</b>
	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.549	-	-	-	-	1.549	1.321
Passivos contingentes	-	-	88	-	634	722	342
Prejuízo Fiscal exercício 1999	134	-	-	-	-	134	114
Base negativa de CSSL 1999	22	-	-	-	-	22	19
CSSL - MP 2.158-35 - artigo 8º	63	-	-	-	-	63	53
<b>Total</b>	<b>1.768</b>	<b>-</b>	<b>88</b>	<b>-</b>	<b>634</b>	<b>2.490</b>	<b>1.849</b>

O valor presente do crédito tributário é calculado com base na taxa média de Captação de CDI/SELIC. Mês de dezembro de 2005 de 17,20% a.a.

**c. Movimentação**

	<b>2005</b>	<b>2004</b>
<b>Saldo no início do exercício</b>	<b>2.276</b>	<b>1.913</b>
Adições de passivos contingentes	321	28
Provisão para crédito de liquidação duvidosa, Prejuízo Fiscal e Base Negativa de CSSL	(89)	376
Efeitos MP. 2.158-35 - art. 8º	(19)	(41)
<b>Saldo no fim do exercício</b>	<b>2.489</b>	<b>2.276</b>
Representatividade créditos tributários/Patrimônio Líquido (%)	5,4%	5,6%

**15) SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**

	<b>2005</b>	<b>2004</b>
Depósitos à vista	676	1.073
Depósitos interfinanceiros	15.209	13.104
Depósitos a Prazo	40.488	34.035
Valores a receber de sociedades ligadas	6	5

As operações com as partes relacionadas foram contratadas a taxas compatíveis com as praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações, considerando-se a ausência de risco.

**16) CUSTÓDIA DE VALORES (CONSOLIDADO)**

Encontram-se custodiadas em bolsas de valores em nome de clientes, 5.872 mil ações (2004 - 10.081), registradas em conta de compensação pelo valor unitário referencial de R\$ 1,00 cada uma.

**17) OUTRAS INFORMAÇÕES**

a. O Banco é patrocinador de plano de aposentadoria complementar aos seus funcionários, administrado pela Bradesco Vida e Previdência S.A., na forma de contribuição definida. As contribuições no exercício totalizaram R\$ 1.565 (2004 - R\$ 946).

b. Desde janeiro de 2005 os fundos de investimento estão sendo administrados pela controlada, cujos patrimônios líquidos, em 31 de dezembro de 2005, totalizavam R\$ 22.175 (2004 - R\$ 6.280).

c. As operações decorrentes de contratos de cessão de crédito que foram efetuadas com cláusula de coobrigação montam R\$ 2.354.



## *Diretoria Executiva*

---

ALVARO AUGUSTO VIDIGAL  
*Diretor-Presidente*

HOMERO AMARAL JUNIOR  
*Diretor Vice-Presidente*

EVERARDO PEDRO PALAMIM  
*Diretor*

GERSON LUIZ MENDES DE BRITO  
*Diretor*

TARCÍSIO RODRIGUES JOAQUIM  
*Diretor*

---

GERSON LUIZ MENDES DE BRITO  
*Contador – CRC 1SP112144/O-0*

## *Parecer dos Auditores Independentes*

---

Aos  
Diretores e Acionistas do  
**BANCO PAULISTA S.A.**  
São Paulo – SP

Examinamos os balanços patrimoniais do Banco Paulista S.A. e os balanços patrimoniais consolidados do Banco Paulista e sua controlada, levantados em 31 de dezembro de 2005 e 2004, e as respectivas demonstrações de resultados, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos, correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.

Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos do Banco e de sua controlada; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração do Banco e sua controlada, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Paulista S.A. e a posição patrimonial e financeira consolidada do Banco Paulista e sua controlada em 31 de dezembro de 2005 e 2004, os resultados de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos, correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.



14 de fevereiro de 2006

KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP014428/O-6

Alberto Spilborghs Neto  
Contador – CRC 1SP167455/O-0



## *Relatório da Diretoria*

---

O exercício de 2005 foi bastante positivo para a Socopa - Corretora Paulista, que cresceu em termos de participação de mercado. Mesmo com pequena redução no volume operado na BM&F, obteve um crescimento na receita total da ordem de 8%.

Em resumo, os números são os seguintes:

<u>Receitas</u>	<u>2004</u>	<u>% s/ Total</u>	<u>2005</u>	<u>% s/ total</u>	<u>Var %</u>
Bovespa	8.443.323	42,7%	9.243.857	43,4%	9,5%
BM&F	3.603.929	18,2%	3.065.710	14,4%	-14,9%
Aluguel	1.306.804	6,6%	2.086.063	9,8%	59,6%
Câmbio	4.965.194	25,1%	5.363.102	25,2%	8,0%
Outras	1.471.682	7,4%	1.528.145	7,2%	3,8%
<b>Total</b>	<b>19.790.932</b>	<b>100,0%</b>	<b>21.286.877</b>	<b>100,0%</b>	<b>7,6%</b>

A Socopa administrava, em dezembro de 2005, recursos de terceiros no total de R\$128,1 milhões, assim distribuídos:

<u>Recursos Adm.</u>	<u>2005</u>	<u>% s/ total</u>
Fundos	34.316.554,05	26,79%
Carteiras	12.785.646,07	9,98%
Clubes	81.005.452,37	63,23%
<b>Total</b>	<b>128.107.652,49</b>	<b>100,00%</b>

A imagem institucional se consolidou, através da participação da corretora em diversos eventos institucionais e da divulgação de seus trabalhos técnicos tanto pela imprensa especializada como pelas grandes empresas de comunicação nacional.

Agradecemos o apoio e a confiança de nossos clientes, funcionários e colaboradores.

*A Diretoria*

---

(\*) As demonstrações financeiras completas, com suas notas explicativas, auditadas pela KPMG Auditores Independentes, foram publicadas no jornal "O Estado de São Paulo" e no "Diário Oficial do Estado de São Paulo" em 22 de fevereiro de 2006".

*Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2005 e 2004*

(Em milhares de reais)

<b>ATIVO</b>	<b>2005</b>	<b>2004</b>
<b>Circulante</b>	<b>36.865</b>	<b>38.262</b>
Disponibilidades	112	207
Aplicações interfinanceiras de liquidez	15.210	13.104
Aplicações em depósitos interfinanceiros	15.210	13.104
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	2.930	2.739
Livres	-	2.371
Vinculados à prestação de garantias	2.930	129
Instrumentos financeiros derivativos	-	239
Outros créditos e outros valores e bens	18.613	22.212
Rendas a receber	796	656
Negociação e intermediação de valores	16.640	20.461
Diversos	1.204	1.106
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(27)	(11)
<b>Realizável a longo prazo</b>	<b>836</b>	<b>667</b>
Outros créditos e outros valores e bens	836	667
Diversos	836	667
<b>Permanente</b>	<b>15.799</b>	<b>13.266</b>
Investimentos	15.409	12.960
Imobilizado de uso	390	306
<b>Total do ativo</b>	<b>53.500</b>	<b>52.195</b>
<b>PASSIVO</b>		
<b>Circulante</b>	<b>26.126</b>	<b>29.362</b>
Outras obrigações	26.126	29.362
Fiscais e previdenciárias	1.176	1.450
Negociação e intermediação de valores	23.863	26.742
Diversas	1.087	1.170
<b>Exigível a longo prazo</b>	<b>1.611</b>	<b>1.189</b>
Outras obrigações	1.611	1.189
Fiscais e previdenciárias	1.611	1.189
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>25.763</b>	<b>21.644</b>
Capital social	7.540	7.540
Reserva de capital	13.059	10.610
Reserva de lucros	469	386
Lucros acumulados	4.695	3.108
<b>Total do passivo</b>	<b>53.500</b>	<b>52.195</b>

## Demonstrações de Resultados

(Em milhares de reais)

	Semestre findo em 31 de Dezembro de 2005	Exercícios findos em 31 de Dezembro	
		2005	2004
<b>Receitas da intermediação financeira</b>	<b>2.565</b>	<b>4.676</b>	<b>3.765</b>
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	1.721	3.527	3.103
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	843	1.146	660
Resultado de operações de câmbio	1	3	2
<b>Despesas da intermediação financeira</b>	<b>(95)</b>	<b>(118)</b>	<b>(23)</b>
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(95)	(118)	(23)
<b>Resultado bruto da intermediação financeira</b>	<b>2.470</b>	<b>4.558</b>	<b>3.742</b>
<b>Outras receitas (despesas) operacionais</b>	<b>(957)</b>	<b>(1.936)</b>	<b>(953)</b>
Receita de prestação de serviços	10.640	21.540	19.668
Despesas de pessoal	(3.236)	(6.323)	(5.925)
Outras despesas administrativas	(7.711)	(15.466)	(13.077)
Despesas tributárias	(1.371)	(2.726)	(2.676)
Outras receitas operacionais	735	1.062	1.164
Outras despesas operacionais	(14)	(23)	(107)
<b>Resultado operacional</b>	<b>1.513</b>	<b>2.622</b>	<b>2.789</b>
<b>Resultado antes da tributação sobre o lucro</b>	<b>1.513</b>	<b>2.622</b>	<b>2.789</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(563)</b>	<b>(909)</b>	<b>(1.068)</b>
Provisão para imposto de renda	(420)	(673)	(777)
Provisão para contribuição social	(143)	(236)	(291)
<b>Participação no lucro</b>	<b>(26)</b>	<b>(43)</b>	<b>(28)</b>
<b>Lucro líquido do semestre/exercício</b>	<b>924</b>	<b>1.670</b>	<b>1.693</b>
<b>Lucro por ação do capital social no fim do semestre/exercício - R\$</b>	<b>770,38</b>	<b>1.391,57</b>	<b>1.410,83</b>

## Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

(Em milhares de reais)

	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva de Lucros - Legal	Lucros Acumulados	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2003</b>	<b>7.540</b>	<b>8.624</b>	<b>301</b>	<b>1.500</b>	<b>17.965</b>
Atualização de títulos patrimoniais	-	1.986	-	-	1.986
Lucro líquido do exercício	-	-	-	1.693	1.693
Destinações do lucro:					
Reserva legal	-	-	85	(85)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2004</b>	<b>7.540</b>	<b>10.610</b>	<b>386</b>	<b>3.108</b>	<b>21.644</b>
Atualização de títulos patrimoniais	-	2.449	-	-	2.449
Lucro líquido do exercício	-	-	-	1.670	1.670
Destinações do lucro:					
Reserva legal	-	-	83	(83)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2005</b>	<b>7.540</b>	<b>13.059</b>	<b>469</b>	<b>4.695</b>	<b>25.763</b>
<b>Saldos em 30 de junho de 2005</b>	<b>7.540</b>	<b>11.791</b>	<b>423</b>	<b>3.817</b>	<b>23.571</b>
Atualização de títulos patrimoniais	-	1.268	-	-	1.268
Lucro líquido do semestre	-	-	-	924	924
Destinações do lucro:					
Reserva legal	-	-	46	(46)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2005</b>	<b>7.540</b>	<b>13.059</b>	<b>469</b>	<b>4.695</b>	<b>25.763</b>

## *Demonstrações das Origens e Aplicações de Recursos*

(Em milhares de reais)

	Semestre findo em 31 de Dezembro de 2005	Exercícios findos em 31 de Dezembro	
		2005	2004
<b>Origens de recursos</b>	<b>8.743</b>	<b>5.220</b>	<b>6.746</b>
<b>Lucro líquido do semestre/exercícios</b>	<b>924</b>	<b>1.670</b>	<b>1.693</b>
<b>Ajuste ao lucro líquido</b>	<b>62</b>	<b>120</b>	<b>157</b>
Depreciação	62	120	157
<b>Recursos de terceiros originários de</b>			
<b>Aumento do subgrupo do passivo</b>	-	-	<b>4.896</b>
Outras obrigações	-	-	4.896
<b>Diminuição dos subgrupos do ativo</b>	<b>7.757</b>	<b>3.430</b>	-
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros			
derivativos	4.375	-	-
Outros créditos e outros valores e bens	3.382	3.430	-
<b>Aplicações de recursos</b>	<b>8.733</b>	<b>5.315</b>	<b>6.650</b>
<b>Inversão em:</b>	<b>138</b>	<b>204</b>	<b>114</b>
Imobilizado de uso	138	204	114
<b>Aumento dos subgrupos do ativo</b>	<b>4.610</b>	<b>2.297</b>	<b>6.189</b>
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	-	191	1.839
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4.610	2.106	2.850
Outros créditos e outros valores e bens	-	-	1.500
<b>Redução dos subgrupos do passivo</b>	<b>3.985</b>	<b>2.814</b>	<b>347</b>
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	347
Outras obrigações	3.985	2.814	-
<b>Aumento (redução) das disponibilidades</b>	<b>10</b>	<b>(95)</b>	<b>96</b>
<b>Modificações na posição financeira</b>			
<b>Disponibilidades</b>			
No início do semestre/exercícios	102	207	111
No fim do semestre/exercícios	112	112	207
<b>Aumento (redução) das disponibilidades</b>	<b>10</b>	<b>(95)</b>	<b>96</b>

## *Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras*

(Em milhares de reais)

### **1) CONTEXTO OPERACIONAL**

A Socopa – Sociedade Corretora Paulista S.A., é uma sociedade de capital fechado que atua de forma integrada com seu controlador Banco Paulista S.A., sendo suas principais operações a intermediação de negócios junto às bolsas de valores, de mercadorias e futuro e no mercado de balcão, bem como a distribuição de títulos e valores mobiliários, a intermediação de operações de câmbio e a administração de clubes e fundos de investimentos.

### **2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As demonstrações financeiras da Socopa – Sociedade Corretora Paulista S.A. foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as diretrizes emanadas pela Lei das Sociedades por Ações, pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Essas demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas utilizadas na obtenção de determinados saldos contábeis tais como, a provisão para outros créditos de liquidação duvidosa, a provisão para passivos contingentes e a mensuração de determinados ativos a valor de mercado. Os resultados efetivos podem ser diferentes dessas estimativas e premissas.

### **3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

#### **a. Apuração de resultado**

O resultado é apurado pelo regime de competência considerando-se o critério pro rata dia. As operações de natureza financeira são atualizadas pelo método exponencial. Estão atualizadas até a data do balanço as operações pós-fixadas.

**b. Títulos e valores mobiliários**

Os títulos e valores mobiliários são classificados e valorizados conforme segue:

- **Títulos para negociação** - Títulos e valores mobiliários adquiridos com a intenção de serem ativos e frequentemente negociados, registrados pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos incorridos até a data do balanço e ajustados a valor de mercado, tendo como contrapartida o resultado do período.
- **Títulos disponíveis para venda** - Títulos que podem ser negociados, contudo não adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, sendo registrados pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos incorridos até a data do balanço e ajustados a valor de mercado, tendo como contrapartida conta destacada do patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários.
- **Títulos mantidos até o vencimento** - Títulos e valores mobiliários adquiridos com a intenção de manter-se em carteira até seu vencimento, considerando a capacidade financeira da instituição, registrados pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos incorridos até a data do balanço e quando de algum indicativo de perda definitiva, constituído provisão para perdas.

**c. Instrumentos financeiros derivativos**

As operações com instrumentos financeiros derivativos onde a corretora atua fundamentalmente como intermediário, têm os valores a receber ou pagar registrados em outros créditos/outras obrigações, sendo valorizados de acordo com a fluência do prazo da operação.

**d. Imposto de renda, contribuição social, PIS e COFINS (Ativo e Passivo)**

A provisão para imposto de renda e contribuição social e demais impostos e contribuições foram constituídos tomando-se por base a legislação vigente e as seguintes alíquotas:

- Imposto de renda - 10%
- Adicional de imposto de renda - 15%
- PIS - 0,65%
- COFINS - 4%
- Contribuição social sobre o lucro líquido - 9%

**e. Outros ativos circulantes e realizáveis a longo prazo**

Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos, em base pro rata dia.

**f. Permanente**

Demonstrado ao custo, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, combinado com os seguintes aspectos:

- Os títulos patrimoniais das bolsas de valores e de mercadorias são demonstrados como outros investimentos ao valor nominal, atualizados pelos valores fornecidos pelas bolsas, e registrados em contrapartida de reserva de capital no patrimônio líquido.
- Depreciação do imobilizado de uso, calculada pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil-econômica dos bens, como segue: imóveis de uso - 4%, sistemas de processamento de dados e de transporte - 20% e demais contas - 10%.

**g. Outros passivos circulantes e exigíveis a longo prazo**

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis e acrescidos dos encargos e das variações monetárias em base pro rata dia.

As provisões para perdas em processos judiciais são constituídas considerando-se a opinião dos assessores jurídicos da corretora, a natureza das ações, sua complexidade, o posicionamento dos tribunais para causas de natureza semelhante e a experiência da Administração. Dessa forma, a Administração entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas prováveis nos respectivos processos judiciais.

**4) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**

**a.1. Por natureza e faixa de vencimento**

Títulos	Títulos a Valores Contábeis		
	De 1 a 3 anos	2005	Total 2004
<b>Títulos para Negociação</b>	<b>2.930</b>	<b>2.930</b>	<b>1.777</b>
Fundos de Interm. Financeira - BM&F	-	-	495
Letras Financeiras do Tesouro	2.930	2.930	1.202
Ações de Companhias Abertas	-	-	80
<b>Títulos Mantidos até o Vencimento</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>723</b>
Certificados de Depósitos Bancários - CDBs	-	-	723
<b>Total</b>	<b>2.930</b>	<b>2.930</b>	<b>2.500</b>

*a.2. Por natureza, valor do custo de aquisição e de mercado e parâmetros utilizados:*

<b>Títulos</b>	<b>Custo de Aquisição (a)</b>	<b>Valor de Mercado (b)</b>	<b>Ajuste a Valor de Mercado</b>
<b>Títulos para negociação</b>			
Letras Financeiras do Tesouro - Vinculados a Prestação de Garantias	2.921	2.930	9

(a) Refere-se ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

(b) O valor de mercado dos títulos públicos federais é obtido através dos preços do mercado secundário divulgados pela ANDIMA.

**5) INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS**

A Corretora opera como intermediária na contratação de instrumentos financeiros derivativos, registrados em contas patrimoniais e de compensação, que se destinam a atender às necessidades de seus clientes.

Em 31 de dezembro de 2005 as operações de "swap", que possuem vencimento em até um ano, estavam distribuídas conforme abaixo:

<b>Tipo</b>	<b>Posição de Terceiros</b>	
	<b>Valor Original do Contrato</b>	<b>Valor a Receber</b>
<b>Ativo</b>		
DI	110.084	138.094
DOL	31.084	28.146
IGPM	29.000	35.271
PRÉ	50.000	57.549
<b>Subtotal</b>	<b>220.168</b>	<b>259.060</b>
<b>Passivo</b>		
DI	110.084	138.094
DOL	31.084	28.146
IGPM	29.000	35.248
PRÉ	50.000	57.485
<b>Subtotal</b>	<b>220.168</b>	<b>258.973</b>
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>87</b>

**6) OUTROS CRÉDITOS**

*a) Negociação e intermediação de valores*

	<b>2005</b>		<b>2004</b>	
	<b>Outros Créditos</b>	<b>Outras Obrigações</b>	<b>Outros Créditos</b>	<b>Outras Obrigações</b>
Caixa de registro e liquidação	10.793	6.372	11.753	325
Devedores/credores - conta "liquidações pendentes"	5.760	16.864	8.708	25.752
Oper. com ativos financ. a liquidar	-	162	-	191
Operações com swap	87	-	-	-
Comissões e corretagens a pagar	-	465	-	474
<b>Total</b>	<b>16.640</b>	<b>23.863</b>	<b>20.461</b>	<b>26.742</b>

*b) Diversos*

Outros créditos - diversos representam, basicamente, devedores por depósitos em garantia no montante de R\$ 836 (2004 - R\$ 656) e impostos a compensar no montante de R\$ 1.134 (2004 - R\$ 978).

**7) INVESTIMENTOS**

Representados, principalmente, por títulos patrimoniais da Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA) no montante de R\$ 5.748 (2004 - R\$ 4.680), da Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&F) R\$ 7.585 (2004 - R\$ 6.500) e de ações da Companhia Brasileira de Liquidações e Custódia (CBLC) R\$ 1.872 (2004 - R\$ 1.596). A atualização dos valores dos títulos patrimoniais, reconhecidos em reservas de capital, no exercício foi de R\$ 2.449 (2004 - R\$ 1.986).



#### 8) OUTRAS OBRIGAÇÕES

No passivo circulante, outras obrigações diversas representam, basicamente, pela provisão de férias no montante de R\$ 345 (2004 – R\$ 287), valores a pagar de assessoria técnica no montante de R\$ 287 (2004 – R\$ 280) e provisão para contingências trabalhistas no montante de R\$ 151 (2004 – R\$ 125).

No exigível a longo prazo, obrigações fiscais e previdenciárias referem-se processos fiscais em discussão.

#### 9) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social é representado por 1.200 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Aos acionistas é atribuído um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, calculado nos termos da legislação societária. No exercício não foram provisionados dividendos.

#### 10) OUTRAS CONTAS DE RESULTADO NO EXERCÍCIO

a. Outras despesas administrativas referem-se, substancialmente, a despesas de aluguéis R\$ 560 (2004 – R\$ 510), despesas de comunicação R\$ 1.089 (2004 – R\$ 963), despesas de processamento de dados R\$ 1.635 (2004 – R\$ 1.250), despesas com serviços do sistema financeiro R\$ 6.530 (2004 – R\$ 5.714), despesas com serviços técnicos especializados R\$ 4.184 (2004 – R\$ 1.411) e outras R\$ 1.468 (2004 – R\$ 3.229).

b. Outras receitas operacionais referem-se, principalmente, a recuperação de encargos e despesas no montante de R\$ 297 (2004 – R\$ 207), a bônus concedidos pela BOVESPA referente à campanha de estímulo ao aumento de negócios no montante de R\$ 420 (2004 – R\$ 244), a variações monetárias ativas no montante de R\$ 114 e a juros sobre capital recebidos no montante de R\$ 150 (2004 – R\$ 106).

#### 11) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Demonstração da apuração do imposto de renda e da contribuição social no exercício

	2005	2004
<b>Resultado antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social e Deduzidos das Participações</b>	<b>2.579</b>	<b>2.761</b>
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	118	23
Outras adições e exclusões	144	479
<b>Lucro Tributável</b>	<b>2.841</b>	<b>3.263</b>
Imposto de renda e contribuição social apurados	909	1.098

#### 12) TRANSAÇÕES COM A CONTROLADORA

	2005	2004
Disponibilidades	109	168
Aplicações interfinanceiras de liquidez	15.210	13.104
Valores a pagar a sociedades ligadas	6	5

As operações com a Controladora foram contratadas a taxas compatíveis com as praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações, considerando-se a ausência de risco.

#### 13) CUSTÓDIA DE VALORES

Encontram-se custodiadas em bolsas de valores em nome de clientes 5.872 mil ações (2004 – 10.081), registradas em conta de compensação pelo valor unitário referencial de R\$ 1,00 cada.

#### 14) OUTRAS INFORMAÇÕES

a. A Corretora é responsável pela administração de fundos de investimento, cujos patrimônios líquidos totalizavam R\$ 22.175 (2004 – R\$ 41.490).

b. A Socopa é patrocinadora de plano de aposentadoria complementar aos seus funcionários desde julho de 2003, administrado pela Bradesco Vida e Previdência S.A., na forma de contribuição definida. As contribuições no exercício totalizaram R\$ 155 (2004 – R\$ 391).

## *Diretoria Executiva*

---

ALVARO AUGUSTO VIDIGAL  
*Diretor*

HOMERO AMARAL JUNIOR  
*Diretor*

ALVARO AUGUSTO DE FREITAS VIDIGAL  
*Diretor*

GERSON LUIZ MENDES DE BRITO  
*Diretor*

MARCOS ANTONIO MONTEIRO DE BARROS JUNIOR  
*Diretor*

---

GERSON LUIZ MENDES DE BRITO  
*Contador* – CRC 1SP112144/O-0

## *Parecer dos Auditores Independentes*

---

Aos  
Diretores e Acionistas da  
**SOCOPA - SOCIEDADE CORRETORA PAULISTA S.A.**  
São Paulo - SP

Examinamos os balanços patrimoniais da Socopa - Sociedade Corretora Paulista S.A. em 31 de dezembro de 2005 e 2004 e as respectivas demonstrações de resultados, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos, correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade da sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.

Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Corretora; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Corretora, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Socopa - Sociedade Corretora Paulista S.A. em 31 de dezembro de 2005 e 2004, os resultados de suas operações, as mutações do seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos, correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

14 de fevereiro de 2006



KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP014428/O-6

Alberto Spilborghs Neto  
Contador – CRC 1SP167455/O-0

**São Paulo**

R. Boa Vista, 254 - 2º andar - Centro - 01014-907- São Paulo/SP  
Tel.: (11) 3117-6000 - Fax: (11) 3117-6028

R. Funchal, 129 - 6º andar - Vila Olímpia - 04551-060 - São Paulo/SP  
Tel./Fax: (11) 3049-6000

**Campinas**

R. Sacramento, 126 - 19º andar - Centro - 13010-210 - Campinas/SP  
Tel.: (19) 2103-8550/2103-8590 - Fax: (19) 2103-8562/2103-8599

**Rio de Janeiro**

Av. Nilo Peçanha, 50 - 11º andar - sala 1101 - Centro - 20020-100 - Rio de Janeiro/RJ  
Tel.: (21) 3974-3617/2240-3838 - Fax: (21) 2240-3955

**[www.bancopaulista.com.br](http://www.bancopaulista.com.br)**  
[faleconosco@bancopaulista.com.br](mailto:faleconosco@bancopaulista.com.br)

**[www.socopa.com.br](http://www.socopa.com.br)**  
[socopa@socopa.com.br](mailto:socopa@socopa.com.br)





## CONTINUAÇÃO

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de reais)

## 7. OUTROS CRÉDITOS E OUTROS VALORES E BENS

## a. Carteira de câmbio

	2006	2005
	Créditos	Créditos
Outras	Outras	Outras
Câmbio comprado a liquidar	31.462	33.722
Débitos sobre venda de câmbio	11.572	7.481
Câmbio vendido a liquidar	-	11.524
Obrigações por compra de câmbio	-	31.498
Ajustamentos recebidos em moeda nacional	1.78	(194)
Ajustamentos sobre contratos de câmbio	(20.422)	-
Outros	41.528	22.600
<b>Total</b>	<b>41.528</b>	<b>22.600</b>

Do saldo de ajustamentos sobre contratos de câmbio, R\$ 13.936 (2005 - R\$ 9.651) referem-se a letras entregues e R\$ 6.486 (2005 - 1.185) a letras a entregar.

## b. Regulação e intermediação de valores (Consolidado)

	2006	2005
	Créditos	Créditos
Outras	Outras	Outras
Caixa de registro e liquidação	57.129	10.793
"Liquidates pendentes"	22.163	9.760
Intermediação de "swap" (*)	164	87
Obrigações com ativos financeiros a liquidar	144	-
Comissões e corretagens a pagar	551	162
<b>Total</b>	<b>79.800</b>	<b>20.802</b>

(\*) Conforme determinado pela Circular Bacen nº 2.951, as operações de intermediação de "swap" estão registradas pelos valores líquidos a receber.

## c. Outros créditos diversos (Banco e Consolidado)

Outros créditos diversos no ativo circulante e realizável a longo prazo representam, basicamente, depósitos por depósitos em garantia no montante de R\$ 1.516 - consolidado R\$ 2.478 (2005 - R\$ 1.113 - consolidado R\$ 1.949) e impostos a pagar no montante de R\$ 2.824 - consolidado R\$ 4.033 (2005 - R\$ 1.099 - consolidado R\$ 2.233).

## 8. INVESTIMENTOS

## a. Participação em sociedade controlada Socopa Sociedade Corretora Paulista S.A.

Informações sobre a controlada

	2006	2005
	Ativo	Ativo
Capital social	Capital social	Capital social
Patrimônio líquido	29.928	25.763
Lucro líquido do exercício	1.041	1.670
Atualização dos títulos patrimoniais	3.124	2.449
Quantidade de ações possuídas	1.200	1.200
Participação - %	100	100

No Banco o resultado de equivalência patrimonial contempla a participação no lucro líquido e a atualização dos títulos patrimoniais da Controlada do exercício.

## b. Outros investimentos (Consolidado)

Representações, principalmente, por títulos patrimoniais da Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA), no montante de R\$ 7.520 (2005 - R\$ 5.748), da Bolsa de Mercadorias &amp; Futuros (BM&amp;F), no montante de R\$ 8.840 (2005 - R\$ 7.550) e de ações da Companhia Brasileira de Ações e Cofres (CBAC) no montante de R\$ 2.184 (2005 - R\$ 1.872).

## 9. DEPÓSITOS (BANCO)

Maiores depósitos (por grupo econômico)

	2006	2005
	Ativo	Ativo
Ativo	Ativo	Ativo
Maiores	7.521	15.450
10 maiores	21.591	78.335
20 maiores	26.321	98.383
<b>Faixas de vencimento</b>	<b>Sen</b>	<b>1 a 3</b>
Depósitos	39.284	146.559
A Vista	34.778	-
A Prazo	70.183	46.519
Interfinações	76.339	-
Outros	506	506

## PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aus. Administrativa e Contábil

## BANCO PAULISTA S.A.

1. Examinamos o balanço patrimonial do Banco Paulista S.A. e o balanço patrimonial consolidado do Banco Paulista S.A. e sua controlada em 31 de dezembro de 2006 e as correspondentes demonstrações do resultado das mutações do patrimônio líquido das origens e aplicações de recursos do Banco Paulista S.A. do exercício e do segundo semestre findo nessa data, bem como as demonstrações consolidadas do resultado e das origens e aplicações de recursos do exercício findo nessa mesma data, elaboradas sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de emitir parecer sobre essas demonstrações financeiras.

2. Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil, que requerem que os exames sejam realizados com o objetivo de comprovar a adequada apresentação das demonstra-

## 10. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES DO EXTERIOR (BANCO E CONSOLIDADO)

Os empréstimos no exterior de pré-exportação, destinados à aplicação em operações comerciais de câmbio de compra de moedas estrangeiras relativas a adiantamentos sobre contratos de câmbio, estão sujeitos a taxas de juro pré-fixadas de 6,4% a 8,3% ao ano (2005 - 5,5% a 7%). As obrigações por empréstimos têm vencimentos até 15 de junho de 2007.

## 11. OUTRAS OBRIGAÇÕES (BANCO E CONSOLIDADO)

Outras obrigações diversas no passivo circulante representam, basicamente, a provisão para pagamentos a efetuar no montante de R\$ 4.188 - consolidado R\$ 5.118 (2005 - R\$ 1.833 - consolidado R\$ 2.547) provisão para passivos contingentes no montante de R\$ 693 - consolidado R\$ 880 (2005 - R\$ 437 - consolidado R\$ 588). No original, a longo prazo, outras obrigações fiscais e previdenciárias referem-se a provisões para ações fiscais em discussão.

## 12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social do Banco está representado por 120.045.000 (2005 - 118.445.000) ações ordinárias, divididas em 60.022.500 (2005 - 59.222.600) ações preferenciais e 60.022.500 (2005 - 59.222.600) ações ordinárias. Em 15 de dezembro de 2006 foi deliberada a elevação do capital social de R\$ 32.300 para R\$ 33.900 com integração em dinheiro pelas ações no montante de R\$ 1.600, correspondente à emissão de 800.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, e 800.000 ações preferenciais. Esse aumento de capital foi aprovado pelo Banco Central do Brasil (Bacen), em 9 de janeiro de 2007.

As ações preferenciais, sem direito a voto, têm prioridade na distribuição de dividendos. As ações de qualquer espécie e atribuído em dividendo mínimo obrigatório de 2,5% do lucro líquido, calculado sem termos da legislação societária brasileira.

Em 15 de dezembro de 2006 foram pagos juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 3.761 (2005 - R\$ 3.001), que constam como destinação do resultado diretamente na composição das mutações do patrimônio líquido na forma da Circular nº 2.739 do BACEN, onde foram registrados o juro de imposto de renda e contribuição social em, aproximadamente, R\$ 1.279 no exercício (2005 - R\$ 1.020). Fendo em vista o pagamento de juros sobre o capital próprio, não está sendo registrada pela administração a distribuição de dividendos complementares sobre o lucro do exercício.

## 13. CONTAS DE RESULTADO NO EXERCÍCIO

## a. Outras despesas administrativas

	2006	2005
	Despesa	Despesa
Despesa	Despesa	Despesa
Aluguéis	475	1.386
Comunicações	979	2.154
Matrículas	480	2.773
Proteção e segurança	1.613	3.933
Serviços técnicos especializados	9.495	14.179
Outras	3.218	2.565
<b>Total</b>	<b>17.861</b>	<b>35.200</b>

## b. Outras receitas e despesas operacionais

No consolidado referem-se, principalmente, a receita de juros concedido pela Banespa sobre o volume operado no montante de R\$ 622 (2005 - R\$ 421). Outras despesas operacionais no Banco e Consolidado referem-se, principalmente, a apropriação das comissões sobre contratos de financiamentos e empréstimos consignados no montante de R\$ 10.542 (2005 - R\$ 8.488) e provisão para perdas com créditos cedidos com desconto no montante de R\$ 1.430 (2005 - R\$ 13).

## 14. IMPOSTO DE RENDA, CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS (BANCO)

## a. Demonstração da apuração de imposto de renda e de contribuição social

	2006	2005
	Imposto	Imposto
Imposto	Imposto	Imposto
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	15.870	15.870
Contribuição Social devida das participações	(4.165)	(4.165)
Equilíbrio patrimonial da controlada	(3.741)	(3.741)
Impostos e custos próprios	5.009	2.330
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	5.985	997
Correção de prejuízo fiscal	(545)	(243)
Base negativa de contribuição social	19.293	16.016
Imposto de renda e contribuição social	4.732	1.442
<b>Total</b>	<b>4.732</b>	<b>1.442</b>

## b. Demonstração da apuração de imposto de renda e de contribuição social

Receita de juros concedido pela Banespa sobre o volume operado no montante de R\$ 622 (2005 - R\$ 421). Outras despesas operacionais no Banco e Consolidado referem-se, principalmente, a apropriação das comissões sobre contratos de financiamentos e empréstimos consignados no montante de R\$ 10.542 (2005 - R\$ 8.488) e provisão para perdas com créditos cedidos com desconto no montante de R\$ 1.430 (2005 - R\$ 13).

Receita de juros concedido pela Banespa sobre o volume operado no montante de R\$ 622 (2005 - R\$ 421). Outras despesas operacionais no Banco e Consolidado referem-se, principalmente, a apropriação das comissões sobre contratos de financiamentos e empréstimos consignados no montante de R\$ 10.542 (2005 - R\$ 8.488) e provisão para perdas com créditos cedidos com desconto no montante de R\$ 1.430 (2005 - R\$ 13).

Receita de juros concedido pela Banespa sobre o volume operado no montante de R\$ 622 (2005 - R\$ 421). Outras despesas operacionais no Banco e Consolidado referem-se, principalmente, a apropriação das comissões sobre contratos de financiamentos e empréstimos consignados no montante de R\$ 10.542 (2005 - R\$ 8.488) e provisão para perdas com créditos cedidos com desconto no montante de R\$ 1.430 (2005 - R\$ 13).

## b. Origem e expectativa de realização dos créditos tributários

Com base em estudo técnico da Administração, a expectativa de realização por exercício é a seguinte:

	2006	2005
	Expectativa de realização	Expectativa de realização
Imposto de renda	4.732	1.442
Contribuição Social	97	1.257
Outros créditos tributários	3.668	5.222
<b>Total</b>	<b>8.497</b>	<b>8.497</b>

O valor presente do crédito tributário é calculado com base na taxa média de Captação de CONVEUL de mês de dezembro de 2006 e de 12,25 % a.a.

## c. Movimento

	2006	2005
	Saldo no início do exercício	Saldo no início do exercício
Adições de passivos contingentes	879	521
Reversões/Provisões de P&L, prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	1.878	(186)
Exercícios RFP 2.108-35 - artigo 8º	(124)	(249)
<b>Saldo no fim do exercício</b>	<b>9.376</b>	<b>5.476</b>

## 15. PARTES RELACIONADAS

	2006	2005
	Ativo (Passivo)	Ativo (Passivo)
Depósitos à vista	(147)	(676)
Depósitos a prazo	(36.638)	(40.488)
Depósitos interfinanceiros	(23.413)	(15.210)
Devedores conta liquidação pendente	6	-
Valores a receber de sociedades ligadas	40	6
Outras despesas operacionais	-	(500)

As operações com as partes relacionadas foram contratuadas a taxas compatíveis com as praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações, considerando-se a ausência de risco.

## 16. CUSTÓDIA DE VALORES (CONSOLIDADO)

Licenciárias custodiantes em bolsas de valores em nome de clientes 7.480 mil ações (2005 - 5.872 mil), registradas em conta de compensação pelo valor unitário nominal de R\$ 1,00 cada uma.

## 17. OUTRAS INFORMAÇÕES

a. O Banco é participante do plano de aposentadoria complementar aos seus funcionários, administrado pela Bradesco Vida e Previdência S.A., na forma de contribuição definida. As contribuições no exercício totalizaram R\$ 1.374; consolidado - R\$ 1.635 (2005 - R\$ 1.565; consolidado - R\$ 1.720).

b. Os fundos e clubes de investimento estão sendo administrados pela controlada, cujos patrimônios líquidos totalizaram R\$ 165.297 (2005 - R\$ 22.175).

c. Em 31 de dezembro de 2006, as garantias prestadas a terceiros correspondiam a R\$ 22.289 (2005 - R\$ 17.766), não sendo esperadas perdas em relação às mesmas, e a responsabilidade pela capital de valores de terceiros correspondia a R\$ 683.940 (2005 - R\$ 636.548).

d. O valor nominal dos contratos das operações com instrumentos financeiros derivativos realizados por conta de clientes - intermediação de "swap" com garantia, conforme Circular Bacen nº 2.951, registrado em conta de compensação, totalizava R\$ 100.000 (2005 - R\$ 220.168).

e. Receitas de prestação de serviços referem-se, substancialmente, a receitas provenientes de tarifas cobradas na realização de operações de crédito e câmbio e comissões de intermediação na colocação de títulos, no montante de R\$ 13.834 (2005 - R\$ 6.297), consolidado inclui também receitas com corretagens no montante de R\$ 22.238 (2005 - R\$ 20.039).

## DIRETORIA EXECUTIVA

GERSON LUIZ MENDES DE BRITO - Contador - CRC 15P112144-0-0

## PricewaterhouseCoopers

Auditores Independentes

CNPJ nº 25P0001600-5

João Manoel dos Santos

Contador CRC 1R0540920-0 "S" SP

## **ANEXO VI**

### **DECLARAÇÕES DO BANCO COORDENADOR, DA INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA E DO GESTOR**

(Esta página foi deixada intencionalmente em branco)

## DECLARAÇÃO


**UNIBANCO – UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A.**, instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Eusébio Matoso, nº 891, inscrita no CNPJ sob nº 33.700.394/0001-40, na qualidade de instituição intermediária líder (“Instituição Líder”) da distribuição de cotas (“Oferta”) do “Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Paulista – Veículos” (o “Fundo” ou “Ofertante”), vem, nos termos do art. 56, §§ 1º e 5º, da Instrução nº 400, de 29 de dezembro de 2003, da CVM, declarar que tomou todas as cautelas e agiu com os mais elevados padrões de diligência, respondendo pela falta de diligência ou omissão, para assegurar que (a) todas as informações prestadas pelo Ofertante no âmbito da Oferta são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes e, (b) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo da Oferta são suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta. A Instituição Líder declara também que o prospecto da Oferta (i) foi elaborado de acordo com as normas pertinentes e que (ii) contém as informações necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, dos valores mobiliários ofertados, do Fundo, dos riscos relacionados ao Fundo e quaisquer outras informações relevantes para uma tomada de decisão de investimento fundamentada.

São Paulo, 8 de maio de 2007.

**UNIBANCO – UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A.**

Por:

Cargo:

  
**Bruno Padilha de Lima Costa**  
Diretor

Por:

Cargo:

  
**Nicolau Ferreira Casar**  
Diretor Executivo



(Esta página foi deixada intencionalmente em branco)

## DECLARAÇÃO

Votorantim Asset  
Management DTVM Ltda

Av. Roque Petroni Júnior 999 10º andar  
04707-910 São Paulo SP  
Tel 11 5185 1803  
Fax 11 5185 1757  
www.vam.com.br

Sr. Paulo Geraldo Oliveira Filho, brasileiro, casado, economista, portador da cédula de identidade RG nº 700.646.957-6, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Sul, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda ("CPF/MF") sob o nº 286.123.370-20, com endereço profissional na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Roque Petroni Júnior, nº 999, 10º andar, diretor estatutário da **VOTORANTIM ASSET MANAGEMENT DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, instituição administradora do "**FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS PAULISTA - VEÍCULOS**" ("Fundo"), na qualidade de pessoa física responsável pela administração de carteira de valores mobiliários junto à Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e designada para, nos termos da legislação vigente, responder civil e criminalmente pela gestão, supervisão e acompanhamento do Fundo, bem como pela prestação de informações a esse relativas, **DECLARA**, nos termos do disposto no artigo 8º, VI, da Instrução nº 356, de 17 de dezembro de 2001, da CVM, com alterações dadas pela Instrução nº 393, de 22 de julho 2003, pela Instrução nº 435, de 5 de julho de 2006, e pela Instrução nº 442, de 8 de dezembro de 2006, todas da CVM:

- i) que está ciente de suas obrigações para com o Fundo;
- ii) ser responsável pela movimentação dos direitos creditórios; e
- iii) ser responsável, nos termos da legislação em vigor, inclusive perante terceiros, por negligência, imprudência ou imperícia na administração do Fundo, sujeitando-se, ainda, à aplicação das penalidades previstas no art. 11 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976.

São Paulo, 10 de maio de 2007.



Paulo Geraldo Oliveira Filho  
Diretor

**VOTORANTIM ASSET MANAGEMENT DTVM LTDA.**

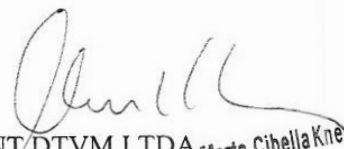


**DECLARAÇÃO****Votorantim Asset  
Management DTVM Ltda**Av. Roque Petroni Júnior 999 10º andar  
04707-910 São Paulo SP  
Tel 11 5185 1603  
Fax 11 5185 1757  
www.vam.com.br

**VOTORANTIM ASSET MANAGEMENT DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, instituição autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) a administrar fundos de investimento e administrar carteiras de valores mobiliários, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Roque Petroni Júnior, nº 999, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.384.738/0001-98, neste ato representada na forma do seu contrato social, por seus representantes legais abaixo assinados, na qualidade de instituição administradora do “Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Paulista - Veículos” (“Fundo”), nos termos do art. 56, §5º, da Instrução nº 400, de 29 de dezembro de 2003, da Comissão de Valores Mobiliários, vem, em seu próprio nome e em nome do Fundo, declarar que: (i) o Prospecto da distribuição pública de cotas seniores (“Cotas Seniores”) do Fundo (“Oferta”) (a) foi elaborado de acordo com as normas pertinentes; (b) contém as informações relevantes sobre a Oferta das Cotas Seniores, do Fundo e de suas atividades e situação econômico-financeira, bem como sobre os riscos inerentes ao investimento nas Cotas Seniores, necessárias ao conhecimento pelos investidores; e (ii) as informações relativas ao Fundo prestadas por ocasião do registro da Oferta e fornecidas ao mercado durante a distribuição das Cotas Seniores no âmbito da Oferta são verdadeiras, consistentes, de qualidade e suficientes.

São Paulo, 10 de maio de 2007.

Paulo Geraldo Oliveira Filho

**VOTORANTIM ASSET MANAGEMENT DTVM LTDA**

Marta Cibella Knecht

Instituição Administradora do

“Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Paulista – Veículos”



## DECLARAÇÃO

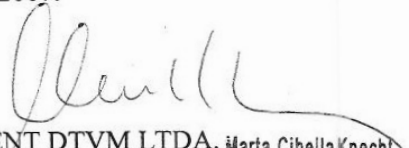

Votorantim Asset  
Management DTVM Ltda

Av. Roque Petroni Júnior 999 10º andar  
04707-910 São Paulo SP  
Tel 11 5185 1603  
Fax 11 5185 1757  
www.vam.com.br

**VOTORANTIM ASSET MANAGEMENT DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, instituição autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) a administrar fundos de investimento e administrar carteiras de valores mobiliários, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Roque Petroni Júnior, nº 999, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.384.738/0001-98, neste ato representada na forma do seu contrato social, por seus representantes legais abaixo assinados, na qualidade de instituição administradora do “**FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS PAULISTA – VEÍCULOS**”, declara que firmou contrato com instituição legalmente habilitada a executar o serviço de distribuição de cotas, nos termos do artigo 20, § 1º, I, da Instrução nº 356, de 17 de dezembro de 2001, da Comissão de Valores Mobiliários.

São Paulo, 10 de maio de 2007.

Paulo Geraldo Oliveira Filho

  
**VOTORANTIM ASSET MANAGEMENT DTVM LTDA.** Marta Cibella Knecht  
Instituição Administradora do

“Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Paulista – Veículos”



## DECLARAÇÃO

Declaramos, sob pena de prática de crime de falsidade ideológica, que o regulamento do “Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Paulista – Veículos” está em conformidade com a legislação vigente.

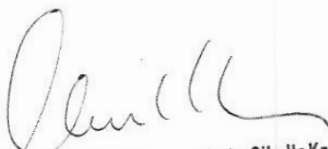
Declaramos, também, que assumimos o compromisso de seguir as normas da Instrução nº 356, de 17 de dezembro de 2001, da Comissão de Valores Mobiliários, e adotar as providências necessárias para o atendimento das exigências que venham a ser formuladas pela CVM.

São Paulo, 10 de maio de 2007.

Paulo Geraldo Oliveira Filho



VOTORANTIM ASSET MANAGEMENT DTVM LTDA.  
Instituição Administradora do



Marta Cibella Knecht

“Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Paulista – Veículos”



**ANEXO VII**

**CONTRATO DE CESSÃO**

(Esta página foi deixada intencionalmente em branco)



## **CONTRATO DE PROMESSA DE CESSÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS**

Pelo presente Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios, doravante denominado simplesmente “Contrato”,

**BANCO PAULISTA S.A.**, instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.355, 2º andar, inscrita no CNPJ/MF sob nº 61.820.817/0001-09, neste ato representada na forma de seu estatuto social, doravante designada simplesmente “Cedente”,

**FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS PAULISTA - VEÍCULOS**, fundo de investimento em direitos creditórios, constituído em 13 de novembro de 2006, com seu regulamento registrado em Cartório de Registro de Títulos e Documentos da cidade de São Paulo, inscrito no CNPJ/MF sob nº 08.510.334/0001-17, neste ato representado na forma de seu regulamento por sua instituição administradora, **VOTORANTIM ASSET MANAGEMENT DTVM LTDA.**, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Roque Petroni Júnior, nº 999, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.384.738/0001-98, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil conforme ato declaratório nº 5805, de 19 de janeiro de 2000, neste ato representada, nos termos de seu contrato social, doravante designado simplesmente “Fundo”;

**VOTORANTIM ASSET MANAGEMENT DTVM LTDA.**, sociedade autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários a administrar fundos de investimento e administrar carteiras de valores mobiliários, acima qualificada, neste ato representada na forma do seu Contrato Social, doravante designada “Instituição Administradora”; e

**CITIBANK DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, sociedade com sede na Avenida Paulista, nº 1.111, 2º andar parte, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob nº 33.868.597/0001-40, neste ato representado na forma de seu Estatuto Social, doravante designada simplesmente “Custodiante”;

cada uma das partes também denominada individualmente “Parte”, e conjuntamente “Partes”;

### **CONSIDERANDO QUE:**

- i) o Cedente é instituição financeira que concede Financiamentos aos Devedores, os quais originam os Direitos Creditórios passíveis de cessão ao Fundo;
- ii) o Fundo é um fundo de investimento em direitos creditórios, destinado preponderantemente à aplicação em Direitos Creditórios, nos termos da Resolução nº 2.907, de 29 de novembro de 2001, do CMN, e da Instrução nº 356, de 17 de dezembro de 2001, da CVM, bem como de acordo com a política de investimento estabelecida no Regulamento;



- iii) o Custodiante é o responsável, nos termos do artigo 38 da Instrução nº 356/01, da CVM, e do Contrato de Custódia, pela prestação dos serviços de custódia para o Fundo, o que inclui, dentre outras funções, a validação dos Direitos Creditórios em relação aos Critérios de Elegibilidade; e
- iv) a cessão dos Direitos Creditórios é elemento essencial da operação de securitização em cujo contexto se insere o Fundo, e nesse contexto se dará a determinação do valor a ser pago pelos Direitos Creditórios Cedidos.

RESOLVEM as Partes celebrar o presente Contrato, que se regerá de acordo com as seguintes cláusulas e condições.

## **1. DEFINIÇÕES**

1.1 Os termos iniciados em letras maiúsculas e utilizados neste Contrato, estejam no singular ou no plural, terão os significados que lhes é atribuído no Anexo I ao presente Contrato.

## **2. PROCEDIMENTO DE CESSÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS**

2.1 O presente instrumento tem por objeto regular a cessão de direitos creditórios pelo Cedente ao Fundo, que poderá adquirir Direitos Creditórios a qualquer tempo ao longo de seu prazo de duração. O Cedente, por este, ato obriga-se a oferecer ao Fundo tantos Direitos Creditórios quantos sejam necessários para manutenção da rentabilidade pretendida para as Cotas Seniores, devendo ser observado o seguinte procedimento de oferta e cessão entre as Partes:

- i) a Instituição Administradora deverá notificar o Cedente da intenção de adquirir Direitos Creditórios, indicando o respectivo montante disponível para aquisição destes;
- ii) o Cedente deverá preparar Lista de Veículos com a indicação dos automóveis que garantem os Direitos Creditórios que pretende ceder, e enviá-la ao SNG, em até 2 (dois) dias úteis contados do recebimento da notificação supra referida; o SNG informará ao Cedente e ao Custodiante sobre o resultado da consulta em até 3 (três) dias úteis;
- iii) até às 11h30 (onze horas e trinta minutos) do segundo dia útil seguinte ao recebimento de resposta do SNG, o Cedente deverá enviar ao Custodiante Lista de Direitos Creditórios, em arquivo eletrônico, em que deverá constar apenas os Direitos Creditórios cujos veículos dados em garantia estejam devidamente registrados no SNG;
- iv) o Custodiante verificará, com base no arquivo eletrônico referido no item acima, se os Direitos Creditórios arrolados se enquadram nos Critérios de Elegibilidade; posteriormente à referida análise, deverá encaminhar à Cedente e à Instituição Administradora, no mesmo dia útil do recebimento da Lista de Direitos Creditórios, desde que o recebimento tenha ocorrido até às 11h30 (onze horas e trinta minutos), relatório informando quais Direitos Creditórios atenderam aos referidos Critérios de

Elegibilidade, em que estará indicado o preço de cessão, calculado de acordo com a taxa de desconto informada pela Instituição Administradora, tendo como referência a data em que for ocorrer a liquidação da respectiva cessão;

- v) em até 1 (um) dia útil contados do envio do relatório referido no item 2.1 (v) acima, o Cedente deverá imprimir três vias do Termo de Cessão, providenciar a assinatura de todas elas, e as encaminhar à Instituição Administradora;
- vi) no mesmo dia útil do recebimento das vias do Termo de Cessão devidamente assinadas, e caso as aprove, a Instituição Administradora deverá autorizar o Custodiante a efetuar o pagamento dos Direitos Creditórios; o Custodiante por sua vez, se informado até às 16h00 (dezesesseis horas), deverá fazer o pagamento no mesmo dia útil; e
- vii) recebidas as vias do Termo de Cessão devidamente assinadas pelo Cedente, a Instituição Administradora, se as tiver aprovado, deverá providenciar em até 2 (dois) dias úteis a assinatura de todas as vias por seu representante legal, e encaminhar uma delas ao Cedente e outra ao Custodiante.

2.1.1 A cessão de Direitos Creditórios ao Fundo é irrevogável e irrevogável, abrangendo os Direitos Creditórios, os respectivos juros, multas, e demais encargos eventualmente existentes, bem como os acessórios, tais como as garantias. O Cedente não tem qualquer responsabilidade em relação à eventual insolvência dos Devedores, isso é, a cessão de Direitos Creditórios ao Fundo opera-se sem coobrigação.

2.1.2 Toda e qualquer cessão de Direitos Creditórios efetuada entre o Cedente e o Fundo será realizada de acordo com as disposições deste Contrato. Em caso de divergência ou contradição entre o Termo de Cessão e este Contrato, prevalecerá o Termo de Cessão exclusivamente no que se referir à taxa de cessão, preço de aquisição, e volume de Direitos Creditórios adquiridos.

2.2 A cessão de Direitos Creditórios será considerada sujeita aos termos do presente Contrato a partir (a) do pagamento do preço de aquisição pelo Fundo; e (b) da assinatura pelas Partes do Termo de Cessão, que consiste no instrumento que descreverá os Direitos Creditórios, bem como os termos e condições a que se subordina sua aquisição, substancialmente conforme o modelo indicado no Anexo II. O Termo de Cessão deverá ter anexa lista indicando os Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo.

2.3 Após a celebração, o Termo de Cessão e seus anexos serão considerados parte integrante do presente Contrato.

2.4 Os Direitos Creditórios serão cedidos ao Fundo incluindo seus acessórios, todos os instrumentos que os representam, respectivos anexos e garantias constituídas.

### **3. CONTRAPRESTAÇÃO E FÓRMULA DE CÁLCULO DO PREÇO DE CESSÃO**

3.1 Pela aquisição dos Direitos Creditórios, será pago pelo Fundo ao Cedente, à vista, o preço calculado pelo Custodiante, conforme taxa indicada no Termo de Cessão. O Custodiante, por conta e ordem do Fundo, efetuará, mediante prévia autorização da Instituição Administradora, o pagamento pelos Direitos Creditórios Cedidos em moeda corrente nacional, por meio de crédito em conta corrente de titularidade do Cedente.

3.2 A contraprestação pela cessão dos Direitos Creditórios devida pelo Fundo será calculada de acordo com a fórmula abaixo a não ser que diversamente estabelecido no Termo de Cessão:

$$PC = \frac{VN}{(1 + TD)^{\frac{N}{360}}}$$

onde,

$PC$  = Preço de Cessão;

$VN$  = Valor Nominal de cada Direito Creditório;

$TD$  = Taxa de Desconto, obtida pela composição da taxa de remuneração das Cotas Seniores junto aos custos do Fundo e ao Excesso de Spread;

$N$  = Dias corridos entre a data de vencimento e a data de aquisição.

3.2.1 A fórmula estabelecida acima corresponde à menor taxa de desconto que poderá ser praticada pela Instituição Administradora na aquisição de Direitos Creditórios do Cedente. Não obstante, é facultado à Instituição Administradora e ao Cedente, desde que em comum acordo, estabelecerem taxa de desconto mais elevada na cessão de Direitos Creditórios, a qual deverá constar no respectivo Termo de Cessão.

3.3 Os montantes referentes à contraprestação pelos Direitos Creditórios Cedidos serão creditados em conta bancária do Cedente, no mesmo dia útil da celebração do Termo de Cessão respectivo, observado o disposto no item 2.1 acima.

### **4. COMPROMISSOS, OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO CEDENTE**

4.1 O Cedente somente cederá ao Fundo Direitos Creditórios que se enquadrem nos Critérios de Elegibilidade, os quais serão verificados pelo Custodiante, e nas Condições Adicionais previstas no item 10.2 do Regulamento.

4.1.1 Fica desde já acordado que o Fundo terá direito de preferência na aquisição de Direitos Creditórios do Cedente.

4.1.2 O Cedente se obriga a ceder ao Fundo exclusivamente Direitos Creditórios cujos Devedores estejam integralmente adimplentes em relação a qualquer dívida que tenham com o Cedente, sejam ou não originadas dos Direitos Creditórios objeto de cessão.

4.2 O Cedente será responsável:

- i) pela existência dos Direitos Creditórios Cedidos, nos termos do artigo 295 do Código Civil;
- ii) pela inexistência de quaisquer ônus ou gravames sobre os Direitos Creditórios Cedidos;
- iii) por eventuais exceções apresentadas pelos Devedores dos Direitos Creditórios Cedidos contra o Cedente e/ou Cessionário, nos termos do artigo 294 do Código Civil; e
- iv) pela diferença positiva entre o valor a receber da parcela relativa ao Direito Creditório liquidado antecipadamente (trazido a valor presente pela taxa de desconto financeiro aplicada ao valor de face dos Direitos Creditórios Cedidos para determinar seu preço de cessão ao Fundo) e a quantia paga na liquidação antecipada.

4.3 Além das demais obrigações e responsabilidades previstas neste Contrato, o Cedente também se obriga a:

- i) comunicar à Instituição Administradora sobre o início de qualquer processo administrativo ou judicial que, em conjunto com os demais existentes, possa de qualquer modo onerá-lo, como réu inclusive, em montante superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais);
- ii) comunicar à Instituição Administradora caso venha a inadimplir obrigações que em conjunto alcancem montante superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais);
- iv) comunicar à Instituição Administradora a ocorrência de protestos de títulos de crédito de sua responsabilidade que em conjunto tenham valor superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais);
- v) diligenciar e tomar todas as medidas necessárias para que seus diretores, funcionários, prepostos, agentes e correspondentes cumpram a política de concessão de crédito descrita no Regulamento;
- vi) comunicar imediatamente à Instituição Administradora a ocorrência de qualquer dos Eventos de Revisão definidos neste Contrato;
- vii) permitir ao Custodiante e à Instituição Administradora, e quaisquer terceiros por esta indicados, o acesso a e retirada de quaisquer Documentos Comprobatórios, sempre que solicitado com no mínimo 24 (vinte e quatro) horas de antecedência;

- viii) transferir a titularidade da alienação fiduciária de automóveis em garantia dos Direitos Creditórios Cedidos para conta no SNG do Fundo ou de quem este indicar, em até 3 (três) dias úteis contados do recebimento de requerimento por escrito do Fundo;
- ix) endossar a CCB que represente Direitos Creditórios Cedidos e entregá-la ao Fundo ou a quem este indicar, em até 3 (três) dias úteis contados do recebimento de requerimento por escrito do Fundo;
- x) permitir à empresa de auditoria indicada pela Instituição Administradora, desde que notificado com 3 (três) dias de antecedência, o acesso a todos os documentos, arquivos e dados necessários para avaliar o desempenho da carteira de Direitos Creditórios, quer seja do Fundo quer seja do Cedente; e
- xi) não alterar, aditar ou rescindir o contrato celebrado com o Agente de Recebimento sem prévia anuência da Instituição Administradora e do Custodiante.

4.4 Até o resgate integral das Cotas Seniores, o Cedente se obriga a não realizar qualquer ato que acarrete ou possa resultar na concessão de moratória, abatimento, desconto, alteração de data de vencimento e/ou dos termos, condições e procedimentos de pagamento relativos aos Financiamentos cujos Direitos Creditórios sejam de titularidade do Fundo, sem a prévia e expressa autorização da Instituição Administradora.

4.4.1 O disposto no item anterior não impedirá a liquidação antecipada de quaisquer dos Direitos Creditórios Cedidos solicitada pelo respectivo Devedor ao Cedente, que, observadas as responsabilidades descritas no item 4.2 acima, está desde já autorizado a receber esses recursos, na qualidade de Agente de Cobrança, e repassá-los ao Fundo.

## **5. DEPÓSITO DA DOCUMENTAÇÃO**

5.1 O Cedente será o fiel depositário de todos os Documentos Comprobatórios que sejam relacionados aos Direitos Creditórios Cedidos.

5.2 O Cedente se compromete a guardar todos os Documentos Comprobatórios com o máximo cuidado e diligência, em nome e por conta do Fundo.

5.3 Os Documentos Comprobatórios ficarão na posse do Cedente, para que este os guarde na qualidade de fiel depositário, pelo prazo de 5 (cinco) anos contados da data de liquidação de cada um dos Contratos de Financiamento.

5.3.1 Uma vez decorrido o prazo referido no item 5.3 acima em relação a determinado documento, o Cedente deixará de ser responsável pela sua guarda e conservação, devendo observar as instruções que lhe der o Custodiante e/ou a Instituição Administradora quanto à destinação do referido documento.

5.4 Pelo depósito previsto nesta cláusula, o Cedente não fará jus a remuneração, e não terá direito a repassar ao Fundo eventuais custos despendidos no exercício de tal função.

5.5 A Instituição Administradora e o Custodiante poderão, a qualquer tempo, verificar e analisar, por amostragem ou não, os Documentos Comprobatórios.

5.6 O Cedente se compromete a prontamente observar as ordens de restituição dos Documentos Comprobatórios dadas pelo Custodiante e/ou pela Instituição Administradora, observando ainda as eventuais indicações de dia, horário e local estabelecidas.

5.7 O Cedente, obriga-se a entregar ao Custodiante, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados de sua solicitação, os Documentos Comprobatórios dos Direitos Creditórios Cedidos, sob pena de pagamento de multa diária no valor de R\$1.000,00 (um mil reais) até a data da entrega dos documentos solicitados ou até a data de comprovação da impossibilidade de entrega dos mesmos, sem prejuízo da aplicação das disposições legais aplicáveis.

## **6. COBRANÇA DOS DIREITOS CREDITÓRIOS**

6.1 O Cedente fica por este ato obrigado a exercer a cobrança dos Direitos Creditórios Cedidos, sendo responsável: (i) pela impressão e entrega dos boletos de cobrança aos Devedores; (ii) por viabilizar e permitir que o Agente de Recebimento realize as transferências dos recursos recebidos a título de pagamento dos Direitos Creditórios Cedidos para conta corrente de titularidade do Fundo; (iii) pelo repasse dos recursos que venha a receber por conta da liquidação antecipada de Financiamentos; e (iv) pela cobrança dos Direitos Creditórios Cedidos que estejam inadimplentes, nos termos do procedimento descrito no Regulamento.

6.1.1 A cobrança dos Direitos Creditórios Cedidos inadimplidos ou pagos a menor será efetuada pelo Cedente e/ou por prestadoras de serviços de cobrança judicial e/ou extrajudicial contratados pelo Cedente, com o objetivo de receber a integralidade dos valores devidos sob os Financiamentos, com a máxima e mesma diligência que teria com seus próprios créditos.

6.1.2 Para que o Cedente proceda à cobrança dos Direitos Creditórios, o Custodiante deverá disponibilizar eletronicamente, em sua página na rede mundial de computadores, relatórios mensais atualizados de Direitos Creditórios Cedidos inadimplidos ou pagos a menor.

6.1.3 Em caso de cobrança judicial, o Fundo deverá outorgar procuração em favor do Cedente para que esta preste direta ou indiretamente os serviços de cobrança acima previstos.

6.1.4 O Cedente deverá preparar relatórios sobre a cobrança estabelecida nesta cláusula, nos quais deverão constar, no mínimo, as seguintes informações em relação a cada CCB inadimplida: (a) totalidade da dívida; (b) valores eventualmente recuperados; (c) andamento dos processos judiciais ou da cobrança extrajudicial, conforme o caso; (d) subcontratados responsáveis pela cobrança. Os relatórios devem ser encaminhados à Instituição Administradora a cada 30 (trinta) dias, contados da data de assinatura do primeiro Termo de Cessão.

6.2 O Cedente contratou, juntamente com o Fundo e o Custodiante, o Agente de Recebimento para prestar o serviço de arrecadação dos recursos relacionados aos Direitos Creditórios.

6.2.1 Os valores recebidos em virtude do pagamento de boletos referidos no item 6.1 acima, relacionados aos Direitos Creditórios Cedidos, serão processados em contas mantidas no Agente de Recebimento, nos termos do Contrato de Cobrança, devendo ser repassados para conta corrente de titularidade do Fundo.

6.3 O Agente de Recebimento e o Cedente ficam, nos termos do Contrato de Cobrança, constituídos como fiéis depositários de quaisquer valores por eles recebidos, a qualquer título, referentes aos Direitos Creditórios Cedidos.

6.4 O Cedente está autorizado a subcontratar terceiros para desempenhar parcial ou integralmente as atividades de cobrança judicial e/ou extrajudicial para as quais foi contratado nos termos da presente cláusula. Nessa hipótese, o Cedente será integral e exclusivamente responsável por atos e condutas do terceiro que subcontratar.

6.5 Pelo exercício da cobrança dos Direitos Creditórios Cedidos, o Cedente não fará jus a qualquer remuneração, e não terá direito a repassar ao Fundo eventuais custos despendidos no exercício de tal função.

6.6 O Fundo se compromete a devolver ao Cedente quaisquer valores recebidos a maior que não sejam diretamente relacionados aos Direitos Creditórios. Taxa relativa à cobrança via boleto é exemplo de valor recebido a maior que deverá ser devolvido ao Cedente.

6.7 É possível a cessão parcial de Direitos Creditórios originados de Financiamentos ao Fundo. Na hipótese de execução de dívida relacionada a cédula de crédito bancário que tenha originado créditos de titularidade tanto do Fundo como do Cedente, o Fundo e o Cedente, independentemente de quem exerça a cobrança, comprometem-se a destinar o valor eventualmente recuperado por meio de cobrança extrajudicial ou judicial primeiramente à satisfação dos créditos de titularidade do Fundo, e posteriormente à satisfação do crédito do Cedente.

## **7. NOTIFICAÇÃO**

7.1 As Partes acordam que a notificação dos Devedores, para os fins do artigo 290 do Código Civil, não será necessária, pois o procedimento para cobrar os Direitos Creditórios não sofrerá alteração após a cessão promovida pelo presente Contrato.

7.2 Sem prejuízo do disposto acima, o Fundo poderá a qualquer momento notificar por escrito os Devedores sobre a cessão pactuada neste Contrato e/ou nos Termos de Cessão, conforme modelo constante do Anexo III, que constitui parte integrante do presente Contrato.

## 8. FACULDADE DE RECOMPRA

8.1 O Cedente tem a faculdade de recomprar os Direitos Creditórios Cedidos, e o Fundo tem a faculdade de vendê-los, mediante o pagamento, pelo Cedente ao Fundo, do valor das respectivas parcelas vencidas e vincendas, corrigidas ou trazidas a valor presente, nos termos da fórmula abaixo:

$$PC = \frac{VN}{(1 + TD)^{\frac{N}{360}}}$$

onde,

$PC$  = Preço de Cessão;

$VN$  = Valor Nominal de cada Direito Creditório;

$TD$  = Taxa de Desconto, obtida pela composição da taxa de remuneração das Cotas Seniores junto aos custos do Fundo e ao Excesso de Spread;

$N$  = Dias corridos entre a data de vencimento e a data de aquisição.

8.1.1 Caso o valor obtido com a aplicação da fórmula acima descrita seja inferior ao valor contábil do respectivo Direito Creditório Cedido, na eventual recompra deverá ser utilizado o valor contábil, ressalvada a hipótese do item 8.1.1.1 abaixo.

8.1.1.1 Ressalte-se que será admitida a recompra de Direitos Creditórios por valor inferior ao contábil exclusivamente na hipótese de liquidação antecipada do Fundo.

8.1.2 Se o Fundo e o Cedente decidirem pela Recompra de Direitos Creditórios Cedidos, a Instituição Administradora deverá calcular o preço da Recompra para o segundo dia útil subsequente, nos termos acima definidos, e submetê-lo ao Cedente no mesmo dia útil em que o cálculo for efetuado. O Cedente terá até 1 (um) dia útil, a contar da data em que receber o preço de Recompra estabelecido pela Instituição Administradora, para aprová-lo ou rejeitá-lo, sendo que o silêncio será interpretado como rejeição.

8.1.3 A Recompra deverá ser realizada pelo valor acima obtido, acrescida de multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor da Recompra.

8.2 O pagamento do valor da Recompra deverá ser feito à vista, no segundo dia útil subsequente ao envio do cálculo do preço pela Instituição Administradora ao Cedente, nos termos do item 8.1 acima, mediante crédito em conta-corrente de titularidade do Fundo.

8.2.1 É facultado ao Cedente realizar a Recompra mediante permuta por novos créditos que se enquadrem nos Critérios de Elegibilidade, pelo valor calculado nos termos do item 8.1 acima.



8.3 Em até 5 (cinco) dias contados do pagamento da Recompra, a Instituição Administradora deverá transferir ao Cedente todos os documentos relativos aos Direitos Creditórios readquiridos que estiverem em sua posse, sob pena de aplicação de multa diária no valor de R\$1.000,00 (um mil reais) até a data de entrega dos documentos solicitados ou até a data da comprovação da impossibilidade de entrega dos mesmos, sem prejuízo da aplicação das disposições legais cabíveis.

## **9. REGISTRO**

9.1 A Instituição Administradora deverá requerer o registro do presente Contrato em até 20 (vinte) dias a contar da data da sua assinatura, em Cartório de Registro de Títulos e Documentos situado na comarca de São Paulo, sendo que o Cedente arcará com todos os custos e despesas decorrentes de tal registro. Em até 5 (cinco) dias úteis após a obtenção do registro, a Instituição Administradora deverá encaminhar documento comprobatório de tal registro ao Cedente, bem como os comprovantes das despesas de registro efetivamente incorridas.

9.2 A obrigação de registro prevista no item acima se aplicará também aos Termos de Cessão, sendo que os custos e despesas também deverão ser arcados pelo Cedente.

## **10. DECLARAÇÕES DAS PARTES**

10.1 O Cedente, devidamente representado no presente Contrato, declara e assegura à Instituição Administradora que, na data de assinatura deste Contrato e de cada Termo de Cessão que:

- i) é uma instituição financeira legitimamente constituída e em funcionamento de acordo com a legislação aplicável;
- ii) a celebração deste Contrato e dos Termos de Cessão e a assunção das obrigações deles decorrentes se fazem nos termos de seus atos constitutivos e têm plena eficácia;
- iii) os signatários do presente Contrato e seus respectivos Anexos e dos Termos de Cessão têm poderes para assumir, em seu nome, as obrigações aqui estabelecidas, bem como para outorgar mandatos a terceiros, se for o caso;
- iv) sua situação econômica, financeira e patrimonial, na data em que esta declaração é feita, não sofreu qualquer alteração significativa que possa prejudicar sua solvência;
- v) a celebração deste Contrato e dos Termos de Cessão e o cumprimento das obrigações deles decorrentes não acarreta, direta ou indiretamente, o descumprimento, total ou parcial, (a) de quaisquer contratos ou instrumentos firmados anteriormente à data da assinatura deste Contrato e/ou do Termo de Cessão dos quais o Cedente ou suas Partes Relacionadas sejam parte ou aos quais estejam vinculados, a qualquer título, bens ou direitos de propriedade de quaisquer das pessoas acima referidas, (b) de qualquer norma

legal ou regulamentar a que o Cedente ou suas Partes Relacionadas, ou qualquer bem ou direito de propriedade de quaisquer das pessoas acima referidas, estejam sujeitos; e (c) de qualquer ordem ou decisão judicial ou administrativa, ainda que liminar, que afete o Cedente, suas Partes Relacionadas, ou qualquer bem ou direito de propriedade de quaisquer das pessoas acima referidas;

- vi) os Direitos Creditórios têm lastro em operações de financiamento devidamente contratadas e documentadas e não foram ou serão cedidos, gravados ou dados em garantia a qualquer terceiro;
- vii) os Direitos Creditórios oferecidos à cessão, nos termos deste Contrato, são de sua legítima e exclusiva titularidade, estando livres e desembaraçados de quaisquer ônus, gravames ou restrições de qualquer natureza, que possam obstar a cessão prometida e o pleno gozo e uso, pelo Fundo, de todos os direitos, garantias e prerrogativas relacionados aos Direitos Creditórios Cedidos, nos termos deste Contrato, e foram contratados com estrita observância aos termos e às condições da política de concessão de crédito descrita no Regulamento;
- viii) somente oferecerá à cessão ao Fundo Direitos Creditórios cujos Devedores não estejam inadimplentes em relação a quaisquer créditos devidos ao Cedente;
- ix) não tem conhecimento da ocorrência de qualquer Evento de Revisão, com referência ao Cedente;
- x) todos os alvarás, licenças, autorizações ou aprovações exigíveis ao funcionamento do Cedente foram regularmente obtidos e encontram-se atualizados;
- xi) os documentos que autorizam a concessão de financiamento aos Devedores não contêm qualquer avença que impeça, proíba ou condicione, a qualquer título, a cessão dos Direitos Creditórios do Cedente ao Fundo ou do Fundo para terceiros;
- xii) os Direitos Creditórios oferecidos à cessão ao Fundo não são ou foram objeto (a) de qualquer contestação judicial, extrajudicial ou administrativa, por parte dos respectivos Devedores, ou (b) de qualquer tipo de renegociação, acordo ou transação entre o Cedente e os Devedores ou terceiros;
- xiii) observará os padrões contábeis mínimos exigidos pela legislação aplicável, indicando em seus registros contábeis e suas demonstrações financeiras a cessão dos Direitos Creditórios Cedidos; e
- xiv) a partir da assinatura deste Contrato, não concederá crédito ou financiamento a Devedores que apresentem qualquer registro de inadimplência superior a R\$ 100,00 (cem reais) junto ao SPC, à SERASA, ou junto às demais entidades que compõem o sistema de proteção ao crédito.

10.2 A Instituição Administradora, devidamente representada na forma de seus atos constitutivos, declara e garante que:

- i) o Fundo é um condomínio legitimamente constituído, regularmente registrado e em funcionamento de acordo com a legislação aplicável aos fundos de investimento em direitos creditórios;
- ii) é uma sociedade legitimamente constituída, em funcionamento de acordo com a legislação aplicável, e autorizada pela CVM a prestar serviços de administração de fundos;
- iii) a celebração deste Contrato e a assunção das obrigações dele decorrentes se fazem nos termos de seus atos constitutivos e têm plena eficácia;
- iv) as pessoas que assinam este Contrato e respectivos Anexos e os Termos de Cessão em nome da Instituição Administradora têm poderes para assumir em seu próprio nome ou, conforme o caso, por conta e ordem do Fundo, as obrigações nele estabelecidas;
- v) a celebração deste Contrato e o cumprimento das obrigações deles decorrentes não acarretam, direta ou indiretamente, o descumprimento, total ou parcial, (a) de quaisquer contratos ou instrumentos firmados anteriormente à data da assinatura deste Contrato dos quais a Instituição Administradora ou suas Partes Relacionadas sejam parte ou aos quais estejam vinculados, a qualquer título, bens ou direitos de propriedade de quaisquer das pessoas acima referidas, (b) de qualquer norma legal ou regulamentar a que a Instituição Administradora, suas pessoas controladas, coligadas ou controladoras, diretas ou indiretas, ou qualquer bem ou direito de propriedade de quaisquer das pessoas acima referidas, estejam sujeitos, e (c) de qualquer ordem ou decisão, ainda que liminar, judicial ou administrativa, que afete a Instituição Administradora ou suas Partes Relacionadas, ou qualquer bem ou direito de propriedade de quaisquer das pessoas acima referidas; e
- vi) encontra-se técnica e operacionalmente habilitada e autorizada a prestar os serviços de administração do Fundo, contando com todos os sistemas necessários ao pleno e satisfatório exercício de suas funções, nos termos do Regulamento, dos demais documentos relacionados ao Fundo e da legislação aplicável.

10.2.1 O Cedente e a Instituição Administradora se comprometem a manter verdadeiras todas as declarações constantes nos itens anteriores durante o período de vigência do presente Contrato.

## **11. EVENTOS DE REVISÃO**

11.1 Para os efeitos deste Contrato e do Regulamento, são considerados Eventos de Revisão quaisquer das seguintes ocorrências:

- i) modificação do controle acionário do Cedente;
- ii) caso se verifique falha, erro ou incorreção em quaisquer das declarações prestadas pelo Cedente nos termos deste Contrato, que possam comprometer negativamente a boa ordem legal, administrativa e operacional do Fundo e os direitos, as garantias e as prerrogativas dos titulares das Cotas;

- iii) criação de novos tributos, elevação das alíquotas já existentes ou modificação de suas bases de cálculo, que possa comprometer negativamente a boa ordem legal, administrativa e operacional do Fundo e os direitos, as garantias e as prerrogativas dos titulares das Cotas, na opinião da Instituição Administradora;
- iv) caso o Cedente ou suas Partes Relacionadas se encontre inadimplente no cumprimento de obrigações pecuniárias cujo valor total seja igual ou superior a R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais) ou o equivalente em outras moedas, excetuados os que tenham sido objeto de medida judicial adequada para anulação ou suspensão de seus efeitos;
- v) caso tenham sido apresentados para protesto ou tenham sido protestados títulos emitidos pelo Cedente ou sacados contra o Cedente ou suas Partes Relacionadas cujo valor total seja igual ou superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) ou o equivalente em outras moedas, excetuados os que tenham sido objeto de medida judicial adequada para anulação ou suspensão de seus efeitos;
- vi) caso o Cedente deixe de atender aos valores mínimos de capital e patrimônio líquido ajustado definidos pelas normas do Banco Central do Brasil e do CMN;
- vii) caso seja ajuizada contra o Cedente ou suas Partes Relacionadas ação ou conjunto de ações de execução para pagamento de quantia certa, incluindo as execuções fiscais, cujo valor seja superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais);
- viii) caso ocorra a efetivação de arresto ou de penhora de bens do Cedente ou de suas Partes Relacionadas de valor superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), considerados em conjunto;
- ix) ocorrência de qualquer ato ou fato que imponha restrição à alienação dos Direitos Creditórios de titularidade do Cedente;
- x) descumprimento pelo Cedente de qualquer de suas obrigações estabelecidas neste Contrato e nos demais documentos relacionados ao Fundo do qual seja parte que não seja um Evento de Revisão, desde que tal descumprimento não seja devidamente regularizado ou justificado dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis contado do envio, pela Instituição Administradora, de notificação, por escrito, informando da ocorrência do respectivo evento; e
- xi) realização de qualquer negócio ou ato jurídico descrito no item 4.4 acima, ressalvada a possibilidade contemplada pelo item 4.4.1.

11.2 Os Eventos de Revisão são considerados Eventos de Avaliação. Diante desse fato, na ocorrência de qualquer dos eventos descritos no item 11.1 acima, o Fundo deverá adotar os procedimentos indicados no Regulamento para Eventos de Avaliação.

## **12. RESILIÇÃO**

12.1 Este Contrato poderá ser resilido de forma imediata pelo Fundo, sem qualquer ônus, penalidade ou necessidade de justificar sua decisão, exclusivamente nas seguintes hipóteses: (i) ocorrência de qualquer Evento de Revisão, nos termos deste Contrato, ou de um Evento de Liquidação, nos termos do Regulamento; ou (ii) caso não existam mais Cotas Seniores em circulação.

12.2 Este Contrato também poderá ser resilido unilateralmente pela Instituição Administradora, sem qualquer ônus, penalidade ou necessidade de justificativa, desde que notifique o Cedente sobre tal resilição com pelo menos 30 (trinta) dias de antecedência.

12.3 Este Contrato poderá ser resilido unilateralmente pelo Cedente, sem qualquer ônus ou penalidade, exclusivamente nas hipóteses (a) de a assembléia geral de cotistas deliberar pela elevação de remuneração das Cotas Seniores, desde que notifique o Fundo com pelo menos 30 (trinta) dias de antecedência; e (b) ou de o Fundo emitir nova série de Cotas Seniores sem prévia aprovação do Banco Paulista.

12.3.1 Tornar-se-á nulo o pedido de resilição do item 12.3 acima, sem qualquer ônus ou penalidade às Partes, de forma imediata, na hipótese de nova assembléia geral de cotistas deliberar, durante o período de aviso prévio referido no item acima, pela restauração do índice anteriormente previsto de remuneração das Cotas Seniores.

12.4 Este Contrato também poderá ser resilido unilateralmente pelo Cedente, sem qualquer ônus ou penalidade, de forma imediata, na hipótese de a assembléia geral de cotistas deliberar pela redução do prazo de início de eficácia da decisão assemblear que elevar a remuneração das Cotas Seniores.

12.5 Na hipótese de resilição deste Contrato, deverão permanecer válidas, existentes e eficazes até a amortização ou resgate integral das Cotas as obrigações do Cedente tratadas no item 4.2 e nas cláusulas 5, 8 e 13 do presente Contrato, a não ser que a Instituição Administradora expressamente o desincumba de tais obrigações.

12.6 Na hipótese de resilição e rescisão do presente Contrato, o Fundo deverá adotar os procedimentos estabelecidos no Regulamento para o caso e ocorrência de um Evento de Liquidação.

## **13. DA RESOLUÇÃO E DA NULIDADE DA CESSÃO**

13.1 Considerar-se-á resolvida a cessão de qualquer Direito Creditório, operada de pleno direito, independentemente de qualquer aviso ou notificação ao Cedente e sem qualquer ônus ou custo para o Fundo, nas seguintes hipóteses:

- i) caso o Cedente, se interpelado pela Instituição Administradora, não apresente esclarecimentos referentes a qualquer inexatidão nas informações fornecidas, relativas ao Direito Creditório Cedido ou ao registro no SNG, em até 5 (cinco) dias úteis;

- ii) caso o Direito Creditório seja reclamado por qualquer terceiro comprovadamente titular de ônus, gravames ou encargos constituídos previamente à aquisição do mesmo pelo Fundo;
- iii) caso seja verificada a falsidade ou inexatidão de quaisquer das declarações do item 10.1 acima ou das informações constantes na Lista de Direitos Creditórios enviada por arquivo eletrônico ao Custodiante, que afete o Direito Creditório Cedido;
- iv) caso inexistam os documentos necessários à cobrança extrajudicial e/ou judicial do Devedor de Direito Creditório inadimplente;
- v) caso o Cedente não entregue ao Custodiante os Documentos Comprobatórios dos Direitos Creditórios Cedidos, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados de sua solicitação;
- vi) caso a cessão de Direitos Creditórios ao Fundo configure fraude contra credores, fraude de execução, fraude de execução fiscal ou ainda fraude falimentar; ou
- vii) caso seja verificada que a cessão de Direitos Creditórios ao Fundo tenha ocorrido com inobservância do Cedente às Condições Adicionais.

13.1.1 Sem prejuízo da resolução da cessão, o Cedente deverá notificar o Custodiante, por meio eletrônico, da ocorrência de qualquer das Condições Resolutivas da Cessão, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas contado da data em que este tomar conhecimento do evento.

13.2 Considerar-se-á nula a cessão de qualquer Direito Creditório, independentemente de qualquer aviso ou notificação ao Cedente e sem qualquer ônus ou custo para o Fundo, nas seguintes hipóteses:

- i) caso o Direito Creditório Cedido não seja de titularidade do Cedente no momento da cessão;
- ii) caso o Direito Creditório Cedido seja originário de Financiamento cujo valor correspondente não tenha sido entregue ao Devedor ou pago ao proprietário ou ao vendedor do respectivo bem financiado, até a data da cessão;
- iii) caso o Direito Creditório Cedido seja originário de Financiamento por qualquer motivo declarado nulo;
- iv) caso o Custodiante verifique a nulidade ou inexistência de lastro do respectivo Direito Creditório Cedido; ou
- v) caso seja declarada, por decisão judicial, a nulidade ou inexistência da CCB que lastreia o respectivo Direito Creditório Cedido.

13.3 Na hipótese de ocorrência de quaisquer dos eventos referidos nos itens 13.1 e 13.2 acima, o Cedente ficará obrigado a restituir ao Fundo os valores recebidos por negócio resolvido ou declarado nulo, até o

3º (terceiro) dia útil imediatamente após o recebimento pelo Cedente de notificação de ocorrência de Condição Resolutiva da Cessão ou Condição de Nulidade da Cessão, conforme o caso. O pagamento será efetuado exclusivamente em moeda corrente nacional, pelo valor presente do Direito Creditório Cedido, conforme contabilizado pelo Custodiante, acrescido de 10% (dez por cento) a título de multa compensatória. O valor referente à multa deverá ser informado à Instituição Administradora para que seja devidamente contabilizado.

#### **14. MULTAS E INDENIZAÇÃO**

14.1 A Parte inadimplente se obriga a indenizar integral e imediatamente a Parte prejudicada, bem como seus administradores e prepostos, por qualquer prejuízo que estes venham a sofrer em decorrência do descumprimento, pela Parte inadimplente, seus empregados ou quaisquer prepostos, de qualquer obrigação oriunda deste Contrato.

14.2 Sem prejuízo da indenização devida em caso de inadimplemento de qualquer uma das cláusulas do presente Contrato, a Parte prejudicada poderá exigir da Parte inadimplente a execução específica da obrigação devida, conforme a cláusula 15 abaixo.

14.3 Sem prejuízo da indenização e execução específica, a Parte que inadimplir as obrigações previstas neste Contrato estará sujeita à multa de 2% (dois por cento) do valor do patrimônio líquido do Fundo.

#### **15. TUTELA ESPECÍFICA**

15.1 As Partes reconhecem desde já que este contrato constitui título executivo extrajudicial, para todos os fins e efeitos do artigo 632 e seguintes do Código de Processo Civil.

15.2 As obrigações de fazer e de não fazer previstas neste Contrato serão exigíveis, se não houver estipulação de prazo específico, no prazo de 10 (dez) dias contado do recebimento da respectiva notificação enviada pela Parte prejudicada. Será facultada à Parte prejudicada ainda a adoção das medidas judiciais necessárias, tais como (a) tutela específica ou (b) obtenção do resultado prático equivalente, por meio das medidas a que se refere o artigo 461, parágrafo 5º, do Código de Processo Civil.

15.3 Caso alguma das Partes descumpra qualquer das obrigações de dar, fazer ou não fazer previstas neste Contrato, e, notificada para sanar tal inadimplemento, deixe de fazê-lo no prazo, a Parte prejudicada, independentemente de qualquer outro aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, poderá requerer, com fundamento no artigo 273 combinado com o artigo 461 e seus parágrafos, ambos do Código de Processo Civil, a tutela específica da obrigação inadimplida, sem prejuízo da aplicação da multa prevista no item 14.3 acima ou, a seu juízo, promover execução da obrigação de fazer, com fundamento nos artigos 632 e seguinte do Código de Processo Civil.

## **16. FORO**

16.1 As Partes neste ato elegem o Foro da cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com expressa exclusão de qualquer outro, ainda que privilegiado, como competente para dirimir quaisquer dúvidas e/ou questões oriundas deste Contrato ou dos Termos de Cessão.

## **17. DISPOSIÇÕES FINAIS**

17.1 Este Contrato se tornará eficaz na data de sua assinatura e vigorará pelo prazo de duração do Fundo, regendo a partir da referida data todas as cessões de Direitos Creditórios a serem celebradas entre as Partes.

17.2 Todas as notificações decorrentes deste Contrato deverão ser feitas por escrito e serão consideradas eficazes: (i) quando entregues pessoalmente à pessoa a ser notificada, mediante protocolo; (ii) após 5 (cinco) dias contados da postagem de carta com aviso de recebimento à pessoa a ser notificada; ou (iii) no caso de comunicações feitas por fax ou por correio eletrônico, na data de recebimento da confirmação de que a mensagem foi efetivamente recebida, seja por recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente, seja diretamente pelo destinatário por meio de telefonema gravado. Na hipótese referida no item (iii) acima, os respectivos originais deverão ser encaminhados ao destinatário em até 2 (dois) dias úteis após o envio da mensagem eletrônica ou do fax. Para efeito de qualquer notificação, observar-se-ão os dados abaixo fornecidos pelas Partes, que poderão ser alterados por notificação enviada aos demais:

### **Banco Paulista S.A.**

At.: Rafael Durer  
Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.355, 2º andar  
01452-002 – São Paulo – SP  
fax nº: (11) 3299-2322  
correio eletrônico: rafael@bancopaulista.com.br

### **Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Paulista – Veículos**

At.: Antonio Navatta Cabrera  
Av. Roque Petroni Jr., nº 999, 10º andar  
04707-910 – São Paulo, SP  
telefone: (11) 5185-1636  
fax nº: (11) 5185-1757  
correio eletrônico: antonio.cabrera@vam.com.br



**Votorantim Asset Management DTVM Ltda.**

At.: Antonio Navatta Cabrera  
Av. Roque Petroni Jr., nº 999, 10º andar  
04707-910 – São Paulo, SP  
telefone: (11) 5185-1636  
fax nº: (11) 5185-1757  
correio eletrônico: antonio.cabrera@vam.com.br

**Citibank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.**

At.: Pedro Luiz Guerra  
Av. Paulista, nº 1.111 - 12º Andar - Sala 4  
01311-920 – São Paulo – SP  
fax nº: (11) 4009-7029  
correio eletrônico: pedro.guerra@citigroup.com

17.3 Qualquer alteração ao presente Contrato somente será considerada válida e eficaz se feita por escrito, assinada por todas as Partes, e registrada nos termos do item 9 acima.

17.4 Os direitos de cada Parte previstos neste Contrato: (i) são cumulativos com outros direitos previstos em lei, a menos que expressamente os excluam; e (ii) só admitem renúncia por escrito e específica. O não exercício, total ou parcial, de qualquer direito decorrente do presente Contrato, ou dos Termos de Cessão, não implicará novação da obrigação ou renúncia ao respectivo direito por seu titular.

17.5 Se qualquer disposição deste Contrato, ou dos Termos de Cessão, for considerada inválida e/ou ineficaz, as Partes deverão emendar seus melhores esforços para substituí-la por outra de conteúdo similar e com os mesmos efeitos. A eventual invalidade e/ou ineficácia de uma ou mais cláusulas não afetará as demais disposições do presente Contrato ou dos Termos de Cessão.

17.6 As Partes se comprometem a empregar seus melhores esforços para resolver através de negociações qualquer disputa ou controvérsia relacionada a este Contrato ou aos Termos de Cessão.

17.7 As Partes se obrigam a guardar segredo sobre as informações confidenciais adquiridas por força do presente Contrato, durante e após seu período de duração. São informações confidenciais todos os documentos e informações relativas aos negócios das Partes que não sejam de conhecimento público.

E, por estarem assim justas e contratadas, as Partes assinam o presente instrumento em 4 (quatro) vias de igual forma e teor, para um só efeito, na presença das 2 (duas) testemunhas abaixo identificadas.

São Paulo, 30 de maio de 2007.

**BANCO PAULISTA S.A.**

**FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS  
CREDITÓRIOS PAULISTA – VEÍCULOS**

**VOTORANTIM ASSET MANAGEMENT DTVM  
LTDA.**

**CITIBANK DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E  
VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**

Testemunhas:

Nome:

R.G.:

Nome:

R.G.:

## ANEXO I

*Este Anexo é parte integrante do “Contrato de Promessa de Cessão de Direitos de Crédito” celebrado em 30 de maio de 2007, entre Banco Paulista S.A., Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Paulista – Veículos, Votorantim Asset Management DTVM Ltda. e Citibank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.*

Agente de Cobrança	O Banco Paulista foi contratado pelo Fundo, juntamente com o Custodiante, como agente de cobrança dos Direitos Creditórios Cedidos.
Agente de Recebimento	Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, Vila Yara, inscrita no CNPJ/MF sob nº 60.746.948/0001-12.
Banco Paulista	Banco Paulista S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.355, 2º andar, inscrita no CNPJ/MF sob nº 61.820.817/0001-09, cedente dos Direitos Creditórios ao Fundo.
CCB	Cédula de Crédito Bancário, conforme definida pela Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004, e regulamentação aplicável.
Cedente	Banco Paulista.
CETIP	Câmara de Liquidação e Custódia.
CMN	Conselho Monetário Nacional.
CNPJ/MF	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda.
Código de Processo Civil	Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973.
Condições Adicionais	São as características dos Direitos Creditórios que, adicionalmente aos Critérios de Elegibilidade, são necessárias para sua aquisição pelo Fundo, cuja observância deverá ser verificada pelo Banco Paulista a cada cessão e pelo Custodiante na

	verificação de lastro dos direitos creditórios.
Condições Resolutivas da Cessão	São as condições previstas no item 13.1 do Contrato.
Condições de Nulidade da Cessão	São as condições previstas no item 13.2 do Contrato.
Contrato	É o presente Contrato de Promessa Cessão de Direitos Creditórios.
Contrato de Cobrança	Contrato de cobrança de Direitos Creditórios celebrado entre o Fundo, o Agente de Recebimento, o Custodiante e o Cedente.
Contrato de Custódia	Contrato firmado entre o Custodiante, a Instituição Administradora, e o Cedente que contém descrição dos serviços a serem prestados pelo Custodiante ao Fundo.
Cotas	Cotas Seniores ou Subordinadas emitidas pelo Fundo.
Cotas Seniores	São aquelas que não se subordinam às demais para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo.
Crítérios de Elegibilidade	São características necessárias aos Direitos Creditórios para que sejam passíveis de aquisição pelo Fundo, as quais deverão ser verificadas pelo Custodiante, conforme determinação do artigo 38, II, da Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001.
Custodiante	Citibank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., sociedade com sede na Avenida Paulista, nº 1.111, 2º andar parte, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob nº 33.868.597/0001-40.
CVM	Comissão de Valores Mobiliários.

Devedores	Pessoas físicas ou jurídicas, devedoras de Financiamentos, cujos Direitos Creditórios tenham sido adquiridos pelo Fundo.
Direitos Creditórios	São direitos de crédito originados pelo Cedente, advindos de parte ou da totalidade dos Financiamentos concedidos.
Direitos Creditórios Cedidos	São os Direitos Creditórios cedidos pelo Cedente ao Fundo por meio da celebração do Termo de Cessão.
Documentos Comprobatórios	São a ficha cadastral do Devedor, a CCB, em que constam as condições de contratação de financiamento, e os documentos pessoais do Devedor e do veículo alienado fiduciariamente em garantia, que foram analisados para a concessão do financiamento.
Eventos de Avaliação	Aqueles definidos no Regulamento, cuja ocorrência enseja a interrupção dos procedimentos de aquisição de Direitos Creditórios bem como convocação imediata de Assembléia Geral, a qual decidirá se tal Evento de Avaliação deve ser considerado como Evento de Liquidação.
Eventos de Liquidação	Aqueles definidos no Regulamento, cuja ocorrência enseja a convocação de assembléia geral para deliberar sobre a liquidação antecipada do Fundo, bem como a imediata notificação do fato aos cotistas do Fundo e a interrupção da aquisição de Direitos Creditórios.
Eventos de Revisão	São Eventos de Avaliação definidos no item 11 deste Contrato.
Financiamento	Financiamentos do Banco Paulista a pessoas físicas ou jurídicas para aquisição de automóveis, ônibus, vans e caminhões, que originarão os Direitos Creditórios que poderão ser ofertados ao Fundo, nos termos do Contrato de Cessão. Os Financiamentos serão representados por CCBs

Fundo	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Paulista – Veículos.
Instituição Administradora	Votorantim Asset Management Distribuidora de Títulos de Valores Mobiliários Ltda., instituição financeira, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Roque Petroni Júnior, nº 999, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.384.738/0001-98.
Lista de Veículos	Lista a ser elaborada pelo Cedente e enviada ao SNG previamente a cada cessão, que deverá conter, pelo menos, as seguintes informações: (a) identificação (número do chassi) de todos os veículos financiados, e (b) o número de identificação de tais Financiamentos
Lista de Direitos Creditórios	Lista de Direitos Creditórios oferecidos à cessão, a ser preparada em arquivo eletrônico.
Partes	São as partes do presente Contrato, quais sejam, o Cedente, a Instituição Administradora, o Custoditante e o Fundo.
Partes Relacionadas	Em relação a qualquer pessoa jurídica, (i) as pessoas jurídicas controladoras de tal pessoa jurídica; (ii) as sociedades direta ou indiretamente controladas por tal pessoa jurídica; (iii) as sociedades coligadas com tal pessoa jurídica; e/ou (iv) sociedades sob o mesmo controle que tal pessoa jurídica.
Recompra	Faculdade do Cedente de recomprar os Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, nos termos da cláusula 8.
Regulamento	Regulamento do Fundo registrado no 1º Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Comarca de São Paulo e suas respectivas alterações.
SERASA	Serasa S.A., sociedade que realiza a inserção dos

nomes de pessoas físicas ou jurídicas inadimplentes no cadastro do Serviço de Proteção ao Crédito.

SNG

Sistema Nacional de Gravames.

SPC

Serviço de Proteção ao Crédito

Taxa DI

Taxa média diária dos DI de um dia, padrão “Extra Grupo”, calculada e divulgada pela CETIP, em formato decimal, expressa ao ano de 252 dias úteis.

Termo de Cessão

Instrumento mediante o qual os Direitos Creditórios advindos dos Financiamentos ou de Crédito serão cedidos ao Fundo pelo Cedente e que deve ser elaborado de acordo com o modelo do Anexo II.

São Paulo, 30 de maio de 2007.

**BANCO PAULISTA S.A.**

**FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS  
CREDITÓRIOS PAULISTA – VEÍCULOS**

**VOTORANTIM ASSET MANAGEMENT DTVM  
LTDA.**

**CITIBANK DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E  
VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**

Testemunhas:

Nome:

Nome:

RG.:

RG.:

## ANEXO II

*Este Anexo é parte integrante do “Contrato de Promessa de Cessão de Direitos de Crédito” celebrado em 30 de maio de 2007, entre Banco Paulista S.A., Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Paulista – Veículos, Votorantim Asset Management DTVM Ltda. e Citibank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.*

### MODELO DOS TERMOS DE CESSÃO

#### “TERMO DE CESSÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS

*Pelo presente Termo de Cessão de Direitos Creditórios, doravante denominado simplesmente “Termo de Cessão”,*

**BANCO PAULISTA S.A.**, instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.355, 2º andar, inscrita no CNPJ/MF sob nº 61.820.817/0001-09, neste ato representada na forma de seu estatuto social, doravante designada simplesmente “Cedente”; e [COMPLETAR]

**FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS PAULISTA – VEÍCULOS**, fundo de investimento em direitos creditórios, constituído em 13 de novembro de 2006, com seu regulamento registrado em Cartório de Registro de Títulos e Documentos da cidade de São Paulo, inscrito no CNPJ/MF sob nº 08.510.334/0001-17, neste ato representado na forma de seu regulamento por sua instituição administradora, **VOTORANTIM ASSET MANAGEMENT DTVM Ltda.**, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Roque Petroni Júnior, nº 999, 16º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.384.738/0001-98, representada, por sua vez, na forma de seu Contrato Social (“Instituição Administradora”), doravante designado simplesmente “Fundo”;

*cada uma das partes também denominada individualmente “Parte”, e conjuntamente “Partes”;*

#### CONSIDERANDO QUE:

- i) *em 30 de maio de 2007 as Partes celebraram Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios (o “Contrato”); o presente Termo de Cessão está sujeito às cláusulas do Contrato; os termos e expressões com iniciais em maiúsculas utilizados neste instrumento terão o significado que lhes é atribuído no Contrato; e*
- ii) *após a realização de todos os procedimentos descritos no item 2.1 do Contrato, o Cedente deseja ceder, e o Fundo deseja adquirir, os Direitos Creditórios especificados na lista anexa a este Termo de Cessão;*

*as Partes desejam realizar a cessão de Direitos Creditórios, conforme abaixo:*



1. *Preço dos Direitos Creditórios: em contraprestação à cessão dos Direitos Creditórios, cujas características e respectivos Devedores encontram-se descritos em lista anexa ao presente, o Fundo pagará ao Cedente a quantia de R\$ [VALOR] ([VALOR POR EXTENSO]).*
2. *Os Direitos Creditórios apresentam valor de face de R\$ [VALOR] ([VALOR POR EXTENSO]).*
3. *O Cedente declara que (i) a cessão dos Direitos Creditórios descritos na lista anexa, na presente data, não configura fraude contra credores, fraude de execução, fraude de execução fiscal ou ainda fraude falimentar; (ii) os Direitos Creditórios descritos na lista anexa estão em conformidade com as Condições Adicionais estabelecidas no Regulamento do Fundo; e (iii) todas as declarações constantes do item 10.1 do Contrato permanecem verdadeiras.*
4. *A Instituição Administradora declara que permanecem verdadeiras todas as suas declarações constantes do item 10.2 do Contrato.*
5. *Lista descrevendo os Direitos Creditórios a serem cedidos, impressa, está anexa ao presente termo.*
6. *A presente cessão é feita em caráter irrevogável e irretratável.*

*São Paulo, [DATA] de 2007.  
[ASSINATURAS]”*

São Paulo, 30 de maio de 2007.

**BANCO PAULISTA S.A.**

**FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS  
CREDITÓRIOS PAULISTA – VEÍCULOS**

**VOTORANTIM ASSET MANAGEMENT DTVM  
LTDA.**

**CITIBANK DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E  
VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**

Testemunhas:

Nome:  
R.G.:

Nome:  
R.G.:

### ANEXO III

*Este Anexo é parte integrante do “Contrato de Promessa de Cessão de Direitos de Crédito” celebrado em 30 de maio de 2007, entre Banco Paulista S.A., Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Paulista – Veículos, Votorantim Asset Management DTVM Ltda. e Citibank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.*

#### MODELO DE NOTIFICAÇÃO AOS DEVEDORES

*“[CIDADE], [DATA]”.*

*Ref.: Cessão de Direitos Creditórios decorrentes de empréstimo  
CCB [ESPECIFICAR A CCB] n° (NÚMERO)*

*Prezado(a) Senhor(a),*

*Informamos que o “Banco Paulista S.A.” cedeu ao “Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Paulista – Veículos” os créditos decorrentes da CCB [ESPECIFICAR], firmado por V.Sa.*

*[ Não obstante, informamos que referidas parcelas devidas por V.Sa. continuarão sendo cobradas da forma como pactuado no contrato [ESPECIFICAR]*

*ou*

*[ Informamos ainda que a respectiva cobrança não mais será efetuada pelo Banco Bradesco S.A., mas sim por [DENOMINAÇÃO DO AGENTE DE COBRANÇA SUBSTITUTO DO BANCO BRADESCO]. Maiores detalhes do procedimento de cobrança serão breve e oportunamente informados a V.Sa. pelo novo agente de cobrança.]*

*Por fim, os demais termos e condições do empréstimo não sofrerão qualquer alteração.*

*Permanecemos à disposição de V.Sa. para quaisquer esclarecimentos necessários.*

*Atenciosamente,*

**FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS PAULISTA – VEÍCULOS**  
**(NOME DO DIRETOR RESPONSÁVEL DA INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA )”**

São Paulo, 30 de maio de 2007.

**BANCO PAULISTA S.A.**

**FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS  
CREDITÓRIOS PAULISTA – VEÍCULOS**

**VOTORANTIM ASSET MANAGEMENT DTVM  
LTDA.**

**CITIBANK DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E  
VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**

Testemunhas:

Nome:

R.G.:

Nome:

R.G.:

